Viagens portuguesas à Índia (1497-1513)

Fontes italianas para a sua história: O Códice *Riccardiano* 1910 de Florença

Transcrição e apresentação: Carmen M. Radulet
Prefácio, tradução e notas: Luís Filipe F. R. Thomaz

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

LISBOA 2002

C o l e c ç ã o O u t r a s M a r g e n s

Título: *Viagens portuguesas à Índia (1497-1513)*
Fontes italianas para a sua história:
O Códice Riccardiano *1910 de Florença*

Transcrição e apresentação: Carmen M. Radulet
Prefácio, tradução e notas: Luís Filipe F. R. Thomaz

© Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Capa: Fernando Felgueiras
Pré-impressão e Impressão: Textype – Artes Gráficas, Lda.

1.ª edição: 2002
ISBN: 972-787-074-0
Depósito legal: n.º 190 709/03

PREFÁCIO

Quer-me parecer que é sina minha redigir proémios a edições de textos de bizarra história...

Há cerca de dois anos foi a vez do *Livro de Duarte Barbosa*, na primorosa edição crítica de Maria Augusta da Veiga e Sousa, que muito me honrou ao pedir-me que lha prefaciasse: tão popular na época que se achavam cópias dele no próprio Congo, traduzido em castelhano por ordem de Carlos V meia dúzia de anos apenas após a sua redacção, vertido em italiano e dado à estampa em Itália em meados do século XVI, só em princípios do XIX veio o texto de Barbosa a ser editado em português; e, a despeito de dele se conhecerem numerosos manuscritos, todas as edições modernas em que até então circulara eram, com uma excepção apenas, baseadas num só deles, hoje desaparecido, mas que está longe de ser o melhor...

É agora a vez da quinzena de cartas conservadas no *Códice Vaglienti* da Biblioteca Riccardiana de Florença: coleccionadas entre 1499 e 1513 por um humanista florentino curioso das novas terras e novas gentes que os descobrimentos portugueses iam revelando à velha Europa, só hoje, volvidos já quase cinco séculos, vêm a lume na sua integridade – sem embargo de, entrementes, Montalboddo e Ramúsio terem no século XVI editado uma delas por inteiro e extractos de uma outra, de o conde Baldelli Boni ter em 1827 publicado em nota à sua edição de Marco Polo a carta de Vespúcio, e Jean Aubin, em 1971, a versão italiana da de Albuquerque a D. Francisco de Almeida, de que então se desconhecia ainda o texto original português. Da publicação integral do *corpus* foi, quiçá, factor dissuasor a letra minúscula e ruim de decifrar em que o humanista o copiou.

Como se lhe não bastasse ter esperado 472 anos por que um investigador afoito se entremetesse a editá-lo, teve o desventurado códice que aguardar mais quinze ainda, para que o autor destas linhas, que o tresladara em português, concluísse, enfim, as notas e comentários que lhe pareceram fazer falta à edição.

Foi, de facto, em 1985, pouco tempo antes do IV Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, que Maria Emília Madeira Santos me apresentou Carmen Radulet, ao tempo investigadora ainda mal conhecida entre nós, que ousara finalmente desfazer o enguiço e copiar na íntegra as epístolas que compõem a colectânea. Cuidando que seria eu a pessoa indicada para as traduzir e anotar, promoveu o nosso encontro – de que resultaram, de imediato, uma sólida amizade pessoal e propósitos de colaboração académica, que pouco depois se traduziram pela apresentação preliminar do *corpus* epistolar compilado por Vaglienti, em comunicação apresentada pelos três ao seminário sobredito. Absorvida pelas suas investigações sobre a África portuguesa, Maria Emília Madeira Santos veio a retirar-se do consórcio, mas é a ela que cabe o mérito de o ter nodado, tornando assim possível a edição que aqui tendes.

Tirante apenas pequenas dúvidas, que com o tempo se vieram na sua maioria a esclarecer, a tradução das cartas ficou concluída a curto prazo; mas logo Jean Aubin vaticinou que anotá-las *comme il faut* seria *un travail fou*, que me *prendrait des années*; e não será necessário crê-lo provido de dotes proféticos para perceber por que razão não se enganou...

É apenas por Carmen Radulet que o lamento, já que da minha lentidão lhe adveio um atraso de três lustros na publicação do seu *opus magnum*, que, a mui justo título, desejava ver em letra de forma a breve trecho. Por mim, egoistamente, prefiro que assim tenha sido, já que foi essa longa espera o que me permitiu trazer à colação numerosas outras fontes e ir pacientemente coligindo as notas, paráfrases e comentários que as cartas me sugeriam. Que me perdoem Carmen Radulet e o leitor benévolo, se lhes parecer que na minúcia exagerei ou que divaguei em demasia, tomando o texto por pretexto!

Importa que desde já faça um agradecimento ao meu prezado colega e amigo Joaquim Romero Magalhães, em boa hora nomeado Comissário Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, por ter posto um termo às minhas divagações: ao instar comigo para que concluísse o trabalho dentro do ano em que se celebrava o quinto centenário da chegada do Gama ao Malabar, evitou que protelasse, quiçá por mais dois ou três decénios, a sua aparição, na estulta pretensão de me mostrar exaustivo e apresentar obra perfeita.

A tradução das cartas vai, *pressappoco*, como em 1985 me saiu: foi mais do desejo de a fazer tão justalinear quanto possível que de

um escopo premeditado de imitar o português da época que resultaram os laivos arcaizantes de que vai tinta. A evolução sintáctica e estilística do português, do século XVI para cá, foi paralela à do italiano, de modo que a versão *de verbo ad verbum* de um texto quinhentista redunda *ipso facto* numa linguagem que apresenta, pelo estilo, um certo sabor da época. Foi depois de, sem querer, o ter descoberto, que me ocorreu a ideia de prosseguir por tal caminho, adindo, por louçainha, arcaísmos vocabulares aos sintácticos que naturalmente procediam da tradução literal. A despeito de aparências em contrário, tal solução representa, afinal, uma voluntária cedência à tentação da facilidade: é que a sintaxe fluida do português quinhentista é finalmente mais flexível e, por conseguinte, mais rica em recursos estilísticos que a do de hoje em dia, mais rígido e mais normalizado, permitindo nomeadamente esquivar a interpretação rigorosa das ambiguidades em que o texto italiano abunda. Que me perdoe o leitor se, ao poupar-me assim à ingrata faina de as desenvencilhar, lhe deixo esse trabalho! Direi, à guisa de desculpa, que uma obra de erudição como a presente visa necessariamente um público erudito, para quem não será demasiado árdua tal tarefa.

Dito da forma, passemos à matéria. O interesse dos documentos aqui apresentados é assaz desigual. O do pequeno encómio de D. Manuel, da lavra de Vaglienti, com que abre a colectânea, é reduzido; reside essencialmente em mostrar que havia, na Europa do Renascimento, não só quem se interessasse pela significação epistemológica das viagens de descobrimento, como também quem vibrasse em consonância com a ideia imperial manuelina, tinta de laivos de cruzada, ainda bem medievais. Da mesma atmosfera respira um curioso texto que ocupa na presente edição, antes do apêndice, o derradeiro lugar: a despeito do seu título enganador – *Notícia de uma nova província novamente achada pela armada do Sereníssimo Rei de Portugal nas partes da Índia* – trata-se na realidade de um trecho de pura geografia mítica, que recapitula os principais temas das lendas medievais do ciclo do Preste João. Pelo seu carácter livresco difere, assim, profundamente das demais epístolas compendiadas no códice, e apresenta um interesse predominantemente ideológico.

Pelas suas observações etnográficas, as três cartas referentes à viagem pioneira de Vasco da Gama são quiçá as mais interessantes. Ao que sabemos por conduto do *Diário*, geralmente atribuído a Álvaro Velho, e pelos cronistas como Castanheda, apenas acrescenta um ou outro ponto mais concreto, tais como informação de que logo à ida para a Índia toparam com ouro na zona de Sofala e a de

que, como supostamente sem razão pretendia Gaspar Correia, o piloto mouro que guiou a frota de Melinde e Calecut tornou com ela para Lisboa. O principal interesse das três cartas jaz, porém, nas descrições etnográficas em que abundam, bem mais ricas que as do *Diário* e da suma geográfica que lhe anda apensa. Embora coada pela transmissão do testemunho – dos marinheiros do Gama, do piloto, de Gaspar da Índia e aparentemente também de Monçaide, aos dois autores das três epístolas, e quiçá também por Piero Vaglienti ao transcrevê-las, como pelo menos uma adjunção deixa suspeitar – é a primeira imagem da Índia real na época moderna que nos surge, confusa ainda, mas fresca.

É verdade que, ao contrário da grande maioria dos autores coevos portugueses como Duarte Barbosa e Tomé Pires, que parecem ignorar Plínio e jamais ter lido Marco Polo, os nossos escritores evidenciam certa cultura livresca – o que no caso vertente apenas lhes serve para complicar as coisas, permitindo-lhes que, para grande confusão do leitor moderno, mesclem à informação recente que lhes chegava das Índias serôdias reminiscências da época romana ou da da *Pax Mongolica*. Plínio, que na versão original latina fora impresso em Veneza em 1469 e que quatro anos mais tarde fora vertido em toscano, é-lhes particularmente caro; e raramente deixam escapar uma oportunidade para notar como as novas chegadas do Oriente vinham a confirmar os *mirabilia* referidos pelo crédulo autor latino, que alguns tinham por patranhas. Mas nem todas as maravilhas e portentos remontam necessariamente a Plínio ou a seus continuadores como Solino: algumas provêm da própria tradição hindu e ocorrem já no *Râmâyaṇa*, outras divulgaram-se na época helenística com o *Romance de Alexandre* do Pseudo-Calístenes, de que há adaptações em siríaco, em árabe, em etiópico e até em persa e em malaio. É, por outro lado, bem visível na literatura árabe um gosto idêntico pelos portentos; basta citar o *Kitâb 'Ajâ'ib al-Hind* ou *Livro das Maravilhas da Índia*, do nacodá Bozorg filho de Xahriyâr de Râmhormoz, que data do século X da nossa era. Através dessa literatura, que o piloto mouro do Gama e Gaspar da Índia conheceriam talvez, podem ter passado aos nossos textos alguns de tais *mirabilia*.

Ao invés de Plínio, Marco Polo não é jamais citado nas cartas coligidas por Vaglienti. É verdade que a sua popularidade não foi, na Idade Média, tamanha como por vezes se pensa: se, por um lado, os 202 manuscritos do seu texto que chegaram até nós atestam da sua larga difusão, são, por outro lado, raros, os autores do século XIV que o citam: apenas a *Crónica* de Pipino, a *Historia Florentina* de Villani,

o *Conciliator differentiarum philosophorum et praecipue medicorum* de Pietro d'Abano, a *Crónica* de João d'Ypres e o romance poético de *Baudouin de Sebouro*; o próprio livro das imaginárias *Viagens* de João de Mandeville, que é na realidade um centão de extractos de itinerários verídicos amalgamados a fragmentos puramente míticos, parece ignorá-lo. À época em que foram redigidas as missivas compiladas por Vaglienti, ainda o texto de Marco Polo não circulava em língua vulgar senão manuscrito, pois impressa apenas havia a versão latina de frei Francisco Pipino, feita entre 1315 e 1320 e dada à estampa em Antuérpia *c.* 1485; só em 1502 viria a lume a versão portuguesa, feita quiçá pelo infante D. Pedro e impressa em Lisboa por Valentim Fernandes; e meio século mais tarde a versão italiana de Ramúsio. Manuscritas, corriam certamente mais cópias que as 202 que chegaram até nós, umas da versão francesa, que tudo leva a crer ser a original, outras da latina, e outras ainda das versões italianas, de que a melhor é uma num toscano exemplar, transmitida por um manuscrito da Biblioteca Magliabecchiana de Florença, e justamente conhecida por *L'Ottima*. Seja como for, é por demais evidente que é em Marco Polo que Vaglienti baseia a sua geografia fantástica, quer no *Elogio de D. Manuel* quer na *Notícia de uma nova província novamente achada* a que aludimos já. O *Livro* do célebre viajante veneziano parece ainda subjazer, em filigrana, a algumas das observações que nas suas cartas faz Girolamo Sernigi, sobretudo ao mesclar referências à idolatria dos hindus à pintura ideal de uma Índia maioritariamente cristã, que Gaspar da Gama e o piloto guzerate haviam impingido à corte de Lisboa. Para que o leitor se não confunda procurámos, nas notas que lhe apusemos, identificar todos os passos que no texto parecem extraídos de Marco Polo e não fruto da informação oral carreada pelos tripulantes da frota.

As missivas posteriores a 1500 são, de uma maneira geral, de menor interesse, mas ainda assim úteis assaz ao historiador, por certos pormenores que esclarecem.

Quatro respeitam à armada de Pedro Álvares Cabral, mas uma delas não é propriamente uma carta, senão antes a junção de dois extractos de uma relação completa da viagem, cujo original português se perdeu, mas de que resta uma versão italiana publicada por Ramúsio; retrovertida em português, foi em 1812 publicada na íntegra por Mendo Trigoso no tomo II da *Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos Dominios Portuguezes ou lhes são visinhas*, que organizou para a Academia Real das Ciências. Bastas vezes designada por *Diário*, ou melhor, *Relação*

do Piloto Anónimo, foi desde então por várias vezes reeditada em português e, vertida em inglês por William Greenlee com todas as demais notícias da viagem cabralina, publicada em 1938 pela Hakluyt Society de Londres; essa edição foi, por seu turno, adaptada à língua portuguesa por António Álvaro Dória, e editada na «série ultramarina» da «Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil» da Livraria Civilização do Porto, dirigida pelo Visconde da Lagoa. Dispensámo-nos por isso de incluir nesta edição os fragmentos recopilados por Vaglienti, certos de que melhor se satisfará o leitor com a versão completa do texto, que encontrará facilmente.

Também respeitante à expedição de Cabral é a carta de Vespúcio, já editada pelo conde Baldelli Boni em 1827. Como recentemente a republicou em edição crítica, com o resto do *corpus* vespuciano, Ilaria Luzzana Caraci, dispensámo-nos de reeditar o seu texto italiano, dando muita embora em apêndice a sua versão portuguesa, profusamente anotada. Valia a pena fazê-lo, dado que até aqui tem sido usada e comentada mais por americanistas que por orientalistas, conquanto se refira muito mais à Índia que ao Brasil. Quer-nos parecer que as detalhadas referências geográficas que contém – mormente sobre o Malabar, de que cita um ror de portos, alguns verdadeiramente secundários – prova cabalmente a sua autenticidade, que alguns estudiosos como Varnhagen puseram outrora em dúvida. Foi, desta vez também, Gaspar da Índia o informador principal do escritor, e é sem dúvida isso o que explica a cópia de informação topográfica que contém.

As outras duas cartas referentes à viagem de Cabral – inéditas até aqui na forma italiana original, embora publicadas já em versão inglesa e portuguesa – são ambas do punho de Bartolomeu Marchionni; nelas se notará a ausência de qualquer alusão ao descobrimento do Brasil, o que se verifica outrossim na quase totalidade das missivas enviadas pela mesma época para Itália, que o leitor curioso achará comodamente reunidas na edição de Greenlee. O desinteresse pelo Brasil parece, assim, ter sido comum a todos os meios mercantis da Europa: das notícias enviadas para Veneza acerca da expedição, apenas a missiva do núncio veneziano Giovanni Camerino ou Giovanni Matteo Cretico, alude de passagem ao seu descobrimento; nas três cartas de Angelo Trevisano e na de Giovanni Francesco de Affaitadi, nem uma palavra; nenhuma, tampouco, nos cinco textos reunidos nos *Diários* de Priuli, nem em outros tantos recolhidos nos de Marino Sanuto. Visivelmente, ao contrário da média burguesia portuguesa, segundo tudo leva a crer mais inte-

ressada no Atlântico, a burguesia italiana continuava a preocupar-se, antes de mais, com o comércio do Índico. Ao próprio D. Manuel, empenhado sobretudo nos seus planos megalómanos de cruzada, que comportavam a aliança com o Preste João e com os supostos reinos cristãos da Índia, o ataque ao Egipto pelo Mar Vermelho, a destruição de Meca e a recuperação de Jerusalém para a Cristandade, a nova do achamento do Brasil parece ter entusiasmado pouco: ao contrário do que se passara no ano anterior com o regresso de Vasco da Gama, e do que se passaria mais tarde com as sucessivas façanhas dos portugueses na Índia, não há qualquer prova documental de que a tenha participado aos concelhos, mandado celebrar acções de graças, notificado a Santa Sé, ou comunicado aos sogros o feito. Só a estes o viria a participar mais tarde, após o regresso de Cabral da Índia, intercalando na relação do que no Malabar se passara, que era o que deveras lhe importava, um curto parágrafo sobre o achamento do Brasil, nitidamente inspirado na carta de Pero Vaz de Caminha.

Notar-se-á, em contrapartida, que as cartas de Marchionni, como outras que nos anos imediatos se lhes seguem, especificam os quantitativos de especiaria trazidos da Índia e, bastas vezes, o seu preço – a que faltam quase inteiramente as referências na documentação portuguesa coeva que até nós chegou e, como seria talvez de esperar, também nas crónicas, na sua maioria redigidas um bom meio século mais tarde. É noutros documentos italianos – a *Relação* de Lunardo da Chà Masser e as numerosas missivas copiadas por Marino Sanuto nos seus preciosos *Diários* – que achamos as cifras que nos permitem sujeitar a colação os dados das presentes cartas. A perspectiva do mercador, que nelas transparece, diverge assim claramente da do cruzado ou do fidalgo guerreiro, que sobretudo ressumbra das páginas dos cronistas.

O entusiasmo da colónia mercantil florentina estante em Portugal com as perspectivas comerciais que a abertura da rota do Cabo parecia rasgar mostra-se até excessivo: hoje, cinco séculos já volvidos, é com um sorriso nos lábios que lemos o vaticínio, por mais de uma vez repetido, de que Porto Pisano iria suplantar Veneza, e de que aos venezianos não restaria mais remédio que tornar-se pescadores... Apesar de exagerada, esta euforia dos mercadores florentinos de Lisboa pode ter tido um papel importante na prossecução da política oriental do *Venturoso*. A oposição, por vezes violenta, ao imperialismo estatal e à sua tendência monopolista, vinha já do reinado de D. João II, senão do de D. Afonso V; sob o de D. Manuel,

que, recorde-se, enviou Vasco da Gama à Índia contra o parecer da maioria do conselho, tendia a recrudescer. A contestação provinha principalmente dos sectores da corte mais interessados no comércio do Atlântico, fora da alçada da Coroa, avessos tanto aos monopólios realengos como aos planos manuelinos de cruzada; e sem dúvida também da média burguesia portuguesa, que não tinha cabedais para se empenhar em trato de tão longo curso, em que, além do mais, o retorno das somas empatadas requeria uma espera de pelo menos quinze meses. O entusiasmo dos florentinos com a nova rota de comércio pode ter levado alguns sectores mais virados para o Atlântico a interessarem-se também pelo Índico; e o seu apoio, embora não motivado exactamente pelo mesmo messianismo cruzadístico que empolgava o círculo que rodeava o monarca, deve ter contribuído para que este tenha podido levar avante a sua, contra a maioria da corte. Sem embargo da viagem de Cabral, graças sobretudo à vinda para a Europa de um sacerdote da igreja siromalabar, ter desvendado à corte de Lisboa a verdadeira geografia religiosa da Índia, onde os cristãos não passavam de uma fraca minoria, que era inútil aliciar para a cruzada, outras expedições, ano a ano, se vieram assim a suceder.

Às missivas de 1501, referentes à viagem de Cabral, segue-se uma do ano imediato, mas redigida em Sevilha. Este detalhe é em extremo relevante para a interpretar correctamente, já que «as novas ilhas da Índia» a que aí se alude são as Antilhas, «o almirante» é Cristóvão Colombo (que em 1492, pelas *Capitulações de Santa Fé*, obtivera dos Reis Católicos o título de Almirante do Mar Oceano) e os «pesos» em que se dão os preços de certas vitualhas são pesos de ouro castelhanos, equivalentes a um centésimo de arrátel, ou seja, cerca de 4,6 gramas, e não bares de pimenta do peso de 180 quilos. À frota de João da Nova, que pouco antes regressara da Índia, são dedicados apenas dois parágrafos, o que é deveras pena, já que essa é, de todas as viagens portugueses à Índia, a de que menos sabemos, devido ao laconismo dos cronistas e à total inexistência de documentação coeva. Tudo leva a crer que D. Manuel, que ao despachá-la para o Hindustão o supunha ainda maioritariamente povoado de cristãos, estava confiante em que a armada de Cabral teria desfeito todos os mal-entendidos em que lavrara o Samorim a quando da do Gama, e que a epístola em que o exortava a juntar-se a seus irmãos na fé cristã para a cruzada geral contra o muçulmano teria surtido efeito. Enviou assim para o Malabar uma mera armada de comércio, que praticamente não deixou história. Teria,

como aventa Geneviève Bouchon, ultrapassado o Malabar e atingido as costas de Ceilão? Para além da inscrição portuguesa de Colombo datada de 1501, o único indício, bem ténue, de que assim poderá ter acontecido é o facto insólito de 41% da carga que trouxe ser constituída por canela.

Sobre a expedição seguinte, a segunda que comandou Vasco da Gama, há também uma breve carta, desta feita do punho de Francesco Corbinelli, que Albuquerque faria mais tarde feitor de Goa. As dificuldades que tivemos ao anotá-la provêm da disparidade dos relatos com que cumpria cotejá-la, já que, contando com os dos cronistas, são em número de catorze, e em muitos pontos divergentes. Há que notar, contudo, que as divergências se não revelam insolúveis, já que resultam de irem os autores das diversas relações embarcados em navios distintos e de, à ida, a frota se ter dispersado, escalando Moçambique e Quíloa todos os navios, mas apenas quatro Sofala e dois Melinde. Embora contenha pouca informação inédita, o confronto desta carta com as demais fontes de que dispomos permite estabelecer que foram algumas das naus de Vasco da Gama, em 1502, e não as de Afonso de Albuquerque, em 1503, as primeiras a fazer carga em Coulão, e que foi aí e não em Cranganor que a comunidade cristã local ofereceu aos portugueses a vara da justiça, assim se colocando sob a sua protecção.

Para a viagem dos Albuquerques temos igualmente uma carta, mais longa que as precedentes, tão paralela à de Giovanni da Empoli (que Mendo Trigoso tresladou na sua *Collecção de Noticias*) que chegaram alguns a pensar que eram do mesmo autor; a semelhança deve-se, todavia, apenas ao facto de seguirem ambos os epistológrafos a bordo da mesma nau, presenciando e vivendo os mesmíssimos sucessos. É, de todas as da colecção, a que mais atenção presta às tempestades e outros perigos do mar, de que o autor se revela assaz medroso. Contém algumas observações de cunho etnográfico sobre os hotentotes da Aguada de São Brás e, sobretudo, sobre os hindus e cristãos do Malabar. O interesse principal desta missiva jaz em nos revelar que, ao regressar da Índia em 1504, a armada de Afonso de Albuquerque costeou durante quinze dias a ilha de São Lourenço, ou seja, Madagascar, facto que de nenhum outro documento ressalta claramente. É isso o que explica que na viagem seguinte, em 1506-1507, Albuquerque, como confessa numa carta sua e igualmente reportam os cronistas, tenha aproveitado a estadia forçada em Moçambique, à espera de monção para prosseguir jornada, para reconhecer as ilhotas sitas ao largo de São Lourenço

onde da primeira vez ia dando em seco, explorando em seguida a costa oriental malgaxe.

A carta seguinte refere-se a essa segunda viagem de Albuquerque e foi escrita de Moçambique em Janeiro de 1507, enquanto a frota aí aguardava a monção para seguir avante, rumo a Socotorá – donde Tristão da Cunha partiria em direcção ao Malabar e Afonso de Albuquerque para a costa da Arábia. O documento dá alguma notícia sobre o sertão de Moçambique, em que o autor se internou um pouco, mas foca principalmente a arribada de uma das naus a Madagascar e a viagem exploratória que Tristão de Cunha e Albuquerque aí decidiram fazer. Foi, infelizmente, escrita antes do regresso destes à costa africana, onde permanecia o autor, mas ainda assim contém informações interessantes sobre a ilha, colhida pela nau da frota que à vinda do Reino lá tocara e junto de dois malgaxes que trouxera para Moçambique. Refere a existência de gengibre e, confusamente, a de outras especiarias, especialmente cravo, certamente importado da Insulíndia por juncos jaus ou malaios que continuavam a frequentar a costa oriental da ilha. É quiçá essa a informação mais importante que contém, já que, embora se tenha tornado claro desde a chegada dos portugueses às partes de Malaca que as populações malgaxes eram afins dos malaios e provinham daquela região do Globo, jamais se conseguiu determinar ao certo em que momento cessaram as navegações dos austronésios do Arquipélago Asiático para Madagascar. Este documento atesta de que não haviam ainda cessado inteiramente nos primeiros anos de Quinhentos.

Por outro lado, cruzando a informação que contém com a de outras fontes, permite entrever um tráfego regional de navios portugueses que, para além da ida e vinda das armadas do Reino, se começava a desenhar, quer entre Quíloa e Sofala, quer entre o Malabar e a costa oriental africana. Era aqui que, por então, a presença portuguesa se afirmava mais claramente, pois na Índia, deixando de lado a minúscula ilha de Angediva, apenas contava ainda com o apoio facultado por reis amigos nos seus portos de Cochim, Cananor e Coulão.

Segue-se-lhe a missiva de Afonso de Albuquerque ao vice-rei, a que aludimos já, narrando-lhe a expugnação de Ormuz, em Outubro desse mesmo ano de 1507. Como adiantámos então, fora em 1971 editada por Jean Aubin. O original autógrafo jamais foi encontrado, mas existia na Biblioteca da Universidade de Coimbra uma cópia datada de 1609, que em 1972 Ronald Bishop Smith publicou;

finalmente, num códice recém-adquirido pela Biblioteca Nacional de Lisboa, veio a achar-se um cópia quinhentista, mais próxima portanto do original, que Maria Clara Junqueiro e António Ribeiro Guerra publicaram em 1982 e Bishop Smith de novo dez anos mais tarde. Essa circunstância permitiu-nos empreender uma edição crítica, tentando reconstituir o protótipo a partir dos três testemunhos existentes, o que se revelou particularmente frutuoso no caso dos topónimos, todos mais ou menos estropiados em todas as versões. Contém alguma informação interessante sobre Ormuz e terras circunvizinhas; sobretudo, é o único documento da colectânea vertido do português, e o único devido a uma personagem responsável pelos rumos da expansão, o que acresce o seu valor de testemunho.

Sucede-lhe a carta de um moço de Bartolomeu Marchionni a Pedro Panciatichi, referindo o apresamento da nau de Job Queimado, tornada havia pouco do Índico, pelo corsário biscainho Mondragón, em Novembro de 1508. A breve epístola resume de seguida as novas que a armada desse ano trouxera da Índia, de que a principal era a da primeira conquista de Ormuz por Afonso de Albuquerque, a que se refere o documento anterior. O relato, que é de segunda mão, é, porém, assaz sucinto, e está longe de conter o colorido e o detalhe da carta de Albuquerque ao vice-rei.

Em seguida, como pela observação atenta da sucessão das missivas não deixareis de notar, verifica-se na colectânea de Vaglienti uma como que lacuna, já que não aparece nela documento algum referente às armadas subsequentes, até ao regresso das naus da Índia que chegaram a Lisboa em Maio de 1513. Escapa-nos assim o que para Itália terão mandado dizer os florentinos de Lisboa a propósito da acção de D. Francisco de Almeida e de seu filho D. Lourenço na Índia e em Ceilão, e sobre a tomada de Goa por Afonso de Albuquerque, para não mencionar feitos menores.

A série das cartas datáveis encerra-se com uma de 1513, que foca sobretudo a conquista de Malaca. Ao que sabemos por outras fontes pouco ajunta, mas contém uma referência aos chins e, sobretudo, dados interessantes sobre o comércio, incluindo a relação detalhada da carga das duas naus que no ano anterior haviam carregado no grande empório malaio.

Deixámos para o fim, antes do apêndice em que damos a tradução da carta de Vespúcio de 1501, a *Notícia de uma nova província novamente achada*, a que aludimos de começo; no códice segue imediatamente a carta de 1504, referente à expedição dos Albuquerques, mas o lugar que ocupa resulta irrelevante, visto tratar-se de

um texto intemporal, súmula das lendas medievas do ciclo do Preste João, sem dúvida da própria pena de Vaglienti. Pelo seu carácter eclético, respigando de aqui e de além informes de diversa sorte, aparenta-se sobretudo ao livro das *Viagens de João de Mandeville*, que, como tivemos ocasião de notar, é na realidade uma centonização de diversas relações de viagem, composta originalmente em francês em 1366; aparentemente mais popular que o *Livro de Marco Polo*, conheceu a breve trecho uma larga difusão, pois circulou impressa desde 1470 em flamengo, alemão, inglês, italiano, castelhano, dinamarquês e latim, embora, curiosamente, jamais na sua língua original, o francês. Foi quiçá nela que se inspirou Vaglienti, embora a não siga servilmente: a sua versão da lenda do Preste João é assaz original, bem diferente, nomeadamente, da da famosa carta do Preste ao imperador bizantino, que correu manuscrita no ocidente europeu a partir do terceiro quartel do século XII, pois incorpora lendas, como a da comporta do Nilo, que só muito mais tarde se divulgaram na Europa. Sobre a presença portuguesa no Índico, que apenas toma por pretexto, nada de novo ensina; mas constitui curioso testemunho da sobrevivência, em plena época dos descobrimentos, das lendas do Médio Evo.

Aqui ficam, pois, ao dispor dos investigadores, orientalistas ou curiosos da história pátria, os quinze textos compilados por Piero Vaglienti no seu códice, hoje conservado na Biblioteca Riccardiana de Florença. A edição que tendes nas mãos é, com alguns retoques, idêntica à que saiu na revista *Mare Liberum*, números 18-19, de 1999--2000, e 21-22, de Janeiro-Dezembro de 2002. A ideia de as reeditar em livro partiu do meu prezado amigo João Paulo Salvado, responsável pelas publicações da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, que ora se extingue, nos derradeiros anos da sua existência. Imensamente grato lhe fico por tal iniciativa, e aos mesmos sentimentos se associa a co-autora, Carmen Radulet. A nossa gratidão vai igualmente para Joaquim Romero Magalhães, Comissário Nacional, que prontamente anuiu à sugestão, decidindo incluir esta publicação na volumosa série que ficará constituindo o canto de cisne da benemérita Comissão. Vê-la incluída na colecção «Outras Margens» é, sem dúvida, um privilégio.

Um agradecimento muito especial é igualmente devido a Clara Boléo, que velou por esta edição em livro, com carinho mais que maternal.

Recorda-me ter uma vez ouvido ou lido que as revistas constituem o cemitério dos artigos. É juízo severo em demasia, mas não

deixa de ter a sua razão de ser: é que apenas os investigadores e os eruditos as frequentam, sobretudo quando após a sua publicação decorrem já alguns anos. Pela diversidade e qualidade dos artigos que nos seus vinte e dois números editou, a *Mare Liberum* não merece cair no esquecimento, mas permanecer, como por exemplo o *Archivo Historico Portuguez*, a *Revista Lusitana* ou o *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, uma referência perene. Seja como for, para o público em geral, um livro é outra coisa, quanto mais não seja pela franqueza com que ostenta no frontispício e na lombada a matéria de que trata, que a revista, ao invés, oculta pudicamente sob uma capa enigmática e sempre igual. Queda assim assegurada uma mais vasta difusão da obra.

É por isso que, ao apresentar sob a forma de livro este trabalho, da primeira vez publicado em artigos de revista, me sinto deveras feliz. Oxalá tenha sabido merecer o privilégio e não defraudar a expectativa do leitor!

Luís Filipe F. R. Thomaz

NOTA SOBRE A TRANSCRIÇÃO E PRONÚNCIA DAS PALAVRAS EXÓTICAS

Na impossibilidade de adoptar um sistema de transcrição único, válido para todas as línguas que se não escrevem normalmente em caracteres latinos, transcrevemo-las (à excepção do grego) de harmonia com três princípios: distinguir na escrita os diversos fonemas que em cada língua se opõem fonologicamente, representá-los tanto quanto possível pelos caracteres que na ortografia portuguesa notam os fonemas que mais se lhes assemelham e limitar ao mínimo o emprego de sinais diacríticos, que o uso de computadores nem sempre facilita.

Na transcrição do árabe marcámos com um *acento circunflexo*, as vogais longas; representámos por ' a *hamza* (ataque glotal a uma vogal ou oclusiva laringal surda) e por ‘ o *'ain*, espirante laringal sonora; marcámos com um ponto por baixo as consoantes ditas *enfáticas*, ou seja, cuja produção é acompanhada de constrição da glote, mas para a sibilante surda *çad* ou *s enfático* preferimos, por comodidade gráfica, o *ç*, e para a gutural surda *qof*, ou *k* laringalizado o *q*; para a chiante ou espirante palatal surda *xim*, geralmente transcrita, à inglesa, por *sh*, utilizámos o *x*; para a espirante interdental surda (*grosso modo* equivalente à *zeta* castelhana ou ao *th* inglês em *think*) usámos o dígrafo *th*, e para a respectiva sonora (*grosso modo* equivalente ao *th* inglês em *that*) o dígrafo *dh*; para a espirante gutural surda, mais ou menos equivalente à *jota* castelhana, utilizámos o dígrafo *kh*, e para a sonora correspondente, dita *ghain*, *gh*. Se eventualmente ocorresse a junção de um *t*, um *d* ou um *k* com uma aspiração simples, *h*, separaríamos, como se faz em catalão, os dois fonemas por um pequeno ponto a meia altura (*t·h*, *d·h*, *k·h*), mas esse caso jamais se dá nos vocábulos que citamos. Para a espirante laringal surda (a consoante surda correspondente à sonora *'ain*) *ḥ* pontuado (*ḥ*), ao passo que para a aspiração surda *h*, espécie de simples bafejo, usámos o *h* simples; daí se segue que o dígrafo *sḥ*, que ocorre algumas vezes, não representa o som simples que notamos

por *x*, mas o encontro de um *s* com uma aspiração laringal. Na desinência do feminino singular omitimos a notação do *ta marbuto*, ou seja, um *ha* final sobrepujado pelos dois pontos do *ta*. Notámos por *j* a africada palatal sonora *jim*, geralmente pronunciado *dj*, excepto quando quisemos expressamente figurar a antiga pronúncia gutural, *g*, do fonema, que sobrevive no Egipto.

Na transcrição do persa moderno, utilizámos o mesmo sistema que para o árabe, sem embargo de na pronúncia se não distinguirem, nas palavras importadas do árabe, nem as enfáticas nem as espirantes estranhas ao sistema fonológico do persa, pronunciando-se como *z* as consoantes que notamos por *z*, *ẓ*, *ḍ* e *dh*; como *s* o *s*, o *ç* e o *th*; como *h* simples tanto o *h* como o *ḥ*; como oclusiva laringal, ', tanto a *hamza* como o'*ain*, e como *gh* tanto o *gh* ou *ghain*, como o *q* ou *qof*. Notámos por *ch* a africada palatal surda equivalente ao *ch transmontano (=tx)*, estranha ao árabe, tal como o *p* e o *g* (sempre gutural, como em *gato*); dispensámo-nos de marcar com acento circunflexo as vogais longas *i* e *u*, uma vez que transcrevemos por *e* e *o*, segundo a pronúncia mais corrente no Irão, as vogais breves respectivamente correspondentes.

Na transcrição do sânscrito e línguas dele derivadas utilizámos o sistema da convenção dos orientalistas, universalmente aceite, substituindo, contudo, algumas vezes o til, ~, ao *m pontuado*, como notação do *anusvara*, que marca a nasalização de uma vogal. Neste sistema há a notar que: *c* nota uma africada palatal surda (equivalente a *tx* ou *ch transmontano*) e *j* a sonora correspondente, *dj*, de modo que o *g* é sempre gutural (como em *gato*); *ṭ*, *ḍ* e *ṇ pontuados* notam oclusivas retroflexas (produzidas com a ponta da língua revirada a tocar o céu da boca, *grosso modo* como em inglês); *ç* (frequentemente transcrito por *s com acento agudo*) nota uma sibilante palatal surda equivalente ao nosso *x*, e *ṣ* uma sibilante retroflexa surda não muito diferente do *s apical* do português dialectal (*s de Viseu*); por comodidade gráfica as vogais longas vão marcadas com o acento circunflexo, ^, em vez do habitual *macron* ou «sinal de longo», ¯; o *r* em função de vogal é marcado com um ponto (*ṛ*) que nada altera ao seu valor habitual.

Sem embargo de nos seus dicionários Monsenhor Dalgado o notar por um sistema inspirado no do sânscrito, notámos o concanim conforme o notam habitualmente os cristãos de Goa, segundo o sistema de romanização introduzido pelos jesuítas no século XVI, em que as letras têm aproximadamente o mesmo valor que em português; para notar as retroflexas usam-se consoantes dobradas (*tt*,

dd, *nn* e *ll*) em vez de caracteres pontuados; as vogais longas vão marcadas com *acento circunflexo* e a nasalização ora por *til*, ora por *n* ou *m*, conforme a consoante que se siga; quando *m* ou *n* não notam a mera ressonância nasal sobre a vogal precedente mas soam como consoantes articuladas, vão seguidas de um *apóstrofe*; a vogal breve que Mons. Dalgado nota por *a*, quando é claramente pronunciada vai notada por *o*, conforme a pronúncia corrente em Goa; quando é muda (como por exemplo no fim das palavras) omite-se na transcrição. Mantivemos o acento circunflexo sobre as vogais longas *î* e *û*, embora na pronúncia corrente de Goa a distinção entre breves e longas não seja já observada.

Na transcrição das línguas dravídicas do Sul da Índia o sistema utilizado é aproximadamente o mesmo do sânscrito; nestas línguas não há oposição fonológica entre surdas (*k*, *c*, *ṭ*, *t*, *p*) e sonoras (*g*, *j*, *ḍ*, *d*, *b*), pronunciando-se como surdas as consoantes iniciais e as mediais dobradas, e como sonoras as mediais simples; o alfabeto tâmule nota assim cada surda e a sonora correspondente pelo mesmo símbolo, enquanto que o malaialam ou malaiala procede assim apenas nas palavras vernáculas, fazendo a distinção gráfica nas derivadas do sânscrito; mas os alfabetos do telugu e do canarim, canará ou canarês, línguas mais influenciadas pelo sânscrito, estendem a distinção a todos os vocábulos, sejam vernáculos ou não.

O malaio, na Indonésia designado oficialmente por *bahasa indonesia* ou «língua indonésia», vai notado de harmonia com a *éjaan baru* ou «nova ortografia» adoptada em 1972 por acordo entre a Malásia, a Indonésia, Brunei e Singapura, em que apenas há a observar o seguinte: o *c* nota uma africada palatal surda (*tx*, *ch transmontano*) e o *j* a sonora correspondente, de modo que o *g* é sempre gutural (como em *gato*); o dígrafo *ng* nota uma nasal velar (idêntica às que ocorrem no inglês *singing*); *ny* nota uma nasal palatal idêntica ao nosso *nh*; marcámos com *acento agudo* o *é* aberto, para o distinguir do *e* mudo (dito *pepet*, idêntico ao que ocorre no português *de*, *que*, etc.), muito mais corrente. O *jau* ou *javanês*, que tem um sistema fonológico semelhante, vai transcrito de maneira análoga, havendo apenas a notar que *è* equivale ao português *é*, e *é* ao português *ê*, e que *d* e *t* pontuados (noutro sistema grafados *th* e *dh*) notam consoantes retroflexas idênticas às das línguas indianas.

O *chinês* vai notado segundo o sistema de Wade, em que as diversas letras têm *aproximadamente* o mesmo valor que em inglês e a aspiração é indicada pelo *apóstrofe*; renunciámos a notar os tons.

Pode ver-se a correspondência entre este sistema, o outrora usado pela École Française d'Extrême Orient e o *pinyin*, adoptado na República Popular da China, no dicionário do Instituto Ricci citado na bibliografia.

Nas citações de títulos bibliográficos contendo palavras exóticas (nomeadamente os artigos da *Encyclopédie de l'Islam*) respeitámos a transcrição usada em cada caso.

INTRODUÇÃO

Apresentação do Códice

I

Ao Códice *Riccardiano* 1910 de Florença, já a partir do século XVIII, foram dedicados numerosos estudos parciais, mas foi sobretudo em finais do século passado que este manuscrito ficou célebre, porque inserido na polémica relativa à autenticidade dos textos de, ou atribuídos a, Américo Vespúcio[1]. Esta circunstância, ao contrário do que esperava um erudito como Baldelli Boni[2], teve como reflexo uma atitude de circunspecção que levou alguns investigadores a duvidarem da autenticidade de toda, ou de grande parte, da documentação transcrita por Piero Vaglienti[3] na sua antologia[4]. Felizmente, a obra de uma pessoa de grande cultura e sensibilidade como foi Gustavo Uzielli[5] teve o condão de divulgar uma parte dos textos não relacionados com Américo Vespúcio presentes na antologia e, mais recentemente, a publicação da obra de Piero Vaglienti,

---

[1] A bibliografia sobre este tema é extremamente ampla, todavia, os estudos mais significativos foram por nós assinalados *in* Carmen M. RADULET, *O Cronista Rui de Pina e a «Relação do Reino do Congo»*. Lisboa: CNCDP/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 84, n.º 11.

[2] In *Il Milione di Marco Polo*, Testo del secolo decimoterzo (Florença, 1827), Baldelli Boni sublinhava que o códice em questão era muito precioso para a história dos descobrimentos e asseverava que a apresentação da colectânea por ele efectuada pudesse «invaghire un qualche letterato a pubblicarlo per intero» (p. CXXVIII).

[3] Uma reconstrução da biografia e da actividade de Piero Vaglienti encontra-se *in* Carmen M. RADULET, *O Cronista Rui de Pina e a «Relação do Reino do Congo»*, pp. 86-89.

[4] A este respeito é significativa a posição assumida por Giuliano Berchet que excluiu o Códice *Riccardiano* 1910 da *Raccolta Colombiana* (*Raccolta di Documenti e Studi* pubblicati dalla Regia Commissione Colombiana nel Quarto Centenario della Scoperta dell'America, Roma, 1892, 13 vols.) porque não fiável, utilizando, porém, na mesma publicação, textos do códice Soranzo-Sneyd, idênticos aos dos transcritos por Piero Vaglienti na sua miscelânea.

[5] Os mais significativos estudos de Gustavo Uzielli relativos a este tema são citados *in* Carmen M. RADULET, *O Cronista Rui de Pina e a «Relação do Reino do Congo»*.

Storia dei suoi tempi, 1492-1514[6], deitou uma luz mais objectiva sobre a vida e a actividade cultural deste mercador florentino.

Alguns investigadores, portugueses e estrangeiros, fizeram referência ou utilizaram para os seus ensaios dados provenientes directa ou indirectamente do Códice *Riccardiano* 1910, mas, pela primeira vez, foi Fr. Francisco Leite de Faria quem, no estudo intitulado «Uma relação de Rui de Pina sobre o Congo escrita em 1492»[7], pôs devidamente em relevo a importância que a documentação presente nesta miscelânea tinha para a reconstrução da história dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa. Como é natural, o interesse geral veio a crescer em redor desta obra e assim, em 1985, juntamente com Luís Filipe Reis Thomaz e Maria Emília Madeira Santos, apresentámos ao IV Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa uma comunicação intitulada *Fontes italianas para a história das viagens à Índia (1499-1506)* e, posteriormente, em 1992, editámos o texto da «Relação do Reino do Congo»[8].

A intenção subjacente ao estudo apresentado no quadro do IV Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa era a de proceder à publicação completa (texto italiano, tradução portuguesa e anotação filológica, historiográfica e geográfica) de todos os textos relativos às viagens portuguesas à Índia, mas o empenho era muito grande e, assim, numa fase inicial publicámos três cartas relativas à primeira viagem de Vasco da Gama à Índia (duas cartas de Girolamo Sernigi e uma de Guido di messer Tomaso Detti) no volume *Vasco da Gama. La prima circumnavigazione dell'Africa (1497-1499)*[9].

Por ocasião do V Centenário da Circumnavegação da África considerámos que era oportuno publicar as duas cartas de Girolamo Sernigi e a carta de Guido di messer Tomaso Detti em versão italiana, acompanhadas pela tradução portuguesa e por uma anotação. A este

---

[6] Piero VAGLIENTI, *Storia dei suoi tempi, 1492-1514*. A cura di Giuliana Berti, Michele Luzzati, Ezio Tongiorgi. Pisa: Nistri-Lischi e Pacini, 1982.

[7] Estudo publicado na revista *Studia*, 19 (1966), pp. 223-303.

[8] Aquando da publicação deste texto enfrentámos a acusação de «plágio» que envolvia a figura e a actividade do cronista Rui de Pina e apresentámos de maneira exaustiva a miscelânea de Piero Vaglienti (Carmen M. RADULET, *O Cronista Rui de Pina e a «Relação do Reino do Congo»*).

[9] Carmen M. RADULET, *Vasco da Gama. La prima circumnavigazione dell'Africa (1497-1499)*. Reggio Emilia: Edizioni Diabasis, 1994. Com base nos textos italianos editados neste volume foi efectuada uma tradução francesa incluída no vol. *Voyages de Vasco da Gama. Relations des expéditions de 1497-1499 & 1502-1503*. Traduites et annotées par Paul Teyssier et Paul Valentin & présentées par Jean Aubin. Paris: Editions Chandeigne, 1995.

conjunto juntamos um texto de carácter apologético de Piero Vaglienti, intitulado «Elogio di Emanuele re di Portogallo», já que consideramos que a visão que este mercador, e ao mesmo tempo homem de cultura, transmite, possa bem indicar o deslumbramento que determinadas camadas sociais da Europa sentiram em relação à política de expansão empreendida pela Coroa portuguesa e, em especial, perante os resultados conseguidos através do feito de Vasco da Gama.

II

O códice 1910 da Biblioteca Riccardiana de Florença é um manuscrito cartáceo, filigranado de [2] + 184 folhas de 28,4 3 21 cm, com encadernação moderna. O códice é escrito em grafia mercantil florentina de finais do século XV e princípios do século XVI, de não fácil leitura como aliás salientaram muitos dos que o estudaram[10]. Cada página é dividida em duas colunas fixas mas o tamanho das letras e o número das linhas aparece variável nas diferentes partes do manuscrito. Ao lado da numeração antiga, em que se notam algumas correcções, foi acrescentada uma segunda numeração moderna em baixo à direita. O códice é constituído de cadernos realizados em momentos diferentes como testemunham a alternância das filigranas, da tinta e o tamanho da escrita.

Os textos começam em geral com um título explicativo: às vezes o título ocupa integralmente a extensão da linha, enquanto outras vezes é escrito em linhas de extensão menor para deixar espaço para uma inicial elaborada, ausente, mas indicada ao lado. Em poucos casos aparece traçada uma pequena mão a indicar um título ou um assunto fora do comum[11]. Os textos são divididos em parágrafos e parte das lacunas são assinaladas com «...».

Na transcrição do manuscrito foi normalizada a divisão das palavras, foi efectuada a resolução das abreviaturas, foram introduzidos

[10] A dificuldade de decifrar a letra de Vaglienti já assinalada por Gustavo UZIELLI (*Paolo dal Pozzo Toscanelli iniziatore della scoperta d'America. Ricordo del solstizio d'estate del 1892*. Florença, 1982, p. 178), foi salientada também por Francisco Leite de Faria que, apesar da grande experiência em matéria de manuscritos, declarou não ter conseguido ler o códice *Riccardiano* 1910 (FARIA, p. 226).

[11] Por exemplo, ao lado do título «Copia di una lettera scritta da Amerigo Vespucci d'l'Isola del Capo Verde e nel mare oceano a Lorenzo di Pier Francesco d' Medici» [fl. 48vb], ou na segunda carta de Girolamo Sernigi a indicar a frase em que se fala dos brâmanes e do hábito que eles têm de queimar as viúvas [fl. 67].

acentos, maiúsculas e pontuação. Além dos parágrafos criados por Vaglienti, foram introduzidos outros para facilitar a compreensão de alguns textos. Em presença de frases muito compridas foi efectuada a divisão em períodos mais limitados, operação que porém conduziu à criação de muitas frases que começam por «e». Em caso de inciso foram utilizados os «–». As lacunas do manuscrito foram assinaladas com [...], enquanto que as palavras que não foi possível decifrar foram indicadas com (...). As dúvidas de leitura foram assinaladas com (?). Para letras ou palavras integradas foram utilizados os parêntesis rectos. Em nota de pé-de-página foram indicadas as repetições e quando foram efectuadas correcções de erro evidente, e foi registada a forma que se encontra no manuscrito.

Tentou-se manter as formas tipicamente florentinas características do texto. Foi, por exemplo, conservado o artigo masculino singular *el* (*el imperador*) e *e*, plural (*e mori*); o possessivo *suo* em casos como *suo Maestà*, a forma *mercatantia* e os poucos casos de primeira pessoa plural de verbos em *-no* (*andiano* por *andiamo*). Mantiveram-se as alternâncias de tipo *con la – colla*; *addi – a di*; *Iddio – Idio*; *specialmente – specialmenente*, etc.; foram igualmente conservadas as variações que aparecem na grafia dos topónimos e dos nomes próprios: *Damascho – Domascho*; *Chalichut – Cholochut*; *Pisa – Pixa*; *Carduccio – Carducci*, etc.

Foi regularizado o uso das vogais e das consoantes duplas também nos casos de redobro fono-sintáctico: *nolli = no' li*; *erre = e' re*. Foi eliminado o *h* inicial ou interno, quando não etimológico, mas foi introduzido nas formas do verbo *avere*, conforme a norma moderna. O conjunto *ngn* foi reduzido à forma moderna *gn*. Foi introduzido o *i* necessário à pronúncia do grupo *gl* (*Vaglenti = Vaglienti*), do *c* e do *g* doce (*crca = circa*; *ragone = ragione*). Foi introduzido o *i* em todos aqueles casos em que é indispensável, por exemplo, na preposição *di* (dqua = *di qua*). Foi efectuada a distinção entre *c/g* (*chudangnare = guadagnare*; *pachano = pagano*), entre *u/v* (*tvta = tutta*) e entre *j/i* (*navj = navi*).

Os números foram conservados na grafia escolhida pelo autor.

A colectânea abre-se com o *Elogio do rei D. Manuel*, que consideramos texto capaz de esclarecer parte das motivações políticas, económicas e, em sentido mais amplo, culturais, que levaram o autor a registar os materiais relativos à expansão portuguesa no Oriente. Os outros textos foram apresentados com base numa reconstrução cronológica ideal que falta na estrutura do códice.

Carmen M. Radulet

O CÓDICE *RICCARDIANO* 1910 DE FLORENÇA

I

Elogio do rei D. Manuel, escrito por Piero Vaglienti

É este um dos poucos textos originais que Piero Vaglienti insere na miscelânea *riccardiana* 1910: trata-se dum trecho extremamente importante para a compreensão de parte das motivações que levaram o mercador florentino a recolher esta documentação de carácter geográfico. Muito provavelmente tendo à disposição duas páginas colocadas no fim dum dos fascículos do códice, Vaglienti decidiu encher este espaço com uma própria análise sobre o assunto a que estava dedicando a sua atenção: nasce assim um documento desprovido de título, em seguida denominado, emblematicamente, por Gustavo Uzielli como «Elogio di Emanuele re di Portogallo».

O texto de Vaglienti tem uma estrutura retórica linear e lógica pois tem como ponto de partida o plano geral e espiritual da questão (a difusão da fé católica por obra das navegações promovidas pelo rei D. Manuel), passa pelo nacionalismo (o contributo oferecido pelo florentino Paolo dal Pozzo Toscanelli à realização deste empreendimento), para chegar finalmente a um plano menos espiritual, mas para ele, mercador e homem sensível às questões políticas, de grande importância: os reflexos do descobrimento da via marítima para a Índia sobre os equilíbrios políticos e económicos italianos (especialmente a importância de Porto Pisano como possível «*stapola di tutte le spezierie d'Italia*» e a concorrência com os venezianos).

No momento em que toca nos assuntos de política italiana Vaglienti, levado pelo pathos, entra em considerações morais sobre o comportamento ético dos pisanos e dos venezianos para chegar mais uma vez ao problema da rebelião de Pisa contra Florença. Este episódio em que Vaglienti está convencido ter tido a possibilidade de desempenhar um papel decisivo[a] faz sim que ele se sinta ele-

[a] *Cf.* G. VAGLIENTI, *op. cit.*, *passim* e *Appendice I*, pp. 249-258.

vado ao nível de personagem determinante na luta para a conservação dos equilíbrios nacionais e internacionais. O mercador sabe que a prosperidade de Porto Pisano como uma «*Vinegia novella*», depende da reconquista de Pisa, que não teria sido perdida se, como afirma sem meios termos, «*si faceva mia volontà di me Piero Vaglienti*». O modesto mercador florentino reduz assim a história universal a dimensões humanas, demonstrando que no seu caso o registo de documentos sobre as navegações em regiões longínquas não representava apenas um acto de curiosidade genérica, mas reflectia uma participação directa em determinados acontecimentos.

Este texto foi já publicado em leitura semi-crítica por Gustavo Uzielli no volume *Paolo dal Pozzo Toscanelli e la circumnavigazione dell'Africa secondo la testimonianza di un contemporaneo*, Florença, Pubbl. Nozze Carmi-Niemach, 1891.

[fl. 83v] *Liberamente per la nostra fede del nostro signor Gesù Cristo, si può dire el serenissimo re di Portogallo avere in buona parte avere allumiato ed esaltato la nostra fede cristiana e datone lume in que' luoghi dove mai ricordata e nominata fu, 'l perché si può dire lui esser causa d'avere fatto una delle degne opere che si facessin mai più da 1000 anni in qua, e che per causa di tale opera, con brevissimo tempo, abbi a esser cagione d'aumentare e d'accrescere la fede cristiana in tal modo che se n'abbi notizia in que' luoghi che mai v'ebbe credito e favore. E per tal cagione che 'n breve tempo abbi a esser cagione di loro ridulli alla salutifera fede cristiana tutta quella provincia. El perché la suo Maestà da tutto 'l popolo cristiano ha da esser lodato e favorito come fedele e buon cristiano e merita da tutto 'l mondo di esser favorito e stimato come perfetto e buon cristiano e d'esser principio e*
[B] *causa d'esaltazione e bene d'essa fede, in modo che / liberamente lui merita la corona che porta in testa.*

E di causa e opera n'è principal cagione uno dottore in medicina, nostro fiorentino, el quale prima di strologia e di segnali de' cieli avendo in ciò molto perduto tempo, vidde e conobbe che non era sopra alla terra uomo che me' potese in ciò travaglisarsi con più suo comodità di tal viaggio fare e mettere in opera, che la Maestà de' re di Portogallo: e questo fu maestro Pagolo dal Pozzo Toscanelli, uomo singularissimo, el quale avvisò a uno nostro fiorentino era in suo corte, nominato Bartolomeo Marchionne, di tal tratto. E lui ne fece avvisato suo Maestà, in modo al dì d'oggi ha fatto un'opera di tal natura che è da esser lodato da tutto 'l mondo. E le spezierie [che] dovevano o solevano andare al Chairo per le vie del Mare Rosso, oggi dì l'ha ridotte a Lisbona, in modo ha tolto al Soldano, l'anno, un'entrata di 500 o seicento migliaia di ducati e a' veniziani d'altrettanto, ed ha rid-
[fl. 84] *doto ogni cosa nel porto di Lisbona, suo porto e luogo // appartenente a suo Maestà. E ciò seguirà tal viaggio in modo [ho] auto a dire che (...) d'Italia s'acciongiano di fare Porto Pisano stapola di tutte le spezierie d'Italia, in modo Pisa, col tempo è atto a esser una Vinegia novella, come sarà ridotto le cose in pace di Pixa, e' casi successi in Italia. In modo lui n'è venuto in gran riputazione e nome, e meritamente; che, così facessiano tutti e principi, re e signori cristiani, che buon per la legge nostra! Ma oggi dì s'attende a brighe e guerre l'un co' l'altro e superchiare l'un l'altro più che si può.*

Ma ho spreranza, Idio un dì provvederà a' nostri mancamenti e forse più presto che noi non vorremmo.

A' confini del Prete Ianni si è un signore el quale si chiama el Gran Chan del Chataio, molto potentemente di manco dà trebuto al Presto Giovanni. E 'l detto Prete Ianni lascia tenere a tutt'uomo la sua fede, pure no'li manchi di quello è tenuto a lui di fare e che li osservi quanto di convegna hanno insieme. Ma tutt'uomo, per paura di lui, no' li mancherebbono di nulla, imperò è molto potente ed è temuto assai. E non sarebbe alcuno li usasse rompere la convenzione hanno insieme, più per paura che per altra cagione, che come dico è molto potente. /

[B] *E veniziane si son messi di mezzo col Soldano di Banbilonia per cagione del danno ne sopportano l'uno e l'altro, cioè el Soldano e veniziani, che tal traffico per tal via si perseguiti, in modo hanno fatto fare navili a' confini del Soldano, in sul Mare Rosso, per ovviare a' re di Portogallo tal viaggio, e di già sono stati alle mani e ne mandonno in fondo di mare duo di detti navili tornavano di tal viaggio colle spezierie. Dove e' re Manuello di Portogallo, avendo tal notizia, armò 40 carovelle delle sue e andolli a trovare, e ha li missi in fondo di mare e morti tutti li uomini che v'erano su.*

Ma 'l nostro Signore, ch'è giusto e non fa le vendette si presto, ho speranza che un dì a veniziani darà tal pagamento che se ne ricorderanno sempre mai. Però che a Dio non piacque mai le superbia e lui non paga el dì del tempo e sta a vedere un anno e 2 per vedere se si vogliono ravvedere. E quando si sta pertinace e duro al volere pure usare la superbia, vi provvede dipoi in modo che da loro medesimi giudicano e dicono tutto quello

[fl. 84v] *loro interviene esser per loro gran peccati e gra' // ostinazione hanno avuta in loro volendo contastare contro alla volontà di Dio. Imperò ch'è dovuto e debbesi fare di dare aiuto e cristiani l'uno all'altro e non perfidiare insieme e massime quando l'uomo si vuole frammettere a fare tal vendetta per mezzo delli infedeli e nimici della legge evangelica, che se n'è vedute per tempi passati e massime pe' pisani, che funno sì gran maestri che presono el Sepolcro di Gerusalem e insino a quel dì lo presono perché l'opera era buona e da lodare, Dominedio tuttavolta li aumentò e facevali di tutto che s'impacciavano vincitori e prosperevoli in ogni loro impresa. Ma come elli entronno in superbia, che mostronno volersi fare signori di tutto, Dominedio li castigò e ogni impresa che facevano riusciva loro in danno e massime poi che vendenno el Sepolcro al Soldano e misonvi su gabella a tutti e pellegrini che volevano andare al Sepolcro. Questa fu sì atroce cosa che Dio*

[B] *no' lo potete sopportare e feli loro dipoi sudditi a una signoria / assai minore che la loro, la quale è la città di Firenze, che insino alla gionata d'oggi a loro dispetto vi stanno: sicché non sia nessuno vogli per nessun modo cozzare con Dio, che ne riuscirà male.*

Dipoi, a di 4 di novembre anno 1494, per mezzo di un Simon Francesco delli Holandi si ribellò dal comune di Firenze per mezzo de' re Carlo, re di Francia. E se si faceva mia volontà, di me Piero Vaglienti scrittore, che se li fusse messo mano addoso, come volli, mai tal disegno li riusciva, e non sarè venuto e' re per la via di Pixa; ma lui fu quello lo fè venire, per lo sdegno aveva conceputo suo Maestà con costoro per non avere voluto dare udienza qui a' suoi ambasciadori a suo modo. E io volli sino a' 4 di settembre 1494 mandare qui a Firenza 250 cittadini pisani, e quali stessino in Firenze tanto suo Maestà uscisse d'Italia. Non ci fu mai rimedio, maisì che Francesco di Giovanni Pucci vi s'accordava e piacevali tal cosa, ma per rispetto 'l travaglio della città di Firenze tutto fu causa non si seguì tal ordine. //

Francamente, pela nossa fé de Nosso Senhor Jesus Cristo, se pode dizer ter o Sereníssimo Rei de Portugal em boa parte alumiado e enxalçado a nossa fé cristã e dela dado lume naqueles lugares onde jamais recordada ou nomeada fora. Eis porque se pode dizer ter sido ele causa de se haver feito uma das mais dignas obras que de há mil anos a esta parte se fizeram, e que por tal obra em brevíssimo tempo se haverá de dar ocasião de aumentar e acrescentar na fé cristã, em tal maneira que se haja dela notícia em esses lugares em que jamais houve crédito nem favor. E em tal maneira que em breve tempo haja de ser ocasião de os reduzir à salutífera fé cristã em toda aquela província[1]. Eis porque a Sua

[1] Sem embargo da sua mediocridade literária – que não tentámos disfarçar na tradução, tão justalinear quanto pudemos, neste como nos demais documentos – o texto evidencia uma identificação com as ideias cruzadísticas de D. Manuel que raramente transparece nas cartas que se lhe seguem no códice; essas, como seria de esperar da pena de mercadores, focam preferentemente a faceta comercial da empresa. O tom aproxima-se assim do das sucessivas cartas endereçadas por D. Manuel ao Papa a participar-lhe os serviços que no Oriente seus homens prestavam à Cristandade, por seu mando impressas, para efeitos de propaganda, em diversas cidades da Europa. Não foi apenas Vaglienti a ver, fora de Portugal, a expansão portuguesa no Índico como um serviço à cristandade: viu-a nomeadamente Frei Gil de Viterbo, geral dos Agostinhos e futuro cardeal, que entreviu em D. Manuel o rei messiânico que havia de derrotar definitivamente o Islão, reformar a Igreja e estabelecer o Império e a Paz Universal (*vide* John W. O'MALLEY, *Giles of Viterbo on Church and Reform: A Study of Renaissance Thought*, Leida, 1968; IDEM, «Fulfillment of the Christian Golden Age under Pope Julius II: Text of a Discourse of Giles of Viterbo, 1507», in *Rome and the Renaissance – Studies in Culture and Religion*, Variorum Reprints, Londres, 1981). Embora os humanistas fossem, em geral, mais sensíveis à Antiguidade que à modernidade, também alguns deles se entusiasmaram com os descobrimentos portugueses: em 1513 Aldo Manuccio, em carta a Leão X, via em D. Manuel o homem que rasgava novos horizontes à cristandade e preparava o momento em que haveria «um só rebanho e um só pastor». Após a morte do *Venturoso*, conquanto os projectos de Cruzada tivessem sido abandonados em Portugal, houve quem continuasse a acentuar o alcance apostólico da expansão portuguesa no Oriente, como fez em 1522 Lefèvre d'Étaples e em 1535 Erasmo.

Majestade[2] de todo o povo cristão há de ser louvada e favorecida como fiel e bom cristão, e merece de todo o mundo ser favorecido e estimado como perfeito e bom cristão, e ser princípio e causa da enxalsação e bem da mesma fé, de modo que merece francamente a coroa que traz na cabeça.

E de tal causa e obra foi principal ocasião um doutor em medicina, nosso concidadão florentino, o qual havendo primeiramente perdido assaz de tempo com a astrologia e os sinais do céu, viu e conheceu que não havia sobre a terra homem que se pudesse melhor disso trabalhar nem com mais comodidade sua tal viagem fazer e pôr em obra que a Majestade del Rei de Portugal; e esse foi mestre Paulo del Pozzo Toscanelli, homem singularíssimo, o qual avisou um nosso florentino que estava em sua corte, chamado Bartolomeu Marchionne, de tal trato. E ele o fez saber à Sua Majestade, de modo que nos dias de hoje tem feita obra de tal natureza que é de ser louvada de todo o mundo[3]. E as especiarias que deviam ou soíam ir ao

[2] Mantivemos na tradução esta expressão do autor, embora ao tempo os reis de Portugal fossem oficialmente tratados por «Sua Alteza». O título de Majestade foi usado na Idade Média apenas pelos imperadores do Sacro Império, a partir de Luís *o Piedoso* (814-840). Ocasionalmente foram assim tratados a partir do século XII alguns reis (como Henrique II Plantageneta de Inglaterra, r. 1184-1189), papas, cardeais e até duques e condes. Pelo tratado de Cambrai (1529) Carlos V obrigou Francisco I de França a renunciar ao seu uso, mas veio a reconhecer-lho pela paz de Crépy-en-Laonnois (1544). Por uma espécie de prolepse, Duarte Pacheco Pereira, fervoroso adepto da ideia imperial manuelina, trata por mais de uma vez D. Manuel por «César» e «Sacra Majestade», títulos reservados à dignidade imperial de que esperava ver em breve seu amo investido (*Esmeraldo*, Prólogo; IV, 2; etc.); mas há que entender esse emprego como um tropo literário. Diferente é o caso de Filipe II de Espanha (r. 1556-1598): embora não tivesse herdado de seu pai a dignidade imperial, Filipe II continuou oficialmente a intitular-se «Majestade»; foi à sua imitação que D. Sebastião adoptou o mesmo título, desde o seu encontro com o tio em Guadalupe (1576).

[3] Piero Vaglienti exagera enormemente o papel de Toscanelli (1397-1482) na formação do projecto expansionista português, mas mesmo assim o seu testemunho é de algum interesse. É evidente que os descobrimentos marítimos se iniciam muito antes quer da carta de Toscanelli a Fernão Martins (1474) quer do estabelecimento de Bartolomeu Marchione em Portugal, que deve ter tido lugar um pouco mais tarde, mas de qualquer modo antes de 1482, data em que se casou em Lisboa. Mas é também verdade que, ao contrário do que se tem muitas vezes afirmado, não há qualquer indício documental de que na origem do processo dos descobrimentos marítimos esteja um desejo de intervir no comércio das especiarias e demais produtos ricos do Oriente, desviando para o Atlântico o seu trato. As coisas parecem ter evoluído assaz rapidamente; a sua evolução pode *grosso modo* esquematizar-se assim: 1.°, desde 1422 (ano em que

Cairo pola via do Mar Roxo, hoje em dia as conduziu a Lisboa, de modo que tolheu ao Soldão ao ano uma entrada de quinhentos ou seiscentos milhares de ducados, e aos venezianos outro tanto, e reduziu toda a cousa ao porto de Lisboa, porto seu e pertença da

---

se devem ter feito as primeiras tentativas de ultrapassar o Bojador) até 1442 (ano da primeira expedição com fins comerciais) as viagens parecem ter um carácter meramente exploratório e ligar-se sobretudo ao projecto de conquista de Marrocos, para que urgia encontrar um aliado na rectaguarda do Islão, e cujo poder bélico convinha medir; não há, pelo menos, sinais de que visassem já objectivos mercantis. 2.°, de 1442 (ano em que uma troca de prisioneiros proporcionou as primeiras operações comerciais) a 1456 (ano em que se trouxe da Guiné a primeira malagueta) há já uma intensa actividade mercantil, mas os produtos mais desejados são o ouro e os escravos; não há indícios de que D. Henrique tivesse qualquer particular interesse pelo comércio da especiaria. 3.°, a partir de *c.* 1456, descoberta a existência de malagueta (*Framomum melegueta*, Schumann, da família das Zingiberáceas) na costa guineense, o seu comércio, bem como o de qualquer outra especiaria com que se topasse, é estancado, reservado ao Infante; não é claro se se pensava já nas espécies asiáticas se apenas nas africanas, de que apenas era então conhecida, além da malagueta, a unia ou grão-de-zelim (*Xylopia aethiopica*, (Dunal) A. Rich., da família das Anonáceas), já que, segundo tudo leva a crer, as pimentas-de-rabo (*Piper clusii*, C. DC, e *P. guineense*, Schum. & Thonn., da família das Piperáceas) foram descobertas pelos portugueses *c.* 1486 e por eles introduzidas no mercado; mas como se supunha que o Senegal era um braço do Nilo, que dividia a África da Ásia, é possível que se pensasse estar-se já perto das fontes da especiaria asiática. 4.°, o estanco da especiaria, que após a morte do Infante em 1460 passara para o Rei, é em 1470 estendido a três produtos tipicamente asiáticos (pedras preciosas, pau-brasil e lacre) que eventualmente se encontrassem, o que mostra que se entrevia já a possibilidade de, a prosseguir por tal via, se vir a intervir a breve trecho no tráfego do Índico. A carta de Toscanelli, escrita em 1474 em resposta a uma consulta que, da parte de D. Afonso V, lhe fora feita pelo cónego da Sé de Lisboa Fernão Martins, põe pela primeira vez o acento no comércio oriental e no Cataio e soa, em certa medida, de modo desusado no contexto da documentação que possuímos. Esta gira sobretudo em torno da realidade africana, prestando particular atenção ao Preste João; se alude às Índias é sempre em sentido compatível com a acepção lata que lhe deu Ptolomeu e a geografia medieval, árabe e cristã, herdou, que englobava também a África Oriental. Toscanelli, ao invés, não faz a mínima alusão à Etiópia, fixando-se antes no Extremo Oriente e no reino do Grão Cã que Marco Polo descrevera; consequentemente, propõe que em vez de circumnavegar a África se circumnavegue o globo, rumando em direitura a Ocidente. Tal navegação levaria a aterrar no Cataio, jamais na África Oriental que, segundo tudo leva a crer, era ainda ao tempo o objectivo principal da exploração portuguesa; não admira pois que a sugestão não tenha sido aceite, nem então, nem quando uma década volvida Cristóvão Colombo a renovou. Não obstante, a carta é digna de menção, já que, de qualquer modo, é a primeira vez que no contexto da expansão portuguesa se alude ao Extremo Oriente e se insiste no comércio das especiarias e das pedras preciosas, como um objectivo principal. É verdade que ignoramos se tal enfocação se achava já na consulta, ou se é, pelo contrário, o cosmógrafo que a desvirtua,

Sua Majestade. E esto seguirá tal caminho que eu ousei dizer (...) que de Itália se preparam para fazer de Porto Pisano[4] escápula de toda a especiaria de Itália, de modo que Pisa com o tempo será auta pera ser uma nova Veneza, como sejam as cousas reduzidas à paz em Pisa e os casos sucedidos em Itália[5]. De modo que ele veio a grande reputação e nome, e merecidamente: pois assim fizessem tod'los príncipes, reis e senhores cristãos, e que enorme bem pera nossa Lei! Mas hoje em dia se atende a brigas e guerras um com outro, e a assoberbar um a outro mais do que se pode. Mas tenho esperança. Deus um dia proverá as nossas faltas e quiçá mais depressa que o não quiséramos.

---

deixando de lado o cerne da questão que lhe fora posta – que poderia ser a localização do Preste João, peça fundamental da estratégia portuguesa – e respondendo ao que lhe não fora perguntado. Toscanelli, aparentemente pouco sensível à faceta cruzadística dos projectos afonsinos, pode ter insistido de preferência sobre a riqueza comercial do Oriente e esquecido a demanda do Preste João, que aliás se não deixava integrar no esquema de navegação que preconizava, em direitura para oeste. O cosmógrafo pode ter-se feito eco das aspirações dos meios mercantis florentinos, ansiosos por tirar proveito das navegações portuguesas e competir com Veneza, e acenado ao rei português com as riquezas da Ásia Extrema, para o entusiasmar por essa via. Não é, portanto, impossível que a carta de Toscanelli tenha tido um certo papel no alargamento dos objectivos da expansão, sem embargo de, como era de boa lógica, a política portuguesa persistir na circumnavegação do continente africano. Seja como for, a busca das especiarias é já em 1497, mais até que os contactos diplomáticos com os reis cristãos do Oriente conducentes à cruzada, objectivo patente da viagem de Vasco da Gama; é deveras significativo que o seu *Diário*, geralmente atribuído a Álvaro Velho, comece assim: «Em nome de Deos. Amen. Na era de mil quatrocentos e noventa e sete mandou el-Rei Dom Manuel, o primeiro deste nome em Portugal a descobrir quatro navios, os quaes iam em busca da espiciaria [...]» (*fl.* 1). Quanto a Bartolomeu Marchione, sabemos pelo testemunho de Jerónimo Münzer, que nos inícios do reinado de D. João II visitou Portugal, que estava já então associado ao soberano, a quem arrendara a exploração de alguns monopólios comerciais da costa ocidental africana; não é, portanto, impossível que tenha agido como conselheiro comercial quer de D. João II quer de D. Manuel, embora seja manifesto exagero atribuir-lhe, como faz o autor, a paternidade do «plano das Índias», sem embargo de nele poder ter tido a sua quota parte. A despeito dos seus exageros, o presente texto reveste pelo menos um interesse: o de testemunho, ainda que indirecto, da autenticidade da carta de Toscanelli que, conservada apenas na cópia que dela tirou Cristóvão Colombo e na versão castelhana que seu filho Fernando incluiu na *História do Almirante*, tem sido posta em dúvida por alguns investigadores.

[4] Antigo porto de Pisa, sito na foz do Arno, hoje abandonado e substituído por Livorno, um pouco mais ao sul.

[5] Esta alusão parece mostrar que o texto foi redigido antes de 8.VI.1509, data em que Florença derrotou definitivamente Pisa que, como o autor refere mais adiante, se rebelara em 1494.

Nos confins do Preste João há um senhor o qual se chama Grão Cã do Cataio, mui poderoso, e sem embargo dá tributo ao Preste João[6]. E o dito Preste João deixa a todo homem ter sua fé, contanto que lhe

[6] Esta afirmação, inteiramente ultrapassada, não resulta evidentemente de qualquer informação colhida junto dos portugueses – que desde o início dos Descobrimentos sempre haviam identificado o semi-mítico Preste João com o imperador da Etiópia – mas da cultura livresca do autor, bebida nomeadamente em Marco Polo. Nas cartas que o autor transcreve em seguida acham-se igualmente passos de idêntico sabor livresco, ausentes em geral da documentação portuguesa, muito mais «experimentalista» – como, por vezes com exagero mas não inteiramente sem razão, tem sido sobejamente observado. De facto, o império do «Grão Cã do Cataio», ou seja, o Império Mongol, desagregara-se já há muito, com a adopção do islamismo pelos Il-Khâns da Pérsia em 1295, a restauração da independência chinesa pela dinastia nacionalista Ming em 1367, etc. A sua vassalagem ao «Preste João» terminara muito antes: tratava-se, na realidade, de Toghril, Ung Khân dos Kerait, suserano e sogro de Gengiscão (Chingiz Khân, 1162-1227) contra quem este se rebelou em 1203. A identificação do Preste João da lenda ocidental com o Ung Khân (mais tarde perfilhada por Diogo do Couto, *Ásia*, IV, x, 2) ocorre já na *Crónica* de ALBÉRICO de Trois-Fontaines (m. 1251); adopta-a implicitamente JOINVILLE (*Histoire de Saint Louis*, cap.° xciii-xcv) e explicitamente BAR-HEBRAEUS (1225--1286) que na sua *Historia Dynastiarum* escreve: «nesse tempo (i. e., *c.* 1202 A. D.) imperou sobre as tribos dos turcos orientais Ung Chan, que foi chamado o Rei João, da tribo que se chama Kerit»; segue-a igualmente Marco Polo no seu cap.° lxiii: «paioient rente et treuage à un grant sire qu'il nommoient en leur langage *Unc can*, qui vaut à dire en françois 'Prestre Jehan'; et ce fu le Prestre Jehan de qui touz li monde parole de sa grant seigneurie». De qualquer modo o Preste João cessou no século XIV de ser identificado aos príncipes nestorianos da Mongólia, para passar a ser identificado com os imperadores da Etiópia, que entre os cristãos do Próximo Oriente gozavam de um prestígio mítico, desde que no século VI o imperador Kaleb ou 'Ella-'Aṣbeḥa – venerado como santo pela igreja grega e pela romana, sob o nome de Ellesbaas ou Helesteu – interveio no Sul da Arábia para vingar o massacre da comunidade cristã de Nagran pelos judeus. Para mais um *ḥadîth* ou tradição muçulmana afirmava que seriam os abexins a destruir um dia a Caaba. Devem ter sido as campanhas lançadas contra os muçulmanos dos seus confins pelos imperadores etíopes da dinastia Salomónida, «restaurada» em 1270 por Yekuno Amlak, que acreditaram a ideia de que estaria iminente a realização dessa e doutras profecias, que atribuíam ao negus abexim e a um rei do extremo ocidente o papel de coveiros do Islão. O projecto de aliança contra o bloco islamita entre a cristandade ocidental (que em 1291 perdera o seu derradeiro bastião na Terra Santa, S. João de Acre, e procurava, por conseguinte, reformular a sua estratégia) e a Etiópia foi, tanto quanto sabemos, aventado pela primeira vez em 1307 por HETHUM *o Arménio* na sua obra *La Flor des Estoires des parties de l'Orient*. Foi ligeiramente mais tarde que se começou a identificar o negus abexim à figura mítica do Preste João, até aí localizada na Ásia Central. A translação deve-se provavelmente à embaixada etíope que em 1310 visitou a corte

não falte com o que é astrito a lhe fazer e lhe observe o que ensembra têm justado. Mas não lhe faltaria ninguém em cousa alguma, por seu medo, empero que é mui poderoso e temido assaz. Nem haveria quem ousasse romper os concertos que ensembra tem, mais por medo que por outra razão, pois como digo é muito poderoso.

Os venezianos meteram-se de permeio com o soldão de Babilónia[7], por môr do dano que suportam um e outro, a saber o soldão e os venezianos, se tal tráfego por tal via se prossegue; de modo que mandaram fazer navios nas fronteiras do Soldão, sobe'lo Mar

papal de Avinhão. Não chegou até nós a relação original dessa embaixada, mas apenas um resumo, preservado no *Supplementum Chronicorum Orbis* do agostinho Filipe de Bérgamo ou Foresti, impresso em 1483; o negus abexim é aí apresentado sob traços que coincidem com os do Preste João da lenda (rei e sacerdote, cercado de 27 arcebispos, 74 reis vassalos, etc.) e explicitamente identificado com ele. Tal identificação é já tranquilamente aceite por Jordão de Séverac, missionário dominicano nomeado em 1328 bispo de Coulão pelo papa João XXII, nos seus *Mirabilia Descripta*, redigidos entre 1329 e 1338. A identificação repete-se na *Relação* da embaixada de Frei João de Marignolli, a última que os papas enviaram ao Grão Cã (1339-1352), no *Libro del Conosçimiento de todos los reinos*, redigido por um franciscano espanhol entre 1350 e 1360, e generaliza-se, praticamente, em seguida; apenas permanecem fiéis ao Preste João asiático obras de cunho vincadamente mítico, como o *Livro das Viagens* de Sir John Mandeville ou o das do Infante D. Pedro (*cf.* Charles F. BECKINGHAM & Bernard HAMILTON, ed., *Prester John, the Mongols and the Ten Lost Tribes*, Variorum, Aldershot (Hampshire), 1996; Vsevolod SLESSAREV, *Prester John, the Letter and the Legend*, Minneapolis, 1959; e o nosso art.° «Preste João», *in* Luís de ALBUQUERQUE, dir., *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, 2 vols., *s. v.*).

[7] Nome que se dava na Idade Média (e até à conquista do Império Mameluco pelos Otomanos em 1517) ao sultão do Cairo. O título de *sultão* ou *soldão* (em árabe *sulṭân*, «autoridade») fora conferido pelo califa abácida Al-Qâ'im (1031--1075) ao caudilho seldjúcida Ṭughril que em 1055, entrando com as suas tropas em Bagdad, o libertara da tutela dos vizires buwáyhidas, simpatizantes do xiismo, e generalizara-se rapidamente no mundo muçulmano; fora introduzido no Egipto pela dinastia Ayyúbida, fundada por Çalaḥ-ud-Dîn ibn Ayyub ou Saladino (1138-1193), que suprimira em 1171 o califado fatímida, xiita, e reconduzira o país à ortodoxia sunita e à dependência teórica dos califas de Bagdad; fora em seguida usado pelos Mamelucos (escravos usados como tropas) que usurparam o poder em 1250. Quanto a Babilónia, era o nome helenístico de um lugar fortificado situado na periferia do actual Cairo, fundado ao que parece na época persa por migrantes da Mesopotâmia (ESTRABÃO, XVII, i, 30; Diodoro SÍCULO, I, lvi, 3). O forte foi em 641 o último reduto da guarnição bizantina, e foi a sua queda que possibilitou ao conquistador árabe 'Amr penetrar no Alto Egipto. A sua posição estratégica levou os muçulmanos a estabelecer nessa zona a sua capital, designada hoje por Cairo, do nome da fortaleza de Al-Qâhira («a vitoriosa») aí erguida após a conquista fatímida (969). O nome de Babilónia continuou em uso entre os cristãos locais e entre os bizantinos, passando ao Ocidente

Roxo, para impedir a el Rei de Portugal tal viagem; e já se vieram às mãos e mandaram ao fundo do mar dois dos ditos navios que tornavam de tal viagem com a especiaria[8]. Sobre o que el Rei Manuel de Portugal, havendo tal notícia, armou 40 caravelas das suas e os foi a buscar, e lhos meteu no fundo do mar e morreram todo'los homens que iam dentro[9].

---

com as cruzadas. A sua fortuna no tempo das cruzadas adveio-lhe provavelmente da sua homonímia com «Babilónia, a Grande Prostituta» que no *Apocalipse* de S. João designa a Roma pagã, perseguidora dos cristãos, antítese de «Jerusalém» a cidade de Deus materializada na Igreja; na Baixa Idade Média ocidental, contudo, identificava-se geralmente a primeira com o Império Muçulmano e a segunda com a *Respublica Christiana* encabeçada pelo Papa (*cf.* o nosso art.° «Babilónia, Soldão ou Sultão de», *in* Luís de ALBUQUERQUE dir. *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, *s. v.*).

[8] Alusão pouco clara. O autor tem quiçá em mente os navios de Francisco de Albuquerque e Nicolau Coelho que regressavam da Índia, de onde partiram a 31.I.1504, e «se perderam sem se saber como nem onde, porque não escapou quem o contasse» (BARROS, I, vii, 3; *cf.* CASTANHEDA, I, lxiii; G. CORREIA, I, p. 411; GÓIS, I, lxxx), atribuindo a sua perda a ataque da frota mameluca, inspirado por Veneza – o que parece não ser exacto, sendo mais provável, como explica Barros, que tenham naufragado nos Baixos de S. Lázaro. A história de uma iniciativa do soldão apoiada por Veneza condiz mais com a da «armada dos rumes», a grande frota que os Mamelucos armaram em Suez em 1506 e enviaram contra os portugueses do Índico sob o comando do emir Ḥusayn, o Mir Hocém das nossas crónicas (*Crónica Anónima*, cap. 80-81; CASTANHEDA, II, lxxv; BARROS, II, ii, 6; G. CORREIA, I, p. 744 & ss.; *cf.* GÓIS, II, xxv); mas não consta que tenha interceptado qualquer nau portuguesa da carreira, embora, como é bem sabido, tenha vindo a derrotar em Março de 1508 a armada de D. Lourenço de Almeida na barra de Chaul (*Crónica Anónima*, cap. 82-83; CASTANHEDA, II, lxxvi-lxxx; BARROS, II, ii, 7-8; G. CORREIA, I, p. 754 & ss.; GÓIS, II. xxv-xxvi; *cf.* Saturnino MONTEIRO, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa – I (1139-1521)*, Liv.ª Sá da Costa Ed.ª, Lisboa, [1989], pp. 157-169).

[9] Nova alusão pouco clara. O autor parece referir-se, confusamente, ao envio de D. Francisco de Almeida para a Índia em 1505, com uma armada de 21 ou 22 velas (*Crónica Anónima*, cap. 64; CASTANHEDA, II, i; BARROS, I, viii, 3; G. CORREIA, I, p. 524 & ss.; GÓIS, III, i) e não 40, como exageradamente diz. Quanto à suposta retaliação sobre os responsáveis pelo afundamento das duas naus portuguesas, poderá tratar-se da batalha naval de 18.III.1506 em que D. Lourenço de Almeida desbaratou a armada do Samorim de Calecut (*Crónica Anónima,* cap. 69; CASTANHEDA, II, xxv-xxvi; BARROS, I, x, 4; GÓIS, II, xii; *cf.* Saturnino MONTEIRO, *op. cit.,* p. 137 & ss.). Se, pelo contrário, o autor se quer referir à armada dos rumes, deve então tratar-se da célebre batalha naval de Diu (Fev.° de 1509) em que D. Francisco de Almeida, com 18 velas (e não com 40) desbaratou a esquadra mameluca (*Crónica Anónima*, cap. 97-88; CASTANHEDA, II, xcviii-c; BARROS, III, iii, 6; GÓIS, II, xxxix; *cf.* Saturnino MONTEIRO, *op. cit.*, pp. 177-192). Não é impossível, contudo, que o autor condense na mesma narração acontecimentos separados no tempo por alguns anos de intervalo; mas, como vimos já, há indícios de que o texto seja anterior a 1509.

Mas Nosso Senhor que é justo e não faz vingança tão asinha, tenho esperanças que um dia aos venezianos dará tal pago que dele se recordarão pera sempre; porquanto a Deus não prouve nunca a soberba, nem dá sua paga ao dia, senão que está um ano e dois para ver se se querem render. E quando se está pertinaz e duro em querer usar ainda de soberba, provê despois em modo que por si mesmos se julgam, e vêm a dizer ser tudo quanto lhes sucede por seus grãos pecados, e pola grande obstinação que hão tido em si em quererem contestar contra a vontade de Deus. Pelo conseguinte, o que se devia e deve fazer é dar ajuda uns aos outros os cristãos, e não fazerem perfídias, sobretudo quando quer homem entremeter-se a fazer tais vinganças por meio de infiéis e emigos da Lei evangélica, como se viu nos tempos passados, sobretudo polos pisanos, que foram tamanhos mestres que tomaram o Sepulcro de Jerusalém; e até àquele dia que o tomaram, porque a obra era boa e de louvar, o Senhor Deus os acrecentou todavia e os fazia vencedores em tudo quanto se entremetiam e prósperos em toda a sua empresa. Mas como eles entraram em soberba, que mostravam querer-se fazer senhores de tudo, o Senhor Deus os castigou e cada empresa a que se metiam lhes redundava em dano, e maximamente despois que venderam o Sepulcro ao soldão e puseram alcavalas a todo'los peregrinos que queriam ir-se ao Sepulcro[10]. Foi esta tão atroz cousa que

[10] Toda esta história, de um providencialismo primário, está contada assaz tendenciosamente. Pisa participou, efectivamente, muito mais do que Florença, que era ao tempo uma cidade interior desprovida de portos de mar, nas cruzadas de Oriente, para não falar nas expedições marítimas que desde 1015 organizou no Mediterrâneo ocidental contra os muçulmanos, logrando notáveis sucessos. Não foi, contudo, como é bem sabido, Pisa quem conquistou o Santo Sepulcro, como pretende o autor, embora as suas tropas tenham, de facto, tomado parte na tomada de Jerusalém em 1099. Já nessa época praticamente independente dos marqueses da Toscana, foi a primeira república a obter especiais privilégios comerciais nos portos dos Estados Latinos do Levante, primeiro em Jafa, onde logo em 1099 tomou parte muito activa na construção de uma fortaleza, e em seguida noutros portos. Para além disso entremeteu-se desde começos do século XII a comerciar nos portos muçulmanos, abrindo um *fondaco* em Alexandria; em 1154 uma embaixada pisana enviada ao Cairo negociou com os fatímidas uma série de facilidades comerciais. Os pisanos tiveram igualmente colónias mercantis em Constantinopla e em Chipre, cônsules na Síria, um estabelecimento em Antioquia, interesses comerciais no sultanado de Icónio e até em Tabriz, etc. Na «guerra de S. Sabas», que a partir de 1256 opôs venezianos a genoveses a pretexto dos direitos sobre um mosteiro de Acre, tomaram alternativamente os dois partidos, e é daí talvez que vêm as acusações do autor em como «entraram em soberba, que mostravam querer-se fazer senhores de tudo». Não é, tão-pouco, verdade que tenham vendido o Santo Sepulcro ao soldão;

o não pôde Deus suportar, e os fez ao depois súditos de uma senhoria assaz menor que a sua, a qual é a cidade de Florença[11], que até aos dias de hoje assim estão a seu despeito; assim que ninguém queira em modo algum competir com Deus, pois mal se sairá.

Ao depois, aos 4 dias de Novembro de 1494, por meio de um Simão Francisco delli Holandi, se rebelou da comuna de Florença por meio del Rei Carlos, rei de França. E se se fizera a minha vontade, de mim Piero Vaglienti escritor, e se lhe tivessem deitado as mãos às costas, como eu quisera, jamais tal desenho lhe resultaria, e não seria vindo el Rei pola via de Pisa; mas ele foi quem no fez vir, pelo desdém que havia concebido Sua Majestade para com eles por não terem querido dar audiência aqui a seus embaixadores a seu modo. E eu quis até 4 de Setembro de 1494 mandar aqui a Florença 250 cidadãos pisanos, que estivessem em Florença até que Sua Majestade saísse de Itália, e não houve mais remédio, senão que Francisco de Giovanni Pucci se punha de acordo e lhe prazia tal cousa, mas por respeito aos trabalhos da cidade de Florença de tudo foi causa não se seguir tal ordem.

---

mas entenderam-se com ele, obtendo por um tratado de 1215 ou 1216 uma redução dos direitos alfandegários de 20%, que era a taxa normal em Alexandria, para 16%; e, de acordo com a sua consueta política gibelina, estiveram ao lado do imperador Frederico II de Hohenstauffen que, com grande escândalo da clerezia que o havia excomungado, obteve do Soldão pelo tratado de Jafa (18.II.1229) a cedência de Jerusalém, reservando muito embora os lugares santos do Islão aos muçulmanos, situação que perdurou até 1244 (*vide* W. HEYD, *Histoire du Commerce du Levant au Moyen-Âge*, Lípsia, 1885-86, 2 vols. [reimp. Adolf M. Hakket Ed., Amesterdão, 1983]; Joshua PRAWER, *Histoire du Royaume Latin de Jérusalem*, traduit de l'hébreu [...], CNRS, Paris, 1975, 2 vols.; Steven RUNCIMAN, *A History of the Crusades*, Cambridge University Press, Londres, 1954-55, 3 vols.; Kenneth M. SETTON (dir.), *A History of the Crusades*, The University of Wisconsin Press, Madison, Milwaukee & Londres, 1967-85, 5 vols. publicados).

[11] Pisa, tradicionalmente gibelina, esteve desde cedo em oposição a Florença, onde dominavam os guelfos. A primeira guerra aberta estalou em 1222, seguindo-se outros conflitos, opondo Pisa quer a Florença quer a Génova, que não cabe aqui historiar; até que em 1406 os florentinos se apoderaram de Pisa. Como o autor refere a seguir, os pisanos aproveitaram-se da entrada de Carlos VIII de França em Itália em 1494 para se rebelarem contra Florença com a aquiescência dos franceses, a despeito da amizade destes com os florentinos; entre 1499 e 1505 resistiram a três cercos florentinos, mas em 1509 foram vencidos e perderam definitivamente a independência (*vide* Gino BENVENUTI, *Le repubbliche marinare: Amalfi, Pisa, Genova e Venezia – la nascita, le vittorie, le lotte e il tramonto delle gloriose città-stato che dal Medioevo al XVIIII secolo dominarono il Mediterraneo*, New Compton Editori, Roma, 1989; Michele LUZZATI, *Firenze e la Toscana nel Medioevo – Seicento anni per la costruzione di uno stato*, Storia degli Stati Italiani dal Medioevo all'Unità, Utet Libreria, Turim, 1986).

II

Primeira carta de Girolamo Sernigi sobre a viagem de Vasco da Gama

O título da carta esclarece o assunto da relação enviada de Lisboa no mês de Julho de 1499 para um destinatário a nós desconhecido, mas muito provavelmente ligado ao ambiente comercial florentino, tão atento naquele momento a tudo o que acontecia em Portugal. Por outro lado, a assinatura Girolamo Sernigi indica que quem escreve é pessoa bem informada e sensível às novidades relativas às viagens de descobrimento que a Coroa portuguesa estava organizando: Sernigi é um dos mercadores florentinos que conseguiram em Portugal uma posição de preeminência que lhe permitia desfrutar economicamente as descobertas efectuadas pelo país em que se integrou e em que operava a par dos mercadores locais[a].

A singularidade desta relação aparece exactamente graças à posição de Girolamo Sernigi de testemunha directamente interessada no andamento da viagem que descreve e nos resultados práticos que este feito podia gerar. Daqui o cuidado do mercador florentino de registar a provável rota, os tempos, as distâncias e todos aqueles pormenores que podem provar a factibilidade da viagem. Ao lado destas indicações transcreve também tudo o que, a seu ver, podia oferecer elementos úteis para uma análise do mercado oriental: os produtos aí disponíveis (na medida do possível com a indicação dos preços) e as mercadorias que presumivelmente os Europeus podiam aí exportar.

---

[a] Sobre Girolamo Sernigi cf. Prospero PERAGALLO, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI*. Turim: G. B. Paravia, 1904, p. 66-69; RADULET, «Girolamo Sernigi e a Importância Económica do Oriente», in *Os Descobrimentos Portugueses e a Itália – Ensaios filológico-literários e historiográficos*. Lisboa: Vega, 1991, pp. 59-75.

Apesar da clara visão mercantil que condiciona a estrutura profunda da relação, aparece evidente que Sernigi não pode ficar indiferente face a outros aspectos de carácter geral: tentativa de apresentação da realidade oriental, indicações sobre as formas de religião que se encontrariam na Índia, notícias de carácter etnológico etc. Muito provavelmente é graças a esta estrutura complexa que a carta de Girolamo Sernigi chegou a sair do âmbito particular para se tornar uma espécie de diário público da viagem de Vasco da Gama; com efeito, o *Diário* daquela frota foi divulgado só no século XIX enquanto que a carta do mercador florentino registou uma grande circulação em forma manuscrita em várias edições[b], a partir da de 1507 de Fracanzio da Montalboddo[c], e em numerosas traduções. Assim, esta relação, escrita originariamente por razões pessoais, teve o poder de notificar à Europa do século XVI o curso da expedição de Vasco da Gama, de oferecer novos elementos geográficos, etnográficos e comerciais sobre a Índia, reactualizando também alguns dos mitos orientais já presentes na cultura medieval.

[b] Códice Soranzo-Sneyd, Library of Congress, Washington (cf. Luciano FORMISANO, «Per una tipologia delle raccolte di viaggi del primo Cinquecento». Comunicação ao COLÓQUIO HISPANO-ITALIANO, 3. Universidad Santa María de la Rábida, Huelva, 1986). Códice *Riccardiano* 2112 bis. Um cotejo dos dois códices revela que não se trata duma simples cópia pois entre os dois testemunhos existem inúmeras divergências de formulação apesar de uma quase total coincidência de assunto e de organização temática. Além disso no códice 2112 bis a relação aparece depois de uma das cartas de Américo Vespúcio e é desprovida de assinatura. Esta circunstância determinou Angelo Maria BANDINI (*Vita e lettere di Americo Vespucci gentiluomo fiorentino, raccolte e illustrate da* [...]. Florença. 1745) a atribuir a carta a Vespúcio, mas Baldelli Boni quando encontrou no códice *Riccardiano* 1910 a assinatura Girolamo Sernigi resolveu definitivamente a questão atributiva (Baldelli BONI, *Il Milione*, *op. cit.*, p. liii).

[c] Fracanzio da MONTALBODDO, *Paesi nouamente retrouati & Novo Mondo da Alberico Vesputio Florentino Intitulato*. Vicência, 1507. Libro Secondo; Giovanni Battista RAMUSIO, *Navigazione e Viaggi*. Veneza, 1550, vol. 1, ed. moderna G. B. RAMUSIO, *Navigazione e viaggi*. A cura di Marica Milanesi. Turim: Einaudi, 1978, vol. 1, pp. 607-615.

[fl. 61] ***Copia di una lettera avuta da Lisbona delle nuove terre trovate colle spezierie l'anno 1499 a dì 10 di luglio.***

Lo inllustrissimo signore Manovello, re di Portogallo, mandò a discoprire nuove terre 3 navili nouvi, cioè 2 balonieri di 90 tonelli ciscuno e uno di 50 tonelli, e più una navetta di tonelli centodieci carica di vettovaglia, le quali infra tutte levarono CXVIII uomini. E partinno della città di Lisbona a dì 9 di luglio anno 1497, della quale armata andò per capitano Vascho da Ghama.

Addì x di luglio anno 1499 tornorono a questa città di Lisbona il balonieri di 50 tonelli; el capitano Vascho da Ghama restò fra l'isole del Chapo Verde con uno de' balonieri di 90 tonelli per porre quivi in terra un suo fratello, Paolo da Ghama, el quale era molto ammalato. El altro balonieri de 90 tonelli arsono perché non avevano gente pe' li potere navigare e condurre, e più arsono la navetta, bene ché questa avevano ordini di nolla ritornare.

Morivivi di ritorno di viaggio 55 uomini di una malattia che a loro veniva nella bocca e dalla bocca scendeva nella gola, e avevano gran
[B] *dolore / nelle gambe dal ginocchio in giù. Scoprinno di terra nuova circa di leghe 1800 – che ogni lega dicono esser miglie 4 1/2 delle nostre – fuora a quello che avevano scoperto, che si chiama el Chavo di Buona Speranza, el qual nome hanno posto loro; el quale cavo prima fu discoperto nel tempo de' re Don Giovanni. E da quel cavo andonno circa di 600 leghe sempre lungo la costa e trovonno gran popolazione di gente nera. E nel capo delle 600 leghe che funno andati, trovonno una gran fiumara e alla bocca di detto fiume trovonno una grande abitazione, cioè villaggio, popolato di gente nera, che stanno quivi come suggetti di mori; e quali mori stanno fra terre dentro nel sertano e ogni dì fanno guerra a questi neri. E in questa riviera si truova infinito oro, secondo che mostronno e detti neri e dissono al capitano: se voi volessi stare qui una luna, cioè un mese, che li darebbono infinito oro. E 'l capitano non volse aspettare e andò*
[fl. 61v] *più // oltre*[1] *circa a 350 leghe, e trovonno una gran città murata e popo-*

[1] *hltre.*

lata di mori del colore delli indiani, con case molto buone di pietra forte, alla moresca; e quivi smontorno el detto capitano in terra. E' re moro di quella città li ricevette con gran festa e dette loro un piloto per traversare el golfo. E questa città si chiama Melinde e sta posta a l' entrata di uno golfo tutto popolato[2] *di mori. El quale piloto parlava italiano. E traversarono el detto golfo dall'altra parte*[3]*. El quale golfo è circa a 700 leghe di traversa. E vennono a una città molto grande, maggiore che Lisbona, popolata di cristiani, e chiamasi detta città Chalichut. El quale golfo è molto popolato di gran città e castella di mori da ogni banda, e nel fine di detto golfo si fa uno stretto, come diremmo lo stretto di Romania; e passato el detto stretto si truova un altro maggiore golfo, nel quale golfo è 'l Mare Rosso dalla banda diritta, e di quivi alla casa da Mech, dov'è l'arca di Maometto, sono 3 giornate per terra; alla qual casa da Mech è una grandíssima città di mori; e è mia openione che questo golfo sia el*
[B] *golfo / d'Arabia di che scrive Plinio, che Alessandro Magno andò insino a qui facendo guerra e questo medesimo feciono [i] romani che per guerre presono tutto.*

Torniamo alla città di sopra, nominata Chalichut, la quale è maggiore che Lisbona, popolata di cristiani indiani com' è detto, e nella quale città sono chiese con campane, ma non v' è sacerdoti nè fanno uffizio divino, nè celebrano, solamente tiene ogni chiesa una pila d' acqua nella maniera ch'è queste che teniamo noi l' acqua benedetta e un' altra pila di balsamo; e si battezzano ogni 3 anni una volta in uno fiume che sta presso alla detta città. Nella quale città sono le case di pietre e calcina, fatte alla moresca, e le vie ordinate e diritte così come queste.

E' re della detta città si fa servire molto altamente e tiene stato di re con suoi camerieri e portieri e baroni e un palazzo molto ricco. E quando el detto capitano del detto navilio arrivò alla detta città, 'l detto re era fuori a
[fl. 62] *un castello ch' era discosto // alla detta città circa a 6 leghe e fulli portato la nuova come quivi era arrivati cristiani: in subito se ne venne alla città con circa di 5000 persone. Dipoi, passati e 3 dì, mandò el detto re a chiamare 'l capitano che ancora stava nella nave; e subito detto capitano co' XII de' suoi uomini andò; e funno accompagnati da 5000 persone incirca dalla riviera insino al palazzo de' re. E alla entrata della porta v' era X portinari, tutti co' bastoni guarniti d'argento. Entrati, n'andonno alla camera, dove trovonno e' re gittato in su uno letto basso; e intorno della camera, nel piano, tutto era coperto di velluto verde; e all'intorno tutta parata di domaschini di diversi colori; e in su' letto aveva una coltre bianca molto fine, lavo-*

[2] *popolata*.
[3] repetido *dalaltraparte*.

rata tutta di filo d' oro e uno sopra a cielo molto bianco e molto sottile e molto ricco. E incontinente e' re domandò el detto capitano quello elli andava cercando, e 'l capitano li rispuose che 'l costume de' cristiani era che quando alcuni ambasciadori avevano a fare loro imbasciata a qualche principe
[B] *gliela dava in segreto e non è / in pubblico e allora e' re mandò fuora tutta sua gente e 'l capitano li disse come era molto tempo che e' re di Portogallo aveva notizia di suo altezza e, come elli era re cristiano, desiderando d' avere sua amicizia, lo mandava a visitare come era costume di così farsi intra e' re cristiani l' uno co' l'altro. E' re, molto benignamente, ricevette sua ambasciata e mandò el detto capitano cristiano a posare a casa di un moro molto ricco.*

I' nella sopradetta città sono infiniti mercatanti mori ricchissimi e tutti e traffici sono in nelle loro mani; e hanno una moschea bella nella piazza; e 'l detto re è quasi governato per le mani de' detti mori per causa di presenti che a lui danno, e per loro industria tutto el governo è nelle loro mani, perché quelli cristiani sono gente grossa.

Tutte le spezierie si truovano in detta città di Chalichut, cioè cannella, pepe, garofani, gengiovo, incenso, lacca e infinito verzino – ve n'è li boschi pieni –; ma la detta spezieria no' nascono quivi, ma nascono in certe isole presso alla detta città a 160 leghe, le quali isole sono presso a terra
[fl. 62v] *ferma a una lega // da una banda di detta città, e vanno là per terra in XX giorni, popolata di mori, e tutta la detta spezieria viene a questa detta città dove si fa la stapola.*

Nella detta città la magior parte della moneta che vi corre e spendono sono seraffi d' oro fine e sono moneta del Soldano di Babilonia, che pesa l' uno 2 o 3 grani manco del ducato e chiamano detta moneta seraffini. E similemente vi si spendono alcuno ducato veniziano e genovini e spendevisi alsì alcuna moneta piccola d'argento, che debbe esser simile moneta di quella del Soldano.

Èvi molti drappi di seta, cioè velluti d' ogni colore, rasi, domaschini, taffettà, broccati d' oro, panni scarlatti, ottoni lavorati, stagni lavorati. In concrusione d'orgni cosa v'è in abbondanza e la mia openione è che drappi d'oro e di seta abbino dal Chairo.

E portoggallesi stettono nella detta città 3 mesi, cioè da dì 21 di maggio insino a dì 25 di agosto, e in questo tempo viddono venirvi infiniti navili di mori, circa di 1500 navi, le qua' venivano per quelle spezierie. E le maggiore navi erano di circa di 800 tonelli, di molte sorte, fra grandi e piccole;
[B] *non / portano se non uno albero, né possono ire se non è in poppa, e alle volte soprastanno 4 o 6 mesi aspettando pel tempo. Molte di esse navi si perdono, e sono molto mal fatte e molto deboli, né portano arme né artiglierie.*

E navili che vanno all' isole per recare le spezierie e alla detta città di Chalichut, hanno detti navili el fondo piano per pescare poca acqua perché v'è di molte secche, e alcuno de' detti navili sono fatti sanza aguti né ferro nessuno perché passano sopra a pietra calamita. E tutte le navi quando stanno davanti la detta città si incagliano in terra e restano come in secco, perché non v' é porto che possino stare altrimenti più sicure.

La cannella vale nella detta città un peso d'esse el quale è cantara 5 di Lisbona, X insino in XII ducati il più alto prezzo, cioè X insino in XII seraffini e nell' isola dove si coglie vale la metà meno; el pepe e garofani al simigliante, ciascuno el suo pregio; el gengiovo e la cannella vale più che tutte altre spezierie, e la lacca non vi vale quasi nulla e allascanao
[fl. 63] *e navili di essa, cioè calafatano, e del verziono v' è pieno // e boschi. Non vogliono in pagamento se non oro e ariento, coralli. E altre mercantie di qua stimano poco, salvo pani lini, e qua' credo saranno là buona mercantia perché e marinari*[4] *venderono alcune loro camicie molto, con baratto di spezieria, ancora che là è molto panno lino molto bianco e molto fini che li debbono recare que' del Chairo. Èvi nella detta città la doana come qui, e pagano le mercantie 5 per cento.*

Questi portogallesi che di là sono tornati hanno recato alcune pietre preziose di poco valore, perché in verità e non avevano né oro né argento per le comperare, ancora che dicano che le dette gioie sono là molto care e questo medesimo le perle, che credo che le vi sieno a buon mercato, questa è mio openione, ma elli no' le compronno dalle mani de' rigattieri mori che vendono quello che vale 1 a 4. Hanno recati alcuno balassi e zaffiri e rubini molto piccoli, e molti granati. Dicono che 'l capitano reca alcune gioie ricche, perché le comprò colli argenti che lui aveva per suo servizio, e per non esser ancora venuto non si sa quello si reca. /

[B] *Le nave che carico[no] le dette spezierie nella detta città di Chalichut, la maggior parte d' esse vanno colle dette spezierie nel sopradetto golfo onde pigliamo el pedoto, ch' è molto grande, e passano quello stretto e dipoi con altri navili più piccoli passano el Mare Rosso colle dette spezierie, e dipoi per terra vanno alla Casa da Mech, che sono 3 giornate; dipoi al cammino del Chairo, e passano a piè del monte Sinai e dipoi pel diserto della rena dove dicono che alle volte con tormento di venti si lieva la rena per tale maniera che v' affogano; e questo medesimo alcune navi con spezierie vanno per tutte quelle città del golfo; e alcune vanno alla bocca di quel fiume grande dove trovonno l'oro e popolazione di negri e quivi scaricano.*

Trovorono nella detta città di Chalichut malvagie di Candia in barili; credo le portino dal Chairo come l'altre mercantie.

---

[4] O copista escreve *e loro danari* e depois corrige para *coe marinari*.

È già circa a 80 anni che nella detta città di Chalichut vennono certi navili di cristiani bianchi co' capelli lunghi simili alli allamani, sanza barba,
[fl. 63v] *salvo // intorno alla bocca, come portano in Chostantinopoli e cavalieri e cortigiani; e smontonno in terra armati di corazza e capazzetti e baviere e con certe arme in aste. E detti navili portano bombarde più corte che quelle che qui si costumano; e dipoi ogni 2 anni una volta vi tornano con XX o XXV navili, e non sanno e detti che gente essi sieno né che mercantia portino alla detta città, salvante panni lini molto fini e ottono lavorati; e caricano di spezierie e vannosene. Le quali navi portano 4 alberi così come queste di Spagna. Se fussino allamani mi pare n' aremmo qualche notizia. Può esser che sieno rossi de Rossia, se gl' hanno porto di mare. Verrà el capitano che mena el piloto che gli dette e' re moro, che parla taliano, el qual piloto detto capitano ha menato contro a suo voglia; questo piloto saprà forse di che gente sono queste.*

Nella detta città di Chalichut v' è molto grano in abbondanza che recano quivi e mori. E 3 reali, cioè uno seraffo di piccoli de' nostri abbasta
[B] *a uno uomo per 1 giorno. / E non fanno pane che lievitino, ma fanno certi panellini azimi e cuociolli sotto la cenere ogni giorno. Èvi grande abbondanza di riso, bestiame, vacche e buoi, ma sono piccoli, fanno molto latte e del burro. Èvi di molte melarance di mezzo sapore, limoni, cedroni e cederini e poponi molto buoni, datteri verdi e secchi molte infinite altre frutte.*

E' re della detta città di Chalichut non mangia carne né pesce, nessuna cosa che riceva morte, né similemente li suoi baroni né cortigiani, né nessuno uomo da bene, perché dicono che Gesù Cristo nelle sue legge disse che chi ammazza sì morisse. E per questo non vogliono mangiare nessuna cosa che riceva morte: ch' è una gran cosa che si possino mantenere sanza mangiare carne né pesce e tutto 'l popolo e altre gente comune mangiano carne e pesce, non mangiano buoi e vacche perché dicono è animale benedetto; e quando e passano per alcuno cammino dove riscontrano buoi, passando toccalli: li toccano, dipoi si baciano la mano ch' è
[fl. 64] *segno di grande // umilità.*

El detto re mangia riso, latte e burro e medesimamente li suoi baroni e così li altri uomini da ben. El detto re si fa servire molto altamente alla mensa, come re; beono vino di palma con una misciroba d' argento, la quale non se lo accosta alla bocca, ma un poco discosto si versa detto vino in bocca.

El pesce che là è, è della medesima sorta che questo di Portogallo, cioè pesciotti, linguati e sermonetti, bisucchi, muggini e così d' ogni altra sorta che qua è; ed èvi pescatori che pescano.

E cristiani cavalcano alifanti, de' quali v' è molti e sono dimestichi. Quando e' re va a nessuna guerra, la maggior parte della suo gente va a

piè e una parte sopra alli alifanti. E' re quando va da un luogo a un altro si fa portare da uomini de' principali di suo corte.

Tutta quella gente, o la maggior parte d' essa, vanno vestiti dalla cintola in giù di panni di cotone, che ve n' è molto, e dalla cintola in su vanno ignudi e così medesimamente e cortigiani e uomini da bene, e questi alsì vestono drappi di seta e di grana, cioè scarlatto e altri colori, secondo
[B] *ceppa / loro. E le donne delli uomini da bene vanno coperte dalla cintola in su con panno lino molto bianco e sottile e l' altre donne di bassa mano vanno scoperte dalla cintola in su. E li mori vanno vestiti secondo e' loro costume moresco, con loro giubbe e balandrani.*

Da questa città di Chalichut insino a Lisbona sono leghe tremilaottocento, che a 4 milia e 1/2 per lega fanno in tutto miglie diciassettemila e cento miglie; e altrettanto è la tornata. Potremo giudicare in quanto tempo si può fare questo viaggio, che almanco saranno in XV o XVI mesi.

E marinai di là, cioè e mori, non vanno né navigano con e' nort; è con certo squadrante di panno e alla mano ritta, quando e traversano el golfo per quella banda, secondo dice 'l piloto che vi restano migliaia di più isole fra le quali chi si mettesse fra esse vi si perderebbe perché v' è molti scogli; e stimasi sieno quelle che incominciò a trovare e' re di Castela.

Nella detta città di Chalichut hanno qualche notizia del Presto Giovanni, ma non molta perché debbe esser molto discosto. Credono questi cris-
[fl. 64v] *tiani come Giesù Cristo nacque dalla V[ergine] // Maria sanza peccato e come el fu crocifisso e morto da' giudei e fu seppelito in Gerusalem. E così hanno conoscimento del papa di Roma e altre notizia non hanno di nostra fede. Hanno lettere e scrivono in loro lingua.*

Nella detta città vi sonno molti denti d' alifanti ed èvi di molto cotone e zuccheri e confezioni. E di già stimo che tutta la ricchezza del mondo sia scoperta. Prosumiamo che 'l vino in quelle parte vi sarà una buona mercantia e che a quelli cristiani piace molto; e domandavano dell' olio.

Nella detta città vi si mantiene molta giustizia e chi ruba o ammazza o fa altro male, incontenente è messo in un palo al modo de' turchi. [Chi] vuole rubare e diritti – cioè gabelle del signore – e sia trovato, perde la mercantia. Trovavisi del zibetto, moscado, ambra, bongui e storace.

La isola dove nascono le spezierie si chiama Cilon, ch' è di dietro alla detta città 60 leghe, cioè quella dove nasce la cannella molto buona, che sono alberi; e dove nasce el pepe sia un' altra isola, ancora che nella terra ferma ai confini del termine di essa città nasce alsì cannella e pepe, ma
[B] *non è così buona come quella che nasce nell' isola; el / gengiovo nasce in terra ferma ed è molto buono; e gherofani nascono più lontano; di riubarbaro v' è molto e di molte altre spezierie similemente vi si truovano e alsì mandorle assai.*

El golfo ch' io dico di sopra esser tutto popolato di mori, non è così perché dipoi ho domandato e la verità sia che solamente la parte di quà, sulla riva dell' oceano, dov' è la città di Melinde, è tutta popolata da mori bianchi, e dalla parte di là da essa città è popolata da cristiani indiani bianchi come noi. E a riva del mare, come per tutta la terra ferma, vi si riccoglie di molto grano e carne e frutte assai e questa terra dove è questa città di Melinde è molto fertile. E da questa città alla città di Chalichut si naviga assai di questa vettovaglia, perché dove è questa città, è la maggiore parte rena, la quale non dà frutto.

In quella parte non v' è se non 2 venti, ponente e levante: e'l verno regna sempe ponente e la state levante. Sonvi molti e buoni dipintori nella detta città di Calinde, sì di figure come d'altro.

La detta città di Calinde e tutte l'altre non hanno cerchio di mura né d' altra cosa, ma sonvi molte case fatte alla moresca, di pietre e calcina, co' le sue vie ordinate. Truovasi nell' isola di Zilon, ove nasce la cannella, molte pietre preziose e massime zaffiri.

Girolamo Sernigi, in Lisbona.

Cópia de uma carta havida de Lisboa, sobre a nova terra achada com as especiarias; ano de 1499 aos 10 dias de Julho.

O Ilustrissimo Senhor Manuel, rei de Portugal, mandou a descobrir novas terras três navios novos, a saber, dois barinéis de 90 tonéis cada um e um de 50 tonéis, e ainda um navio de 110 tonéis carregado de vitualhas, os quais levaram ao todo 118 homens[1]; e

[1] O *Diário* geralmente atribuído a Álvaro Velho (*fl.* 1), CASTANHEDA (I, ii), João de BARROS (I, iv, 2) e Gaspar CORREIA (I, p. 15) chamam-lhes vagamente *navios*, termo genérico, mas usado especialmente para os vasos de porte razoável, menores contudo do que as naus, o que está de acordo com as pequenas tonelagens que lhes atribuem. Damião de GÓIS (I, xxiii), pelo contrário, designa-os por *naus*, tal como, no curso da narração, a *Crónica Anónima* (a que faltam os quatro capítulos iniciais, de que provavelmente constaria a relação dos navios). Duarte Pacheco PEREIRA (*Esmeraldo*, IV, 2) começa por lhes chamar navios para em seguida os passar a designar por naus. O testemunho de autores tardios – como Manuel de Faria e SOUSA (*Ásia Portuguesa*, I, iv, 2), Simão Ferreira PAEZ (*As Famosas Armadas Portuguesas*, ano 1497) e os anónimos compiladores das «Relações das Naos e Armadas da Índia» da Biblioteca Britânica, da Biblioteca Pública Eborense, etc. – é irrelevante, visto terem bebido nos cronistas mais antigos. O mesmo se diga dos desenhos do *Livro de Lisuarte de Abreu*, executados em 1558, que representam grandes naus, com a cruz de Cristo nas velas – pormenor que não deve corresponder à realidade, visto que à chegada a Moçambique foram tomados por «turcos ou mouros dalgũa outra parte», como expressamente afirma o *Diário* (*fl.* 21).

O termo italiano *baloniere* corresponde ao português *barinel*, ao castelhano *ballener*, ao francês *ballenier*, todos derivados em última análise do latim [*navigium*] *ballenarium*, «navio baleeiro, navio para pescar baleias». O termo começou por designar pequenas embarcações, movidas à vela e a remos, mas passou gradualmente a designar embarcações maiores, geralmente de mais de um mastro. Eram como as naus (semelhantes, mas de maior calado, que ao depois se usaram na carreira da Índia) navios de pano redondo, impróprios para bolinar. A escolha de tal tipo de embarcação mostra que, graças certamente a explorações anteriores de que praticamente nada sabemos, se conhecia já o regímen de ventos do Atlântico sul e se sabia ser possível atravessá-lo pelo gólfão, sem ter que arrostar com os ventos contrários que sopram ao longo da costa africana para lá do Equador – exactamente como no Atlântico norte se fazia no regresso da Guiné para evitar os alíseos de Nordeste entre o Cabo Verde e a costa portuguesa.

partiram da cidade de Lisboa aos 9 dias de Julho do ano 1497[2], da qual armada foi por capitão Vasco da Gama.

E aos 10 dias de Julho do ano de 1499 tornou à cidade de Lisboa o barinel de 50 tonéis; o capitão Vasco da Gama quedou-se

---

Quanto à tonelagem dos navios há unanimidade em como era reduzida, mas discrepâncias nos números. O presente testemunho coaduna-se perfeitamente com o de Duarte Pacheco PEREIRA (*Esmeraldo*, IV, 2): «mandou El-Rei nosso Senhor que se fizessem quatro navios pequenos, que o maior deles não passasse de cem tonéis pera cima, porque pera terra não sabida e tão incógnita como aquela então era não era necessário serem maiores; e isto se fez assim por que mais ligeiramente pudessem entrar e sair em todo lugar, o que sendo grandes não podiam fazer». João de Barros fala também *in genere*, mas, inspirando-se quiçá em Castanheda, aumenta-lhes um pouco o calado ao escrever (*loc. cit.*): «seria a companhia desta bem fortunada viagem, entre mareantes e homens de armas, até cento e setenta pessoas, e os três navios pouco mais ou menos de cento até cento e vinte tonéis cada um». É Castanheda quem esmiuça (*loc. cit.*): «mandou fazer dous navios da madeira que el-Rei Dom João mandara cortar; e um que era de cento e vinte toneladas houve nome *Sam Gabriel*, e outro, de cento, *Sam Rafael*; e comprou pera ir co'estes navios ũa caravela de cincoenta toneladas a um piloto chamado Bírrio de que a caravela tomou o nome [...]. E porquanto nos navios da armada não podiam ir mantimentos que abastassem à gente dela até três anos, comprou El-Rei ũa nao a um Aires Corrêa de Lisboa, que era de duzentos tonéis, pera que fosse carregada de mantimentos até a agoada de Sam Bras e ali se despejaria e a queimariam». O testemunho só concorda com o do presente documento no que respeita à tonelagem da *Bérrio*, embora se aparte dele em classificá-la como caravela e não como barinel; seria, portanto, um navio de pano latino, o único da armada. Isso coaduna-se com o uso, frequente no século XVI, de incluir nas armadas de naus ou galeões uma caravela, mais ligeira e manobrável, para ser usada em caso de necessidade como navio mensageiro ou de exploração. Quanto ao navio das vitualhas, que o presente documento designa vagamente por *navio* e Castanheda e Barros por *nau*, devia ser um navio redondo; a despeito das discrepâncias quanto à sua tonelagem, há unanimidade em o reconhecer como o maior da frota.

O número de homens embarcados, que Jerónimo Cerniche aqui cifra em 118, elevar-se-ia segundo Castanheda a 148, segundo Barros, como vimos já, a quase 170; Gaspar Correia (em geral má fonte para a história das primeiras viagens, mormente desta) calcula que fossem até 80 homens em cada navio, o que daria um total de três centenas de homens. Parece, portanto, ter havido ao longo do tempo uma certa tendência para ampliar as dimensões e guarnição dos navios da modesta expedição.

[2] O *Diário*, Duarte Pacheco Pereira, Castanheda, Barros e GÓIS (I, xxxv) concordam em situar a partida no sábado 8 de Julho. Jerónimo Cerniche parece pois enganar-se de um dia, embora não seja impossível que tenham embarcado num dia à tarde e partido no dia seguinte pela manhã e venha daí a discrepância. GÓIS, num outro passo (I, xxiii), engana-se e diz 2 de Julho; Gaspar Correia, projectando sobre a viagem de Vasco da Gama a imagem das viagens posteriores, que para apanharem no Índico a monção favorável partiam normalmente de Lisboa em Março, diz, com erro manifesto, que a partida foi em «dia de Nossa Senhora de Março» ou seja na festa da Anunciação (25 de Março).

pelas ilhas do Cabo Verde com um dos barinéis de 90 tonéis, para pôr ali em terra um irmão seu, Paulo da Gama, o qual estava muito doente. E ao outro barinel de 90 tonéis queimaram, pois não tinham gente para o poderem navegar e conduzir[3]; e assim queimaram o navio, se bem que para este tinham ordens de o não trazer de retorno.

Morreram à torna viagem 55 homens, de uma moléstia que lhes vinha à boca e da boca lhes descia à garganta, e tinham grandes dores nas pernas, dos geolhos para baixo[4]. Descobriram de terra nova cerca de 1800 léguas, que faz, ao que dizem, cada légua quatro milhas e meia das nossas[5], afora o que haviam já descoberto, que se chama

[3] O navio que regressou a Lisboa a 10 de Julho foi a caravela *Bérrio* do comando de Nicolau Coelho; o que foi destruído foi o *São Rafael*, do comando de Paulo da Gama, queimado a 12 de Janeiro de 1499 nos Baixos de S. Rafael, um pouco a sul de Mombaça, onde à ida dera já em seco, conforme explica o *Diário* (*fls.* 26 & 77). CASTANHEDA (I, xxvii) dá a data de 17 de Fevereiro; BARROS (I, iv, 11), que não dá a data, supõe que o navio deu segunda vez em seco no mesmo sítio e que por isso foi queimado. É verdade que em consequência de uma trovoada que apanhou ao largo de Mogadoxo o *São Rafael* estava um tanto danificado; mas o *Diário* concorda com o presente documento ao explicar que lhe puseram fogo «porquanto era cousa impossível navegarem três navios com tão pouca gente como éramos».

[4] Trata-se, como é bem sabido, de um surto de escorbuto, descrito em mais ou menos pormenor no *Diário* (*fl.* 74) e por todos os cronistas; CAMÕES descreve-o poeticamente em duas estrofes d'*Os Lusíadas* (V, 81-82). Conforme o testemunho do *Diário* (*fl.* 16) corroborado pelos cronistas (CASTANHEDA, I, iiii; BARROS, I, iv, 3) já à ida atacara alguns homens, no rio dos Bons Sinais, mas aparentemente com menos gravidade, não se registando óbitos, talvez graças ao refresco que então tomaram em terra. Desta segunda vez, segundo o mesmo testemunho, Vasco da Gama tentou combatê-lo mandando adquirir em Melinde grande porção de laranjas e outras frutas (*Diário*, *fl.* 76), o que pouco aproveitou já à mor parte dos enfermos, dado o adiantamento da doença. O remédio era correcto, visto o escorbuto resultar de um défice de vitamina C (ácido ascórbico) e a laranja ser particularmente rica nessa vitamina; ou os doentes pediram frutas instintivamente, ou se conhecia já empiricamente o remédio. Não era, com efeito, a primeira vez que se registava escorbuto na marinha portuguesa: registara-se já pelo menos um vez, em 1369-1370, durante o bloqueio de mais de um ano que, no decurso das guerras de D. Fernando com Castela, a frota portuguesa pôs à foz do Guadalquivir (Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, cap. XLII).

[5] Esta equivalência, que concorda com a dada por Vespúcio na sua carta de 1501, é *grosso modo* correcta: a légua portuguesa, que se conta hoje a 5 km, era outrora maior, atingindo 6179 m, o que perfaz 18 ao grau de latitude, como notou já Duarte Pacheco Pereira; a milha equivalia, por definição, a mil passos, computando-se o passo em cinco pés. A antiga milha romana equivalia assim a 1472 m; mas na Idade Média o cômputo variava um tanto de lugar para lugar, equivalendo em Roma a 1460 m. Uma légua de 6179 m corresponderia a cerca de 4 $^{1}/_{4}$ milhas de tal grandeza.

o Cabo de Boa Esperança, o qual nome lhe puseram eles; o qual Cabo foi primeiramente descoberto em tempo del-Rei D. João. E daquele cabo andaram cerca de 600 léguas sempre ao longo da costa, e acharam grande povoação de gente negra. E ao cabo das ditas 600 léguas que andaram acharam um grande rio, e na boca do dito rio acharam grande povoança, a saber, uma aldeia povoada de gente negra, que estão ali como sujeitos dos mouros; os quais mouros estão pola terra dentro no sertão e cada dia fazem guerra a estes negros. E acha-se nesta costa infinito ouro, segundo o que mostraram os ditos negros e o disseram ao capitão: que se quisesse ficar ali uma lua, ou seja um mês, que lhe dariam infinito ouro[6]; e o capitão não quis esperar e seguiu mais avante, cerca de 350 léguas mais, e

[6] Trata-se, como se deduz da comparação com as outras fontes, do rio dos Bons Sinais, que banha Quelimane e era ao tempo o braço mais setentrional do delta do Zambeze, de que hoje está separado devido ao assoreamento de um canal em começos do século XX. Era, de facto, pelo vale do Zambeze que em parte se escoava o ouro do Monomotapa, na época comercializado sobretudo por mouros, estabelecidos nos principais portos até Sofala, ao sul. A formação da rede de cidades-estados muçulmanos da costa oriental africana deve-se à imigração de árabes e persas, principalmente foragidos religiosos e refugiados políticos, que a partir do século VIII se estabeleceram sobretudo em ilhas costeiras, onde islamizaram e assimilaram à sua civilização parte da população negra local. A grande vaga migratória que deu origem a Mombaça e Pemba veio de Xiraz e de Siraf, porto que a serve, em 975; a fundação de Quíloa e Zanzibar, a fixação em Sofala e a penetração para o interior pelo vale do Zambeze não parecem datar de antes do século XIII. Ao contrário do que o texto sugere, o islão fixou-se em abcessos descontínuos ao longo do litoral (*sâḥil*, em árabe, no plural *sawâḥil*, de onde o nome de *suahíli* dado à língua franca de toda essa costa), enquanto que a população do interior permanecia *cafre* (do árabe *kâfir*, «infiel, pagão, renegado»).

É interessante notar que, como bom mercador, Jerónimo Cerniche não deixa de notar a abundância de ouro na região, a que nem o *Diário* nem Castanheda aludem, referindo apenas que vieram a achar, entre outras mercadorias, algum em Moçambique, trazido do sertão pelos tratantes mouros (*Diário, fl.* 18; CASTANHEDA, I, v). Na sua *Carta aos Reis Católicos* (S. REGO, *Documentação*, I, doc. 1), D. Manuel alude de passagem a este ouro, que deixa contudo na sombra das espécias e pedrarias achadas no Malabar: «e ainda acharam terra em que há minas de ouro». A grande preocupação de Vasco da Gama e seus homens é no *Diário* e nas demais fontes portuguesas inquirirem do Preste João, da Índia e das especiarias. O interesse pelo ouro de Sofala parece ter despertado um tudo nada mais tarde, certamente ao compreender-se que as mercadorias trazidas da Europa pelos portugueses eram pouco vendáveis no Malabar, tornando-se portanto mister pagar as especiarias em contado. De qualquer modo, o desinteresse de Vasco da Gama pelo ouro que lhe era oferecido se aguardasse um mês contrasta vivamente com a sede de metal amarelo dos homens de Colombo e seus continuadores no Novo Mundo.

acharam uma grande cidade murada e povorada de mouros da côr dos indianos com casas mui boas, de pedra forte, à mourisca, e aí desceu o dito capitão em terra. O rei mouro daquela cidade os recebeu com grande festa e deu-lhes um piloto para atravessar o golfo[7]. E esta cidade se chama Melinde e está posta à entrada de um golfo todo povorado de mouros[8]. O qual piloto falava italiano[9]. E atravessaram o dito golfo à outra parte. O qual golfo é cerca de 700 léguas

[7] Depois de ter referido a descoberta de ouro na Zambézia, que as fontes portuguesas calam, Sernigi salta as escalas em Moçambique e Mombaça, sobre as quais, ao invés, aquelas se detêm, para passar directamente à escala em Melinde. Embora o argumento *a silentio* seja sempre pouco probatório, convém notar que nem o presente documento, nem nenhuma outra fonte portuguesa tirante Gaspar CORREIA (I, pp. 20-27) aludem a uma revolta dos marinheiros na costa SE da África, que Vasco da Gama teria jugulado mandando prender os pilotos e deitando ao mar os instrumentos de navegação, o que cortava aos revoltosos a possibilidade técnica de tornar atrás. Lunardo da CHÀ MASSER (*Relazzione*, viaggio primo) refere sumariamente essa revolta, mas coloca-a antes da passagem do Cabo; o mesmo faz D. Jerónimo Osório no seu *De Rebus Emmanuelis Gestis*, publicado em Lisboa em 1571. Tal história pode resultar de confusão com a viagem de Bartolomeu Dias, em que de facto os marinheiros parecem ter recusado avançar mais e internar-se pelo Índico; ou, mais provavelmente, de confusão com o que se passou com Vasco da Gama no regresso, em que, apanhados pelas calmarias, os navios andaram pairando entre a Índia e a costa africana durante quase três meses, o que, segundo CASTANHEDA (I, xxvii) provocou uma revolta da tripulação, que exigia arribar a Calecut, levando o capitão-mor a prender os pilotos. O *Diário* (*fls.* 74-75), muito lacónico nesse passo, não refere propriamente uma revolta, mas alude a uma situação de desespero em que, estando já decididos a arribar de novo à Índia, faziam «muitos prometimentos a santos e petitórios pelos navios». Na forma quase lendária que lhe dá Gaspar Correia a história representa, de qualquer maneira, uma reminiscência do pulso de ferro com que o Gama comandou a expedição, prosseguindo através de vicissitudes de toda a ordem indefesso até ao fim.

[8] Como veremos a seguir, Sernigi figura o Mar Arábico como um golfo, a cuja entrada se situaria Melinde, quase defronte de Calecut; na realidade Melinde está a 3° 12' S e Calecut a 11° 15' N. A afirmação de que o golfo é povoado de mouros a toda a volta não é correcta: na realidade, na costa indiana, para lá do Cinde (delta do Indo), os muçulmanos formavam densas minorias, mas mesmo assim minorias; e o poder político muçulmano estendia-se apenas até Goa, estando daí para o sul todo o território em poder do grande reino hindu de Vijayanagar ou Bisnaga, de quem os reis do Malabar eram teoricamente vassalos. Informando-se melhor antes de concluir a carta, o próprio autor deu conta do erro em que lavrava, que corrige nos seus parágrafos finais (*cf. infra* nota 57).

[9] Embora esta asserção não seja explicitamente confirmada pela documentação portuguesa, não parece haver razão para a pôr em dúvida, imaginando que o autor da carta confunde o piloto com Gaspar da Gama – a quem alude de forma clara na carta seguinte ao lado do piloto, com quem diz ter também falado, o que prova que se podiam entender. A única possibilidade de confusão seria com o mouro tunisino Monçaide ou Bontaibo, que fora uma espécie

de piloto em terra da expedição durante a estadia em Calecut; a este apenas a carta de Guido Detti (*infra*, doc. IV) parece aludir, como veremos. O facto de o piloto ser dito falar italiano não é tão inverosímil quanto à primeira vista pode parecer: podia tê-lo aprendido no Egipto, em contactos com marinheiros e comerciantes de Itália. A intensidade dos contactos entre a bacia mediterrânica e o Índico é, mais adiante, atestada por uma série de pequenos detalhes: os ducados venezianos e genoveses que correm no Malabar ao lado dos xerafins do Soldão, a malvasia de Cândia que se vende em Calecut aos barris, o linho fino do Cairo que se acha em abundância. As fontes portugueses são, por outro lado, unânimes em afirmar que em Calecut Vasco da Gama topou com vários mouros que falavam uma mescla de italiano e espanhol. Foi provavelmente o facto de falar um pouco de italiano que levou o rei de Melinde a escolher este piloto para conduzir o Gama a Calecut.

A sua identidade tem sido muito discutida. O *Diário* (*fl.* 34) di-lo por duas vezes «cristão», o que pode significar apenas que não era muçulmano, sendo então talvez hindu. Contudo, CASTANHEDA (I, xii), BARROS (I, iv, 6) e GÓIS (I, xxxviii) são concordes em que era um mouro guzerate; chamam-lhe Malimo Canaca, o que não deve ser nome mas antes título, do árabe *mu'allim*, «perito, mestre, piloto» e *qanâk*, termo raro que parece significar qualquer coisa como «capitão» (*vide* Henri GROSSET-GRANGE, *Glossaire nautique arabe ancien et moderne de l'Océan Indien (1975)*, Éditions du C.T.H.S., Paris, 1993, s. v. *personnel*); ou então, como sugere Gabriel Ferrand, do sânscrito *gaṇaka*, «calculador, astrólogo», por conduto do tâmule *kanagaṉ* ou *kanakkaṉ*, «contabilista» (*cf.* Edgar THURSTON & K. RANGACHARI, *Castes and Tribes of Southern India*, 1909, 7 vols., [reimp. Asian Educational Services, Nova Delhi & Madrasta, 1987], s. v. *kanakkan*). As demais fontes não especificam a sua identidade. Em 1919 o orientalista francês Gabriel Ferrand identificou-o com o célebre roteirista árabe Aḥmad Ibn Mâjid (*c.* 1431--1510), que era originário de Julfar no Omão e não do Guzerate. Fê-lo com base nos testemunhos da *História da Conquista do Iémen pelos Otomanos* (liv.º I, cap. ii), redigida por Muḥammad Quṭb al-Din ibn 'Alâ al-Din al-Nahrawânî al-Makkî al--Ḥannafî al-Kharqânî (1511-1582) a instâncias de Sinân Pâxâ, vizir de Selim II (r. 1566-1574), e da enciclopédia de marinharia *Al-Muḥit*, redigida em 1554 pelo almirante turco Sidi Ali Çelebi, que identificam explicitamente o piloto de Vasco da Gama com Ibn Mâjid; essa tese achou, de certo modo, confirmação na descoberta em S. Petersburgo de três *Roteiros de Navegação* de Ibn Mâjid, até aí desconhecidos, de que o primeiro, o *Roteiro de Sofala*, contém abundantes referências à presença dos portugueses no Índico e ao saber náutico que teriam comunicado ao autor. Recentemente, porém, o estudioso sírio Ibrahim Khoury defendeu que o *Roteiro de Sofala* foi interpolado após a morte do autor, que, para mais, parece ter ocorrido uma boa dezena de anos antes da viagem de Vasco da Gama. Quanto ao testemunho dos textos otomanos, pode tratar-se de mera manobra de propaganda política dos sultões turcos, que se haviam apossado da Síria e do Egipto e da suserania sobre os lugares santos do Islão (1514-1517), levado prisioneiro para Constantinopla o califa al-Mutawakkil (último representante da família califal dos Abácidas, que sobrevivia no Cairo embora praticamente destituída de poder) e, por fim, conquistado o Iémen (1569-1571). Era seu interesse justificar a sua intervenção apresentando os árabes como frouxos, maus defensores do Islão, ineptos para manterem à distância os Frangues; o argumento de que fora o mais célebre dos seus pilotos a introduzi-los no Índico, de onde tantos danos causavam à mourama e ao comércio das espécias pelo Mar Roxo, quadrava perfeitamente aos seus intentos. A tese de Gabriel

de travessia[10]; e vieram a uma cidade mui grande, maior do que Lisboa, povorada de cristãos; e chama-se a dita cidade Calecut[11]. O qual

---

Ferrand não se apresenta, pois, como apodítica; e o problema da identidade do piloto mouro de Vasco da Gama permanece assim em aberto (*vide* Gabriel FERRAND, «Le K'ouen-Louen et les anciennes navigations interocéaniques dans les Mers du Sud», *Journal Asiatique* (Maio-Jun. 1919), pp. 491-492; IDEM, *Introduction à l'Astronomie Nautique Arabe*, Paris, 1928, p. 183 & ss.; José Idalino Ferreira da Costa BROCHADO, *O Piloto Árabe de Vasco da Gama*, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1959; T. A. CHUMOVSKY, *Três Roteiros Desconhecidos de Aḥmad Ibn-Mâdjid, o piloto árabe de Vasco da Gama*, ibidem, 1960; Ibrahim KHOURY, *As-Sufaliyya, «The Poem of Sofala», by Aḥmad Ibn Mâǧid*, translated and explained by [...], Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Coimbra, 1983, série «Separatas»; 148).

[10] Esta estimativa concorda exactamente com as de BARROS (I, iv, 6) e da *Crónica Anónima* (cap. 6) e é relativamente exacta – mais exacta até que a do *Diário* (*fl.* 35), que afirma mais vagamente: «o menos que podíamos andar em esta travessa seriam 600 léguas». CASTANHEDA (I, xiii), pelo contrário, orça-a em 750 léguas e Guido Detti (*infra*, doc. IV) em 800. Na realidade a distância é de cerca de 2220 milhas marítimas, o que corresponde a 666 antigas léguas portuguesas.

[11] O modo como se alude a Calecut concorda com o do *Diário* (*fl.* 35): «partimos daqui [*sc.*, de Melinde] com o piloto que nos el-rei deu para uma cidade que se chama Calecute, da qual cidade el-rei tinha notícia; e fomos em Leste a demandá-la»; concorda igualmente com o da *Carta de D. Manuel ao Cardeal Protector*, «antre outros portos da Índia estevirem em uma cidade chamada Calecut, principal escápula da mercadoria da Índia». Parece, por conseguinte, que a importância e a própria existência de Calecut, embora não inteiramente desconhecidas na Europa (*cf. infra*, doc. III, nota 26), não eram conhecidas em Portugal, e que Vasco da Gama apenas ouviu falar delas em Melinde. Há que relativizar, portanto, a afirmação de BARROS (I, iv, 1) em como Vasco da Gama recebeu à partida «um regimento em que se continha o que havia de fazer na viagem e algũas cartas pera os Príncipes e Reis a que propriamente era enviado, assi como ao Preste João das Índias, tam nomeado deste reino, e a el-rei de Calecut [...]»: a carta era, por certo, endereçada vagamente ao rei que achasse. Tudo leva a crer, portanto, que os informes coligidos no Oriente por Pero da Covilhã não chegaram jamais à corte portuguesa. Por isso não terá a viagem sido planeada tendo em conta o regímen de monções do Índico, fazendo-se a travessia de Melinde a Calecut com grande risco, no último limite da época em que é possível atingir o Malabar sem arrostar com os grandes temporais que acompanham o estalar da monção de Sudoeste. Por outro lado, Pero da Covilhã havia de ter dado um mínimo de noção das conveniências diplomáticas na Índia, evitando que D. Manuel mandasse ao seu irmão na realeza a que destinava a embaixada o rústico presente que mandou, idêntico ao que regalava aos sobas da costa africana: doze mantas da lã marroquina, chapéus, coral, meia dúzia de bacias, uma caixa de açúcar, dois barrilinhos de azeite e outros tantos de mel... Sobretudo não nos parece possível que, minimamente informado das realidades indianas, Vasco da Gama pudesse ter ido à Índia, permanecido lá quatro meses e regressado convencido de que os hindus eram cristãos, como o atesta o presente passo desta carta de Sernigi, em sintonia com o *Diário*.

golfo é muito povorado de grandes cidades e castelos de mouros de cada banda e ao fim do dito golfo se faz um estreito, como diríamos estreito de Romênia[12]; e passado o dito estreito se acha um outro golfo maior, no qual golfo está o Mar Roxo da banda direita; e daí à Casa da Meca, onde está a tumba de Mafoma[13] são três jornadas por terra; na qual Casa da Meca há uma grandíssima cidade de mouros; e é minha opinião que este golfo seja o Golfo de Arábia de que escreve Plínio, que Alexandre Magno percorreu até ali fazendo guerras, e isto mesmo fizeram os Romãos que per guerras tomaram tudo[14].

---

[12] Estreito de Romênia é o Bósforo, contíguo à «nova Roma» ou seja, Constantinopla; mas tem apenas 800 a 2000 metros de largura, enquanto que o de Bab-el-Mandeb, a que o autor o compara, mede na sua menor largura 27 km, mais do dobro do de Gibraltar (12 km), quase tanto como a Mancha (30 km). Encontra-se no *Diário* (*fl.* 35) uma descrição paralela: «aqui é a costa de norte e sul, porquanto a terra faz ũa muito grande enseada e estreito, em a qual enseada segundo nós achámos notícia há muitas cidades de cristãos e mouros e ũa cidade que se chama Cambaia e seiscentas ilhas sabidas, e onde está o Mar Ruivo e a Casa da Meca».

[13] Era crença muito geral na Europa cristã que em Meca se venerava a tumba de Mafoma, ou pelo menos o seu *sancarrão* (relíquia que consistiria numa perna ou braço seu); mesmo autores bem informados como BARROS (II, viii, 1), CASTANHEDA (IV; xii), etc. embarcam nessa crença. Ludovico de Varthema que, disfarçado, fez a peregrinação a Medina e Meca em 1504 desmente-a formalmente ao escrever: «será ocasião de censurar os que dizem que o corpo de Mafoma está na área de Meca; eu digo que não é verdade porquanto vi a sua sepultura nesta cidade de Medinat al-Nabi, na qual ficámos quatro dias e pudemos ver tudo» (*Itinerário* (primeira tradução portuguesa), tradução, prefácio e notas de Vicenzo Spinelli, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1949, p. 78). Também Tomé Pires (*fl.* 120) e alguns manuscritos do *Livro* de Duarte BARBOSA (cap. 26, § 1 – 27, § 1) situam correctamente em Medina o túmulo do profeta do Islão. Era também crença muito generalizada que o sancarrão flutuava no espaço, o que os mouros teriam por milagre, mas na realidade se deveria a ser o ataúde fabricado em ferro e a abóbada da mesquita em magnetite, como explica André de Laguna nos seus comentários a Dioscórides de Anazarba (*vide* Andrés de LAGUNA, *Pedacio Dioscorides Anazarbeo acerca de la materia medicinal, y de los venenos mortiferos*, traducidos de la lengua griega, è ilustrado con claras, y sustanciales anotaciones, y con las figuras de inumerables plantas exquisitas y raras por el Doctor [...], medico de Iulio Tercero, Pont. Max., [1.ª ed. Antuérpia, 1555], Valência, 1677, liv.° V, cap.° cv, «de la piedra íman», pp. 560-561).

[14] O autor parece fundir num único o estreito de Bab-el-Mandeb com o de Ormuz e do mesmo modo o Mar Vermelho com o Golfo Pérsico. Foi o Golfo Pérsico que a esquadra de Nearco, almirante de Alexandre Magno percorreu em 325-324 a. C., mas foi sobre o Mar Vermelho que os romanos, após se apossarem do Egipto em 30 a. C., exerceram um certo domínio. Como adiantámos já (*cf. supra*, nota 8) a imagem que o autor se faz do Índico é assaz grosseira, e dir-se-ia que o não viu jamais figurado num mapa, pois a cartografia medieval,

Tornemos à cidade sobrenomeada de Calecut a qual é maior que Lisboa, povorada de cristãos indianos como dito é; na qual cidade há igrejas com sinos, mas não há sacerdotes nem fazem o ofício divino nem celebram, somente tem cada igreja uma pia de água, à maneira destas em que temos nós a água benta, e uma outra pia de bálsamo, e se baptizam uma vez cada três anos em um rio que está junto com a dita cidade[15]. Na qual cidade são as casas de pedra e cal, feitas à mourisca, e as ruas ordenadas a direito assim como estas.

---

conquanto representasse a Ásia para lá da Mesopotâmia de feição assaz deformada, não confundia jamais o Golfo Pérsico com o Mar Roxo, como o não confundiam as cartas de Ptolomeu que à época circulavam pela Europa, divulgadas inclusivamente pela imprensa a partir de 1487, data em que foram impressas em Bolonha (*vide* Claudii PTOLEMAEI, *Cosmographia – Tabulae*; Rodney W. SHIRLEY, *The Mapping of the World – Early Printed Maps, 1472-1700*, n.º 3, pp. 2 & 4). Na carta seguinte, porém, o autor recomenda ao destinatário que procure no mapa-múndi Calecut, Melinde e Ceilão, asseverando que aí estão representados; teria nesse momento sob os olhos um mapa-múndi ou falaria de cor? Seja como for, não nos chegou nenhum mapa português da Ásia anterior ao planisfério dito de Cantino, datado de 1502, pelo que se torna difícil comparar as concepções geográficas do autor com a dos círculos mais bem informados da Corte.

[15] A pia de água benta a que aqui se alude é sem dúvida o tanque das abluções rituais, presente na maioria dos templos da Índia meridional; e a iteração do baptismo dos supostos cristãos da terra a cada três anos deve corresponder a qualquer festival hindu trienal que não conseguimos identificar, compreendendo um banho ritual num *tîrtha*, lugar de águas sagradas, sito as mais das vezes na confluência de dois rios. Escrita com base nos informes fornecidos pelos homens de Nicolau Coelho, a carta reflecte, de certo modo, a voz corrente na armada, ainda que coada pela mente do autor; ora, é sabido que Vasco da Gama tornou a Portugal convicto de que em Calecut estivera entre cristãos e de que eram igrejas os pagodes ou templos hindus em que os fizeram orar. É verdade que os estranhos costumes dos hindus – sobretudo a bizarria da sua iconografia religiosa, em que os «santos» tinham «dentes tão grandes que saíam da boca uma polegada e cada santo tinha quatro e cinco braços», como observa o autor do *Diário* (*fls.* 40-41) – causou espécie a alguns dos homens, «o que pôs algũa dúvida nos nossos de crerem que era igreja de Christãos» e levou João de Sá a exclamar, assentando-se em giolhos: «se isto é diabo eu adoro a Deos verdadeiro» (CASTANHEDA, I, xvi). Seja como for prevaleceu a ideia de que os hindus eram cristãos, embora abastardados, o que levou D. Manuel a enviar pela armada de Pedro Álvares Cabral uma epístola exortatória, recheada de citações escriturísticas, redigida por Duarte Galvão, principal profeta do messianismo imperial manuelino, a persuadir o Samorim a romper com a mourama e a abraçar a causa comum da cristandade (CASTANHEDA, I, xxxv).

É verdade que a existência de cristãos na Índia era ideia corrente na Europa, pelo menos desde o século V, quando foram traduzidos em latim os apócrifos *Actos de Tomé* (redigidos na segunda metade do século III em siríaco e logo

vertidos em grego) que atribuíam a S. Tomé, um dos doze apóstolos, a evangelização da Índia; e todos os viajantes europeus da Baixa Idade Média, como Marco Polo (1271-1296), João de Montecorvino (*c.* 1307), Jordão de Severac (1321-1322), Odorico de Pordenone (1316-1330), João de Marignoli (1347) e Nicolo de' Conti (*c.* 1444) aludem à presença de comunidades cristãs na Península Hindustânica, sobretudo no Malabar, embora deixem suficientemente claro que a maioria dos indianos eram gentios (*vide* P. Anastasius van den WYNGAERT, O.F.M., *Sinica Franciscana – vol. I: Itinera et Relationes Fratrum Minorum sæculi XIII et XIV*, collegit, ad fidem codicum redegit et adnotavit [...], Quaracchi, Florença, 1929; Col. Sir Henry YULE, *Cathay and the Way thither, being a Collection of Medieval Notices of China*, translated and edited by [...], new edition, revised throughout in the light of recent discoveries by Henri Cordie, Hakluyt Society, Londres, 1913-1916, 4 vols., [reimp. Kraus Reprint, Nendeln, Liechtenstein, 1967]). No seu planisfério de 1459 Fra Mauro figura junto da ilha de Diab, que corresponde a Madagáscar, defronte da costa onde situa Sofala, Barava (Brava, na Somália, 10° N, 44° E), «Maabase» (*i. e.*, Mombaça) e, mais ao norte, «Mogodisso» (Mogadoxo, 23°' N 45°13' E), uma ilha de Mahal, habitada por cristãos, e duas ilhas fabulosas, habitadas uma apenas por homens outra apenas por mulheres, mas todos cristãos (*vide* Vicomte de SANTARÉM, *Atlas du* [...], édition fac-similée des cartes définitives organisée et avec une préface par Martim de Albuquerque, Administração Geral do Porto de Lisboa, Lisboa, sous les auspices de la CNCDP, 1989). Devido a essas tradições e ao peso da lenda do Preste João, Gama e os seus homens vinham assim predispostos a ver cristãos em toda a parte: segundo o testemunho insuspeito do *Diário* (*fls.* 18-19) devem ter começado a perguntar por eles em Moçambique, onde foram informados de que mais adiante havia uma ilha povoada metade de cristãos metade de mouros, o que poderia corresponder a Socotorá (*cf.* Francisco Maria Esteves PEREIRA, «La Chrétienté de l'île de Socotora», *Aethiops – Bulletin Ge'ez*, 2: 1, (Jan.° 1923)); mas mais adiante (*fls.* 32-33) explica-se que era a ilha em que residia «o mesmo rei de Moçambique» (*i. e.*, o suserano do xeque local) e que se chamava Quíloa – de onde se deduz que tomaram por cristã a população cafre local. Com efeito, como Jean AUBIN muito bem notou (prefácio a *Voyages de Vasco de Gama – Relations des expéditions de 1497-1499 & 1502-1503*, traduites et annotées par Paul Teyssier et Paul Valentin & présentées par Jean Aubin, Éditions Chandeigne, Paris, 1995), ao peso das tradições concernentes à existência de cristandades em torno do Índico juntava-se a ambiguidade do termo árabe *kâfir*, «ingrato, incrédulo, infiel, pagão» (*cf. Alcorão*, LXXIV, 10; LXXX, 42; etc.), étimo do português *cafre:* em princípio não se aplicava a cristãos nem judeus (*cf.* W. BJÖRKMAN, art.° «kâfir» in *Encyclopédie de l'Islam*, tomo 4, *s. v.*), que à sua maneira conheciam e prestavam culto a Deus; mas no Norte de África, onde Fernão Martins, o língua de Vasco da Gama, aprendera o árabe, aplicava-se geralmente aos cristãos. O língua pode, portanto, ter traduzido *kâfir* (e seu plural *kâfirûn* ou *kuffâr*) por «cristão, cristãos» e vice-versa, contribuindo para acreditar como cristãos escravos cafres ou mercadores hindus. Os dois «mercadores cristãos» de Mombaça em cuja casa os emissários que Vasco da Gama mandou a terra pousaram (*Diário*, *fl.* 28) eram possivelmente cristãos malabares, pois exibiram aos seus hóspedes uma «carta em que adoravam, em a qual estava debuxado o Espírito Santo»: deve tratar-se de uma figura muito comum no sul da Índia, uma cruz erguida sobre um calvário simbólico e sobrepujada por uma pomba (de que há exemplares em granito, datáveis do século VI, na igreja de Nossa Senhora da Expectação, no monte de São Tomé, perto de Meliapor em Madrasta,

na igreja Valya Palli, em Kottayam, no Quêrala, etc.). Em Melinde a armada topou com «quatro naus de cristãos da Índia, os quaes, a primeira vez que vieram ao navio de Paulo da Gama, onde o capitão-mor estava, ali lhe mostraram um retábulo em que estava Nossa Senhora com Jesus Cristo nos braços ao pé da cruz e os apóstolos; e os índios quando viram este retábulo lançavam-se no chão; os quaes enquanto aqui estivemos vinham fazer suas orações [...]» (*Diário*, *fl.* 33). Não é impossível que, como interpreta CASTANHEDA (I, ix & x), se tratasse de cristãos de S. Tomé da Índia meridional; mas já BARROS (I, iv, 6) prefere supor que seriam antes baneanos do Guzerate, «gente tão religiosa na seita de Pitágoras», ou seja, adeptos do jainismo. A *Crónica Anónima* (cap. 5) é ambígua: depois de os dizer cristãos, acrescenta «não o são de baptismo e nem tem [a mesma] crença que nós temos, nem tem missa». Não sabemos que pensar dos «dois homens muito alvos que diziam que eram cristãos», que subiram aos navios em Mombaça com presentes do rei local (*Diário*, *fl.* 28). Já os «muitos homens presos com ferros» que os emissários aí desembarcados viram andar pela vila (*Diário*, *fl.* 29) não eram certamente cristãos prisioneiros de guerra, como eles pensaram, mas escravos negros que os árabes conduziam ao mercado ou a qualquer trabalho. O próprio autor do *Diário* reconhece (*fl.* 27), a propósito das veleidades de ouvirem missa em Mombaça com os cristãos da terra, que lhes diziam constituírem na cidade uma comunidade organizada, que «isto era dito pelo que eles desejavam de fazer, que não por ser assi».

Seja como for, nem o peso da tradição nem a ambiguidade vocabular chegam para explicar que após quatro meses de permanência na Índia e nove meses de viagem de regresso, em companhia de três novos informadores, o engano se tenha perpetuado. O monumental erro colectivo em que caiu toda a expedição do Gama não pode ser fortuito: nem o judeu convertido Gaspar da Gama, de que falaremos a seguir, nem o piloto, nem o mouro de Tunes que vieram para Portugal nos navios podiam ignorar a verdadeira geografia religiosa da Índia, onde os cristãos, de rito caldeu, concentrados no sul do Quêrala, sobretudo em torno de Cranganor e Coulão e nas faldas dos Montes dos Cardamomos, não representavam senão uma pequena minoria (30 000 famílias segundo o relatório dos bispos locais enviado em 1504 ao Católico do Oriente ou Patriarca de Babilónia de quem dependiam: *vide* Luís Filipe F. R. THOMAZ «A *Carta que mandaram os Padres da Índia, da China e da Magna China*, um relato siríaco da chegada dos Portugueses ao Malabar e seu primeiro contacto com a hierarquia cristã local», *Revista da Universidade de Coimbra*, 36 (1991) [pp. 119-181]; tb. pub. na série «Separatas» do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, n.º 224, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1992). Ora, em apêndice ao *Diário* existe no manuscrito da Biblioteca Municipal do Porto uma súmula geográfica – redigida com base nas informações fornecidas por «um homem que sabia a nossa fala e havia trinta anos que viera de Alexandria a estas partes» que não pode ser senão Gaspar da Gama – que pinta uma Índia bem à medida dos desejos de D. Manuel: doze reinos cristãos, todos ricos em mercadorias, que poderiam contribuir para a cruzada geral com uns 265 000 homens de pé, 15 200 de cavalo e 2700 elefantes de guerra; do lado oposto, apenas dois reinos mouros, que não poderiam juntar mais que 29 000 homens de peleja, 10 000 cavaleiros e 500 elefantes. A existência do imenso e poderoso sultanado de Delhi é inteiramente escamoteada. D. Manuel tragou, aparentemente sem dificuldade, tais patranhas, pois na sua *Carta ao Cardeal Protector* noticiou-lhe «haver na Índia 38 reis e a maior parte deles cristãos». Quer-nos, pois, parecer que foi deliberado o logro, em que foram coniventes pelo

El rei da dita cidade se faz servir mui altamente e tem estado de rei com seus camareiros e porteiros e barões e um palácio muito rico[16]. E quando o dito capitão do dito navio chegou à dita cidade o dito rei era fora, em um castelo que ficava distante da dita cidade cerca de seis léguas, e foi-lhe levada a nova em como ali eram chegados cristãos; e logo veio à cidade com cerca de 5000 pessoas. Depois, passados três dias, mandou o dito rei a chamar o capitão que estava ainda no navio. E logo o dito capitão com doze dos seus homens lá foi, e foram acompanhados de umas 5000 pessoas desde a praia até aos paços del rei. À entrada da porta havia dez porteiros, todos com bastões guarnecidos de prata. E entrados, foram até a câmara onde acharam el rei deitado sobre um leito baixo; e em torno da câmara, no chão, tudo era coberto de veludo verde, e a toda a volta grande cópia de damascos de diversas cores; e sobre

---

menos Gaspar da Índia, o piloto e o mouro tunisino. Devem ter compreendido que – como belamente sintetizou o degredado anónimo que foi o primeiro a descer a terra em Calecut – os portugueses vinham essencialmente a «buscar cristãos e especiaria»; e decidiram não iludir a sua esperança, tementes de que desistissem duma empresa em que previam vir a ser peças importantes. É certamente pelo mesmo motivo que o trato da especiaria pela rota do Mar Roxo é, na carta seguinte, escrita após a chegada do piloto, pintado de cores assaz sombrias, com manifesto exagero das suas dificuldades – embora aí seja mais difícil distinguir o fruto de uma informação viciada do do entusiasmo do mercador florentino, ansioso por ver suplantada Veneza. Pode pôr-se como hipótese que o embuste tenha começado já à escala em Melinde e que o piloto tenha já, durante a travessia, industriado o Gama para ver nos hindus cristãos. A iniciativa pode, nesse caso, ter partido quer do piloto quer do próprio sultão de Melinde que, como é bem sabido, apostou decididamente na cartada portuguesa, em que desde logo deve ter visto uma hipótese inesperada de promover o seu porto e sacudir o jugo de Quíloa, cabeça da federação de sultanados da costa Suahíli. Convinha, para tal efeito, estimular os portugueses a prosseguir no intento, apresentando-lho como economicamente viável e politicamente fácil, logo que vencidas fossem as dificuldades iniciais.

De qualquer modo, meio século após a expedição do Gama, o erro crasso em que incorreu parecia tão inverosímil que, ao contrário do probo Castanheda, o cronista oficioso da expansão, João de BARROS (I, iv, 9), procurou dissimulá-lo; pôs assim na boca do capitão-mor, numa das audiências que o Samorim lhe concedeu, um discurso em que apelava para a amizade entre cristãos e hindus e para os traços comuns que os uniam e separavam dos muçulmanos, como a crença dos cristãos na Trindade e dos hindus na *Trimûrti*...

[16] O tom admirativo em relação ao urbanismo de Calecut, ao luxo da sua corte, etc., reflecte as impressões do pessoal da frota e encontra-se também, em maior ou menor medida, no *Diário* e nas *Cartas* de D. Manuel ao Rei Católico e ao Cardeal Protector (*vide* S. REGO, *Documentação*, I, doc. 1 & 2); resulta certamente do contraste entre a civilização da Índia e a incivilidade das populações da África Negra com que os portugueses estavam habituados a lidar desde sessenta anos antes.

o leito tinha uma colcha branca mui fina, toda lavrada de fio de ouro, e um sobrecéu mui alvo e mui sotil e mui rico. E imediatamente el rei perguntou ao dito capitão que era que andavam ali buscando, e o capitão lhe respondeu que costume de cristãos era que quando alguns embaixadores vinham a dar sua embaixada a qualquer príncipe lha davam em segredo e não em público. E então el rei mandou fora toda a sua gente e o capitão lhe disse como havia muito tempo que el Rei de Portugal tinha notícias de Sua Alteza e, como ele era rei cristão, desejando de ter sua amizade o mandava visitar como era costume assim fazer-se entre os reis cristãos uns com os outros. El rei, mui benignamente recebeu sua embaixada e mandou o dito capitão cristão a pousar em casa de um mouro muito rico[17].

Na sobredita cidade há infinitos mercadores mouros riquíssimos, e todos os tratos estão em suas mãos, e têm uma mesquita na praça, e o dito rei é quasi governado pelas mãos dos ditos mouros por causa dos presentes que lhe dão; e por sua indústria queda todo o governo em suas mãos, pois aqueles cristãos são gente cível[18].

---

[17] Toda esta descrição concorda, nas suas linhas gerais, com o relato do *Diário* (*fl.* 37 & ss.) e com o dos cronistas; a informação de que o Samorim estava a seis léguas de Calecut concorda *grosso modo* com a fornecida por CASTANHEDA (I, xv) e GÓIS (I, xxxix), segundo os quais estava em Ponane, que situam a cinco léguas da cidade; na realidade fica a 28 milhas inglesas (*c.* 7 léguas) a sul de Calecut. As divergências em relação ao *Diário* (*v. g.* doze homens em vez de treze em companhia do Gama na audiência que lhe deu o Samorim) são despiciendas.

[18] Observação judiciosa e pertinente. Calecut devia a sua prosperidade ao trato muçulmano, e a protecção aos mercadores mouros, nativos (mápulas) ou forasteiros (pardexis), era uma das linhas de força da política dos Samorins. Essa protecção preferencial traduzia-se na cerimónia do *manankam*, em que o Samorim presidia a uma peregrinação islâmica, recebendo flores das mãos de três meninas mápulas. Justificava-se pela lenda de Cheraman Perumal, referida por Duarte BARBOSA (cap. 39, § 2), Tomé PIRES (fl. 128v), CASTANHEDA (I, xiii), BARROS (I, ix, 3), Gaspar CORREIA (I, pp. 744-745), ZINADIM (pp. 19-23), etc., e posta em verso por CAMÕES (*Os Lusíadas*, VII, 32-37). Segundo ela o último rei da dinastia Chera (na realidade desapossada no século XI por uma invasão dos Cholas do Choromândel ou Coromandel), ter-se-ia convertido ao islão e partido como peregrino para Meca, onde faleceria. Antes, porém, teria dividido entre os príncipes vassalos os seus estados; ao chegar ao último, nada mais restando para lhe dar, ter-lhe-ia dado um forte com um naco de território em torno com a área em que se pudesse ouvir cantar um galo (de onde o nome de Calecut, interpretado *kôḻi kôṯṯa*, «forte do galo» ou, segundo outros, *kôḻi koṯṯu*, «estridor do galo»), incumbindo-o de proteger os comerciantes muçulmanos que fariam a fortuna do seu porto. Para mais pormenores *vide* Geneviève BOUCHON, «Les musulmans du Kerala à l'époque de la découverte portugaise», *Mare Luso-Indicum*, Genebra, 2 (1973), pp. 3-59.

Acham-se na dita cidade de Calecut todas as especiarias, a saber, canela, pimenta, cravo, gengibre, incenso, lácar, e infinito brasil[19], de que estão os bosques cheios. Mas as ditas especiarias não nascem ali, senão que nascem em certas ilhas junto com a dita cidade a 160 léguas, as quais ilhas estão junto com terra firme uma légua da banda onde fica a dita cidade, e vão lá por terra em 20 dias. São povoradas de mouros, e toda a dita especiaria vem a esta dita cidade onde se faz a escápula[20].

Na dita cidade a maior parte da moeda que i corre e de que gastam são xerafins de ouro fino; são moedas do soldão de Babilónia que pesa cada uma 2 ou 3 grãos menos que o ducado, e cha-

[19] O pau-brasil asiático ou sapão, que é o que está aqui em causa, é extraído da *Cœsalpinia sappan*, L., árvore da família das Leguminosas ou de espécies congéneres, comuns na Índia e no Sueste Asiático; usado em tinturaria, na preparação de tinta de escrever e, em menor medida, em farmacopeia, não parece ter sido conhecido dos Antigos, mas é já descrito pelos botânicos e farmacólogos árabes da Idade Média, como Abu Ḥanîfa (séc. IX A. D.), Ibn Riḍwan (séc. XI) e Ibn Albayṭâr (1197-1248), sob o nome de *baqqam* (*vide* IBN AL BAYTAR, *Traité des Simples*, traduction de Lucien Leclerc, Institut du Monde Arabe, Paris, [s.d.], 3 vols. [reprodução anastática da edição de 1877-1883, in *Notices et Extraits des Manuscrits de La Bibliothèque Nationale...*, tomos 23-26], vol. 1, n.º 314, p. 245). No Ocidente europeu é referido como produto de comércio desde o século XII (*vide* W. HEYD, *Histoire du Commerce du Levant au Moyen-Âge*, vol. 2, p. 587 & ss.). A qualidade mais apreciada era designada por «brasil columbino» (*verzino colombino*), por se produzir na região de Coulão, cujo nome latinizado era Columbum (*vide* Francesco Balducci PEGOLOTTI, *La Pratica della Mercatura* [1340], edited by Allan Evans, The Mediaeval Academy of America, Cambridge (Massachusetts), 1936 [reprint., Kraus Reprint, Nova Iorque, 1970], p. 361; *cf.* Marco Polo, cap. CLXXIV). Mais tarde os portugueses topariam na Terra de Santa Cruz com espécies botânicas afins, que imediatamente comercializaram sob a designação de pau-brasil, que acabou, como é bem sabido, por dar o nome ao país; trata-se sobretudo da *Cœsalpinia echinata*, Lam., conhecida por pau-brasil ou pau-de-pernambuco; sem embargo vieram a comercializar-se igualmente espécies congéneres como a *C. braziliensis*, C. Am (ou *C. violacea* [Miller] Standley), vulgarmente conhecida por brasilaçu, brasilete ou brasil-rosado, árvore de maior porte mas que dá um corante de somenos qualidade.

[20] O *Diário* (*fls.* 64-65) apresenta um pouco mais correctamente as coisas: em Calecut há, «de sua colhença», gengibre, pimenta e canela; quanto ao cravo, vem de «ũa ilha que chamam Melequa» ou seja de Malaca, a cinquenta dias de viagem por mar. Como seria de esperar da sua geografia confusa, o nosso autor baralha mais as coisas: na realidade, na região de Calecut dá-se o gengibre e, em menor medida, a pimenta, que contudo abunda em todo o Malabar daí para sul; a canela-fina dá-se sobretudo na ilha de Ceilão (que está de Calecut a um tanto menos das 160 léguas por mar ou 20 jornadas por terra que o autor indica); o cravo (*cf. infra* nota 54) provinha da Insulíndia, povoada de facto de mouros, que o autor confunde aqui com Ceilão. Já o lacre provinha sobretudo do Pegu (*cf. infra*, doc. III, nota 3) e o incenso da Arábia.

mam às ditas moedas xerafins. E assim mesmo gastam de alguns ducados venezianos e genoveses; e gastam outrossim de uma outra moeda pequena de prata que deve ser moeda semelhante à do soldão[21].

E há i muitas roupas de seda, a saber, veludos de toda'las cores, cetins rasos, damascos, tafetás, brocados de ouro, panos de escarlata, latões lavrados e estanhos lavrados. Em concrusão: de toda 'las cousas há em abundância, e minha opinião é que as roupas de ouro e de seda as hajam do Cairo[22].

---

[21] O autor esquece a moeda local, *fanões* de ouro de baixo quilate, a que ao invés alude o *Diário* (*fl.* 56), atribuindo-lhe o valor de 15 reais portugueses; em 1554, segundo o *Livro dos Pesos da Índia e assi Medidas e Moedas*, de António NUNES, valiam 14 fanões um pardau de ouro, o que dá para o fanão um valor de 25,714 rs. As pequenas moedas de prata que o autor refere são talvez tangas de prata do Guzerate, de Bijapor ou de Bisnaga, ou larins da Pérsia (*cf.* Gabriel FERRAND, *Les poids, mesures et monnaies des Mers du Sud aux XVI^e^ et XVII^e^ siècles*, extrait du *Journal Asiatique* (Jul.-Dez. 1920), Imprimerie Nationale, Paris, 1921). Segundo Abu l-Mahasin IBN TAGHRÎ BIRDÎ, (*History of Egypt, 1382--1469*, translated from the Arabic Annals of [...], by William Popper, University of California Press, Berkeley & Los Angeles, 1954-1960, 7 partes, parte 4, p. 30) desde c. 800 A. H. (1397-1398 A. D.) que os ducados venezianos e genoveses, de melhor toque que os dinares egípcios, corriam em quantidade pelo Levante, até ao Iémen; em 1425 o sultão Al-Axraf Barsbây decidira com os seus cádis proibi-los, por terem cunhadas efígies humanas, símbolo da infidelidade dos frangues, mandando-os fundir para cunhar moedas com inscrições islâmicas que ficaram conhecidas por «dinheiro de Axraf» (*dînâr axrafî*) ou xerafins; o seu peso e toque eram iguais aos dos ducados. A abundância de moeda ocidental (xerafins do Cairo, ducados de Veneza e de Génova) que se achava em circulação em Calecut atesta da intensidade das relações com o Ocidente e da sua assimetria: com efeito, desde a Antiguidade até à revolução industrial inglesa sempre a Índia, mais dotada pela natureza e não menos rica em engenho humano, exportou para o Ocidente mais do que importava. Esse comércio, deficitário para a Europa, levava ao escoamento de enormes quantidades de moeda para a Índia: 50 000 000 sestércios ao ano por volta de 70 A. D., segundo o testemunho de Plínio (*Historia Naturalis*, VI, xxvi, 101; os reis do sul da Índia podiam assim dispensar-se de cunhar moeda, usando a romana, de que se acharam já na Índia 68 tesouros (dos quais 57 no sul da Península), provavelmente acumulados e escondidos por reis e senhores locais para acudirem a qualquer emergência. A assimetria comercial continuaria ao longo de todo o século XVI a pôr os mesmos problemas aos portugueses, obrigados a pagar em ouro de Sofala ou em prata importada do Reino a especiaria que compravam.

[22] Mais provavelmente da Pérsia ou do Cinde e do Guzerate, onde se tecia e lavrava seda crua importada do Irão, ou ainda de Benares, onde havia uma florescente indústria de brocados (mais tarde referida por Sebastião Manrique, *Itinerário*, cap. LVII), que chegou aos nossos dias. Através de Malaca, Calecut importava provavelmente também sedas da China.

Os portugueses estiveram na dita cidade três meses, a saber, do dia 21 de Maio até ao dia 25 de Agosto[23], e neste tempo viram vir infinitos navios de mouros, cerca de 1500 naus, as quais vinham polas especiarias. E as maiores naus eram de cerca de 800 tonéis de muitas sortes entre grandes e pequenas; não levam senão um mastro, nem podem andar senão de popa, e às vezes quedam 4 ou 6 meses esperando pelo tempo. Muitas destas naus se perdem, e são mui mal feitas e mui fracas, nem levam armas nem artilharia[24].

Os navios que vão às ilhas a trazer as especiarias e à dita cidade de Calecut: têm os ditos navios o fundo chato para demandar pouca água, pois há i muitos baixios[25]; e alguns dos ditos navios são feitos sem pregos nem ferro nenhum porque passam sobre a pedra calamita[26]. E todas as naus quando estão diante da dita cidade se varam em terra e ficam como em seco, porquanto não há porto em que possam doutro modo estar mais seguras.

---

[23] De 21 de Maio a 29 de Agosto, segundo o *Diário*.

[24] Informação idêntica no *Diário* (*fl.* 65): «e põem desta ilha [*sc.* Malaca] lá [*sc.* a Judá, porto de Meca] cinquenta dias, de vento à popa, que as naos desta terra nom andam pela bolina». Sobre as técnicas de construção naval no Índico, *vide* Pierre-Yves MANGUIN, «Late Mediaeval Asian Shipbuilding in the Indian Ocean. A Reappraisal», *Moyen Orient & Océan Indien – Middle East & Indian Ocean, XVI^e-XIX^e s.*, Société d'Histoire de l'Orient, Paris, 2/2 (1985), pp. 1-30; *cf.* Jean POUJADE, *La Route des Indes et ses Navires*, Payot, Paris, 1946.

[25] Alusão provável aos juncos malaios, de fundo chato, mais para poderem entrar nos esteiros e estuários em que a região abunda e neles manobrar, girando sobre si mesmos, que por causa dos baixios no mar alto (*cf.* Pierre-Yves MANGUIN, «The Southeast Asian Ship: An Historical Aproach», *Journal of Southeast Asian Studies*, 11 (1980) pp. 253-269; IDEM, «Trading Ships of the South China Sea – Shipbuilding Techniques and their Role in the History of the Development of Asian Trade Networks», *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 36, pp. 253-280). Acham-se já referências aos juncos nos itinerários de Raxîd-al-Dîn ou Rashid ud-Din (*c.* 1300 A. D.), Odorico de Pordenone (1331), Ibn Baṭṭûṭa (*c.* 1343), João de Marignoli (*c.* 1348), etc., bem assim como numa legenda do célebre mapa de Fra Mauro (1459); uma bela descrição do junco malaio em CASTANHEDA, II, cxii.

[26] *Calamite* ou *pedra calamita* era uma das designações da magnetite, derivada do facto de inicialmente, antes da invenção da bússola propriamente dita, se pôr a agulha magnética a flutuar em água sobre um cálamo ou palhinha. A suposição de que no fundo do Oceano Índico existiria magnetite, que atrairia a pregadura das embarcações fazendo-as naufragar, forneceu desde cedo uma explicação cómoda para o curioso facto de aí se usarem barcos cosidos; nessas embarcações, ainda hoje correntes por exemplo em Goa, não se emprega praticamente o ferro, cosendo-se as tábuas umas às outras com cordoalha de cairo (*cf.* S. MCGRAIL & E. KENTLEY (ed.), *Sewn Planked Boats: Archaeological and Ethnographic papers based on those presented to a Conference at Greenwich in November 1984*, Greenwich National Maritime Museum, Oxford, 1985;

A canela vale na dita cidade um peso dos deles, o qual é tanto quanto 5 quintais de Lisboa[27], de 10 até 12 ducados ao mais alto preço, ou seja de 10 a 12 xerafins, e na ilha donde se colhe vale a metade menos; a pimenta e o cravo têm assim mesmo cada um seu preço e o gengibre e a canela valem mais que todas as outras especiarias, e o lácar não vale quase nada e lastram os navios com ele,

---

Lotika VARADARAJAN, *Sewn Boats of Lakshadweep*. [s.l. Índia], National Institute of Oceonography, 1998). Ibn Jubayr, que em 1183 atravessou o Mar Vermelho, a caminho de Meca, de 'Aydhâb, no actual Sudão, para Judá, nota que as gelvas utilizadas nessa travessia eram construídas sem pregadura; mas explica o facto pela necessidade de «abrandar e suavizar a sua madeira contra a abundância de arrecifes» (*vide* Ibn YUBAYR, *A través del Oriente – El siglo XII ante los ojos: Riḥla*, introducción, traducción y notas de Felipe Maíllo Salgado, Ediciones del Serbal, Barcelona, 1988, p. 93). Também o Beato Odorico de Pordenone declara no seu *Itinerário* que viajou em 1321 ou 1322 num navio desses de Ormuz para Taná, junto a Bombaim; igualmente o *Diário* (*fl.* 20) refere a presença de «naos sem pregadura», na costa de Moçambique; mas, tal como o Beato Odorico, não aventa qualquer explicação para tal peculiaridade. O suposto fenómeno magnético a que se alude aqui é já referido por Ptolomeu (*Geografia*, 7, 2, 31), que o situa junto às ilhas a que chama Maniolai, a leste da Taprobana; Paládio, bispo de Helenópolis (*c.* 364--431 A. D.), repete-o quase textualmente no tratado *Dos Povos da Índia e dos Brâmanes*, que figura em apêndice à sua *História Lausíaca*, mas coloca as ditas ilhas no Mar Roxo (I, v; na versão latina de Rufino, conhecida por *Commonitorium*, muito tempo atribuída a S. Ambrósio, Migne, *PL*, 17, § 6). Foi talvez com a tradução de Ptolomeu que esta história passou à literatura árabe; voltamos, com efeito, a topar com ela no *Livro das Maravilhas da Índia*, do século X da nossa era (*vide* BOZORG fils de Chahriyâr de Râmhormoz, *Livre des Merveilles de l'Inde*, par le capitaine [...], texte arabe publié [...] par P. A. van der Lith, traduction française par L. Marcel Devic, E. J. Brill, Leida, 1883-1886, cap. 47, pp. 92-93). Foi provavelmente o piloto mouro quem contou a história aos marinheiros do Gama. Seja como for, esta repete-se ainda na carta do Índico que faz parte do chamado *Atlas Miller*, de 1519, atribuído aos irmãos Reinéis (*PMC*, I, estampa 19), numa legenda aposta a sul de Ceilão, junto às Maldivas: *Hic lapis gignitur herculeus, obque hoc nauigia que clauos ferreos habent detinentur; harum incolae anthropophagi sunt*, «aqui gera-se a pedra de Hércules [= magnetite], e por isso os navios que têm cravos de ferro são detidos; os habitantes delas são antropófagos». Ao contrário do que já se afirmou, esta legenda não reflecte a observação experimental de perturbações do magnetismo terrestre na zona das Maldivas, tal como a não reflecte o presente passo do texto, uma vez que se limitam a repetir um mito que data de um milénio antes da bússola, sem a qual tais perturbações não eram detectáveis.

[27] Em Calecut a especiaria pesava-se por *bares* ou *bahares* (do sânscrito *bhâra*, «carga», por conduto do árabe *bahâr*), termo que o *Diário* (*fl.* 57) cita sem contudo dar a sua equivalência; segundo o *Livro dos Pesos* [...] de António NUNES (1554) equivalia a 3 quintais, 2 arrobas e 5 $^{1}/_{2}$ arratéis (208,15 kg), o que é consideravelmente menos do que o autor aqui indica.

ou sejam calafetam, e de brasil são cheios os bosques[28]. Não querem em pagamento senão ouro e prata e coral. E às outras mercadorias de cá estimam pouco, salvo panos de linho, os quais creio que serão lá boa mercadoria, porque os marinheiros venderam algumas das suas camisas mui bem, a troco de especiarias, ainda que há i muito pano de linho mui alvo e mui fino, que lhes devem levar os do Cairo. Há na dita cidade alfândega como aqui, e pagam as mercadorias cinco por cento[29].

---

[28] Estas informações não condizem exactamente com as que obtemos de outras fontes. O *Diário* não indica os preços a que se vendiam as espécias em Calecut; mas em compensação dá, em apêndice, os praticados em Alexandria: deixando de lado drogas raras, como o lenho-aloés, o benjoim e o almíscar, a espécia mais cara era aí a canela, vendida a 25 cruzados o quintal tal como o lacre, e as mais baratas o brasil, vendido a 10, e o gengibre, vendido a 11; as outras espécias situavam-se em valores intermédios (a pimenta a 15, a noz-moscada a 16 e cravo a 20). É verdade que os preços de Alexandria não são necessariamente proporcionais aos de Calecut, pois a especiaria vendia-se a peso e os custos de transporte dependem mais do volume que do peso das mercadorias, pelo que, em princípio, quanto mais densas menos encarecem; mas, de qualquer modo, o gengibre não era uma especiaria cara nem o lacre das mais baratas. Esta impressão é confirmada por um apêndice à *Relação Anónima* da viagem de Pedro Álvares Cabral, que dá os preços de venda das diversas espécias em Calecut em 1500-1501: deixando de lado as drogas raras e o gengibre confeito em açúcar (que se vendia a 28 fanões a faraçola, ou seja, 560 fanões o bar), a espécia mais cara era então aí o cravo, vendido a 600 fanões o bar, seguindo-se-lhe a noz-moscada, a 450 fanões, a maça a 430, a pimenta-longa a 400, a canela a 390, a pimenta comum a 360 e o lacre a 260; o brasil vendia-se a 160; a espécia mais barata era o gengibre, que se podia mercar a 6 fanões a faraçola, ou seja, 120 fanões por bar (*vide* William B. GREENLEE, *A Viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia*, Liv.ª Civilização, Porto, [s.d.] pp. 190-193). Admitindo que, como quer o *Diário*, um fanão valia então 15 rs., obtemos para a canela um preço de 15 cruzados por bar em 1500-1501, 25 a 50% superior ao preço de 10 a 12 ducados em 1497, aqui indicado pelo autor. Podem comparar-se com estes os preços dados pela carta anónima de 16 de Setembro de 1504 (*vide* doc. X): a comparação revela importantes flutuações no mercado, mas a proporção entre os preços condiz sobretudo com a do tempo de Cabral.

[29] Calecut parece, portanto, ter praticado, à semelhança de outras cidades marítimas que viviam do comércio, uma política de baixos direitos alfandegários, que apostava no comércio de massa, sacrificando o lucro imediato ao incremento do volume das transacções, que a médio prazo asseguraria um acréscimo de receita. Tal política foi, quiçá, inspirada no Índico pelos guzerates, que se haviam especializado no trato de géneros baratos em quantidade; seja como for, foi a política seguida em Diu, onde os direitos eram de 4%, em Goa, onde eram de 6%, e em Malaca, onde eram de 6% para os forasteiros mas apenas de 3% para os mercadores domiciliados (*cf.* Luís Filipe THOMAZ, «The economic policy of the Sultanate of Malacca (XVth-XVIth centuries)», *Moyen Orient & Océan Indien*, 7 (1990) pp. 1 a 12). Tais taxas são *grosso modo* da mesma ordem das

Estes Portugueses que de lá são tornados trouxeram algumas pedras preciosas de pouco valor, porque em verdade não tinham nem ouro nem prata para as comprar, ainda que digam que as ditas jóias são lá mui caras, e assim mesmo as pérolas; que eu creio que sejam i a bom preço – esta é minha opinião – mas eles as compraram das mãos dos regateiros mouros, que vendem o que vale 1 a 4. Trouxeram alguns balaches[30] e safiras e rubis mui pequenos e muitas granadas. Dizem que o capitão traz algumas jóias ricas porque as comprou com os dinheiros que tinha de seu serviço, e por não ser ainda vindo se não sabe aquilo que traz.

As naus que carregam as ditas especiarias na dita cidade de Calecut, a maior parte delas vão com as ditas especiarias ao sobredito golfo onde tomámos o piloto; o qual é muito grande; e passam aquele estreito e depois com outros navios mais pequenos passam o Mar Roxo com as ditas especiarias, e depois por terra vão à Casa da Meca, que são três jornadas, e depois caminho do Cairo, e pas-

praticadas no Ocidente medieval em Bizâncio (2%), em Génova e em Nápoles (3%) ou em Veneza (5%); são nitidamente mais baixas que as praticadas em Lisboa, Sevilha, Tunes e portos de Marrocos (*vide* Francesco Balducci PEGOLOTTI, *La Pratica della Mercatura*, edited by Allan Evans, The Medieval Academy of America, Cambridge (Massachusetts),1936 [reimp. Kraus Reprint Co, Nova Iorque, 1970]) e ainda em Ormuz, onde eram de 10%, e nos portos do Pegu onde eram de 12%. São sobretudo inferiores às praticadas em Alexandria, onde eram de 20%, e em certas monarquias agrárias da Ásia, como o Sião e o Bengala onde montavam respectivamente a 22,2% (para os chineses 16,6%) e 37,5%. Nestes últimos estados as importações deviam consistir sobretudo em produtos de luxo, para consumo da classe dominante, suficientemente próspera para suportar o acréscimo de preço da mercadoria resultante de tão elevada taxação. O mesmo se passava na China, conquanto aí os direitos aduaneiros fossem apenas de 10% para o comum das mercadorias, apenas se elevando a 20% no caso da pimenta e a 50% no do brasil e de outras madeiras preciosas (*vide* Tomé PIRES, *Suma Oriental*, *fls.* 134v, 135v & 161v).

[30] Balache (abreviação de *rubi balache*, i. e., rubi do Balakhxân ou Badakhxân, região do extremo NE do Afeganistão, onde tais pedras se extraíam em abundância) é uma variedade de espinela de cor avermelhada-arroxeada. Enquanto que o rubi verdadeiro (como o topázio e a safira) é uma variedade de corindo, constituído essencialmente por óxido de alumínio ($Al_2 O_3$), e cristaliza no sistema romboédrico, o rubi balache, como as demais espinelas, compõe-se essencialmente de um óxido de alumínio e magnésio ($M_g Al_2 O_4$) e cristaliza no sistema cúbico; tal como as granadas (que são silicatos de vários metais cristalizados no sistema cúbico) são consideradas pedras semi-preciosas, enquanto que as safiras e rubis são preciosas. As pedras preciosas que apareciam à venda em Calecut deviam provir de Ceilão ou de Bermá (Birmânia, *stricto sensu*), que eram as principais zonas de extracção; quanto às semi-preciosas encontram-se em abundância no Norte do Decão.

sam ao pé do monte Sinai e depois pelo deserto da areia, onde dizem que às vezes com tormenta de ventos se levanta a areia de tal maneira que se afogam; e assim mesmo algumas naus com especiarias vão por todas aquelas cidades do golfo, e algumas vão à boca daquele rio grande onde acharam o ouro e as povorações de negros e aí descarregam[31].

Acharam na dita cidade de Calecut malvasia de Cândia em barris; creio que lha levem do Cairo como as outras mercadorias.

Há já cerca de 80 anos que à dita cidade de Calecut vieram certos navios de cristãos brancos com cabelos compridos semelhantes aos alemães, sem barba, salvo em torno da boca, como usam em Constantinopla os cavaleiros e os cortesãos, e desceram a terra armados de couraça e capacete e viseira e com certas armas de haste. E os ditos navios trazem bombardas mais curtas do que as que aqui se costumam; e depois uma vez cada dous anos tornam com 20 ou 25 navios, e não sabem os sobreditos que gente eles sejam, nem que mercadoria tragam à dita cidade, salvo certos panos de linho mui fino e latões lavrados, e carregam de especiaria e vão-se. As quais naus trazem quatro mastros assim como estas de Espanha. Se fossem alemães me quer parecer que delo haveríamos qualquer notícia. Pode ser que sejam russos da Rússia, se acaso têm porto de mar. Virá o capitão que traz o piloto que lhe deu o rei mouro, que fala italiano, ao qual piloto trouxe o dito capitão contra sua vontade; este piloto saberá talvez de que gente são esses[32].

---

[31] Informação idêntica no *Diário* (*fl.* 65); Sernigi cita, aliás, textualmente a sua fonte de informação, sem se dar sequer ao trabalho de pôr no discurso indirecto a frase «onde tomámos o piloto». A tendência de ambos os textos para exagerar as dificuldades da rota tradicional do Mar Roxo resulta quiçá do excesso de optimismo infundido pelo piloto e por Gaspar da Índia àcerca de tudo quanto respeitava a cristãos e especiarias, com o escopo inconfessado de estimular os portugueses a prosseguir no seu intento (*cf. supra*, nota 15). Achar-se-á em João de BARROS (I, viii, 1) uma descrição mais desenvolvida «do modo que se navegaram as especearias té virem a estas partes da Europa, ante que descobríssemos e conquistássemos a Índia per este nosso Mar Oceano»; *cf.* Jean PAGES & André NIED, *Itinéraires de la Mer Rouge: Antiquité – Moyen Age*, Commission Française d'Histoire Maritime, Economica, Paris, 1991.

[32] Trata-se, sem dúvida, dos chineses e das conhecidas expedições do almirante Cheng He. A vaguidão das concepções geográficas do autor é mais uma vez bem patente; mas no presente caso há que notar que nenhuma informação da China parece ter chegado a Portugal com a viagem de Vasco da Gama: o horizonte geográfico do *Diário*, da suma que lhe figura em apêndice e das *Cartas* de D. Manuel fenece na zona de Malaca, e só na documentação referente à viagem de Pedro Álvares Cabral (mormente na «Relação do Padre José de Cranganor»,

Na dita cidade de Calecut há muito trigo em abundância que ali levam os mouros[33]. E 3 reais, isto é, um xarafo dos pequenos dos nossos abasta a um homem para um dia[34]. E não fazem pão que

cf. supra nota 28) aparecem referências explícitas aos chins. Também José de Cranganor incorre no erro de supor os chinas cristãos, o que no seu caso se explica pelo peso das tradições locais concernentes ao apostolado de S. Tomé no Extremo Oriente (*cf.* Luís Filipe THOMAZ, «A lenda de S. Tomé Apóstolo e a expansão portuguesa», *Lusitania Sacra*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, S. 2, 3 (1991), pp. 349 a 418; também pub. na série «Separatas» do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, n.º 233, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1992) e às reminiscências da existência de cristandades no Cataio nos séculos precedentes, dependentes, como as do Malabar, do *Catholicos* Nestoriano da Mesopotâmia, dito vulgarmente Patriarca de Babilónia. Organizadas por mando do segundo imperador da dinastia Ming, Yung Le (r. 1403-1425), que residiu em Nanquim e dedicou o melhor das suas atenções ao «Grande Mar do Sul», as sete sucessivas expedições chinesas ao Índico, comandadas por Cheng He, um eunuco muçulmano originário do Yun Nan, tiveram lugar em 1405-1407, 1407-1409, 1409-1411, 1413-1414, 1417-1419, 1421-1422 e 1431-1433. Sucederam-se, portanto, como quer o nosso texto, a um ritmo aproximadamente bienal e escalaram todas Calecut, embora umas tenham tido por término Ormuz outras a África Oriental (*vide* Roderich PTAK, *Hsin-ch'a Sheng-lan, The Overall Survey of the Star Raft, by Fei Hsin*, translated by J. V. G. Mills, revised, annotated and edited by [...], Harrassowitz Verlag, Wiesbaden, 1996; Ma HUAN, *Ying-yai Sheng-lan, 'The Overall Survey of the Ocean Shores' [1433]*, translated [...] by J. V. G. Mills, Cambridge University Press, 1970; *cf.* Louise LEVATHES, *When China ruled the Seas – The Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405-1433*, Simon & Schuster, Nova Iorque & Londres, etc., [1994]). Em Calecut foi concedido aos chins terreno para instalar uma feitoria, que aparentemente fortificaram, de onde o seu nome de Chinacota, «castelo dos chinas» (do malaiala *Cînam*, «China» e *kôṭṭa*, «castelo, fortaleza, fortificação»); devoluto desde a suspensão das expedições, foi em 1501 concedido a Pedro Álvares Cabral para nele instalar a feitoria portuguesa (Gaspar CORREIA, I, p. 186), cuja vida, como é bem sabido, foi assaz efémera. Há também referência às expedições de Cheng He na carta de Guido Detti (*cf. infra*, doc. IV, nota 50) e, aparentemente, ainda na carta escrita de Moçambique seis ou sete anos mais tarde (*vide infra* doc. XI).

[33] O trigo provinha do Próximo Oriente e do NW da Índia, nomeadamente do Guzerate (Tomé PIRES, *fls.* 125 & 131). Era, de facto, não só comercializado mas também consumido sobretudo pelos muçulmanos; cerca de 1525, observava Domingos Paes na sua *Crónica dos Reis de Bisnaga*: «Esta é a mais abastada cidade que pode ser no mundo, do que agora direi, convém a saber: d'arroz e trigo e grãos e milho zaburro e algũa cevada e feijõis, mungo, macharuim e outras sementes muitas que há na terra, que são mantimento da gente, e de tudo há muito e muito barato, senão trigo que se não há tanto como das outras sementes, que não comem senão os mouros».

[34] Xarafo (*seraffo*) é um outro nome do sequim (*zecchino*), que era originalmente o nome de um ducado de ouro cunhado em Veneza a partir do século XIV (*cf.* Adrian ROOM, *Dictionary of Coin Names*, Routledge & Kegan Paul, Londres & Nova Iorque, 1987, *s. v.*); mas aqui designa uma pequena moeda do

levede, mas fazem certos pãezitos ázimos e cozem-nos sob a cinza cada dia[35]. Há i grande abundância de arroz, de gado, vacas e bois, mas são pequenos; fazem-nas de muito leite e manteiga. Há i muitas laranjas de médio sabor, limões, cidra e cidrão, melões, mui bons, tâmaras verdes e secas e muitas outras infinitas frutas[36].

O rei da dita cidade de Calecut não come carne nem peixe, nem cousa alguma que receba morte, nem igualmente os seus barões nem cortesãos, nem nenhum homem de bem, pois dizem que Jesus Cristo na sua lei disse que quem mata assim morreria[37]. E por esta causa

---

valor de três reais como o texto explica. A barateza da vida na Índia – resultante, em última análise, da abundância e frugalidade da mão-de-obra – é também notada de passagem no *Diário* (*fl.* 56), que observa: «ũa camisa muito delgada que em Portugal val trezentos reais, davam qui por dous fanõs, que valem em esta terra trinta reais; porém a estima de trinta reais nesta terra é grande». Observações de semelhante teor fez o anónimo autor da relação da primeira embaixada portuguesa ao Bengala em 1521-1522 [*vide* Geneviève BOUCHON & Luís Filipe F. R. THOMAZ, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy – Relation portugaise anonyme (1521)*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1988, *passim*].

[35] Chamam-se genericamente em indo-português *apas* (do malaiala *appam*, com o mesmo significado), termo já usado por CASTANHEDA (VI, xxxviii) e Garcia de ORTA (*Col.* VII), estes pães não fermentados de farinha de trigo, arroz, milho ou nachenim (*Eleusine indica*, [L.] Gaert., um cereal muito cultivado em Goa). Geralmente não são cozidas na cinza mas num caco de barro ou numa sertã (ver receitas de apas de vários tipos *in* Maria Fernanda Noronha da Costa e SOUSA, *Cozinha Indo-Portuguesa – Receitas da Bisavó*, Assírio & Alvim, Lisboa, [1998], pp. 155-157).

[36] O interesse pelas frutas é comum ao autor da carta, ao do *Diário* e ao próprio D. Manuel, que na sua *Carta ao Cardeal Protector* lhes dedica também um parágrafo. Não será descabido ver nesse interesse um traço da mentalidade da época, preocupada com o concreto e tinta de um naturalismo que radica da escola de Chartres, nos séculos XI e XII, e se desenvolve e populariza com o franciscanismo e todo o seu amor à Natureza. A carta de D. Manuel alude genericamente a frutos exóticos, que a presente não refere; o *Diário* (*fls.* 21 & 43, respectivamente) descreve o coco (*Cocos nucifera*, L., da família das Palmeiras) e a jaca (*Artocarpus heterophylus*, Lam., ou *A. integrifolia*, L., da família das Moráceas); alude ainda à banana (*Musa sapientum*, L., e espécies congéneres da família das Musáceas), já introduzida no Mediterrâneo pelo século VII da nossa era, mas como cousa nova, que o autor não conhecia.

[37] Citação livre de Mat 26, 52: «mete no seu lugar a tua espada, porque todos os que lançarem mão da espada à espada morrerão»; mas, como é óbvio, o vegetarianismo dos hindus não radica daí. O regímen alimentar dos hindus varia imensamente de região para região e de casta para casta. De uma maneira geral o vegetarianismo é mais observado entre as castas altas que entre as baixas; não parece remontar aos tempos vêdicos, em que os sacrifícios de animais e a manducação ritual das vítimas eram de regra. Desenvolveu-se, provavelmente, sob a influência das doutrinas pacifistas do jainismo e do budismo;

e, de facto, a percentagem de vegetarianos é hoje em dia máxima numa região em que a influência jaina é notória, o Guzerate, onde são vegetarianos 69% da população, enquanto que numa zona de forte presença cristã e muçulmana como o Quêrala a taxa não ultrapassa os 6%, o mesmo se passando em Orissa e no Bengala Ocidental (*vide* K. T. ACHARYA, *A Historical Dictionary of Indian Food*, Oxford University Press, Delhi etc., 1998, *s. v.* «vegetarianism»). Os *dharmaçâstras* (tratados legais da Índia bramânica, de que os mais antigos poderão quiçá remontar ao período entre 600 e 300 a. C.) incluem já regras minuciosas, semelhantes às da Lei Moisaica, para distinguir os animais puros dos impuros, mas não inculcam ainda o vegetarianismo total; quanto à sacralidade das vacas, já os Vedas a insinuam, sem com isso deixarem de prever que se ofereçam em sacrifício. Seja como for, os autores gregos e romanos que escreveram sobre a Índia – como Heródoto, *c.* 480-425 a. C. (*Histórias*, III, 100) e especialmente Megástenes, *c.* 300 a. C. (texto perdido, citado por Estrabão, *c.* 63 a. C.-19 A. D., *Geografia*, XV, i, 59), Pompónio Mela, *c.* 400 A. D. (*Epístola CVII*, 8) – afirmam que os *filósofos* da Índia (que geralmente subdividem em brâmanes e *sarmanes*, i. e., *çramanas*, ou seja, monges, jainas ou budistas) se abstêm totalmente de carnes. No século III o escritor sírio BARDESANES, no seu *Livro das Leis das Regiões* (cap. 27-28; *Patrologia Syria*, Paris, 1907, vol. 2, col. 584-585) tirava argumento da coexistência do vegetarianismo dos brâmanes com dietas muito diferentes nas mesmas regiões para demonstrar que as leis e costumes dos povos não são impostos pelo clima, e afirmar, consequentemente, a autonomia moral do homem contra os determinismos astrais. Com o decorrer dos séculos o vegetarianismo tendeu a difundir-se, sobretudo devido ao esforço de castas tidas por impuras para imitarem os costumes bramânicos e assim passarem a ser reputadas puras ou mesmo assimiladas aos brâmanes. O maior rigorismo em relação à *smṛti* (tradição codificada) justifica-se pela teoria do *kaliyuga*, «idade de trevas» em que o mundo teria mergulhado desde a morte de Crixna, 9.ª incarnação de Vixnu, em 3102 a. C., que exige a quem queira permanecer puro no meio da corrupção generalizada um maior rigor [*vide* Pandurang Vaman KANE, *History of Dharmaçâstra (Ancient and Mediaeval Religious and Civil Law)*, Bhandarkar Oriental Research Institute, Puna, 1930-1962, 5 vols. em 7 tomos, vol. 2, parte 2, cap.12, p. 757 & ss.]. Os brâmanes do Caxemira e do Bengala não são em geral vegetarianos; castas bramânicas há que, embora se abstenham de carne de animais domésticos, podem consumir a caça que lhes seja ofertada pelos membros das castas guerreiras. Na Península é costume dividirem-se os brâmanes em *Pancha Gaudas* e *Pancha Drâvidas*, sendo estes puramente vegetarianos e podendo aqueles consumir peixe e carne, excepto vaca e porco; pertencem a esta derradeira categoria certos brâmanes de Orissa, e em Goa e zonas circunvizinhas os brâmanes *gaud-sarasvats* que não exercem o sacerdócio (*cf.* A. B. de Bragança PEREIRA, *Etnografia da Índia Portuguesa*, Bastorá (Goa), 1923, 2 vols. [reimp. Asian Educational Services, Nova Delhi & Madrasta, 1991], vol. 2, p. 68); no Malabar, como na Índia meridional em geral, contudo, todos os brâmanes – nomedamente os *nambûtiri*, que constituem a aristocracia do país – pertencem à outra categoria e são por conseguinte vegetarianos (*vide* Edgar THURSTON & K. RANGACHARI, *Castes and Tribes of Southern India*, 1909, 7 vols., [reimp. Asian Educational Services, Nova Delhi & Madrasta, 1987], s. v. *brâhman & nambûtiri)*. Diferente é o caso dos naires – a casta guerreira do Quêrala – que embora reivindiquem geralmente a ascendência e o estatuto de cxatrias (o *vaṃa* ou classe militar dos arianos da Índia Antiga, *cf. infra* nota 41), são em geral considerados pelos brâmanes meros xudras (membros da classe servil em que se classificam todos os anárias ou não-arianos): dos dezasseis clãs ou subcastas

não querem comer cousa que receba morte: que é uma grande cousa que eles se possam manter sem comer carne nem peixe; e todo o povo e outra gente comum comem carne e peixe, mas não comem boi e vaca porquanto dizem que é animal bento; e quando passam por algum caminho onde encontrem bois, em passando, tocam-lhes: tocam-lhes e depois beijam a mão o que é sinal de grande humildade.

O dito rei come arroz, leite e manteiga, e do mesmo modo os seus barões e assim os outros homens de bem. O dito rei se faz servir mui altamente à mesa como rei; e bebem vinho de palma com um gomil[38] de prata, o qual se não encosta à boca, mas de certa distância se verte o dito vinho na boca.

---

em que se dividem apenas a dos *illakar*, que tradicionalmente serviam os brâmanes *nambûtiri* e modelaram sobre eles os seus costumes, se abstinham estritamente de peixe, carne e bebidas fermentadas (*ibidem*, s. v. *nâyar*; *cf.* F. FAWCETT, *Nayars of Malabar*, reprinted from the edition of 1901 with a bibliography, Asian Educational Services, Nova Delhi & Madrasta, 1990). Quanto aos reis e caimais (*kaimal*, «nobre, feudatário, senhor local»), acabaram por formar como que uma casta à parte, a dos *sâmantan*, engrossada ao longo dos tempos pelas famílias que foram conquistando o poder; trata-se aparentemente de naires que se associaram aos brâmanes *nambûtiri*, a quem davam em casamento as suas filhas – cuja descendência, em virtude do direito *marummakathayam*, i. e., matrilinear, não pertencia à casta dos pais mas à das mães, passando a herança, incluindo o trono, de tio para sobrinho materno. Os *sâmantan* adoptaram vários costumes dos brâmanes *nambûtiri*, mas não são normalmente vegetarianos (*ibidem*, s. v. *sâmantan*). Duarte Barbosa, que viveu na corte de Calecut e descreve primorosamanete os seus costumes, afirma explicitamente que o Samorim comia carne e peixe, apenas se abstendo de tais viandas durante o luto de um ano que guardava pelo seu antecessor (cap. 39-A, §§ 46-48 & 94; versão de Dames, § 87); não é contudo impossível que o Samorim que recebeu Vasco da Gama e logo a seguir faleceu fosse, a título individual e não por tradição de casta, vegetariano, como hoje muitos hindus escolhem ser a partir de certa idade.

[38] Traduzimos por «gomil» o termo equívoco *misciroba* (lit. «mexe-cousas, mexedor») com base num passo paralelo de Duarte BARBOSA (cap. 39-A, § 93): «ali lhe põe um gomil de prata com ágoa, e quando quer beber toma-o com a mão esquerda e empinando-o no ar lança a ágoa d'alto, que lhe cae na boca sem com ela tocar no gomil». Mais tarde os portugueses adoptaram para esse tipo de gomil o termo local *guinde*, do malaiala *kiṇḍi* ou do telugu, tulu e canarês *giṇḍi*, quiçá através do concanim *ginnddi* ou do marata *giṇḍī*; o termo está atestado em português desde 1551 (*vide* DALGADO, *Glossário* [...], vol. 1, *s. v.*). O *Diário* (*fl.* 42) alude à presença de «muitos agomis de prata» diante do Samorim, aquando da primeira audiência que concedeu ao Gama. CASTANHEDA (I, xvii) acrescenta que o Samorim, depois de oferecer jacas e bananas aos portugueses da comitiva (*cf. supra* nota 36), folgando muito de os ver comer sem pejo, «muito mais folgou quando os nossos pediram de beber, que lho deram por guindes: & como não sabendo ainda aquele modo de beber dava-lhes a ágoa no goto & tussiam & outros erravam a boca & caía-lhes a ágoa pelo rosto, entornando-se-lhe pelos peitos, do que el-rei muito gostava [...]».

O peixe que lá há é das mesmas sortes que este de Portugal, ou seja, peixotas, linguados e salmonetes, besugos, mugens e assim de toda a outra sorte que aqui há; e há i pescadores que os pescam.

Os cristãos cavalgam alifantes dos quais há muitos e são domésticos. Quando el rei vai a alguma sua guerra a mor parte da sua gente vai a pé, e uma parte sobre os alifantes. El rei, quando vai de um lugar a outro, se faz transportar pelos principais de sua corte[39].

Toda aquela gente, ou a mor parte dela, andam vestidos da cinta para baixo de panos de algodão, de que há i muito, e da cintura para cima andam nus, e assim do mesmo modo os cortesãos e homens bons[40]; e estes vestem outrossim roupas de seda e de grã, ou seja, escarlatas e outras cores, segundo a sua linhagem[41].

---

[39] Todas estas observações etnográficas são mais ricas que as do *Diário*, sem embargo de este, aqui e ali, fornecer alguns pormenores; prenunciam os extensos capítulos que, *c.* 1516, Duarte Barbosa dedicará aos costumes do Malabar (cap. 39 a 39-X; versão de Dames, § 87), os mais ricos da sua obra. É nitidamente nele que se inspiram CASTANHEDA (I, xiv) e BARROS (I, iv, 7), que inserem no relato da viagem de Vasco da Gama, no momento da chegada à Índia, descrições do Malabar e das suas gentes; imita-os poeticamente Camões que, num breve inciso, descreve sumariamente a terra a que os nautas aportaram (VII, 17-22), para pôr pouco depois (VII, 30-41) na boca do mouro de Tunes que na praia acolheu o Gama a descrição dos seus costumes (*cf.* K. P. Padmanabha MENON, *History of Kerala, written in the form of Notes on Visscher's Letters from Malabar*, 1937, vol. 4 [3.ª reimp. Asian Educational Services, Delhi & Madrasta, 1993], vol. 2, cartas IX a XI e respectivo comentário, pp. 1-416).

[40] Este testemunho é confirmado pelo da generalidade das fontes portuguesas e mostra que as cortes do Malabar permaneciam fiéis ao traje tradicional hindu, ao contrário da corte de Bisnaga que adoptara em boa parte o costume indo-muçulmano; os cortesãos não andavam aí em tronco nu, mas vestiam cabaias à maneira persa. Este e outros detalhes (como a adopção do estilo indo-muçulmano na arquitectura civil embora não na religiosa, o uso do título de «sultão entre os reis hindus», etc.) mostram o prestígio dos modelos culturais do norte do sub-continente, que o grande império hindu do sul procurava imitar para assim se prestigiar aos olhos dos vizinhos (*vide* Phillip B. WAGMA, «'Sultan among Hindu Kings': Dress, Titles and Islamicization of Hindu Culture at Vijayanagara», *The Journal of Asian Studies*, 55: 4 (Nov.º 1996). No Travancor (sul do Malabar) até meados do século XIX as próprias mulheres naires se deviam apresentar em torso nu diante da família real e nos templos (*vide* MENON, *op. cit.* vol. 3, p. 201 & ss.).

[41] Para traduzir o termo *ceppa* do original italiano, preferimos este vocábulo, usado no mesmo sentido por BARROS (I, ix, 2) e CASTANHEDA (I, 14), ao termo *casta*, que ocorre já em Duarte Barbosa, ainda em alternância com *lei*, para se generalizar na segunda metade do século XVI (Damião de GÓIS, I, xilviii; CAMÕES, VII, 37; COUTO, V, vi, 4, etc.). De facto, sem embargo da palavra *casta* estar atestada tanto em português como em catalão e castelhano desde o século XV (no seu sentido genérico de «estirpe, raça, categoria, qualidade de animais, plantas ou pessoas»), veio a assumir uma significação técnica que não parece estar presente no nosso texto, que data de um momento em que não havia da estrutura

E as mulheres dos homens bons andam cobertas da cinta para cima com panos de linho mui alvo e sutil, e as outras mulheres de baixa sorte andam descobertas da cinta para cima. E os mouros andam vestidos segundo é seu costume mourisco, com seus gibões e balandraus.

Desta cidade de Calecut até Lisboa são três mil e oitocentas léguas, que a 4 milhas e 1/2 por légua fazem ao todo em milhas dezassete mil e cem milhas, e é outro tanto para tornar. Poderemos julgar em quanto tempo se pode fazer esta viagem, que pelo menos serão 15 ou 16 meses[42].

---

social hindu senão uma noção assaz superficial. Anota-se aqui simplesmente a existência de uma estratificação social vincada, já registada pelos autores antigos (*v. g.*, ARRIANO, *Indica*, XI-XII, ESTRABÃO, *Geografia*, XV, i, 39-41 & 46-49, que seguindo o texto perdido de Megástenes dividem a sociedade indiana em 7 classes endógamas); contudo, não se descortina ainda a sua significação religiosa nem as suas implicações rituais, tais como a endogamia, a incomensalidade e a intocabilidade, que só vêm a ser descritas em pormenor por Duarte Barbosa e Tomé Pires uns dezasseis anos mais tarde. O termo usado por este último, *geração*, traduz bem o sentido etimológico do sânscrito *jâti* (da raiz *jan*, «gerar»). Este designa os inúmeros pequenos grupos endógamos e hereditários, geralmente locais ou regionais, em que, pelo menos desde a Idade Média, a sociedade hindu se divide, sem que muitas vezes seja clara a sua repartição pelos *vaṃas* ou ordens a que aludem os *dharmaçâstras* e toda a literatura da Índia Antiga; vimos já (*cf. supra* nota 37) um caso de tal ambiguidade. Os *vaṃas* clássicos (as mais das vezes designados também ambiguamente pelo mesmo vocábulo, *casta*, que se usa para traduzir *jâti*) eram apenas quatro: brâmanes, cxatrias, vêixias e xudras, correspondendo os três primeiros aos três estamentos em que, com toda a verosimilhança, se dividiam todas as sociedades indo-europeias – de onde a divisão em *oratores*, *bellatores* e *laboratores*, ou clero, nobreza e povo, que os germanos reintroduziram no Ocidente – e o último aos anárias ou não-arianos, *i. e.*, aos povos indígenas por aqueles reduzidos a uma condição servil. À época da chegada dos portugueses à Índia esta divisão quadripartida perdera já a funcionalidade, tornando-se meramente académica, pelo que não é jamais referida pelos nossos escritores (*vide* Émile SENART, *Les Castes dans l'Inde – Les faits et le système*, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, Paris, 1927; J. H. HUTTON, *Les Castes de l'Inde – Nature – Fonction – Origines*, Payot, Paris, 1949; Louis DUMONT, *Homo Hierarchicus – Le système des castes et ses implications*, Gallimard, Paris, 1966; Jacques POUCHEPADASS, *Caste et Classe en Asie du Sud*, études réunies par [...], École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1982 [Collection Puruṣârtha]; Adrian C. MAYER, *Caste and Kinship in Central India – A village and its Region*, 5.ª ed., University of California Press, Berkeley & Los Angeles, 1973).

[42] Previsão correcta: *grosso modo*, seis meses para a ida, outros tantos para a vinda e três ou quatro de espera pela mudança da monção no Malabar. Pedro Álvares Cabral partiria de Lisboa a 9 de Março para chegar a Angediva a 22 de Agosto e largaria de Cananor em finais de Janeiro para regressar a Lisboa a 31 de Julho (CASTANHEDA, I, xxx, xxxiv, & xlii), o que perfaz um pouco mais de 16 meses. Em 1503 Francisco de Albuquerque (*cf. infra*, doc. X, nota 13) faria a viagem de Lisboa à Índia em menos de quatro meses, tempo *record* que raramente seria igualado (*cf.* Jean AUBIN, «L'apprentissage de l'Inde: Cochin, 1503--1504», *Moyen Orient & Océan Indien*, 4 (1987), pp. 1-96; *vide* pp. 11-12).

Os marinheiros de lá, ou seja os mouros, não andam nem navegam pelo norte[43]; é com um certo quadrante de pano e a mão direita quando atravessam o gólfão para aquela banda, segundo diz o piloto, que ali ficam milhares e milhares de ilhas entre as quais quem se metesse se perderia, porquanto há muitos escolhos; e estima-se que sejam aquelas que começou de achar el Rei de Castela[44].

[43] Entenda-se: não calculam a latitude pela altura da estrela Polar sobre o horizonte – o que não obsta a que, no hemisfério boreal, tirem pela Polar a direcção do Norte. A observação é justa; como, segundo João de BARROS (I, iv, 6), o piloto guzerate explicou a Vasco da Gama, «a sua navegação era por certas estrelas, assi do Norte como do Sul, e outras notáveis que cursavam per meio do céu de Oriente a Ponente», usando-se para cada lugar como conhecença a altura meridiana de determinados astros observada no local. A observação fazia-se com o *kamal*, ou «tavoletas da Índia» a que o autor alude confusamente a seguir, que dava a altura dos astros em *isbas* ou polegadas, correspondentes a 1° 37'. O instrumento, a que achamos aqui a primeira, ainda vaga, alusão, foi experimentado na viagem de Cabral e é descrito no *Livro de Marinharia* de João de Lisboa e no de André Pires (*vide* art° «Kamal», *in* Luís de ALBUQUERQUE, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Ed. Caminho & Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, 2 vols., *s. v.*; A. Teixeira da MOTA, *Méthodes de navigation et cartographie nautique dans l'Océan Indien avant le XVI^e siècle*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1963 («Separatas» do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga; 5); G. R. TIBBETTS, *The navigational theory of the Arabs in the fifteenth and sixteenth centuries*, Junta de Investigações do Ultramar, Coimbra, 1969 («Separatas» do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga; 36); IDEM, *A Comparison of Medieval Arab Methods of Navigation with those of the Pacific Islands*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1979 («Separatas» do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga; 121); David A. KING, *Astronomy for Landlubbers and Navigators: the Case of the Islamic Middle Ages*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1984(«Separatas» do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga; 164); *cf.* G. FERRAND, *op. cit. supra*, nota 9).

[44] Aparentemente o autor confunde aqui três coisas: as Maldivas, onde de facto a navegação por entre as ilhas é perigosa, a Insulíndia e as Antilhas, imaginando, por conseguinte, o Globo muito menor do que na realidade é. A sua concepção do mundo parece assim próxima da de Cristóvão Colombo. É verdade que a continentalidade das terras americanas – de que suspeitava já em 1486 Fernão Dulmo e em 1493 D. João II, e de que Duarte Pacheco Pereira dará claramente fé no seu *Esmeraldo* (I, ii), redigido entre 1505 e 1508 – só começou a impor-se como evidência após a 3.ª viagem de Colombo (1498-1500), que a 30.V.1498 aterrou na costa da Venezuela, visitando em seguida a foz do Orenoco. É também verdade que uma certa confusão entre as Maldivas e a Insulíndia parece ter persistido durante algum tempo, como se deduz de uma legenda aposta junto às Maldivas no mapa de *c.* 1510 atribuído a Jorge Reinel (*PMC*, I, 9): «o grande arcipélago que faz gram temor por nom se saber até onde vão ter estas ilhas». Seja como for, esta presente frase não deixa de constituir um bom testemunho da vaguidão das concepções geográficas do autor.

Na dita cidade de Calicut hão qualquer notícia do Preste João mas não muita, porque deve ser muito distante[45]. Crêem estes cristãos em como Jesus Cristo nasceu da Virgem Maria sem pecado, e como foi crucificado e morto pelos judeus e foi sepultado em Jerusalém. E assim têm conhecimento do papa de Roma[46]; e outra notícia não hão de nossa fé. Têm letras e escrevem em sua língua[47].

---

[45] Afirmação concorde com a do *Diário*. Este refere (*fl.* 19) que em Moçambique haviam sido informados de «que Preste Joam estava dali perto, e que tinha muitas cidades ao longo do mar, e que os moradores delas eram grandes mercadores e tinham grandes naos; mas que o Preste Joam estava muito dentro pelo sartão e que nom podiam lá ir senão em camelos» – o que só parcialmente condiz com o perfil do negus abexim e do seu reino, que era um estado interior. Ao tratar, após a partida de Calecut, do caminho que tomava a especiaria à ida para o Egipto, observa (*fls.* 65-66) que o Nilo «vem da terra do Preste Joam», para explicar logo em seguida que o Grão-Soldão [do Cairo] recolhe por ano 600 000 cruzados de direitos sobre a especiaria, «dos quaes dá em cada um ano a um rei que se chama Cidadim cem mil, por que faça guerra ao Preste Joam» (alusão às guerras movidas à Etiópia cristã por Muḥammad bin Azhar al-Dîn bin 'Âlî bin Abù Bakr bin Sa'd al-Dîn, sultão de 'Adal, no leste da Etiópia, r. 1488-1518; *cf.* Joseph CUOQ, *L'Islam en Éthiopie des origines au XVI^e siècle*, Nouvelles Éditions Latines, Paris, 1981, pp. 162-165). Nas suas duas *Cartas* D. Manuel não alude ao Preste João, o que parece indicar que não se lhe afiguraram relevantes as notícias que dele lhe trouxe Vasco da Gama.

[46] Não é impossível que, à mistura com hindus que tomaram por cristãos, os homens do Gama tenham contactado alguns verdadeiros cristãos da comunidade local, tradicionalmente dependente do *Católico* nestoriano da Mesopotâmia ou Patriarca de Babilónia; embora separada de Roma e das igrejas ortodoxas em geral desde o século V, a igreja nestoriana reconhecia uma certa primazia entre os patriarcas ao papa de Roma (*vide* D. EMMANUEL, O.S.B., «Doctrine de l'Église Chaldéenne sur la primauté de Saint Pierre», *Revue de l'Orient Chrétien*, Paris, 1 (1896) pp. 137-148). Independentemente disso é natural que, num porto onde se achavam panos do Egipto, moeda de Itália e vinho de Creta, se conhecesse vagamente a existência de um papa em Roma.

[47] A sua língua, que possui de facto alfabeto próprio, é o malaialam ou malaiala, do grupo dravídico, assaz afim do tâmul falado para lá dos Gates até ao Choromândel. Em apêndice ao *Diário* figura um pequeno glossário com pouco mais de um cento de vocábulos dessa língua – e não do malaio (idioma do grupo austronésico, falado em Samatra e na Península de Malaca, sem qualquer relação com o malaiala) como repetidamente se tem escrito (*vide* Franz HÜMMERICH, «Quadro de Vocábulos e Frases em Malaialim», in *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, vol. 2, pp. 185-230; *cf.* Rt. Rev. Robert CALDWELL, *A Comparative Grammar of the Dravidian or South-Indian Family of Languages*, third edition revised and edited by the Rev. J. L. Wyatt & T. Ramakrishna Pillai, Londres, 1913 [reimp. Oriental Books Reprint Corporation, Nova Delhi, 1974]).

Na dita cidade há muitos dentes de alifante e há i muito algodão e açúcares e confeitos. E já estimo que toda a riqueza do mundo estê já descoberta. Julgamos que o vinho naquelas partes será uma boa mercadoria e que àqueles cristãos agrada muito; e pediam azeite[48].

Na dita cidade se mantém muita justiça e quem rouba ou mata ou faz outro mal logo ali é empalado ao modo dos turcos. Quem quer roubar os direitos, isto é, as alcavalas do senhor, se for encontrado perde a mercadoria. E acha-se almíscar, noz moscada, âmbar, benjoim e estoraque[49].

---

[48] O vinho foi, na Antiguidade, uma das principais exportações do Império Romano para a Índia (*vide* R. N. SALETORE, *Early Indian Economic History*, Curzon Press, Londres, 1975, pp. 144-148). Por volta de 1534 notava ainda Garcia de Resende na sua conhecida *Miscelânea* (estrofe 73):

Querem ouro, prata, cobre,
vermelhão, querem coral;
azougue também lá val;
quem tem vinho não vem pobre,
se é de Almada ou Seixal.

Ao longo do século XVI os portugueses continuaram, de facto, a levar algum vinho para a Índia, mas sobretudo para seu próprio uso ou para presentes de cortesia; não nos consta que tenha voltado a ser exportado em quantidades apreciáveis para os mercados consumidores da Ásia. Quanto ao azeite não temos notícia de ter alguma vez constituído artigo importante de comércio na Índia, onde tradicionalmente se consumiam outros óleos, como o de coco (*Cocos nucifera*, L., da família das Palmeiras), o de gergelim (*Sesamum orientale*, L., ou *S. indicum*, D. C., da família das Pedaliáceas), o de açafroa (*Carthamus tinctorius*, L., da família das Compostas), o de mostarda (*Brassica juncea*, [L.] Czerniak, da família das Crucíferas), etc. No bilhete que por Vasco da Gama o Samorim mandou a D. Manuel (*Diário*, *fl.* 62) não se alude a nenhum deste produtos: «[...] em minha terra há muita canela e muito cravo e gingivre e pimenta e muitas pedras preciosas; e o que eu quero da tua é ouro e prata e coral e escarlata».

[49] Trata-se de produtos exóticos, que se não dão no Malabar mas aí apareciam por comércio; o *Diário* e a súmula geográfica que lhe faz de apêndice aludem também à maior parte deles. Almíscar é um perfume extraído das glândulas prepuciais do pequeno ruminante *Moschus moschiferus*, L., ou almiscareiro macho; abunda no interior da Península Indochinesa, no Tibet e no NW da China, exportando-se o produto sobretudo pelos portos do Pegu, onde, segundo o apêndice ao *Diário* (*fl.* 84) – que dá nesse passo uma pequena descrição do animal que o produz – «há todo o almízquero do mundo». Noz-moscada, que o apêndice ao *Diário* (*fl.* 83) menciona como produto de Malaca, é a semente da *Myristica fragrans*, Hout., pequena árvore da família das Miristicáceas que na realidade se encontrava quase exclusivamente nas pequenas ilhas de Banda, no SE da Insulíndia, conquanto na Índia existam espécies vizinhas, como a *M. malabarica*, Lamk., e a *M. attenuata*, Wall., por vezes usadas para adulterar a noz-moscada verdadeira. O âmbar ou alambre a que se alude aqui é o âmbar cinzento, concreção

A ilha onde nascem as especiarias se chama Ceilão, que é atrás da dita cidade 60 léguas[50], convém a saber, aquela onde nasce a canela mui boa, que são árvores; e onde nasce a pimenta será uma outra ilha[51], ainda que na terra firme, dentro do alfoz dessa cidade nasce outrossim canela e pimenta, mas não é tão boa como aquela que nasce na ilha[52]; o gengibre nasce na terra firme e é mui bom[53];

---

do intestino do cachalote (*Phiseter catodon*, L.), usado em farmacopeia e em perfumaria como fixador de perfumes, bem distinto do âmbar amarelo, que é uma resina fóssil; Vasco da Gama, ou porque o trouxesse de Portugal ou porque o tivesse adquirido no mercado local, mandou ao Samorim antes de partir um presente de alambre e coral (*Diário*, *fl.* 57). Benjoim é a resina aromática extraída do *Styrax benzoin*, Dryander, árvore da família das Estiracáceas que se acha sobretudo em Samatra, um pouco também em Java e na Península Indochinesa, e usada em medicina ou como incenso; o apêndice ao *Diário* (*fl.* 83) menciona-o como produto de «Xarnauz», isto é, de *Xahr-e-now* (lit. «cidade nova»), nome persa do Sião. Estoraque é a resina extraída de uma espécie mediterrânica do mesmo género botânico da planta precedente, o *S. officinalis*, L.; por estoraque-líquido entende-se uma outra resina, também oriunda do Levante, de aroma semelhante ao do benjoim, extraída do *Liquidambar orientale*, Miller, da família das Hamamelidáceas. Em qualquer dos dois casos o que aparecesse à venda em Calecut era importado do Próximo Oriente.

[50] Possivelmente erro de copista: acima (*cf. supra* nota 20) dissera 160 léguas; se a informação precedente peca por excesso, a presente peca por defeito, visto que na realidade a distância por mar de Calecut a Ceilão anda pelas 110 a 120 léguas.

[51] Pode haver aqui uma alusão à produção de pimenta em Samatra, onde deve ter sido introduzida com a colonização indiana nos primeiros séculos da nossa era; mas destinava-se ao consumo local e à exportação para o Extremo Oriente, não se achando na documentação de que dispomos qualquer testemunho do seu encaminhamento para ocidente antes do meado do século XVI. A pimenta da Ásia do Sueste, tal como a do Canará, mais suave que a do Malabar, veio a ser mais apreciada nos mercados da Europa (*vide* Luís Filipe F. R. THOMAZ, *A questão da pimenta em meados do século XVI – Um debate político do governo de D. João de Castro*, (Estudos e Documentos) CEPCEP – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1998).

[52] A informação sobre a canela concorda com a do *Diário* (*fl.* 64): «em esta dita cidade há, de sua própria colhença, esta especiaria que se segue: muito gengibre; e pimenta e canela, posto que nom é tão fina como é a de ũa ilha que se chama Cillam». A observação é correcta visto que na Índia se acha sobretudo canela-brava (extraída do *Cinnamomum iners*, Reinw ex Blume, da família das Lauráceas) menos aromática que a canela-fina ou canela-de-ceilão (extraída do *C. verum*, J. Presl, ou *C. zeylanicum*, Breyn.); foi certamente da primeira que, segundo o *Diário* (*fl.* 68), os homens do Gama colheram amostras em Angediva. O apêndice ao *Diário* (*fl.* 82) explica que vem de Ceilão «toda a canela-fina que há em esta Índia».

[53] O gengibre (raiz do *Zingiber officinale*, Roscoe, da família das Zingiberáceas) produzia-se sobretudo no Norte do Malabar, entre Cananor e Calecut; mas é facilmente adaptável e dá-se um pouco por toda a Índia. Já por 1330 Frei Jordão de Séverac notava que era a única especiaria que se dava na «Índia Menor», ou seja, no Hindustão setentrional, sujeito aos muçulmanos.

o cravo nasce mais longe[54]; de ruibarbo há muito[55], e de muitas outras especiarias igualmente se acha, e outrossim amêndoas[56] assaz.

[54] Indefinição maior ainda que a do *Diário*, que, como vimos já (*cf. supra* nota 20), parece situar a origem do cravinho em Malaca, onde fenece o seu horizonte geográfico. A exacta proveniência do cravo só muito tarde foi conhecida no Ocidente: os primeiros escritores ocidentais a aludir-lhe, como Plínio, diziam-no simplesmente importado da Índia, sem nada adiantarem quanto à sua origem; na Idade Média tanto os geógrafos árabes como os viajantes cristãos supõem as mais das vezes o cravo e a noz-moscada oriundos de Java, onde os mercadores os adquiriam. Apenas dois ou três autores árabes aludem vagamente às «ilhas das especiarias», sitas mais a Leste, sem mencionar os seus nomes, e Niccolo de' Conti (*floruit* 1419-1444) às de «Sandai», onde se produzia a noz-moscada e a maça, e de «Bandan», onde nascia o cravo, a quinze dias de viagem para lá de Java – informação a que, *c.* 1459, Fra Mauro deu forma gráfica, representando no seu mapa-múndi (*cf. supra* nota 15), entre Java e a Taprobana (que para o autor não é Ceilão mas Samatra, como explica numa legenda «Isola Siamotra over Taprobana»), duas ilhas com aqueles nomes e uma legenda explicativa: «Bandan isola propinqua ale tenebre, nela qual nasce garofalo assai. Item li se trova papaga tutti rossi, salvo e piedi et el becco che son gali». Na literatura geográfica árabe o nome de Maluco apenas faz a sua aparição com a obra de Aḥmad ibn Mâjid *Al-Fawâ'id fî Uçûl 'Ilm al-Baḥr wa'l-Qawâ'id*, «lições úteis sobre as bases da ciência do mar e dos princípios» de *c.* 1488, que como vimos já só assaz recentemente foi conhecido na Europa [*cf.* Luís Filipe F. R. THOMAZ, «Especiarias do Velho e do Novo Mundo (Notas Histórico-Filológicas)», *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, Lisboa & Paris, 34 (1995) pp. 219-345, *præsertim* pp. 273-274]. Na documentação referente à expansão portuguesa não se acha nenhuma menção explícita de Maluco antes da viagem de Pedro Álvares Cabral; a primeira que se conhece ocorre na carta de Américo Vespúcio escrita a 4.VI.1501 de Cabo Verde, cuja tradução publicamos mais abaixo (*vide infra* apêndice); mas a exacta localização das «ilhas do cravo» não parece ter sido conhecida antes do estabelecimento dos portugueses em Malaca (1511), pois ainda em 1510 o já mencionado mapa atribuído a Jorge Reinel (*PMC,* I, 9) situa a sua origem numa ilha sita no meio do Índico, a sul da «mui honrada e muito rica ilha de Çamatra», cortada pelo trópico de Capricórnio. D. João II, falecido em 1495, não podia pois ter uma noção clara da situação de Maluco, nem talvez mesmo da sua própria existência, pelo que é erróneo afirmar-se, como várias vezes se tem feito, que ao recusar a raia definida por Alexandre VI e exigir um limite mais ocidental para a sua zona de influência, correu conscientemente o risco de perder Maluco para não perder o Brasil.

[55] Ruibarbo é o nome de diversas plantas (*Rheum officinale*, Baillon, *R. rhabarbarum*, L., e outras espécies do mesmo género) da família das Poligonáceas, cuja raiz se usava em farmacopeia; são oriundas, na sua maioria, do interior da Ásia, embora hoje se achem difundidas na Europa, utilizando-se os seus caules no fabrico de compotas. O ruibarbo que nesta época aparecia em Calecut devia provir da China, pela via de Malaca (*cf.* Garcia de ORTA, *Col.* xlviii). O apêndice ao *Diário* (*fl.* 85) situa a sua origem num misterioso reino de «Pater», sito a 50 dias de navegação de Calecut, cujo nome parece corresponder a Pedir, no norte de Samatra, mas cujas exportações (ruibarbo, espinelas e lacre) coincidem mais

O gólfão que eu digo acima que é todo povorado de mouros não é assim, porque depois perguntei; e a verdade é que é somente a parte de cá, sobre a ribeira do oceano, onde fica a cidade de Melinde é toda povorada de mouros brancos; e da parte de lá, dessa cidade, é povoada de cristãos indianos brancos como nós[57]. E pela costa do mar como por toda a terra firme, se colhe muito trigo e carne e frutas, assaz de muitas, e esta terra onde está a cidade de Melinde é muito fértil. E desta cidade à cidade de Calicut se navega assaz destas virtualhas, porque onde fica esta cidade é a mor parte areia, a qual não dá fruto[58].

Naquelas partes não há senão dous ventos, ponente e levante, e de Inverno reina sempre o ponente e de Verão o levante[59]. Há i

---

com as do Pegu ou de qualquer porto da Península Indochinesa; como sugere Franz Hümmerich, pode tratar-se de Patane, no Sião meridional; pelo menos diz-se distar o mesmo de Calecut que Xarnauz (*cf. supra* nota 49).

[56] A amendoeira (*Prunus dulcis*, [Miller] D. Webb, ou *P. amygdalus*, Baill., ou ainda *Amygdalus communis*, L., da família das Rosáceas), originária do Próximo Oriente, dá-se mal nos climas tropicais da Índia. É possível que aparecessem em Calecut amêndoas importadas da Pérsia ou do NW do Hindustão; mas parece-nos mais provável que se trate de amêndoas-da-índia (fruto da *Terminalia catappa*, L., da família das Combretáceas), de dimensões maiores e sabor assaz diferente, na realidade oriundos da Malásia.

[57] Na sua *Carta ao Cardeal Protector* D. Manuel é mais preciso: «estes índios são menos pretos que guinéus, de uma pretidão sobre roxo, porém seus cabelos corredios; e em narizes e todas outras particulares feições e jeito de seu rosto semelhantes de todo aas gentes de cá». Sobre a distribuição de mouros e «cristãos» pelas margens do Mar Arábico, *cf. supra* nota 8.

[58] Informação pouco correcta. O Malabar não era, de facto, auto-suficiente em vitualhas, vendo-se obrigado a importar arroz do Canará, mais ao norte, e do Choromândel, na contracosta; mas isso não se devia a esterilidade da terra, que é, pelo contrário, de vegetação bem pujante, mas à quasi-monocultura das espécias, que deixava pouco espaço para a cultura de mantimentos, à montuosidade do interior, que dificulta o arranjo de várzeas irrigadas, e ainda à grande densidade de população, notada já pelo *Diário* (*fls.* 55-56): «vinham muitos homens aos navios vender pescado por pão [...]. E destes eram tantos que nos aborreciam, que muitas vezes era noute cerrada e não os podíamos botar fora dos navios. E isto causa a muita gente que há nesta terra e os mantimentos são muito poucos; e se alg̃a vez se acertava que alguns homens dos nossos iam correger alg̃as velas e levavam biscouto pera comerem, eram tantos sobre eles, assi de moços pequenos como de homes grandes, que lho tomavam da mão e em fim nom comiam dele nada».

[59] Observação correcta sob condição de chamar «inverno» à época chuvosa (Junho a Setembro), que na realidade é verão no hemisfério norte, e «verão» à seca, que em rigor é inverno. Tal era, de facto, o uso dos portugueses desde que, em meados do século XV, se lhes tornou familiar o regímen de chuvas da África tropical, *grosso modo* idêntico ao do Malabar (*cf.* Suzanne DAVEAU, «La découverte du climat d'Afrique tropicale au cours des premières navigations

mui bons pintores na dita cidade de Calinde[60], assim de figuras como do outro.

A dita cidade de Calinde e toda'las outras não hão cerca de muros nem de outra cousa, mas há i mui boas casas feitas à mourisca de pedra e cal, com suas ruas ordenadas. Acham-se na ilha de Ceilão donde nasce a canela muitas pedras preciosas, *maxime* safiras.

Jerónimo Cerniche, em Lisboa.

portugaises», in *A descoberta da África Ocidental: ambiente natural e sociedades*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999, pp. 161-207). Também D. Manuel, na sua *Carta ao Cardeal Protector* afirma: «esteveram os nossos nesta cidade três meses, desde a fim de Maio até cabo de Agosto, nos quaes meses então era o inverno de lá, tíbio sempre mais que cá, porém de chuvas infindas e mui grandes e contínuas mais que nestas partes». Tal permaneceu o uso dos portugueses, que, habituados a uma clima mediterrânico com chuvas hiemais, viam nestas, mais que no frio ou na curteza dos dias, o traço mais característico do inverno; por isso na linguagem dos portugueses da Índia *invernar* significa sempre «passar a monção chuvosa». A literatura indiana (nomeadamente o poema *Ṛtusāhâra*, «o ciclo das estações», do célebre poeta Kâlidâsa, séc. IV-V A. D.) considera muitas vezes a existência de seis estações diferentes; mais geralmente consideram-se apenas três: o inverno, o verão (de Março a Maio, em rigor a primavera) e a estação das chuvas. As diferenças de temperatura só são, porém, notórias no norte interior da Índia; e para efeitos de navegação apenas é relevante a oposição entre os dois ventos. O mecanismo das monções foi «descoberto» na época de Nero por um tal Hípalo, que foi o primeiro ocidental a servir-se delas para navegar em direitura da boca do Mar Roxo para o Malabar – razão porque os Antigos as designavam por «ventos hípalos» (*vide* E. H. WARMINGTON, *The Commerce between the Roman Empire and India*, 2nd ed. revised and enlarged [Indian edition, Vikas Publishing House, Delhi, Bombaim, etc.], Cambridge University Press, 1974). Embora referido nos textos dos Antigos e conhecido dos árabes, o sistema das monções do Índico não era conhecido dos portugueses antes da viagem de Vasco da Gama; foi graças às indicações deste que foi possível planear a viagem de Pedro Álvares Cabral de modo a atravessar o Índico em Setembro, no fim da monção estival, passados já os temporais que sempre acompanham a sua primeira fase, mas a tempo ainda de aproveitar o vento favorável da África Oriental para o Malabar – o que permitiu, como vimos já, reduzir a metade o tempo de navegação de Lisboa a Calecut.

[60] Cruzamento entre o nome de Calecut e o de Melinde; mas é indubitavelmente à primeira que o autor se quer referir.

III

A segunda carta de Girolamo Sernigi sobre a viagem de Vasco da Gama

Aceite a atribuição desta carta a Girolamo Sernigi, o título e o próprio exórdio esclarecem tratar-se da continuação da primeira carta, escrita «*dipoi venne el pidoto*», isto é, depois do regresso a Portugal do navio da frota de Vasco da Gama em que viajava o piloto mouro. Depois da chegada dos informadores locais a Lisboa circulava uma quantidade maior de informações sobre a circum-navegação da África, sobre a realidade oriental e sobre as possibilidades de aproveitamento comercial que a descoberta de Vasco da Gama oferecia. É talvez esta circunstância que determina Girolamo Sernigi a enviar uma nova relação para Florença, muito provavelmente para um seu irmão[a]: neste texto retoma alguns temas já apresentados na carta anterior, acrescenta notícias inéditas, efectua correcções de perspectiva e insere outros núcleos narrativos sobre situações orientais verdadeiras ou imaginárias. Ao lado desta matéria, em grandíssima parte obtida de testemunhos de pessoas que participaram na expedição, Sernigi insere também próprias análises políticas e económicas, elaboradas com base na sua cultura e na sua sensibilidade mercantil.

Se por um lado esta segunda carta aparece como repetição e ampliação da precedente, por outro, ela tem o mérito de oferecer algumas notícias inéditas e outras que confirmam indicações presentes em outras fontes: é este o caso, por exemplo, das referências ao piloto guzerate e à existência de um mapa-múndi em

[a] Esta hipótese é justificada por uma afirmação contida na tradução alemã da carta: «*Es ist her gen Rom kumen ein Kopey von einem Florendin, seim pruoder her geschrieben hett von Lisbona aus Portegall*», publicada por G. Greiff em *Briefe und Berichte über die frühesten Reisen nach Amerika und Ostindien aus den Jahren 1497 bis 1506 aus Dr. Conrad Peutingers Nachlassen*. Augsburgo, 1861, p. 120.

que se achavam indicadas as praças orientais Calecut, Melinde e Ceilão[b].

Esta carta, talvez exactamente por causa da tipologia da informação nela dominante, foi publicada em forma muito abreviada, em 1507 por Fracanzio da Montalboddo[c], de seguida à primeira relação de Sernigi; posteriormente, foi editada, sempre em forma reduzida, mas com algumas variantes, no primeiro volume das *Navigazioni e viaggi* de Giovanni Battista Ramusio[d]. Além destas versões existe também uma tradução alemã, em algumas partes divergente, mas, como foi demonstrado, baseada no mesmo arquétipo[e].

[b] A afirmação de Sernigi que o destinatário poderia encontrar Calicut, Melinde e Ceilão «nel mappamondo», permite-nos até imaginar que o mercador pudesse ter enviado juntamente com a carta também um mapa-múndi, o que contradiria o que indicam as outras fontes historiográficas e o compatriota de Sernigi, Guido di Tommaso Detti (cf. o documento número 4).

[c] MONTALBODDO, Livro segundo.

[d] RAMUSIO, I, pp. 615-617.

[e] A tradução alemã foi publicada em 1861 por G. GREIFF em *Briefe und Berichte* [...] *cit.*, pp. 120-128.

[fl. 65] ***Copia della siconda lettera dipoi venne el pidoto.***

Dissiti come costoro avevano discoperto l'India e ti mandai 2 fogli quasi tutti scritti di quello avevano là trovato. Dipoi [d'] all' isola delli Azzori, dove ancora si truova el capitano che fu a discoprire con un suo fratello molto ammalato, ha mandato qui uno giudeo che prese a Chalichut sotto salvacondotto, perché andava per ispia di que' mori per vedere se poteva ordinare in che maniera li potesse pigliare e navili portogallesi, perché 'l detto giudeo stava con uno moro ricchissimo e alle volte andava in golfo con 2 o 3 navi di quello moro. El quale giudeo è nativo di Gerusalem – secondo lui dice – e parla taliano, quasi mezzo veniziano come schiavone e albanese. E sono cerca d' anni 20 che dal Chairo passò in India, per terra insino al Mare Rosso dove si mettono in mare per andare a Chalichut. El quale
[B] *giudeo feciono cristiano all'isola delli Azzori. / E dice cose miracolose di que' paesi e delle gran ricchezze vi sono, e le mercantie vi sono. Stimate assai dice esser coralli in branche, rame in piastre o in pani, tartaro, ariento vivo, telerie grosse, panni azzurri grossi, occhiali; in certe terre invagliano cosa inistimabile vino, alcuno broccati e panni lucchesini; per que' signori ariento e oro v' è stimato assai. Le mercantie di là sono tutte le spezierie grose a minute, lacche infinite, moscado, zibetto e gioie di ogni fatta.*

Le perle si pescano in una isola presso alla città di Chalichut, la quale isola sta presso alla terra ferma a 4 miglia e non ha acqua nessuna dolce, salvo un gran fiume ch' è in terra ferma; dirimpetto alla detta isola è un fiume al quale vanno ogni giorno 300 barche a caricare d' acqua a rinfuso, come a Vinegia, e fanno 3 viaggi el giorno. El bestiame, quando vede venire le barche, tutto va alla riva del mare a bere alle[1] *dette barche. E nella detta isola sono la maggior parte pescatori che pescano alle perle. E dice 'l detto giudeo che pigliano perle grossissime, come noce e come uova di colombo e*
[fl. 65v] *come nocciuole: parmi impossible perché // non se n' è mai viste di costà. Eppure l' afferma e dice che tale perla che si vende là in su' luogo 1500 ducati. E inoltre dice che uno re mandò a presentare a uno altro re uno letto da dormire che in sulle teste delle coste del letto, da piè e da capo, cioè in*

[1] *elle.*

sù 4 piedi v' era 4 carbonchi sì grandi che nella camera dove stava detto letto non vi bisogna candela di notte, tanto sprendore danno. E lui dice di veduta e affermalo molto. E alsi dice che certi mori lo menonno insin uno monte dove a piè di quello monte è un fiume e un gran piano dove stavano infiniti animali a giacere; e venne uno alicorno e calò alla riva del fiume e 3 volte tuffò el corno nel fiume, e scoteva l' acqua o voglion dire diguzzava, e come ebbe fatto questo, cominciò a bere: subito tutti li altri animali si levonno e andonno a bere. Sonvi grandissime popolazioni di mori e di cristiani indiani; [in] moltissimi paesi sonvi re che signoreggiano tanta terra che sono sei mesi di giornata la terra del Soldano è dal Chairo insino al Mare Rosso, nel quale Mare Rosso lui tiene un porto suo dove si scaricano
[B] *le spezierie dipoi vanno per terra insino al Chairo e / passono al piè del monte Sinai e pel diserto della rena.*

Sempre vanno con cammelli, e non ho potuto intendere quante giornate sono dal detto porto del Mare Rosso insino al Chairo, ancora che abbi inteso di 60 giornate, ma stimo sieno molte più. E la casa da Mech ancora è nella signoria del Soldano. El Presto Giovanni é grandissimo signore e fa gran guerra a uno di que' re indiani per avere un porto di mare. E 'l Soldano dà grande aiuto al detto re, perché el Presto Giovanni non abbi porto di mare nell'oceano, ch' è gran fatto che uno tanto gran signore non abbi porto di mare.Tutti quelli re e signori tengono alifanti per istato e grandezza loro e per fare la guerra con essi: chi ne tiene 50 e chi 100 e chi 200 e chi 300 e 400 e 600 e 1000 e 1500, secondo suo grandezza. E fanno la guerra con quelli e catella sopra di loro, come dice Plinio propriamente, ch' è animale di grande intelletto e molto più stimano li alifanti che cavalli. E quando vogliono varare le navi, in quelle parte, impongono li alifanti che s'accostano alle nave
[fl. 66] *co' la testa e fannosi // gran forza che le fanno correre e varalle. E quando le vogliono tirare in terra fanno certi ingeni di corde colli alifanti che le tirano in terra. E alle volte vogliono discoprire el fondo e li alifanti mettono la tromba sotto la carena e fannola levare, le qua' navi non hanno ancora se non di legno, cose molto debole; e per questo sempre el più delle volte si pongono in secco nel fango. Hanno el timone legato con corde e più lungo che la ruota della nave circa di 6 1/2 de' nostri. E alle volte che 'l detto timone ha bisogno d' aggiontare, o la nave fa alcuna acqua, sonvi certi mori marenai che stanno sotto acqua a correggere tutto 2 o 3 ore, cose miracolose.*

Nella città di Chalichut è un tempio da fare orazione e chi v' entra dentro un' ora davanti mezzo dì fino a ore 2 dipoi di mezzo dì muore subito per le terribile cose che vi sente e che vede diaboliche; e che una notte dell' anno vi si accendono le lampane e candele. Per loro medesimo sono cose per non potelle credere e costui dice di veduta a così ha detto in pubblico aver [visto] tutte queste cose e molte altre. El quale ha fatto scrivere tutto.

[B] *El maggiore / traffico di quelle parte si ha nella città di Chalichut e la buona spezieria è di là da Chalichut in certe isole di là leghe 160 e molto presso la terra ferma e sono popolate di mori. Le spezierie, davanti che sieno al Chairo per le terre del Soldano, pagano molti diritti per maniera che 'l detto giudeo dice come che ducati 600 mila rendono l' anno al Soldano e diritti delle cose d' India; e io credo di molti più co' diritti d' Alessandria.*

El moro che fu per piloto da Melinde, terra di mori, insino a Chalichut, alsì è venuto e dice cose miracolose della nuova Mina dell' Oro che costoro trovonno leghe 300 di qui da Melinde: che uno lambello cioè una carpitta bene sempice d' Orano, che quivi costano ducati 4 1/2, vale in detta Mina dobre 50 d' oro a ragione di reali 455 per dobra e alla Mina Vecchia vale dobre 17; e un bacino d'ottone grande vale dobre XX e qui non vale 1 1/2; e paternostri verdi e gialli di vetro a peso d'oro, che qui vagliono reali 10 'l migliaio. Sono cose grandissime per non credere, eppure son vere.

E ora si fanno presto 2 navili per la detta Mina Nuova, che parti-
[fl. 66v] *ranno con prestezza e per India 6 navi // che partiranno al gennaio; conducendole Iddio salve e tornando, doveranno tornare con gran ricchezza e quando di là facessino alcuna difficultà, queste 6 navi sono per sbarattarne 1000 delle loro perché sono così debole.*

Como per altra ti dissi, el golfo che costoro passònno fu leghe 700 di traversa; e dalla banda di là, cioè da mezzogiorno, è abitato da indiani cristiani, terra molto frutttifera di grano, biade e frutte e carne, e è molto popolata; e dalla banda di quà di Melinde è popolata da mori. El quale golfo secondo Plinio si chiama el golfo d'Arabia, dove è uno stretto molto stretto dove entrano le navi co' le spezierie. E passato lo stretto truovano uno altro golfo che si chiama Mare di Giuda, e quivi discaricano in certi navili piccoli che entrano nel Mare Rosso, dove è poco fondo, e vanno a una città del Soldano dove scaricano tutto e dipoi vanno per terra insino al Chairo. E le navi si tornano per quello golfo a caricare formenti e altre cose per tutte quelle parte, che maggior ricchezza e maggior traffico è di là in que' paesi che di qua.

[B] *Non regnano in que' paesi se non / 2 venti, levante e ponente, cioè la state levante e 'l verno ponente. El mare è molto piano, non vi fa fortune e alle volte l'estate stanno le navi 3 o 4 mesi in calme perché non fa vento nessuno. Non ho potuto intendere l' origine del Nilo, se in quelle parte n' hanno notizia; sapròlo e tu ne sarai avvisato. Sonvi serpenti indiavolati in quelle parte, molto inimici delli alifanti, e quelli alifanti non hanno altri inimici che 'l serpente. Sono d' openione che ancora abbino a discoprire la Persia per quelle parte, cioè le terre di Uson Chasan.*

L' isola dove nasce la cannella, cioè l' albero che la fa, si chiama l' isola di Silon, la quale troverai in sullo [m]appamondo; e simile Chalichut e Melinde sono in sullo [m]appamondo. Tutte le navi di que' paesi si fanno alla città di Chalichut, cioè e mori le fanno fare quivi, perché in[2] *nessuno altro luogo non è legnami né ferro per fare navi. E 'l detto re di Chalichut non tiene altra città che quella, ed è molto maggiore che questa di Lisbona. Nella chiesa loro sono dipinti molti santi con diademe; non vi sono croci.*

[fl. 67] *Sonvi in quelle parte molte generazioni // di gente e la maggior parte gentili, cioè idolatri, ancora che mori assaissimi vi sia. E quello re che tiene tanta terra che sono mesi 6 di giornate è moro; e sono circa d'anni xx che uno di que' re cristiani indiani si tornò moro che poche notizie hanno della fede nostra*[3].

Dell'isola Taprobana di che Plinio tanto largamente scrisse non ve n' è notizia alcuna, che per ventura sarà più avanti.

La terra del Presto Giovanni è molto più presso a queste parte ch' io non ne stimavo, perché è di quà dal golfo d' Arabia e confina con questa parte d' Etiopia cioè co' neri di Ghinea e con quello re moro di Melinde e altri. El Nilo passa per suo terra; e non confina con nessuno re cristiano. È grandissimo signore di gran terre e gente.

Sono in quelle parte d'India una certa generazione di cristiani che quando muore l' uomo lo mettono in una sepoltura o voglion' dire una fossa, e con molte legne ardono quel corpo; e la moglie di quel tale, vestita e ornata de' migliori panni e gioie che tiene, si getta in quella fossa e arde insieme col marito, perché dicono che subito s' hanno a trovare insieme nell' altro

[B] *mondo. / E questo è certissimo e non dicono di costà che sieno favole, come dicono di Plinio che gli è 'l bugiardo. Io dico che tutto ciò che scrisse è la verità e ora lo veggiamo di queste cose d' India che tutte sono vere.*

Se queste spezierie si[a] molta, come stimo, sono d' openione che sarà necessario la terra del Soldano sia dispopolata; e a questo re di Chalichut li viene molto meglio el tratto sia di quà perché aranno tutte mercatantie a miglior mercato e le loro venderanno meglio.

Nota come costoro certamente e sanza dubbio hanno trovato tutte le spezierie che vengono da Barutti e dal Giaffo e da Alessandria, imperò che sappiamo chiaro che ogn' anno una volta s' assembrano in Soria una gran quantità di cammelli e qua' tutti fanno carovana in Domascho e qui s' aspettano que' del Chairo, que' di Barutti e que' d' Alessandria, e tutti que' di Romania, dove ha signoria el Soldano. Dipoi da Domascho partono tutti insieme, circa a 30 o 40 mila cammegli, portando vettovaglia e

[2] *ine.*
[3] *nostre.*

acqua per loro mangiare e per dare [da] bere a' cammelli e a loro; e mettonsi pel deserto, pel quale deserto camminano 3 mesi di giornate a di lungo,
[fl. 67v] *e passano a' piè del monte Sinai pel mare della rena. E // molte volte la fortuna de' venti li coglie in detto mare e porta la rena e affoganvi dentro loro e cammelli, perché la rena li cuopre. E dipoi usciti del deserto, arrivano in sulla riva del Mare Rosso, dalla banda di verso el Chairo, presso alla Mech, a una città del Soldano ch' è in sulla riva del mare, molto grande, dove queste barche che caricano alla bocca del soprannominato stretto a uno luogo detto Bizidem, scaricano le spezierie e mercantie che hanno riceute dalle navi che ve le portano da Chalichut. E quivi, a essa città d' in sul Mare Rosso, si fa stapola per tutta la Soria e tutt'uomo compra e caricano e loro cammelli e tornansene indietro a Domascho. E quivi giunti colle spezierie, tutt' uomo ne va alla volta del suo paese colle loro spezierie: chi al Chairo, chi n' Alessandria, chi a Barutti e chi al Giaffo, a' porti del mare Mediterran[e]o. Dipoi di quivi vanno a Vinegia e Genova e Chostantinopoli co' nostri navili di questi nostri mari. E vedesi prefetto perché que' propri mulattieri o vetturali che vanno colle carovane al Mare Rosso e le caricano per Sorie non sanno né possono intendere donde s' abbino prencipio esse spezierie, tanto sono lontane da essa città del Mare Rosso, perché vi*
[B] */ vengono e vanno per diverse mani avanti vi si conduchino.*

E nota che tutto el cerchio del mare oceano insino a Calinde è abitato, tutta la riviera da mori neri e bianchi, tutti maomettisti; e da Calinde in dentro insino alla riva del Mare Rosso è l' India, la quale è abitada da cristiani bianchi e neri come alle volte n' hai visti qui, e sono tutti uomini del Presto Giovanni. Paese fertilissimo, ma non hanno porto nell' oceano da nessuna banda.

È bellissima cosa e merita questo re di Portogallo da tutta la cristianità commendazione, ma gli fia forza col tempo andarvi bene a ordine[4] *e rispetto; e sopradetti mori s' ingegnano falli qualche giarda di farvelo un tratto rimanere, per dubbio di non perdere el traffico loro, che con effetto questo ne sarebbe un dì cagione, che computano que' di Chalinde avere andare per esse 3400 miglie di golfo e condulle con grande espesa; computato el primo costo e le doane d' esse, dipoi indi portalle 4000 miglie al detto stretto per ire nel Mare Rosso, tutto è con gran despendio. Dipoi dalla riva del Mare Rosso alla città del Soldano, che sono miglie 700, e quivi*
[fl. 68] *pagare // dazi, e tutt' uomo vuole guadagnare; dipoi di indi portalle per terre 90 giornate insino a Domascho e pagare dazi nuovi, dipoi da Domascho al Chairo e Alessandria e Barutti e 'l Giaffo, tutti con dazi e spendi grandissimi, e onibus computato è 6 volte più la spesa che 'l primo costo. E tutti questi sono avviamenti di ventturali, di nave e di diritti del Soldano, dove questo sarà cagione essi avviamenti e traffici per esse bande si leve-*

rebbono. E però dico ch' el Soldano, que' re e que' mori faranno ogni cosa per levare esso re di Portogallo da questa impresa perché s' e' re di Portogallo segue questa impresa le potrà dare per molto manco in Porto Pisano che non costano nel Chairo, perché con assai manco spesa le può condurre, e sarè forzato levarsi di là mercatanti genovesi, veniziani e tutte nazioni, e mancherebbe assai suoi diritti ed entrate, perché questo è 'l forte delle mercatantie di Soria per queste bande; e però non fo dubbio hanno a fare ogni cosa per rompere esso viaggio, ma li sarà di gran fatiche.

Cópia da segunda carta, depois que veio o piloto

Já te disse como eles haviam descoberto a Índia, e mandei-te duas folhas quase todas escritas do que lá haviam achado. Depois, da ilha dos Açores onde ainda se encontra, o capitão que foi a descobrir, com um seu irmão muito doente, mandou aqui um judeu que tomou em Calecut sob salvoconduto, pois que andava por espia daqueles mouros pera ver se podia ordenar em que maneira lhes pudesse filhar os navios portugueses, porque o dito judeu estava com um mouro riquíssimo e às vezes ia ao gólfão com 2 ou 3 navios daquele mouro. O qual judeu é nativo de Jerusalém, segundo ele diz, e fala italiano, quasi meio veneziano como os esclavões e albaneses. E há cerca de 20 anos que do Cairo passou à Índia, por terra até ao Mar Roxo, onde se metem ao mar para ir a Calecut. Ao qual judeu fizeram cristão na ilha dos Açores[1]. E diz cousas prodigiosas

[1] D. Manuel alude-lhe em termos quase idênticos na sua *Carta ao Cardeal Protector*; o mesmo faz Lunardo da Chà Masser, apontando que era nativo de Alemanha (*Relazione*, viaggio primo). Trata-se do judeu que procurou os portugueses em Angediva (e não em Calecut como aqui se afirma, *cf. Diário*, *fl.* 71v & ss.), que no baptismo foi afilhado de Vasco da Gama, passando a chamar-se Gaspar da Gama, também conhecido por Gaspar da Índia. É sem dúvida ele o autor da suma geográfica que figura no manuscrito do Porto em apêndice ao *Diário* (*vide* a nota de Franz HÜMMERICH, «O judeu Gaspar da Índia e o apêndice geográfico-comercial ao 'Roteiro'», in *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, vol. 2, pp. 230-306, e o estudo de Elias LIPINER, *Gaspar da Gama: um converso na frota de Cabral*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986). Embora se diga nesta carta, mais abaixo, a propósito de certos *mirabilia* que narrou, «que tudo fez escrever», não se conhece, para além daquela suma, mais nenhuma relação da Índia que lhe possa ser atribuída. Quanto à sua conversão ao cristianismo, só Deus sabe em que medida terá sido sincera ou ditada por calculismo político; de qualquer modo o seu baptismo não foi, como foi já sugerido, mera formalidade para poder desembarcar em Portugal, de onde os judeus haviam sido expulsos em 1496 (à imitação do que se fizera em Inglaterra em 1290, em França em 1306 e em Castela em 1492); a expulsão não se aplicava às praças de África, pelo que continuava a haver judeus súbditos del-Rei de Portugal (*vide* José Alberto Rodrigues da Silva TAVIM, *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o século XVI – Origens e actividades de uma comunidade*, Edições APPACDM Distrital de Braga, Braga, 1977).

daqueles países e das grandes riquezas que aí há e mercadorias que há i. Assaz estimados diz serem os corais em ramais, o cobre em chapas ou em pães, tártaro, azougue, panarias grossas, panos azuis grossos, óculos; em certas terras hão por cousa inestimável o vinho, alguns brocados e panos luquesinos; e pera aqueles senhores prata e ouro é estimado assaz[2]. As mercadorias de lá são todas as espe-

---

De resto, os judeus podiam vir ao Reino por períodos limitados, desde que munidos de uma autorização e portadores de sinal (chapéu ou carapuça amarela). Recorde-se que embora Vasco da Gama tenha ficado em Angra, para assistir a seu irmão moribundo, o seu navio, sob o comando de João de Sá, seguiu viagem para Lisboa, onde chegou antes de 10 de Agosto de 1499, data do documento seguinte (carta de Guido di messer Tomaso Detti) que o dá já como chegado. Assim, quer o piloto quer Gaspar da Índia, embora tenham viajado a bordo do navio de Vasco da Gama, chegaram ao Reino antes dele.

Na sua edição de extractos da presente carta Ramúsio, ao retocar o texto, estabelece confusão entre Gaspar da Índia e o piloto mouro do Gama, escrevendo: «avendo scritto fin qui, è venuto quel pilotto che presero per forza, che parea schiavone e infine è giudeo in Alessandria [...]».

[2] Coral em ramais é o coral por trabalhar, com o aspecto ramificado e arboriforme que tem na natureza. Embora abundem corais no Oceano Índico, os corais do Mediterrâneo, explorados sobretudo em Itália, eram muito apreciados na Índia para confecção de jóias por não perderem a sua cor vermelha viva (*cf. supra*, doc. II, notas 48 & 49). Ao longo de todo o século XVI o coral, em parte procedente do Algarve, foi, de facto, uma das principais mercadorias levadas para o Oriente pelos portugueses para serem trocadas por especiaria (*vide* Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Editora Arcádia, Lisboa, 1965, vol. 2, pp. 31-41). O cobre foi ao longo do século XVI a principal mercadoria levada para a Índia, seguida de perto pelo azougue ou mercúrio. Tártaro é o precipitado de sais do ácido tartárico que se forma nas vasilhas de mosto ou vinho, formado sobretudo de tartarato ácido ou bitartarato de potássio (HO_2 C - CH OH - CH OH - CO_2 K); é usado em medicina e veterinária como laxante, na preparação de fermentos, etc.; outros tartaratos são utilizados em tinturaria como mordentes, em medicina como eméticos, etc. Não conhecemos na documentação subsistente referências ao seu envio para a Índia. Quanto aos tecidos, há referências ao envio de veludos pretos de Génova, escarlatas de Florença, panos vermelhos de Londres (GODINHO, *op. & loc. cit. supra*) e ainda alcatifas de Veneza, barretes de grã e panos de grã em peça (*vide* Luís Filipe F. R. THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Difel, Carnaxide, 1994, pp. 391-393); no entanto, tirante as panarias mais grosseiras enviadas para Moçambique, os tecidos europeus, demasiado quentes para os climas da Ásia tropical, tinham pouca procura no Oriente. Quanto aos panos luquesinos (tecidos de lã, de cor vermelha viva, sem dúvida originariamente produzidos em Lucca, no norte da Toscana, outrora muito apreciados) não temos notícia do seu envio para a Índia. Os óculos, que começaram a ser comercializados *c.* 1280 em Florença por Salvino degli Amati, viriam a ser uma mercadoria importante no comércio com o Japão, onde se desconhecia ainda a fabricação do vidro; os óculos escuros, para o sol, eram exportados pelos portugueses para a África ocidental; mas tão-pouco temos notícia da sua exportação para a Índia.

ciarias grossas e miúdas, lacas infinitas, noz moscada, almíscar e jóias de toda a feição[3].

As pérolas se pescam em uma ilha junto à dita cidade de Calecut, a qual está junto com a terra firme a quatro milhas e não tem água nenhuma doce, salvo um grande rio que é na terra firme. Defronte da dita ilha há um rio ao qual vão cada dia 300 barcas a carregar de água a granel como em Veneza e fazem três viagens ao dia[4]. O gado, quando vê vir as barcas, vai todo à praia do mar a

[3] *Cf. supra*, doc. II, notas 28 & 49. *Laca*, *lácar*, *alácar*, *alacre* ou *lacre* designam indistintamente no século XVI a goma laca bruta e o lacre que a partir dela se prepara, juntando-se-lhe mínio (óxido de mercúrio, O_3 Pb_4, também conhecido por cinábrio, vermelhão ou zarcão), que lhe confere a cor, e terebentina. Produzia-se sobretudo no interior da Península Indochinesa (Bermá, Xiang-Mai e Laos) e exportava-se principalmente pelos portos do Pegu, em particular Martabão. Tal como a noz-de-galha ou bugalho e o quermes dos nossos carvalhos, é um produto de origem semi-animal semi-vegetal, pois é segregado pela fêmea de um insecto da ordem dos hemípetros, o *Coccus lacca*, Kerr., que vive como parasita sobre os ramos da jujubeira (*Ziziphus jujuba*, Miller, da família das Ramnáceas), do pimpolo, figueira-de-pagode ou árvore-da-gralha (*Ficus religiosa*, L., da família das Moráceas) e de outras árvores ainda. O apêndice ao *Diário* (*fls.* 83--85) menciona a existência de laca em Samatra (certamente importada do Pegu, que mantinha estreitas relações comerciais com Pacém), no Pegu e no reino de «Pater» (*cf. supra*, doc. II, nota 55); Duarte BARBOSA (cap. 51-A, §§ 1-2; versão de Dames, §106) explica sumariamente a sua formação, sobre que Garcia de ORTA (*Col.* IX) disserta mais sabiamente. A laca de Pegu é também utilizada na confeição de verniz para lacar móveis e utensílios de metal, madeira ou verga; tal arte, porém, desenvolveu-se sobretudo no Extremo Oriente (China e Japão), onde utiliza como matéria-prima o charão, verniz puramente vegetal, preparado a partir da resina de uma árvore da família das Anacardeáceas, congénere do nosso sumagre (*Rhus coriaria*, L.), a *Rhus verniciflua*, Stokes (*vide* Maria da Conceição F. FLORES, art.° «lacre – laca», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. por Luís de ALBUQUERQUE, *s. v.*). A esta laca do Extremo Oriente ou charão não conhecemos referências antes do *Tratado da China* de Frei Gaspar da Cruz (1569). O texto refere-se portanto aqui indubitavelmente à laca de Martabão, conhecida no Ocidente através dos árabes (como o atesta o seu nome em baixo-latim, *lacca*, que é uma adaptação do árabe *lakk*), e mencionada já no século VIII num texto intitulado *Compositiones ad tingenda musiva*, «preparações para tingir mosaicos»; não resulta, porém, claro se se trata de laca bruta se de lacre preparado, já que a distinção vocabular entre uma e outro não existe em italiano, e mesmo em português e castelhano só aos poucos se foi estabelecendo.

[4] O autor mistura aqui duas coisas bem distintas: a pescaria das pérolas que se fazia entre Ceilão e a Índia (que deu à costa desta fronteira àquele o nome de costa da Pescaria); e a que se fazia no Golfo Pérsico, sobretudo em torno de Baharém. É Ceilão que fica relativamente próximo de Calecut, mas é em ilhas do Golfo Pérsico que há escassez de água e é a elas que se reporta o resto da narração. Sobre o abastecimento de água a Ormuz, *cf. infra* doc. XII, notas 45-46.

beber às ditas barcas. E na dita ilha são a mor parte pescadores que pescam as pérolas. E diz o dito judeu que filham pérolas grossíssimas como nozes ou como ovos de pomba, ou como avelãs; parece-me impossível, porque não se viu nunca de tais. E ademais afirma e diz que tais pérolas se vendem lá no próprio sítio a 1500 ducados. E mais diz que um rei mandou apresentar a um outro rei um leito de dormir em que sobre as cabeceiras das costas do leito, aos pés e à cabeça, ou seja nos seus quatro pés, havia quatro carbúnculos tão grandes que na câmara onde estava o dito leito se não precisava de candeia de noute, tamanho é o esplendor que dão[5]; e ele diz havê-lo visto e o afirma muito[6]. E outrossim diz que certos

[5] Dá-se o nome de carbúnculos tanto aos rubins muito brilhantes como às granadas lapidadas em cabochão, isto é, sem arestas, geralmente em cone (*cf. supra*, doc. II, nota 30). Era crença antiga que o carbúnculo luzia de noite (de onde o seu nome, que significa literalmente «pequeno carvão»); já Plínio (*Historia Naturalis*, XXXVII, xxv, 82-98) refere, louvando-se em Arquelau, que enquanto os «carbúnculos fêmeas» apenas brilham com a luz reflectida, os «machos» contêm fogo no seu interior a ponto de fundirem a cera quando usados como sinetes. Há que notar que as pedras preciosas eram apreciadas não só pelo seu valor decorativo, mas também por se lhes atribuírem propriedades mais ou menos mágicas ou pelo menos terapêuticas, usando-se em farmacopeia electuários compostos de fragmentos de diversas gemas moídos. Pedro Hispano prescreve o diamante numa das receitas do seu *Thesaurus Pauperum*, o lápis-lazúli noutra, o topázio noutra, a esmeralda numa outra e a safira em três (*vide* Maria Helena da Rocha PEREIRA, *Obras Médicas de Pedro Hispano*, Por Ordem da Universidade, Coimbra, 1973, pp. 401-402); por volta de 1514 D. Manuel mandou encomendar para a Índia, entre uma centena de simples e drogas de botica, fragmentos de safira, jacinto, granada, esmeralda, rubi e margarita para serem moídos, tal como aljôfar (*vide* António Alberto [Banha] de ANDRADE, «Drogas do Oriente – No V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 3 (1971) pp. 141-145); e Garcia de ORTA dedica às pedras preciosas o 44.º dos seus *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*.

[6] O autor reproduz a partir daqui credulamente uma série de «maravilhas da Índia», de teor semelhante às que referem na Antiguidade Plínio, Solino, o *Romance de Alexandre* do Pseudo-Calístenes, e na Idade Média textos árabes como o *Livro das Maravilhas da Índia* de BOZORG filho de Xahriyâr de Râmhormoz (*cf. supra*, doc. II, nota 26). Gaspar da Gama, que lhas impingiu, afigura-se-nos assim um homem lido, familiarizado pelo menos com esse género de literatura [cf. *L'Inde et l'Imaginaire*, études réunies par Catherine Weinberger-THOMAS, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1988 (Collection Puruṣârtha)]; ver particularmente o estudo de Geneviève BOUCHON, «L'image de l'Inde dans l'Europe de la Renaissance», *ibidem*, pp. 69-90). É significativo que na primeira carta de Sernigi (*supra*, doc. II), baseada nas informações fornecidas pelos marinheiros portugueses, não apareçam, como tão-pouco aparecem no *Diário*, tiradas livrescas deste tipo. Como foi já bastas vezes sustentado

mouros o conduziram até um monte, onde ao pé daquele monte há um rio e uma grande chã onde estavam infinitos animais jazendo, e veio um unicórnio e baixou à margem do rio, e três vezes mergulhou o corno no rio e sacudia a água, ou querem dizer que chafurdava; e como isso fez começou de beber, e logo todos os outros animais se levantaram e se foram a beber[7]. Há i grandíssimas povoações de mouros e de cristãos indianos. Em muitíssimos países há reis que senhoriam tanta terra que são seis meses[8]

– e algumas repetido *ad nauseam* – o Renascimento português tem, de facto, um carácter muito mais empírico (para não dizer experimental, que é talvez exagerado) que o italiano, mais classicizante e erudito; daí a frescura da maioria dos textos quinhentistas portugueses sobre a Índia, de que o melhor exemplo é o *Livro* de Duarte Barbosa (*vide* Joaquim Barradas de CARVALHO, *À la recherche de la spécificité de la Renaissance Portugaise – L'«Esmeraldo de Situ Orbis» de Duarte Pacheco Pereira et la litterature de voyages à l'époque des grandes découvertes – Contribution à l'étude de la pensée moderne*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1983, 2 vols.).

[7] A crença numa espécie de «rei da bicharada» a que obedeceriam todas as alimárias silvestres da Índia aparece já na versão latina do *Romance de Alexandre*, devida a Júlio Valério (pro-cônsul em 338 A. D.). Tal como uma série de manuscritos do texto grego do Pseudo-Calístenes, esta versão inclui uma suposta carta de Alexandre a seu mestre Aristóteles, em que lhe conta como numa noite em que acampara com as suas tropas, para se repousarem e dessedentarem nas margens de um lago de água doce, foram atacados por uma série de animais mais ou menos fantásticos, que se não retiraram «antes que sobreviesse aquele animal que entre as ditas bestas é dito deter a realeza» (*Res gestae Alexandri Macedonis*, III, 20, transcrito por Jacques ANDRÉ & Jean FILLIOZAT, *L'Inde vue de Rome – Textes latins de l'Antiquité relatifs à l'Inde*, Société d'Éditions «Les Belles Lettres», Paris, 1986, p. 191). O animal fantástico em questão é uma espécie de rinoceronte com três cornos chamado «odontotirano» (*cf.* Pseudo CALLISTHÈNE, *Le Roman d'Alexandre – La vie et les hauts faits d'Alexandre de Macédoine*, traduit et commenté par Gilles Bounoure et Blandine Serret, Les Belles Lettres, Paris, 1992, apêndice I, § 28, p. 132; *cf.* tb. a versão castelhana medieval rimada, *Libro de Alexandre*, estudio y edición de Francisco Marcos Marín, Alianza Editorial, Madrid, 1987, estrofes 2180-2183, pp. 391-392). O romance de Alexandre foi na Alta Idade Média traduzido em persa, siríaco, árabe, etiópico, etc., e mais tarde do árabe em malaio, de modo que se tornou popular por quase todo o Índico.

[8] Esta expressão repete-se textualmente na *Carta que mandaram os Padres da Índia, da China e da Magna China*, de 1504, mas para caracterizar a Índia no seu conjunto e não um ou outro dos seus reinos em particular: «as partes da Índia são numerosas e vastas e é tempo de viagem de seis meses» (*ed. cit.*, *vide supra*, doc. II, nota 15, p. 137). A grande extensão da Índia era já célebre na Antiguidade: uma *Expositio totius Mundi et Gentium*, traduzida em 359 A. D. de um original grego perdido, atribui à «Índia Maior», ou seja à verdadeira Índia, uma extensão de 210 jornadas de andadura, ou seja sete meses (ANDRÉ & FILLIOZAT, *L'Inde vue de Rome*, p. 209). A ideia persiste nos geógrafos árabes da Idade

de jornada; a terra do soldão é do Cairo até ao Mar Roxo, no qual Mar Roxo tem ele um porto seu onde se carregam as especiarias; depois vão por terra até ao Cairo e passam ao pé do monte Sinai e pelo deserto da areia.

Vão sempre em camelos e não pude saber quantas jornadas são do dito porto do Mar Roxo até o Cairo, ainda que tenho sabido de 60 jornadas, mas penso que sejam muitas mais[9]. E a Casa da Meca

---

Média: «A Índia é mais vasta que a China, duas vezes mais, e os seus habitantes têm mais reis, mas a China é mais povoada», afirmam no século IX o anónimo autor do *Aḫbâr al-Çîn wa'l-Hind* e Ibn al-Faqîh, que o repete textualmente (vide, *Aḫbâr aṣ-Ṣîn wa l-Hind, Relation de la Chine et de l'Inde, rédigée en 851*, texte établi, traduit et commenté par Jean Sauvaget, «Les Belles Lettres», Paris, 1948, § 72; *cf.* André MIQUEL, *La géographie humaine du monde musulman, jusqu'au milieu du 11e siècle*, Mouton, Paris & Haia, 1975, vol. 2, p. 82 & ss.). De qualquer modo a extensão de seis meses de andadura é um tanto exagerada: a travessia da Península, de Madrasta a Goa, podia ser feita por correios a pé em 20 dias, e a de Surate a Maçulipatão em 24; de Hugli, no Bengala, a Agra, cerca de um mês; e de Delhi a Tattá, no Cinde, era possível fazer o caminho em 5 dias, e assim sucessivamente, o que dá para a travessia da Índia na sua maior largura cerca de dois meses; há, contudo que notar que se os correios expressos chegavam a fazer 80 quilómetros num dia e por correio com mudas se chegavam a cobrir 100 numa jornada, os funcionários em deslocação oficial e as tropas em marcha normal não cobriam mais de 7 *jarîbî kos* (29 quilómetros) por jornada, o que exigiria cerca de quatro meses para percorrer a Índia no sentido Norte-Sul e um pouco mais no sentido Leste-Oeste (*vide* Jean DELOCHE, *La circulation en Inde avant la révolution des transports*, École Française d'Extrême-Orient, Paris, 1980, 2 vols., vol. 1, pp. 285-292).

[9] O autor parece referir-se ao Toro (al-Ṭûr, 28° 15' N, 33° 36' E), na costa ocidental da Península do Sinai, quase à entrada do golfo de Suez, que suplantara desde o século XI o antigo porto de Al-Qulzum (a Clysma da Antiguidade), sito ao fundo do golfo, nas vizinhanças da actual Suez, abandonado devido à escassez de água potável e ao assoreamento. O Toro era ao tempo o principal porto do Egipto no Mar Roxo, só suplantado por Suez (29° 56' N, 32° 33' E), na época otomana (*vide* R. SCHULZE, art.° «al-Suways», in *Encyclopédie de l'Islam*, Nouvelle Édition, Leida, 1998, t. 9, *s. v.*). A distância de 60 jornadas de andadura até ao Cairo é nesse caso um tremendo exagero: segundo BARROS (I, viii, 1) do Toro ou de Suez ao Cairo era caminho de apenas três dias, o que, se deve ser exacto no caso de Suez, peca por defeito no do Toro, já que a distância é quase o triplo, exigindo portanto oito a nove dias. Mesmo que o porto a que o autor quer aludir não seja o Toro, mas Judá (*cf. infra*, nota 38), importante escala e porto de baldeação na rota das Índias, a estimativa parece exagerada: Ibn Hauqal (*floruit* 943-973 A. D.) computava o caminho de Judá a Ayla (em hebraico Eilat, outrora Ezion-Geber) ao fundo do golfo de Ácaba em 28 jornadas, e o de Medina ao Egipto em 20, a que haveria a juntar mais 10 de Medina a Meca, perfazendo em qualquer dos casos pouco mais de um mês, que é também a duração estimada de uma viagem de Ádem a Judá (*vide* IBN HAUQAL, *Configuration de la Terre (Kitab Surat al-Ard)*, introduction, traduction, avec index par J. H. Kramers &

é ainda no senhorio do Soldão[10]. E o Preste João é grandíssimo senhor e faz grande guerra a um daqueles reis indianos por haver

---

G. Wiet, Maisonneuve & Larose, Commission Internationale pour la Traduction des Chefs-d'œuvre, Beirute & Paris, 1964, 2 vols., pp. 38-39). Em 1326 Ibn Baṭṭûṭa fez a viagem de Damasco a Meca, com numerosas paragens, nomeadamente em Medina, em cerca de dois meses [IBN BATTÛTA, *Voyages; I - De l'Afrique du Nord à la Mecque*, traduction de l'arabe de C. Defremery et B. R. Sanguinetti (1858), introduction et notes de Stéphane Yerasimos, François Maspero, Paris, 1982, cap. 4, p. 253 & ss. (col. La Découverte)].

Como notámos já (*cf. supra*, doc. II, nota 15), a tendência para exagerar a morosidade e as demais dificuldades da rota do Levante é quiçá intencional. Há lugar para perguntar se a enorme distância entre o Mar Vermelho e o Mediterrâneo no planisfério dito de Cantino, datável de 1502 (*Portugaliae Monumenta Cartographica*, I, estampas 4 & 5), não corresponde à representação gráfica destas informações, não desmentidas ainda então nem por uma exploração efectiva nem pela colheita de informações mais fidedignas. É verdade que, como em quase toda a cartografia da época, há uma distorção provocada por a representação do Mediterrâneo ser baseada nos portulanos tradicionais, rumados pelo Norte magnético, ao passo que a das costas oceânicas da África, extraordinariamente perfeita, é feita por latitudes, e por conseguinte rumada pelo Norte geográfico; daí resulta que o eixo principal do Mediterrâneo é debuxado como *grosso modo* paralelo ao Equador, de modo que Alexandria (na realidade a 31° 9' N) aparece exactamente no mesmo paralelo que Tânger (35° 40' N). Mas não menos verdade é que a representação do Mar Roxo, baseada em informações indirectas e não em exploração efectiva, é assaz arbitrária e muito mais incorrecta que na cartografia ptolomaica (vide *Cosmographia – Tabulae*, tábua XV, *cf. supra*, doc. II, nota 14), de que, pelo contrário, é copiada a representação do Golfo Pérsico: a orientação daquele é quase N-S, em vez de NW-SE e o traçado recurvado, em *S*. Dir-se-ia, portanto, que o autor pretendeu deliberadamente representar um largo intervalo entre a extremidade setentrional do Mar Roxo e o Mediterrâneo, o que corresponde perfeitamente à descrição dada neste documento e no seguinte, que parece, portanto, ter sido aceita.

[10] Meca era desde *c.* 960 A. D. governada por xerifes Hasânidas (descendentes do Profeta por 'Âlî e seu filho primogénito Ḥasan, enquanto que os xerifes de Medina o eram por Ḥusayn, o outro filho de 'Âlî); embora praticamente independentes, reconheceram sucessivamente a suserania dos califas Abácidas, dos Fatímidas e por fim dos sultões mamelucos do Egipto (*vide* A. J. WENSINK & C. E. BOSWORTH, art.° «Makka – II: Des 'Abbâsides à l'époque moderne», in *Encyclopédie de l'Islam*, t. 6, *s. v.*). Estes enviaram em Janeiro de 1424 uma expedição a Judá, para criar aí uma alfândega e taxar os navios vindos da Índia (IBN TAGHRÎ BIRDÎ, *op. cit. supra*, doc. II, nota 21, parte IV, p. 21); em Março de 1440 um cádi deu uma *fâtwa* (parecer teológico-jurídico) considerando legal a cobrança de 10% de direitos das mercadorias a título de protecção, visto o porto de Ádem e a terra do Iémen não serem seguros, pelas extorsões que aí faziam aos mercadores (*ibidem*, parte V, pp. 78-80). Dos rendimentos desta alfândega davam os sultões ocasionalmente parte aos xerifes (*vide* Aḥmad Darrag, *L'Égypte sous le règne de Barsbây, 825-841/1422-1438*, Institut Français de Damas, Damasco, 1961, p. 195 & ss.; *cf.* R. HARTMANN & Phebe Ann MARR, art.° «Djudda», in *Encyclopédie de l'Islam*, t. 2, *s. v.*).

um porto de mar[11]. E o soldão dá grande ajuda ao dito rei por que o Preste João não haja porto de mar no oceano; que é grande maravilha que um tão grande senhor não haja porto de mar. Todos aqueles reis e senhores têm alifantes para seu estado e grandeza e para fazer com eles a guerra. Deles têm 50 e deles 100 e deles 200, e deles 300 e 400 e 600 e 1000 e 1500, segundo sua grandeza. E fazem guerra com eles e castelos sobre eles como diz Plínio[12] propriamente, que são animais de grande intelecto; e muito mais estimam aos alifantes que aos cavalos. E quando querem varar as naus naquelas partes metem-lhes os alifantes que se encostam às naus com a cabeça e fazem tamanha força que as fazem correr e varam-nas. E quando as querem puxar para terra fazem certos engenhos de cordas com os alifantes, que as puxam em terra. E às vezes querem descobrir o fundo e os alifantes metem a tromba sob a carena e a fazem erguer; as quais naus não têm âncora senão de pau, cousas mui fracas; e por isso sempre, as mais das vezes, se põem a seco no lodo; têm o leme ligado com cordas e mais longo que a roda da

[11] *Cf. supra*, doc. I, nota 6. As guerras a que o autor alude são as campanhas que os reis etíopes da dinastia Salomónida, sobretudo a partir de 'Amda Syon I (1314-1344), levaram a cabo contra os muçulmanos dos seus confins (*cf. supra*, doc. I, nota 6). O principal inimigo foi nos primeiros tempos o sultanado de Awfât, a Oeste de Zeila, que em 1415 transferiu a sua sede para 'Adal, a que sucederam o emirado de Harrar e o imamado de Hausa; outro rival importante era o próprio sultanado de Zeila. Como é sabido, a ameaça islâmica à Etiópia cristã só foi esconjurada em 1543, com o auxílio dos portugueses (*vide* J. CUOQ, *L'Islam en Éthiopie* [...], citado *supra*, doc. II, nota 45). O acesso da Etiópia ao mar era certamente uma das preocupações dos seus soberanos, mas de modo algum a exclusiva; a própria política religiosa do imperador Zar'a Yâ'qob (1434-1468), favorável aos Eustatianos, comunidade religiosa implantada sobretudo na Eritreia, e desfavorável aos Estefanitas, opositores daqueles, visava assegurar o controlo do império sobre a região costeira (*vide* Pierluigi PIOVANELLI, «Les controverses théologiques sous le roi Zar'a Yâ'qob (1434-1468) et la mise en place du monophysisme éthiopien», *in* Alain LE BOULLUEC, *La controverse religieuse et ses formes*, textes édités par [...], Ed. du Cerf, Paris, 1994).

[12] Plínio dedica ao elefante toda a primeira parte (cap. i-xiii = §§ 1-35) do livro VIII da sua *Historia Naturalis*; considera-o o maior dos animais terrestres e o mais próximo do homem pela sua inteligência (*maximum est elephans proximumque hominis sensibus*), de que aduz toda uma série de exemplos. O elefante suscitou desde a Antiguidade uma enorme curiosidade na Europa; inúmeros são os autores que se lhe referem, e seria fastidioso enumerá-los. É mais importante anotar que no manuscrito do *Diário* (*fls.* 85-86) há também um pequeno apêndice sobre os elefantes, descrevendo o modo como pelejam, como se capturam bravos no mato e como se amansam depois de apanhados numa cova.

nau cerca de uma braça e meia das nossas[13]. E às vezes quando o dito leme há mister de se ajustar ou a nau faz água, há i certos mouros marinheiros que estão sob a água a correger tudo duas ou três horas, cousa prodigiosa.

Na cidade de Calecut há um templo de fazer oração, e quem i entra dentro de uma hora ante meio dia até duas horas depois de meio dia morre logo, polas terríveis cousas que aí ouve e vê, diabólicas[14]; e que uma noute do ano aí se acendem as lâmpadas e velas[15] por si mesmas. São cousas que se não podem crer, e este diz tê-las visto, e assim disse em público haver visto todas essas cousas e muitas outras. O qual tudo fez escrever.

O mor trato daquelas partes se há na dita cidade de Calecut, e a boa especiaria é dalém de Calecut em certas ilhas, de lá a 160 léguas, e muito junto com a terra firme e são povoradas de mouros[16]. As especiarias antes que estejam no Cairo pola terra do Soldão pagam muitos direitos de maneira que o dito judeu diz que uns 600 mil ducados rendem ao ano ao Soldão os direitos das coisas da Índia; e eu creio que muito mais será com os direitos de Alexandria[17].

---

[13] Por roda da nau deve entender-se o cadaste, peça ligada à quilha e colocada ao alto, que fecha pelo lado da popa o esqueleto do navio (*vide* Com.tes Humberto LEITÃO e J. Vicente LOPES, *Dicionário da Linguagem de Marinharia Antiga e Actual*, 2.ª ed., Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1974, *s. v.* «cadaste» e «roda»). Enquanto que no Ocidente se generalizara desde a Baixa Idade Média o leme de cadaste, de madre articulada ao cadaste do navio, na Índia (sobretudo nas embarcações de menor calado, destinadas à navegação fluvial) o leme de cadaste continuou até aos nossos dias a coexistir com o leme constituído por um mero remo preso lateralmente à amurada, junto à alheta de bombordo ou de estibordo (*vide* Jean DELOCHE, *La circulation en Inde* [...] citado *supra* nota 8, vol. 2, «Les moyens de transport par eau», pp. 131-200, com numerosos desenhos).

[14] A ideia de que nos templos pagãos se prestava culto ao demónio tem raízes bíblicas (Lev 17, 7; Deut 32, 17; Sl 106, 37; Act 17, 22; I Cor 10, 20-21, etc.); não admira que Gaspar da Gama, um judeu convertido por conveniência ao islamismo (que nutre pela idolatria um horror maior ainda) e depois ao cristianismo, atribua aos templos hindus virtudes demoníacas, mesmo a preço de esquecer por momentos o seu mito de uma Índia maioritariamente cristã. Não sabemos porque atribui à hora do meio do dia um carácter mais maléfico; quiçá porque os templos hindus fecham normalmente à hora da sesta, após a *pujâ* (cerimónia de veneração) do meio-dia.

[15] A história das lâmpadas que se acendem sozinhas conta-se com variantes, desde S. Gregório de Tours (539-594 A. D.) ao século XVI, não de um templo hindu mas do túmulo de S. Tomé em Meliapor (ver pormenores no nosso estudo «A lenda de S. Tomé [...], citado *supra* doc. II, nota 32).

[16] *Cf. supra*, doc. II, nota 20.

[17] Esta informação coincide perfeitamente com a do *Diário* (*fls.* 65-66): *cf. supra*, doc. II, nota 45.

E o mouro que foi por piloto desde Melinde, terra de mouros, até Calecut outrossim é vindo e diz cousas prodigiosas da nova mina de ouro que estes acharam a trezentas léguas aquém de Melinde[18]: que um alambel ou seja uma manta bem simples de Ourão[19], que aqui custam 4 1/2 ducados, vale na dita Mina 50 dobras de ouro, à razão de 455 reais a dobra, e na Mina Velha vale 17 dobras; e uma bacia de latão grande vale dobras 20, e aqui não vale 1 1/2; e con-

[18] A «nova mina de ouro, 300 léguas aquém de Melinde» é, evidentemente, Sofala. Note-se como o teor das informações fornecidas pelo piloto se coaduna com o muito pouco que sabemos da sua pessoa: enquanto Gaspar da Índia, judeu levantino, informa sobretudo sobre o Levante e sobre a rota do Mar Roxo, o piloto guzerate vizinho ou frequentador de Melinde informa sobretudo sobre o comércio da costa oriental africana, com que o Guzerate de há muito mantinha estreitas relações comerciais (*vide* Luís Frederico Dias ANTUNES, «A presença asiática na Costa Oriental Africana antes da chegada dos Portugueses», in *Povos e Culturas, n.º 5: Portugal e o Oriente: o Passado e o Presente*, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1996, pp. 15-39). Tem-se posto em dúvida que o piloto tenha vindo para Portugal com o Gama, certamente por se persistir em identificá-lo com Ibn Mâjid, que não consta ter jamais estado em Portugal (*cf. supra*, doc. III, nota 9). É verdade que dos cronistas portugueses apenas Gaspar CORREIA (I, p. 131), má fonte muito embora para a história da primeira viagem portuguesa ao Índico, afirma em termos algo romanescos que, a pedido formal do capitão-mor a el-rei de Melinde, o piloto acompanhou a frota até ao fim: «uma mercê te pedimos, que nos faças que estes pilotos que nos deste, ou outros, se te melhor parecer, nos dês que vão connosco a Portugal; porque eles sabem o navegar desta terra o que nom sabem os nossos [...]. E também que indo teos pilotos connosco saberão o nosso navegar e verão nossa terra e nosso Rei, e quando tornarem te dirão com verdade o que virem».

[19] Alambéis são mantas de lã listradas, idênticas às dos pastores do Alentejo, fabricadas no Norte de África e exportadas em grandes quantidades para as costas da Guiné, onde constituíam, ao lado de outros têxteis magrebinos, um dos mais importantes artigos de comércio a trocar por ouro, marfim, escravos, malagueta, etc. Que na Mina Velha (*i. e.*, em São Jorge da Mina) valessem cerca de quatro vezes o seu valor em Portugal, é perfeitamente natural; se em Sofala, como afirmava o piloto, tinham cotação, é porque os árabes para lá levariam algumas de quando em vez, donde a sua raridade e elevado preço; mas a principal mercadoria de troca eram aí as cotonias do Guzerate. Ourão (Oran, 35° 44' N, 0° 41' W), na actual Argélia, era um dos centros de produção de alambéis e é essa uma das razões por que os portugueses aí mantiveram durante um certo tempo uma feitoria [*vide* Robert RICARD, «Le commerce de Berbérie et l'organisation économique de l'empire portugais aux XV^{e} et XVI^{e} siècles (avec une note de Prosper Ricard sur les 'hanbels' nord-africains)», in *Études sur les Portugais au Maroc*, Por Ordem da Universidade, Coimbra, 1955, pp. 81-114; e «La factorerie portugaise d'Oran (1483-1487)», *ibidem*, pp. 193-201].

tas verdes e amarelas de vidro a peso de ouro, que aqui valem a 10 reais o milheiro. São cousas grandíssimas, pera se não crerem, e porém são verdadeiras.

E ora se fazem prestes dous navios para a dita Mina Nova, que partirão com presteza, e pera a Índia 6 naus que partirão em Janeiro; levando-as Deus lá a salvamento e tornando, deverão tornar com grande riqueza; e quando os de lá fizessem alguma dificuldade, estas seis naus são para desbaratar 1000 das deles, tão fracas são[20].

Como na outra te disse, o gólfão que estes passaram faz 700 léguas de travessia[21]; e da banda de lá, ou seja do meio dia, é habitado de indianos cristãos, terra muito frutífera de trigo, forragens, fruta e carne e é muito povoada; e da banda de cá de Melinde é povoada de mouros. O qual golfo segundo Plínio[22] se chama o golfo de Arábia onde há um estreito mui estreito onde

---

[20] Refere-se, evidentemente, aos preparativos para a expedição que veio a ser comandada por Pedro Álvares Cabral, que, como se vê por este testemunho, começaram mesmo antes de Vasco da Gama ser chegado ao Reino. A armada acabou por ser constituída por 13 navios, de que três se destinavam a Sofala, e não partiu em Janeiro mas em Março (CASTANHEDA, I, xxx; *cf.* BARROS, I, v, 1; Gaspar CORREIA, I, p. 145 & ss.; GÓIS, I, liv).

[21] *Cf. supra*, doc. II, nota 10.

[22] *Historia Naturalis*, VI, xxxii, §§ 147 & ss. *Cf. supra*, doc. II, notas 14, 31 & 45. É curioso notar que o autor se refere por mais de uma vez à cidade de Judá sem lhe dar o nome, que no entanto utiliza para designar o mar que a banha, o Mar Vermelho, conhecido geralmente em árabe por Baḥr al-Qulzum, «mar de Clysma» (*cf. supra* nota 9). O Mar Vermelho é, de facto, sobretudo na sua metade setentrional, pouco profundo, aparcelado e agitado por ventos desencontrados, razão porque os navios de grande porte provindos do Oceano Índico descarregavam as mais das vezes em Ádem ou em Judá (mais tarde também em Moca), para caravanas ou para navios mais ligeiros (*vide* H. BECKER & C. F. BECKINGHAM, art.° «Baḥr al-Ḳulzum», in *Encyclopédie de l'Islam*, t. 1, *s. v.*). Ibn Jubayr, que em 1183 atravessou em oito dias o Mar Roxo, de Aydhâb, no actual Sudão, a Judá, enumera os perigos da travessia e confessa que ao desembarcarem na Arábia «prometemos gozosamente a Deus, poderoso e grande, pois que Deus nos havia favorecido ao salvar-nos, que nosso retorno não seria através desse maldito mar» (*op. cit. supra*, doc. II, nota 26, pp. 95-98). A fraca profundidade do Mar Roxo e a sua impraticabilidade a navios de grande calado é notada, *v. g.*, em 1335, na relação da peregrinação de Jacob de Verona aos lugares santos (*Liber Peregrinationis di Jacopo da Verona*, a cura di Ugo Monneret de Villard, Il Nuovo Ramusio, Libreria dello Stato, Roma, 1940, pp. 77-78). Em 1541, aquando da sua expedição a Suez, D. Estêvão da Gama deixou em Maçuá, na costa da Eritreia, os navios grossos que trazia para apoio à sua armada e seguiu viagem apenas com fustas, catures e galeotas (G. CORREIA, IV, pp. 162-163 & 171-172).

entram as naus com as especiarias; e passado o estreito acham um outro golfo que se chama mar de Judá e aí descarregam para certos navios pequenos que entram no Mar Roxo, onde é pouco fundo e vão a uma cidade do Soldão onde descarregam tudo e depois vão por terra até ao Cairo; e as naus se tornam por aquele golfo a carregar de cereais e outras cousas para todas aquelas partes, que maior é a riqueza e maior o trato naqueles países que nos de cá.

Não reinam naqueles países senão dous ventos, levante e ponente, isto é, de Verão o levante e de Inverno o ponente, e o mar é mui chão, não faz i temporais, e às vezes de Verão quedam as naus 3 ou 4 meses em calmaria porque não faz vento nenhum[23]. Não pude saber da origem do Nilo, se naquelas partes delo hão notícia; sabê-lo-ei e tu serás delo avisado. Há i serpentes endemoinhadas naquelas partes, mui inimigas dos alifantes, e aqueles alifantes não hão outros inimigos senão a serpente[24]. Sou de opinião que terão ainda a descobrir a Pérsia por aquela parte, ou seja a terra de Uson Chasan[25].

---

[23] *Cf. supra*, doc. II, nota 59.

[24] A história da inimizade entre elefantes e serpentes vem de Plínio, que se demora a descrever a sua luta (*Historia Naturalis,* VIII, xi-xii, §§ 32-34).

[25] Trata-se de Uzun Ḥasan («o Hasan comprido», em turco), alcunha por que, devido à sua elevada estatura, ficou conhecido Ḥasan Bey (n. 1424, r. 1453, m. 1478), principal e mais célebre soberano da dinastia do Carneiro Branco (Aq Qoyunlu). Esta confederação turcomana, que se formara na Anatólia oriental em meados do século XIV, após a queda dos mongóis, veio a estabelecer a capital em Tabriz e a apossar-se de quase todo o Irão na centúria seguinte, após o recuo de Tamerlão; foi Uzun Ḥasan quem venceu a confederação rival do Carneiro Negro (Qara Qoyunlu) e levou ao apogeu o poderio da dinastia. Desposou a *despina* Teodora, filha do imperador João de Trebizonda, aliado dos venezianos; na sequência da tomada de Constantinopla (1453) e de Trebizonda (1461) pelos turcos, o Papa e a República de Veneza mandaram-lhe, a partir de 1463, diversas embaixadas, a aliciá-lo para uma aliança contra os Otomanos, enquanto sucessivos emissários seus vinham a Veneza. Foi a sua derrota em Terdxan e a subsequente revolta de Oghurlu Muḥammad que fizeram gorar esses projectos. Minada pela propaganda xiita conduzida pelos Çafávidas ou Safévidas, a dinastia veio a ser suplantada por estes em 1502. Um certo Zorzi de Fiandra redigiu em 1470 uma pequena biografia de UzunḤasan (*Dell'origine di Assanbei sive Ussun Cassan, breve notatione*, pub. por Guglielmo Berchet in *La Repubblica di Venezia e la Persia*, Turim, 1865, doc. I, p. 97 & ss.); uma outra relação, *Vita e fatti del Signor Ussuncassano*, de Giovan Maria Angiolello, foi incluída por Ramúsio nas suas *Navigazioni e Viaggi* (ed. cit., vol. 3). O seu nome permaneceu assim célebre na Europa por muito tempo, de modo que não espanta que se aluda aqui à Pérsia como «o país de Ussom Casan».

A ilha onde nasce a canela, ou seja a árvore que a faz, se chama ilha de Ceilão, a qual acharás no mapa-múndi; e assim mesmo Calecut e Melinde estão no mapa-múndi[26]. Todas as naus daqueles países se fazem na cidade de Calecut, isto é, os mouros as mandam aí fazer, porquanto em nenhum outro lugar não há madeira nem ferro para fazer naus. E o dito rei de Calecut não tem outra cidade senão aquela[27] e é muito maior que esta de Lisboa. E nas igrejas deles estão pintados muitos santos com diademas; não há i cruzes[28]. Há naquelas partes muitas gerações de gente, a mor parte gentios, isto é, idó-

[26] Não sabemos como interpretar esta afirmação. Não conhecemos nenhuma referência a Melinde em textos ou mapas ocidentais antes da viagem de Vasco da Gama. Quanto a Calecut, não é de todo impossível que viesse representada em mapas, pois acha-se-lhe referência no itinerário de Nicolo de' Conti (*c.* 1444), para não citar outros textos tardo-medievais, como os itinerários de Ibn Battûta (*c.* 1335-1347), Abdul Razak (1442-1444) e Atanásio Nikitin (*c.* 1470-1474), que não eram conhecidos na Europa ocidental (*vide* R. H. MAJOR, *India in the Fifteenth Century*); não conhecemos, porém, nenhum mapa em que figure. Mesmo o mapa-múndi de Fra Mauro, que procura figurar graficamente toda a informação geográfica fornecida por Conti, coloca no «Golfo de Milibar», entre o «cavo Deeli» (*i. e.*, o monte de Eli, 12° 2' N, 75° 12' E, um pouco ao norte de Cananor) e o «cavo Chomari» (*i. e.*, o cabo Comorim, 8° 4' N, 77° 36' E), fronteiro à ilha de «Saylan», as cidades de Palur (10° 45' N, 76° E) e Cholugur (*i. e.*, Kodungallur ou Cranganor, 10° 12' N, 76° 12' E), mas não regista Calecut – a não ser que «Cholet», um pouco mais ao norte não represente a Coulete dos textos portugueses, a actual Quilandi (11° 26' N, 75° 31' E), mas seja corruptela de Calecut (11° 15' N, 75° 49' E). Seja como for, a recomendação de procurar no mapa Melinde e Calecut só faria sentido se o destinatário da missiva em Florença dispusesse de uma carta geográfica idêntica à que o autor em Lisboa tinha em mente ou sob os olhos (mas *cf. supra* doc. II, nota 14), o que, a não ser que o autor anexasse um mapa à sua missiva, o que parece improvável, pressupõe uma carta impressa. Ora, tanto quanto sabemos, à data, para além dos mapas de Ptolomeu de que houvera já numerosas edições (Bolonha, 1477; Roma, 1478; Roma *c.* 1480; Florença, 1482; Ulm, 1482 e Nuremberga [?], *c.* 1490) e de ilustrações em edições impressas das *Etimologias* de Santo Isidoro de Sevilha, do *Rudimentum Novitiorum* ou da sua versão francesa intitulada *Mer des Hystoires*, da *Cosmographia* de Pompónio Mela, da *Imago Mundi* de Pedro de Ailly e da *In Somnium Scipionis Expositio* de Macróbio, apenas circulava impressa uma carta actualizada, a de Francesco Roselli (Florença, 1492-1493), inspirada no mapa-múndi de Henricus Martellus Germanus (Nuremberga, *c.* 1490), mostrando, como este, o resultado das viagens de Diogo Cão e Bartolomeu Dias (*vide* R. W. SHIRLEY, *op. cit. supra*, doc. II, nota 14); mas não regista nem Melinde nem Calecut.

[27] *Cf.* a lenda de Cheraman Perumal (*vide supra*, doc. II, nota 18).

[28] Refere-se, evidentemente, aos templos hindus; nas igrejas nestorianas, pelo contrário, não havia normalmente imagens de santos, mas apenas cruzes.

latras[29], ainda que aí haja mouros assaz muitíssimos. E aquele rei que tem tanta terra que são seis meses de jornada é mouro[30] e há cerca de 20 anos que um destes reis cristãos indianos se fez mouro, pois que pouca notícia hão de nossa fé[31].

---

[29] Como é de todo improvável que após terem impingido a D. Manuel a ideia de uma Índia predominantemente cristã Gaspar da Gama e o piloto se tenham aberto em confidências com Semigi e lhe tenham revelado a verdadeira geografia religiosa do Hindustão, há que imputar esta afirmação, que reaparece no documento seguinte, como uma reminiscência livresca do autor; a sua fonte é certamente Marco Polo, que afirma explicitamente que os habitantes do país de Maabar (nome árabe do Choromândel ou Coromandel) «sont idolatres et pluseurs d'eus aouren le buef» (cap. clxix); a informação repete-se para a maioria dos povos da Índia que descreve (cap. clxxi, clxxii, clxxiv, clxxvi, clxxvii, clxxviii, clxxix, clxxx, clxxxi & clxxxii).

Na sua edição de extractos da presente carta, Ramúsio aproveita-se desta deixa para interpolar no texto um parágrafo em que explica a verdadeira geografia religiosa da Índia, tal como em meados do século XVI era já clara: «Dice che sono in quelli paesi assai popoli gentili, e che pochi cristiani vi sono; e quelle che dicono esser chiese sono tempii al modo de gentili, e sonvi certe dipinture d'idoli e non di santi: e questo mi pare più verosimile che dire che siano cristiani senza fare officii divini né sacerdoti». A seguir introduz também algumas correcções ao que o autor diz sobre os cristãos do Preste João.

[30] Refere-se certamente ao sultanado de Delhi, o mais vasto dos estados da Índia muçulmana; embora os sultanados do Bengala, do Decão ou Daquém e do Guzerate se tivessem independentizado dele, respectivamente em 1287, 1347 e 1403, Delhi continuava a dominar quase toda a planície indo-gangética.

[31] Informação desconcertante. Uma vez que na Índia jamais houve reis cristãos, e que desde a Antiguidade há uma confusão constante entre Índia e Etiópia (*i. e.*, África Oriental), poderia imaginar-se que o informador do autor queria aludir à conversão dos reis da Núbia ao islamismo. A cronologia, porém, não se coaduna, já que no reino de Dongola o poder caíra em mãos muçulmanas em 1325, portanto havia muito mais de vinte anos, enquanto que o reino cristão de 'Âlwa parece ter subsistido até 1504 (*vide* Joseph CUOQ, *Islamisation de la Nubie chrétienne, VII^e-XVI^e siècles*, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, Paris, 1986). Mesmo que por «cristão» se haja de entender aqui, como em muitos outros passos, hindu, não vemos a que acontecimento se quererá o autor referir, pois não conhecemos nenhum caso de conversão de um rei hindu ao islamismo em finais do século XV. O primeiro sultão do Guzerate, Zafar Khân ou Muzaffar I (1391-1411), era um caudilho rajpute convertido, mas essa conversão tivera lugar ainda no século XIV, havia portanto muito mais de 20 anos (*cf.* SIKANDAR, the son of Muhammad, alias, Manjhu, gujarati, *Mirati Sikandari or the Mirror of Sikandar* by [...], translated by Faizlullah Luftullah Faridi, Dharampur, [s. d.], reimp. Vintage Books, Gurgaon, 1990, pp. 1-7). Segundo Ferextè, o principal cronista da Índia muçulmana (*vide* Mahomad Kasim FERISHTA, *History of the Rise of the Mohamedan Power in India till the year 1612*, translated from the original Persian of [...] by John Briggs, 4 vols., reimp. Atlantic Publishers and Distributors, Nova Delhi, 1989), nos finais de Quatrocentos eram conversos recentes o primeiro Nizamaluco (Niẓâmu'l-Mulk) e o primeiro Madremaluco

Da ilha Taprobana de que Plínio tão largamente escreveu não há i notícia alguma; por ventura será mais a diante[32].

A terra do Preste João é muito mais junto destas partes do que eu cuidava, pois é do lado de cá do golfo da Arábia e confina com

('Imâdu'l-Mulk): aquele era um brâmane chamado Timapa, filho de Bhairu, que levado como escravo para a corte dos Bahmânidas aí se converteu ao islão, tomando então o nome de Ḥasân, após o que recebeu do sultão bahmânida Mahmûd Xâh (1482-1518) o título de Malik Naib Niẓâmu'l-Mulk Bhairî e o governo das marcas setentrionais do sultanado (FERISHTA, III, iii); o segundo (*ibidem*, III, v) seria também um hindu, que após ser guarda de corpo do Khân Jahân, recebeu do sultão bahmânida Muḥammad III Laxkarî (1463-1482) o título de Fatḥu'llah 'Imâdu'l-Mulk e o governo de Berâr, vindo a declarar-se independente em 1484. Segundo Garcia de ORTA (*Col.* x) e Diogo do COUTO (IV, x, 1), porém, este primeiro Madremaluco não era um hindu, mas um cristão «charquês» (transcrição do persa *charkas* ou *chirkas*, «circassiano»). A sua história é a que melhor condiz com o que o autor narra na carta, embora, à semelhança do primeiro Nizamaluco, não fosse rei antes de se converter, vindo a apoderar-se da realeza muito mais tarde.

[32] Depois de se ter referido por mais de uma vez vagamente à ilha de Ceilão sem a nomear e de a ter nomeado uma vez, o autor confunde-se imaginando que a Taprobana de PLÍNIO (*Historia Naturalis*, VI, xxiv, §§ 81-91) era uma ilha distinta daquela. A confusão radica, em última análise, do facto de Ceilão ser designada em sânscrito por diversos nomes, *Tâmrapaṃa* ou *Tâmrapaṃî, Siṃhala, Ratnadvîpa* («ilha das jóias»), *Lankâ* (mencionado por Barros, III, i, 3) ou *Çrî Lankâ* («a próspera Lancá»), etc., estes últimos de consonância mais literária. É evidentemente o primeiro, atestado desde *c.* 247 a. C, no II édito sobre rocha de Açoka, primeiro unificador da Índia (Jules BLOCH, *Les Inscriptions d'Asoka*, traduites et commentées par [...], Les Belles Lettres, Paris, 1950, p. 93), que está na origem do topónimo greco-romano Taprobana, usado, como o autor diz, por Plínio e por muitos outros autores antigos a partir de Onesícrito, companheiro e cronista de Alexandre (citado por ESTRABÃO, *Geografia*, XV, i, 15; *cf.* II, i, 14). Em meados do século VI A. D. devia ter já caído em desuso na Índia, pois Cosme Indicopleustes, que se lhe refere diversas vezes (*Topografia Cristã*, II, 45-46, III, 65 & XI, 13 & 16-17), tem o cuidado de explicar a cada vez que a ilha chamada dos gregos *Taprobana* é chamada dos índios *Seladiva* ou *Sieladiva*. Este último nome representa uma transcrição aproximada de *Siṃhaladvîpa*, i. e., «ilha de Siṃhala», de onde a forma latina *Serendivae* (subent. *insulae*), usada *c.* 362 A. D. por Amiano Marcelino (XXI, vii); daí também a forma árabe Sarandîb, corrente nos textos de geografia islâmica medieval a partir do *Aḫbâr al-Çîn wa'l-Hind* (§§ 5 & 51) e do *Kitâb al-masâlik w'al-mamâlik* («livro dos itinerários e dos reinos») de Ibn Khurradâdhbih, ambos datáveis de *c.* 850 A. D., usada ainda no século XIV por Ibn Baṭṭûṭa e mencionada de passagem por João de BARROS (III, i, 3). É da forma simples Siṃhala, que significa algo como «morada de leões» (de onde o leão que é ainda hoje o emblema de Ceilão), que provém o termo vernáculo português *chingala* (tomado certamente do tâmule, que não possui o fonema *s* e confunde geralmente na pronúncia os *ss* do sânscrito com a africada palatal surda *ch*) e o cultismo *cingalês*. Através de uma forma *si.mhalana*, que deveria ser originaria-

esta parte da Etiópia, ou seja, com os negros da Guiné e com aquele rei mouro de Melinde e outros[33]. O Nilo passa por sua terra; e não confina com nenhum rei cristão; é grandíssimo senhor de grande terra e gente.

Há naquelas partes da Índia uma certa geração de cristãos que quando morre o homem o metem em uma sepultura, ou querem dizer uma fossa, e com muita lenha queimam aquele corpo; e a

---

mente um adjectivo depois substantivado, está igualmente na origem do nome chinês *Hsi-lan*, do árabe *Saylân* (donde o português *Ceilão*) etc. Atestado em árabe desde a geografia de Yâqût (inícios do século XIII) torna-se o nome mais corrente da ilha na Idade Média, usado por Marco Polo (cap. clxxix ou II, xiv-xv), Odorico de Pordenone, João de Marignolli, Nicolo de' Conti, etc. A dificuldade em identificar a Taprobana dos Antigos com Ceilão resulta não apenas da diferença de nome, mas de os Antigos lhe atribuírem dimensões muito maiores que se não coadunavam com as de Ceilão: Onesícrito, o primeiro autor grego conhecido a referir-se à Taprobana (*loc. cit. supra*) atribui-lhe uma extensão de 5000 estádios (1000 km); Estrabão (II, v, 32) di-la «não menor que a Britânia»; o *Périplo do Mar Eritreu*, redigido entre 95 e 130 A. D. afirma (cap. 61) que «a ilha chamada Palaisimundu [...], conhecida dos nativos como Taprobana [...], é tão vasta que quase atinge a costa fronteira da Azânia» (*i. e.*, a África Oriental); Pompónio Mela julga-a parte de um continente ignoto; e Ptolomeu fá-la atravessada pelo Equador, estendendo-se de 12° 30' N a 2° 30' S, quando na realidade se situa entre 9° 45' N e 5° 58' N (*Geografia,* VII, 4; *Cosmographia – Tabulae*, tábua XXVI v, *cf. supra*, doc. II, nota 14; *cf* ainda André BERTHELOT, *L'Asie Ancienne Centrale et Sud-Orientale d'après Ptolémée*, Payot, Paris, 1930, cap. 5, p. 356 & ss.). Este pormenor levou alguns autores a identificarem, erroneamente, a Taprobana dos Antigos com Samatra, cortada de facto pela linha; Diogo do COUTO (VI, i, 7) atribui a autoria de tal erro a Poggio Bracciolini, na sua edição da relação de viagem de Nicolo de' Conti (1444), que está na base do mapa de Fra Mauro (1459). Couto tem provavelmente razão, conquanto já no conhecido *Atlas Catalão* da Biblioteca Nacional de Paris (1375) a Taprobana apareça debuxada muito a leste da Índia, a leste mesmo de Java, o que é já índice da tendência para a situar na Insulíndia. Curiosamente D. Manuel parece desde o início mais bem informado do que Sernigi, pois na sua *Carta ao Cardeal Protector* (Agosto de 1499) nota: «a ylha Taprobana, a qual lá se chama Ceylam, hé çento e cinquoenta leguas pouco mais ou menos de Qalecut [...]; fazem-na nom tamanha como se ca ciudava». Mas a confusão levou tempo a desvanecer-se: enquanto que BARROS (I, ix, 1), Couto e Manuel de Faria e SOUSA (I, iii, 2), na esteira de António Galvão, identificam correctamente a Taprobana com Ceilão, GÓIS (III, i) prefere seguir CASTANHEDA (II, cxi), que a identifica com Samatra. Na cartografia debuxada e impressa na Europa a confusão perdura, por vezes, até finais do século XVI, quando a chegada de holandeses e ingleses ao Índico levou a preferir a toponímia local (*cf. infra*, apêndice, notas 47-49).

[33] Parece portanto que o autor da carta, sem dúvida leitor de Marco Polo, continuava fiel à velha identificação do Preste João com um dos príncipes nestorianos da Ásia central (*cf. supra* doc. I, nota 6).

mulher desse tal, vestida e ornada dos melhores panos e joias que tem, se deita àquela fossa e arde juntamente com o marido, porque dizem que logo se irão a achar juntos no outro mundo[34]. E isto é certíssimo e não dizem disso que sejam fábulas como dizem de Plínio que é embusteiro. Eu digo que tudo o que escreveu é a verdade, e ora o vemos por estas cousas da Índia, que todas são verdadeiras.

Se estas especiarias forem muitas como estimo, sou de opinião que de necessidade a terra do Soldão se haja de despovoar; e a este rei de Calecut lhe virá muito melhor que seja o trato de cá, porque haverão toda'las mercadorias a melhor preço e as suas as venderão melhor.

---

[34] A descrição do sati é assaz correcta, excepto no que concerne à atribuição do costume a cristãos, que denuncia a sua origem: a nossa já conhecida cabala de Gaspar da Gama mai-lo piloto. Se fosse uma reminiscência livresca do autor, é mais provável que o atribuísse aos idólatras (*cf. supra* nota 29). A viúva que voluntariamente se sacrifica na pira fúnebre do marido é dita em sânscrito *satî*, «verdadeira» (subentendendo-se «esposa») – nome que no século XIX os ocidentais adoptaram para a prática em si. É costume antigo, pois já no *Mahâbhârata* (uma das duas grandes epopeias hindus, que embora muito interpolada mais tarde deve remontar ao século VIII a. C.), Mâdrî, a esposa favorita de Pâṇḍu, decide arder juntamente com o cadáver do marido (*Âdiparva*, XCV, 65). No entanto, dos antigos tratados de lei bramânica (os *dharmaçâstras*, de que o mais célebre é o *Mânavadharmaçâstra* ou «Leis de Manu»), apenas o *Viṣṇudharmasûtra* ou «Sentenças legais de Vixnu» o recomenda ao estatuir (XXV, 14): «à morte do marido guarde a viúva castidade ou suba à sua pira funerária» (*vide* KANE, *History of Dharmaçâstra* [...], *cf. supra*, doc. II, nota 37, vol. II-i, cap. 15, pp. 624-636). Vigorou uma prática semelhante na Trácia (HERÓDOTO, *Histórias*, V, 5), entre os antigos russos e até entre povos não indo-europeus, como os nativos das ilhas de Tonga e Fiji. A prática indiana do sati foi conhecida no Ocidente pelo menos desde as campanhas de Alexandre Magno (326 a. C.), pois é registada por Aristóbulo, um dos cronistas da expedição (citado por ESTRABÃO, *Geografia*, XV, i, 62; *cf.* XV, i, 30). CÍCERO refere-se-lhe com aparente apreço (*Tusculanas*, V, 78), bem assim como S. Jerónimo (*Contra Joviniano*, I, 44), que aí encontra um apoio para a tradicional atitude de reprovação dos Padres da Igreja para com as segundas núpcias. Mencionam-na igualmente muitos outros autores da Antiguidade e da Idade Média, tais como Diodoro Sículo, Propércio, o *Aḫbâr al-Çîn wa'l-Hind*, Marco Polo, Odorico de Pordenone, Jordão de Severac, Ibn Baṭṭûṭa, Nicolo de' Conti, etc. (*vide* YULE, *Hobson-Jobson*, *s. v.* «suttee»). Na literatura portuguesa a prática do sati é bastas vezes referida (*vide* DALGADO, *Glossário* [...], *s. v.* «sati») desde a anónima *Navegação do capitão Pedro Álvares Cabral*, apenas preservada em tradução italiana publicada por Francanzano de Montalboddo e mais tarde por Ramúsio, que a descreve (cap. XVI) entre os costumes da corte de Bisnaga; o mesmo faz, anos mais tarde, também Duarte BARBOSA (cap. 36-K, §§ 48-61). Na Índia Portuguesa essa prática veio a ser proibida em 1560, por uma provisão de D. Constantino de Bragança; na Índia Britânica foi proibida em 1829.

Nota como eles certamente e sem dúvida alguma têm achadas toda'las especiarias que vem de Beirute e de Jafa[35] e de Alexandria; pero que sabemos claro que uma vez cada ano se reunem em Soria[36] uma grande quantidade de camelos, os quais todos fazem caravana em Damasco e ali esperam aos do Cairo, aos de Beirute e aos de Alexandria e a todos os da România onde há senhorio o Soldão[37]. Depois de Damasco partem todos juntos obra de 30 ou 40 mil camelos, levando vitualhas e água para seu sustento e para dar de beber aos camelos e a si, e metem-se pelo deserto, pelo qual deserto caminham três meses de jornada de longo e passam ao pé do monte Sinai e pelo mar da areia. E muitas vezes a tempestade dos ventos os colhe no dito mar e traz a areia e afogam-se i dentro eles e os camelos porque a areia os cobre. E depois, saídos do deserto, chegam à ribeira do Mar Roxo, da banda de contra o Cairo, junto com a Meca a uma cidade do Soldão que fica na costa do mar, que é mui grande, onde estes barcos que carregam à boca do sobrenomeado estreito, num lugar dito Bizidem[38], descarregam as especiarias e mercadorias que têm

---

[35] Jaffa (32° 5' N, 34° 22' E), a Japho ou Joppa dos Antigos, é o porto que servia Jerusalém, repetidamente nomeado nos capítulos 9 a 11 dos *Actos dos Apóstolos*, a propósito da visão que o apóstolo Pedro aí teve. Foi na época das Cruzadas o principal entreposto comercial dos pisanos (*cf. supra*, doc. I, nota 10).

[36] Mantivemos na tradução a forma antiga *Soria*, comum também no português da época. Os gregos, e na sua esteira os latinos, designavam por *Syria* (Συρία) – que é talvez uma abreviação do nome da *Assyria*, de cujo império fez parte – o país que os seus próprios habitantes designavam por *Aram* (de onde o nome de *aramaico* dado à sua língua). Após a conquista de Alexandre o nome grego veio a predominar e passou ao siríaco e ao árabe na forma *Sûriyâ*. É aparentemente daí que, por via oral, provém a forma *Soria*, ao passo que *Síria* tem aspecto de ser um cultismo, tomado por via livresca do latim.

[37] Pouco forte em geografia, como temos já notado, Sernigi confunde um tanto as coisas; é evidente que em Damasco se podiam reunir as caravanas de Beirute e de România (*i. e.*, do Império Otomano, sucessor do Império Romano do Oriente ou Bizantino, pátria dos *rumes*, *i. e.*, «romanos»); mas não as de Alexandria e do Cairo, que se lhes deviam juntar muito mais a sul, sem dúvida na zona do golfo de Ácaba. O documento seguinte conta as cousas como deve ser, explicando que as caravanas se separam no deserto, indo umas para o Egipto outras para a Síria (*vide* doc. IV, nota 13).

[38] Lugar de identificação problemática: «o sobrenomeado estreito» é o de Babelmandebe, e o principal porto junto à sua boca é Ádem; embora não fosse aí que as naus carregavam de especiaria, poderiam, por vezes, baldear aí a carga. No entanto, o topónimo Bizidem, que reaparece no documento seguinte (*cf. infra*, doc. IV, nota 9) não parece pela forma corresponder a nenhum porto da boca do Mar Roxo, mas antes ao porto que serve Meca, Judá (21° 38' N, 39° 17' E), em árabe clássico Judda, na pronúncia local Jidda, de onde as grafias Jidda, Jidah, Djedda, Djidah, etc., correntes nos atlas de geografia. Com efeito, o seu antigo

recebidas das naus que ali as levam de Calecut. E aí, em esta cidade sobre o Mar Roxo, se faz escápula para toda Soria e todos compram e carregam seus camelos, e tornam-se de novo pera Damasco. E aí, juntos, com as especiarias, toda a gente se vai de volta ao seu país, com suas especiarias, deles ao Cairo, deles a Alexandria, deles a Beirute, deles a Jafa, aos portos do Mar Mediterrâneo. Depois daqui vão a Veneza e Génova e Constantinopla com os nossos navios destes nossos mares. E vê-se claramente por que motivo aqueles próprios azeméis e almocreves que vão com as caravanas ao Mar Roxo e as carregam pera Soria não sabem nem podem entender donde hajam princípio essas especiarias, tão longe são dessa cidade do Mar Roxo, pois que aí vão e vêm por diversas mãos antes que lhas aí levem[39].

---

nome italiano era Ziden ou Zidden, usado por Leão *o Africano* (RAMÚSIO, vol. 1, p. 429), Ludovico de VARTHEMA (*ibidem*, p. 779), André CORSALI (*ibidem*, vol. 2, pp. 44-47, 53-55, etc.), e outros muitos autores, e ainda para traduzir o português Judá nas versões ramusianas de Tomé LOPES (*ibidem*, vol. 1, p. 692), Francisco ÁLVARES (*ibidem*, vol. 2, pp. 124, 218, 270, etc.), Duarte BARBOSA (*ibidem*, p. 554, etc), etc. João de BARROS (II, viii, 1) utiliza-o, certamente a partir de qualquer fonte italiana que não cita expressamente, na sua descrição do Mar Roxo; mas equivoca-se, cuidando tratar-se de um porto distinto do de Judá, situando-o a 42 léguas ao norte de Gizan e 36 ao sul de Judá – o que é contraditório e levou o Visconde da Lagoa a equivocar-se por seu turno e identificá-lo tentativamente com Kunfida (19° 8' N, 41° E) ou com Lith (20° 9' N, 40° 14' E). A mesma forma Ziden reaparece em Diogo do COUTO (V, iii, 5), que confessa reproduzir um texto publicado por Ramúsio (trata-se do «Viaggio de un comitre veneziano a Diu», *ibidem*, vol. 2, *vide* pp. 470-471 & 490-491), explicando que dista da Casa de Meca jornada e meia de andadura, o que leva o Visconde da Lagoa, desejoso de harmonizar o testemunho de Couto com o de Barros, a preferir finalmente Lith. A forma Bizidem é insólita; a única explicação que nos ocorre é que resulte de aglutinação da preposição árabe *bi-*, «em», com o nome da cidade, Judda (> Zidden), o que corresponde ao uso de um locativo como nominativo, do que há outros exemplos (nomeadamente os topónimos portugueses como Alte < lat. *Alti*, «no alto», Loures < lat. *Lauris*, «nos louros, entre os loureiros», etc., os topónimos turcos como Iznik < gr. εἰς Νίκαιαν «em Niceia», topónimos brasileiros como Sergipe < tupi *siri-yi-pe*, «no rio dos siris», etc.). A importância de Judá – identificável de qualquer maneira à anónima cidade do Soldão sita na costa do mar junto com a Meca onde as naus são ditas descarregar – não lhe advinha apenas de ser porto de desembarque de peregrinos que iam a Meca, mas também de se situar perto do limite setentrional da navigabilidade do Mar Roxo a vasos de grande calado, o que obrigava a transbordo, ou para caravanas ou para embarcações miúdas. Quanto à real duração da viagem por terra até ao Egipto, *cf. supra* nota 9.

[39] Há que relativizar esta afirmação do autor. Reinou, de facto, em tempos idos um certo desconhecimento quanto à origem das especiarias. Sem dúvida devido ao seu forte aroma, e sobretudo às suas virtudes medicinais havia, tanto na tradição cristã como na muçulmana, tendência para as associar ao

E nota que toda a volta do mar oceano até Calinde é habitada toda a costa de mouros negros e brancos, todos maometanos, e de Calinde para dentro até à ribeira do Mar Roxo é a Índia, a qual é habitada de cristãos brancos e negros como por vezes os tens visto aqui, e são todos homens do Preste João, país fertilíssimo, mas não hão porto no oceano de nenhuma banda[40].

Paraíso Terrestre. Daí que, ainda em finais do século XIII, Joinville, o biógrafo de S. Luís rei de França, as imagine pescadas à rede junto a uma das cataractas do Nilo, identificado com um dos quatro rios que saíam do Paraíso: «Il nous convient premièrement parler dou flum qui vient par Egypte et de Paradis terestre [...]. Avant que li fluns entre en Egypte, les gens qui ont acoustumé à ce faire gièteni leur roys [=redes] desliées parmi le flum au soir; et quant ce vient au matin, si treuvent en lour royz cel avoir de poiz que l'on aporte en ceste terre, c'est à savoir gingembre, rubarbe, lignaloey et canele. Et dit l'on que ces choses viennent de Paradis terestre; que li venz abat des arbres qui sont en Paradis, aussi comme li venz abat en la forest en cest païs le bois sec; et se qui chiet [=cai] du bois sec au flum nous vendent li marcheant en ce païz.» A crença na origem paradisíaca das espécias aparece já na pena de Ṭabarî (838-923), um dos primeiros historiadores muçulmanos que as diz nascidas das lágrimas de Adão chorando o seu pecado nas faldas do Pico de Adão, em Ceilão, onde Deus o depusera (ed. cit. pp. 81-82) (*Histoire de Saint Louis*, cap. xl, p. 241). A partir dos finais do século XIII, porém, com o incremento das relações com a Ásia, aparecem na Europa informações muito mais rigorosas sobre a origem das especiarias asiáticas, nomeadamente na pena de viajantes como Marco Polo, Jordão de Séverac, Nicolo de' Conti, etc.

[40] *Cf. supra*, doc. II, notas 8 & 57. Os cristãos brancos e negros que por vezes se viam aqui eram certamente etíopes; fruto da mestiçagem de semitas vindos da Arábia, de que conservaram a língua, com nativos de tipo negróide, não são em geral brancos nem pretos, mas amulatados. A partir do século XIV aparecem com certa frequência na Europa, onde bastas vezes se apresentam como embaixadores do Preste João (*cf. supra*, doc. I, nota 6); alguns participaram em 1414-1418 no concílio geral de Constança (*cf.* as letras apostólicas *Quoniam ut ait apostolus* do papa Martinho V, Constança, 22.II.1418, pub. in *Monumenta Henricina*, vol. 2, doc. 140, p. 273 & ss.); no de Florença, em 1441, participou Nicodemos, superior de um mosteiro etíope de Jerusalém (Abbé FLEURY, *Histoire Écclesistique*, par l' [...] [...], augmenté de quatre livres [...] comprenant l'histoire du quinzième siècle, Paris, 1856, t. 6, liv.° 103, cap.° 13). Em Portugal esteve em 1452 um tal Jorge, que se apresentou como embaixador do Preste e daqui seguiu para a Borgonha (*vide* a carta de quitação de Gonçalo Pacheco, cavaleiro do Infante D. Henrique e tesoureiro-mor das cousas de Ceuta, 1.V.1456, pub. in *Monumenta Henricina*, vol. 12, doc. 154, p. 321); e em 1487 Lucas Marcos (BARROS, I, iii, 5). Os contactos com Aragão foram ainda mais bastos (*vide* Francesco CERONE, «La politica orientale di Alfonso di Aragona», *Archivo Storico per le Provincie Napoletane*, Nápoles, 27: 1 (1902), pp. 3-93; 27: 2, pp. 380-456; 27: 3, pp. 555-634; 27: 4, pp. 774-852; 28: 1, pp. 154-212). Para mais pormenores sobre a presença de etíopes no Ocidente medieval *vide* Enrico CERULLI, *Etiopi in Palestina – Storia della comunità etiopica di Gerusalemme*, Libreria dello Stato, Roma,1943, vol. 1.

É belíssima coisa e merece este rei de Portugal de toda a cristandade louvor; oxalá tenha força, e com o tempo tudo corra bem, em ordem e respeito; os sobreditos mouros maquinarão qualquer embuste por fazer que lhes fique uma parte, por receio de não perderem seu trato, que isto, com efeito, seria delo um dia ocasião; pois, calculam estes, que de Calinde haverão de andar por elas 3400 milhas de golfo e acarretá-las com grande despesa; contado o primeiro custo e as alfândegas delas e depois o levá-las daí a 4000 milhas ao dito estreito para irem ao Mar Roxo tudo é com grande dispêndio. Depois, da ribeira do Mar Roxo à cidade do Soldão, que são 700 milhas, e aí pagar direitos, e todo o homem quer i ganhar; e depois levá-las daí por terra 90 jornadas até Damasco e pagar direitos novos; depois de Damasco ao Cairo e Alexandria e Beirute e Jafa, tudo com direitos e despesas grandíssimas; e *omnibus computato* é 6 vezes mais a despesa que o primeiro custo. E tudo isto são aviamentos dos recoveiros, das naus e dos direitos do Soldão; donde isso será motivo que esse encaminhamento e trato por essas bandas venha a cessar[41]; e porende digo que o Soldão, aqueles reis e

[41] Como tivemos já ocasião de observar (*vide supra*, doc. II, nota 15) há um grande exagero em quanto toca às dificuldades da rota do Mar Vermelho. O resultado é um optimismo excessivo em relação à do Cabo. É verdade que nos primeiros anos do século XVI os portugueses conseguiram vender em Lisboa especiaria a cerca de metade do preço de Alexandria (*vide* João Lúcio de AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico – Esboços de História*, 3.ª ed., Liv.ª Clássica Editora, Lisboa, 1973, p. 89 & ss.); mas isso deveu-se em boa parte à rarefacção da oferta no Egipto provocada artificialmente pelo corso português no Índico. Com alguns ajustes (incremento da protecção às caravanas, taxação mais moderada, etc.), como os que os Otomanos puseram em obra após a sua conquista do Egipto (1517), a rota tradicional do Mar Roxo, nitidamente mais curta, tornar-se-ia mais económica, senão para o abastecimento da fachada atlântica da Europa, pelo menos para o dos países do Mediterrâneo (*cf.* o nosso estudo *A questão da pimenta em meados do século XVI*, citado *supra*, doc. II, nota 51). Apesar de exagerado, este entusiasmo dos mercadores florentinos estantes em Lisboa deve ter tido um papel importante na prossecução da política oriental de D. Manuel. A oposição ao imperialismo estatal e à sua tendência monopolista vinha já do reinado de D. João II e mantinha-se forte sob o de D. Manuel, que, recorde-se, enviou Vasco da Gama à Índia contra o parecer da maioria do conselho. A oposição vinha sobretudo dos sectores da corte mais interessados no comércio do Atlântico fora da alçada da Coroa, avessos tanto aos monopólios realengos como aos planos manuelinos de cruzada. O entusiasmo dos florentinos pela nova rota de comércio pode ter levado alguns sectores mais virados para o Atlântico a interessarem-se também pelo Índico; e o seu apoio, embora não motivado exactamente pelas mesmas razões cruzadísticas, deve ter contribuído para que D. Manuel pudesse levar a sua avante [*cf.* os nossos estudos «O Projecto Imperial Joanino (tentativa de interpretação global da política

aqueles mouros farão tudo para tirar este rei de Portugal desta empresa; porque se el-Rei de Portugal prossegue esta empresa poderá dá-las por muito menos em Porto Pisano do que custam no Cairo, porque com assaz menos despesa as poderá trazer; e será forçoso tirarem-se de lá os mercadores genoveses, venezianos e de todas as nações; e lhe minguará assaz em seus direitos e entradas, porque isto é a força da mercancia de Soria pera aquestas bandas, e porende não tenho dúvidas de que tudo hão de fazer para romper esta viagem, mas ser-lhe-á de grã fadiga.

ultramarina de D. João II)», in *De Ceuta a Timor*, Difel, Carnaxide, 1994, pp. 149-167; «A "política oriental" de D. Manuel I e as suas contracorrentes», *ibidem*, pp. 189-206; «L'idée impériale manuéline», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe – Actes du Colloque*, ed. por Jean Aubin, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1990, pp. 35 a 103; e a «Introdução», in *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, dir. por A. H. de Oliveira Marques, Fundação Oriente, Lisboa, 1998, vol. 1, t. 1, pp. 15-122].

IV

Carta de Guido di messer Tomaso Detti sobre a viagem de Vasco da Gama

O título, apesar de conciso, indica a proveniência da carta, a data, o autor e, através da expressão «*viene a verificare tutto*», revela qual foi a intenção do antologista em copiar o texto: confirmar a veracidade do que comunicavam as duas cartas de Girolamo Sernigi sobre a viagem de Vasco da Gama. Quem era Guido di messer Tomaso Detti não se sabe ainda pois o seu nome não aparece entre os dos italianos estantes em Portugal. Poderia tratar-se dum italiano de passagem em Lisboa depois duma viagem a Santiago, um florentino talvez, como sugere uma alusão a esta cidade: «*e questo se ne fa una pena a chi contrafacesse, come si fa quivi in Firenze del sale*». Esta suposição é ulteriormente reforçada pelo contentamento que o autor patenteia frente à perspectiva das perdas que os venezianos sofrerão graças à circum-navegação da África e frente à satisfação que mostra pela possível escolha de Porto Pisano como ponto de distribuição das especiarias destinadas à Itália e à Europa Central.

Do ponto de vista do conteúdo a carta apresenta-se muito parecida com as de Girolamo Sernigi já que nela, ao lado de informações precisas sobre a viagem de Vasco da Gama, se encontram também notícias reais e fantásticas sobre a realidade oriental, análises da situação comercial (praças, produtos, transporte das especiarias, etc.), perspectivas de utilização económica do Índico, e possíveis reflexos deste descobrimento na Europa e, especialmente, em Itália. A carta, escrita num estilo directo mas eficaz, revela também a existência de alguns pontos menos cuidados devido à inserção de trechos de informes doutros, ou atribuíveis às alterações operadas pelos copistas.

A relação de Detti, apesar de possuir as mesmas potencialidades intrínsecas e o mesmo valor de «texto de viagem» das cartas de Girolamo Sernigi, não teve a mesma fortuna pois não foi inserida nas grandes recolhas do século XVI.

[fl. 68] ***Copia di una terza lettera di Lisbona di Guido di messer Tomaso Detti, di dì x d'agosto 1499 di questo medesimo, che viene a verificare tutto.***

Allo arrivare mio qui da Sa[n] Iacopo, ho trovato arrivato qui una nave di questo re di Portogallo che fu a discoprire le spezierie in conserva di tre altre navi di questo medesimo re, le qua' partinno tutte di conserva già sono valichi 2 anni e hanno discoperto di nuovo paese circa a leghe 4000, loro dicono 3800, basta, sono poco più o meno; le quali hanno trovato circa di leghe mille di terre di mori bianchi, costeggiando la Barberia dalla banda di fuori dell'oceano. Dipoi trovonno una città molto grande, la quale si chiama Chalichut, dove è uno re cristiano el quale tiene signoria quanto tutta la Spagna. Ma non sono propi cristiani perché si battezzano ogni 3 anni una volta in luogo di confessione e mondamento[1] *de' loro peccati e confessano esser suto Cristo e la nostra Donna. Hanno chiese con campane, nella quale non v'è se n[on] 2 pile, una d'acqua benedetta e una di balsamo, sanza alcuno altro sacramento o preti o sacerdoti di alcuna ragione, come innanzi si fa menzione.*

[B] *Èvi infinite / navi e quivi è la propria fonda di tutte le spezierie le qua' vengono di levante; le quali spezierie conducono con esse navi a uno stretto del cavo della Arabia, dove mette in mare uno ramo del Mare Rosso chiamato Bizidem. E quivi discaricano e caricalle certe barche di porto di circa a 80 o 90 tonelli perché navi grosse nono possono andare per esso Mare Rosso per esservi poco fondo. E di qui le portano a una terra del Soldano, la quale è in su esso Mare Rosso, dove vengono ogn' anno infinita quantità di cammelli, una somma inestimable, e chi viene da Domascho, e chi dal Chairo, e chi da Barutti, e chi di Romania; ma nota che que' di Romania fanno capo a Domascho e che fra l'una raccolta e l'altra che tutti si raunano al Chairo, dipoi indi vanno a Domascho. Sono più di XX mila cammelli e vanno a levare dette spezie alla detta città ch'è in sul Mare Rosso del Soldano. Niente di manco vanno per terre delle giornate 90 avanti sieno alla detta città e passano pel mare arenoso. Appresso a esso mare*

[1] *moudamento.*

[fl. 68v] *arenoso è una città, pure del Soldano, a una giornata, dove // tutte e 2 le carovane si truovano al passare el mare della rena insieme con grandissimo pericolo perché alle volte e venti ve li colgono dentro e quelli vi truovano tutti annegano, e cammelli e uomini e le mercatantie; e circa a metà di esso mare arenoso è el monte Sinai sotto el quale hanno a passare. E nota che 'l detto mare è XV giornate di traversa, cioè penano XV giornate a passallo. E così, quando tornano indietro si partono da essa città del Soldano ch'è in su esso Mare Rosso e vengono di conserva insino a essa città ch' è presso a esso mare della rena a 1 giornata, dove, come innanzi fo menzione, che si truovano insieme le carovane quando si partono da Domascho e dal Chairo. E quando sono giunti quivi di conserva, partiscono le compagnie, e chi se ne va alla volta del Chairo, e chi alla via di Domascho, e di qui vi forniscono e porti marini, chi in Alessandria, chi a Baruti e chi al Chairo e chi al Giaffo, e chi in un luogo e chi in un altro.*

Ma però el pepe tutto ha venire nelle mani del Soldano, ma 'n tutti e
[B] *porti tiene uno in suo luogo che lo / riceva per lui, e ha questa composizione co' mercanti e navili che vengono ne' sui porti: che chi vuole spezierie o facci mercato di spezierie in qualunque de*[2] *l'uno de' suoi porti, o per via di baratti o per qualunque modo si sia, per ogni somma di speziaria abbino avere tante sporte di pepe e questo tale pepe non l'ha el mercante con chi si fa tale mercato o baratto, anzi l'avrà da chi in que' luogo, dove si fa tale mercato, è per conto del Soldano, per quello pregio che há messo soto el Soldano e non manco un danaro; e infine d'ogni mercato di spezieria va esser la terza parte pepe pel conto del Soldano; e di questo se ne fa una pena a chi contrafacessi, come si fa qui in Firenze del sale.*

E in questa riviera della costa di terra ferma, lungo la marina, è infinite terre grosse e gran traffici di mercatanti e fanno, e quali s' ingegnano di fare dispiacere a queste navi di Portogallo, per dubbio che non sieno un dì causa di tor' loro el traffico di Soria, come sarebbe un dì come effetto, perch'è el maggior traffico abbi el Soldano e quello ne cava più utilità; e
[fl. 69] *così uno re moro // truovano in essa costa che si chiama re di Chalinde, e quali hanno essi traffici e non vorrebbono s' indirizzassi di qua perché se questo si fa, la Soria è spacciata perché 'l maggiore traffico e la maggiore entrata abbi el Soldano e el detto re di Chalinde. Che se questo va a seguzione, rispetto la grande spesa sopportano esse spezierie avanti sieno al Chairo e l'avarie va su el Soldano e' re, dipoi a' porti per contrattalle co' nostri mercatanti taliani e altre nazioni, che per questa via verrebbono manco assai, e sarè forzato el Soldano e' veneziani si levassono dai traffici di Soria perché per molto manco sarebbono per questa via, perché più assai che la*

[2] *se.*

metà manco spese, donde sarè forzato el traffico si volgesse di qua. E per esse spezierie non vogliono se non è oro o ariento: dicono avere per 2 ducati libbre 150 in 160 di cannella, e così tante altre spezierie allo avvenante, ma fanno stima di questa perché la stimano più.

Hanno buoni casamenti, carne, pane e frutti e poponi vantaggiati, radice di palma, limoni, melarance. E li uomini [sono] grandi e belli, non
[B] *molto bianchi, le donne / belle. È bel paese, e dicono questo esser la propria ricchezza che andavano cercando. Hanno pietre preziose assai, ma non molto perfette, le qua' costano loro poco o nonnulla, e che loro di nave avevano poche spezierie per non si trovare né oro né ariento, ma che la carovella capitana per avere el fratello malato era restato al Chapo Verde, e che lui per avere arienti in tazze e altri lavori di che si serviva per suo uso in nave, come capitano, tutto ha venduto e barattato a spezierie; e che lui ha carico di pepe, gengiovo, cannella, garofani, noce moscade, lacca e assai pietre e buone. Noi siamo*[3] *mezzi carichi. E hanno insino all'albero della cannella e del pepe.*

Questo re arma di nuovo per di là e manda 6 nave pel viaggio di Chalichut e 2 nave alla Nuova Mina dell'Oro. Giudichi alla grandissima cosa. E dicono quelli esser molto buon mare, sanza fortuna, salvo circa 1200 miglia di mare grosso, come questo di Spagna, e stimano ridullo questo viaggio a 16 mesi.

E dicono in sulla carovella capitana esser un genovese che stava in
[fl. 69v] *Chalichut // ed è chi vuol dire non sia genovese, ma uno sia bazzicò al Chairo perché al Chairo bazzica genovesi e veniziani assai, ma quivi non ne capita. Dicono questo genovese darà assai lume d'ogni cosa. E affermasi e tiensi certo costoro abbino trovato tutto 'l tesoro e la fonda delle spezierie del mondo e pietre. E di qui a Lisbona sono miglie 16 mila o più.*

E molte cose ha detto questo piloto ch' era in sulla capitana, el quale è qui venuto, le quali non si sanno interamente per avelle lui detto alla maestà del re.

Non hanno arme. Faccian conto el Soldano n' abbi una cattiva nuova e che e veniziani per perdersi e traffichi di levante abbino a tornare pescatori perché verranno a pregio le spezierie per questa via, che loro non ne potranno condurre. Stimasi, riavendosi Pixa, questo re farebbe stapola in Porto Pisano per esser la migliore scala d'Italia e a lui più comoda e quivi stimano si riducessi a drizzarsi el fondaco de' tedeschi, e che in fine abbi
[B] *a esser el magazzino di tutto e' levante. Le spezierie sono in tutta / perfezione e molto migliori che coteste vengono d' Alessandria, per esser più fresche, come cosa colta di pochi dì.*

---

[3] *siano.*

Come di sopra dico, e 2 anni passati che queste navi partinno per ire a scoprire detta terra, qui si facevano perdute; e andonno costeggiando la costa di Barberia, dalla banda dell'oceano, tutta terra di neri; dipoi, al fine di essa terra di neri, funno a 800 leghe appresso a detta terra delle spezierie e quivi trovonno una gran città detta Chalinde, dove era uno re bigio maomettista, el quale è gran signore. E quivi, dicendo loro andare cercando le spezierie, el detto re dette loro un piloto perché vi navigano loro. E con questo pedoto passamo le 800 leghe di golfo insino a Chalichut, che altrimenti sanza detto piloto ci perdavamo. E alla nostra tornata detto re moro ci volle pigliare perché noi no' navigassimo per quella riviera acciò non togliessimo loro el traffico e lo avviamento loro, perché sono tutti mercatanti. Di che avendone sentore, passammo a di lungo; e abbiamo menato detto piloto, el quale piloto parla italiano[4].

[fl. 70] *E alla nostra // ritornata per la costa trovammo una riviera dove era gente tutta nera, la qual riviera menava infinito oro, el quale dicono esser l' oro viene alla Mina; el quale fiume è di questo re di Chalinde, el quale oro viene giù per esso fiume alla luna crescente. E arebbono voluto noi fussimo stati insino alla luna piena e arebbonci carichi d' oro a riscontro di quelle mercantie che levano alla Mina; dove non volemmo aspettare perché avammo el nome delle spezierie e per esser stati troppo in viaggio; e dubitando e mantenimenti non mancassino, se ne vollono venire, ma bastava loro avere auto di tale luogo notizia.*

Stimasi sarà tutto gran cosa ed è gran paese che, come dico, c'è 4000 leghe, che ogni lega è 4 miglia e 1/2, insino a Chalichut. E le spezierie anche non sono qui, perché sono più basse leghe 150, e mandavi per esse quello re cristiano ch' è fra terra, e signore e chiamasi l'isole, ma però tutto è terra ferma; e vannovi con navili di cento botte e hanno el fondo piatto

[B] *come le scafe e sono navili di corda, cioè congegnati / sopra legami di legno impeciati, e questo perché non hanno ingegno a fare navili di caviglio. Dicono non vi potere andare navili tengano ferro per essere el fondo di esso mare pietra calamita.*

Èvi infinite serpe e animali venenosi. Dicono più oltre che ogni 2 anni una volta viene XXV navi grosse a caricare di spezierie e tornavi ogni 2 ani; e non sanno per donde s' entrino né donde si venghino. Èvi grandissimo traffico e molti mercanti e assai nave. Ed èvi gran marea, cioè crescente e mancante, da porre in secco ogni gra' nave e fare carene. Èvi 2 venti: la state levante e 'l verno ponente, in modo che all'andare e 'l tornare si va in poppa.

Alla nostra andata in là non vi morì persona; alla tornata [n]el passare di quel golfo delle 800 leghe vi morì circa a 60 persone di una malat-

[4] *altaliano.*

tia per noi sconosciuta che enfiava loro la bocca, dipoi discendeva nella gola e le gambe, e di quello si morivano.

Questo re ha fatto torre tutte le carte da navigare sotto pena della vita
[fl. 70v] *e confiscazione de' loro // beni, cioè tutte quelle che danno lume di questa costa, perché non si sappi quella gita, ovvero l'andare a cammino per quelle bande, acciò non vi si metta altre gente. Credo potrà bene fare, ma tutto s' ha a sapere e àvisi a mettere ad andare delli altri navili.*

Come vedete, questo [è] un bel trovato e questo re merita gran commendazione da tutti e cristani; e certamente tutti e re e signori potenti e massime quelli che sono alle marine sempre dovrebbono mandare cercando e dare notizie delle cose incognite, perché se n' acquista onore e fama, reputazione e ricchezze, e in fine da tutt' uomo è lodato. E a simili uomini sta bene l' avere signoria e stato e quelli sono fra terre, quando mandassino ogn' anno cercando infra terre e luoghi incogniti e disabitati ne sarebbono commendati, e darebbesi notizie di molte cose nuove che ancora non sono a notizia alli umani sono al mondo. E pertanto diciamo: questo re di Portogallo dovrà da tutt'uomo esser commendato.

Cópia de uma terceira carta de Lisboa de Guido, [filho] de messer Tomaso Detti, do dia 10 de Agosto de 1499, disto mesmo, que vem a confirmar tudo.

À minha chegada aqui de Santiago[1], achei chegada aqui uma nau[2] deste rei de Portugal, que foi a descobrir as especiarias em conserva com três outras naus deste mesmo rei, as quais partiram todas de conserva já são passados dois anos, e descobriram de novo país cerca de 4000 léguas, eles dizem 3800, basta que são pouco mais ou menos; as quais acharam cerca de mil léguas de terra de mouros brancos[3], costeando a Barbaria pela banda de fora do oceano. Depois acharam uma cidade mui grande a qual se chama Calicut, onde há um rei cristão, o qual tem senhorio tamanho como a Espanha[4]. Mas não são propriamente cristãos porque se baptizam uma vez cada três anos em lugar de confissão e absolvição de seus pecados[5], e confessam ter sido Cristo e

[1] Refere-se sem dúvida a Santiago de Compostela; se regressasse de Santiago de Cabo Verde por certo que teria escutado aí directamente notícias de Vasco da Gama.

[2] Traduzimos por «nau» o italiano *nave*, cujo sentido é um pouco mais largo que o do termo correspondente em português; ainda que fossem de pequeno porte os navios de Vasco da Gama entravam, como navios redondos, *grosso modo* na categoria das naus (*cf. supra* doc. II, nota 1).

[3] *Cf. supra*, doc. II, notas 8 & 57, e doc. III, nota 40.

[4] Imenso exagero: Calecut era até um dos mais pequenos reinos do Quêrala, que no seu conjunto não tem mais de 39 000 km^2, menos de metade de Portugal. A lenda do galo, que referimos já (*vide supra* doc. II, nota 18), explicava ao mesmo tempo a pequenez do reino e origem do seu nome.

[5] *Cf. supra* doc. II, nota 15. Não é impossível que haja aqui um reflexo da tradição etiópica de tomar um banho ritual no dia 11 do mês de Ṭerr, correspondente a 6 de Janeiro do calendário juliano, festa do Ṭemqât ou Epifania, que nas igrejas orientais comemora o baptismo de Cristo e não a adoração dos Magos; mas essa cerimónia é anual e não trienal. Há também vestígios desta prática entre os coptas do Egipto, onde pode quiçá corresponder à cristianização de uma antiga festa pagã em honra do Nilo (*cf.* Gérard VIAUD, *La Liturgie des Coptes d'Égypte*, Librairie d'Amérique et d'Orient Adrien Maisonneuve, Paris, 1978, pp. 40-42).

Nossa Senhora; têm igrejas com sinos nas quais não há senão duas pias, uma de água benta outra de bálsamo[6], sem outro sacramento algum ou padres ou sacerdotes de qualquer sorte[7] como acima se faz menção[8].

Há i infinitas naus e é aí a própria escápula de todas as especiarias, as quais vêm do Levante; as quais especiarias trazem com essas naus a um estreito do cabo da Arábia, onde se mete no mar um ramo do Mar Roxo chamado Bizidem[9]. E aí descarregam e carregam delas certas barcas de porto[10] de cerca de 80 ou 90 tonéis, porque as naus grossas não podem andar por esse Mar Roxo por ser i pouco fundo; e daí as levam a uma terra do Soldão a qual é sobre o Mar Roxo[11], onde vem em cada um ano infinita quantidade de camelos, uma soma incalculável, e deles vêm de Damasco, deles do Cairo, deles de Beirute e deles de Romênia; mas nota que os de Romênia fazem cabo em Damasco; e que entre uma safra e outra todos se juntam no Cairo, e daí depois

[6] A pia de água benta corresponde certamente ao tanque das abluções rituais dos templos hindus; não vemos a que possa corresponder a pia de bálsamo.

[7] Esta afirmação é de qualquer modo errónea, quer o autor se queira referir aos hindus, que têm os seus sacerdotes, os brâmanes, quer aos cristãos do Oriente, que têm clero ordenado.

[8] Esta frase refere-se ao documento precedente e não pode por isso fazer parte do texto original da carta, de autor diferente da que a precede no códice; é certamente da lavra do compilador e mostra que ele interveio activamente na transmissão do texto, pelo que se não pode excluir inteiramente que tenha feito outras interpolações.

[9] Voltamos a topar com a insólita forma *Bizidem*, que, como vimos, ocorria já no documento precedente (*cf. supra*, doc. III, nota 38); mas enquanto que aí parecia designar não o porto de Judá, a que corresponde pela forma, mas um certo porto da boca do Mar Roxo, aqui designa «o ramo do Mar Roxo» que aí «se mete no mar», ou seja o Mar Vermelho em si, designado no documento anterior, de forma semelhante, por «mar de Judá»; embora o Mar Vermelho seja, como vimos já, normalmente designado em árabe por Baḥr al-Qulzum (*cf. supra*, doc. III, nota 22), a expressão «mar de Judá» ocorre por exemplo em Ibn Jubayr (*op. cit. supra*, doc. II, nota 26, p. 91). A «terra do Soldão que é sobre o Mar Roxo», referida mais abaixo sob um teimoso anonimato, é sem dúvida Judá.

[10] *I. e.* batéis, chalupas, barcos de pequeno calado como os utilizados para fazer transportes dentro dos portos; *cf. supra* doc. III, nota 22.

[11] Tal como no documento anterior a descrição do comércio pela via do Mar Vermelho é assaz confusa; o autor parece admitir uma dupla baldeação: na boca do Estreito, de naus grossas para barcas de 80 ou 90 tonéis, e depois, neste anónimo «porto do Soldão sobre o Mar Roxo», que é sem dúvida Judá, dessas barcas para cáfilas de camelos.

vão a Damasco[12]. São mais de 10 mil camelos e vão a buscar as ditas especiarias à dita cidade que é sobre o Mar Roxo do Soldão; e vão por terra nada menos de 90 jornadas antes que sejam na dita cidade, e passam pelo mar arenoso. Junto com esse mar arenoso há uma cidade, assim mesmo do Soldão, a uma jornada, onde ambas as caravanas se encontram para passar o mar da areia juntas[13] com grandíssimo perigo, porque às vezes os ventos os colhem dentro, e àqueles que aí se encontram a todos afogam, camelos, homens e mercadorias; e a cousa de metade desse mar arenoso fica o monte Sinai, abaixo do qual hão de passar. E nota que o dito mar é de 15 jornadas de travessia, isto é, penam 15 jornadas pera passá-lo. E assim, quando tornam para trás, partem-se dessa cidade do Soldão que é sobre o Mar Roxo e vêm de conserva até essa cidade que

[12] A ideia de que as caravanas passariam pelo Cairo à ida para Damasco é menos absurda que a ideia de que passariam por Damasco à ida para o Cairo, como pretendia o autor da carta precedente (*cf. supra* doc. III, nota 37). Na realidade os sultões mamelucos obrigaram durante um certo tempo as mercadorias vindas de Judá a passar pelo Cairo para serem taxadas aí; mas em Janeiro de 1428 o sultão Barsbây, perante os protestos dos mercadores da Síria, levantou essa obrigação, autorizando-os a pagar os direitos em Judá ou em Damasco (Ibn Taghrî Birdî, *op. cit. supra*, doc. II, nota 21, parte IV, p. 52)

[13] A cidade onde as caravanas do Cairo e de Damasco se encontravam para ir a Judá a que o autor se quer referir é provavelmente Ácaba (al-'Aqaba, 29° 30' N 35° E), ao fundo do golfo do mesmo nome, que já na época de Abulfeda (1273--1332 A. D.) substituíra como porto de mar e escala das caravanas de Meca a vizinha Ayla (*cf. supra*, doc. III, nota 9); segundo Ibn Hauqal (*op. cit. supra*, doc. III, nota 9, p. 39) era aí que começava o deserto do lado da Síria, e que os viajantes da Síria se encontravam com os do Egipto para seguirem para Medina e Meca (*cf* H. W. GIDDEN, art.° «Ayla» e art.° «al-'Aḳaba», in *Encyclopédie de l'Islam*, *s. v.*). No entanto nem todas as rotas caravaneiras passavam por Ácaba; por exemplo em 1326 Ibn Baṭṭûṭa fez a viagem de Damasco a Medina pelo interior, passando pela portela de Al-Çawân, junto a 'Aqabat al-Ḥijâzîya, e por Tabûk (*Voyages*, vol. 1, cap. 4, p. 253 & ss.). Quanto à real duração da viagem por terra desde Judá ao Egipto, *cf. supra* doc. III, nota 9. Se nesse ponto há nítido exagero, em contrapartida os perigos da travessia do deserto são reais; Ibn Baṭṭûṭa refere-se por duas vezes aos temíveis efeitos do *samûm*, vento forte e escaldante, e às tempestades de areia, e cita o caso de uma caravana que pereceu quase inteiramente (*ibidem*, pp. 255-256). Aos perigos da natureza havia que juntar o dos ataques e pilhagens dos beduínos, como veio por exemplo a suceder em 1503, quando os peregrinos de Meca foram atacados e espoliados no desfiladeiro de Ácaba (Ibn IYÂS, *Journal d'un Bourgeois du Caire, chronique d'* [...], traduit et annoté par Gaston Wiet, Librairie Armand Colin, S.E.V.P.E.N., Paris, 1955-1962, 2 vols., vol. 1, *s. m.* Safar de 908 A. H., p. 34); isso levou o sultão Qânsûh Ghawri a fazer grandes obras na zona de Ácaba, fortificando o lugar, melhorando a estrada, construindo um caravanserai, etc. (*ibidem*, 914 A. H., *s. m.* Rabî' II & Ramadân, & 915 A. H., *s. m.* Muharram & Radjab, pp. 130, 140, 148 & 160).

é junto ao mar da areia a uma jornada, onde como acima faço menção, se encontram juntas as caravanas quando se partem de Damasco e do Cairo. E quando estão juntas aí de conserva repartem as companhas, e delas se vão de volta ao Cairo, e delas caminho de Damasco e daí fornecem os portos marinhos, delas a Alexandria, delas a Beirute, delas ao Cairo, delas a Jafa[14], delas a um lugar, delas a outro; mas porém toda a pimenta há de vir às mãos do Soldão que em todos os portos tem alguém em seu lugar que a receba para ele, e tem este concerto com os mercadores e navios que vêm a seus portos: que quem quer especiaria ou faça mercado de especiaria em qualquer dos seus portos ou por modo de resgate ou por qualquer modo que seja, por cada soma de especiaria hajam de haver tantas sacas de pimenta, e esta tal pimenta não a há do mercador com quem se faz tal mercancia ou resgate, mas antes a haverá daquele que naquele lugar onde se faz tal mercado está por conta do Soldão, por aquele preço que pôs o Soldão e nem um dinheiro menos; e ao fim de cada mercado de especiarias vem a ser a terça parte da pimenta por conta do Soldão; e por isso se dá uma pena a quem o contrafizesse, como aqui em Florença se faz com o sal[15].

E nesta ribeira da costa da terra firme ao longo da marinha há infinitas terras grossas, e grão trato de mercadores, os quais se industriam por fazer mau recado a estas naus de Portugal, por receio de que não sejam um dia causa de lhes tolherem seus tratos de Soria[16], como seria um dia como efeito[17]; pera que o mor trato haja o Sol-

[14] *Cf. supra* doc. III, nota 35.

[15] O monopólio estatal sobre as especiarias fora decretado em 1429 pelo sultão Barsbây, com o escopo de assegurar uma fonte de financiamento para as suas actividades militares (*vide* Subhi LABIB, «Egyptian Commercial Policy in the Middle Ages», *in* M. A. Cook [ed.], *Studies in the Economic History of the Middle East, from the rise of Islam to the present day*, Oxford University Press, Londres, Nova Iorque & etc., 1970, pp. 63-77). Esta medida causou a ruína da corporação Kârimî, que desde a época Fatímida (século XI) detinha o domínio efectivo do comércio especieiro, levando a maioria dos seus membros a emigrarem para a Índia (*vide* Subhi LABIB, art.º «Kârimî», in *Encyclopédie de l'Islam*, t. 4, *s. v.*); vieram a integrar aí a comunidade *pardexi* ou «estrangeira», que os textos portugueses quinhentistas designam genericamente por «mouros da Meca», em oposição aos convertidos locais ou *mápulas*, chamados «mouros da terra».

[16] *Cf. supra* doc. III, nota 36.

[17] A hostilidade dos mouros, sobretudo dos mercadores, para com os recém-chegados ficara patente desde a escala em Moçambique, onde, segundo o *Diário* (*fl.* 21), o xeque «mandou a Nicolau Coelho ũo pote de tâmaras pisadas as quaes tinham conserva de cravos e cominhos; e assi depois mandou ao capitão-moor muitas cousas; e isto foi enquanto lhe parecia que nós éramos

dão e esse daí retire a maior utilidade; e assim um rei mouro acham em essa costa que se chama rei de Calinde[18], os quais têm esses tratos e não quereriam que se dirigisse de cá, porque se assim se fizesse Soria seria perdida, como quer que o mor trato e mor entrada haja o Soldão e o dito rei de Calinde. Que se isto vai a bom termo, por respeito à grande despesa que suportam essas especiarias antes que sejam no Cairo, com o que importa ao Soldão e ao rei, e aos que vão aos portos para contratá-las com nossos mercadores italianos e de outras nações, por essa via viriam assaz menos; e seria forçoso que o Soldão e os venezianos[19] se tirassem dos tratos de Soria, pois

---

turcos ou mouros de algũa outra parte, porque eles nos preguntavam que 'se vínhamos de Torquia?', e que lhe mostrássemos os arcos de nossa terra e os livros de nossa lei; e depois que souberam que éramos cristãos, ordenaram de nos tomarem e nos matarem à traição [...]». A hostilidade verificou-se igualmente em Mombaça (*ibidem, fls.* 28-29). Em Calecut provocou diversos incidentes, como o sequestro de Vasco da Gama e sua comitiva em terra durante dois dias (*Diário, fls.* 50-51), o de Diogo Dias e seus companheiros (*ibidem, fl.* 58 & ss.), etc. A atitude dúbia do Samorim foi desde logo imputada às maquinações dos mouros: «e assi mesmo o sentíamos por um rei cristão nos fazer tanta perraria, ao qual homem dava do seu; e doutra parte nom lhe púnhamos tanta culpa como era rezão, porque sabíamos certo que os mouros que aqui estavam, que eram mercadores de Meca e doutras muitas partes que nos conhociam, lhes pesava muito connosco; e estes diziam a el-rei como nós éramos ladrões e como quer que começássemos de navegar por esta terra que nenhũo navio de Meca nem de Cambaia nem dos Singros nem doutras partes nom vinriam mais a sua terra, do que ele nom haveria proveito nenhũo.» Tanto na costa oriental africana como no Malabar os mouros devem ter visto, e com razão, os portugueses como potenciais concorrentes ao comércio. Os que tinham experiência dos mares do Ocidente deviam também recear o corso português, intenso na zona do estreito de Gibraltar. Além do mais os recém-vindos não davam garantias de se virem a integrar no sistema comercial em vigor na maior parte do Índico, onde imperavam as normas comerciais do direito muçulmano e que de Sofala a Maluco jurava sobre o mesmo Alcorão.

[18] *Cf. supra*, doc. II, nota 60; também aqui se deduz do contexto que na mente do autor Calinde designa Calecut e não Melinde; no entanto era o rei de Melinde e não o Samorim de Calecut que era mouro.

[19] Ao contrário do que já no século XVIII escreveu James BRUCE (*Voyage aux sources du Nil en Nubie et en Abyssinie pendant les années 1768, 1769, 1770, 1771 et 1772*, par M. James Bruce, traduit de l'anglais par J. H. Castera, Paris, 1790, vol. 4, p. 175 & ss.) e do que muitos historiadores modernos têm afirmado, a política expansionista portuguesa em geral e a de D. Manuel em particular não era de modo algum dirigida contra Veneza, nem mesmo contra os turcos, como o papa Júlio II desejaria, mas contra o Império Mameluco, pois era ele quem detinha a soberania sobre Jerusalém, a recuperar, e a suserania sobre os lugares santos do Islão, a destruir. Mas a rivalidade com Veneza era uma consequência lateral inevitável, e Veneza compreendeu-o desde logo (*vide* o estudo póstumo de Jean AUBIN «Venise en manque d'épices», a publicar no

que por muito menos se teriam por esta via as cousas, porque é bem menos que a metade da despesa; donde seria forçoso o trato se volver pera aqui[20]. E por essas especiarias não querem senão ouro e prata; dizem que por 2 ducados se haverão de 150 a 160 libras de canela, e outro tanto das demais especiarias por conseguinte; mas fazem a estima desta[21] porque a estimam mais.

Têm bons prédios, carne, pão e frutas, e melões avantajados[22], raiz de palma[23], limões, laranjas[24]. E os homens são grandes e belos,

---

3.° volume de *Le Latin et l'Astrolabe – Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Paris, publicação prevista para 2003). D. Manuel encarava-se antes de tudo como um paladino da cristandade, e por isso em 1501 enviou uma expedição militar ao Mediterrâneo em socorro das posições venezianas na Moreia ameaçadas pelos turcos (Damião de GÓIS, I, xlvii & li); é possível que visse nisso uma compensação pelos prejuízos que *volens nolens* infligia à Sereníssima. A ideia de suplantar Veneza era, como aqui se vê, acariciada desde o começo pela colónia mercantil florentina em Portugal e, provavelmente, também pelos sectores mais pragmáticos da corte, mais entusiasmados com o comércio que com a cruzada. Embora os ecos da chegada de Vasco da Gama à Índia tenham de imediato atingido Veneza, a Sereníssima parece só ter realizado o perigo que corria a sua economia após a viagem de Pedro Álvares Cabral.

[20] *Cf. supra*, doc. III, nota 41.

[21] *Cf. supra*, doc. II, nota 28. Esta estimativa é ainda mais optimista que a de Sernigi: se por libra quer o autor significar, como é provável, o arrátel do peso de Lisboa em que Sernigi confessadamente faz as contas, admitindo a equivalência que este dá para o bar de Calecut, por dois ducados ter-se-iam 106 a 128 arráteis de canela; corrigindo a equivalência do bar de acordo com o cálculo de António Nunes, apenas 76 a 91 arráteis. Os números do presente autor apenas se tornariam compatíveis com os de Sernigi admitindo a equivalência do bar de Calecut a 5 quintais de Lisboa e fazendo a conversão à libra em vigor nos portos italianos como Pisa e Génova, que tinha apenas 12 onças (*c.* 360 g).

[22] *Cf. supra*, doc II, nota 36.

[23] Não sabemos a que produto quer o autor referir-se, pois não conhecemos nenhuma palmeira cuja raiz tenha aplicações medicinais ou culinárias; Ibn al-Bayṭâr, no seu monumental *Al-Jâmi' li mufradât al-adawiya wa al-aghdhiya* («Compêndio dos simples, das doenças e da alimentação»), redigido em Damasco entre 1240 e 1248, em que descreve por ordem alfabética dos seus nomes arábicos 2324 drogas, refere as aplicações de várias partes (folhas, caules, frutos, palmitos) de diversas espécies de palmeiras, mas não menciona como aproveitável a raiz de nenhuma delas (*vide* IBN AL-BAYTAR, *Traité des Simples*, traduction de Lucien Leclerc, 3 vols. [reprodução anastática do texto impresso nas *Notices et Extraits des Manuscrits de la Bibliothèque Nationale et d'autres bibliothèques*, publiées par l'Institut Nationale de France, Paris, 1877, 1881 & 1883], t. 23, 25 e Institut du Monde Arabe, Paris, [s. d.] 26). Tratar-se-á de erro do copista por *vinho de palma* a que alude D. Manuel na sua *Carta ao Cardeal Protector* ou lapso do autor, que se quereria referir por exemplo à raiz-da-china (raiz da salsaparrilha chinesa, *Smilax china*, L., e *S. pseudo-china*, L., da família das Smilacáceas,

não muito brancos, as mulheres belas. É belo país e dizem ser esta a própria riqueza que andavam buscando; têm de pedras preciosas assaz, mas não muito perfeitas, as quais lhes custam pouco ou nada[25]; e dizem que os das naus houveram poucas especiarias por não disporem de ouro nem prata; mas que a caravela capitânia, que por ter o irmão doente ficara em Cabo Verde[26] e que ele por ter prata em taças e outros lavores de que se servia para seu uso na nau como capitão, tudo vendeu e resgatou por especiarias[27]; e que ele tem carga de pimenta, gen-

---

pela maioria dos autores compreendida na das Liliáceas)? Se assim é, trata-se da mais antiga alusão a esta mezinha, descrita em 1546 numa epístola de André Vesálio, referida em 1555 por André Laguna nos seus comentários a Dioscórides (Pedacio Dioscorides Anazarbeo, *A cerca de la Materia Medicinal, y de los venenos mortiferos*, traducidos de la lengua griega en la vulgar castellana, è ilustrado con claras, y sustanciales Anotaciones, y con las figuras de inumerables plantas exquisitas, y raras, por el Doctor Andres de Laguna, medico de Iulio Tercero Pnt. Max., Valencia, 1677, liv.° I, cap.° cix, p. 83) e em 1562 por Garcia de Orta (*Col.* xlvii).

[24] Tanto o limão (*Citrus limon*, [L.], Burm. fil, da família das Rutáceas) como a laranja (*Citrus sinensis*, [L.], Osbeck) são originários da China, mas haviam-se difundido para ocidente, durante a Idade Média, certamente por mão dos muçulmanos, como o atestam os seu nomes em português e nas demais línguas europeias, que são de origem persa (atestados em baixo-latim respectivamente desde 1327 e 1297); o nome da laranja em persa (*nârang*, de onde o árabe *nâranj*) deve derivar do sânscrito *nâraṅga* ou *nârãga*, o que parece mostrar que foi através da Índia que a planta entrou no Irão. Sem embargo, algumas variedades de laranja doce parecem apenas ter sido trazidas da China pelos portugueses, de onde o seu nome em várias línguas (*purtoghâl* em persa, *burtuqâl* em árabe, πορτοκάλι em grego moderno, etc.). De qualquer forma o *Diário* (*fl.* 76) atesta a existência de laranjas na costa oriental africana e D. Manuel na sua *Carta ao Cardeal Protector* alude à existência na Índia de laranjas, além de limões e cidras (*Citrus medica*, L.).

[25] *Cf. supra*, doc. II, nota 30.

[26] Quem tinha o irmão doente era naturalmente Vasco da Gama e não a caravela... De qualquer modo Vasco da Gama não ficou em Cabo Verde: despachou para o Reino a *Bérrio*, do comando de Nicolau Coelho, e o seu navio, o *São Gabriel*, cujo comando confiou a João de Sá; e partiu para os Açores num navio que fretou, certamente porque, dado o regímen dos alíseos ou ventos gerais do Atlântico, chegaria muito mais depressa a Angra, onde seu irmão poderia ser tratado, do que a Lisboa.

[27] Esta informação é interessante; o *Diário* não alude aos negócios do capitão-mor, mas confirma que a maior veniaga foi feita por particulares ao escrever (*fl.* 56): «foram todos os que éramos nos navios, como vos tenho dito, dous e dous, e três e três, e cada um levava disso que tinham, assi de manilhas e de roupa de vistir e estanho e camisas, cada ũo assi como o tinha e vendiam [...]». CASTANHEDA (I, xxiii) dá a entender o mesmo. Quanto à carga que El-Rei mandava para se negociar, que, concebida de harmonia com os hábitos de consumo da costa africana, era pouco adequada para a Índia e foi em parte abandonada em Calecut (*Diário*, *fl.* 63), há unanimidade em que se vendeu apenas em pequena parte, pelo que o Gama não pôde trazer para o Reino senão amostras

gibre, canela, cravo, noz moscada, lácar e assaz de pedras boas. Nós estamos meio carregados. E têm até ao mastro canela e pimenta[28].

Este rei arma de novo para lá e manda seis naus para a viagem de Calicute e duas naus à nova Mina do Ouro[29]. Julgarás pois quão grande é a cousa. E dizem eles ser muito bom mar, sem tormentas, salvo cerca de 1200 milhas de mar grosso como este de Espanha[30]; e estimam reduzir esta viagem a 16 meses[31].

E dizem que a bordo da caravela capitânia vem um genovês que estava em Calecut, mas há quem diga que não será genovês, mas que será um que frequentou o Cairo, porque ao Cairo frequentam genoveses e venezianos assaz muitos[32]; mas cá não sucede assim. Dizem que este genovês dará luzes assaz sobre toda'las cou-

---

de especiarias, talvez um bar (*c.* 200 kg) de cada uma, como mandara pedir ao Samorim (CASTANHEDA, I, xxiii & xxv; *cf.* a *Carta de D. Manuel aos Reis Católicos*). Não é impossível que o facto de Vasco da Gama ter feito melhor negócio por sua própria conta que por conta de El-Rei tenha contribuído para o descontentamento de D. Manuel para com ele, que veio a agudizar-se após a sua segunda viagem e a atingir o auge por 1518-1519 (*vide* Sanjay SUBRAHMANYAM, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa,1998; *cf.* Jean AUBIN, «Prefácio» *cit. supra*, doc. II, nota 15). De qualquer modo as razões da escolha de Vasco da Gama para o comando da expedição permanecem um mistério, e não é seguro que alguma vez tenha tido boas relações com D. Manuel; este pode tê-lo escolhido simplesmente para agradar a certas facções da corte, aparentemente adversas à sua política oriental, que quereria congraçar. Já em 1506 Lunardo da Chà Masser notava que da primeira expedição portuguesa à Índia fora «capetanio Don Vascho de Gamba, el quale é nativo portoghese, ancorché lui non era molto maritico, tamen questo Serenissimo Re li dette tal cargo [...]» (*Relazione*, viaggio primo).

[28] Ignoram-se os quantitativos exactos de especiaria trazidos por Vasco da Gama, pois Lunardo da Chà Masser, que dá os de todas as viagens até 1506, omite-os; dado o que vimos acima, esta abundância de canela e pimenta só pode ter sido adquirida aos marinheiros e sobretudo a Vasco da Gama.

[29] *Cf. supra*, doc. II, nota 42.

[30] Refere-se certamente aos mares vizinhos do Cabo, perigosos sobretudo ao retorno, dado que a tais latitudes sopram os ventos de Oeste, que à vinda para a Europa se apanham de proa – de onde a frequência dos naufrágios na costa do Natal.

[31] *Cf. supra*, doc. III, nota 20.

[32] Refere-se aparentemente ao mouro tunisino chamado Monçaide (nome que, segundo CASTANHEDA I, xv, os portugueses corromperam em Bontaibo). Como o *Diário* (*fl.* 36) nota, logo à chegada a Calecut, quando teve com o degredado que desembarcou primeiro o seu célebre diálogo, falava castelhano e genovês. Perseguido e espoliado pelos seus correligionários devido à colaboração que prestara aos portugueses, refugiou-se na véspera da partida nos navios, declarando preferir vir com eles para Portugal (*Diário*, *fls.* 62-63). Pela maneira como o autor se lhe refere parece que no momento em que este escrevia a carta, ao contrário do piloto e de Gaspar da Índia, não teria chegado ainda a Lisboa; estaria certamente em Angra com o capitão-mor.

sas; e afirma-se, e se tem por certo, que estes acharam todo o tesouro e almazém das especiarias do mundo e das pedras. E dali a Lisboa são 16 mil milhas ou mais.

E muitas cousas tem ditas este piloto que vinha a bordo da capitânia, o qual é vindo aqui, as quais se não sabem inteiramente por as haver ele dito à majestade del Rei[33].

Não hão armas. Fazem conta que o Soldão haja delo uma má nova e que os venezianos, a perderem-se os trautos do Levante, se hajam de tornar pescadores, pois virão a tal preço as especiarias por esta via, que não as poderão eles menear[34]. Estima-se que reavendo-se Pisa[35] este rei faria escápula em Porto Pisano por ser a melhor escala de Itália e para ele o mais cómodo; e aí estimam que se se voltasse a erguer o *Fondaco dei Tedeschi* que enfim havia de ser o almazém de todo o Levante. As especiarias são de toda a perfeição e muito melhores que as que vêm de Alexandria por serem mais frescas, como cousa colhida de poucos dias.

Como acima digo os dous anos passados que estas naus partiram pera ir a descobrir a dita terra aqui as faziam perdidas; e andaram costeando a costa de Barbaria pola banda do oceano, tudo terra de negros. Depois, ao cabo dessa terra de negros foram a 800 léguas junto com a dita terra das especiarias e aí acharam uma grã cidade dita Calinde, onde havia um rei baço maometano, o qual é grão senhor[36]. E aí, dizendo eles andarem buscando as especiarias, o dito rei lhes deu um piloto, porque navegam eles aí; e com este piloto passámos as 800 léguas de gólfão até Calecut[37], que de outro modo sem o dito piloto nos perderíamos[38]. E à nossa tornada o dito rei mouro nos quis filhar por que não navegássemos por aquele litoral, isto é, não lhes tolhêssemos o trauto e o aviamento, porque todos são mercadores. Do que tendo rumores passámos ao largo, e trouxemos connosco o dito piloto, o qual piloto fala italiano[39].

---

[33] *Cf. supra*, doc. I, nota 2. Ignora-se, evidentemente, o conteúdo das informações que o piloto teria reservado para El-Rei.

[34] *Cf. supra*, doc. III, notas 9 & 41.

[35] *Cf. supra*, doc. I, nota 11.

[36] Aqui Calinde designa indubitavelmente Melinde e não Calecut (*cf. supra*, doc. II, nota 60 & doc. III, nota 18).

[37] *Cf. supra*, doc. II, nota 10.

[38] O autor passa, sem aviso prévio, à primeira pessoa do plural, citando directamente o seu informador.

[39] Nesta informação há necessariamente confusão, pois todas as fontes são concordes em afirmar que no regresso fizeram escala em Melinde; e o sultão de Melinde, que continuou a apostar na amizade dos portugueses, enviou com

E à nossa tornada pela costa achámos uma ribeira onde era a gente toda negra, a qual ribeira mana infinito ouro, o qual dizem ser o mesmo ouro que vem à Mina[40]; o qual rio é deste rei de Calinde[41]; o qual ouro vem para baixo por esse rio à lua crescente, e quereriam que tivéssemos ficado até à lua cheia e ter-nos-iam carregado de ouro a resgate daquelas mercadorias que levam à Mina[42]; onde não quisemos esperar, pois íamos ao nome das especiarias, e por termos estado já demasiado em viagem; e receando não nos faltassem os mantimentos se quiseram vir, pois bastava-lhes ter tido de tal lugar notícia[43].

Estima-se que tudo será grã cousa e grão país que, como digo, é de 4000 léguas (que são cada légua 4 milhas e 1/2) até Calecut[44]; e as especiarias ainda que não são aí porque são 150 léguas mais abaixo[45],

---

a armada um embaixador a D. Manuel (CASTANHEDA, I, xxvii). Portanto, ou há confusão com a largada precipitada de Calecut (*Diário, fls.* 53-64), ou com a passagem ao largo de Mogadoxo, onde a frota disparou algumas bombardadas em sinal de hostilidade, e passou avante (*Diário, fls.* 75-76; Castanheda, I, xxvii); ou, menos provavelmente, com a escala que, à ida, contra o desejo dos pilotos mouros, não chegaram a fazer em Quíloa (*Diário, fls.* 34-35).

[40] *Cf. supra*, doc. II, nota 6. Segundo o testemunho unânime de todas as outras fontes isto passou-se à ida e não à vinda; nem sequer consta que no regresso a armada tenha feito qualquer escala entre Moçambique e a Angra de São Brás, junto ao Cabo da Boa Esperança. É também um erro crasso imaginar que o ouro da Mina e o de Sofala provinham das mesmas fontes: o que saía por São Jorge da Mina provinha de jazidas da África Ocidental, sobretudo das sitas na bacia do Volta, e talvez também, em menor medida, das do alto Níger; o que saía por Sofala e portos vizinhos provinha do Monomotapa, entre os actuais Zimbabué e Moçambique (*cf.* Hugh TRACEY, *António Fernandes, descobridor do Monomotapa, 1514-1515*, tradução portuguesa e notas de Caetano Montez, Arquivo Histórico de Moçambique, Lourenço Marques, 1940).

[41] Quem exercia a suserania sobre Sofala e demais escalas da costa Suahíli era Quíloa e não «Calinde», que, aqui como acima, só pode significar Melinde (sobre Quíloa *vide* Neville CHITTICK, *Kilwa, An Islamic Trading City on the East African Coast*, Nairobi, The Bristish Institute in Eastern Africa, 1974, 2 vols.; *cf.* D. T. NIANE, *Histoire Générale de l'Afrique – IV: L'Afrique du XII^e au XVI^e siècle*, UNESCO, NEA, Paris, 1985).

[42] Provavelmente as cáfilas que traziam o ouro aproveitavam a lua cheia para caminhar de noute, evitando os calores do dia. O *Diário* (*fl.* 56) também sugere que as mercadorias trazidas do Reino, idênticas às que tradicionalmente se levavam para a Mina e outras partes da costa ocidental africana, se vendiam melhor em Moçambique que na Índia.

[43] *Cf. supra*, doc. II, nota 6. O autor regressa aqui ao discurso indirecto.

[44] *Cf. supra*, doc. II, nota 5.

[45] *Cf.* supra, doc. II, nota 20. O autor deve querer referir-se a Ceilão; as suas 150 léguas de distância de Ceilão a Calecut são mais próximas da realidade que as 160 de Sernigi.

manda por elas aquele rei cristão que está dentro na terra e é i senhor, e chamam-se «as ilhas» mas porém tudo é terra firme[46]; e vão lá com navios de cem tonéis[47] e têm o fundo chato como os esquifes, e são navios de corda[48], ou seja, encastrados sobre madeirames de madeira com pez, e isto porque não têm engenho para fazer navios de cavilha. Dizem não poderem i andar navios que tenham ferro, por haver no fundo desse mar pedra calamita[49].

Há i infinitas serpentes e animais venenosos. Dizem mais ainda que em cada dous anos uma vez vêm i 25 naus grossas a carregar de especiaria e tornam i cada dous anos[50]. E não sabem por onde

[46] É difícil destrinçar este imbróglio geográfico, que reflecte a vaguidão das concepções geográficas do autor, que neste ponto supera até a das de Sernigi (*cf. supra* doc. II, nota 44); o autor parece querer referir-se à possibilidade de fazer por terra a maior parte do caminho até Ceilão. É difícil saber quem é «o rei cristão que está dentro na terra e é i senhor»; o que melhor corresponderia a tal perfil seria o de Vijayanagar ou Bisnaga, que o apêndice geográfico ao *Diário* (*fl.* 82) refere confusamente como «reino de Chomandarla», *i. e.*, do Choromândel ou Coromandel, que de facto fazia parte de Bisnaga.

[47] No texto italiano *botte*; Sernigi (*cf. supra*, doc. II, nota 1) emprega *tonelli*, aparentemente com o mesmo significado, embora na linguagem corrente *botte* designe um barril ou pipa, semelhante a um tonel mas de menores dimensões. Em Portugal calculava-se o tonel a um rumo de comprimento, ou seja, *c.* 1,5 m, e quatro palmos de largura, ou seja, *c.* 1 m (*vide* Humberto LEITÃO & Vicente LOPES, *Dicionário da Linguagem de Marinharia* [...], *cf. supra*, doc. III, nota 13, *s. v.* «tonel»); o tonel português correspondia assim a *c.* 1,5 m^3, o que equivale a aproximadamente 3 *botte* italianas (*cf. infra* doc. VI, nota 3). Podem ver-se as medidas em uso nos diferentes portos (infelizmente sem a correspondência ao sistema métrico) nos manuais medievais de mercancia, tais como: Francesco Balducci PEGOLOTTI, *La Pratica della Mercatura*, edited by Allan Evans, The Medieval Academy of America, Cambridge (Massachusetts), 1936 (reimp. Kraus Reprint Co., Nova Iorque, 1970); Miguel Gual CAMARENA, *El Primer Manual Hispánico de Mercadería (siglo XIV)*, Barcelona, C.S.I.C.; Instituto de Geografía, Etnología e Historia, 1981; Cesare CIANO, *La «Pratica di Mercatura» Datiniana (secolo XIV)*, Dott. A. Ciuffré Ed., Milão, 1964 (Biblioteca della Rivista «Economia e Storia»).

[48] *Cf. supra*, doc. II, nota 25.

[49] *Cf. supra*, doc. II, nota 26.

[50] *Cf. supra*, doc. II, nota 32. No Egipto sabia-se de onde as expedições provinham, pois a 21.VI.1432 chegou ao Cairo um relatório vindo de Meca, anunciando que eram vindos à Índia juncos chineses e que dois deles haviam ancorado em Ádem; o seu capitão escrevera ao emir de Meca e ao governador de Judá a pedir licença para lá ir comerciar, acenando-lhes com os grandes lucros que teriam; o sultão Barsbây escreveu aos dois governadores a recomendar que os acolhessem bem (IBN TAGHRÎ BIRDÎ, *op. cit. supra*, doc. II, nota 21, parte IV, p. 86). Não é impossível que em Calecut os informadores dos informadores do autor os tenham descrito como chins (*chînî*, em persa e em quase todas as

entrem nem donde venham. Há i grandíssimo trato e muitos mercadores e naus assaz. E há i grã maré, isto é, crescente e minguante de pôr a seco qualquer grande nau e fazê-la varar[51]. E há i dous ventos: de Verão levante e de Inverno ponente, de modo que ao ir como ao tornar se vai de popa[52].

À nossa ida para lá não nos morreu ninguém, mas à tornada ao passar daquele gólfão das 800 léguas morreram i cerca de 60 pessoas de uma moléstia de nós desconhecida que lhes inchava a boca e depois lhes descia à garganta e às pernas, e disso se morriam[53].

Este rei mandou tomar todas as cartas de navegar sô pena de morte e confiscação de seus bens, isto é, todas aquelas que dão luzes desta costa, para que se não saiba aquela volta ou seja, o andar caminho pera aquelas bandas, afim de que se não entremeta outra gente[54].

---

línguas da Índia, em árabe *çînî*, «chim, china, chinês»); mas o nome não devia dizer nada aos auditores. Com efeito o nome sânscrito, persa, malaio, etc., *China*, de Ch'in (noutras transcrições Ts'in, Qin), nome da dinastia que unificou o império em 221 a. C., mas deteve o poder apenas 15 anos, fora na Antiguidade conhecido no Ocidente: ocorre no *Périplo do Mar Eritreu* na forma *Thina* (cap. 64-65) em Ptolomeu na forma *Sinae* (*Geografia*, VII, 5) e em Cosme Indicopleustes (*Topografia Cristã*, II, 45-47 & XI, 15-16) na forma *Tzinista*, transcrição do persa *Chinestân*, «país dos chinas»; mas cai no esquecimento depois disso, substituído por *Cataio*, derivado do nome dos Khitai ou Khitan, tribo tártara que no século X fundou na Manchúria a dinastia Liao que dominou a Mongólia e a China setentrional de 907 a 1124, sobrevivendo no Turquestão até 1201 ou 1211. Tanto quanto sabemos o termo *chim* só reaparece em 1502, no planisfério dito de Cantino (*cf.* o nosso art.° «China, Mangi e Cataio», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. por Luís de ALBUQUERQUE, *s. v.*).

[51] O autor tem em mente que o destinatário da carta apenas tem experiência do Mediterrâneo, onde, como em todos os mares interiores, a amplitude das marés é assaz pequena (não mais de 20 cm em algumas partes). Inversamente, a quase ausência de marés no Mar Vermelho fora notada por alguns viajantes medievais como Jacob de Verona (*loc. cit. supra*, doc. III, nota 22).

[52] *Cf. supra*, doc. II, nota 59.

[53] *Cf. supra*, doc. II, nota 4.

[54] Esta frase confirma a existência de uma certa política de sigilo, mas sugere também os seus limites: não se trata, como se tem pretendido, de um sigilo historiográfico, retrospectivo, como se vê pelo facto de nenhum pormenor importante da expedição permanecer oculto; trata-se, sim, de um sigilo técnico, que incide sobretudo sobre a cartografia e literatura aparentada, como os roteiros – razão por que os não há impressos em Portugal durante todo o século XVI. Foi provavelmente por revelar demasiados pormenores náuticos que o *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira permaneceu para sempre incompleto (*vide* Jean AUBIN, «Les frustrations de Duarte Pacheco Pereira», *Revista da Universidade de Coimbra*, 36 (1991) pp. 181-204; republicado in *Le Latin et l'Astrolabe – Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations*

Creio que o poderá bem fazer, mas tudo se há-de saber, e hão de se meter a ir lá outros navios[55].

Como vedes, este é um belo achado e este rei merece grande consideração de todos os cristãos; e certamente todos os reis e senhores poderosos, *maxime* os que são pelas costas marinhas, sempre deveriam de mandar buscar e dar notícia das cousas incógnitas porque delo se adquire honra e fama, reputação e riqueza e enfim de todo homem se é louvado. E a semelhantes homens queda bem o haver senhorio e estado; e os que estão dentro na terra quando mandassem cada ano a buscar adentro terras e lugares incógnitos e desabitados, seriam por tal considerados, e dar-se-ia notícia de muitas cousas novas de que não hão ainda notícia os homens que são no mundo. E portanto dizemos: aqueste rei de Portugal deverá de todo o homem ser louvado.

---

internationales, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris, 1995, vol. 1, pp. 111--132). A reprodução de mapas representando terras para além das ilhas de São Tomé e Príncipe foi proibida por alvará de 13.XI.1504; já anteriormente D. João II proibira a venda de caravelas para o estrangeiro (*vide* Francisco Contente DOMINGUES, art.° «Sigilo, política de», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. por Luís de ALBUQUERQUE, *s. v.*). As *Ordenações Manuelinas*, cuja versão definitiva foi impressa em 1521, proíbem que se navegue para as Índias senão em conserva com as frotas oficiais e sob a bandeira do seu capitão-mor; e que os pilotos, mestres e marinheiros aceitem participar em navegações armadas no estrangeiro (liv.° V, tit.° xcviii); e proíbem toda a navegação para as terras e mares da Guiné, Mina e Índias sem autorização régia (liv.° V, tit.° cxii).

[55] Esta profecia demorou certo tempo a cumprir-se, pois foi apenas trinta anos após o regresso do Gama, em 1529, que dois franceses, os irmãos Parmentier, se decidiram a armar uma pequena frota para a Índia (*vide* «Navigation de Jean Parmentier», *in* Charles SCHEFFER, *Recueil de Documents et de Voyages pour servir à l'Histoire de la Géographie*, publié par [...], Paris, 1883, vol. 4); o mau sucesso que tiveram não foi estimulante e, por muito tempo, não suscitaram émulos. As duas primeiras expedições inglesas a cruzar o Índico, a de Sir Francis Drake (1577-1580) e a de Thomas Cavendish (1586-1588), vieram pelo Pacífico, repetindo aproximadamente a rota de Magalhães; foi só em 1591 que Sir James Lancaster atingiu, pela primeira vez, o Índico pela rota do Cabo, utilizada regularmente a partir de 1601 pelos navios da *East India Company*, criada no ano anterior (*vide* Richard HAKLUYT, *The principal navigations, voyages, traffiques and discoveries of the English Nation made by sea or ouer-land to the remote and farthest distant quarters of the earth* [...], Londres, 1599; *cf.* John KEAY, *The Honourable Company: A History of the English East India Company*, Macmillan, Nova Iorque & Toronto, etc., 1991). A primeira expedição holandesa a dobrar o Cabo foi a de Cornelis de Houtman em 1595-1596, quase um século após a viagem do Gama (*vide* G. P. ROUFFAER & J. W. IJZERMAN (ed.), *De Eerst Schipvaart der Nederlanders naar Oost-Indië onder Cornelis de Houtman (1595-1597)*, Linschoten Vereniging, Haia, 1915-1929, 3 vols.).

V

Diário do Piloto Anónimo

Trata-se de dois fragmentos, o primeiro dos quais tem o título «*Nota di una lettera di Portogallo de XX di maggio anno 1503 della tornata delle navi di Chalichut de l'anno passato luogo per luogo dove hanno toccò d'andata e di ritorno*», [f. 57rb] enquanto que o segundo é desprovido de qualquer nota explicativa.

A indicação 20 de Maio de 1503 sugeriria tratar-se de uma carta escrita em Lisboa sobre a expedição de João da Nova, regressada a Portugal em 1502. O insigne estudioso Francisco Leite de Faria notou a diferença entre o começo do texto e o título que se encontra no códice, mas, não tendo à disposição o manuscrito, limitou-se a chamar a atenção sobre esta discrepância: «Se as primeiras palavras desta carta indicam que ela trata da viagem de Pedro Álvares Cabral, começada em 1500, o título que lhe puseram está errado, pois a armada, que tinha descoberto o Brasil e fora à Índia, chegou a Lisboa em Junho e Julho de 1501. Em 1502, isto é, no ano passado se nos referirmos a 1503, chegou a armada de João da Nova. De qualquer maneira, esta carta, que supomos ainda inédita, deve ser muito interessante e, pelo menos ao fim, refere-se a Sofala»[(a)].

A leitura dos dois textos revela tratar-se não de uma relação sobre a expedição de João da Nova, nem de uma relação inédita sobre a expedição de 1500, mas sim de dois fragmentos do assim chamado *Diário* do Piloto Anónimo, diário da viagem de Pedro Álvares Cabral conservado só em italiano. Escolhemos, nesta ocasião, não apresentar a transcrição do texto do Códice *Riccardiano* já que se trata apenas duma versão incompleta do *Diário*, testemunho precioso mas só na perspectiva da sua utilização para o estabelecimento duma edição crítica do documento com base nas várias versões manuscritas até hoje conhecidas e nas publicadas nas grandes recolhas de textos de viagens do século XVI.

[(a)] FARIA, p. 285.

VI

Cópia de uma carta escrita em 1501 por Bartolomeu Marchionni

O título escolhido pelo autor da recolha indica claramente a data em que o texto foi produzido («*27 di giugno*») e o facto de esta carta não ser a primeira enviada por Marchionni, provavelmente, ao mesmo destinatário[a]. Todavia, na estrutura do códice esta carta é precedida por textos de maneira alguma atribuíveis ao mercador florentino, o último dos quais é uma das famosas cartas de Américo Vespúcio.

Bartolomeo Marchionni, um dos inúmeros italianos estabelecidos em Portugal em finais do século XV e princípios do século XVI, tinha alcançado uma posição de preeminência que lhe permitia uma participação directa na obra de aproveitamento económico dos Descobrimentos[b]. Com efeito, ele tinha enviado na expedição de Pedro Álvares Cabral uma nau, a *Annunziata*, que voltou da Índia com uma quantidade considerável de mercadoria e é natural que, com a relação que envia para Florença a alguém da própria família ou talvez a um dos agentes da sua casa comercial, tente oferecer uma imagem completa da problemática levantada pelas navegações orientais[c]. A atenção de Marchionni para os assuntos relacionados com

---

[a] Com o nome de Bartolomeo Marchionni aparece também uma carta relativa à primeira viagem de Vasco da Gama, enviada pelo grande mercador florentino a Matteo Cini, residente em Veneza. A análise deste manuscrito, conservado no «Archivio Gonzaga» (Archivio di Stato di Mantova, Ms. E XIII 3b n. 581, Affari di Portogallo) revela tratar-se de um texto muito próximo do elaborado na mesma ocasião por Girolamo Sernigi. *Cf. supra* doc. II.

[b] Cf. PERAGALLO, pp. 39-42 e *passim*, e RADULET, *Girolamo Sernigi* [...], cit., *passim*; cf. também a rica bibliografia sobre este mercador registada por Marco SPALLANZANI no estudo «Fiorentini e portoghesi in Asia all'inizio del Cinquecento attraverso le fonti archivistiche fiorentine», em *Aspetti della vita economica medievale*, Florença, 1985, pp. 321-332.

[c] Sobre a documentação italiana relativa à viagem de Pedro Álvares Cabral cf. José Manuel GARCIA, *Pedro Álvares Cabral e a primeira viagem aos quatro cantos do mundo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001 (cap. «A difusão feita por italianos

a expansão, não sendo ditada apenas por razões de tipo cultural ou pela abstracta curiosidade, concretiza-se na recolha de informações de carácter geral sobre o curso da viagem da frota de Cabral, e sobre aspectos de carácter económico e comercial (praças, tipologia e valor da mercadoria).

O texto, ainda inédito em italiano, foi publicado em versão inglesa por William Brooks Greenlee, no volume *The Voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India*[d].

das informações sobre a viagem de Pedro Álvares Cabral», pp. 304-320) e a bibliografia citada no vol. Luís Adão da FONSECA, *Pedro Álvares Cabral. Uma Viagem*, Lisboa, Edições Inapa, 1999.

[d] Brooks GREENLEE, *The voyage*, pp. 147-149; em português o texto é conhecido através da tradução do livro de Greenlee feita por António Álvaro Dória (*A viagem de Pedro Álvares Cabral*, Porto, 1951).

[fl. 47B]

Appresso copia di un'altra lettera venuta di Lisbona da Bartolomeo Marchionni sotto dì 27 di giugno anno 1501.

Addì XXIII di questo arrivò qui u'navilio che viene di Chalichut detto per nome l'Annuziata e conta come l'altre carovelle ch'erano in logo conserva s'erano restate addietro poche leghe, che ogni lega è 3 miglie e 1/2 delle nostre. La qual nave da infinite nuove e qui, per questa, te ne darò alcune, qual saranno più a proposito.

Dice esser 4 mesi che di conserva partinno di una terra a confini di Chalichut, tutte cariche di spezierie, e che alla loro andata in là si perdenno 5 navi di loro, contando quelle andavano alla Mina Nuova dell'Oro; e a Chalichut funno 8. E giunti funno a Chalichut, fu fatto loro grande onore e buona raccoglienza ed avendo messo in terra le loro mercatantie e
[fl. 47v] *'l fattore de' re incominciò a bazzarare con loro e in detto, // in quel porto, era da XXX navi de mori per caricare e portare a un porto del mare oceano detto Biziden, d'onde dipoi di quivi vanno a Domascho. E volendo caricare prima e portogallesi, vennono in tanta differenza ch'e mori si levonno a romore e ammazzonno tutti e portogallesi che si trovavano in terra, insino al fattore de' re. E veduto questo, quelli delle navi portogallesi si raccolsono i' nave e andonno a mettere fuoco nelle navi de' mori e comincionno a bombardare la terra e frugassonno in essa molte case e ammazzonno di molta gente e arsono da XV di quelle navi de mori.*

E per consiglio di uno indiano si partinno d'indi e andonno a un'altra terra dove trovonno uno re nimico di questo di Chaluchut e fu fatto loro grande onore e grande e perfetta raccoglienza. E quivi bazzarorono tutte loro mercantie e empienno e navili tutti di spezierie. E oltre a questo, questo re voleva dare loro molte spezieri a credenze a loro ritorno sopra alla loro fé, le quali non volsono pigliare per avere loro el carico abbastanza pe' loro navili. E di quivi si partinno amici e per e co' loro porto a venire facessino
[B] */ quivi scala per sempre. E 'l detto re ci ha mandato uno embasciadore al nostro re con infiniti presenti e pregato e raccomandato loro che tornino in detto luogo.*

E partiti che funno, e mori di Chalichut avevano armate 150 vele con XV mila mori e venivano per investire e nostri. E perché le nostre erano cari-

che e avendo a combattere non erano a proposito, si misono dell'orza e li lasciammo per occhio (¿) di vento come bestie.

E alla loro venuta hanno trovato molti re e signori e da tutti hanno auto buona raccoglienza e presenti. E hanno trovato el corpo di Santo Tommaso apostolo, el quale non hanno potuto avere e molte altre reliquie di che n' hanno recato qui in quantità a' re. E ci viene con esse nave 4 ambasciadori di diversi signori e tutti si vogliono sottomettere al nostro re. E molte altre cose contano, le qua' 2 fogli non sarè abbastanza a scrivere. Io non ho tempo.

È questo el carico porta questa carovella e 'le altre allo avvenante: 300 cantara di pepe fine; 160 cantara di cannella; 60 cantara di lacca; 15[1] *cantara di bongui. Codeste sono le cose da fare menzione e molte altre*
[fl. 48] *spezierie minute e che l'altre 7 navi, le qua' // sono addietro, che ciascuna ha suo carico all'avvenante di dette spezierie. Hanno recato 2 pappagalli di diversi colori, e qua' sono lunghi uno gomito e 1/2, el quale è più di brazo 1 e 1/2 de' nostri. Sono cose mirabili. E di molti altri vari uccelli e animali danno notizia, di un modo che Plinio, detto bugiardo, mostrano esser pure vere le sue storie.*

Bartolomeo Marchioni in Lisbona.

[1] Greenlee lê *14*, Brooks GREENLEE, *The voyage*, p. 148.

Segue-se cópia de uma outra carta vinda de Lisboa, de Bartolomeu Marchionni, a dias 27 de Junho, ano de 1501.

Aos 23 dias do corrente chegou aqui um navio que vem de Calecut, dito *A Anunciada* de seu nome, e conta como as outras caravelas que eram em sua conserva se haviam ficado para trás poucas léguas, que faz cada légua 3 milhas e 1/2 das nossas[1]. A qual nau dá infinitas novas; e aqui por esta te darei algumas delas, as que forem mais a propósito.

Diz haver 4 meses que de conserva partiram de ũa terra comarcã de Calecut[2], carregadas todas de especiarias, e que à sua

---

[1] Esta equivalência é errónea, *cf. supra* doc. II, nota 5; de qualquer modo os demais navios ficaram para trás muitas léguas, pois Pedro Álvares Cabral só chegou a Lisboa quase um mês depois, provavelmente a 21 de Julho, e os demais navios entre 25 e 27.

A *Anunciada*, que se adiantou aos outros navios, era uma pequena caravela armada por Bartolomeu Marchionni em sociedade com outros mercadores italianos de Lisboa; foi comandada à ida por Nuno Leitão da Cunha e no regresso por Nicolau Coelho, que assim foi, mais uma vez, o primeiro capitão a chegar ao Reino e a dar novas da expedição a el-Rei. As instruções dadas por D. Manuel ao seu capitão-mor previam que no regresso subdividisse a frota, expedindo os navios que se tivessem revelado mais veleiros directamente para Lisboa e deixando para trás os mais zorreiros; assistia-lhe a faculdade de designar um capitão-mor para o grupo em que eventualmente não estivesse o seu navio nem o de Sancho de Tovar, segundo comandante da armada (*vide* Joaquim Romero MAGALHÃES & Susana Münch MIRANDA, *Os primeiros 14 documentos relativos à armada de Pedro Álvares Cabral*, edição de [...], Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999, doc. 7, pp. 65-66). Foi certamente de harmonia com estas instruções que a *Anunciada*, que era o navio mais ligeiro da frota, foi posta sob o comando de Nicolau Coelho e despachada para Lisboa sem esperar pelos demais.

Sobre a expedição de Cabral a obra mais completa continua a ser a de William Brooks GREENLEE, *A Viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia pelos documentos e relações coevas*, introdução e notas de [...], tradução de António Álvaro Dória, Livraria Civilização, Porto [1951], adaptação portuguesa do volume *The Voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India*, publicado pela Hakluyt Society de Londres em 1938.

[2] Trata-se de Cananor, que escalaram a 15-16 de Janeiro de 1501 e onde carregaram 100 bares de canela para completar a carga das naus (*vide* «Relação do Piloto Anónimo», cap. lxxviii, GREENLEE, *op. cit.*, pp. 186-187; *cf. Crónica*

ida para lá se perderam 5 naus das suas, contando aquelas que iam para a Mina Nova do Ouro. E a Calecut foram 8[3]. E juntas foram a Calecut e lhes foi feita grande honra e bom agasalho; e tendo posto em terra suas mercadorias o feitor del Rei começou a trautar com eles; e no dito porto havia mais de 30 naus de

---

Anónima do Museu Britânico, cap. 11; CASTANHEDA, I, xli; BARROS, I, v, 9; G. CORREIA, I, p. 224; GÓIS, I, lx). A viagem da *Anunciada* não demorou, portanto, quatro meses mas cinco e uma semana.

[3] O mesmo dá a entender na sua carta do Cabo Verde Américo Vespúcio (*cf. infra*, apêndice). Na realidade, como se deduz do testemunho quase unânime dos cronistas (Piloto Anónimo, cap. lxvii, *ed. cit.*, p. 156; CASTANHEDA, I, xxxi; BARROS, I, v, 2; Damião de GÓIS, I, lv) só podem ter chegado a Calecut seis dos treze navios partidos de Lisboa, pois além dos cinco que se perderam, como o autor refere acima, há que contar com o navio dos mantimentos, do comando de Gaspar de Lemos, que tornou de Porto Seguro a Lisboa com a nova do achamento do Brasil, e ainda com a nau de Diogo Dias, que se desgarrou da frota durante uma tempestade no Atlântico sul, passou à vista de Madagascar e foi ter a Mogadoxo e daí à boca do Mar Vermelho, de onde tornou para Portugal sem ter chegado a ir à Índia (Piloto Anónimo, cap. lxxx; CASTANHEDA, I, xlii; BARROS, I, v, 9; G. CORREIA, I, pp. 153-157; GÓIS, I, lvii). A chegada à Índia de apenas seis navios é confirmada por uma fonte local (*vide* Luís Filipe F. R. THOMAZ, «A *Carta que mandaram os Padres da Índia, da China e da Magna China* [...]», *cit. supra* doc. II, nota 15).

Os cinco navios que se perderam foram aparentemente os de Bartolomeu Dias, Aires Gomes da Silva, Luís Pires e Simão de Pina, que soçobraram à vista do resto da frota a 24.V.1500, devido a uma súbita tempestade entre a costa do Brasil e o Cabo da Boa Esperança, e mais o de Vasco de Ataíde, que, conforme sabemos de fonte limpa pela carta de Pero Vaz de Caminha, se desgarrara já da frota ao largo das ilhas de Cabo Verde, a 23.III.1500; mas enquanto que o Piloto Anónimo (cap. lxiii, p. 152) e na sua primeira edição (1551) também CASTANHEDA (I, xxviii) dizem que não voltou a haver notícia dele, BARROS (I, iv, 2) e na sua esteira tanto a edição de 1554 de CASTANHEDA (I, xxx) como GÓIS (I, lv & lvii) dizem-no arribado mais tarde a Lisboa e comandado por Luís Pires (que na realidade naufragou no Atlântico sul) em vez de Vasco de Ataíde. O testemunho do Piloto Anónimo e da primeira edição de Castanheda é confirmado por Giovanni Francesco de Affaitadi na sua carta a Domenico Pisani, escrita de Lisboa a 26.VI.1501 (GREENLEE, *op. cit.*, pp. 227-232): «dos quais [navios] ao princípio, a 80 léguas daqui, uma destas naus do Rei se perdeu, da qual não se tiveram mais notícias». É pouco claro o testemunho da carta de D. Manuel aos Reis Católicos: «naquele gólfão, antes chegar ao Cabo, passou grandes tromentas, em que em um sóo dia juntamente soçobrárom à sua vista quatro naos, de que não escapou pessoa algũa, sendo já neste tempo desaparecida dele outra nao de que té ora nom é havida notícia» (GREENLEE, *op. cit.*, p. 144); é mais provável que se refira à nau desaparecida em Cabo Verde que à nau de Diogo Dias, que se desgarrou durante a tempestade, pois desta houve Pedro Álvares novas em Bezeguiche (Piloto Anónimo, cap. lxxx; CASTANHEDA, I, xlii; etc.), o que chegou ao conhecimento de D. Manuel a tempo ainda de o registar em dois passos subsequentes da missiva. Gaspar CORREIA (I, pp. 151-153), embora seja

mouros para carregar e levar a um porto do mar oceano dito Bizi-den[4], de onde em seguida vão a Damasco. E querendo carregar primeiro os portugueses vieram a tamanha diferença que os mouros se levantaram em algazarra e mataram todo'los portugueses que se achavam em terra, e até o feitor del Rei. E visto isto os das naus portuguesas se recolheram às naus e se foram a meter fogo às naus dos mouros e começaram de bombardear a terra e

---

em geral má fonte para a história das primeiras viagens ao Índico, não parece equivocar-se quanto ao número de navios perdidos, mas troca aparentemente os nomes aos capitães, dando Pero de Figueiró como naufragado por alturas de Cabo Verde, André Gonçalves como enviado a Lisboa com as novas do Brasil e como soçobrados no Atlântico sul Bartolomeu Dias, Simão de Pina, Vasco de Ataíde e Gaspar de Lemos; a divergência em relação às demais fontes provém, quiçá, de trocar os nomes dos capitães pelos dos mestres dos navios. Pelo contrário, a *Crónica Anónima* (cap. 9), assaz sucinta em quanto se refere à expedição cabralina, não dá nomes, mas faz naufragar uma nau na costa africana, arribar outra a Lisboa, regressar uma a Portugal por mando do capitão-mor com a nova do achamento do Brasil e naufragar cinco no Atlântico sul – pelo que não teriam podido chegar a Calecut senão cinco, ou mesmo quatro, se se contasse com o desvio da de Diogo Dias, que a crónica não regista.

Foram assim apenas seis os navios que regressaram a Lisboa (Piloto Anónimo, cap. lxxx; Lunardo da Chà MASSER, *Relazione*, viaggio secondo): cinco vindos da Índia (os seis que lá chegaram, menos o de Sancho de Tovar, que no regresso deu nuns baixos junto de Melinde, ficou incapaz de navegar e foi incendiado com a carga que trazia, *vide* Piloto Anónimo, cap. xx; CASTANHEDA, I, xlii; etc.) e mais o de Diogo Dias que se lhes juntou na zona de Bezeguiche, junto ao Cabo Verde.

Há consenso em como a nau de Sancho de Tovar que encalhou junto de Melinde era a maior da frota; as fontes portuguesas atribuem-lhe uma tonelagem de 200 tonéis. O núncio veneziano Giovanni Camerino (conhecido por Giovanni Matteo Cretico, por ter passado muito tempo em Creta) na sua carta de 27.VI.1501 ao doge de Veneza (GREENLEE, *op. cit.*, pp. 221-226) di-lo de 600 *botte*, e à *Anunciada* de 300, o que dá uma equivalência de 3 *botte* venezianas para um tonel português, o que parece razoável; mas nem sempre se fazia esta proporção, traduzindo-se por vezes simplesmente o português *tonel* pelo italiano *botte*, que é de facto a sua tradução aproximada como nome de objecto, mas não como medida *(cf. supra* doc. IV, nota 47, e *infra* doc. XI, nota 10). A exacta equivalência em termos modernos da *botte* italiana continua a ser objecto de discussão; segundo os cálculos de Lane, a de Veneza (dita *bota* em dialecto véneto) devia na Idade Média corresponder a cerca de 0,6 m^3, enquanto que a do Mediterrâneo ocidental não ultrapassaria os 0,5 m^3, o que corresponde efectivamente a cerca de 1/3 do tonel português (*vide* Frederic C. LANE, *Venice – A maritime Republic*, The John Hopkins University Press, Baltimore & Londres, 1973 [reimp. 1991], pp. 479-480; Idem, *Venetian Ships and Shipbuilding of the Renaissance*, The John Hopkins University Press, Baltimore & Londres, 1934 [reimp. 1992], pp. 246-249).

[4] *Cf. supra* doc. III, nota 38 & doc. IV, nota 9.

derribaram nela muitas casas e mataram muita gente e queimaram mais de 15 daquelas naus de mouros[5].

E por conselho de um indiano se partiram dali e se foram a outra terra onde acharam a um rei inimigo deste de Calecut, e lhes foi feita muita honra e grande e perfeito agasalho. E aí trautaram toda'las suas mercadorias e encheram os navios todos de especiaria. E por cima disto, lhes queria este rei dar muitas especiarias a crédito ao seu retorno sobre sua fé, as quais não quiseram tomar por terem já carga em abastança pera seus navios[6]. E daí se partiram amigos pera que de futuro em seu porto fizessem escala para sempre. O dito rei nos mandou um embaixador a nosso rei, com infinitos presentes, e lhes rogou e recomendou que tornem ao dito lugar[7].

E partidos que foram, os mouros de Calecut tinham armadas 150 velas com 15000 mouros e vinham para investir aos nossos. E porque as nossas eram carregadas e havendo de combater não

[5] Este relato sumário concorda nas suas linhas gerais com as relações mais pormenorizadas dos cronistas (Piloto Anónimo, cap. lxxi-lxxvi; *Crónica Anónima*, cap. x-xi; CASTANHEDA, I, xxxiiii-xl; BARROS, I, v, 4-7; GÓIS, I, lviii-lix); apenas Gaspar CORREIA (I, pp. 167-209) se aparta dos demais, fazendo Cabral escalar Cananor e firmar aí um acordo prévio com o Samorim antes de ancorar em Calecut. Uma breve súmula destes acontecimentos, também concorde com as fontes portuguesas, é dada pelos quatro bispos nestorianos da Índia na sua carta ou relatório de 1504 ao patriarca de Babilónia (*vide* Luis Filipe F. R. THOMAZ, «A *Carta que mandaram os Padres da Índia, da China e da Magna China* [...]», *cit. supra* doc. II, nota 15).

[6] Aparentemente o autor condensa num único episódio a visita da frota a Cochim, onde fez o essencial da carga (Piloto Anónimo, cap. lxxvii; *Crónica Anónima*, cap. xi; CASTANHEDA, I, xl; BARROS, I, v, 8; GÓIS, I, lx.; G. CORREIA, I, pp. 209-222) e a sua curta escala em Cananor, já no regresso ao Reino (Piloto Anónimo, cap. lxxviii; *Crónica Anónima*, cap. xi; CASTANHEDA, I, xli; BARROS, I, v, 9; GÓIS, I, lx; G. CORREIA, I, pp. 224-225). Segundo o consenso dos cronistas, confirmado pela Carta de D. Manuel aos sogros, foi em Cananor que o rei local lhes ofereceu especiarias a crédito, o que Pedro Álvares não aceitou por ter ainda meios para as pagar.

Cabral levava instruções para escalar Cananor, e mesmo para aí assentar a feitoria se não pudesse fazê-lo em Calecut (*Os primeiros 14* [...], *cf. supra* nota 1, doc. 7, pp. 55-56 & 62-65); acabou por deixar a feitoria em Cochim, que aparentemente escalou a conselho de Gaspar da Índia (G. CORREIA, I, cap. xi, p. 209), esguardando à boa recepção que aí achou e à situação da cidade, no centro da zona produtora de pimenta.

[7] Os cronistas concordam em como el-rei de Cananor mandou *sponte sua* um ou dois embaixadores a Portugal. Quanto aos de Cochim, a *Crónica Anónima*, Barros e Gaspar CORREIA (que fala apenas de um moço parente do rei, mandado por este a Lisboa, I, p. 221) dizem-nos embaixadores deliberadamente enviados pelo soberano local a el-rei de Portugal, mas o Piloto Anónimo e Castanheda explicam que se tratava na realidade de naires tomados por Cabral como reféns, em penhor da segurança dos seus homens descidos a terra em Cochim; na precipitação da partida, perante a ameaça de ataque de uma esquadra

estavam em condições, se meteram de ló e os deixamos por sotavento como bestas[8].

E à sua vinda acharam muitos reis e senhores e de todos houveram bom agasalho e presentes. E acharam ao corpo de S. Tomé Apóstolo, o qual não puderam haver, e muitas outras relíquias, de que trouveram aqui em quantidade a el Rei[9]. E vêm i em essa nau 4 embaixadores de diversos senhores e todos se querem submeter ao nosso rei[10]. E muitas outras cousas contam, as quais duas folhas não seriam bastantes para escrever. Não tenho eu tempo.

E esta é a carga que traz esta caravela e as outras que aí vêm: 300 quintais de pimenta fina; 160 quintais de canela, 60 quintais de lácar; 15 quintais de benjoim[11]. Aquestas são as cousas dinas de se

---

de Calecut, não puderam ser desembarcados a tempo e foram levados para Cananor contra sua vontade; foi de Cananor que escreveram ao seu soberano a dizer que tinham aceitado seguir para Portugal. Esta versão é confirmada por uma carta del-rei de Cochim a D. Manuel em que, 12 anos mais tarde, recorda ainda como os portugueses obrigaram os seus naires a comer a bordo e a infringir assim os tabus da sua casta (*vide* GREENLEE, *op. cit.*, p. 185, nota 2). O Piloto Anónimo explica que se comessem no mar jamais poderiam voltar a ver seu rei; mas que ao terceiro dia de viagem, muito instados pelos portugueses, se resolveram a comer. Quanto aos emissários que os governadores de Coulão enviaram a Cabral, convidando-o para o seu porto, não há notícia de terem vindo a Portugal.

[8] Como Guido Detti (*cf. supra* doc. IV, nota 38) também Bartolomeu Marchionni passa aqui sem aviso prévio à primeira pessoa, citando no discurso directo o seu informador. O episódio referido passou-se entre a escala em Cochim e a escala em Cananor (Piloto Anónimo, cap. lxxvii; CASTANHEDA, I, xli; BARROS, I, v, 8; GÓIS, I, lx; G. CORREIA, I, pp. 223-224).

[9] Na realidade não acharam o corpo de S. Tomé, cujo túmulo, venerado em Meliapor, na costa do Choromândel, apenas em 1517 viria a ser visitado por portugueses; tiveram simplesmente notícia dele, sobretudo por intermédio do P.e José de Cranganor, sacerdote siro-malabar que veio com Cabral para Lisboa, trazendo a D. Manuel terra recolhida sobre a sepultura do apóstolo. Ao que sabemos foi essa a única relíquia trazida para Portugal (*vide* Luís Filipe THOMAZ, «A lenda de S. Tomé Apóstolo e a expansão portuguesa», *cit. supra* doc. II, nota 32).

[10] Parece haver aqui exagero; os outros relatos da expedição apenas mencionam os embaixadores do rei de Cananor e os emissários forçados do de Cochim (*cf. supra* nota 7). Cabral levava instruções para convidar o Samorim a enviar emissários a Portugal, «pera que nom soomente vejam a nós e a nossos reinos, mas ainda pelas obras, honras e mercês que de nós receberão possam milhor sentir a vontade que teemos pera com ele e suas cousas» (*Os primeiros 14* [...], *cf. supra* nota 1, doc. 7, p. 59).

[11] Também o Crético discrimina na sua carta (GREENLEE, *op. cit.*, pp. 221-226) a carga da *Anunciada*: 300 quintais de pimenta, 120 de canela, 50 ou 60 de lacre e 15 de benjoim. Affaitadi (*ibidem*, pp. 227-232), dá cifras *grosso modo* concordes (300 quintais de pimenta e 200 de canela, noz-moscada, lacre e benjoim), precisando que a carga da *Anunciada* é a mais pobre de toda a frota. Os números

fazer menção[12]; e muitas outras especiarias miúdas; e que as outras 7 naus as quais ficaram para trás, que há cada ũa sua carga assim mesmo das ditas especiarias. Trouveram dous papagaios de diversas cores, os quais hão de comprido um côvado e 1/2, o que é mais de uma braça e meia das nossas, são cousas admiráveis[13]. E de muitas outras aves e alimárias dão notícia, de tal modo que Plínio que dizem impostor, mostram ser verdadeiras suas histórias[14].

Bartolomeu Marchioni, em Lisboa.

---

apresentados aqui um tanto ambiguamente por Bartolomeu Marchionni referem-se, portanto, apenas a essa caravela, como aliás se poderia deduzir da modéstia do quantitativo. Para o conjunto da frota Lunardo da CHÀ MASSER (*Relazione*, viaggio secondo) limita-se a indicar 2000 quintais de pimenta, sem referir as outras espécias. Pelo contrário Américo Vespúcio (*vide infra*, apêndice) dá uma longa lista de drogas, de que provavelmente apenas vieram amostras. O Piloto Anónimo (cap. lxviii) refere o carregamento de 400 quintais de canela em Cananor. Os *Diarii* de Girolamo Priuli (GREENLEE, *op. cit.*, pp. 240-241) registam uma notícia chegada a Veneza em Setembro de 1501, segundo a qual a carga da frota totalizava 3000 quintais, *sc.*: 2000 de pimenta, 600 de canela, e o resto de gengibre, sândalo e benjoim. As estimativas são sempre feitas em quintais (em italiano *cantara*) portugueses, equivalendo cada um, segundo Priuli, a 150 libras venezianas; há que notar, contudo, que ao longo do século XVI a prática normal era pesar a pimenta em quintais do peso velho de Lisboa (equivalentes a 128 arráteis de 14 onças, o que perfaz para o quintal 51,389 kg), mas pesar as demais espécias em quintais do peso novo (de 128 arráteis de 16 onças, ou seja, 58,752 kg); não sabemos se tal prática vigorava já ao tempo da viagem de Cabral.

[12] Note-se a ausência de qualquer alusão ao descobrimento do Brasil, a que tão-pouco alude a carta seguinte. O mesmo se verifica também nas cartas enviadas para Veneza por Angelo Trevisano e Giovanni Francesco de Affaitadi, e ainda nos registos dos diaristas venezianos Girolamo Priuli e Marino Sanuto (vide W. GREENLEE, *op. cit.*, pp. 226-245). Parece, portanto, que o Brasil despertou, por então, reduzido interesse; o próprio D. Manuel, na sua carta aos sogros, se limita a dedicar-lhe um curto parágrafo, que é cópia quase literal de um passo da carta de Pero Vaz de Caminha.

[13] Sabe-se por outras fontes (carta do Crético, W. GREENLEE, *op. cit.*, p. 222) que os animais vieram do Brasil; eram provavelmente araras e não papagaios. Um côvado corresponde aproximadamente a três palmos ou dois pés (*c.* 0,68 m); a antiga braça náutica portuguesa equivalia a 8 palmos, ou seja, 1,76 m, embora hoje se conte a duas jardas (6 pés ou 1,83 m); a braça italiana, usada sobretudo para medir tecidos, variava de lugar para lugar, mas não devia andar longe daqueles valores, pelo que parece haver certo exagero na equivalência.

[14] A popularidade de Plínio advinha-lhe de ter sido traduzido em italiano logo em 1473, quatro anos após a sua edição *princeps* em latim (Veneza, 1469). Em 1476 apareceu em Parma a edição latina de *Beroaldus*; no século XVI veio a ter numerosas edições.

VII

Carta sem título de Bartolomeu Marchionni

O texto aparece desprovido de título mas o começo indica tratar-se de uma segunda carta escrita por Bartolomeu Marchionni sobre a expedição de Pedro Álvares Cabral, na tentativa de completar a primeira, redigida à pressa e num momento de euforia: «*E molte altre cose contano, le qua' 2 fogli non sarè abbastanza a scrivere. Io non ho tempo*»[a]. Na relação de 27 de Junho o mercador florentino tinha inserido também algumas informações de carácter geral sobre o andamento da expedição, mas nesta segunda missiva a sua atenção centra-se sobretudo nas questões comerciais e económicas que para ele e, com certeza, também para o seu interlocutor tinham o maior interesse: quantidade, tipo, preço das mercadorias trazidas, praças orientais e suas características, produtos europeus e orientais e seu valor comercial, etc.

Estas duas cartas de Bartolomeu Marchionni juntam-se às outras relações de italianos sobre a viagem de Pedro Álvares Cabral[b] permitindo à crítica historiográfica a utilização de precioso material síncrono para a reconstrução de alguns aspectos ainda não completamente esclarecidos da expedição de 1500-1501. Num outro sentido, estas relações e outras que se conservaram do rico epistolário de Marchionni oferecem a possibilidade de individualizar a atitude e as emoções de um homem de grande engenho que vive directamente os efeitos produzidos na Europa do século XVI pelos descobrimentos portugueses. A posição pessoal do mercador florentino

---

[a] Doc. VI, fl. 47vB.

[b] Cf. também algumas das relações transcritas por Girolamo PRIULI nos seus *Diarii* (*I Diarii*. A cura di Arturo Segre, Città di Castello, 1921, vol. 2, pp. 153-157 e 170-171) e por Marino SANUTO nos *Diarii* (*Diarii*. Pubblicati per cura di Furlin, Deputazione Veneta di Storia, 1880, vol. 3, coll. 1595-1597 e vol. 4, coll. 66-102) e por MONTALBODDO, em *Paesi nuovamente retrouati* (MONTALBODDO, Libro Sesto, pp. 142-147).

revela-se através dos trechos em que propõe interpretações de tipo político e filosófico-geográfico. Assim, ele, como outros italianos[c], elogia a acção de D. Manuel e exibe o contentamento perante a crise a que chegará o comércio veneziano e árabe graças à abertura da rota do Cabo da Boa Esperança: «*si stima abbi a fornire per questa via tutto 'l ponente e anche col tempo l'Italia e che abbi a dare una gra' noia a veniziani e vi è più al soldano*»[d]. As navegações promovidas pela Coroa portuguesa representam uma novidade também em termos de conhecimento geográfico, e o mercador, apesar das suas preocupações concretas, não fica insensível a este aspecto, como testemunha a sua vontade de vincar, sobretudo, a actualidade e a veracidade das teorias de Plínio.

Também esta carta de Bartolomeu Marchionni não foi publicada até hoje em italiano ficando conhecida só através da tradução inglesa de William Brooks Greenlee[e] e da versão portuguesa do mesmo texto estabelecido por Greenlee[f].

(c) Cf., por exemplo, *o Elogio de D. Manuel*, escrito por Piero Vaglienti (doc. i), as cartas de Girolamo Sernigi (documentos ii e iii) e a carta de Detti (doc. iv).

(d) Fl. 48.

(e) Brooks Greenlee, *The Voyage*, pp. 149-150; em português na tradução de António Álvaro Dória, *A viagem* [...], cit.

(f) Na versão inglesa e, em consequência, na portuguesa individualizam-se alguns pontos em que não há correspondência perfeita com o original.

[fl. 48] *Dissevisi per l'ultima nostra come delle carovelle che andonno al viaggio di Chalichut n'era tornata una e per esse vi si mandò il carico suo. Dipoi, delle cinque restate addietro n'è tornate 3, l'altre sono parute. E queste hanno recate cantara 3000 di pepe e cantara 1000 di cannella e gengiovo e g[a]rofani e altre spezierie, i' modo che qui si stima abbi a fornire per questa via tutto 'l ponente e anche col tempo l'Italia e che abbi a dare una gra' noia a veniziani e vi è più al soldano imperò che guasteranno que' traffici di là perché per questa via vengono con assai manco*
[B] *spesa e con più comodità. Questo re mette / a ordine xx navi per partire di questo porto pe' l novembre o al più lungo per a dicembre prossimo, che se Dio le conduce a salvamento arreccheranno gran tesori i' modo quivi s' ha fare ricchezze e tutte cose buone e di nicissità.*

Funno le sopradette carovelle alla Mina Nuova dell'Oro e hanno condotto qui oro assai della Nuova Mina. E questo re mette a ordine navili per mandalli in detto luogo, sicché vedete le mercatantie nuovamente trovate di quà di che natura sono, che fortemente è da commendare questo re. E sarà questo nuovamente trovato u' nuovo mondo, ma è pericoloso al navigare per le gran secche per qu' mari.

Hanno recato molte ragioni d'uccelli e animali a noi incogniti e no' mai più visti, in modo che le cose raccontava Plinio nelle suo storie erano tenute buie e per quello oggidì si vede, si può dir n'avesse qualche notizie. //
[fl. 48v] *Le due navi andonno alla Mina Nuova dell'Oro si stima sieno perdute perché queste non ne danno alcuna nuove e dicono di loro non avere auto sentore. Stimo mi che altre volte questi mari sieno stati navigati, dipoi abbandonati per le secche grandi vi sono, a noi incognite. Iddio prosperi questo re di tale viaggio imperò che è una bella cosa.*

Dell'isola Taprobana dicono avere qualche notizie e sperano con breve tempo esser a essa. Dio li lasci andare e tornare a buon salvamento perché ogni anno sentiremo cose nuove e belle.

Dicono avere trovato una grossissima città i'nella quale dicono esser tale botteghe d'arte di seta che ha cento tellaia e lavoravisi fortissimamente. Stimo sia la città di Strava donde vengono le sete stravai, vengono di levante. Dipoi ho inteso la detta città si chiama Zanzura ed è dentro al mare Rosso.
[B] *E contano / cose incredibile però che dicono che per 40 reali, che sono 40*

quattrini de' nostri, s'ha una rosetta cremisi che se lo trovassono basterebbe. Sono mori bianchi e uomini del soldano di Banbilonia. Dicono avervi venduto e paternostri gialli d'ambra un marco e 1/2 d'ariento la filza, che sono denari 8 e costano dalle bande loro circa a sei o in XII de' nostri la filza. E che per tale conto n'hanno recato 2000 marchi d'ariento ch'è una bella cosa e da fare gran ricchezza.

Disse-vos pela nossa última como das caravelas que foram à viagem de Calecut era tornada uma, e por essa se vos mandou dizer a carga sua. Depois, das cinco que haviam ficado para trás, se tornaram três, as outras não apareceram[1]. E estas trouveram 3000 quintais de pimenta e 1000 quintais de canela e gengibre e cravo e outras especiarias[2], de modo que aqui se estima que se haverá de fornecer por esta via todo o ponente e ainda com o tempo a Itália, e que se haverá de dar grão nojo aos venezianos e ainda mais ao soldão e porende se hão de arruinar aqueles tratos de lá, porquanto por aquesta via vêm com assaz menos de despesa e com mais comodidade. Este rei faz prestes vinte naus pera partirem deste porto por Novembro, ou ao mais tardar, por Dezembro próximo[3], que se Deus os levar a salvamento arrecadarão grandes tesouros, de modo que aqui se há de fazer grã riqueza de toda'las cousas boas e de necessidade.

Foram as sobreditas caravelas à Mina Nova do Ouro, e trouveram aqui ouro assaz da Nova Mina[4]. E este rei faz prestes navios

[1] A carta é, portanto, datável de vinte e tal de Julho de 1501, já que, tal como a carta de D. Manuel aos Reis Católicos, foi escrita após o regresso a Lisboa de Cabral (21.VII.1501), mas antes do de Sancho de Tovar (talvez a 25.VII.1501) e do de Diogo Dias (talvez a 27.VII.1501); são certamente esses dois os navios dados em falta numa e noutra carta.

[2] Desta vez dão-se os quantitativos globais da frota; *cf. supra* doc. VI, nota 11.

[3] Não pode tratar-se da armada de João da Nova, que partira de Lisboa a 5 de Março, três meses antes do regresso de Cabral, mas da armada seguinte, que viria a ser capitaneada por Vasco da Gama. De qualquer modo a partida não deve jamais ter estado prevista para Novembro ou Dezembro, pois sabia-se já que a melhor monção para partir era entre Fevereiro e Abril; segundo os testemunhos coevos veio a partir efectivamente a 10 de Fevereiro de 1502, partindo mais cinco navios a 1 de Abril, sob o comando de Estêvão da Gama, primo do almirante (*Voyages de Vasco da Gama* [...], *cf. supra* doc. II, nota 15, pp. 191, 201, 203, 284, 306, 320, 341, 347 & 353).

[4] Os dois navios destinados por D. Manuel a Sofala eram, como muito bem diz CASTANHEDA na sua primeira edição (I, xxviii), o de Bartolomeu Dias e o de seu irmão Diogo Dias; como um naufragou e o outro se extraviou, Pedro Álvares designou para esse efeito a Sancho de Tovar, que após o encalhe da sua nau, a *El-Rei*, passara para a caravela de Nicolau Coelho, que por seu turno passara para a *Anunciada* cujo capitão, Nuno Leitão da Cunha, adoecera (GREENLEE,

para os mandar ao dito lugar; assim que vedes as mercadorias novamente achadas de cá de que natureza são; que fortemente é de louvar aqueste rei. E será este, novamente achado, um novo mundo[5], mas é perigoso o navegar, polos grandes baixios que há por esses mares[6].

---

op. cit., pp. 35, 94n & 302). A trazida de ouro de Sofala em quantidade apreciável não é confirmada por outras fontes; muito pelo contrário, D. Manuel afirma na sua missiva aos sogros que das duas naus que à feitura da carta estavam ainda para chegar, «ũa delas tinha enviada a Çofala, que é mina d'ouro que novamente se achou, nom pera resgatar, soomente pera haver verdadeira enformação das cousas dela, porque duas naos que pera isso iam, ũa delas se perdeo no mar e a outra se apartou da frota com tempo feito e nom foi à dita mina».

[5] É curioso achar aqui aplicada ao Oriente, conhecido, ainda que mal, desde há muitos séculos, esta expressão que em breve se especializaria para designar, com maior propriedade, o continente americano. Essa especialização torna-se por assim dizer definitiva menos de dois anos após a redacção desta carta, com a publicação do *Mundus Novus* de Américo Vespúcio, que deve ter tido uma primeira edição em Florença em 1503, embora apenas se conheçam exemplares da edição de Augsburgo no ano imediato (*vide* Ilaria Luzzana CARACI, *Amerigo Vespucci*, Nuova Racolta Colombiana, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, Libreria dello Stato, Roma (1996), vol. I, doc. 5, pp. 303-319; versão castelhana *in* Amerigo VESPUCCI, *Cartas de Viaje*, introducción y notas de Luciano FORMISANO, Alianza Editorial, Madrid, 1986, doc. V, pp. 89-101). O texto começa assim: «Em dias passados mui amplamente te escrevi sobre meu regresso de aqueles novos países que, com a armada e a expensas deste Sereníssimo Rei de Portugal, buscámos e descobrimos; os quais Novo Mundo nos é lícito chamar, pois em tempos de nossos maiores de nenhum deles se teve conhecimento, e para todos aqueles que o ouvirem será novíssima cousa, já que isso excede em muito a opinião de nossos antepassados [...]».

[6] De facto a viagem de ida e volta à Índia não era tão fácil como Vespúcio pretende dar a crer, ao escrever displicentemente na sua carta de 18.VII.1500 a Lourenço de Médicis, a propósito da viagem de Vasco da Gama: «Creio que terá Vossa Magnificência sabido as novas trazidas pela frota que há dous anos mandou el-rei de Portugal a descobrir polas partes de Guiné. A uma viagem como essa não chamo eu descobrir, senão ir pelo descoberto, pois, como vereis pola figura, sua navegação foi continuadamente à vista de terra, e deram volta a toda a terra de África pola parte do austro, que é uma província de que falam todos os autores da cosmografia» (carta I, Ilaria CARACCI, *op. cit. supra* nota precedente, pp. 267-279; FORMISANO, *op. cit.*, pp. 51-65). Na realidade houve um navio da frota de Vasco da Gama (o *São Rafael*, *cf. supra* doc. II, nota 3) e outro da de Cabral (a nau *El-Rei*, de Sancho de Tovar, *cf. supra* doc. VI, nota 3) que encalharam à vinda da Índia. Foi para obviar ao escasso conhecimento que os portugueses ainda tinham dos fundos e dos portos que, como já fizera o Gama, Pedro Álvares tratou de obter pilotos locais, tanto em Moçambique (Piloto Anónimo, cap. lxviii) como em Melinde (*ibidem*, cap. lxix); Sancho de Tovar fez depois o mesmo em Sofala (*ibidem*, cap. lxxix). O mesmo se fez em viagens subsequentes (*cf. infra*, doc. X). Dir-se-ia, portanto, que o piloto guzerate de Vasco da Gama que veio com ele até Portugal (*cf. supra* doc. II, nota 9 & doc. III, nota 18)

Trouveram muitas sortes de aves e alimárias de nós incógnitas e jamais vistas, de modo que as cousas que contava Plínio em suas histórias, que eram tidas por patranhas, pelo que hoje em dia se vê se pode dizer que delas há de ter tido qualquer notícia.

As duas naus que foram à Mina Nova do Ouro se julga serem perdidas porquanto estes não dão delas nova alguma e dizem que delas não houveram rumor[7]. Tenho para mim que outrora estes mares hajam sido navegados e depois abandonados polos grandes baixios que há i, a nós incógnitos. Deus faça prosperar a este rei que tal viagem ordenou, pois é uma bela cousa.

Da ilha Taprobana dizem haver qualquer notícia e esperam em breve tempo ser em ela[8]. Deus os leixe ir e tornar a bom salvamento porque cada ano ouviremos cousas novas e belas.

Dizem haver achado uma grandíssima cidade em a qual dizem haver tais oficinas de arte de seda que hão cem teares, e trabalha-se aí fortíssimamente[9]. Cuido que seja a cidade de

---

não acompanhou a frota de Cabral; Gaspar CORREIA (I, p. 161) diz porém o contrário, afirmando que à passagem de Cabral em Moçambique «o Xeque e os seus estavam mui espantados ouvindo aos pilotos de Melinde as cousas de Portugal que contavam e os vendo assi de colares d'ouro e vestidos de seda».

[7] Parece haver aqui qualquer confusão, pois o navio de Bartolomeu Dias afundou-se à ida à vista de toda a frota e o de Diogo Dias reuniu-se aos demais em Bezeguiche, onde se encontraram também com o de Sancho de Tovar, à última hora designado para explorar Sofala; a não ser que se queira referir à viagem de Bezeguiche a Lisboa, em que voltaram a ficar para trás dois navios; segundo BARROS (I, v, 9) seriam os de Pero de Ataíde e Sancho de Tovar, mas outras fontes sugerem antes que fossem o de Sancho de Tovar e o de Diogo Dias *(cf. supra* nota 1, & doc. VI, nota 1).

[8] *Cf. supra* doc. III, nota 32. Poder-se-á ver aqui uma intenção de visitar Ceilão aquando da viagem seguinte, a de João da Nova? Com base na existência de um padrão português, datado de 1501, em Colombo, Geneviève Bouchon põe a hipótese de João da Nova, de cuja viagem se sabe muito pouco, ter visitado Ceilão, embora o não refiram as crónicas (*vide* G. BOUCHON, «À propos de l'inscription de Colombo (1501) – Quelques observations sur le premier voyage de João da Nova dans l'Océan Indien», in *Revista da Universidade de Coimbra*, n.º 28, (1980), pp. 233-270; também publicado na série «Separatas» do Centro de Estudos de Cartografia Antiga, n.º cxxxix; reproduzido in G. BOUCHON, *Inde Découverte, Inde Retrouvée, 1498-1630 – Études d'histoire indo-portugaise*, Centre Culturel Calouste Gulbenkian / Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, Lisboa & Paris, 1999, pp. 95-132).

[9] Refere-se provavelmente a qualquer cidade do Guzerate, região onde de facto havia uma florescente indústria têxtil, embora produzindo mais panos de algodão que de seda. A frota trouxe notícias relativamente circunstanciadas acerca do Guzerate, sem dúvida fornecidas em boa parte pelo P.e José de Cranganor, como se deduz da concordância entre a sua *Relação* e a do Piloto Anónimo (Piloto Anónimo, cap. lxx; Relato do Padre José, GREENLEE, *op. cit.*, pp. 197-214).

Estrava de onde vêm as sedas estravantes[10]; vêm do Levante. Depois ouvi que a dita cidade se chama Zanzura e é dentro no Mar Roxo[11]. E contam cousas incríveis, pero que dizem que por 40 reais que são 40 quatrins dos nossos se há ũa roseta carmesim

[10] Strava não parece corresponder a nenhuma cidade da Índia, mas antes a Astarâbâd, cidade do Mâzandarân (costa iraniana do Mar Cáspio) sita a 36° 49' N, 54° 26' E, a uns 35 km do ângulo SE do Mar Cáspio, mais conhecida hoje por Gurgân; o nome ocorre na forma Strabat nas *Relações* de Pedro Teixeira. Era, além de um centro de indústria têxtil, de onde provinham as sedas ditas *stravai*, *stravagi* ou *stravatina*, uma importante etapa do comércio caravaneiro (HEYD, *Histoire du Commerce du Levant* [...], *cf. supra* doc. I, nota 10, vol. 2, pp. 671-672; *cf.* vol. 1, pp. 46-47 & vol. 2, pp. 189, 377, & 507).

Traduzimos o italiano *stravai* por *estravantes*, termo usado nalgumas versões do *Livro* de Duarte Barbosa (*Collecção de Noticias* [...], vol. 2, p. 357, versão castelhana, versão italiana de Ramusio). Nos diversos manuscritos de Barbosa ocorrem grafias divergentes: *sababates*, *caravatys* (segundo tudo leva a crer, a ler *çaravatis*), *serravantis*, *saravetis* e *sarauantis* (*vide* Maria Augusta da Veiga e SOUSA, *O Livro de Duarte Barbosa* (edição crítica e anotada), vol. 2, prefácio, texto crítico e apêndice por [...], Instituto de Investigação Científica Tropical & Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2000, cap. 48, § 8, p. 319). Estas diversas formas parecem confirmar que, como intuiu Dalgado (que apenas conhecia o texto publicado por Mendes Trigoso na *Collecção de Noticias* [...]), o termo originalmente usado por Barbosa seja na realidade derivado do hindustânico *sirband*, ou, como nos parece mais provável, do persa *sar-band*, o que em qualquer dos casos significa literalmente «faixa ou banda para a cabeça», *i. e.*, «touca, turbante» e corresponde ao turco *tülbent* ou *dülbent*, étimo do romance *turbante*. Seja como for, a forma *estravantes* sofreu, quiçá através do italiano, contaminação com o nome de Strava ou Asterâbâd, por ser daí que provinha o melhor pano para turbantes. Barbosa, que refere tais panos num texto referente ao Bengala e não ao Irão, define-os como «panos mui finos e delgados a que nós chamamos beatilhas, que são pera toucados de donas e os Mouros, Arábios e Pérsios, os estimam muito pera toucas».

[11] Foneticamente parece esta forma corresponder a Janjira, nome de uma pequena ilha costeira do Concão, um pouco ao sul de Chaul, onde existia uma fortaleza do Adil Khân de Bijapur confiada a uma guarnição abexim, e que veio mais tarde a ser sede de um minúsculo estado nativo encravado na Índia Inglesa (entre 18° e 18° 30' N, e 72° 53' e 73° 17' E); mas Janjira era à época um lugar insignificante e não consta que aí existisse indústria têxtil digna de menção. Há que notar, contudo, que em marata *jãjirâ*, *zãjirâ* ou *yãjirâ* (do árabe *jazîra*, «ilha») se usa como substantivo comum no sentido de «ilha fortificada».

Ou tratar-se-á de uma corruptela de Guzerate, que é porém nome de uma região e não de uma cidade? Ou de Zanzibar, que não era um centro de produção, mas apenas um centro, ao tempo assaz secundário, de distribuição dos têxteis guzerates? «Dentro no Mar Roxo» pode significar apenas nas margens do Índico, pois o termo pode estar usado no sentido clássico de *Erythraea Thalassa*, que englobava também o Mar Arábico.

que se o achassem bastaria[12]. São mouros brancos e homens do soldão de Babilónia. Dizem ter i vendido contas amarelas de âmbar a um marco e 1/2 de prata a fiada, que são oito dinheiros, e custam nas suas partes obra de 6 a 12 dos nossos a fiada. E que por tal quantia trouveram 2000 marcos de prata que é bela cousa de fazer grã riqueza[13].

[12] Quatrim era uma pequena moeda de cobre, cunhada em Portugal, em Castela e em diversos estados italianos a partir do século XIV. O quatrim português equivalia a um ceitil, ou seja, a um sexto de real. O nome advinha-lhe de valer originariamente quatro dinheiros. Roseta é uma pedra preciosa lapidada em forma mais ou menos piramidal com a base chata; não sabemos a que pedra exactamente se quer o autor referir.

[13] Sobre o âmbar, *cf. supra* doc. II, nota 49. O marco de prata equivalia a 8 onças, ou seja, meio arrátel (*c.* 229,5 g) e era o estalão a partir do qual se calculava o valor das diferentes moedas.

Parece haver confusão, ou pelo menos exagero, na cifra referente à prata trazida pela frota, que nenhuma outra fonte refere: 2000 marcos de prata é quase meia tonelada! A título de comparação note-se que em Dezembro de 1499 D. Manuel mandara adquirir em Espanha 1500 marcos de prata para mandar para a Índia e assim financiar a aquisição de especiaria (*Os primeiros 14* [...], *cf. supra* doc. VI, nota 1, *vide* doc. 2, p. 33). Ou quererá o autor dizer que trouxeram especiaria no valor de 2000 marcos de prata?

VIII

Carta de Piero Rondinelli de 1502

No título escolhido pelo autor da antologia declara-se que a carta foi enviada de Lisboa («*Copia di una lettera venuta di Lisbona*») enquanto que a assinatura indica que o autor escreveu a sua relação em Sevilha («*Vostro Piero Rondinelli, in Sibilia*»). Estes elementos, aparentemente em contradição, deixam porém espaço à hipótese de a carta ter sido efectivamente escrita em Sevilha, num segundo momento ter chegado a Lisboa, e seguidamente, ter sido enviada para Florença.

O nome de Piero Rondinelli não aparece entre os dos inúmeros italianos que, naqueles anos, operam em Portugal. Esta circunstância e o facto de o informador falar nas navegações de Américo Vespúcio indicam tratar-se daquele «*micer Piero Rondinelli, mercador florentín estante en esta dicha ciudad de Sevilla*» que Vespúcio nomeia em 1511 como seu executor testamentário[a]. Nascido numa família especializada na arte da lã e que estava empenhada no governo da República de Florença, Piero Rondinelli transferiu-se para Sevilha onde, evidentemente, em 1503 tentava entrar na rede dos grandes mercadores. A carta revela, claramente, que naquele momento o florentino não possuía, como outros italianos que cita, dinheiro suficiente para empregar nas frutuosas operações comerciais promovidas nos mercados orientais: «*se avessi denari sarei entrato co'loro a qualche parte, ma io non ho nulla e così mi sto' a denti secchi*». Neste sentido, a carta que Rondinelli escreve pode ser vista também como tentativa de obter do seu interlocutor, para nós anónimo, dinheiro para investir no Oriente. Uma suposição deste tipo pode ser avaliada pela posição de preeminência do destinatário da carta residente em Lisboa ou, talvez, em Florença e pelo facto de insistir

[a] Consuelo VARELA, «El testamento de Amerigo Vespucci», Sep. de *Historiografía y Bibliografía Americanistas*, vol. 30, n.º 2, Sevilha, 1986.

nas perspectivas excepcionais abertas ao comércio através das navegações orientais.

As preocupações exclusivamente mercantis de Rondinelli depreendem-se também pelo teor da carta em que relata o regresso da frota de João da Nova. Ao contrário de outros italianos[(b)], não fornece informações sobre a expedição, limitando-se a registar, de maneira pormenorizada, tudo o que está relacionado com os produtos importados, com os preços correntes e com as perspectivas de investimento[(c)].

Na parte final da sua carta Rondinelli fala, como se disse, numa navegação de Américo Vespúcio e nos primeiros esforços empreendidos pela Coroa portuguesa para colonizar e disfrutar economicamente do descobrimento do Brasil[(d)].

[(b)] Cf. por exemplo uma carta de Bartolomeo Marchionni escrita em Lisboa em 20 de Setembro de 1502, em M. SANUTO, *Diarii*, cit., vol. 4, coll. 544-545, e uma relação de Lunardo NARDI, *ibid.*, coll. 545-546.

[(c)] O testemunho de Rondinelli foi utilizado, juntamente com outras fontes italianas, por Geneviève BOUCHON, no magnífico estudo dedicado à expedição de João de Nova: «A propos de l'inscription de Colombo (1501) quelques observations sur le premier voyage de João da Nova dans l'Océan Indien», Coimbra, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1980, série «Separatas» n.º CXXXIX.

[(d)] Este trecho foi publicado em *Raccolta Colombiana*, cit., parte 3, vol. 2 (1893), pp. 120-121.

[fl. 55vB]

Copia di una lettera venuta di Lisbona della tornata delle 4 carovelle di Chalichut colle spezierie.

Avete inteso de' 4 navili tornati di Chalichut e portano poche spezierie:
[fl. 56] *secondo quello si stimava hanno cantara 1000 di pepe, 500 di cannella // e alcuno gengiovo. E marinai hanno cantara 200[1] di cannella. E Antonio, italiano, resta ancora di là apparesso a Chalichut, a uno luogo si dice Chananor, perché non poteva sparare le sue mercatantie che portava. Fa conto che la frotta ch'è ora là farà accordo co' re di Chalachut e lascerà assettato el traffico di modo che tutte le spezierie che vorrà arà. Di qui avanti per via di Lisbona si fornirà tutto el mondo e veniziani n'aranno un gran danno e simile el soldano e molti altri che trattano dette spezierie. E per avere portato poco pepe e caro, stimo a Lisbona non s'avessi per crociati 30 [il] cantaro e la cannella, 50.*

E a ordine si mette per a gennaio e febbraio altra armata che saranno almeno 6 navili di 300 tonelli in sù ciascuno e va Antonio il Carduccio e Antonio
[B] */ Salvago e hanno fatto accordo co' re di 600 tonnellate che loro hanno a mettere a riscatto per avere le spezierie, e' re mette e navili e la costa; dipoi tutto è ricatto suia per avere le spezierie, per 1/2 con e' re, che mi pare buon partito rispetto l'altro passato perché avevono a dare el quarto di quello che portano, che mi pare ch'el 1/4 più sia una bella cosa e massime essendo franco di gabelle e spese. Se avessi denari sarei entrato co' loro a qualche parte, ma io non ho nulla e così mi sto a denti secchi. Mariotto Carducci e Alessandro consorterei si disponessi andare là che questa cosa si mostra bonissima e ogni dì più sicura per avviso.*

De' navili delle nuove isole d'India insino a qui n'è tornati VII di quanto io so. È tornato Michele, che fu vostro mozzo quando io venni di
[fl. 56v] *costì, e vien ricco di più di // 6000 castellane vale el suo, che ha recato uno grano d'oro, cioè un pezzo di valuta di 3270 castellane, che dice era una cosa di miracolo vedere sì bel pezzo d'oro. In fine è qui ed è ricco e tutti quelli che vi sono stati dal principio in qua vengono ricchi che in fine v'è oro assai ma si cava con travaglio. E 'l mancamento che hanno di vettovaglia è alsì causa che non possono caricare come farebbono, ma d'ora per avanti si darà ordine come levino[2] col primo navilio le vettovaglie e così*

[1] *cantara 200 cantare.*
[2] *elino.*

andrà molto bene e trarrà oro infinito, che non è possibile dove[3] *si gran pezzo d'oro si truova, non vi sia dell'altro, e gran somma.*

L'ammiraglio fu a discoprire più avanti e si crede che troverà molta
[B] *ricchezza perché uno Bastiano che fu a discoprire / verso donde el detto ammiraglio, è tornato e ha recato opera di 100 marchi d'oro. E dice non si fidò di scendere in terra perché non si sentiva podiroso, ma che grandissima somma d'oro è in quelle parte, sicché s'ordina di quà questa esser buona terra che fra spezierie e oro questa Spagna si farà ricchissima.*

Giovan Santo ha 'vuto licenza per armare cinque navili per ire in India, cioè in queste isole, con vettovaglie. E da el 1/4 del guadagno a' re, tratto 'l capitale: che stimo farà di uno 3 o 4 mandandolo Iddio a salvamento, che si vende là quello che l'uom[4] *vuole. E vale una rova*[(e)] *di vino 1 peso e 1/2 d'oro e una rova di tozzino, cioè porco, 2 pesi, e una rova di sapone 2 pesi e 1/2, 1 vara*[5, (f)]
[fl. 57] *di panno di Cordova di grana 5 pesi e 1/2, 1 cantaro di biscotto // 2 pesi, una vara di panno lino di Sibilia 1/2 peso, 1 vara d'olanda, cioè di 1/2 olanda 1 peso, uno giubbone di fustagno 2 pesi, uno cuzzoto (℄) di lenza 1 peso e 1/2, 1 spada 2 pesi, una balestra 4 pesi, e così tutto allo avvenante si vende, secondo che per relazione ho auto da uno ch'è stato là 9 anni. Sicché vedete se 'l partito è di gran guadagno. Francesco de' Bardi s' ha a fare ricco a meraviglia che insino a oggi dice non dare per 1000 marchi quello [che] tiene nell'India, e ora vi metterà 3 o 400 ducati che Giovanni Sanotto lo serve e ha 'l continuo di là di ducati 600 o più. Sicché, chi avesse denari sarè buono arrischiarsi.*

La capitana ancora non è venuta, mandila Idio a salvamento che ha più di 100 mila pesi d'oro di che ne sono pe' re 45 mila pesi, che sarè buon
[B] *boccone pe' re. Mandi Iddio tutto a salvamento./ Amerigo Vespucci aren qui fra pochi dì, el quale ha durato assai fatiche e avuto poco profitto, che pure meritava altro che 'l ordine e' re di Portogallo arrendò le terre che lui discoperse a certi cristiani nuovi e sono obbrigati a mandare ogni anno 6 navili e discoprire ogni anno 300 leghe avanti e fare una fortezza nel discoperto e mantenella detti 3 anni: e 'l primo anno non pagano nulla, e 'l secondo el 1/6 e 'l 1/3 e 'l 1/4. E fanno conto di portare verzino assai e schiavi e forse vi troveranno cose d'altro profitto. Di quanto seguirà vi si dirà.*

Vostro Piero Rondinelli, in Sibilia, sotto dì 3 d'ottobre 1502.

---

[3] *dove e.1.*

[4] *luon.*

[(e)] «Rova»: Balducci Pegolotti afirma que «*Rova una meno un dodicesimo di rova d'olio alla misura di Sibilia fanno in Firenza orcie una d'olio*», Balducci PEGOLOTTI, *La pratica della mercatura*. Ed. A. Evans. Cambridge (Mass.) 1936, Nova Iorque, reimpressão 1970.

[5] *tara.*

[(f)] *tara* = vara: Balducci Pegolotti afirma que em Sevilha os tecidos «*si vendono a pezza intera e a ritaglio a vara*», Balducci PEGOLOTTI, p. 270.

Cópia de uma carta vinda de Lisboa, da tornada das 4 caravelas de Calecut com as especiarias.

Haveis de ter ouvido já dos 4 navios tornados de Calecut[1]; e trazem poucas especiarias: segundo o que se estimava, hão 1000 quintais de pimenta, 500 de canela e algum gengibre[2]. Os marinheiros

[1] Refere-se à viagem de João da Nova (1501-1502), a mais obscura das viagens portuguesas à Índia, mas infelizmente nada de interessante acrescenta ao pouco que nos dizem os cronistas (*vide* Lunardo da CHÀ MASSER, *Relazione*, viaggio terzo; *Crónica Anónima*, cap. xii; CASTANHEDA, I, xliii; BARROS, I, v, 10; G. CORREIA, tomo I, cap. i-vii, pp. 233-261; GÓIS, I, lxiii ; *cf.* a *Copia de una littera del re de Portigallo mãdata al Re de Castella del viaggio et successo de India*, versão italiana da carta de D. Manuel de 1501 acrescentada com uma resenha do que se passou até 1505, impressa em Roma a 23.X.1505, designada doravante por *Pseudo-Carta de D. Manuel*). Acham-se, contudo, alguns pormenores interessantes em cartas de Giovanni Francesco Affaitadi, Francesco la Salia, Bartolomeu Marchionni e Leonardo Nardi, transcritas ou resumidas por Marino SANUTO (*Diarii*, IV, col. 485, 663-666, 544-545 & 545-546, respectivamente), de cujo conteúdo se achará um resumo *in* António Alberto Banha de ANDRADE, *Novos Mundos do Mundo – Panorama da difusão pela Europa de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, 2 vols., Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1972, vol. I, pp. 292-297; a mais completa é a de Nardi, que dá um preçário das várias espécias no Malabar.

Há unanimidade em como a frota se compunha de quatro navios: dois del-Rei, comandados um por João da Nova outro por Francisco de Novais, um de D. Álvaro, irmão do Duque de Bragança, comandado por Diogo Barbosa seu criado (segundo Correia, por Fernão Pacheco) e outro finalmente de Bartolomeu Marchionni, comandado pelo florentino Fernão Vinet, seu criado. Este documento confirma que, como os cronistas afirmam unanimemente, todos os quatro navios vieram a salvamento (o que segundo Gaspar CORREIA, pp. 261-265, levou D. Manuel a consultar Abraão Zacuto em busca de uma explicação para o estranho facto de na armada de Cabral se terem perdido metade dos navios e nesta nenhum); não pode, pois, ter razão a *Pseudo-Carta de D. Manuel* ao afirmar que regressaram três navios, desaparecendo o quarto.

[2] Esta informação concorda aproximadamente com a de Chà Masser, segundo a qual teriam trazido 1550 quintais de especiaria, os mais dela de pimenta; com a de Castanheda (1000 quintais de pimenta, 450 de canela e 50 de gengibre, carregados em Cananor); e com a de João Francisco Afaitato ou Giovanni Francesco de Affaitadi em carta de Lisboa, 26.IX.1502 a Piero Pasqualigo,

hão 200 quintais de canela. E António, italiano, queda ainda lá junto com Calecut em um lugar que se chama Cananor porque não podia despachar a sua mercadoria que levava[3]. Fazem conta de que esta frota que ora é lá faça acordo com el-rei de Calecut e deixe assentado o trato de modo que toda'las especiarias que quiser terá[4]. Doravante daqui pela via de Lisboa se fornecerá todo o mundo. Os venezianos terão delo grão dano e assi mesmo o Soldão e muitos outros que tratam em especiarias[5]. E por terem trazido pouca, é a pimenta cara. Cuido que em Lisboa se não haja a menos de 30 cruzados o quintal e a canela a 50[6].

---

orador (embaixador) da Sereníssima República de Veneza em Espanha (transcrita por Marino SANUTO, *Diarii*, vol. IV, col. 663-666): 1000 quintais de pimenta, 450 de canela, 50 de gengibre e outros 50 de lacre e benjoim, além de diversas miudezas, no valor total de 4000 ducados. Nestes números não entram, aparentemente, as quintaladas dos marinheiros, que como se explica em seguida, totalizavam 200 quintais de canela. Poder-se-á ver nesta superabundância de canela (700 quintais em 1700, ou seja, 41% da tonelagem da frota) um indício de que, como sustenta Geneviève Bouchon, a armada, ou pelo menos um dos seus navios, visitou Ceilão, onde de facto existe uma pedra com as armas de Portugal e a data de 1501? (*cf. supra* doc. VII, nota 8).

[3] Os cronistas confirmam que ficaram alguns homens a comerciar em Cananor e Barros diz explicitamente que um deles era feitor de Bartolomeu Marchionni; mas nenhum dá o seu nome.

[4] Refere-se à expedição seguinte à de João da Nova, a 2.ª viagem de Vasco da Gama, que partira de Lisboa em Fevereiro (a 10, segundo CASTANHEDA, I, xliv, BARROS, I, vi, 2, e GÓIS, I, lxviii; a 25, segundo a *Crónica Anónima*, cap. xiv) e que, portanto, à feitura da carta, em Outubro, devia estar já na Índia, embora alguns navios, que se atrasaram, apenas tenham partido de Lisboa em Abril.

[5] *Cf. supra* doc. I e doc. III, nota 9.

[6] Portanto, exactamente ao dobro do preço a que, segundo o *Diário da primeira viagem de Vasco da Gama*, se vendiam em Alexandria, *cf. supra* doc. II, nota 28. Mas os preços mostravam forte tendência para subir: os dados coligidos por E. ASHTOR («Spice Prices in the Near East in the 15th Century», in *Journal of the Royal Asiatic Society*, I, Londres, 1976, pp. 26-41, reproduzido *in* M. N. PEARSON (ed.), *Spices in the Indian Ocean*, Variorum, Aldershot & Vermont, 1996, pp. 68-84) permitem calcular para os preços da pimenta no Egipto no decénio 1490-1500, uma média de $7\frac{1}{2}$ ducados por *sporta* veneziana, equivalente ao *ḥiml* árabe (correspondente a 5 *qinṭâr fulfulî*, «quintais para pimenta», ou seja, *c.* 210 a 216 kg), o que dá para o quintal do peso velho de Lisboa *c.* $16\frac{1}{2}$ a 17 cruzados, um pouco mais do que diz o *Diário*; os dados coligidos por Magalhães GODINHO (*Os Descobrimentos* [...], *cf. supra* doc. III, nota 2, pp. 116-121) dão para o mesmo período uma média um pouco mais baixa (66,75 ducados a *sporta* no Cairo, o que vem a equivaler a *c.* 16 cruzados o quintal). Seja como for, para o lustro 1500-1505 achamos, com base no mesmo autor, uma média de 126,6 ducados para a *sporta* de pimenta no Cairo, ou seja, 30 cruzados o quintal, o que é perfeitamente idêntico ao preço previsto aqui para Lisboa. Para a canela os preços no Egipto são dados em quintais (*qinṭâr*) de

E faz-se prestes pera Janeiro ou Fevereiro outra armada[7], que será pelo menos de 6 navios de 300 tonéis cada um ou daí para cima, e vai António o Cardúcio e António Salvago[8]; e fizeram acordo com el-Rei

mann (sendo o *mann* equivalente a dois arráteis, *raṭl*, ou 812,5 g); o preço médio para o período 1490-1500 é, segundo Ashtor, 70 ducados pelo dito quintal, o que equivale a 50 cruzados por quintal do peso novo de Lisboa, média que se manteve no lustro seguinte conforme se deduz dos números coligidos por Godinho. Por conseguinte, também para a canela se previa que os preços praticados em Lisboa fossem iguais aos de Alexandria. A verificar-se correcta a previsão de Rondinelli e a manter-se essa tendência, para os portos do Mediterrâneo o abastecimento em Alexandria continuaria a ser mais económico; já os do Atlântico poderiam obter especiaria em Lisboa a melhor preço, porque menos onerado pelos custos do transporte até ao destino final – o que explicaria porque jamais a rota do Cabo suplantou inteiramente a do Mar Roxo. Segundo Affaitadi (*cf. supra* nota 2) as naus vinham só meias carregadas, pois levavam pouco cabedal para comprar especiaria; isto porque faziam tenção que duas delas tocassem à ida na «Mina Nova» (*i. e.*, em Sofala) a carregar ouro para o resgate, o que não puderam fazer, ao que o autor dá a entender, por erro náutico.

[7] Preparava-se já, portanto, em finais de Setembro ou começos de Outubro de 1502 a armada dos Albuquerques, que, retida por diversos problemas, apenas largaria de Lisboa em Abril, com dois ou três meses de atraso sobre a data inicialmente prevista. O número de seis navios, aqui previsto, foi excedido: a frota que então zarpou compunha-se na realidade de 7 navios, a que há que juntar uma nau de comércio, armada em Setúbal, que largaria em Maio, em conserva com as duas velas da armada de António de Saldanha enviada a patrulhar a boca do Mar Roxo. As informações aqui dadas por Rondinelli concordam *grosso modo* com as fornecidas por Affaitadi (*cf. supra* nota 2), excepto no que toca à tonelagem dos navios: D. Manuel preparava uma armada de 8 a 10 navios, dos quais seis novos, um de 700 tonéis outro de 500, construídos na ribeira de Lisboa, outro de 450 no «porto de Portugal» (*i. e.*, no Porto?), dois na Madeira (um de 350 outro de 230 tonéis), um de 160 a 170 tonéis em Setúbal, e ainda uma nau de 300 tonéis já usada, retornada da ilha de Quios três dias antes da feitura da carta. Contudo, nem as tonelagens dadas por Rondinelli nem as indicadas por Affaitadi concordam com as das duas versões da carta de Giovanni da Empoli, discordes entre si (1600, 700, 300 e 200 *botte*, no ms. de Florença pub. por Marco SPALLANZANI, *Giovanni da Empoli, mercante navigatore fiorentino*, Studio per Edizioni Scelte, Florença, 1984, mas 700, 600, 350 e 150 *botte* no texto pub. por Ramusio, traduzido em português na *Collecção de Noticias* [...], tomo II, n.° VI, pp. 221-233) nem com as de Lunardo da CHÀ MASSER (800, 500 e 400 a 500 *botte*, *Relazione*, viaggio quinto): ver pormenores no exaustivo estudo de Jean AUBIN, «L'apprentissage de l'Inde: Cochin, 1503-1504», in *Le Latin et l'Astrolabe* (*cf. supra* doc. IV, nota 54), vol. I, pp. 49-110.

[8] *Antonio il Carduccio* deve ser erro do copista por *Francesco Carducci*, devido talvez a confusão com o nome do personagem seguinte, António Salvago; este era genovês, ao passo que Carducci era florentino (Marco SPALLANZANI, *Mercanti Fiorentini nell'Asia Portoghese*, Studio per Edizioni Scelte, Florença, 1997, p. 55).

de 600 toneladas que hão de pôr a resgate por haverem as especiarias; e el-Rei põe os navios à sua custa; e depois tudo é seu resgate a meias com el-Rei, o que me parece bom partido, esguardando ao outro passado, porque tinham de dar o quarto do que levavam; que me parece que o quarto mais será bela cousa, *maxime* sendo forro de alcavalas e despesas. Se tivesse dinheiro teria entrado com eles a qualquer partido, mas não tenho nada e assim me fico a ver navios. A Mariotto Carducci e Alexandre[9] me associaria, se dispusesse com que ir lá, que esta cousa se mostra boníssima e cada dia mais segura, a meu ver.

Dos navios das novas ilhas da Índia[10] até aqui são tornados 7 que eu saiba. É tornado Miguel, que foi vosso moço quando me

---

Os cronistas não referem a participação de mercadores italianos nesta armada; além dos dois aqui mencionados (cuja participação financeira é confirmada por uma carta de Lunardo Nardi transcrita nos *Diários* de Marino SANUTO, IV, 547) participou Girolamo Sernigi, que foi o principal armador, e Giovanni da Empoli, que embarcou como agente comercial dos Marchionni e da firma Gualterroti & Frescobaldi (J. AUBIN, *op. cit. supra* nota 7, pp. 53-54; *cf.* Marco SPALLANZANI, *Giovanni da Empoli*, *vide supra* nota 7).

[9] Não lográmos identificar estas duas personagens, a que nem Spallanzani nem Aubin fazem referência; trata-se, quiçá, de dois outros elementos da família Carducci. Giovanni da Empoli menciona um certo «Gian Charducci» no seu testamento de Lisboa, 4.IV.1515 (pub. por SPALLANZANI, *Giovanni da Empoli*, p. 191 & ss.).

[10] Isto é, das Antilhas. Escrita em Sevilha, a carta passa a referir o que entretanto se passava nas Índias Ocidentais. Por carta régia de 10.IV.1495 haviam os Reis Católicos derrogado o direito exclusivo de Colombo ao trato com o Novo Mundo, e dado licença geral a seus súbditos para descobrir e resgatar em terras americanas. Quando em 1499 chegou à Península a nova auspiciosa das perspectivas comerciais que se abriam na Terra Firme descoberta na terceira viagem colombina, largaram dos portos andaluzes quatro expedições, as primeiras a demandar o Novo Mundo com escopos meramente mercantis: a de Alonso de Hojeda, com quem velejou Vespúcio, a de Per' Alonso Niño e seu sócio Cristóbal Guerra, a de Vicente Yáñez Pinzón e seu sobrinho Arias Pérez, e a de Diego de Lepe. A estas outras se seguiram, quer em direcção à Terra Firme quer às ilhas, onde começavam a prosperar as primeiras colónias espanholas e onde havia desde 1499 um governador castelhano nomeado pela Coroa; houve inclusivamente viagens clandestinas de caravelas às Índias, sem contrato com a Coroa. Em Setembro de 1502, nas vésperas da feitura desta carta, haviam regressado a Sevilha nomeadamente os dois navios de Rodrigo de Bastidas, após terem percorrido durante 26 meses as costas da Venezuela, do Darién, da Jamaica e de outras ilhas (*vide* Martín FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, «Colección de los Viajes y Descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV», in *Obras de Don* [...], edición y estudio preliminar de D. Carlos Seco Serrano, 1.° vol., Biblioteca de Autores Españoles, tomo LXXV, Atlas, Madrid, 1954, p. 17 & ss.; sobre as viagens clandestinas, *vide* doc. xlii, p. 302). Pouco tempo depois, em 1503, seria criada em Sevilha para coordenar este tráfego a *Casa de la Contratación de las Indias*.

vim daí, e vem rico, que mais de 6000 castelhanos vale sua fazenda, que trouve um grão de ouro, ou seja, um pedaço, que se avalia em 3270 castelhanos, que é cousa de maravilha ver um tão belo pedaço de ouro[11]. Enfim está aqui e está rico, e todos os que ali têm estado desde o princípio vêm ricos, que em suma há i de ouro assaz. Mas tira-se com trabalho. A falta que tem de vitualhas é outrossim causa de não poderem carregar como aliás fariam; mas doravante se dará ordem em como levem com o primeiro navio as vitualhas e assim irá mui bem, e se trará ouro infinito, que não é possível que onde tamanho pedaço de ouro se acha, não haja i outro e grande soma.

O almirante[12] foi a descobrir mais adiante e crê-se que achará muita riqueza, porque um Bastião, que foi a descobrir às partes

[11] Não lográmos identificar este Miguel, moço do destinatário da carta, que tão-pouco é conhecido. *Castelhano* é o nome que neste tempo se dá ao *meio excelente* dos Reis Católicos, que em 1480 substituiu a *dobra* como unidade monetária e padrão de ouro; tinha uma lei de 948 milésimos e pesava 3,52 g, equivalendo assim praticamente ao *ducado* cunhado em Aragão por D. João II (1458-1479), pai de Fernando, *o Católico*, por sua vez cópia do *ducado* veneziano. Com a cunhagem dos *castelhanos* Castela alinhou-se assim pelo sistema monetário que prevalecia no Mediterrâneo, tal como Portugal se alinhara com a dos *cruzados* e o Egipto com a dos *xerafins* (*vide* Luís SÁNCHEZ BELDA, art.os «castellano», «excelente» & «ducado» in Germán BLEIBERG, *Diccionario de Historia de España*, dirigido por [...], 3 vols., Alianza Editorial, 1979, reimp. 1986, *s. v.*). Neste ano de 1502 veio das Índias uma quantidade *record* de ouro (*c.* 100 000 pesos, o que equivale a 1000 libras ou *c.* 450 kg); um pedaço que pesava 3600 pesos (36 libras ou *c.* 16,200 kg) perdeu-se no mar (Gonzalo FERNÁNDEZ DE OVIEDO, *Historia General y Natural de las Indias*, edición y estudio preliminar de Juán Pérez de Tudela Bueso, Biblioteca de Autores Españoles, tomo CXVII, Atlas, Madrid, 1959, tomo I, liv.° II, cap. vii, 69-70).

[12] Cristóvão Colombo, que pelas *Capitulações de Santa Fé* (1492) obtivera dos Reis Católicos o título de *Almirante do Mar Oceano* (*cf.* Samuel Eliot MORISON, *Cristóvão Colombo, Almirante do Mar-Oceano*, trad. de Carlos Selvagem, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1962). Enquanto se multiplicavam as expedições ao Novo Mundo com fins simplesmente comerciais ou de colonização e conquista, Colombo persistia na sua ideia de achar por ocidente um caminho marítimo para a Índia Oriental e a 14.IV.1502 obtinha dos soberanos autorização para empreender uma 4.ª viagem, com condição de não escalar S. Domingos, de onde fora expulso; para a qual viagem zarpou de Cádiz com quatro navios a 9.V.1502, vindo a regressar apenas em Janeiro de 1504 (*cf.* Cristóbal COLÓN, *Textos y documentos completos: Relaciones de viajes, cartas y memoriales*, edición, prólogo y notas de Consuelo Varela, Alianza Editorial, 2.ª ed., 1984; NAVARRETE, *op. cit. supra* nota 10; Hernando COLÓN, *Historia del Almirante*, edición de Luís Arranz, Crónicas de América, vol. 1, Historia 16, Madrid, 3.ª ed. 1985, cap. lxxxviii-cviii; Fray Bartolomé de LAS CASAS, *Historia de las Indias*, II, vi-viii & xx-xxxvi).

donde foi o dito almirante, é tornado, e trouve obra de 100 marcos de ouro[13]. E diz que não se confiou de descer a terra porque se não sentia poderoso, mas que grandíssimas somas de ouro há em aquelas partes, assim que se julga de cá esta ser boa terra, que entre especiarias e ouro esta Espanha[14] se fará riquíssima.

João Santo teve licença pera armar cinco navios para ir à Índia, isto é, a essas ilhas, com mantimentos[15]. E dá o quarto do ganho a el-Rei, tirante o capital: que estimam que fará de um 3 ou 4,

[13] Não se trata de nenhum dos participantes na 4.ª viagem de Colombo, de que possuímos a relação nominal completa (NAVARRETE, *op. cit. supra* nota 10, pp. 228-231), em que não consta nenhum Sebastião. O texto sugere que se trate de alguém que tivesse participado na exploração da Terra Firme a que agora se dirigia Colombo, ou integrado na 3.ª expedição colombina ou nalguma das ditas «viagens menores» de Hojeda, Lepe, etc. (*cf. supra* nota 10). Poderia imaginar-se que se tratasse do fidalgo galego Sebastián de Ocampo, criado da rainha Isabel, que segundo o testemunho de LAS CASAS (*Historia de las Indias*, I, lxxxii & II, xli) acompanhou Colombo aquando da sua segunda viagem, e que seria mais tarde encarregado de explorar Cuba, vindo a demonstrar que era ilha e não terra firme como supusera Colombo (*vide* Fray Bartolomé de LAS CASAS, *Obras Escogidas de* [...], respectivamente tomos I & II, Biblioteca de Autores Españoles, tomos XCV & XCVI, Atlas, Madrid, 1957 & 1961, pp. 244 & 102); mas Sebastián de Ocampo, que viera a Espanha após ter participado na 2.ª viagem colombina, fora em 1501 desterrado por toda a vida para a Ilha Espanhola, em comutação da pena de morte em que incorrera por se envolver em briga com Juán de Velasques, que ao que parece matou (provisão de 2.X.1501, pub. por NAVARRETE, *op. cit. supra* nota 10, vol. II, doc. XLIX, p. 306).

[14] Recorde-se que por *Espanha* se entendia ainda então a totalidade da Península Ibérica, pelo que não é descabida a alusão à riqueza adveniente das especiarias, na realidade comercializadas pelos portugueses.

[15] Não sabemos se este Giovanni Santo é a mesma pessoa que o Giovanni Sanotto a que se alude linhas abaixo. O envio de navios com mantimentos às Índias Ocidentais tornava-se premente desde que os castelhanos começaram a colonizar a Ilha Espanhola (S. Domingos), que não era por então auto-suficiente em vitualhas; daí os elevados preços que estas atingiam, como se explica abaixo, e as boas perspectivas de lucro que se abriam aos mercadores. As expedições de exploração e reconhecimento debatiam-se com o mesmo problema; na sua 2.ª viagem à costa da Venezuela Hojeda viu-se obrigado a enviar à Jamaica um navio a comprar aos índios todo o *pão* (*i. e.*, milho-maís ou mandioca, *cf.* FERNÁNDEZ DE OVIEDO, *op. cit. supra* nota 11, vol. I, liv.° vii, cap. 1 & 2) que pudesse (*vide* NAVARRETE, *op. cit. supra* nota 10, vol. II, doc. XIX, pp. 73-74). Dezasseis meses após a feitura desta carta, a 18.II.1504, uma cédula real autorizava finalmente que durante dez anos qualquer súbdito da Coroa de Castela pudesse mandar livremente à Ilha Espanhola mantimentos, roupas, calçado, gado, bestas, plantas, sementes e ferramentas, pagando à chegada os mesmos direitos de carga e descarga que se pagavam em Sevilha (*ibidem*, doc. LIII, pp. 307-308).

levando-o Deus a salvamento, que se vende lá aquilo que homem quer; e vale uma arroba de vinho 1 peso[16] e 1/2 de ouro; e uma arroba de toucinho, isto é, porco, 2 pesos; e uma arroba[17] de sabão 2 pesos e 1/2; e uma vara[18] de pano de Córdova de grã 5 pesos e 1/2; e um quintal de biscoito 2 pesos; e 1 vara de pano de linho de Sevilha 1/2 peso; 1 vara de holanda isto é 1/2 holanda 1 peso; 1 gibão de fustão 2 pesos; um (...) de lenço 1 peso e 1/2; 1 espada 2 pesos; uma besta 4 pesos; e assim tudo o mais por conseguinte se vende, segundo o que por relação tenho havido de um que esteve lá 9 anos. Assim que vedes se não é o partido de grão ganho. Francisco de' Bardi[19] se há de fazer rico a maravilha, que até hoje diz não dar por 1000 marcos o que tem na Índia. E ora meterá i 300 ou 400 ducados, que João Sanotto[20] o serve, e haverá de contínuo de lá 600 ducados ou mais. Assim que quem houvesse dinheiro seria bom arriscar-se.

A capitânia[21] não é inda vinda, traga-a Deus a salvamento, que tem mais de 100 mil pesos de ouro de que são para el-Rei 45 mil pesos[22] que será um bom bocado pera el-Rei. Traga Deus tudo a

[16] Tal como durante muito tempo sucederia no Brasil (onde se faziam pagamentos em açúcar), nas Índias de Castela, antes de haver casa-da-moeda, a inexistência de dinheiro entre os índios e a escassez de numerário europeu faziam com que o ouro corresse a peso. Como explica FERNÁNDEZ DE OVIEDO (*loc. cit. supra* nota 11) o *peso* de ouro correspondia a $^{1}/_{100}$ da libra ou arrátel, ou $^{1}/_{50}$ do marco de 8 onças, o que equivale a *c.* 4,6 g.

[17] Enquanto que em Portugal a *arroba* (cujo nome, de origem arábica, significa etimologicamente «um quarto [de quintal]») pesava 32 arráteis e em Aragão 36, em Castela pesava apenas 25, equivalendo assim a *c.* 11,502 kg.

[18] A *vara*, medida usada no comércio de tecidos, correspondente à *jarda* inglesa, equivalia em Espanha a 3 pés (ou 4 palmos de 12 polegadas); a de Castela, de que se trata aqui, equivalia a 0,8359 m, a de Aragão a 0,772 m. Em Portugal correspondia a 3 pés e $^{1}/_{2}$, ou seja *c.* 1,10 m.

[19] Os Bardi eram uma companhia florentina autorizada a operar em Portugal por carta de D. Afonso IV de 9.IV.1338 (M. SPALLANZANI, *Mercanti* [...], *cf. supra* nota 8). Francesco de' Bardi era vizinho de Sevilha; Colombo passar-lhe-ia a 10.XII.1505 procuração para poder receber toda a fazenda que em seu nome remetessem das Índias (C. COLÓN, *Textos y documentos* [...], *cf. supra* nota 12, doc. lxxxviii, pp. 355-357).

[20] Parece deduzir-se daqui que Giovanni Sanotto (que é talvez a mesma pessoa que o Giovanni Santo mencionado acima) foi às Índias Ocidentais como feitor dos Bardi.

[21] Não é perfeitamente claro de que capitânia se trata; provavelmente a da frota de cinco velas de João Santo; os 100 000 pesos correspondem à cifra dada por Fernández de Oviedo (*cf. supra* nota 11).

[22] Este número é surpreendente: esperar-se-iam 20 000 pesos, já que sobre os resgates feitos nas Índias incidia uma taxa de $^{1}/_{5}$ para a Coroa (*cf.* o assento de Pinzón, de Dez.° de 1495, NAVARRETE, *op. cit. supra* nota 10, vol. II, secção I,

salvamento. Américo Vespúcio virá aqui dentro de poucos dias[23], o qual passou assaz de fadigas e teve pouco proveito, que assim mesmo merecia melhor cousa que a ordem del Rei de Portugal que arrendou as terras que ele descobriu a certos cristãos-novos; e são obrigados de mandar em cada um ano 6 navios a descobrir cada ano 300 léguas adiante e fazer uma fortaleza no já descoberto e mantê-la os ditos três anos; o primeiro ano não pagam nada, o segundo é ao sexto e o terceiro é ao quarto[24]. E fazem conta de trazer brasil[25] assaz e escravos, e talvez se descobrirão i cousas de outro proveito. De quanto se siga se vos dirá.

Vosso Pedro Rondinelli em Sevilha, aos dias 3 de Outubro 1502.

---

doc. i, pp. 54-55; as instruções do Rei Católico a Pedrarias Dávila, de 2.VII.1513, *ibidem*, secção III, doc. II, § 21, p. 213; etc.).

[23] Após um interlúdio de cerca de dois anos ao serviço de Portugal (1501-1502), Vespúcio voltava, pois, ao serviço de Castela; viria a receber a nacionalidade castelhana por carta régia de Toro, 25.IV.1505 (pub. por NAVARRETE, *op. cit. supra* nota 10, vol. II, secção II, apêndice, doc. IV, p. 175). Vespúcio chegara a Lisboa entre 22 de Julho e 7 de Setembro, de regresso da sua viagem ao Brasil (*cf. infra* apêndice), que refere sucintamente na sua 3.ª carta, de 1502, a Lourenço de Médicis e aparentemente também no chamado «fragmento Ridolfi», datável do mesmo ano (cartas 3 & 4, Ilaria CARACI, *op. cit. supra* doc. VII, nota 5, pp. 289-301; ed. de FORMISANO, *cit. ibidem*, pp. 74-88). Quanto ao *Mundus Novus* e à *Carta a Soderini* (cartas 5 & 6, CARACI, pp. 303-383; FORMISANO, pp. 89-137), são, pelo menos na forma em que nos chegaram, de autenticidade duvidosa, embora pareçam conter fragmentos de cartas autênticas – pelo que se não pode prestar demasiada fé ao que relatam. Sobre a viagem de Vespúcio ao Brasil, integrado na expedição de Gonçalo Coelho, *cf.* Max Justo GUEDES, «As primeiras expedições de reconhecimento da costa brasileira» in *História Naval Brasileira*, vol. I, tomo I, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1975, pp. 226-239; IDEM, *O Descobrimento do Brasil [1500-1548]*, *The Discovery of Brazil*, CTT Correios, Lisboa, 2000; Duarte LEITE, *História dos Descobrimentos – Colectânea de esparsos*, organização, notas e estudo final de V. Magalhães Godinho, vol. II, Ed. Cosmos, Lisboa, 1960, p. 49 & ss.; Jorge COUTO, *A Construção do Brasil – Ameríndios, Portugueses e Africanos do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Ed. Cosmos, Lisboa, 1995, pp. 190-192.

[24] Refere-se ao contrato que, sobre o modelo do contrato celebrado entre D. Afonso V e Fernão Gomes em 1468, D. Manuel fez com uma sociedade comercial encabeçada por Fernão de Loronha, cujo original desgraçadamente se perdeu; dele sabemos apenas pelo presente documento e pela *Relação* de Lunardo da CHÀ MASSER (*ed. cit.*, pp. 83-84).

[25] Foi, segundo tudo leva a crer, a expedição de Gonçalo Coelho, em que se integrou Vespúcio, que descobriu a existência de pau-brasil (*Cæsalpinia echinata*, *cf. supra* doc. II, nota 19) no território a que viria a dar o nome: nenhum dos documentos fidedignos referentes à viagem de Cabral o refere, mas apenas Gaspar Correia, que está longe de ser uma boa fonte para a história da época

pré-albuquerquiana. Seja como for, é na 3.ª carta de Vespúcio a Lourenço de Médicis (*cf. supra* nota 23) que se encontra a mais antiga referência conhecida à existência de pau-brasil em Terras de Santa Cruz. Os espanhóis haviam topado nas Antilhas e na costa setentrional da Terra Firme com uma madeira que identificaram como pau-brasil; mas é opinião dos naturalistas desde Humboldt que se tratava de brasilete (*Cæsalpinia braziliensis*, C. Am. ou *C. violacea* [Miller] Standley), que dá um corante de qualidade inferior. Acham-se referências à existência desse pau-brasil na Ilha Espanhola desde a 2.ª viagem de Colombo (Pedro Mártir de ANGLÉRIA, *De Orbe Novo*, década I, cap. iv; vide *De Orbe Novo, Petri Martyris ab Angleria Mediolanensis Protonotarij Cesaris Senatoris Decades*, cum privilegio Imperiali, Compluti [=Alcalá de Henares], 1530; reimpressão anastática: Petrus Martyr de ANGLERIA, *Opera: Legatio Babylonica, De Orbe Novo Decades octo, Opus Epistolarum*, introduction Dr. Erich Woldan, Akademisch Druck – u. Verlagsanstalt, Graz, Áustria, 1966; tradução castelhana: *Décadas del Nuevo Mundo*, Ed. Polifemo, Madrid 1989; *cf.* Fray Bartolomé de LAS CASAS, *Historia de las Indias*, I, cxxvii & cl). Achou-se mais tarde basta cópia dele na Terra Firme, na zona do golfo de Pária, defronte da ilha de Trinidad, explorada por Colombo na sua 3.ª viagem e logo por Hojeda, em cuja companhia ia Vespúcio (*ibidem*, cap. clxiii; *cf.* FERNÁNDEZ DE OVIEDO, *Historia General* [...], IX, xv); foi provavelmente essa circunstância que lhe permitiu mais tarde identificar na costa brasileira a árvore do pau-brasil, muito semelhante à do brasilete. Este começara a ser comercializado em 1499-1500, quando Vicente Yañez Pinzón trouxe de Pária 3000 libras dele (ANGLÉRIA, I, ix); em 1501 Hojeda fora autorizado a importar mais 30 quintais (real cédula de Granada, 10.III.1501, pub. por NAVARRETE, *op. cit.*, vol. II, secção I, doc. IX, pp. 59-60). O pau-brasil brasileiro, de melhor qualidade, suplantá-lo-ia quase inteiramente a breve trecho. Segundo a *Relação* de Lunardo de CHÀ MASSER (*ed. cit.*, pp. 83-84), D. Manuel, ao mesmo tempo que fez contrato com Fernão de Loronha (*cf. supra* nota precedente) para o explorar em Terras de Santa Cruz proibiu a importação de pau-brasil asiático ou sapão (*Cæsalpinia sappan*, L.), para lhe não fazer concorrência (medida inversamente idêntica à que, para proteger a Carreira da Índia, tomaria em 1505, ao proibir o comércio de especiarias americanas ou o plantio das asiáticas no Brasil); mas ou aquela medida era temporária, em vigor apenas durante a vigência do contrato de Loronha, ou caiu no esquecimento, pois continua até 1518 a haver notícia de pequenas quantidades de pau-brasil asiático trazidas para Lisboa pela Carreira da Índia. Parece, portanto, que embora o pau-brasil brasileiro não fosse tão reputado nos mercados europeus como o asiático, acabou por destroná-lo devido não ao proteccionismo manuelino mas ao seu mais baixo preço, decorrente *inter alia* da menor distância e, consequentemente, do menor custo do transporte.

IX

Carta sem título de Francesco Corbinelli

O texto, que aparece no códice desprovido de título e data mas com a assinatura «*Francesco Corbinelli in Lisbona*», oferece uma descrição bastante pormenorizada da segunda expedição de Vasco da Gama. Já Francisco Leite de Faria chamou a atenção para o facto de na carta de Corbinelli aparecer uma data que se revela em contraste com as outras fontes conhecidas. Com efeito, Corbinelli indica o dia «*10 di febbraio anno 1501*» como data em que, não toda a frota, mas unicamente o navio *Santo António*, saiu de Lisboa. Francisco Leite de Faria, depois de ter analisado as indicações das crónicas e dos outros testemunhos qualificados[a] chega à seguinte conclusão: «a indicação do ano de 1501 para a partida do *Santo António*, ou está errada em vez de 1502, ou Corbinelli seguia a maneira usada na Itália, onde o ano começava em 25 de Março. Segundo esta maneira italiana, o dia 10 de Fevereiro de 1502 era ainda de 1501»[b]. A hipótese do calendário italiano parece ter sido aceite também por Virgínia Rau no estudo que dedicou a este mercador[c] e, como se pode depreender de outros documentos do Códice *Riccardiano*, não representa uma excepção já que em outros informes destinados ao ambiente florentino se encontra o mesmo tipo de datação[d].

Na carta escrita logo após a chegada do navio *Santo António*[e], Corbinelli, futuro feitor de Goa[f], não só dedica amplo espaço ao

---

[a] FARIA, p. 287.

[b] *Ibid.*, p. 288.

[c] Virgínia RAU, «Um florentino ao serviço da expansão ultramarina portuguesa: Francisco Corbinelli», em *Memórias*, Centro de Estudos de Marinha, vol. IV, Lisboa, 1974, pp. 107-141 (pp. 112-113); sobre o assunto *cf.* também, Marco SPALLANZANI, *Mercanti Fiorentini nell'Asia Portoghese*, Florença, SPES, 1997, pp. 63-79 e *passim*.

[d] Cf. por exemplo o doc. XII.

[e] Virgínia Rau atribui à carta a «data de 22 de Agosto de 1503», mas esta certeza é injustificada já que o dia 20 de Agosto, referido como data de chegada do navio, representa apenas um *terminus post quem*, RAU, «Um florentino [...]», *ob. cit.*, p. 111.

relato dos episódios mais significativos da navegação da frota de Vasco da Gama, às lutas e aos confrontos dos Portugueses com o rei de Calecut, mas regista também, e obviamente, pormenores relacionados com o aproveitamento comercial das conquistas orientais. Esta carta do Códice *Riccardiano* em que se encontram vários elementos inéditos sobre a segunda viagem de Vasco da Gama[g] foi publicada em leitura diplomática só em 1974 no apêndice ao ensaio que Virgínia Rau dedicou à figura e à acção de Francesco Corbinelli[h].

[f] Sobre este assunto cf. também o estudo de Maria Emília Madeira SANTOS «Afonso de Albuquerque e os feitores», in *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1985, pp. 201-226.

[g] É preciso ainda proceder ao cotejo completo com os outros testemunhos coevos: as duas relações, uma alemã e outra portuguesa da Osterreischische Nationalbibliothek de Viena, publicadas por Christine von ROHR em *Neue Quellen zur Zweiten Indienfahrt Vasco da Gama*, Leipzig, 1939; o trecho relativo a esta viagem no relato de Lunardo da Ca' Masser, publicado em G. SCOPOLI, «Relazione di Lunardo da Ca' Masser», *Archivo Storico Italiano*, Appendice II (1845), pp. 9-51; *Calcoen*, Antuérpia, ca. 1504, publ. também em português por Oliveira MARTINS em *Portugal nos mares*, Lisboa 1924, I, pp. 81-110; e o relato de Tomé Lopes, publicado em 1550 por Ramúsio, RAMÚSIO, I, pp. 683-738.

[h] V. RAU, «Um florentino [...]», *ob. cit.*, pp. 122-124.

[fl. 76] *Davanti ieri arrivò qui uno de' navili che vengono di Chalachut, quello che si chiama Santo Antonio ed è 'l capitano. El quale partì di qui a dì X di febbraio anno 1501 e arrivò qui a dì XX d'agosto anno 1503. E contano le nuove appresso.*

Questo navile partì di Mozalicha, di qua dall'India 900 leghe, insieme con uno altro navile chiamato[1] *Il Gabriello, che lo mandò l'Ammirante per dare nuova di loro, a dì X d'aprile passato. E arrivò quivi a dì XVIII d'agosto e lasciò la conserva addietro perché questa andava male*[2] *delle vele, di lungi da qui 500 leghe, nella costa di Guinea. E porta questo navile 800 cantara di pepe e 100 di cannella e alcuno verzino.*

[B] *La prima frotta partì di qui a dì X di febbraio e arrivonno a / Zafala a dì X di giugno. Dove li misono dentro ne' rio, cioé nella riviera nuova, cinque navili, e quali riscattonno alcuno oro: la somma non dicono perché erano molti che lo nascondevano per non pagare diritto a' re. Ma si dicce*
[fl. 76v] *hanno recato X mila // miticalli d'oro, che vale ogni miticalle ducati 2 e 3/4. E arebbono recato molto più se avessino avuto robe al proposito loro che poche robe avevano che loro volessino. Però quelle che volevano vendorono con assai profitto, e le robe che vogliono là per altra vi si dirà quali son buone.*

E di qui partinno a dì IIII di luglio per loro viaggio. E uscendo fuori de' rio, uno de' navili dette in una secca che si perdè che non si salvò salvo
[B] *la gente e lo migliore del navilio. Nel quale navile avevano XI mila / miticalli d'oro di parte e dicono non si perdè di capitale nulla e piuttosto s'avvanzerà che perdere perché scamponno robe di valuta di VII mila ducati.*

E dipoi andonno più avanti in uno luogo chiamato Asiloa, dove è una gran città e grandissimo traffico di mercatanti. E in questa città sta uno re el quale è signore di questa Zafala, el quale re quando vidde sì gran frotta, nelli anni passati è suto duro, che non voleva trafficare con cristiani, el popolo si levò e dissono che volevano esser amici de' cristiani e vennono alle navi, alla capitana. Quale, subito che arrivò, si fece vassallo di questo serenissimo re e li proferse 1500 miticalli d'oro l'anno di trebuto, quali subito

[1] *chiamata.*
[2] *me.*

[fl. 77] *pagò in tanto oro. E restonno amicissimi. // E dipoi si partì la frotta, cioè le X navi prime e andonno nell'India dove arrivonno a Chananora. Nel quale porto era arrivato la nostra nave San Giuliano X dì prima che nessuna dell'altre, e quivi aspettava la frotta, dove venne. E quivi presono una nave di mori che valeva XX mila ducati d'oro o meglio; e li mercatanti mori tutti li salvonno e el resto arese, tutta la nave e l'oro.*

E dipoi andò a Chalichut per vedere se potevano fare pace con quello re, quale dondolava e dava parole. E quando questo vidde l'ammirante, mandò a sparare l'artiglieri e distrusse molte case e ammazzò di molta gente e impiccò quanti mori potè avere alle mani, che andavano in que' zambucchi allo traffico di qua e di là. E fatto questo si partì e andò a Choan, 40 leghe di Chalichut, dove qui caricò la sua nave e stette tre mesi a caricalla. E stando in questo luogo vene un chierico di quelli indiani, uomo onorato e ben vestito e atalianato e disse: «Addio Ammirante!» E che lui voleva venire qui in questa parte. E aveva seco X o dodici persone alsì onorate e di buono aspetto. Ed essendo stati nella nave 3 o 4 dì, dipoi d'avere preso conversazione co' loro e co' lo ammirante, li disse perché non era amici de' re di Chalichut e che se lui voleva che lo farebbe amici suo. E lo ammirante rispuose di sì e subito si partì detto prete e andò a Chalichut. E tornò e disse che e' re di Chalichut era contento d'esser suo amico e che andasse là. 'L quale ammirante si mise in una nave, la quale si chiama Fiore del-
[B] *l'altre, e andò là con una / carovella.*

E quando arrivò, mandò a dire a' re che li mandasse statichi se volesse andasse in terra. E' re li rispuose che no' li aveva a mandare persona. E stando in questo dibattito vennono alla nave 400 o 500 zambucchi con molta gente e con molta artiglieria e non facevano salvo trarre bombarde per mettere la nave in fondo. Per la qual cosa l'ammirante si vidde in tanta fortuna che già non aveva rimedio. Se non che di Chananora li arrivò due nave e due carovelle che andavano quivi d'arrivata e lo soccorsono di modo che presono la maggior parte de' detti zambucchi e mori. E li ammazzò tutti
[fl. 77v] *e impiccò el prete ch'era // con esso, lui e li suoi compagni, e dipoi tagliò el capo e piedi e mani a' restante e li mandò a presentare a' re di Chalichut. E a questo modo scampò e dipoi si ritornò a Choan alla sua nave dove quivi finì di caricalla.*

Dipoi, venendosene pel suo viaggio, arrivonno a Chalichut 40 o 50 nave grosse e una gran conserva di sambucchi, dov'erano infinite gente e venivano alla volta dello ammirante, quale erano XIII nave, che l'altre erano in Chananore a caricare. E lo ammirante prese volta sopra a loro e essi fuggivano. E pure presono 2 nave grosse, le quali arsono e tutte le genti. E così si partinno. In Choan rimasono una frotta di questo sereniss-
[B] *simo re a altra in Chananore, dove hanno buona / pace e sono veduti*

volentieri da tutti quelli d'India, fuoi di Chalichut, che ha auto co' noi guerra di fuoco e di sangue.

Con queste nave dicono portano XXX mila cantara di spezierie e el forte pepe e circa a 2 mila cantara di cannella e poche altre spezie per avviso. E le nave non doveranno tardare XV o XX dì a esser qui. Iddio le mandi salve. A loro arrivare vedremo quanto portano e vi si dirà.

Francesco Corbinelli in Lisbona.

Anteontem chegou aqui um dos navios que vêm de Calecut, aquele que se chama *Santo António* e é a capitânia. O qual partira daqui aos 10 dias de Fevereiro do ano de 1501[1] e chegou aqui a 20 dias de Agosto do ano de 1503. E contam as novas que se seguem.

---

[1] Data em «estilo florentino», correspondente a 10.II.1502 no «estilo da Natividade» e no usado em Portugal (*cf. infra* apêndice, nota 12). Trata-se, pois, da 2.ª viagem de Vasco da Gama, sem dúvida a mais bem documentada das viagens portuguesas à Índia (*cf.* Banha de ANDRADE, *Novos Mundos* [...], cit. *supra*, doc. VIII, nota 1, pp. 297-321). A data de 10 de Fevereiro para a partida da conserva de Vasco da Gama coincide com a que é dada pela mor parte dos cronistas: CASTANHEDA (I, xliiii), BARROS (I, vi, 2), GÓIS (I, lxviii); e é confirmada por uma série de testemunhos coevos: o *Manuscrito Português de Viena* («Relação anónima da segunda viagem de Vasco da Gama», estudo introdutório de João Rocha Pinto, leitura e notas de Leonor Freire Costa, in *Cidadania e História – em homenagem a Jaime Cortesão*, cadernos da Revista de História Económica e Social, 6-7, Liv.ª Sá da Costa Ed.ª, Lisboa, 1985, pp. 178-199); o *Manuscrito Alemão de Viena* (versão portuguesa por Marion Eberhardt, in *A Alemanha e os Descobrimentos Portugueses*, Texto Editora, Lisboa, 1989, p. 55 & ss.); o do *Codex Bratislavensis* (texto alemão e latino, com versão em inglês e português, in *European Expansion, 1494-1519: The Voyages of Discovery in the Bratislava Manuscript Lyc. 518/8 (Codex Bratislavensis)*, edited by Miloslav Krása, Josef Polišenský and Peter Ratkoš, Charles University, Praga, 1986, pp. 43-46, 77-81 & 135-139, respectivamente; trad. portuguesa só, *in* Marion Eberhardt, *cf. supra*); e pelo *Calcoen*, relato flamengo impresso em Antuérpia provavelmente em 1504 (transcrito e traduzido *in* A. C. Teixeira de ARAGÃO, *Vasco da Gama e a Vidigueira – Estudo Histórico por* [...], Imprensa Nacional, Lisboa, 1898, pp. 79-97). Apenas divergem fontes menos fidedignas: a *Pseudo-Carta de D. Manuel aos Reis Católicos* (*cf. supra* doc. VIII, nota 1), que coloca a partida a 3 de Março; a *Crónica Anónima* (cap. xiiii), que a situa a 25 de Fevereiro de 1503 [*sic*]; e Gaspar CORREIA (I, Armada de Vasco da Gama, cap. ii, p. 270) que a data de 25 de Março. CHÀ MASSER (*Relazione*, viaggio quarto) indica o mês de Fevereiro sem especificar o dia. Aos quinze navios que partiram com Vasco da Gama (dez naus grossas para irem e virem com ele, mais cinco navios redondos para ficarem na Índia de guarda à costa, sob o comando de Vicente Sodré, tio do almirante) juntar-se-iam mais cinco, comandados por Estêvão da Gama, seu primo, que só partiram a 1 de Abril, conforme os testemunhos coevos de Tomé Lopes, escrivão do navio armado por Rui Mendes de Brito (talvez em parceria com os Marchionni) e comandado por um

Este navio partiu de Mozalica, aquém da Índia 900 léguas, ensembra com um outro navio chamado *O Gabriel*, que o mandou o Almirante para dar deles novas, aos 10 dias de Abril passado[2]. E chegou aqui no dia 18 de Agosto e deixou a conserva[3] atrás, porque esta andava mal das velas, longe de cá 500 léguas na costa da Guiné. E traz este navio 800 quintais de pimenta e 100 de canela e algum brasil.

A primeira frota partiu daqui aos dias 10 de Fevereiro e chegaram a Çofala no dia 10 de Junho[4]; onde aí se meteram dentro em

florentino, Giovanni Buonagrazia («Navegação às Índias Orientaes, escrita em portuguez por Thomé Lopes, traduzida da Lingoa Portugueza para a italiana [e publicada por Ramúsio] e novamente do Italiano para o Portuguez» in *Collecção de Noticias* [...], tomo II, n.° V, pp. 153-217), e Mateus de Bérgamo, agente dos Affaitadi (duas versões pub. por Prospero PERAGALLO «Viaggio di Matteo di Bergamo in India sulla flotta di Vasco da Gama (1502-1503)», in *Bolletino della Società Geografica Italiana*, IV.ª série, vol. 3 (1902), pp. 98-124; tradução francesa por Paul Teyssier, *Voyages de Vasco da Gama* [...], *cf. supra* doc. II, nota 15, pp. 319-340); Barros e Góis concordam com este testemunho, ao passo que Castanheda se equivoca, colocando-a em 5 de Maio; os demais cronistas não dão datas precisas.

Sobre a entrega do comando desta armada ao Gama em vez de Pedro Álvares Cabral, inicialmente indigitado segundo o testemunho quase unânime dos cronistas (de que o mais claro é BARROS, *loc. cit.*), *vide* Luís Adão da FONSECA, «Os comandos da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia» in *Mare Liberum*, n.° 16, Dez. 1998, pp. 11-32; quer-nos parecer que se o autor evidencia aí certa dificuldade em achar uma explicação convincente para as oposições políticas na corte de D. Manuel é porque abstrai dos planos manuelinos de cruzada, que constituíam sem dúvida o principal pomo da discórdia (*cf.* Luís Filipe THOMAZ, «D. Manuel, a Índia e o Brasil» in *A Bahia e a Carreira da Índia*, Actas do X Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Salvador, Bahia (Brasil) 5-10 Dez. 2000, no prelo).

[2] *Mozalica* é, evidentemente, Moçambique, e *O Gabriel* o *São Gabriel*; a sua partida antecipada de Moçambique é confirmada por Tomé LOPES (cap. xxvi), por Mateus de Bérgamo e pelo *Ms. Português de Viena*, que a situam contudo a 18 ou 19 de Abril. Contra todas as outras fontes Gaspar CORREIA (I, p. 338) diz que no regresso a armada não escalou Moçambique por não ter necessidade.

[3] *I. e.*, a nau *Santo António*, comandada por Rui de Figueiredo, em cuja conserva partira de Moçambique, e que viria a chegar a Lisboa dois dias depois.

[4] Esta data concorda com a dada pelo *Ms. Português de Viena*; o *Calcoen* dá 14 de Junho e Tomé Lopes 15; a discrepância resulta de os autores das várias relações não irem todos embarcados no mesmo navio e de os navios, dispersos por uma tempestade, não terem chegado todos ao mesmo tempo. Erra certamente BARROS (I, vi, 2) ao afirmar que a armada se reuniu em Moçambique a 4 de Junho, pois nessa data havia ainda navios que estavam em Sofala.

o rio, ou seja, na ribeira nova, cinco navios[5], os quais resgataram algum ouro; a soma não dizem porque eram muitos os que o escondiam pera não pagarem direitos a el-Rei. Mas diz-se que trouveram 10 000 miticais de ouro que vale cada mitical em ducados 2 $^{3}/_{4}$[6].

[5] Por *ribeira nova* deve entender-se a ribeira da Mina Nova, expressão que os epistológrafos italianos usam frequentemente para designar Sofala (Zafala, neste e em outros textos italianos). O ouro que aí se resgatava provinha, como é bem sabido, do Monomotapa (*cf.* W. G. L. RANDLES, *L'Empire du Monomotapa du XV^e au XIX^e siècle*, École des Hautes Études en Sciences Sociales / Mouton, Paris & Haia, 1975), que Tomé Lopes identifica com a mina de onde vinha ouro a Salomão, e o *Calcoen* com o reino do Preste João (*Paep Ian*, lit. «Papa João»); o *Ms. Português de Viena* e o *Codex Bratislavensis* identificam-no com o do rei mago que ofereceu ouro ao Menino Jesus, cujos descendentes são, contudo, pagãos. Mateus de Bérgamo, mais circunspecto, limita-se a notar que «dos que trazem o dito ouro alguns são, ao que se diz, cristãos».

Segundo BARROS (I, vi, 2) Vasco da Gama, certamente por ignorar a profundidade da ribeira, decidiu entrar em Sofala apenas com 4 navios pequenos, mandando os outros 11, em que se incluíam as naus grossas, para Moçambique sob o comando de Vicente Sodré. O *Ms. Português de Viena* atesta que se fez baldeação das mercadorias destinadas a Sofala das naus para os navios; parece também que Vasco da Gama se mudou para o navio de Vicente Sodré, que segundo Gaspar CORREIA (I, cap. ii, p. 269) era o *São Jerónimo*; há que notar, contudo, que Barros ao relatar o apresamento da nau *Miri* no Malabar, em Outubro seguinte (*cf. infra* nota 17), diz que a *S. Jerónimo* era a nau de Vasco de Gama.

O número de 5 navios entrados em Sofala que Francisco Corvinel aqui dá não coincide com o que nos dão as crónicas, que falam apenas de 4 (*Crónica Anónima*, cap. xiv; CASTANHEDA, I, xliiii; BARROS, I, vi, 2; GÓIS, I, lxviii). Mateus de Bérgamo (versão longa) parece confirmar a entrada em Sofala de apenas quatro navios («o almirante com [=em?] o navio del-Rei *S. Jerónimo*, o *S. Gabriel*, o *S.^to António* de Rui de Figueiredo e o navio de João da Fonseca»). Uma carta italiana conservada em versão alemã de Conrado Peutinger (resumida por Banha de ANDRADE, *Novos Mundos* [...], pp. 308-311) conta, como o presente texto, cinco navios entrados em Sofala; mas como um dos que enumera é «o de Figueiredo» e outro «o *Santo Antonio*», que era comandado por Rui de Figueiredo, pode admitir-se que, por lapso, tenha contado duas vezes o mesmo navio e se trate finalmente de quatro apenas. O *Ms. Português de Viena* diz «entrou o almirante com três navios», o que tão-pouco é necessariamente divergente, pois pode significar «entrou o almirante [no seu navio] com três [outros] navios». Os outros relatos não dão pormenores e Gaspar Correia nem sequer refere a escala em Sofala.

[6] *Mitical* ou *metical* (do árabe *mithqal*, «peso») era o peso por que na África Oriental se pesava o ouro, que não era amoedado. É provável que haja aqui um defeito de informação ou um erro de copista, pois o valor do metical em ducados ou cruzados (*cf. supra* doc. VIII, nota 11) dado aqui é muito superior ao indicado quer pelas demais fontes coevas quer mais tarde por António Nunes (*cf. supra* doc. II, nota 21): segundo este pesavam 47½ meticais de Sofala 1 marco, o que dá para o metical 4,83 g no valor de 467 reais, o que é um pouco mais que um ducado; o de Moçambique era ligeiramente menor ($^{1}/_{52}$ do marco, ou seja, 4,41 g), enquanto que o de Melinde (cujo peso omite) valia apenas 360 reais.

E teriam trazido muito mais se houvessem tido cousas a talante deles, que poucas cousas tinham que eles quisessem. Porém as que eles quiseram venderam com assaz de proveito, e as cousas que querem lá por outra se vos dirá quais são as boas.

E daqui partiram aos 4 dias de Julho pera fazer sua viagem[7]. E saindo fora do rio um dos navios deu num baixio, que se perdeu, que se não salvou senão a gente e o melhor do navio[8]. No qual navio tinham 11 000 miticais de ouro, de partes, e dizem que não se perdeu nada de principal mas antes será o que sobrou mais do que se perdeu, pois que escaparam cousas do valor de 7000 ducados[9].

Mateus de Bérgamo e o *Ms. Alemão de Viena*, tal como Vespúcio na sua 2.ª carta a Lourenço de Médicis (*vide infra* apêndice, nota 26) afirmam explicitamente que um metical valia um cruzado, o que concorda *grosso modo* com os valores de António Nunes. Tomé LOPES (cap. iii) parece aproximar-se mais do valor dado por este, ao dar a equivalência de 1 ducado e $^1/_3$ por metical; mas há que notar que o seu navio não fez escala em Sofala e que o que escreve parece referir-se a Moçambique. BARROS (I, vi, 3) dá 500 meticais como equivalentes a 584 cruzados, o que vem a corresponder a 1,168 cruzados (*c.* $1^1/_6$) por metical. O *Calcoen* dá a equivalência mas em moeda flamenga (9 soldos e 4 dinheiros).

O montante dos resgates, que Francisco Corvinel computa aqui em 10 000 meticais, é no *Codex Bratislavensis*, nas duas versões da carta de Mateus de Bérgamo e na carta italiana vertida por Peutinger 2500 meticais, no *Ms. Alemão de Viena* 25 000 (o que pode ser erro de copista por 2500); os demais relatos não dão números. O *Calcoen* dá mesmo a entender que não resgataram nada, por os nativos não apreciarem as mercadorias que a frota levava, como o nosso texto refere também; Mateus de Bérgamo e a carta vertida por Peutinger, todavia, imputam a modéstia dos resgates à oposição dos mouros, que temiam ver escapar-se-lhes das mãos o rico trato do ouro. Tomé Lopes, ao invés, lamenta que, a despeito das muitas rogativas e sinais de fumo com que o convidavam a entrar em Sofala, o navio em que viajava não tivesse entrado, «perdendo nisso muito».

[7] Teriam portanto permanecido em Sofala 25 dias, número que concorda com o dado por CASTANHEDA (I, xliiii); o *Ms. Português de Viena* dá como data de partida 28 de Junho, o que corresponde a uma estadia de 15 dias; o *Codex Bratislavensis* e o *Ms. Alemão de Viena* indicam uma estadia de 10 dias.

[8] Segundo os testemunhos de Mateus de Bérgamo, do *Ms. Português de Viena* e da carta traduzida por Peutinger, foi o navio de João da Fonseca que à saída da barra de Sofala encalhou e teve de ser abandonado, após o que o incendiaram. O episódio é também relatado por Castanheda, que no entanto o atribui ao navio de António Fernandes, e ainda pelo *Ms. Alemão de Viena* e pelo *Codex Bratislavensis*, que não identificam o navio; Gaspar CORREIA (I, cap. iii, pp. 271-272), que não refere a escala voluntária de Vasco da Gama em Sofala, dá por sinistrado o navio de Pero de Mendoça que aí teria dado à costa em virtude do mau tempo.

[9] Este quantitativo de 11 000 meticais de ouro «de partes», *i. e.*, pertença de particulares, não se coaduna com o montante de 10 000 dado acima para o total dos resgates; a não ser que este pretendesse representar o montante dos negócios feitos por conta del-Rei – mas isso não se coaduna com a informação de que os mais dos resgates foram feitos às escondidas para eludir os direitos devidos à Coroa.

E depois foram mais avante a um lugar chamado Quíloa onde há uma grã cidade e grandíssimo trato de mercadores[10]. E em esta cidade está um rei o qual é senhor desta Çofala[11], o qual rei quando viu ũa tamanha frota, nos anos passados se fez duro, que não queria traficar com cristãos, o povo se levantou e disseram que queriam ser amigos dos cristãos, e vieram às naus, à capitânia[12]. O qual [rei] veio logo que esta armada chegou, se fez vassalo deste sereníssimo rei e lhe ofereceu 1500 miticais de ouro ao ano de tributo, os quais logo pagou com tal soma de ouro, e ficaram amicíssimos[13].

---

[10] O autor não regista a escala em Moçambique, onde a frota era suposta reunir-se, e onde Vasco da Gama fez pazes e assentou trato com o xeque local. Vicente Sodré, que não entrara em Sofala, chegara aí 15 dias antes do sobrinho (BARROS, I, vi, 2), que finalmente largou para Quíloa sem esperar pela esquadra de Estêvão da Gama. Tendo-se perdido desta à passagem do Cabo, a nau de Rui Mendes de Brito, em que ia Tomé Lopes, assaz ronceira, só a 22 de Julho atingiu Moçambique, onde soube que Estêvão da Gama partira já havia 4 dias e Vasco da Gama 11 (Tomé LOPES, cap. iii); como se deduz de passos subsequentes do mesmo relato (cap. iv & vi) o mesmo sucedeu à nau *Júlia* ou *Julioa*. Não admira, pois, que os diversos relatos dêem datas desencontradas, quer para a chegada a Moçambique quer para a duração da estadia e para a partida. Foi durante a sua estadia de *c.* 1 mês na ilha que Vicente Sodré armou uma caravela pré-fabricada que traziam de Portugal para ficar na guarda da costa africana (*Codex Bratislavensis*; *Ms. Alemão de Viena*; *Crónica Anónima*, cap. xiv; Gaspar CORREIA, I, cap. iii, p. 272), cujo comando foi, segundo BARROS (*loc. cit.*), entregue a António Fernandes, segundo GÓIS (I, lxviii), a João Serrão.

[11] No texto italiano *Asiloa*, certamente por erro de copista; trata-se, evidentemente, de Quíloa, *cf. supra* doc. IV, nota 41.

[12] Contada desta maneira a história não se percebe: falta explicar que, perante as tergiversões del-rei de Quíloa (de que João da Nova se queixava também, em carta confiada a um degredado que Pedro Álvares Cabral ali deixara) Vasco da Gama esboçou um bombardeamento da cidade; foi isso o que desencadeou a reacção popular (*Ms. Português de Viena*; *Ms. Alemão de Viena*; *Codex Bratislavensis*; *Carta Italiana* traduzida por Peutinger; CHÀ MASSER, *Relazione*, viaggio quarto; *Crónica Anónima*, cap. XV). Tomé LOPES, cujo navio passou ao largo de Quíloa, só em Melinde veio a saber do sucedido, de que dá uma versão idêntica (cap. v); Mateus de Bérgamo, que chegou a Quíloa já depois de feita a paz, não dá pormenores, e o mesmo se passa com o *Calcoen*. BARROS (I, vi, 3) e GÓIS (I, lxviii) insistem preferentemente sobre a ameaça de prisão e deportação para Portugal que Vasco da Gama fez ao rei; Gaspar CORREIA (I, cap. IV, pp. 275-284), como é seu hábito, conta uma história mais romanesca mas em suma equivalente; CASTANHEDA (I, xliiii), que, ao contrário do habitual, se revela mal informado sobre toda esta viagem, não dá pormenores.

[13] O montante de 1500 meticais é confirmado por um documento oficial, um padrão de juro concedido a Vasco da Gama em recompensa dos serviços prestados nesta viagem (cit. por Oliveira MARTINS, *Portugal nos Mares: Ensaios de Crítica, História e Cartografia*, 3.ª ed., Parceria Ant.° M.ª Pereira, Lisboa, 1924, vol. I, p. 92); mas os diversos relatos da viagem dão cifras variadas: 1500 meticais

E depois se partiu a frota, ou seja, os 10 primeiros navios[14], e foram à Índia onde arribaram a Cananor[15]. Ao qual porto era já chegada a nossa nau *São Julião* dez dias antes que nenhuma das outras, e aí aguardava a frota em que veio[16]. E aí tomaram ũa nau de mouros que valia 20 000 ducados de ouro ou mais; e os tratantes mouros todos se salvaram e o resto ardeu, toda a nau e o ouro[17].

---

no *Ms. Português de Viena*, no *Ms. Alemão de Viena*, na *Carta Italiana* traduzida por Peutinger, nas *Cartas* de Mateus de Bérgamo, no *Calcoen*, em Chà Masser e na *Crónica Anónima* (cap. xv); 3500 ducados no *Codex Bratislavensis*; 400 ou 500 pesos de ouro em Tomé LOPES (cap. v), que, como notámos, não esteve em Quíloa, registando o que ouviu dizer em Melinde; 2000 meticais em CASTANHEDA (I, xliiii) e em GÓIS (I, lxviii); 500 meticais em BARROS (I, vi, 3).

[14] Segundo o *Ms. Português de Viena*, por não poderem sair todos os navios numa maré, saíram oito na 6.ª feira 22 de Julho (27, que se lê no *ms.*, é, como se deduz do contexto, erro de copista), no momento em que chegava ao porto a *Frol de la Mar* de Estêvão da Gama com a sua conserva; e as demais saíram no domingo seguinte. Mateus de Bérgamo, que navegava com Estêvão da Gama, confirma estes dados, mas põe a sua chegada a Quíloa a 23 de Julho, enquanto que o *Calcoen* põe a partida a 20. Os demais relatos não fornecem pormenores. De qualquer modo não eram 10 navios: partindo do princípio de que a caravela de João Serrão tenha ficado em Moçambique, deviam ser ao todo 17 (14 de Vasco da Gama, contando os de Vicente Sodré, e mais 3 de Estêvão da Gama, de que os outros 2 tinham ficado para trás).

[15] O autor salta sobre a escala gorada do grosso da armada em Melinde, que escorreram, *i. e.*, ultrapassaram sem dar por isso; sobre a arribada aí dos dois navios retardatários de Estêvão da Gama (a nau de Rui Mendes de Brito e a *Julioa*); sobre a aterragem na costa indiana, perto de Dabul, a 11 ou 12 de Agosto; sobre a escala em Angediva para fazer aguada a 20; sobre o aparecimento aí do navio de Rui Mendes ao dia imediato; e sobre o escorbuto que entrementes acometera a tripulação. Estes factos são referidos com minúcia no *Ms. Português de Viena*, mais brevemente por Mateus de Bérgamo, detalhadamente mas do ponto de vista do navio de Rui Mendes por Tomé LOPES (cap. v-vi) e sumariamente pelos demais relatos. A discrepância mais notória é a do *Calcoen*, que coloca o avistamento da costa indiana a 21 de Agosto.

[16] No *Ms. Português de Viena* «Angellyo» o que é certamente erro de copista por *San Gellyão* ou coisa semelhante; trata-se da nau que outros relatos designam por *Júlia* ou *Julioa*. Era provavelmente de mercadores e Francisco Corbinelli teria nela parte, razão por que lhe chama «nossa nau». O encontro deu-se, segundo Mateus de Bérgamo e o *Ms. Português de Viena*, no Monte d'Éli, umas cinco léguas a norte de Cananor, importante referência náutica na costa do Malabar (*cf.* Luís Filipe F. R. THOMAZ, art.º «Eli, Monte de» *in* Luís de ALBUQUERQUE, dir., *Dicionário de História dos Descobrimentos* [...] *s. v.*). A *Julioa* separara-se em Melinde do navio de Rui Mendes, pelo qual não quisera esperar (Tomé LOPES, cap. vi).

[17] A armada entregara-se ao corso desde que chegara ao Mar Arábico e, como em maior ou menor detalhe narram os vários relatos, fizera já algumas pequenas presas; mas esta ficou célebre, já pela enorme riqueza que transportava, já pela inflexibilidade e brutalidade de que Vasco da Gama deu então prova, que Tomé LOPES (cap.viii-ix) retrata longamente sem rebuço. Os demais

E depois foi a Calecut a ver se podiam fazer paz com aquele rei, o qual hesitava e mudava de palavra. E quanto isto viu o almirante mandou disparar a artilharia e destruiu muitas casas e matou muita gente e enforcou quantos mouros pôde haver às mãos, que andavam em aqueles zambucos a tratar de cá para lá[18]. E feito isto se partiu e

---

relatos registam também o episódio, mas são muito mais sucintos; CASTANHEDA (I, xlv) e GÓIS (I, lxviii) relatam-no resumidamente; apenas BARROS (I, vi, 4) se alarga mais. Além dos textos com que até aqui temos lidado refere este combate uma carta de Giovanni Buonagrazia, o capitão do navio em que viajava Tomé Lopes, a seu pai (pub. por Joan-Pau RUBIÉS «Giovanni di Buonagrazia's letter to his father concerning his participation in the second expedition of Vasco da Gama (1502-1503)», in *Mare Liberum*, n.º 16, Dez. 1998, pp. 87-112), de resto mais rica em informação etnográfica do que histórica.

Segundo Tomé Lopes, deu-se o apresamento e incêndio da nau «uma segunda-feira três de outubro de mil quinhentos e dous, de que me lembrarei toda a minha vida». Tratava-se da nau *Miri*, que, além de peregrinos para Meca, transportava fazenda do Soldão de Babilónia (*cf. supra* doc. I, nota 7), de quem, segundo alguns relatos, era propriedade; esta versão parece confirmada pelo próprio nome do navio, *mîrî* (lit. «do emir», *i. e.*, «pública, do estado», em árabe). O espólio, aqui avaliado em 20 000 ducados, apenas inclui o que Vasco da Gama extorquiu dos mouros antes de incendiar a nau; Chà Masser, certamente com exagero, estima-o em 100 000 ducados, o *Ms. Português de Viena* em 26 000 cruzados, o *Calcoen* em 22 000 (12 000 em moeda e 10 000 em mercadorias), Mateus de Bérgamo (mais claro na versão curta que na longa) em 14 000 (dos quais 6000 em moeda mourisca, 5000 em ouro, 1000 em prata e 2000 em tecidos) e João de Barros em 12 000; Tomé Lopes apenas avalia, em mais de 3000 cruzados, a roupa do capitão. Mateus de Bérgamo e Chà Masser dão a entender que Vasco da Gama ocultou parte do espólio para se locupletar com ele, sonegando o quinto devido a el-Rei e os quinhões da tripulação.

A informação de que «os tratantes mouros todos se salvaram» é errónea, pois, segundo o testemunho praticamente unânime de todos os demais relatos, Vasco da Gama mandou pôr fogo à nau com toda a gente que tinha dentro, poupando apenas a vida a 20 meninos (17 segundo o *Ms. Português de Viena*) para os fazer cristãos. O *Calcoen* computa as vítimas em 380 homens, afora muitas mulheres e crianças, Castanheda em 300 homens de peleja, sem contar mulheres nem crianças, o *Ms. Alemão de Viena* em 286 homens, 6 mulheres e 12 crianças e Mateus de Bérgamo, à semelhança do *Ms. Português de Viena*, num total de *c.* 200.

O autor salta sobre tudo o que se passou em Cananor (onde o almirante se encontrou solenemente com o rei local e trocaram presentes, mas não chegaram a acordo sobre os preços da especiaria), como em maior ou menor detalhe referem as outras fontes.

[18] O bombardeamento de Calecut foi precedido de uma longa troca de recados, que se iniciou em Cananor, entre o almirante e o Samorim; este acedia a indemnizar os portugueses pelo ataque de 1501 à feitoria mas queria ser indemnizado pela tomadia da nau *Miri* e não aceitava expulsar os mouros do seu porto (Tomé LOPES, cap. x-xiv; *Ms. Português de Viena*; *Ms. Alemão de Viena*; Mateus de BÉRGAMO; *Crónica Anónima*, cap. xvi; CASTANHEDA, I, xlv; BARROS, I, vi, 5; G. CORREIA, I, cap. viii, pp. 300-305; GÓIS, I, lxviii). Como o Samorim

foi a Cochim[19], 40 léguas de Calecut, onde carregou sua nau e esteve três meses a carregá-la[20]. E estando em este lugar veio um clérigo

---

não cedeu às suas condições no prazo que o almirante lhe dera, este deu início ao bombardeamento que durou dois dias (1 & 2.XI.1501). Calecut fora já, dois anos antes, bombardeada por Pedro Álvares Cabral, em represália imediata pelo ataque à feitoria portuguesa com morte de *c.* 50 homens. Este segundo bombardeamento foi outro dos actos de brutalidade de Vasco da Gama nesta sua segunda viagem, em que aparentemente se procurou vingar das humilhações que teve de sofrer na primeira. O bombardeamento destruiu muitas casas e danificou o *sarame* ou pavilhão do Samorim; segundo Mateus de Bérgamo causou *c.* 200 vítimas, segundo a *Crónica Anónima* (cap. xvi, *in fine*) 467, conforme ao depois se soube em Cochim; foi o elevado número de vítimas entre a população civil que, segundo Castanheda e Barros, levou a população a exigir do Samorim que fizesse a paz com os portugueses.

Os mouros que estes entretanto tomaram num zambuco eram, segundo o *Ms. Português de Viena* e segundo Barros, 32; segundo Mateus de Bérgamo 38; e segundo Castanheda 50. Há praticamente unanimidade em como depois de os enforcarem nas vergas dos navios lhes cortaram pés e mãos, que mandaram de presente ao Samorim com uma carta, enquanto os corpos eram deitados ao mar. Chà Masser mistura esta história com a tomadia da nau *Miri*, onde, evidentemente, no meio do incêndio que lavrava não houve lugar para enforcar nem decepar ninguém.

[19] No texto italiano *Choan*, que parece transcrever *Cho[l]an*, *i. e.*, Coulão, mas na realidade é erro de copista por *Chocin*, que transcreve o português *Cochim* (o nome malaiala é *Kochchî*); a comparação com as outras fontes, o encadeamento dos factos e a distância a Calecut não deixam lugar para dúvidas. Também em Cochim, como em Cananor, teve Vasco da Gama desinteligências com o rei local sobre o preço das especiarias (*cf.* Tomé LOPES, cap. xvi-xvii; *Crónica Anónima*, cap. xvii; CASTANHEDA, I, xlvi; BARROS, I, vi, 6). Estas desinteligências com reis que se haviam mostrado cooperantes e amigos dos portugueses devem-se, certamente, pelo menos em parte, ao temperamento violento e autoritário de Vasco da Gama; mas é possível que por detrás delas esteja também uma insuficiente compreensão das realidades indianas: habituados desde há meio século a traficar na costa africana com sociedades em que não existia uma classe mercantil autónoma e o comércio era essencialmente um «tráfego administrado», de chefe a chefe, os portugueses não devem ter compreendido de imediato que a economia da Índia era, como a da Europa, uma economia de mercado, em que os preços se formavam livremente pelo mecanismo da oferta e da procura, e exigiam dos reis locais a sua fixação por tempo indeterminado, o que não podia ser bem aceito (*cf.* K. POLANYI & C. ARENSBERG, *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*, Larousse, Paris, 1975; John HICKS, *Une théorie de l'histoire économique*, Ed. du Seuil, Paris, 1973).

[20] A carta omite a vinda de mensageiros cristãos de Coulão a convidar os portugueses a fazer aí carga e o envio de duas naus a carregar lá (*Ms. Português de Viena*; *Calcoen*; Chà MASSER; Gaspar CORREIA, I, cap. xi, pp. 315-320). Tomé LOPES (cap. xix) refere a vinda de mensageiros com presentes, a oferecer ao almirante a vara da justiça da sua comunidade, mas diz que vieram de Mangalor, o que deve ser erro do copista ou do tradutor, pois não havia nenhuma comunidade cristã em Mangalor; a referência à «senhoria daquele país» condiz com Coulão,

daqueles indianos[21], homem honrado e bem vestido e italianado e disse «Adeus Almirante». E com ele queria vir aqui, a estas partes; e tinha consigo 10 ou 12 pessoas assim mesmo honradas e de bom aspecto. E tendo estado na nau 3 ou 4 dias, depois de haver tomado conversação com eles e com o almirante, lhe disse porque não era amigo del-rei de Calecut? E que se ele o queria que o faria amigo seu. E o almirante respondeu que sim, e logo se partiu o dito sacerdote e foi a Calecut. E tornou e disse que el-rei de Calecut era contente de

---

que era governada por uma rainha, e para aí aponta também a alusão à ilha de Ceilão, que o autor faz da mesma feita; mas não refere a ida das duas naus a carregar. Mateus de Bérgamo refere a vinda dos mensageiros e a ida das duas naus, mas não identifica o local, limitando-se a dizer que distava 18 léguas de Cochim, o que de facto corresponde à distância entre Cochim e Coulão. O *Ms. Alemão de Viena* e o *Codex Bratislavensis* referem a vinda de mensageiros cristãos, convertidos por S. Tomé, e a ida de três naus a carregar, sem tão-pouco identificar o lugar. A carta de Giovanni Buonagrazia (*cf. supra*, nota 17), depois de referir, à semelhança da súmula geográfica de Gaspar da Índia (*cf. supra* doc. III, nota 1), a existência de um rei cristão no Pegu, espraia-se um pouco sobre os cristãos que vivem «a meia légua de onde fomos a carregar as naus», o que nos parece apontar para os arredores de Coulão e não para Cranganor como sugere em nota o editor do texto. A *Crónica Anónima* e Castanheda são mudos a tal respeito, ao passo que BARROS (I, vi, 6) e na sua esteira GÓIS (I, lxix) não mencionam a vinda de mensageiros de Coulão nem a ida lá das duas naus, mas somente a vinda de cristãos de Cranganor (antiga sede do metropolita dos cristãos de S. Tomé, a *c.* 30 km ao norte de Cochim) a oferecer a Vasco da Gama a vara da justiça da comunidade e a colocar-se sob a protecção dos portugueses. Apenas o *Calcoen* refere a vinda de duas legações, uma de *Granor* (Cranganor) outra de *Caloen* (Coulão) e o seu testemunho afigura-se fidedigno, pois o autor confessa que o navio em que viajava foi um dos dois que foram carregar a *Caloen*, em cuja região haveria perto de 25 000 cristãos e 300 igrejas; distante daí 50 milhas [*sic*] fica a ilha de *Steloen* (Ceilão) de onde vem a canela (*cf.* também *infra* doc. X, nota 16).

[21] Trata-se evidentemente de um brâmane, a que depois se juntou um naire, como no-lo confirmam os testemunhos de Tomé LOPES (cap. xx), de Mateus de Bérgamo e dos cronistas (*Crónica Anónima*, cap. xviii; CASTANHEDA, I, xlvi; BARROS, I, vi, 7; GÓIS, I, lxix; G. CORREIA, I, cap. xii, p. 322); o *Ms. Português de Viena* fala de dois naires em vez de um brâmane e um naire, e os outros testemunhos coevos não referem o episódio. A *Crónica Anónima* é particularmente rica em pormenores, transcrevendo inclusivamente cartas que a este propósito o rei de Cochim trocou com o de Calecut; o relato de Gaspar Correia é assaz fantasista. O autor da carta não identifica o sacerdote hindu como *brâmane* provavelmente porque não conhecia o termo, que era à época ainda pouco corrente, embora ocorra no Ocidente desde a Antiguidade: em grego nos relatos da expedição de Alexandre e da embaixada à Índia de Megástenes (séc. IV-III A. C.), hoje perdidos mas conhecidos através de citações de Diodoro Sículo, Estrabão, etc., e em latim a partir de Plínio; na época cristã ocorre na pena de Tertuliano, Clemente Alexandrino, S. Ambrósio, Cosme Indicopleustes, etc.; e próximo já na nossa época em Marco Polo e Nicolo de' Conti (*cf.* DALGADO, *Glossário* [...], *s.v.*)

ser seu amigo e que fosse lá[22]. O qual almirante se meteu em ũa nau a qual se chama *Flor das outras*[23] e foi lá com uma caravela.

E quando chegou mandou dizer a el-rei que lhe mandasse reféns se quisesse que ele fosse a terra. E el-rei lhe respondeu que lhe não havia de mandar ninguém. E estando em este debate vieram à nau 400 ou 500 zambucos com muita gente e muita artilharia e não faziam senão tirar as bombardas por meter as naus ao fundo[24]. Pola qual cousa

[22] Ao contrário de Banha de ANDRADE (*op. cit. supra* nota 1, pp. 301-305), não nos parece seguro que date de então o tratado de paz e de comércio com o Samorim, assaz favorável aos portugueses, cujas cláusulas nos chegaram na «Copia de una littera recevuta dalli mercatanti de Spagna alli soi correspondenti in Fiorenza et in Venetia, del trattado della pace infra el re de Portogallo et el re de Colichut», transcrita por Francanzano di MONTALBODDO nos seus *Paesi novamente ritrovati per la navigatione di Spagna in Calicut*, impressos em Vicência em 1507 (cap. 128) e reimpressos no ano seguinte em Milão com o título de *Paesi novamente ritrovati e Nuovo Mondo da Alberico Vespucio intitulato* (de que há um exemplar na BN de Lisboa, catalogado erradamente sob o nome de Vespúcio); na versão latina (*Itinerarium Portugallensium e Lusitania in Indiam et in occidentem et demum ad aquilonem*, Milão 1508 [reimpressão anastática com um] estudo introdutório por Luís de Matos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1992) vem, ao contrário do que consta no índice, no cap. 126 em vez de 128; Banha de Andrade resume-a extensamente. Montalboddo atribui-a a alguém que teria partido de Lisboa em Maio de 1502 e regressado a 15.XII.1503, mas na realidade a carta contém alusões à armada dos Albuquerques (1503-1504) e a factos (como a fuga do rei de Cochim para a ilha de Vaipim) que só após o regresso de Afonso de Albuquerque em 1504 podem ter sido conhecidos em Portugal; quer-nos parecer portanto que o tratado a que aí se alude é o que Francisco de Albuquerque celebrou com o Samorim em Dezembro de 1503, a que, com maior ou menor detença, aludem os cronistas (*Crónica Anónima*, cap. 31; CASTANHEDA, I, lxii; BARROS, I, vii, 3; GÓIS, I, lxxx). Dos relatos da 2.ª viagem de Vasco da Gama o único que, confusamente, parece aludir a tal tratado é o *Codex Bratislavensis*, que refere (versão de Marion Eberhardt): «naquele tempo [*i. e.*, aquando da passagem de Vasco da Gama em Calecut em Outubro-Novembro de 1502], porém, não fizeram as pazes, mas fizeram as pazes agora; no ano de 1503, no dia 17 de Dezembro foi proclamada a paz em Calicut e em toda a terra de Melibar, etc.». Parece, portanto, que o relato foi interpolado, talvez pelo próprio autor, quando ao ano seguinte lhe chegou a nova das pazes. De opinião semelhante é Jean AUBIN (*op. cit. supra* doc. VIII, nota 7, p. 32).

[23] Trata-se na realidade da *Frol de la Mar*, capitaina de Estêvão da Gama, como no-lo confirmam Tomé LOPES (cap. xx), Mateus de Bérgamo, o *Ms. Português de Viena*, a *Crónica Anónima*, Castanheda, Barros e Góis.

[24] Este combate é também narrado por Tomé LOPES (cap. xxi), pelo *Ms. Português de Viena*, por Mateus de Bérgamo e, à excepção de Gaspar CORREIA (I, cap. xii, pp. 320-328), que conta uma história diferente, pelos cronistas (*Crónica Anónima*, cap. xviii; CASTANHEDA, I, xlvi; BARROS, I, vi, 7; GÓIS, I, lxix); o *Ms. Alemão de Viena* faz-lhe uma breve alusão. O *Ms. Português de Viena* não refere o auxílio dos navios vindos de Cananor, dando a entender que apenas se juntaram ao almirante em Cochim.

o almirante se viu em tamanho aperto que já não tinha remédio. Se não quando de Cananor lhe chegaram duas naus e duas caravelas que foram ali de arribada e o socorreram de modo que tomaram a maior parte dos ditos zambucos e mouros; e os matou todos e enforcou ao sacerdote, que estava com ele, e aos seus companheiros[25] e depois talhou a cabeça e os pés e as mãos aos restantes e os mandou dar de presente a el-rei de Calecut. E por este modo escapou e depois se tornou a Cochim à sua nau, onde acabou de a carregar.

E depois vindo-se sua viagem[26], chegaram a Calecut 40 ou 50 naus grossas e uma grande conserva de zambucos em que havia infinita gente, e vinham à volta do dito almirante, o qual eram 13 naus, que as outras eram em Cananor a carregar. E o almirante tomou volta sobre eles e eles fugiam; e contudo tomaram 2 naus grossas as quais queimaram e todas as gentes[27]. E assim se parti-

[25] O enforcamento do brâmane, acusado de dolo, é referido por todas as fontes mencionadas na nota precedente, à excepção do *Ms. Alemão de Viena* e de Gaspar Correia (que diz que Vasco da Gama coseu a boca ao brâmane e o mandou assim mudo ao Samorim). Mateus de Bérgamo admite que o brâmane tenha sido enganado pelo Samorim; Góis, pelo contrário, admite que não houvesse traição premeditada, mas antes mudança de tenção do Samorim: «como el-rei era mudável, induzido pelos mouros, vendo como dom Vasco estava ali com tão pouca companhia, o mandou cometer com xxxiiij paraos [...]».

Tomé Lopes e os cronistas notam que esta execução ignominiosa pesou muito ao Samorim, pois como religiosos os brâmanes gozavam de inviolabilidade, mesmo em teatro de guerra, ficando excomungado e maldito quem a não respeitasse. No ano seguinte um alemão anónimo que acompanhou a viagem dos Albuquerques notaria: «os brâmanes passam por toda a Índia como gente santa, e quando alguém não consegue passar por causa de uma guerra, então faz-se acompanhar por um brâmane e ninguém lhe faz mal; ninguém deve tocar alguém em que ele pôs a mão» (Marion EBERHARDT, *A Alemanha e os Descobrimentos* [...], *cf. supra* nota 1, p. 90). De facto, segundo o direito hindu tradicional, a pessoa do brâmane é sagrada e não é passível de castigos corporais (sobre os privilégios bramânicos, *vide* P. V. KANE, *History of Dharmaçâstra*, cit. *supra* doc. II, nota 37, vol. II, p. I, cap. iii, p. 140 & ss.). O bramanicídio é considerado um dos quatro *mahâpâtakas* ou «crimes maiores», ao lado do incesto ou do adultério com a esposa do *guru* (mestre espiritual), da embriaguez e do roubo de ouro – a que alguns autores juntam, em quinto lugar, a cumplicidade em tais crimes (*ibidem*, vol. IV, cap. iv, p. 87 & ss.). Com este enforcamento Vasco da Gama deve ter concitado o ódio dos hindus, a juntar ao que lhe devotavam já os muçulmanos.

[26] Para norte, a caminho de Cananor, onde segundo o *Ms. Português de Viena* foi a carregar gengibre e a tomar vitualhas, e de onde tencionava fazer-se à vela para a viagem de regresso em direitura a Moçambique (Tomé LOPES, cap. xxv).

[27] Este derradeiro recontro com forças navais de Calecut é referido, com mais ou menos detalhe, pela maioria das fontes, à excepção do *Ms. Alemão de*

ram. Em Cochim leixaram uma frota deste sereníssimo rei e outra em Cananor[28], onde têm boa paz e são vistos de bom grado de todos aqueles da Índia afora os de Calecut, que moveu connosco guerra de fogo e sangue.

Viena, que está incompleto, e da *Crónica Anónima* e de Barros, que o omitem. A maioria nota que Vasco da Gama fora avisado em Cochim de que o Samorim se preparava para enviar uma armada sobre ele. Os navios inimigos eram 38 naus grandes e 200 zambucos segundo Mateus de Bérgamo, 70 velas das quais até 20 naus grandes segundo Gaspar CORREIA (I, cap. xiii, pp. 328-335); afora os zambucos pequenos eram 36 naus segundo o *Ms. Português de Viena*, segundo o *Calcoen* 35, segundo Tomé LOPES (cap. xxiii) 32, segundo CASTANHEDA (I, xlviii) e GÓIS (I, lxix) 29; o número de homens embarcados subia a 27 000 segundo Tomé Lopes, segundo o *Ms. Português de Viena* a 16 000, de que terão perecido 900 a 1000; o *Codex Bratislavensis*, muito sucinto nesta parte final da relação, refere-se à batalha apenas de passagem e não dá números. A informação de que do lado português eram só 13 navios, por os outros estarem a carregar em Cananor, concorda com a veiculada por Castanheda, mas é incompatível com a história do auxílio prestado pelas naus vindas de Cananor à *Frol de la Mar* aquando do combate de Janeiro (*cf. supra* nota 24); ao invés, Tomé Lopes afirma que ia «toda a frota junta porque as outras naos tinham já chegado». O apresamento e incêndio das duas naus de mouros, em que segundo Tomé LOPES (cap. xxiv) iam 700 homens, de que apenas escaparam 16, é confirmado por todas as fontes que referem a refrega; esta teve lugar a 12 de Fevereiro de 1503 segundo Tomé Lopes, o *Calcoen* e o *Ms. Português de Viena*, a 13 segundo Mateus de Bérgamo.

[28] O que as demais fontes registam é a ficada de um feitor com algum pessoal auxiliar em Cochim (segundo BARROS, I, vi, 7, Diogo Fernandes Correia por feitor e por escrivães Lourenço Moreno e Álvaro Vaz) e outro (Gonçalo Gil Barbosa com *c.* 20 homens, e seu sobrinho Duarte Barbosa como língua) em Cananor. Quanto a navios, somente CASTANHEDA (I, xlviii) sugere indirectamente que tenham ficado alguns em Cochim ao afirmar que apenas teriam participado 13 no combate em frente a Calecut. Segundo Tomé LOPES (cap. xxv), ficaram em Cananor «as três naus e duas caravelas que El-Rei tinha ordenado pera andarem em armada por aqueles mares das Índias, a fim de obstar a que passassem algumas especiarias pera Meca», ou seja, a flotilha de Vicente Sodré. Embora, como atesta Mateus de Bérgamo, constasse já que o Samorim se preparava para invadir Cochim, por ter dado guarida aos portugueses, e Vasco da Gama lhe tivesse dado ordem para correr a costa até Cochim e proteger a cidade (*Crónica Anónima*, cap. xviii; CASTANHEDA, I, xlviii & liiii; BARROS, I, vi, 7 & I, vii, 2; GÓIS, I, lxix & lxxiv; G. CORREIA, I, cap. xiii, pp. 336-337 & cap. i-vii, pp. 340-373), Vicente Sodré preferiu deixar Cochim à mercê de Calecut e ir fazer presas para a boca do Mar Roxo, vindo a perder-se em Curia Muria. A carta não dá pormenores sobre a viagem de regresso, relatada em detalhe por Tomé LOPES (cap. xxv-xxviii) e pelo *Ms. Português de Viena*. Como nota Chà Masser, regressaram 16 navios, o que significa que não houve perdas para além da do navio encalhado à ida em Sofala.

Em estas naus dizem que trazem 30 mil quintais de especiaria, a força dela pimenta, e cerca de 2000 quintais de canela e poucas outras especiarias por amostra[29]. E as naus não deverão tardar 15 ou 20 dias a estar aqui; Deus as traga salvas. Ao seu chegar veremos quanto trazem, e se vos dirá.

Francisco Corbinelli em Lisboa.

[29] Estas cifras concordam *grosso modo* com as que dá Chà Masser (30 000 quintais, a força deles pimenta) e Mateus de Bérgamo (24 000 quintais de pimenta, 2500 de canela, 1000 de brasil, 500 de cravo, 300 de gengibre e 150 de noz-moscada, além de algumas outras miudezas). Foi a maior carregação trazida da Índia desde a viagem inaugural de Vasco da Gama, que apenas viria a ser igualada em 1514 (um total de 30 780 quintais); no decurso do século XVI apenas em raros anos viria a ser superada: 48 000 quintais em 1517, 43 700 em 1518, 37 500 em 1519 e 41 250 em 1547, devendo contudo notar-se que há dados disponíveis para apenas 35 dos anos da centúria, não os havendo nomeadamente para todo o período que vai de 1548 a 1574 (utilizámos os dados fornecidos por GODINHO, *op. cit. supra*, doc. III, nota 2, pp. 103-106, sem embargo de somar quintais do peso velho, utilizado para a pimenta, com quintais do peso novo, usado para as demais especiarias, *cf. supra*, doc. VI, nota 11; tivemos presentes mais os seguintes dados que achámos entretanto: para 1505 o rol de ANTT, *Cartas Missivas*, III, 337, pub. por Geneviève BOUCHON, «L'inventaire de la cargaison rapportée de l'Inde en 1505» in *Mare Luso-Indicum*, vol. III, 1976, pp. 101-136; para 1518 os de ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 705, pub. por Geneviève BOUCHON, *Navires et Cargaisons – Retour de l'Inde en 1518*, introduction, édition et notes par [...], Société d'Histoire de l'Orient, Paris, 1977; para 1525 os de ANTT, *Cartas dos Vice-Reis*, n.º 16; para 1528 os de ANTT, *Corpo Cronológico*, I-38-50; para 1547 os de ANTT, *Colecção São Lourenço*, IV, fl. 329).

X

Carta anónima de 16 de Setembro de 1504

O texto é desprovido de título, data e assinatura, mas a frase inicial «*Addi 16 di settembre, anno 1504*» indica tratar-se de uma carta escrita naquele dia ou pouco depois.

Alberto Magnaghi, quando estudou o Códice *Riccardiano*, decretou que esta relação tinha que ser atribuída a Giovanni da Empoli[a], embarcado na capitânia da frota de Afonso de Albuquerque e autor de uma famosa carta dirigida ao pai, Leonardo. Esta última carta de Empoli, conservada ainda em forma manuscrita em dois códices da Biblioteca Nazionale Centrale de Florença[b], foi publicada, numa versão ligeiramente divergente, por Ramúsio no primeiro volume de *Navigazioni e viaggi*[c]. Marica Milanesi, que realizou a edição moderna da recolha de Ramúsio, afirmava ainda, talvez com base nas suposições de Magnaghi, que: «*Copia manoscritta di questa lettera* [...] *è ancora conservata nello stesso codice che contiene le copie delle lettere di Vespucci e del Sernigi (cod. 1910, Biblioteca Riccardiana)*»[d]. Todavia, já Francisco Leite de Faria tinha levantado dúvidas sobre a atribuição do texto conservado no Códice *Riccardiano* a Giovanni da Empoli[e] e Marco Spallanzani, analisando as inúmeras divergências existentes entre a relação copiada por Vaglienti e a carta de Giovanni da Empoli, concluiu que: «*La lettera documenta certamente il primo viaggio di Giovanni da Empoli, ma differisce talmente dal testo del Ramusio e dalle due copie magliabechiane* [...] *da rendere impensabile una collazione. Tra la vera relazione di Giovanni e questo testo riccardiano esistono, è vero, dei punti di con-*

---

[a] MAGNAGHI, I, p. 113.

[b] Cód. II.IV.347 (conhecido como Magliabechiano XXV,347) e B.R.237 (Magliabechiano XIII, 86).

[c] RAMÚSIO, I, pp. 739-752.

[d] *Ibid.*, I, p. 741.

[e] FARIA, p. 289.

tatto quali la concordanza di alcune date, ma nel complesso si tratta di due fonti diverse, in ognuna delle quali si trovano parti mancanti nell'altra»[f].

A grande importância do relato conservado por Piero Vaglienti encontra-se exactamente na circunstância de o crítico de hoje ter a possibilidade de verificar certas afirmações de Giovanni da Empoli e de integrar os conhecimentos específicos através do testemunho directo de outro italiano, também ele embarcado numa das naus da frota de Afonso de Albuquerque. Neste sentido vale ainda a pena salientar a coincidência das opiniões deste anónimo informador com as de Marchionni, Sernigi ou Detti, no que diz respeito ao valor que os Descobrimentos portugueses têm, não só para uma nova política económica europeia, mas também para o desenvolvimento do saber e da cultura geográfica.

[f] Marco SPALLANZANI, *Giovanni da Empoli, mercante navigatore fiorentino*, Florença, 1984, p. 89 (nova ed., Florença, SPES, 1999).

[fl. 78] *Addi 16 di settembre, anno 1504, tornò la frotta delle nave de' re di Portogallo delle parti dell'India, da una terra nominata Chananor, cariche di spezierie, e cioè pepe, gengiovo, cannella e g[a]rofani e altre spezierie; le quali funno 3 navi quelle che vennono, l'altre erano per temporali spartite l'una dall'altra e per ancora di loro a questo dì non v'era alcuna nuova.*

Partinno del porto di Lisbona alli 6 di aprile anno 1503 e funno a 16 detto alla vista del Cavo Verde e di lì partinno e presono la volta[1] *del mare e tennono a un medisimo segno le vele 28 dì, senza mai mutare vele. E al capo di 28 dì avemmo vista di una isola deserta nel mezzo del mare, a*
[B] *notte (ℓ), che se s'indugiava pure 3 ore a fare di vi percotavamo (ℓ) / fu e tutti arrecavamo. La quale isola e marinai le posono nome l'Isola di Sansion*[g].

Di dì partimmo, sempre alla volta del mare e andando a detta volta, avemmo più volte grandissimo vento e grandissima fortuna di mare a [...] e perdemoci tutte le navi l'una dall'altra. E così, correndo sempre ad albero secco, in tal modo andammo circa a XX dì in grandissimo tormento. E una notte, andando in tale tormento, venne tal colpo di mare, e dirò che mosse l'orlo tutto abbasso di modo ci parse a tutti mai più avere avuto mare dipoi. Pelo aiuto di Dio tornò e di lì a un'ora venne un colpo di mare tanto grande che ci ruppe le falche della nave e entrò grandissima quantità d'aqua dentro. E circa mezza notte el mare aggiungeva insino al cielo e la nave alla-
[fl. 78v] *gata, e facemmo vo[to] // a nostra Donna e per quella volta ci cavò di tanto pericolo. Pure correndo sempre in poppa, sempre ad albero secco alla volta di terra, colla traversia di ponente e andando a quel modo circa di 50 leghe tra dì e notte, di già ci faciavamo presso di terra circa a XX leghe e non aviamo altro rimedio che perderci e dare in terra. E si calmò el vento e tuttavia alli 6 di giugno*[h] *arrivammo al gran Cavo di Buona Speranza, così*

---

[1] *nuova*.

[g] Deveria tratar-se da Ilha de Ascensão. No texto de Giovanni da Empoli o nome é «Prosuntione», SPALLANZANI, *Empoli*, p. 116.

[h] Segundo a relação de Empoli, o Cabo é ultrapassado no dia 6 de Julho. *Ibid.*, p. 117.

chiamato. E quivi gittamo nostra ancora in mare in una valle di acqua di Santo Biagio, lungo a esso cavo ben 70 leghe. E quivi trovammo le nostre conserve e la capitana e facemmo gran festa l'un co' l'altro e riposo di tante fortune e pericoli, che sono tali che per mia fè non sono ricipiente a contalli, rispetto a nostri mari di quà. E qui stando, scendemmo in terra con battelli
[B] *armati e levammo con / esso noi el frate nostro per dire messa in terra, in uno erimitorio di San Biagio. E andammo armati a causa delli animali brutti e uomini bestiali. E andando in terra dipoi messa, volonci ferire uno de' nostri, subito li mostrammo l'arme e artiglieri sparandole di modo che tutti si fuggirono ne' monti. E sono uomini né bianchi né neri, gente grande di corpo, sanza capelli e tutti tignosi e cispi. E quivi trovammo molte vache e buoi. Sono gente tutti ignudi, vestono da mezzo corpo in giù di pelle di buoi e mettono la loro natura, mettono in una guaina*[2] *di cuoio con uno coltello. //*

[fl. 79] *E partimmo di detto luogo con carne, pesce e acqua. Alli 2 di giugno trovammo per la costa 3 nave che venivano d'India, fra le quali v'era Giovanni Buonagrazia e per lui arete avuto notizie di me. E partendoci da dette navi con grandissima allegrezza, ci assaltò el vento contrario di tal natura che corremmo in poppa da 4 a cinque dì ad albero secco e perdemoci un'altra volta insieme. Dipoi si calmò el vento e di lì fummo sempre a lungo della costa bene 800 leghe sino a Malinde. E lì, a Malinde, andammo per levare el piloto moro per passare el golfo da Mech pera domandare la costa d'India; e non potendo afferare detto porto di Melinde, pigliò consiglio el capitano nostro e deliberonno passare el golfo sanza piloto. A mezzo el golfo da Mecha, essendo noi soli, perduti da tutta la compagnia dell'altre navi, una notte avemmo vista di due navi che le stimavamo discoste a noi 3 o 4 leghe e stando aspettando avemmo vista tra la nostra conserva e l'altra di Bartolomeo Marchionni. Facemmo gran festa insieme e di lì partimmo / in*
[B] *buon'ora per India. E avemmo vista di terra d'India, del monte Deli, 2 di settembre*[i]*. Dipoi fummo quel dì lungo la costa e l'altro dì fummo a surgere in Cananora, là dove stava el fattore de' re di Portogallo. E lì discendemmo in terra per sapere se v'era spezie o non ve n'era. E di lì partimmo lungo la costa, tanto che arrivammo a una terra nominata, detta di Chocim. E lì trovammo stare surte le tre navi d'Albuquerque e tre altre navi di Portogallo ch[e] stavano per andare di armata. E lì posammo e con grandissima allegrezza e piacere. E discendemmo in terra per pigliare la carica di spezie e pepi e trovammo che tutta la terra era distruta da' re di Chalichut,*

[2] *chiuaina*.

[i] A data falta na relação de Empoli, mas a indicação da chegada a Cananor é 11 de Setembro, *ibid.*, p. 120.

per guerra e' re di Chocini fuggito e fuora del suo regno; e lì molto male armamento per le spezie: tutti e mercanti fuggiti di forte, che di lì partimmo
[fl. 79v] *la nostra // frotta e fummo a lungo della costa sino a di un luogo dov'è una terra ch'è chiamata Cholan, onde giammai più non funno cristiani nessuno.*

E lì surte le nostre ancore nella costa brava, venne grandissimo vento traverso e lì stemmo alla misericordia di Dio ben tre dì sanza rimedi alcuno. Eravano in luogho che se fussimo avuti andare in terra, non campava alcuno de noi e di già la mezza della gente spogliati per gittarsi a nuoto scadassi (?) perché quivi non era altro rimedio e di già la nave grande aver perdute 4 ancore e di già non aveva più che una. Iddio ci soccorse con la suo misericordia ed liberoci di tale male. Dipoi tutto questo, pigliammo nostra carica di pepi. E lì stetti in terra ben cinque mesi a comperare e vendere e cari-
[B] *care la nave; cominciai a dare dispaccio alle mercantie, portai a / caricare e certamente ebbi grandissimo onore.*

Lì, in detta terra, sono uomini neri, vanno ignudi ma coperti di panni bianchi lini, fini. La loro natura sono gentili e adorano li dei, non mangiano carne nessuna sorta; sono molti uomini di buona discrezione e buona gente, è ricca terra dove Iddio sparse interamente e beni temporali. Ancora li proibissi el principale, ch'è conoscere Iddio, in detta terra ha ben mille cristiani, e quali v' hanno 2 o 3 chiese infra l'altre una grande, nominata Santa Maria, fatta con suoi altari e santi e croce. E detta chiesa è per se medesimo di una sola madre pera a facessi e gran tempo. E detti cristiani sono nestoriani e chiamansi di variati nomi, Tomaso, Jacopo e altri, e le loro figlie
[fl. 80] *Maria, Filipa // e simile. Non hanno conoscimento salvo delli apostoli e di Dio non hanno la vera legge; hanno e loro preti maritati, sagrificano l'uno all'altro col pane e loro cirimonie [sono] alla greca. Hanno case di mattoni e calcina e pietra; molto ben fatti e molto gentili omi[ni], ripieni di spezie, aromatici e odoriferi; terra molto sana e gentile; abitano in essa molti mori grandissimi ricchi e alcuno d'essi tiene 50 o 60 zambuchi, le quali noi chiamiamo navi, e sono gran mercatanti e pratichi per la Mecha in Egitto, e tutti di gran discrezione e modi fatti e costumi e giustizia.*

Non vi conterò tutto perché sarè cosa molto prolissa e massime riverso per dipoi in buonora a bocca contentarvi, che così piaccia a Dio.

Dipoi tutto caricato, partimmo dall'India di Chananor alli 27 di gen-
[B] *naio e pigliammo piloto moro per traversar certe isole / le qua' sono 12 mila isole, perché passando per lì accorciavamo el cammino alcun tanto. E passando in buonora entrammo nel golfo da Mecha ch'[è] traversa 900 leghe e sempre con buon vento 28 dì. E a capo di 28 dì facevansi e piloti colla costa di terra ferma di Mozombichue e parendo a tutti esser presso di detta terra di quivi, a duo dì avemmo vista di terra e fummo a ella e non fu nessumo conoscesse tal terra. Appressamoci bene e corremmo ben XV dì a lungo*

di detta terra, ed era molto alta al cielo, verde e bellissima mostra, el mare d'intorno pieno di canne di zucchero. Eravamo in luogo che non sapevamo per qual parte avessimo andare e niuno giammai navigò in mare incognito co' maggiore dispiacere. E lì stemmo circa di XX dì con gran tuoni e piove
[fl. 80v] *e molti mali tempi e lì stavamo // con grandissima paura. Tuttavolta Iddio piatoso ci liberò di tanti pericoli e visibilmente ci porse suo grazia di un po' di buon vento.*

E partendo di lì avemmo vista di una nave di mori che veniva per noi e come ci vidde mutò cammino e noi alsì veduto fuggiva, andammo a nostro cammino; e andando così noi, a 3 dì, sendo di già venuta la notte e noi, cioè la nave in che io andavo, eravamo bene avanti loro una lega o più dell'altre navi e noi seguendo e di già be'notte, noi con bellissimo tempo e bono vento in poppa, dalla gabbia viddono venire per prua della nave una acqua bianca e commincionno a dire «terra, terra»; subito tutti morti eramo giunti con terra di sorte non potevamo scampare e, subito conobbono ch'era terra diserta e no' navigabile, tutta la nave in rivolta, chi diceva in un modo e chi in un altro, molta gente e quasi tutti spogliati per gittarsi a nuoto per
[B] *campare la vita in terra / perché è terra non conosciuta non sapevano se un passo più avanti era basso, subito facemmo gran fuochi e tirammo molti tiri d'artiglieria. All'altre nave videndo noi hanno peranco abbicati con terre tironno nell'altro banda e funno alla volta del mare, la qual non potevano pigliar per esser del tutto in terra, e non potevano girare la nave; dilibi[r]ammo dare la gomea e andare colla nave bene a orza; e così andammo per vedere se detta terra aveva fine. E noi andando così perché l'altre navi andavano nell'altro modo e noi in questo altro, tornammo a prendere consiglio di pigliare altra volta e girammo e mettemoci a orza, tanto che in tutta sorta stavamo in (...) no (...), potete pensare, di notte, con terre nel mezzo del mare posta e lo mare in cima d'esse, annegata tutta, che non si mostrava che li alberi. Gran cosa piacque a Dio, la lasciammo e*
[fl. 81] *a mezza notte fornimmo di lascialla e navigando così non parevano // l'altre nave e di già ci avevano fatti perduti. E stando così avemmo vista delle navi e gran festa facemmo come potete pensare. E di lì, partendo tutti, a capo di 4 o 5 dì avemmo vista di terra di Mozambique, e andando a riconoscere la terra non volle el nostro capitano pigliare acqua, né nulla.*

Fummo in buonora per andare avanti e per lungo della costa navigando arrivammo tanto avanti a una terra chiamata el Cabo das Chorrendes, e quivi avemmo grandissimi venti contrari di sorte tornammo addietro e corremmo in un porto chiamato Labaran da Roche e lì stemmo a pigliare pesci e bastò bene un mese. Stemmo in tormento grandissimo e in concrusione arrivammo al Cavo di Buona Speranza sino al primo di maggio 1504 e di lì co' venti a levante, sempre in poppa, fummo ben 28 dì, e avendo

noi fatto nostro cammino tanti dì, facevansi con certe isole chiamate el Chapo
[B] *Verde. E in concrusione eravamo in una parte / che stemmo ben 60 dì in calma sanza vento nessuno e non avamo vino, salvo 1 botte o 2 d'acqua e avamo ancora a fare mille leghe, di modo che morirono nella nostra nave ben 60 persone e la nave andare al fondo, di modo che non restò nella nave se non è 8 uomini e la nave annegarsi. Fu necessario che Dio metesse mano e aiutasse a tutti servizi di nave perché tutti erano morti: capitano morto e tutti morti. Dio ci salvò per la suo misericordia. Al termine di XX dì avemmo vista di terra e fummo ad essa ed era terra del Chapo Verde chiamata l'Isola di Santo Iacopo e quivi stemmo co' l'ancore in mare di Santa Maria 8 dì e pigliammo acqua e vino e tutto ch'era necessario. E in concrusione giungemmo a Lisbona alli 16 del passato e Iddio ci aiutò. E non vi mare-*
[fl. 81v] *vigliate [che] non vi scrivo perfettamente rispetto che per mia fé // non mi pare esser atto a potere riscrevere della minima parte di là e, come fò menzione, bisogna che alcuna cosa riservi per dipoi, collo aiuto di Dio, contentarvi a bocca. E Voi doveste intendere l'anno passato, dipoi noi, funno per l'India XI nave grosse che ora si stimano là. Iddio le salvi e di buon mandi. Simile vi dico come di nuovo qui si prevede ad armare XX nave grosse per in buonora mandalle questo gennaio pe' li paesi d'India e simile più galee per là andare d'armata.*

E cosa dissevi per l'altra, la portata de de[tte] 3 navi venute le quali hanno cantari X mila di pepi e 600 di cannella e 300 di garofani e cantari 100 di gengiovi e 150 alacre e 50 di drogherie spicce: noci di cubebe e canfora que è la portata queste 2 nave che rimason là e che ora co' l'aiuto di Dio s'aspettano di dì in dì. Che Dio per tutto le salvi. Portano cantari
[B] *8 mila di / pepi e cantara mille di gengiovi e cantara 200 di cannella. Tutto si fa per avviso. Sono valutati in India e baar di pepi fannovi 160 e sappi che baar è uno peso di là e fannovi e la moneta; e baar di garofani ducati 21; e baar di canfore ducati 106; e baar di cannella fannovi 255; e baar di lacre fannovi 275; e baar di cubebe fannovi 1200; e baar di gengiovi fannovi 1300. Questi sono i pregi d'India e ragionasi ogni baar delle spezie, cioè de pepi cantara 3 e dell'altre spezierie cantara 3(...), tutto per avviso sono valsi reami el baar fannovi 820 argenti, invi fannovi 1000 piombi, fannovi 260 vermiglioni 1200. Contasi baar di mercantie per ogni baar cantara 3(...), che sono stati buoni pregi. Li spezi se stanno quivi in buon pregi: pepi baar ducati 22, cannella ducati 30, gengiovi ducati 18,*
[fl. 82] *lacre ducati 40, canfore ducati 140 e // el simile all'avvenante altre sorte di spezie stimano e medesimi pregi.*

Questo signor Re è fuora di zona a Spetiallo (?) di gita. Quando venga si farà alcuna buona concrusione e diravisi. Tornò e' Re da Seta e di nuovo ha messo in ordine nuova armata pel medesimo viaggio. E io spero di nuovo

pel detto cammino ritornare. Iddio ci dia buon viaggio e guadagno! Impero l' cammino è lungo e viaggi inusitati in modo la carta di tal luoghi non parla ed è sforzato di nuovo fare carta. Ma per lo esser inusitato l' viaggio e nuovamente per questo Re di[3] *Portogallo cominciato a usallo. E come di sopra detto, è pericolo per li scogli coperti dall'acqua che non si può sapelli pel l'inusitato luogo: al frequentalli è de necessità di nuovo farne carta che ponga sito per sito el navigare di tal luoghi acciò che col tempo tutt'uomo conosca e sappi le secche e l'isole per que' mari si trovano e dare nome a' capi si trovano in mare e così all'isole e alli scogli vi sono.*

[B] *E di già questo / Re ha cominciato a farne fare notizia prima di carta di marinari pratichi e porre nome all'isole trovano, benché da loro l'avessino in loro lingua m'al presente pongono loro nuovi nomi e fanno notizia di molte secche di mare e dove elle si truovano. In modo in brieve tempo farà notizia di questi mari come de' mari Mediterrani perché all'utile n'appareisse e non s'hanno abbastare ravaggi. E co' tempi hanno a gittare grande utilità all'Italia e in cristianità, che quando non fusse altro che l'avere levato tal traffico al Soldano è bene assai ch'erano utilità de detto luogo di più di 500 migliaia di ducati l'anno al Soldano, che tutto tale utilità ritornerà in cristianità, la qual cosa è da stimare assai e grande onore di questo illustrissimo Re.*

[3] *e di.*

Aos 16 dias de Setembro do ano de 1504 tornou a frota de naus del-Rei de Portugal das partes da Índia, de uma terra denominada Cananor, carregadas de especiaria, a saber, pimenta, gengibre, canela, cravo e outras especiarias; as quais foram três naus as que vieram porquanto as outras com os temporais se apartaram uma da outra e não há delas por ora qualquer nova[1].

[1] Refere-se à armada dos Albuquerques (os primos Afonso e Francisco) e à de António de Saldanha que a seguiu (*cf. supra* doc. VIII, nota 7), num total de 10 navios. As flotilhas dos dois Albuquerques (que deviam comportar ao todo 8 navios, de que um, a nau armada em Setúbal, só pôde partir mais tarde com António de Saldanha) eram supostas ir e vir, ao passo que os dois navios de Saldanha se destinavam, como os de Vicente Sodré na viagem anterior, a ficar no Mar Arábico para praticar o corso à boca do Mar Roxo.

Os dados dos cronistas (*Crónica Anónima*, cap. xix & ss.; CASTANHEDA, I, lv & ss.; BARROS, I, vii, 2 & ss.; GÓIS, I, lxxvii & ss.; G. CORREIA, p. 374 & ss.; [Brás] Afonso de ALBUQUERQUE, *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*, p. I, cap. i & ss.) carecem de confrontar-se com os testemunhos coevos: carta de Giovanni da Empoli, pub. por SPALLANZANI, *Giovanni da Empoli*, cit. *supra* doc. VIII, nota 7, pp. 115-127, e em versão portuguesa (subdividida em capítulos, para que remetemos) feita sobre a edição de Ramúsio *in Collecção de Noticias* [...], vol. II, n.º vi, pp. 221-233; biografia de Giovanni da Empoli por seu tio Girolamo da Empoli, pub. por SPALLANZANI, *op. cit.*, pp. 95--111; «carta mandada para Florença e Veneza» pub. por MONTALBODDO, cit. *supra*, doc. IX, nota 22; o *Viagio de India fato per 3 nave portogalese*, pub. por A. Teixeira da MOTA, «A viagem de António de Saldanha em 1503 e a rota de Vasco da Gama no Atlântico Sul», *in* Grupo de Estudos de História Marítima, *Memórias*, vol. I, Lisboa, 1971, pp. 9-63, também pub. na série «Separatas» do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, n.º LXIV; uma carta de Francisco de Albuquerque a D. Manuel, de 27.XII.1503, conservada em tradução alemã, pub. com uma carta de Lisboa para Augsburgo de 10.X.1504, por G. GREIFF, «Briefe und Berichte über die frühesten Reisen nach Amerika und Ostindien aus den Jahren 1497 bis 1506 aus Dr. Conrad Peutingers Nachlass» in *Jahres-Bericht des Historischen Kreis-Verein im Regierungsbezirke von Schwaben und Neuburg für das Jahr 1860*, pp. 111-172, resumido por Banha de ANDRADE, *Novos Mundos* [...], *cf. supra*, doc. VIII, nota 1, p. 330 & ss.; uma carta de Diogo Fernandes Correia a D. Manuel, Cochim, 9.I.1504, pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, vol. II, pp. 259-261; uma carta de Pero de Ataíde a D. Manuel, Moçambique, 20.II.1504, pub. *ibidem*, pp. 262-267; três cartas

de Giovanni Francesco Affaitadi a Piero Pasqualigo, embaixador de Veneza aos Reis Católicos, de 16.VII, 1.VIII & 11.IX.1504, pub. *in* Marino SANUTO, *Diari*, vol. VI, col. 55-57, 75-76 & 86-88; uma carta de Álvaro Vaz a D. Manuel, Cochim, 4.XII.1504, pub. in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IV, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1964, pp. 132-140; CHÀ MASSER, *Relazione*, viaggio quinto. A *Pseudo-Carta de D. Manuel* (*cf. supra* doc. VIII, nota 1), não nos é, quanto a esta viagem, de adjutório algum, pois afirma que, preocupado com o que teria sucedido às 25 naus da frota de Vasco da Gama (que supõe comandada por Pedro Álvares Cabral), D. Manuel não enviou nenhuma armada em 1503; no entanto regista a chegada de 6 naus carregadas de especiaria a 28.VIII.1504, supostamente enviadas por Pedro Álvares Cabral que teria ficado na Índia! Quatro documentos inéditos relativos a esta viagem foram publicados em apêndice ao seu artigo por Jean AUBIN (*cf. supra* doc. VIII, nota 7). O cotejo exaustivo das fontes foi feito por Aubin, que, em princípio, nos limitaremos a repetir; às fontes por ele utilizadas podemos juntar ainda uma carta dos bispos (nestorianos) da Índia ao Patriarca de Babilónia, redigida em siríaco provavelmente em Setembro de 1504, a «Carta que mandaram os Padres da Índia, da China e da Magna China» (*cit. supra* doc. II, nota 15). Embora de cunho mais geográfico que histórico, o *Ms. de Leutkirch*, vertido em português, com o título «Um alemão acompanhante dos primos Albuquerque» por Marion EBERHARDT, *op. cit. supra* doc. IX, nota 1, pp. 71--91, é assaz significativo do conhecimento da Ásia a que, em parte por contactos directos, em parte graças a informadores como Gaspar da Índia e o P.e José de Cranganor, se chegara por alturas desta viagem: o autor dá uma tabela de distâncias aos principais portos a partir de Lisboa, descreve a costa oriental da África, os principais produtos comerciais do Oriente e dá uma extensa notícia do Mar Vermelho, notando inclusivamente que o túmulo de Mafoma está em Medina e não em Meca como se dizia, e não flutua no espaço (*cf. supra* doc. II, nota 13), etc. Pelo seu interesse predominantemente etnográfico a presente carta aproxima-se desta relação, distanciando-se ao mesmo tempo das cartas portuguesas e dos relatos dos cronistas, que focam preferentemente os acontecimentos políticos, como as guerras com Calecut e a construção de um forte em Cochim.

Na realidade, dos 10 navios partidos em 1503 apenas regressaram a Lisboa os três a que aqui se alude (além do de António do Campo, que fora para a Índia com Vasco da Gama em 1502 mas invernara em Moçambique, tornara à Índia e partira daí com Albuquerque, mas chegara já); a nau de comércio armada pela rica viúva Catarina Dias de Aguiar e comandada por Pero Vaz da Veiga naufragou à ida (CASTANHEDA, I, lv), a nau de Setúbal teve de invernar em Moçambique e só em 1504 prosseguiu viagem, os dois navios de António de Saldanha andaram todo aquele ano na costa oriental africana e só em 1504 seguiram para a Índia, o de Francisco de Albuquerque e o de Nicolau Coelho perderam-se no regresso, provavelmente nos Baixos de S. Lázaro (*cf. supra* doc. I, nota 8), o de Pero de Ataíde, (sobrevivente da armada de Vicente Sodré que regressava com esta armada) encalhou no regresso na barra de Quíloa (salvando--se contudo a gente que foi ter a Moçambique num zambuco) e Duarte Pacheco Pereira ficou na Índia com a sua nau e as duas caravelas restantes da armada de Sodré.

A data de 16 de Setembro que a carta dá é confirmada pela de Giovanni da Empoli, mas não pela tradução alemã da carta de Francisco de Albuquerque (que a dá como recebida em Lisboa a 16 de Junho e em Augsburgo a 13

Partiram do porto de Lisboa aos seis dias de Abril do ano de 1503[2] e foram a 16 do dito mês à vista do Cabo Verde; e dali partiram e tomaram a volta do mar; e tiveram ao mesmo rumo as velas 28 dias sem jamais mudar as velas. E ao cabo de 28 dias houvemos[3] vista de uma ilha deserta no meio do mar, à noute, que se demo-

---

de Setembro; o mais provável é que no segundo caso se deva ler «Dezembro»; ou então há que ler «Julho» no primeiro caso, o que significaria que a carta foi trazida por António do Campo). 16 de Setembro é, de qualquer modo, a data de chegada dos três navios de Afonso de Albuquerque, pois o de António do Campo, retardatário da frota de Vasco da Gama que, como adiantámos já, partira com aqueles da Índia, chegara mais cedo, a 15 de Julho à tarde, conforme a carta de Affaitadi a Pasqualigo escrita de Lisboa no dia imediato (SANUTO, VI, col. 55). Chà Masser alude confusamente à chegada de uma caravela a 15 de Julho e à de uma nau aparentemente mais tarde; tal notícia, concorda vagamente com a de BARROS (I, vii, 2) e GÓIS (I, lxxx), que dizem que Afonso de Albuquerque mandou à sua frente com notícias a António do Campo, que chegou a Lisboa a 16 de Julho, vindo a chegar ele próprio a 24 de Agosto. CASTANHEDA (I, lxiii) regista apenas a chegada a Lisboa dos dois navios de Afonso de Albuquerque e António do Campo, que situa a 23 de Agosto; Brás de ALBUQUERQUE (*Comentários*, I, vi, p. 24), que ignora a vinda de António do Campo, refere a vinda das três naus (a de seu pai, a de Fernão Martins de Almada e outra que não identifica), dizendo-as chegadas a Lisboa em fins de Julho. A 3.ª carta de Affaitadi, escrita de Lisboa a 11 de Setembro (SANUTO, VI, col. 86-88) refere a chegada na véspera a Lisboa de um navio vindo de Cabo Verde com um moço de Afonso de Albuquerque portador de cartas para el-Rei, em cuja companhia teriam partido (de Cabo Verde, ao que se entende) as «três naus que se esperavam», que pelo caminho se apartaram umas das outras, mas cuja chegada se aguardava a qualquer hora.

[2] Os quatro navios de Afonso de Albuquerque partiram de facto a 6 de Abril, mas os três de Francisco de Albuquerque só partiram a 14, e os dois de António Saldanha a 12 de Maio, acompanhados da nau de Setúbal que não estivera pronta para partir com as conservas anteriores. Deduz-se de passos ulteriores do nosso texto que o seu autor, tal como Giovanni da Empoli, viajou na conserva de Afonso de Albuquerque, a bordo da nau *Santo Espírito*, comandada por Fernão Martins de Almada, que viria a falecer durante a viagem de regresso; ao passo que o autor da outra relação italiana anónima, publicada por Teixeira da Mota, viajou com António de Saldanha.

[3] A narração passa aqui à 1.ª pessoa do plural, que se mantém quase até ao fim do documento; deduz-se daí que o autor da presente carta não participou na viagem, mas começa aqui a citar directamente a sua fonte (*cf. supra* doc. IV, nota 38 & doc. VI, nota 8), que é visivelmente uma carta escrita; há pois como que duas cartas, uma encaixada na outra. Não é impossível que o começo do texto até aqui seja da lavra de Vaglienti, que tivesse usado para isso outras fontes de informação; a parte final do texto, que é quiçá da mesma lavra, tem muitos pontos em comum com o *Elogio de D. Manuel* com que Vaglienti abre a sua colectânea (*vide supra* doc. I); no entanto a carta, como se nos apresenta, tem ares de ter sido escrita em Lisboa.

raria três horas a i chegar, e foi como todos dizíamos (?). À qual ilha puseram os marinheiros o nome de ilha da Ascensão[4].

[4] *Isola de Sansion* no texto italiano; no *ms.* de Florença de Giovanni da Empoli, *Prosunzione*, por repetição inadvertida de uma palavra da linha precedente, corrigido para *Ascensione* na edição de Ramúsio. Trata-se sem dúvida da ilha da Ascensão, 7° 57' S, 24° 21' W, no meio do Atlântico, pequena (*c.* 8 km por 13), mas visível de longe por culminar a *c.* 860 m de altitude. Segundo Giovanni da Empoli, que explica porque optaram por aquela rota, o nome não lhe foi dado nessa ocasião, mas por outros que a haviam já achado. Empoli acrescenta que andaram à roda da ilha uma noite inteira e que não há nela nenhum minério, o que parece mostrar que se haviam já feito aí desembarques; para mais em 1503 a Ascensão caiu, na realidade, a 25 de Maio, o que se não coaduna com os 28 dias de navegação desde Cabo Verde indicados tanto aqui como na carta de Giovanni da Empoli, que correspondem ao dia 14 de Maio. Os cronistas não referem o descobrimento da ilha da Ascensão, à excepção de CASTANHEDA (II, lxxxiiii), que no entanto se equivoca manifestamente ao atribuí-lo a Tristão da Cunha no seu regresso da Índia em 1508, pois o que este descobriu foram as ilhas que conservam até hoje o seu nome, sitas muito mais a sul (*c.* 37° 6' N, 12° 2' W); mas descobriu-as à ida para a Índia em 1506, como atestam tanto o próprio CASTANHEDA noutro passo (II, xxx) como BARROS (II, ii, 1), e como aliás se esperaria a tal latitude, em que sopram praticamente todo o ano os ventos de Oeste. BARROS (I, v, 10), GÓIS (I, lxiii) e António GALVÃO (*Tratado dos Descobrimentos*, 3.ª ed., anotada pelo Visconde da Lagoa com a colaboração de Elaine Sanceau, Liv.ª Civilização, Porto, s/d, p. 150) atribuem o descobrimento de uma «ilha da Conceição» a João da Nova, à ida para a Índia em 1501; como se não conhece nenhuma ilha com tal nome, que aliás é inexplicável, pois a festa da Conceição de Maria é a 8 de Dezembro, época em que as armadas da Índia não cruzavam nem num sentido nem no outro o Atlântico sul, tem-se suposto que «Conceição» é *lapsus calami* por Ascensão. O seu descobrimento por João da Nova é de certo modo plausível, pois a ilha aparece já representada, como um pequeno arquipélago, em 1502, no planisfério dito «de Cantino». Contudo, sabemos que João da Nova largou de Lisboa a 5 de Março de 1501 e nesse ano a Ascensão caiu a 20 de Maio, ou seja, 75 dias depois, o que é praticamente o dobro dos 38 dias que Albuquerque parece ter demorado a avistá-la; em contrapartida em 1502 a Ascensão caiu a 5 de Maio, o que parece demasiado cedo para que João da Nova tivesse topado com a ilha no seu regresso da Índia (*cf.* Damião PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª ed., Coimbra, 1960, pp. 528-532). Em 1501, porém, a Ascensão caíra a 20 de Maio; como a *Anunciada*, da frota de Cabral, veio a chegar a Lisboa a 26 de Junho, se, à semelhança de Albuquerque embora em sentido contrário, tiver coberto a distância entre a Ascensão e Lisboa em *c.* 36 dias, passou à vista da ilha a 20 de Maio, quinta-feira da Ascensão; o navio em questão parece-nos assim o melhor candidato a descobridor da pequena ilha, tanto mais que a ilha fica mais na rota de regresso da Índia que na de ida, em que geralmante se fazia um largo bordo para oeste (o que se não fez na presente viagem pelas razões que Giovanni da Empoli explica). Também se chamou Ascensão à ilha da Trindade, sita a 20° 38' S, ao largo da costa brasileira, defronte do estado do Espírito Santo, de que dista uns 600 km; mas não é certamente dessa que se trata aqui. Na frase precedente o texto parece corrompido e a tradução é conjectural.

De dia partimos, sempre na volta do mar, e indo à dita volta houvemos por várias vezes grandíssimo vento e grandíssimo temporal de mar [...] e perdemo-nos todas as naus ũa da outra. E assim correndo sempre em árvore seca, desse modo andámos cerca de vinte dias em grandíssima tormenta. E ũa noute andando com tal tormenta, veio tal golpe de mar que se diria que nos meteu a borda toda abaixo d'água, de modo que pareceu a todos que jamais se vira um mar assim. Com a ajuda de Deus tornou arriba; mas dali a ũa hora veio um golpe de mar tão grande que nos quebrou a falca da nau e entrou grandíssima quantidade de água a dentro. E cerca da meia noute o mar chegava até ao céu e a nau alagada e fizemos voto a Nossa Senhora e por aquela vez nos tirou de tanto perigo. Assim que correndo sempre com o tempo, sempre em árvore seca à volta de terra, com vento travessão de ponente e andando desse modo obra de 50 léguas entre dia e noute, já tínhamos terra de rosto a obra de vinte léguas e não tínhamos outro remédio senão perder-nos e dar em terra. E se nos acalmou o vento e pelo conseguinte a 6 dias de Junho[5] chegámos ao grande cabo que chamam da Boa Esperança. E aí deitámos nossas âncoras ao mar em ũa Aguada de São Brás distante desse cabo bem 70 léguas. E aí achámos a nossa conserva e a capitânia e fizemos grande festa uns a outros e repouso de tantas tempestades e perigos, que são tais que, por minha fé, não sou auto pera os contar com respeito a nossos mares de cá. E estando aqui descemos a terra com batéis armados e com isso levámos connosco o nosso frade pera dizer missa em terra em ũa ermida de S. Brás[6].

[5] A 6 de Julho em ambas as versões de Empoli, que apenas se refere aos temporais em poucas palavras, mas dá a entender que seguiram um percurso sinuoso, passando «tanto avante como a Terra da Vera Cruz» mas seguindo depois «em direitura à ilha de São Tomé». Os cronistas não dão pormenores sobre a viagem; apenas Castanheda confirma que «passaram no caminho muitas tormentas, com que se perdeu Pero Vaz da Veiga», que diz viajar na conserva de Francisco de Albuquerque; isso explicaria porque o nosso autor, que viajava com Afonso, não refere o seu naufrágio; refere-o, porém, Giovanni da EMPOLI (cap. ii), que viajava na mesma conserva.

[6] Descoberta por Bartolomeu Dias em 1488, ao que parece em dia de S. Brás (3 de Fevereiro), de onde o seu nome, a Angra ou Aguada de S. Brás é a actual Mossel Bay. Vasco da Gama fez aí escala na sua 1.ª viagem, tanto à ida como à vinda. Foi por se ter tornado uma escala habitual que aí foi construída uma capela, como o presente documento atesta; tanto mais que, ao tempo, se evitava, por temor de que o balanço entornasse o cálice, a celebração de missas no mar, que veio a ser formalmente proibida pelo concílio de Trento – proibição que, aliás, não foi observada por muito tempo, tornando-se a celebração

E fomos armados por causa dos animais ferozes e homens bestiais. E andando em terra após a missa nos quiseram ferir a um dos nossos; logo lhes mostrámos as armas e a artilharia dando disparos de modo que todos se puseram em fuga pera os montes. E são homens nem alvos nem negros, gente grande de corpo, sem cabelo e todos tinhosos e ramelentos. E aqui achámos muitas vacas e bois. É gente toda nua, vestem-se de meio corpo pera baixo com ũa pele de boi e suas vergonhas metem em ũa bainha de couro, como ũa faca[7].

---

de missas a bordo usual e mesmo quotidiana no século XVII (*vide* Maria de Jesus dos Mártires LOPES, «Devoções e invocações a bordo da Carreira da Índia (séculos XVI-XVII)», *in* Artur Teodoro de MATOS & Luís Filipe THOMAZ (dir.), *A Carreira da Índia e as rotas dos Estreitos – Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Angra do Heroísmo 7 a 11 de Junho de 1996*, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 433-444).

[7] A incivilidade destas populações é também largamente referida por Giovanni da EMPOLI (cap. i); CAMÕES retrata-la-á poeticamente mais tarde em duas estrofes d'*Os Lusíadas* (V, 28-29), mas descrevendo-as erroneamente como negras. Trata-se na realidade dos hotentotes, que habitavam toda a extremidade sul da África, ao que parece aparentados aos bosquímanos que vivem no deserto do Calaari, entre o sul de Angola e o rio Orange. Provavelmente o povoamento negro, bantu, não chegava nesse tempo tanto a sul como hoje. Bosquímanos e hotentotes não são, de facto, como aqui nota o autor, nem alvos nem negros, mas antes, como dizem outros textos, *baços*, ou seja, de um amarelado escuro. Apresentam caracteres somáticos que os aproximam da chamada raça mongólica, como as maçãs do rosto salientes e os olhos oblíquos, com plica mongolóide. As suas línguas são, como as do Extremo Oriente, monossilábicas e tonais, o que não significa que tenham parentesco com as do grupo sino-tibetano. O seu traço mais original é a presença de cliques (estalos dados com a língua e com os lábios, em regra ao inspirar) como fonemas iniciais da maioria das palavras; essa peculiaridade é sumariamente notada por Empoli (*parlano in ghola con cenni e fischi*, «falam da goela com acenos e assobios») e mais pitorescamente por Ludovico de VARTHEMA (*Itinerário*, cit. *supra* doc. II, nota 13, p. 231): «falam como quando os arrieiros da Sicília que vão atrás dos machos produzem com a língua debaixo do palato um certo som e um certo ruído com o qual fazem andar seus bichos»; Varthema, que regressou da Índia com D. Francisco de Almeida em 1509-1510, descreve-os a propósito de uma visita que fez à terra firme durante a escala em Moçambique, o que deve ser confusão devida a lapso de memória, pois não há sinais da presença de hotentotes tanto a norte; é mais provável que o episódio se tenha passado na Aguada de Saldanha que escalaram em seguida (CASTANHEDA, II, cxxii, etc.). De tecnologia um pouco superior à dos bosquímanos, que são meros caçadores-recolectores, os hotentotes, que são nómadas caçadores-pastores, ignoram como eles as técnicas de trabalhar os metais, embora usem por vezes instrumentos em ferro adquiridos aos bantus. Deambulam atrás das suas reses, que são quase exclusivamente vacas, não possuindo cabras; daí o nome da Angra dos Vaqueiros

E partimos do dito lugar com carne, peixe e água. Aos 2 de Junho topámos pola costa com 3 naus que vinham da Índia, entre as quais estava Giovanni Buonagrazia[8]; e por ele haveis de ter tido notícias minhas. E partindo-nos das ditas naus com grandíssima alegria, nos assaltaram ventos contrários de tal sorte que corremos com o tempo quatro ou cinco dias em árvore seca e nos perdemos outra vez uns dos outros. Depois se nos calmou o vento e dali fomos sempre correndo de longo a costa bem 800 léguas, té Melinde. E ao dito Melinde íamos por tomar o piloto mouro pera passar o golfo de Meca e demandar a costa da Índia; mas não pudemos ferrar o dito porto[9] e então tomou o capitão conselho e deliberaram passar o golfo sem piloto. No meio do golfo de Meca, estando nós sós, perdidos de toda a companha das outras naus, ũa noite houvemos vista de duas naus, que as fazíamos distantes de nós 3 ou 4 léguas, e estando-as esperando, por entre a nossa conserva e a outra houve-

---

dado à baía em que Bartolomeu Dias desembarcou depois de, sem dar por isso, ter dobrado o Cabo, e que é talvez a moderna Fish Bay. Os portugueses tiveram contactos com os hotentotes desde a viagem de Bartolomeu Dias e o *Diário* da 1.ª viagem de Vasco da Gama (*fls.* 3-11) descreve com certa minúcia os seus costumes, a propósito das escalas feitas na Angra de Santa Helena, na costa do Atlântico, e nesta mesma Aguada de São Brás, já no Índico; foi na primeira que se passou o episódio de Fernão Veloso, celebrizado n'*Os Lusíadas* (V, 27-36). Por vezes, como aqui nota o autor, os hotentotes, desconfiados, mostravam disposições inimistosas; foi numa escaramuça com eles, em 1510, que ao regressar da Índia pereceu D. Francisco de Almeida. O uso de estojo peniano, a que aludem tanto Empoli como o nosso autor, aparece noutros contextos culturais e é ainda hoje comum entre os papuas da Nova Guiné.

[8] Empoli não refere este encontro; mas Tomé LOPES, que regressava da Índia a bordo da nau comandada por Buonagrazia (*cf. supra* doc. IX, notas 1 & 17), regista na sua *Navegação* (cap. xxviii) o encontro com duas das naus de Afonso de Albuquerque, que no entanto situa a 12 de Julho; 2 de Julho, no presente documento, pode ser erro de copista por 12. Tomé Lopes refere ainda que outras duas haviam cruzado, dias antes, a nau *Leitoa* da frota de Vasco da Gama, que com os temporais se desgarrara da de Buonagrazia; esse cruzamento deu-se antes de 10 de Julho, data em que a *Leitoa* se reuniu à nau de Buonagrazia. Regista assim o cruzamento com quatro naus da frota de Albuquerque, o que mostra que a de Catarina Dias de Aguiar não havia ainda naufragado; é provavelmente por não contarem com esta que os cronistas dizem a frota constituída por três navios apenas.

[9] EMPOLI (cap. ii), que regista uma escala em Sofala que o presente documento omite, precisa que acabaram por aterrar em *Patti*, *i. e.*, Pate (2° 5' S, 41° 5' E, cerca de 25 milhas ao norte de Melinde), onde surgiram, tomando aí a decisão de passar imediatamente o gólfão (que o nosso autor designa, impropriamente, por «golfo de Meca»).

mos vista de Bartolomeu Marchionni[10]. Fizemos grande festa juntos e dali nos partimos em bo'hora pera a Índia. E houvemos vista da terra da Índia, do monte d'Eli, a 2 de Setembro[11]. Depois fomos aquele dia ao longo da costa e ao outro dia fomos a surgir em Cananor, onde estava o feitor del-Rei de Portugal[12]. E aí descemos a terra a saber se i havia especiaria, e não na havia. E dali partimos ao longo da costa, té que chegámos a ũa terra dita Cochim de seu nome. E ali achámos surtas as três naus de Albuquerque e três outras naus de Portugal que estavam pera andar de armada[13]. E ali pousámos com grandíssima alegria e prazer. E descemos a terra a tomar a carga de especiaria e pimenta e encontrámos que toda a terra era destruída por el rei de Calecut per guerra, e el rei de Cochim fugido e fora de seu reino[14]. E havia i mui mau aviamento pera a especiaria e todo'los

[10] Nenhuma outra fonte refere que Bartolomeu Marchionni tenha navegado para a Índia; parece, portanto, que o autor quer dizer que houveram vista da nau de Bartolomeu Marchionni, ou seja, da nau *S. Cristóvão*, de 300 tonéis, que o mercador florentino fretara e que seguia com Afonso de Albuquerque. Neste ponto o presente relato, que menciona quatro navios (o do autor, «a nossa conserva e a outra», e o navio avistado), não concorda com o de Giovanni da Empoli, que afirma que quando se reencontraram, após quinze dias de travessia em que com os temporais as naus se desgarraram umas das outras, deram por falta da nau de Catarina Dias que com a tempestade se perdera. Affaitadi, na sua 3.ª carta (SANUTO, VI, col. 87) confirma que da frota de Afonso de Albuquerque se perdeu à ida uma nau de 150 tonéis.

[11] Sobre o Monte d'Eli, *cf. supra* doc. IX, nota 16. Empoli não dá a data em que o avistaram, mas apenas a da chegada a Cananor, que coloca em 11 de Setembro.

[12] Gonçalo Gil Barbosa, *cf. supra* doc. IX, nota 28. Empoli não é tão radical quanto à míngua de especiarias, limitando-se a observar que compraram as mercadorias que aí acharam.

[13] Francisco de Albuquerque, embora partido 8 dias mais tarde que seu primo, chegou à Índia primeiro: segundo o seu próprio testemunho («Briefe und Berichte [...]», *cf. supra* nota 1) chegou a 6 de Agosto a Angediva, onde encontrou António do Campo, que viera com Vasco da Gama mas perdera a monção, invernara em Melinde e retornara à Índia; as naus que se haviam desgarrado da sua com os temporais na zona do Cabo reuniram-se-lhe em Cochim a 4 de Setembro. Francisco de Albuquerque fizera pois a viagem em 3 meses e 3 semanas (e as outras duas naus em 4 meses e 20 dias), *record* que muito raramente seria igualado ao longo de todo o século XVI. As outras três naus com que toparam eram as da frota de Vicente Sodré que escaparam ao naufrágio em Cúria Múria (Khûryân Mûryân, 17° 30' N, 55° 30' – 56° 30' E, ao largo da costa do Hadramaut), onde a 1.V.1503 se perderam os navios de Vicente e Brás Sodré.

[14] Visivelmente pouco interessado em negócios de natureza política e militar o autor resume em poucas linhas o que se passara em Cochim, a que, pelo contrário, os cronistas (em especial a *Crónica Anónima*, cap. 24-29) dão grande relevo. EMPOLI (cap. ii) é um pouco menos lacónico, explicando que entre a sua

mercadores fugidos[15], de sorte que nos partimos dali com nossa armada e fomos ao longo da costa até um lugar onde há ũa terra que é chamada Coulão, onde jamais cristão nenhum era ido[16].

---

chegada a Cochim (2 de Setembro) e a de seu primo Afonso (15.IX), Francisco de Albuquerque conseguira já rechaçar o Samorim e reconduzir o rei local, refugiado em Vaipim, à sua capital; após o que os dois primos, cada um por seu lado, deram início à construção de um forte «sobre a embocadura do rio de Repelim», ou, melhor dito, junto à entrada da ria de Cochim.

[15] Também neste particular é Empoli mais preciso, pois explica que se achavam em Cochim 12 000 quintais de pimenta, que Francisco de Albuquerque tinha já apalavrados – razão porque Afonso teve de ir carregar a Coulão. Na realidade Chirina Mercar (Cherian Marakkar), que se obrigara a fornecer por atacado os 4000 bares (*c.* 12 000 quintais) de pimenta, não pôde, como explica a *Crónica Anónima* (cap. 30), fornecer mais que 1500, devido ao bloqueio que as forças do Samorim faziam aos esteiros por onde haviam de vir as embarcações que a traziam; informação semelhante é transmitida por CASTANHEDA (I, lxi), que, mais parcimonioso ainda, limita a 1200 quintais (300 bares) o quantitativo de facto obtido.

[16] Esta afirmação é corroborada por Empoli («deliberámos [...] buscar a nossa ventura mais avante em algum outro local que ainda não fosse conhecido [...]», indo então a «Coulão, à qual jamais tinha ido alguém a descobrir [...]»); parece todavia desprovida de fundamento, pois como vimos (*cf. supra* doc. IX, nota 20) já dois navios da armada de Vasco da Gama aí haviam ido a carregar de especiaria no ano anterior. Aos testemunhos dos relatos concernentes à expedição do Gama há a juntar o de Matias, mercador cristão de Calecoulão (Kayamkulam, 9° 11' N, 76° 30' E, 18 milhas a norte de Coulão), que em carta de 18.XII.1504 (Silva REGO, *Documentação* [...], I, doc. 6, pp. 25-26) afirma: «faço saber a Vossa Senhoria que polas naos de que o almirante vêo per capitão moor, eu lhe carreguei duas naos, e pela frota de Afonso de Albuquerque carreguei a nao de Fernão Martins [...]». De qualquer modo Coulão fora já visitada na Idade Média por viajantes cristãos como Frei João de Montecorvino em 1291-92, Marco Polo em 1295, o Beato Odorico de Pordenone *c.* 1322, etc. O dominicano catalão Frei Jordão de Séverac foi nomeado em 1328 bispo de Coulão pelo papa João XXII; a ele se deve provavelmente a construção da igreja latina de S. Jorge que *c.* 1350 Frei João de Marignoli visitou ao regressar da China (*vide* van den WYNGAERT, *Sinica Franciscana – vol. I* & YULE, *Cathay and the Way thither*, cit. *supra*, doc. II, nota 15, *passim*).

De qualquer modo ambos os documentos concordam ao afirmar que Afonso de Albuquerque aí foi a carregar *sponte sua*; a história de uma embaixada da rainha de Coulão vinda a Cochim a convidá-lo, reportada por BARROS (I, vii, 3), GÓIS (I, lxxix) e G. CORREIA (I, cap. iv, pp. 393-395), resulta provavelmente de confusão com o que se passara na viagem anterior, que, à excepção de Gaspar Correia, todos omitem. CASTANHEDA (I, lxi) parece ser mais exacto ao dizer que Afonso de Albuquerque decidiu ir carregar a Coulão «porque sabia que seus regedores desejavam lá nossa feitoria, pelo oferecimento que mandaram fazer a Pedr'Álvarez Cabral e ao Conde Almirante»; foi à chegada ao porto que uma delegação da terra subiu a bordo a negociar um acordo, que Albuquerque aceitou com condição de deixar em Coulão uma feitoria permanente. A *Crónica Anónima* (cap. 30) diz praticamente o mesmo, se bem que em termos muito mais sucintos.

E surgidas ali nossas âncoras em a costa brava veio um grandíssimo vento travessão e assi estivemos à misericórdia de Deus bem três dias sem remédio algum. Éramos em tal lugar que se fôssemos forçados de ir a terra não escapava nenhum de nós, e já a metade da gente se despira pera se deitar a nado pois não havia i outro remédio; e já a nau grande perdera quatro âncoras e não tinha mais que ũa. Deus nos socorreu com sua misericórdia e nos livrou de tamanho mal[17]. Despois de tudo isto tomámos nossa carga de pimenta. E ali estive em terra bem cinco meses a comprar e vender e carregar a nau[18]; comecei a dar despacho às mercadorias, levei a carregar e tive certamente grandíssima honra.

Ali em aquela dita terra são os homens negros e andam nus mas cobertos de panos brancos de linho fino[19]. De sua natureza são

---

Foi durante a estadia dos navios de Afonso de Albuquerque em Coulão (Kollam, em inglês Quilon, 8° 54' N, 76° 37' E) que Francisco fez as pazes com o Samorim (*cf. supra* doc. IX, nota 22), pelo que não admira que nem a presente carta nem a de Empoli o refiram. Embora seja o mais antigo tratado entre Portugal e uma potência asiática, jamais foi retrovertido em português, conhecendo-se apenas a sua versão italiana e a latina, feita sobre aquela. Acha-se um resumo das principais cláusulas na 1.ª carta de Affaitadi (SANUTO, VI, col. 56) e, com maior ou menor detalhe, nos diversos cronistas.

[17] Relato paralelo em EMPOLI (cap. ii).

[18] A duração de 5 meses aqui atribuída à estadia das naus em Coulão parece exagerada: chegado a 15 de Setembro a Cochim Afonso de Albuquerque permaneceu aí cerca de mês e meio, ou seja, até finais de Outubro; foi a 24 de Outubro que, em colaboração com o primo, lançou um ataque contra Repelim (Eḍapalli, 10° 1' N, 76° 22' E), ocupada pelas forças do Samorim. Como explicam os *Comentários* (I, ii, pp. 8-9), só depois da construção da sua parte do forte decidiu ir em pessoa a Coulão, onde havia já enviado as duas naus da sua conserva a carregar; mesmo assim, estas não devem aí ter chegado antes de fins de Setembro; como, segundo EMPOLI (cap. iv), partiram de regresso a Cochim a 15 de Janeiro, a estadia deve ter sido de apenas três meses e meio.

[19] Refere-se ao *muṇḍu*, pano branco relativamente curto que os malabares usam simplesmente enrolado à cinta, mais curto que o pudvém ou purvém (em concanim *puddvem*) dos hindus de Goa (conhecido por *dhotî* no norte da Índia), faixa de tecido que pode atingir os 5 m de comprido, cuja ponta passa entre as pernas e vem prender à cinta junto ao umbigo, formando uma espécie de calção muito largo. São normalmente de algodão e não de linho, como seria de esperar na Índia, onde o algodão foi cultivado desde *c.* 1800 a. C. As diversas relações desta viagem, bem como as da precedente, atestam que o traje hindu tradicional continuava em uso no Malabar, mesmo nas cortes dos reis locais (*cf. supra* doc. II, nota 40).

Também Giovanni da EMPOLI (cap. iv) aproveita este ensejo para uma digressão sobre os costumes da Índia, comparável às que aparecem nos relatos da 1.ª viagem de Vasco da Gama (*cf. supra*, doc. II a IV), na *Pseudo-Carta de D. Manuel*, etc. Sobre o vegetarianismo de muitos hindus, *cf. supra* doc. II, nota 37.

gentios e adoram os deuses, não comem carne de nenhuma sorte, são homens de mui boa discreção e boa gente; é terra rica onde Deus espalhou inteiramente os bens temporais, ainda que lhe vedasse o principal que é conhecer a Deus[20]. Em a dita terra há bem

[20] Esta observação é curiosa; há quiçá nela um remoto eco do Salmo 143, 12-15 na versão dos Setenta e da Vulgata: «[...] as suas filhas são embelecidas, adornadas a toda a roda como as imagens de um templo, as suas tulhas estão repletas e transbordam de uma para outra, as suas ovelhas são fecundas, abundantes em sua produção, os seus bois são gordos, não há ruína nos seus muros, nem há brecha, nem nas suas praças há tumulto; proclamaram bem-aventurado o povo de quem são tais cousas; mas bem aventurado é o povo cujo senhor é Deus». Um comentário do mesmo tipo, mas referente à prosperidade do Egipto, acompanhado de uma especulação filosófica ou teológica sobre as razões porque os infiéis têm melhores terras e são mais ricos em bens materiais do que os fiéis, ocorre em começos do século XIII na relação da embaixada de Frederico I ao Egipto e à Síria, inclusa no suplemento de Arnoldo de Lubeque à crónica de HELMODO (vide *Chronica Slavorum* Helmodi Presbyteri Bosoviensis et Arnoldi Abbatis Lubecensis [...], Lubeque, 1659, Derelictorum Helmodi Suplementum, auctore Arnoldo Abbate Lubecense, liv.° VII, cap. x).

Já os autores greco-romanos, longe de apresentarem a Índia como uma terra de pobreza, a apresentavam como um país farto de todos os bens (*cf.* J. W. MCCRINDLE, *Ancient India as described by Megasthenes and Arrian*, Calcutá, 1877, e ANDRÉ & FILLIOZAT, *L'Inde vue de Rome*, *cit. supra* doc. III, nota 7). Na Idade Média as observações que predominam são de teor semelhante, como se vê, por exemplo, em mais de um passo do livro das semi-míticas *Viagens de Mandeville*, que é na realidade uma centonização de diversas relações de viagem, composta originalmente em francês em 1366, que rapidamente adquiriu grande popularidade e correu impressa a partir de 1470 em numerosas versões em flamengo, alemão, inglês, italiano, castelhano, dinamarquês e latim. Da «Índia Maior» afirma-se que «é a melhor terra e o mais belo país e o mais deleitoso e o mais farto de todos os bens que existe em poder de homens; e em esta terra residem muitos cristãos e sarracenos também, pois é bom país e grande. E outrossim há i mais de duas mil grandes cidades, sem as outras vilas. O povo é mui grande em este país, mais do que em nenhumas outras vilas, pola bondade da terra. Nesta terra ninguém pede pão por Deus, pois em todo o país não há pobre algum» (Malcolm LETTS, *Mandeville's Travels – Texts and Translations* by [...], 2 vols., Hakluyt Society, Londres, 1953 [reimp. Kraus Reprint, Nendeln, Liechtenstein, 1967] cap. xxii, vol I [texto inglês, versão Egerton, *c.* 1410-1420] p. 143 & vol. II [texto francês, 1371], pp. 344-345).

Assim idealizadas as Índias tornam-se por vezes uma verdadeira utopia, como sucede nomeadamente nas diversas versões da lenda do Preste João (*cf. supra* doc. I, nota 6). Na linha de pensamento de Paládio, bispo de Helenópolis (*c.* 364-431 A. D.), que no tratado *Dos Povos da Índia e dos Brâmanes* apresentara os brâmanes como precursores do monaquismo cristão (*cf. supra* doc. II, nota 26), o mesmo MANDEVILLE observa noutro passo das suas *Viagens* (cap. xxxii) a propósito de uma mítica Ilha da Fé ou Ilha dos Brâmanes: «e geralmente todas as gentes destas ilhas aí à volta são mais leais e mais rectos que em qualquer outra parte do mundo; não há i nessa ilha nem ladrão nem homicida nem

mil cristãos, os quais tem i 2 ou 3 igrejas, entre as quais ũa grande chamada de Santa Maria, feita com seus altares e santos e cruz. E a dita igreja é por si mesma de uma só madre e parece feita há muito tempo (?). E os ditos cristãos são nestorianos[21] e chamam-se por

---

mulher leviana, nem jamais foi aí homem assassinado; e são castos e de conversação limpa como nenhum religioso poderia ser, e jejuam todos os dias. E porque são tão leais e tão rectos e tão cheios de boas condições, não houve i jamais tempestade, nem raio ou trovão, nem guerra ou fome, nem pestenença ou outra tribulação, como a nós aqui advêm por nossos pecados e nossas culpas; por onde parece bem que Deus os ama e toma em boa conta suas obras» (M. LETTS, *op. cit.*, vol. I, pp. 204-205, vol. II, pp. 397-398).

Se as facetas mais míticas de tal visão se esbatem rapidamente com o contacto directo dos portugueses com a Índia (*cf.* G. BOUCHON, «L'image de l'Inde dans l'Europe de la Renaissance», cit. *supra*, doc. III, nota 6), a imagem de prosperidade sobrevive, como se vê no presente passo do texto. É verdade que aqui e além começam a detectar-se sinais do superpovoamento que se esboçava nalgumas regiões, sobretudo na periferia dos grandes centros como Calecut e Gaur (capital do sultanado de Bengala) que, como as grandes cidades mediterrânicas da Antiguidade, começavam a tornar-se tentaculares, atraindo as massas desenraizadas das zonas rurais mais populosas. Ao testemunho do *Diário* da 1.ª viagem de Vasco da Gama (*fls.* 55-56), citado acima (doc. II, nota 58), podemos acrescentar o da relação da primeira embaixada portuguesa à corte do Bengala, que regista em 1522: «[...] e o número da gente é tanto que não podeis ir por rua nem travessa com ela, de tal feição que os grandes senhores tem por custumes como vão pera o paço ou saem dele levarem homens com canas diante de si e às pancadas fazem apartar a gente, e se desta maneira não fazem não podem passar sem matar muita gente dos pés dos cavalos e alifantes que há i muitos na terra»; e noutro passo: «o maior número da gente que digo é tão prove que não tem de comer nem vistir; e a mor parte deles vestem liteiros e outros esteiras; assi que quando vem o inverno morrem tantos que acham as ruas chêas pola manhã [...]» (*vide* G. BOUCHON & L. F. F. R. THOMAZ, *Voyage dans les Deltas* [...] cit. *supra*, doc. II, nota 34, § 46-47, p. 235 & ss.).

[21] A existência de cristãos na Índia era conhecida de há séculos (*cf. supra* doc. II, nota 15) e os primeiros contactos dos portugueses com eles tiveram lugar aquando da viagem de Pedro Álvares Cabral que trouxe para Portugal o P.e José de Cranganor (*cf. supra* doc. VI, nota 9); mas desta vez houve um contacto mais demorado e é certamente por isso que não só o autor da carta e Giovanni da Empoli, mas também Castanheda, Barros, Góis e, em menor medida, Brás de Albuquerque inserem neste ponto da narração incisos mais ou menos longos sobre a cristandade malabar; o italiano anónimo que acompanhou António de Saldanha faz o mesmo, mas a propósito da visita que fez a Coulão no ano imediato (*cf. supra* nota 1).

A classificação dos cristãos da Índia, vulgarmente conhecidos por «cristãos de São Tomé», como nestorianos (e portanto como heréticos) é interessante, pois embora viesse a tornar-se no cavalo de batalha dos missionários portugueses na época da Contra-Reforma e no pretexto para o Padroado Português fagocitar a cristandade malabar, é raríssima na primeira metade do século XVI. A igreja do Malabar dependia hierarquicamente da da Mesopotâmia, que de

facto não aceitou a condenação da doutrina de Nestório sobre a dupla personalidade de Cristo pelo concílio ecuménico de Éfeso (331 A. D.), razão porque foi desde então apodada de «nestoriana» pelas igrejas do Império Romano (*cf.* P. de LABRIOLLE, G. BARDY, L. BRÉHIER & G. de PLINVAL, *De la mort de Théodose à l'élection de Grégoire le Grand*, [A. FLICHE & V. MARTIN (dir.), *Histoire de l'Église depuis les origines jusqu'à nos jours*, vol. 4], Bloud & Gay, Paris, 1937; É. AMANN «Nestorius» in A. VACANT, E. MANGENOT & É. AMANN, *Dictionnaire de Théologie Catholique*, Letouzey et Ané, Paris, 1930, *s. v.*; E. TISSERANT, «Nestorienne, l'Église», *ibidem*, *s. v.*; Idem, «Syro-Malabar, Église», *ibidem*, *s. v.*; Raymond LE COZ, *Histoire de l'Église d'Orient – Chrétiens d'Irak, d'Iran et de Turquie*, Ed. du Cerf, Paris, 1995; Stephen NEILL, *A History of Christianity in India – The Beginnings to AD 1707*, Cambridge University Press, Cambridge, etc.,1984; A. Mathias MUNDADAN, *History of Christianity in India, vol. I: From the Beginning up to the Middle of the Sixteenth Century (up to 1542)*, Church History Association of India / Theological Publications in India, Bangalore, 1984; Samuel Hugh MOFFET, *A History of Christianity in Asia, vol. I, Beginnings to 1500*, Harper, Nova Iorque & S. Francisco, 1992). A subordinação das igrejas da Índia à igreja dita nestoriana do Império Persa, de rito sírio-oriental ou caldeu, está atestada desde a *Topografia Cristã* de Cosme Indicopleustes, *c.* 545 (III, 65 & XI, 14); no entanto não conhecemos acusações explícitas de nestorianismo ou heresia feitas aos cristãos da Índia antes da *Historia Orientalis* de Jacques de VITRY, arcebispo cruzado de Acre, escrita em Damieta entre 1219 e 1221 (vide *La Traduction de l'Historia Orientalis de Jacques de Vitry*, édition, introduction, notes et glossaire par Claude Buridant, Paris, Klincksiek, 1986, cap. LXXVI, pp. 123-124); o apodo repete-se *c.* 1322 na pena de Odorico de PORDENONE (*Sinica Franciscana*, I, p. 442; *Cathay and the Way thither*, II, p. 142) e *c.* 1445 na de Nicolo de' CONTI (Major, *India in the fifteenth Century*, II, pp. 7, 20, 23 & 33). Embora na documentação portuguesa haja frequentes recriminações contra certos usos da igreja siro-malabar (sobretudo a cobrança de taxas pela administração do baptismo e a inexistência de confissão auricular), até *c.* 1550 apenas temos conhecimento de duas acusações de nestorianismo contra os cristãos malabares: uma numa carta de 1515 do impressor moravo Valentim Fernandes, editor de Nicolo de' Conti em português, a um mercador de Nuremberga (*vide* a «Carta escrita de Lisboa (1515) pelo alemão Valentim da Morávia a um mercador de Nuremberga», pub. por A. Fontoura da Costa, *Deambulations of the rhinoceros (Ganda) of Muzafar, king of Cambaia, from 1514 to 1516*, Lisboa, 1937, pp. 33-40) e outra numa carta de *c.* 1529-1530 ao cardeal D. Afonso do P.e Álvaro Penteado, que se imiscuíra na comunidade siro-malabar de Cranganor e entrara em conflito com o clero local (*cf.* João Paulo Oliveira e COSTA, «Os Portugueses e a cristandade siro-malabar (1498-1530)», in *Studia*, n.º 52, Lisboa, 1994; Luís Filipe F. R. THOMAZ, art.º «São Tomé, Cristãos de» in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, pub. pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa sob a dir. de Carlos de Azevedo, 4 vols., Círculo de Leitores, Lisboa, 2000-2001, *s. v.*; IDEM, «Were Saint Thomas Christians looked upon as heretics?», *in* K. S. MATTEW, Teotónio de SOUSA & Pius MALEKANDATHIL *The Portuguese and Cultural Changes in India: 1500-1800*, Fundação Oriente, Panjim, Goa, MESHAR Tellicherry (Kerala) 2001, pp. 27-91). Como os cristãos de S. Tomé não costumam designar-se a si mesmo como nestorianos nem têm Nestório em particular veneração, quer-nos parecer que a sua classificação como nestorianos é aqui uma reminiscência livresca, bebida provavelmente em Nicolo de' Conti, cujo itinerário fora impresso em Lisboa a 4.II.1502.

vários nomes, Tomé, Jacob e outros, e suas filhas Maria, Filipa e cousas semelhantes. Não hão conhecimento senão dos apóstolos e de Deus; não tem a verdadeira lei: tem seus padres casados, sacrificam um a outro com o pão e suas cerimónias são à maneira grega[22]. Têm casa de tijolo e de pedra e cal mui bem feitas, e são mui gentis homens, cheios de especiaria, aromas e perfumes; terra mui sã e gentil; habitam nela muitos mouros grandíssimos ricos, e alguns deles tem 50 ou 60 zambucos, aos quais nós chamamos naus, e são grandes mercadores e práticos pera Meca no Egipto[23], e todos de grande discreção e modos feitos e costumes e justiça.

Não vos conto tudo porque seria cousa assaz prolixa, e sobretudo porque o reservo pera depois em bo'hora vo-lo contar de boca, assim praza a Deus.

Despois de feita a carga partimos da Índia, de Cananor, aos 27 dias de Janeiro[24] e tomámos piloto mouro pera atravessar certas

[22] A afirmação de que «não hão conhecimento senão dos apóstolos e de Deus» deve resultar de os cristãos da Índia, como aliás seria de esperar, desconhecerem os grandes doutores da igreja latina, como Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, etc., e a sua teologia sistemática; e, por outro lado, de terem no seu calendário pouquíssimas festas de santos não-bíblicos (apenas 14 ao longo de todo o ano litúrgico). A afirmação de que têm padres casados é correcta e vale para todas as igrejas orientais, mesmo para muitas das que, como a maronita, aceitaram a sujeição a Roma. Em contrapartida não se compreende a afirmação de que «sacrificam um a outro com o pão»; quererá referir-se ao uso de pão fermentado na Eucaristia (também comum a todos os orientais à excepção dos arménios)? Quanto ao fazerem suas cerimónias «à maneira grega», é uma afirmação só muito aproximativamente aceitável: os cristãos de S. Tomé não seguiam o rito grego mas o caldeu, também chamado sírio-oriental, que com aquele tem muito pouco em comum (*cf.* Irénée-HENRI DALMAIS, *Les Liturgies d'Orient*, col. «Je sais – je crois», Arthème-Fayard, Paris, 1959; S. SALAVILLE, *Liturgies Orientales*, 3 vols., Bibliothèque Catholique des Sciences Religieuses, Bloud & Gay, Paris, 1932-42; no que concerne as igrejas e ritos não-bizantinos o livro de R. JANIN, *Les églises Orientales et les Rites Orientaux*, Letouzey & Ané, Paris, 1955 nem sempre é seguro).

[23] *Cf. supra* doc. III, nota 10. A simpatia para com os tratantes mouros do Índico é rara, quer na literatura portuguesa da época quer nos textos italianos com que vimos lidando.

[24] Esta data é confirmada por EMPOLI (cap. iv); Brás de ALBUQUERQUE (I, vi) indica 25 de Janeiro, ou seja, como explica, cinco dias depois de expirado o limite que em seu regimento el-Rei dera a Afonso de Albuquerque para esperar pelo primo. CASTANHEDA (I, lxiii) põe a partida daquele no derradeiro de Janeiro, data que a *Crónica Anónima* (cap. 32), BARROS (I, vii, 3) e GÓIS (I, lxxx) corroboram; mas Francisco de Albuquerque, que não tinha podido completar a carga das suas naus, tardou um pouco mais em partir. A partida de Coulão, onde ficou uma feitoria permanente, fora, segundo Empoli, a 15 de Janeiro; tal como a

ilhas, as quais são doze mil ilhas, porque passando por ali encurtávamos o caminho algum tanto[25]. E passando em boa hora entrámos no golfo de Meca que há 900 léguas de travessia[26], e sempre com bom vento por 28 dias. E ao cabo dos 28 dias faziam-se os pilotos com a costa da terra firme de Moçambique, e parecendo a todos estarmos junto com a dita terra, daí a dous dias houvemos vista de terra e nos fomos a ela e não houve ninguém que conhecesse tal terra. Chegámo-nos a ela e corremos bem 15 dias a dita terra de longo, e era mui alta até ao céu, verde de belíssimas mostras, e o mar em torno, cheia de canas de açúcar. Éramos em tal lugar que não sabíamos a que parte houvéssemos de ir, e ninguém jamais navegou em mar incógnito com tamanho nojo. E ali estivemos cerca de vinte dias com grandes trovoadas e chuvas e muito maus tempos, e ali estávamos com grande medo[27]. Todavia Deus piedoso nos livrou de tantos perigos e visivelmente nos fez sua mercê de um pouco de bom vento.

---

deste, a presente carta omite o reinício das hostilidades com Calecut que se esboçava já ao tempo da partida (Carta de Diogo Fernandes Correia; versão alemã da carta de Francisco de Albuquerque; 3.ª carta de Affaidati; *Pseudo-Carta de D. Manuel*; *Crónica Anónima*, cap. 31-32; CASTANHEDA, I, lxii-lxiii; BARROS, I, vii, 3; GÓIS, I, lxxx; G. CORREIA, I, cap. vi, pp. 408-409).

[25] Segundo os *Comentários* (I, vi) o piloto era um mouro de Cananor, bom oficial de seu ofício, que os acompanhou até Moçambique, ganhando 50 cruzados pelo serviço. As 12 000 ilhas por entre as quais atravessaram são sem dúvida as Lacadivas (do sânscrito *lakṣadvīpās*, «100.000 ilhas») e as Maldivas.

[26] *Cf. supra*, doc. II, nota 10.

[27] Todo este passo da carta não tem paralelo em mais nenhuma das fontes que nos chegaram; é surpreendente que Giovanni da Empoli o não refira, já que tudo indica que navegava a bordo do mesmo navio que o autor desta carta, o *Santo Espírito*, e que, fosse como fosse, as naus navegavam de conserva. A costa em que aterraram, a 26 de Fevereiro como se deduz do texto, é certamente a de Madagascar, a Ilha de S. Lourenço dos antigos textos portugueses, já que depois de pairarem vinte dias ao largo dessa costa voltaram a atravessar mar durante pelo menos oito dias até acharem de novo terra, resultando porém claro que andaram costeando ilha grande ou terra firme e não um arquipélago, como seriam por exemplo as Seicheles ou as Comores. A distância de 30 dias de navegação a partir de Cananor coaduna-se com esta hipótese, bem assim como o rumo a sudoeste, por entre as Lacadivas e as Maldivas. Por outro lado a fisionomia do norte de Madagascar – assaz montanhoso, em que o maciço de Tsaratanana culmina a 2880 m, e em que na ponta norte da ilha, junto à baía de Diego Suarez, se ergue a montanha vulcânica de Ambre – condiz aproximadamente com a descrição do nosso autor (*cf.* René BATTISTINI, *L'Afrique Australe et Madagascar*, col. «Magellan», Presses Universitaires de France, Paris, 1967, p. 127 & ss.) Estava-se em plena época chuvosa na zona tropical do hemisfério sul, pelo que é natural que a costa, ainda que de clima mais seco que os planaltos

do interior, parecesse toda verdejante; e a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*, L., Gramíneas), oriunda ao que parece da Nova Guiné, é de longa data comum em Madagascar, para onde foi certamente trazida pelos primeiros povoadores austronésicos (*cf.* as notas ao doc. XI). A descrição coincide *grosso modo* com o *Roteiro da Costa Ocidental da Ilha de S. Lourenço*, do padre jesuíta Luís MARIANO, hoje perdido, mas de que se conserva uma versão francesa incluída por A. & G. GRANDIDIER na sua monumental *Histoire physique, naturelle et politique de Madagascar*, 29 vols., Paris, 1908, retrovertida em português por Humberto LEITÃO (*Os dois descobrimentos da ilha de São Lourenço mandados fazer pelo vice-rei D. Jerónimo de Azevedo nos anos de 1613 a 1616*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1970, pp. 299-335); o aspecto montuoso, por vezes alcantilado, da costa da ilha entre o extremo norte (cabo do Natal, hoje conhecido por cabo de Ambre, 11° 47' S, 49° 19' E) e o cabo de S. André (16° 11' S, 44° 31' E) é aí notado por mais de uma vez ao longo dos capítulos I a V. Embora o texto o não diga expressamente, resulta claro do encadeamento dos factos que costearam Madagascar *por dentro*, do lado do canal de Moçambique; tinham, por conseguinte, terra a bombordo, pelo que mesmo que não soubessem onde estavam sabiam que não estavam costeando a África Oriental.

Esta identificação é confirmada por uma carta de D. Manuel ao arcebispo de Braga, escrita em Alcochete a 19.VI.1508, que atribui a Afonso de Albuquerque o descobrimento da ilha de Madagascar ou S. Lourenço: «na terra e ilha de Sam Lourenço, que o dito Tristão da Cunha foi ver quando logo de cá foi, e onde fez grande estrago nos mouros, a qual ilha é a que achou Afonso de Albuquerque, se acha muito gengivre [...]» (*Cartas de Affonso de Albuquerque*, vol. II, p. 424). Esse achamento (que como vamos ver não parece ter sido o primeiro) só pode ter-se dado no regresso da Índia, pois, como vimos, à ida a armada costeou a África Oriental até Pate (que fica a 2° 5' S, quase 12 graus mais a norte que o extremo norte de Madagascar) navegando daí em direitura para o Monte d'Éli.

Os cronistas dão a ilha de S. Lourenço como descoberta em 1506, o que é forçosamente erróneo, pois já em 1505, ao enviar Cid Barbudo em busca de Francisco de Albuquerque, perdido no regresso desta viagem, D. Manuel lhe recomendava que, tendo ocasião para isso, procedesse ao reconhecimento da ilha de S. Lourenço (regimento pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, vol. II, p. 345 & ss.); o único que discorda, e parece desta vez ter razão, é Gaspar CORREIA (I, Pedro Álvares Cabral, cap. iii, pp. 153-154), que a dá por descoberta pela nau de Diogo Dias, que à passagem do Cabo se desgarrou da armada de Pedro Álvares Cabral (*cf. supra* doc. VI, nota 3). Esta versão parece confirmada por dois factos: primeiro, pelo nome da ilha, pois S. Lourenço festeja-se a 10 de Agosto e sabemos que Pedro Álvares chegou a Moçambique a 20 de Julho, pelo que é assaz verosímil que Diogo Dias, após andar perdido algum tempo, tenha chegado a Madagascar a 10 de Agosto; segundo, pela representação da ilha no planisfério dito de Cantino, datado de 1502, que a debuxa relativamente bem quanto às dimensões, embora deslocada para sul, tangente a norte ao Trópico de Capricórnio (o que representa um erro de *c.* 11°) e estendendo-se para sul aproximadamente até à latitude do Cabo da Boa Esperança (*c.* 35°), quando na realidade fica a 25° 39' S. É verdade que se lhe não dá aí ainda o nome de «Ilha de São Lourenço», mas o de *Carmoboram*, que parece derivar do nome mais comum de Madagascar e ilhas circunvizinhas em árabe, que é *al-Qumr* (que subsiste ainda hoje no nome das ilhas Comores), por vezes lido, em textos não vocalizados, *al-Qamar*, «a lua», de onde o nome da Ilha da Lua com que se topa de quando em vez (*v. g.*, CASTANHEDA, I, i); a representação de Madagascar em

E partindo-nos dali houvemos vista de ũa nau de mouros que vinha direita a nós e como nos viu mudou de caminho; e nós também vendo que fugia seguimos nosso caminho. E andando assim nós, aos três dias, sendo já vinda a noite, e nós, isto é, a nau em que eu ia, bem adiante deles, das outras naus, uma légua ou mais, com belíssimo tempo e bom vento de popa, da gávea viram vir pela proa da nau uma água branca e começaram a dizer «terra, terra». E já nos víamos todos mortos pois estávamos juntos com terra de sorte que não podíamos escapar; e então conheceram que era terra deserta e não navegável, e era toda a nau em alvoroto, que dizia um de ũa maneira e outro de outra, muita gente e quase todos despidos pera se deitar a nado e salvar a vida em terra, porquanto era terra desconhecida e não sabíamos se a um passo adiante de nós era baixo; e então fizemos grandes fogos e tirámos muitos tiros com a artilharia. E vendo-nos das outras naus ainda abicados a terra, tiraram ao outro bordo e foram à volta do mar, a qual não puderam tomar por estarem de todo em terra e não podiam virar a nau. Deliberámos dar filame e andar com a nau bem à orça; e assi fomos a ver se a dita terra havia fim. E indo nós assim, porque as outras naus iam do outro modo e nós daquele, tornámos a haver conselho de tomar a outra volta e guinámos e metemo-nos à orça, tanto que de toda a sorte estávamos (...); podeis pensar, de noite, com terras postas no meio do mar e o mar em cima destas, toda anegada, que se não mostravam mais que as árvores[28]. Grande cousa prouve

Cantino pode assim ser, como é a do Sueste Asiático na mesma carta, resultado de informações colhidas pelo cartógrafo ou seus informadores junto de pilotos árabes (*cf.* Humberto LEITÃO, *op. cit. supra*, introdução, p. 13 & ss.). De qualquer modo uma coisa não exclui a outra, e pode muito bem ter Diogo Dias avistado uma parte da costa da ilha e ter o cartógrafo completado o seu debuxo com informações fornecidas por pilotos mouros. Seja como for, o nome de S. Lourenço não pode ter sido dado à ilha por Afonso de Albuquerque à ida para a Índia, pois como vimos não a pode ter avistado (e se a tivesse avistado teria sido antes do dia de S. Lourenço, pois como sabemos chegou à Índia a 2 de Setembro (*cf. supra* nota 11); nem no regresso da Índia em que a avistou por 26 de Fevereiro.

[28] Desta segunda tormenta há, ao contrário do que se passa com a precedente, um breve registo na carta de Giovanni da Empoli (traduzimos da versão pub. por Spallanzani): «partidos nós, parecendo-nos ter já navegado o dito golfo [de Meca] estivemos em grande aperto em três ilhas submersas e aí estivemos em transe de nos perdermos; saídos de tal perigo então nos fomos a Moçambique». As «terras postas no meio do mar e o mar em cima destas» parecem corresponder às «três ilhas submersas» (*3 isole allaghate*) de Empoli; mas *posta* e mais adiante *annegata tutta*, no singular, não podem concordar com *esse* nem com *terre*, no plural; ou há erro de copista ou, menos provavelmente, um violento

a Deus que a leixámos e à meia noite acabámos de leixá-la; e navegando assi não apareciam as outras naus e já as fazíamos perdidas. E estando assim houvemos vista das naus, e grande festa fizemos como podeis pensar. E dali, partindo todos, ao cabo de 4 ou 5 dias

---

anacoluto, referindo-se parte da frase à terra parte à nau, devendo neste caso entender-se por «árvores» os mastros que se mostravam a descoberto, a despeito da nau ir meio anegada («toda anegada» seria, evidentemente, em tal caso uma hipérbole).

As ilhas semi-submersas em que por pouco não encalharam são certamente as que Albuquerque decidiu reconhecer no decurso da sua segunda viagem para a Índia, integrado na armada de Tristão da Cunha (*cf. infra* doc. XII), conforme refere em carta a D. Manuel escrita de Moçambique a 6.II.1507: «[...] e a nao de João Gômez e a de Rui Pireira e fomos a ver o parcel de Santa Maria e a coroa d'arêa que eu descobri, que achamos em altura de dezassete graos e meio, setenta léguas de Moçambique» (*Cartas de Affonso de Albuquerque*, vol. I, carta i, p. 2; *cf. Comentários*, I, x). O parcel é o Grande Parcel de Madagascar, que contorna o cabo Santo André e se estende para sul até *c.* 19° S. As ilhetas, que Albuquerque designa por coroa de areia, mas que se vê pelo presente documento terem vegetação, podem ser a ilha de Nosy Vao, que de facto fica a 17° 29' S e a *c.* 65 léguas de Moçambique; é uma ilha de areia baixa, cercada por recifes de coral e, a NO, de baixios de areia. Fica, contudo, a apenas dez milhas e meia da costa de Madagascar, o que não parece coincidir com a descrição dada aqui, nem com a de Empoli, nem ainda com a de Albuquerque na sua carta de 1507, que todas dão a entender que a ilheta ou ilhetas em questão ficavam mais ao mar, fora de vista de terra; Humberto LEITÃO (que não conhecia o presente documento) aventa (*op. cit. supra*, pp. 24-28) que Albuquerque se tenha enganado nos seus cálculos e se trate na realidade da ilhota de Chesterfield, vasto recife coralino coberto de areia, sito dentro do parcel, mas mais a norte (16° 20' S) que a Nosy Vao, defronte do cabo de Santo André, mas a 29 milhas dele (e a *c.* 61 léguas de Moçambique). Outros aventaram que se trataria da ilha de João da Nova ou S. Cristóvão (17° 3' S, 42° 47' E), sita fora do parcel, a mais de 90 milhas da costa de Madagascar, de milha e meia a duas milhas de comprido, e com uma elevação ao centro coberta de arbustos, com não mais de 40 pés de altura máxima – o que corresponde *grosso modo* às descrições do nosso texto e de Giovanni da Empoli. Esta ilhota dista, contudo, apenas *c.* 48 léguas de Moçambique. Poder-se-ia ainda pensar nas Barren Islands, grupo de 7 ou 8 ilhotas que se estende de 17° 50' a 18° 35' S e de 43° 32' a 43° 55' E, dentro do parcel, todas baixas, pequenas, cobertas de arbustos e com praias de areia branca, muito perigosas devido aos recifes e escolhos que as cercam, projectando-se no mar até uma distância assaz grande; essas distam de Moçambique *c.* 75 léguas e uma trintena de milhas da costa malgaxe. Qualquer das ilhas que referimos fica mais a sul que a de Moçambique (15° 3' S, 40° 49' E), que Albuquerque não poderá ter atingido sem arrepiar caminho, guinando para estibordo e rumando a NW, ou pelo menos a WNW no caso da ilha de Chesterfield. Nenhuma das cartas refere o naufrágio de Pero de Ataíde, que certamente se apartara da conserva, vindo a encalhar na barra de Quíloa, que, segundo tudo leva a crer, o resto da frota não escalou. A perda desta nau é referida numa carta do próprio capitão, escrita pouco antes de morrer de doença em Moçambique (*cf. supra* nota 1) e na carta de Affaitadi de 16 de Julho (*cf. ibidem*); é também registada por CASTANHEDA (I, xliii), BARROS (I, vii, 3), GÓIS (I, lxxx) e G. CORREIA (I, cap. vii, p. 411).

houvemos vista da terra de Moçambique, e indo a reconhecer a terra não quis o nosso capitão filhar água nem cousa algũa.

Fomo-nos em bo'hora pera passar avante; e navegando de longo pola costa chegámos adiante a ũa terra chamada Cabo das Correntes[29] e aí houvemos grandíssimos ventos contrairos de sorte que tornámos atrás e arribámos a um porto chamado Labaran da Roche[30] e aí estivemos a tomar peixe que se nos passou bem um mês. Estivemos em grandíssimo tormento e em concrusão chegámos ao Cabo da Boa Esperança ao primeiro de Maio de 1504[31]; e dali com ventos a levante, sempre de popa, fomos bem 28 dias; e tendo feito caminho de tantos dias faziam-nos junto com certas ilhas chamadas o Cabo Verde[32]. E em concrusão estávamos em ũa parte que

[29] Na costa moçambicana, a 24° 7' S, 35° 30' E, um pouco a sul de Inhambane. Empoli tão-pouco refere esta escala.

[30] O nome, sem dúvida estropiado pelo copista, é inidentificável; parece deduzir-se da comparação com os *Comentários* (I, vi) que se trata da Aguada de São Brás, que já haviam escalado à ida; Afonso de Albuquerque perdeu aí o batel da sua nau, que vinha comesto do busano, e achou uma carta que dizia que António de Saldanha, a taforeia e a nau de Setúbal ali haviam passado em Outubro – o que confirma que fizeram escala no lugar habitual. Admira, contudo, que o autor da carta não identifique o sítio com o que haviam escalado à ida, cerca de 10 meses antes, de que deu basta relação. Empoli diz que para não ser prolixo cala o que se passou entre Moçambique e o Cabo da Boa Esperança, anotando apenas que «sofreram assaz de tormentas».

[31] Data corroborada por Empoli, e pelos *Comentários* (I, vi).

[32] Empoli confirma que quando pensavam estar junto às ilhas do Cabo Verde estavam afinal mais atrás «ao través da pescaria de Zananghe [noutro *ms.* «Zanache», em Ramúsio «Canangie»] na Guiné». Não conseguimos identificar tal topónimo: pela forma poderia corresponder a Çanagá, ou seja, Senegal, mas a foz do Senegal (15° 48' N) fica à mesma latitude das ilhas do Cabo Verde (14° 48' a 17° 13' N, ficando a Ribeira Grande, capital e principal porto de Santiago a 14° 52'N); poderia também corresponder ao Xaianga, outro nome do rio Geba, que desagua a *c.* 11° 40' N; mas nem de um nem de outro ponto consta que se fizesse aí pescaria digna de menção. Quererá referir-se ao Rio dos Pescadores, que a maioria dos mapas e roteiros fazem desembocar quase defronte das Ilhas dos Ídolos (9° 28' N, nome corrompido em *Îles de Los* nos mapas modernos, junto à actual Conakry), mas que Duarte Pacheco PEREIRA (*Esmeraldo*, I, xxxii) situa entre o Cabo da Verga (10° 20' N) e o rio de Nuno (10° 40' N), não longe da região dos Jalungas ou Djalongués (que eram contudo um povo do sertão, sem portos de mar)? O documento diz que foram apanhados pelas calmas durante «bem 60 dias», o que concorda *grosso modo* com o testemunho de Empoli («tomou-nos uma calma onde estivemos 54 ou 55 dias; creio que não tenhamos andado mais de 6 léguas nesses dias»); sem embargo de se estar no verão boreal, quando as calmarias equatoriais se deslocam para norte, esse facto parece indicar que estavam bem a sul do arquipélago de Cabo Verde. Segundo Brás de ALBUQUERQUE (*Comentários*, I, vi) foram colhidos pelas calmas a 10° de latitude norte,

estivemos bem 60 dias em calma sem vento nenhum, e não tínhamos vinho, salvo 1 pipa ou 2 de água, e tínhamos ainda a fazer mil léguas, de modo que morreram na nossa nau bem 60 pessoas, e a nau a ir ao fundo, de modo que não restou na nau senão 8 homens e a nau a anegar-se. Foi necessário que Deus metesse mão e ajudasse a todo'los serviços da nau, pois que todos eram mortos: o capitão morto e todos mortos[33]. Deus nos salvou por sua misericórdia. Ao cabo de vinte dias houvemos vista de terra e fomo-nos a ela; e era a terra do Cabo Verde chamada ilha de Santiago, e aí estivemos com as âncoras em mar de Santa Maria 8 dias, e filhámos água e vinho e tudo o que era necessário[34]. E em concrusão chegámos a Lisboa a 16 do mês passado e Deus nos ajudou. E não vos maravilheis que vos não escreva perfeitamente, havendo respeito a que, por minha fé, não me parece estar auto a poder descrever a mínima parte das cousas de lá; e, como fiz já menção, é

portanto quase 5 graus, ou seja, 300 milhas, a sul de Santiago. Este erro de navegação é mais surpreendente que o que ocorrera no Índico, quando pensando ter atingido a costa africana estavam provavelmente ao largo de Madagascar (*cf. supra* nota 27), pois é um erro de latitude, para que havia já processos de medição relativamente rigorosos, ao passo que aquele fora um erro de longitude, coordenada para que não havia ainda um método de determinação rigoroso (*cf.* A. Fontoura da COSTA, *A Marinharia dos Descobrimentos*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1939).

[33] Neste passo a narração de Empoli é muito semelhante: não havia vinho, restavam 3 pipas de água, e de 85 pessoas que iam na nau morreram 76, restando por conseguinte apenas 9; nas outras naus passou-se o mesmo, morrendo 130 pessoas. Empoli não regista a morte do capitão; é CASTANHEDA (I, lv) quem informa que se chamava Fernão Martins de Almada, diagnosticando que «morreo na viagem de gordo». Brás de Albuquerque dá uma versão assaz diferente: quando conseguiram safar-se das calmarias equatoriais navegaram para norte, atingindo a 24 de Junho o Cabo Darca (talvez o cabo Mirk ou Timiris, a 19° 26' N), entre a foz do Senegal e os baixos de Arguim; mas como a nau de Afonso de Albuquerque fizesse muita água, tornaram atrás a Santiago de Cabo Verde a repará-la e a tomar refresco. Quanto à mortandade a bordo limita-se a registar que «teveram grandes calmarias onde lhe adoeceo alguma gente».

[34] «Mar de Santa Maria» é certamente erro de copista por «Praia de Santa Maria», antigo nome da cidade hoje conhecida simplesmente por Praia (14° 54' N, 23° 32' E), capital do arquipélago desde 1762. Tal como Brás de Albuquerque o autor omite dois pormenores registados por Empoli: primeiro, que lhes valeu uma nau portuguesa que ia à Guiné a comprar escravos, que os ajudou e lhes cedeu água potável; segundo, que em Santiago, além de tomarem água e carne, compraram escravos para manobrar as naus. Brás de Albuquerque, em contrapartida, anota novos contratempos que sobrevieram após a escala em Cabo Verde: quebra da verga da nau de Albuquerque e rotura do papa-figos e outros problemas semelhantes, embora de menor monta, nas outras naus, que vinham já muito destroçadas.

mester que algũa cousa reserve pera depois, com a ajuda de Deus, vo-lo contar por boca. E vós deveis ter ouvido que no ano passado depois de nós foram à Índia onze naus grossas que ora se estimam lá[35]. Deus as salve e mande a bom recado. Igualmente vos digo como de novo aqui se provê pera armar vinte naus grossas pera em bo'-hora as mandar este Janeiro que vem pera as partes da Índia e igualmente mais galés pera lá andarem de armada[36].

---

[35] Trata-se da armada de Lopo Soares de Albergaria, estudada em detalhe por Geneviève BOUCHON, «Le premier voyage de Lopo Soares en Inde (1504--1505)» in *Mare Luso-Indicum*, vol. III (1976), pp. 57-84. O número de onze navios concorda com o dado por Affaitadi: dez navios del-Rei e um de Catarina Dias (carta de 7.IV.1504 a Pasqualigo, pub. *in* Marino SANUTO, *Diari*, VI, col. 26-28); concorda também com os de Lunardo de CHÀ MASSER (*Relazione*, viaggio sesto) e da *Crónica Anónima* (cap. 59). CASTANHEDA (I, xc) e a *Pseudo-Carta de D. Manuel* dão o total de 12 velas, provavelmente porque contam com a nau *Nunciada* que não chegou a partir, porque ardeu no porto de Lisboa já depois de carregada; BARROS (I, vii, 9), GÓIS (I, xcvi) e G. CORREIA (I, Lopo Soares, cap. I, pp. 493--494) falam de treze, provavelmente confundidos por ao ano seguinte terem regressado treze, a saber, dez das de Lopo Soares (de que a undécima ficou na Índia) e mais as três da conserva de António de Saldanha (*cf. supra* notas 1 e 30, e doc. VIII, nota 7).

[36] Refere-se agora aos preparativos da armada de D. Francisco de Almeida. Na sua carta de 1.VIII.1504 (*cf. supra* nota 1) Affaitadi alude-lhes igualmente, indicando o mesmo número de naus (de que dá a tonelagem), sendo 7 ou 8 de mercadores e as restantes 12 ou 13 del-Rei, a que junta 4 ou 5 caravelas e um número indeterminado de galés, mas explicando que estas eram pré-fabricadas, para se montarem na Índia. Springer não dá o número de navios (*vide* Balthazar SPRINGER, *Sobre as novas terras e sobre os povos que os mensageiros do Rei de Portugal, de nome Manuel, encontraram, que é a descrição da viagem de D. Francisco de Almeida desde Lisboa até á Índia em 1505*, por [...], etc., [reprodução facsimilada e transcrição da edição de Antuérpia, c. 1515], notas e introdução de M. Freire de Andrade & W.G. L. Randles, tradução portuguesa por Raquel Madeira, O Mundo do Livro, Lisboa, 1998); Martín Fernández de Figueiroa indica 6 naus grandes na armada de Pero de Anhaia destinada a Sofala, em que ele próprio embarcou, e 20 naus grossas e miúdas na de D. Francisco de Almeida, destinada à Índia (*vide* James B. MCKENNA, *A Spaniard in the Portuguese Indies – The Narrative of Martín Fernández de Figueiroa* [fac-símile da ed. de Salamanca, 1512, transcrição e versão inglesa com parcas notas], Harvard University Press, Cambridge (Massachusetts), 1967); o «Livro do assentamento de 1505 da Casa da Índia» (pub. in *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e África Central*, vol. I, National Archives of Rhodesia and Nyassaland/Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1962, doc. 6, p. 76 & ss.) atribui 21 velas a D. Francisco e 5 a Pero de Anhaia, enumerando, contudo, para a armada deste, 5 capitães além do capitão-mor; a «Relação das Armadas» (*ibidem*, doc. 7-8, pp. 86-92), dá 20 velas a D. Francisco e 6 a Pero de Anhaia; a «Memória das Armadas» (*ibidem*, doc. 9-10, pp. 94-103) 22 a D. Francisco e 6 a Pero de Anhaia; a «Ementa da Casa da Índia» (*ibidem*, doc. 11, pp. 104-117), 21 a D. Francisco

E já vos disse pola outra[37] a carga das ditas 3 naus que são vindas, as quais têm dez mil quintais de pimenta e 600 de canela e 300 de cravo, e 100 quintais de gengibre e 150 de alacre e 50 de drogarias meúdas[38];

---

e 6 a Pero de Anhaia; a *Pseudo-Carta de D. Manuel* conta «30 naus bem armadas» e CHÀ MASSER (*Relazione*, viaggio settimo) «30 velas entre grandes e pequenas»; a *Crónica Anónima* (cap. 64) 16 naus e 6 caravelas; CASTANHEDA (II, I) 15 naus e 6 caravelas; BARROS (I, viii, 3) 22 naus na frota de D. Francisco, das quais 12 para tornarem ao outro ano com carga e 10 para ficarem na Índia, e mais as 6 de Pero de Anhaia; GÓIS (II, i), 16 naus e 6 caravelas com D. Francisco e um número indefinido de navios com Pero de Anhaia; G. CORREIA (I, D. Francisco Visorrei, cap. i, p. 529), 8 naus grossas para carga armadas por el-Rei, 6 navetas pequenas, 6 caravelas latinas e a madeira lavrada para armar na Índia 2 galés e um bergantim.

[37] Dir-se-ia que termina aqui a longa citação de uma carta do punho de um participante na viagem (*cf. supra* nota 3); mas adiante alude-se a um «retorno pelo mesmo caminho» que induz a pensar que o autor do resto da carta tomou parte na viagem. Seja como for, a outra carta a que aqui se faz referência não chegou até nós. Provavelmente discriminava aí a carga da nau de António do Campo, que agora parece não incluir no seu cômputo.

[38] As diversas fontes de que dispomos não são perfeitamente concordes no que toca aos quantitativos de especiaria trazidos por esta armada; AUBIN (*op. cit. supra* doc. VIII, nota 7, pp. 46-53) discute o assunto em pormenor. Às fontes que usa apenas podemos acrescentar o testemunho dos bispos caldeus da Índia («A *Carta que mandaram os Padres da Índia, da China e da Magna China* [...]», *cit. supra* doc. II, nota 15), que computam a carga embarcada nesse ano no Malabar em 14 000 tagares, correspondendo o tagar (do persa *taghâr*, «saco, alforge») não ao bar ou bahar, como se tem escrito, mas a um peso de *c.* 140 libras (63,42 kg), correspondente ao peso de um saco tal que uma cavalgadura possa transportar dois, um de cada lado, o que é *grosso modo* equivalente ao quintal (*cf.* Luís Filipe THOMAZ, «A *Carta* [...]», nota 68, pp. [50-51] 166-167). Esse total de *c.* 14 000 quintais para o conjunto da frota não é incompatível com o total de 11 200 quintais dado aqui para os três navios, nem anda longe dos 12 000 de Chà Masser, nem dos 13 000 de Priuli, nem dos 13 000 a 14 000 estimados por Affaitadi (1300 a 1400, como na realidade se lê no texto, é evidentemente lapso de copista). Outros documentos dão estimativas mais optimistas: um correspondente dos Welser, talvez Valentim Fernandes («Briefe und Berichte [...]», *cf. supra* nota 1, p. 158) indica 20 000 quintais, Piero Pasqualigo, em carta de Medina del Campo, 29.X.1504 (SANUTO, *Diari*, VI, col. 103) 22 000, o que parece exagerado se tivermos em mente que os quatro navios que vieram a salvamento não podiam trazer tanta carga como haviam de trazer os 13 do ano imediato, quase tanta como os 16 navios de Vasco da Gama em 1503 (*cf. supra*, doc. IX, nota 29); estas estimativas contam, certamente, com a carga dos navios de Francisco de Albuquerque, que se afundaram. Sabemos, contudo, que os navios de Afonso, que carregaram em Coulão, vinham sobrecarregados (*Comentários*, I, vi), a ponto de terem em Cananor cedido o cravo e a canela que traziam aos de Francisco, que se deixara iludir pela paz que assinara com o Samorim e finalmente quase não arranjara carga (*cf. supra* nota 24).

nozes de cubebas e cânfora[39], que é a carga destas duas naus que ficaram lá e agora com a ajuda de Deus se esperam de um dia pera o outro. Que Deus em tudo as salve. Trazem 8 mil quintais de pimenta e mil quintais de gengibre e 200 quintais de canela[40]. Tudo se faz por estimo. São avaliados na Índia os baares de pimenta a 160 fanões; e sabei que o baar é um peso de lá e fanões a moeda; e o baar de cravo a 21 ducados; e o baar de cânfora a 106 ducados; e o baar de canela a 255 fanões; e baar de lacre fanões 275; e baar de cubebas fanões 1200; e baar de gengibre fanões 1300[41]. Estes são os preços da Índia e estima-se cada baar de especiaria, isto é de pimenta, em 3 quintais e das outras especiarias 3(...) quintais[42], tudo

[39] Cubeba (*cf.* Garcia de ORTA, *Colóquio* XIX) é o grão da pimenteira *Piper cubeba*, L., Piperáceas, espontânea em Java, Samatra e Bornéu, usado quase exclusivamente em farmacopeia (*cf.* Luís Filipe THOMAZ, *A questão da pimenta* [...], cit. *supra* doc. II, nota 51, pp. 9 & 32-38); chama-se-lhe também pimenta-de-rabo por vir normalmente com o pedicelo pegado ao fruto, mas é espécie distinta das pimentas-de-rabo africanas (*Piper guineense*, Sch. & Tonn., e *P. clusii*, C. DC.), a que se alude com frequência na nossa documentação quatrocentista. Sobre a cânfora, *vide infra*, apêndice, nota 57.

[40] Somando estes 9200 quintais aos 11 200 dados acima para as três (ou quatro?) naus vindas a salvamento (*cf. supra* nota 38) obtem-se um total de 20 400, próximo dos 20 000 a 22 000 dados pelas estimativas mais optimistas.

[41] 1300 fanões para o bar de gengibre é certamente erro de copista por 130. Os preços aqui indicados são aparentemente os que Albuquerque conseguiu em Coulão, na maioria dos casos nitidamente melhores que os praticados em Calecut, como resulta claro da sua comparação com o apêndice à *Relação* do Piloto Anónimo da frota de Pedro Álvares Cabral, que dá os preços de venda das diversas espécias em Calecut em 1500-1501 (*cf. supra* doc. II, nota 28); há que notar contudo que o bar ou bahar de Calecut pesava *c.* 208 kg, enquanto o de Cochim e Coulão pesava apenas *c.* 166 kg (*cf.* o *Livro dos Pesos e Medidas* de António NUNES, cit. *supra* doc. II, nota 21). Reduzindo a quilos e partindo do princípio de que se trata de fanões do mesmo valor (o que não é absolutamente seguro), achamos as seguintes diferenças de preços: a pimenta a 0,96 fanões o quilo em vez de 1,73; a canela a 1,53 em vez de 1,87; e, na assunção de que um ducado valesse 15 fanões, o cravo a 1,89 em vez de 2,88. Estavam em contrapartida mais caros: o lacre, a 1,65 em vez de 1,25, e o gengibre, a 0,78 em vez de 0,57 (valor corrigido, conforme explicado acima). Para a cânfora e para as cubebas não temos os preços de 1500-1501.

[42] Trata-se de valores aproximados. Com base em António Nunes (*vide supra* doc. II, nota 21) podemos reconstituir a lacuna: $3^{1}/_{4}$. A diferença não é no bar, mas no quintal, uma vez que para a pimenta se usavam quintais do peso velho, de 14 onças o arrátel, e para as demais espécias quintais do peso novo, de 16 onças o arrátel; o bar de Coulão, idêntico ao de Cochim e equivalente a 166,273 kg, pesava assim 2 quintais, 3 arrobas e $10^{1}/_{4}$ arráteis (um pouco menos que 3 quintais do peso novo, que equivalem a 176,256 kg), mas 3 quintais e 30 arráteis do peso velho, ou seja, um nadinha menos que 3 quintais e uma arroba, *i. e.*, $3^{1}/_{4}$ quintais (equivalentes a 167,014 kg).

per estimo, e valeram: de cobres o baar fanões 820; pratas fanões 1000; chumbos fanões 260; vermelhões 1200[43]. As especiarias aqui[44] estão baratas: pimenta, o baar a 22 ducados, canela a 30 ducados, gengibre a 18 ducados, lacre a 40 ducados, cânfora a 140 ducados e assim pelo conseguinte as outras sortes de especiarias estimam aos mesmos preços.

Este senhor Rei está fora parte, em Spetiallo(?)[45], de passeio. Quando vier se fará algũa boa concrusão e se vos dirá. Tornou el-Rei de Seta[46] e de novo pôs em ordem nova armada pera a mesma viagem. E eu espero de novo pelo mesmo caminho tornar. Que Deus nos dê boa viagem e ganho![47] Pero que o caminho é longo e as viagens desusadas, de modo que a carta de tais lugares não fala e forçoso é de novo fazer carta. Mas por ser desusada a viagem, e novamente por este rei de Portugal se começar a usá-la, e como acima vai dito, ser perigosa polos escolhos cobertos de água, que se não podem saber por ser desusado o lugar, ao frequentá-los é necessário de novo fazer carta que ponha sítio por sítio o navegador de tais lugares, a fim que com o tempo todo homem conheça e saiba os baixos e as ilhas que por aquele mar se acham, e dar nome aos cabos que se acham no mar e assi mesmo às ilhas e aos escolhos que há i.

E já este rei começou a mandar deles dar notícia e fazer carta por marinheiros práticos e pôr nome às ilhas que descobrem, se bem que o tivessem em sua língua deles, mas ao presente lhe põem seus nomes novos e dão notícia de muitos baixios no mar e donde eles se encontram. De modo que em breve tempo se fará notícia

---

[43] *Cf. supra* doc. II, nota 48 e doc. III, nota 3.

[44] *I. e.*, em Lisboa; podem comparar-se os preços aos que se estimavam para o regresso de João da Nova (*vide supra* doc. VIII, nota 6): pimenta a 30 cruzados, canela a 50. O preço da pimenta (22 ducados o quintal), embora reputado barato, é superior ao praticado em Alexandria no decénio 1490-1500, que era, como vimos, de *c.* 16 a 17 ducados; o mesmo se passa com o preço do gengibre (18 ducados por quintal), cujo preço médio no Egipto fora de 12,82 ducados por quintal de 45 kg, o que dá 14,52 ducados para o quintal do peso novo de Lisboa. Em contrapartida o preço da canela (30 ducados) é inferior à média de Alexandria no mesmo período (50 ducados). Não achámos cifras para o lacre nem para a cânfora.

[45] Quer talvez dizer Setúbal.

[46] *Idem*. Vê-se que o final da carta foi acrescentado depois do retorno de D. Manuel a Lisboa.

[47] Este final do documento tem, pelo estilo e pelo conteúdo, muito em comum com o *Elogio de D. Manuel* que abre a colectânea (*vide supra* doc. I; *cf.* também doc. II, nota 45, & doc. IV, notas 54 e 55).

destes mares como do Mar Mediterrâneo para que o que é útil apareça; não se tem já destruição avonde? E com o tempo hão de produzir grande utilidade à Italia e à cristandade; quando al não fosse que o ter tirado tal tráfego ao Soldão é assaz de bem, que era o rendimento do dito lugar de mais de 500 milhares de ducados ao ano ao Soldão, que todo esse rendimento tornará à cristandade, a qual cousa é de estimar assaz e grande honra deste ilustríssimo rei.

XI

Carta de Moçambique sem nome de autor

A carta, cujo título é «*nota d'una lettera nuovamente venuta di Portogallo, la quale scrive da Mozambiche di dì 10 di gennaio 1506*», indicaria tratar-se de uma relação anónima sobre a viagem da frota de D. Francisco de Almeida, partida de Lisboa no mês de Março de 1505.

Francisco Leite de Faria, que não tinha à disposição o texto da carta, depois de ter notado que a frota de D. Francisco de Almeida não chegou a Moçambique, aventou a hipótese de que: «alguma das suas naus [de D. Francisco de Almeida] tenha ido parar a Moçambique e, se isso se não deu, poderia ter ido a esse porto uma das seis naus, que Pedro de Anhaia trouxe de Lisboa em 18 de Maio de 1505, as quais iam fundar a fortaleza de Sofala, aonde chegaram em 19 de Setembro desse ano, e pertenciam também à armada de Dom Francisco de Almeida»[(a)]. Os pormenores oferecidos pela carta (invernada em Moçambique, envio de navios a explorar São Lourenço, a intenção de demandar o Cabo de Guardafui) e a referência a «*Tristan da Cugna, capitano generale di questa frotta*»[(b)], indicam claramente que o anónimo italiano estava embarcado numa das naus da frota de Tristão da Cunha saída de Portugal em 1506.

A datação «*10 di gennaio 1506*», que pode aparecer como inconciliável com a expedição de Tristão da Cunha, explica-se, como noutros casos[(c)], se se aceitar o calendário naquela época utilizado em Itália, em que o ano começava em 25 de Março: assim o dia «10 de Janeiro 1506» correspondia, com efeito, ao dia «10 de Janeiro de 1507».

(a) FARIA, p. 293.
(b) Fl. 124.
(c) Cf. por exemplo o documento IX.

Luís Filipe Thomaz encontrou entre os papéis deixados pelo ilustre investigador francês Jean Aubin a transcrição de uma carta intitulada «*Copia de più capitoli scrive Jacomo Bonguglielmi giovene fiorentino da Mazimbigui nella legha de India ad Giovanne Buonguglielmi. A dì XVIII de Gennaio 1506*». A análise do manuscrito conservado no «Archivio Gonzaga» («Archivio di Stato di Mantova, Ms. E.XV.3. b. n. 631, Affari di Francia») revela tratar-se de uma outra cópia – com diferenças pouco significativas – do texto transcrito por Piero Vaglienti na sua antologia. Com base, porém, na rubrica introdutória é possível estabelecer quer o nome do autor da carta, Jacomo Buonguglielmi, quer o do destinatário, Giovanni Buonguglielmi.

Apesar de os dois nomes não aparecerem na documentação directamente relacionada com a expansão portuguesa, o facto de a cópia desta carta ter sido enviada de Lião ao marquês Francesco Gonzaga por um certo Ronzone indica que, muito provavelmente, foi destinada à comunidade de mercadores e banqueiros florentinos residente naquela cidade e que desenvolvia um papel de relevo no contexto das navegações atlânticas e orientais. Relativamente ao autor, «giovine fiorentino», é lícito supor que se tratava de um dos numerosos jovens, filhos ou parentes, dos mercadores e banqueiros enviados ao Oriente para adquirir experiência e para tratar dos negócios das casas comerciais italianas.

Do ponto de vista do conteúdo a carta revela-se interessante sobretudo porque fornece novos elementos relativos à expedição de Tristão da Cunha e, ao mesmo tempo, transmite notícias pormenorizadas sobre o complexo mundo mercantil florentino, naquele momento directamente envolvido na exploração económica do Oriente. O autor do relato, que mostra estar em directa relação com outros italianos da frota, poderia ser em Portugal um dos agentes comerciais de Bartolomeo Marchionni, pois tem o cuidado de enviar ao mercador florentino, para estimativa, amostras das riquezas descobertas na região moçambicana. Também ele, como tantos seus compatriotas, não só elogia os sucessos obtidos pelos portugueses na região índica, mas vinca também, com aberto gáudio, a decadência a que será levado o comércio veneziano.

[fl. 123B] ***Nota di una lettera nuovamente venuta di Portogallo, la quale scrive da Mozambiche di dì 10 di gennaio 1506, e parte:***

Pelli tempi contradi che in queste parte hanno regnati questo anno, non abbiamo potuto passare in India, ch'è presso a tre mesi che siamo in questo porto di Mazembiche aspettando tempo, che mai regnano che levanti e per questo non potemo partire che a mezzo marzo, secondo questi piloti dicono. Di febbraio cominciano a regnare ponente, che con tali tempi possiamo navigare, che in questa costa corre l'acqua molto più che non corre e' ven[t]o[(d)]*, che c'è accaduto avere vento a quartiere con tutte le vele e, in una notte, perdere di cammino dodici leghe e le vele nostre piene di vento e l'acqua corre più che la forza del vento.*

Potete fare conto che per tutto questo altro mese e mezzo l'altro partiremo di qua e andremo prolungando la costa detta fino al Cavo di Tagliafune ch'è uno stretto dove passano le navi che levano le spezierie per Alessandria. E quivi pensiamo fare alcuna presa di nave di mori per-
[fl. 123v] *ché // avemo a fare per forza d'arme una fortezza e castello con bastione per sicurare quel passo, che in questa parte non possino navigare né portare spezierie nessuna, se non per mano de' portogallesi. E sanza difficultà tutto avranno a loro mani avanti che passi dieci anni che da Zafala, che è dove è la Mina dell'Oro, fino a Melinde, tutta questa costa è loro e a ogni costa è fortezza e capitano, e fanno censo a' re di Portogallo. Di modo che, chi non ha vista questa cosa no crederebbe mai fusse le ricchezze che sono in questo paese.*

E ogni dì si[1] *discuopre cose nuove che io, che non credo*[2] *molto in Dio, ho discoperto i sandali, cetrini e cubebe, ribarbaro che per il Pandetta ch'è con Nicoletto, tutto rennovo, come dissi, e altre cose che più ogni dì si dimos-*

[(d)] Na versão conservada no «Archivio Gonzaga» lê-se: «*Che in questa costa corrano l'aque molto più che non corre el Rodano...*». Esta comparação, em que aparece um elemento local, desaparece na versão do códice Vaglienti, o que confirma a hipótese de que o texto foi elaborado em função de um ambiente francês.

[1] *sisi.*

[2] *rendo.*

trano che io tragga, che non vi fo difficultà nessuna, salvo per lo esser le nostre secche e quelle esser verde ci fo alcuna dubitazione. Però mostratele a chi conosce alcuna cosa e dettomi esser cose non vi costano nulla, se non
[B] *è 'l travaglio e 'l pericolo che fu / in terra ferma. 4 dì fà, 5 leghe, cercando dette cose, e di esso ho trovato: ne mando con questa a Lisbona a Bartolomeo Marchionne una mostra e, se la truovano esser vera, come noi di qua non facciamo dubitazione, che e' re mi faccia alcuna mercê*[3] *perché tutto si fa per suo profitto. E se qui stiamo a stanza, farè e farci alcuna ragione, è di procurare di trovare alcuna cosa nuova e poi quando saremo in India in buon'ora, travaglieremo con tutta nostra industria per dare carico a questa nostra che qui va l'onore e profitto di tutto.*

In India non possiamo essere prima che per tutto agosto, dipoi staremo là quattro mesi per aspettare 'l carico e dipoi 2 mesi per caricare, che questo viaggio non può essere di meno di ventotto o trenta mesi, che oggi è 9 partimmo di Portogallo. E da oggi a uno anno non saremo disparati d'India. E dipoi al venire sei o VII mesi, sanza el tempo per correggere la nave, sicché di me non arete altre lettere insino al mio ritorno in Lisbona. Tutto
[fl. 124] *vi dico per dare avviso poi ho 'l modo // a darvi avviso per avere 'l comodo delle navi arrivate qui. Delle nuove d'India non vi dico altro, salvo che là contratta pochi altri mercatanti cristiani e noi andiamo con assai pericoli perché abbiamo a fare assai guerra a Chalichut, e più al castello sta a fare al cavo di Tagliafune. Tutto raccomandiamo allo altissimo Idio che per tutto suo grazie e voglie ci voglia drizzare. Altre nuove non vi dirò, salvo andare avanti.*

A dì 16 di novembre si partì di qui el nostro capitano-moro con dieci vele per andare a discoprire una isola di San Lorenzo, ch'è novanta leghe discoto a qui, perché una nave[4] *di nostra conserva toccò a quella costa e levò duo neri conseco, pescatori di quel paese. E quali qui contenni e con mostrare loro alcuna cosa si poteva compreendere quello che dicevano. Dipoi el*[5] *capitano generale di questa frotta ebbe una lingua che li intendeva e trovammo tutto ciò che si domandava con cenni a ritornallo a ripricare alla*
[B] *lingua di modo che per essere tanta gran ricchezza / il capitano generale Tristan da Cugna li mandò dare vestiti e che fusse fatto loro buona compagnia. Il che dissono questi due neri della ricchezza dell'isola di San Lorenzo e che v'è su gherofani per caricare tutta questa frotta, e noce moscade el simile, macis di noce el simile, bongui in gran quantità. Parlata di convento loro [il] capitano ne protò qui conseco Tristan da Cugna, capitano*

[3] *meze.*
[4] *nnova.*
[5] *al.*

generale di questa frotta, mi mandò a chiamare perché io lo toccassi per sapere la lega e così feci: perlata vuol dire ariento, el quale trovai a 8 leghe e 1/2 secondo mia tacca. E più dissono tali neri che dalla parte di là navigavano navi grandi come le nostre co' remi maschi e gli uomini bianchi come noi e che di 2 anni in 2 anni navigano lá 2 o 3 navi grandi. Eppure non si comprende che potessino essere se non nave di giunchi che quelle generazioni porta in India e gherofani a vendere e mai s'è potuto sapere
[fl. 124v] *dove nascono e // garofani, se non che questi giunchi le contrattano e fanno tale negozio tutto in loro mare.*

Ora, parendo al capitano nostro questo molto gran cosa, come sono, e non avere tempo per potere navigare in India, co' X vele, le più piccole, che la maggiore leva 300 tonelli, fu a discoprire questa isola di Sa[n] Lorenzo, che sono 200 leghe discosta, e se truova essere vero ciò che mori dissono, questa è una cosa ch'è molto maggior ricchezza che l'India, e io, per me, la fo cosa certa e che si troverà tutte le cose che detti mori notificarono perché tutti dicevano come nasceva e che 'l gengiovo si seminava, e gherofani, e un albero fa noce moscade, simile a bongui, e come[6] *che da uno albero che sta presso a di[tte] terre. E di tutto contava come nasceva, che non può essere se non vero perché li mostrammo pepe, dissono li mostrassimo altro dirò ciò che avevono in quella terra ch'essi lo conosceria, dicevano: che questa era una gran giustificazione. Molto più dicevano, che*
[B] *navigava là nave grande come / le nostre. E gente bianca come noi e vestiti, che non può essere se non questa generazione de' giunchi.*

E quando 'l capitano della nave di nostra conserva prese queste due neri fu di questa maniera: che pe' tempi contrari fu d'arrivare in questa costa di terra ferma, venne dua zambucchi con bene 30 uomini per ricevelli allegrandosi di lor venuta e volevano mettere le navi in un porto tre leghe appresso dove stava surto. El capitano non se ne volse fidare e per el tempo contrario levò l'ancora e tenne e detti due neri e li altri lasciò e si fece alla vella. E questo non può essere più maggiore verisimile poichè solcavano colle navi che di là navigano.

Queste naove di giunchi e questi sono quelli che sempre hanno tenuto e gherofani nelle mani e mai s'è potuto sapere dove nascono esse. Questa cosa si si scuopre si potrà avere di Portogallo signore di tutta questa parte
[fl. 125] *d'India e veniziani potranno tornare a fare e loro // ufficio e anco che delle parte di quà non faccino mai conto d'avere un grano di spezie che se noialtri facciamo questa fortezza al Cavo di Tagliafune, non può passare dipoi un uccello dallo streto in là. E se questo capitano-moro scopre ora questa isola e trova queste cose essere vere, Portogallo è la più ricca parte abbi el*

[6] *chome chome.*

mondo. Idio lasci seguire tutto e ci dia vettorie contro a questi mori, ci accompagni per tutto a salvamento, che se questo viaggio si facesse per servigio di Dio, com'è e si fà, per guadagnare tutti saremo beati per l'avversità e pericoli che patiamo.

Questa nostra nave non va a discoprire col capitano-moro perché portava gran rischio perché la nostra è nave grande e l'acque sono molto basse e coste brave di modo che avemmo di consiglio di stare insieme co' la nave capitana di 600 tonelli, che navi grandi non sono per discoprire, maggior-
[B] *mente noi che abbiamo [l]a mercanzia e no' aspettiamo che / tempo per iscorrere in questa costa, che 'l capitano-moro più avanti l'aspetta, come a Melinde e a Peninde, se 'l tempo si drizza, e lì verneremo. Idio mandi presto di buono.*

Nota de uma carta novamente chegada de Portugal a qual escreve de Moçambique, do dia 10 de Janeiro de 1506[1]; e começa:

Com os tempos agrestes que em estas partes hão reinado este ano não pudemos passar à Índia, que há cerca de três meses que estamos em este porto de Moçambique aguardando o tempo[2]; que

[1] *I. e.*, 10.I.1507 pelo «estilo da Natividade» e pelo actual calendário gregoriano: *Cf. supra* doc. IX, nota 1 e *infra*, apêndice, nota 12.

[2] Devido à peste que grassava em Portugal e à dificuldade que daí resultava para recrutar pessoal, a armada partiu muito tarde de Lisboa, a 6 de Abril de 1506; para mais a nau capitaina era muito ronceira, pelo que as demais a tiveram de aguardar por mais de uma vez. Depois de uma escala em Bezeguiche, de onde tornou atrás uma caravela com a gente que ia doente, tomaram a volta do mar com tal largueza que chegaram a avistar a costa brasileira; mas não puderam dobrar o cabo Santo Agostinho (8° 20' S, 25° 48' W, 39 km a sul do Recife, a ponta mais oriental da América Meridional), pelo que tiveram de arribar à costa da Guiné, avistando o Cabo do Monte (hoje Mount Cape, sobre o qual se ergue a cidade de Robertsport, na Libéria, a 6° 45' N, 11° 20' W). À segunda tentativa, após ter descoberto a ilha de Tristão da Cunha (*cf. supra* doc. X, nota 4), a armada dobrou o Cabo da Boa Esperança, mas foi dispersa pelos temporais só se voltando a reunir em Moçambique. A nau em que viajava o autor da carta chegou, como se deduz do texto, em começos de Outubro, mas outras chegaram depois, incluindo a de Job Queimado, que se desgarrara no Cabo do Monte, escalara S. Tomé, e – cousa inédita – fizera a viagem à bolina ao longo da costa ocidental africana; a *Leitoa Velha*, comandada por Leonel Coutinho, que se adiantara, chegou a Quíloa a 22 de Outubro, e decidiu invernar aí, enquanto a *Garça*, do comando de Álvaro Teles, fazia a volta por fora de São Lourenço e ia aterrar em Melinde, de onde seguiu depois a aguardar as demais no cabo Guardafui (Carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel cit. *supra*, doc. X, nota 28; CHÀ MASSER, *Relazione*, viaggio nono; *Crónica Anónima*, cap. 70; CASTANHEDA, II, xxx; BARROS, II, i, 1; GÓIS, II, xxi; G. CORREIA, cap. i & ss., p. 659 & ss.; Brás de ALBUQUERQUE, *Comentários*, I, vii-viii; esta viagem foi estudada em detalhe por António Alberto Banha de ANDRADE, *História de um fidalgo quinhentista português – Tristão da Cunha*, Instituto Histórico Infante D. Henrique, Faculdade de Letras de Lisboa, 1974). Como se vê pela carta de Afonso de Albuquerque, que refere a presença da nau *Garça* em Melinde após ter dobrado a extremidade de Madagascar a 11° S, não tem fundamento a informação dada por BARROS (II, i, 1) e repetida por outros autores, segundo a qual teria atravessado o Índico e atingido Samatra, daí retrocedendo até ao cabo Guardafui.

não reinam senão levantes; e por isso não podemos partir senão a meio de Março, segundo aquestes pilotos dizem. De Fevereiro começa a reinar ponente, que com tal tempo podemos navegar; que em esta costa corre a água muito mais que não corre o vento, que nos sucedeu já haver vento de feição e com toda'las velas em ũa noute perder de caminho doze léguas e as nossas velas cheias de vento e a água correr mais que a força do vento[3].

Ao que parece (há ligeiras discrepâncias entre as fontes) a armada compreendia à partida 15 velas, em que se incluía a flotilha de Afonso de Albuquerque, de seis velas, destinada a correr a costa da Arábia e assegurar o bloqueio ao Mar Roxo, como antes haviam tentado fazer as de Vicente Sodré e António de Saldanha (*cf. supra* doc. IX, nota 1 & X, nota 1). Ao que parece quatro navios eram de mercadores privados, indo os demais por conta de el-Rei, que os fretara quase todos a armadores; Afonso de Albuquerque tinha parte na nau em que seguia e Tristão da Cunha levava por sua conta 300 quintais de mercadoria. A armada ia encarregada de montar em Socotorá uma fortaleza pré-fabricada de madeira, para servir de base ao corso português na boca do Mar Roxo, após o que a flotilha de Albuquerque ficaria independente da jurisdição de Tristão da Cunha; por outro lado Albuquerque levava já consigo uma provisão secreta de D. Manuel que o nomeava governador da Índia na sucessão de D. Francisco de Almeida.

[3] As monções não se fazem praticamente sentir no Índico a sul de *c.* 10° S. No Índico meridional, entre a latitude das ilhas Chagos e Seicheles (*c.* 5° S) e *c.* 30° S, prevalecem assim durante todo o ano os ventos de SE; junto à costa os ventos não têm a mesma regularidade, mas não deixa de ter razão o autor ao afirmar que durante o inverno austral «não reinam senão levantes». Para navegar para a Índia, a que se destinava o grosso da frota, havia que esperar que no Mar Arábico se estabelecesse a monção favorável (de SW, *grosso modo* «de ponente», como diz o texto) o que em geral começa a suceder entre Abril e Maio, pelo que, de facto, não seria seguro zarpar de Moçambique antes de meados de Março. Como o autor nota, havia a contar ainda com as correntes: ao contrário do Índico norte, onde se invertem com as monções, no Índico sul seguem o movimento normal no hemisfério, resultante do efeito de Coriolis, que é no sentido oposto ao dos ponteiros do relógio; a corrente equatorial do sul, que flui de leste para oeste, bifurca-se no extremo norte de Madagascar, formando a corrente de Madagascar do lado de fora, e a de Moçambique do de dentro, ambas de norte para sul. Como o canal de Moçambique, que tem à entrada *c.* 600 milhas, afunila, não ultrapassando na sua menor largura as 250 milhas, as águas são obrigadas a acelerar, de modo que a corrente de Moçambique chega a atingir a velocidade de 100 milhas por dia. Essa corrente prolonga-se até à extremidade meridional da África pela corrente das Agulhas, que finalmente se recurva para leste ao encontrar-se com a corrente circumpolar antárctica, impelida pelos ventos de Oeste. Também Afonso de Albuquerque, na carta citada na nota anterior, alude a estes problemas de ventos e de correntes, relatando que não avançavam mais que três léguas por dia e que na travessia de Moçambique para o parcel de Madagascar abateram, devido às correntes, dois graus e meio, o que corresponde a 150 milhas; tal abatimento numa travessia de 250 milhas corresponde a um desvio angular de quase 37°. Por isso fora de parecer que para explorar a costa malgaxe se aproveitasse a corrente e se navegasse para SE e não para NE como Tristão da Cunha preferiu fazer (*cf. infra*, nota 23).

Podeis fazer conta de que por todo estoutro mês ou meio do outro partamos de cá; e andaremos costeando a dita costa até ao cabo de Talhafune[4], que é um estreito onde passam as naus que levam as especiarias para Alexandria. E aí pensamos fazer algũa presa em nau de mouros, porque havemos de fazer por força de armas uma fortaleza e castelo com bastiões[5] para segurar aquele passo, que nesta parte não possam navegar nem levar especiaria nenhuma senão por mão dos portugueses[6]. E sem dificuldade tudo haverão a suas mãos antes que passem dez anos, que de Çofala, que é onde é a Mina do Ouro, até Melinde, toda esta costa é sua, e em cada ponto há fortaleza e capitão e pagam páreas a el-Rei de Portugal[7]; de modo que quem não viu tal cousa não creria jamais que houvesse as riquezas que há em este país.

[4] Trata-se do cabo Guardafui ou Guardafum, na Somália, sito na extremidade NE do chamado Corno de África (11° 50' N, 51° 21' E); é o «Promontório dos Arómatos» do *Périplo do Mar Eritreu* e de Ptolomeu, o «Corno Meridional» de Estrabão, mais conhecido entre os árabes por Ra's 'Asîr. O nome Jardafûn (em árabe egípcio Gardafûn), *grosso modo* correspondente a Guardafui, que do português passou às demais línguas europeias, ocorre nos *Roteiros* de IBN MÂJID; mas localmente é dado não ao nosso cabo Guardafui, mas a um promontório vizinho. *Guardafui* é forma paronímica, devida a associação mental com *guarda*, *guardar*, etc.

[5] Na realidade a frota levava instruções para montar o forte de madeira que levava pré-fabricado na ilha de Socotorá (*vide infra* doc. XII, nota 4; *cf.* doc. II, nota 15) e não no cabo Guardafui; Chà Masser dá as suas dimensões e nota o armamento a ela destinado. A ideia de fazer em Socotorá uma base naval para assegurar o bloqueio ao Mar Vermelho fora propugnada em 1317 pelo dominicano inglês Guilherme ADAM («De modo sarracenos extirpandi», pub. in *Recueil des Histoires des Croisades*, série arménia, vol. II, Paris, 1906, reimp. Farnborough, 1969); o seu projecto de cruzada comportava também a aliança com a Etiópia, o estabelecimento de estaleiros navais no Malabar ou nas Maldivas, a construção de uma frota de galés que assegurasse o bloqueio à boca do Mar Roxo e o desvio do comércio das especiarias para o Golfo Pérsico, de onde pelas rotas caravaneiras do Irão e do Cáucaso atingiriam o Mar Negro. Não sabemos se D. Manuel, cuja estratégia era assaz semelhante, apenas substituindo a rota do Cabo à do Mar Negro, conheceu o texto de Guilherme Adam.

[6] A confiança um pouco ingénua na maior economia da rota do Cabo, patente nas cartas de 1498 (*cf. supra* doc. II, nota 15 & doc. III, nota 41), parece ter-se desvanecido (*cf. supra* doc. VIII, nota 6 & doc. X, nota 44); a esperança é posta agora mais na eficácia dos meios militares que nos mecanismos meramente económicos.

[7] É verdade que no período pré-albuquerquiano o domínio português se começara a afirmar mais na África Oriental que propriamente na Índia, mas mesmo assim há aqui certo exagero: ao tempo apenas havia fortalezas em Sofala, construída por Pero de Anhaia em 1505 (*cf. supra* doc. X, nota 36; *Crónica Anónima*, cap. 65; CASTANHEDA, II, x-xi; BARROS, I, ix, 6; GÓIS, II, ix; G. CORREIA, I, cap. v, pp. 570-578) e em Quíloa, construída no mesmo ano

E cada dia se descobrem cousas novas que eu, que não creio muito em Deus, tenho descoberto os sândalos, citrinos e cubebas, ruibarbo[8] que pelo Pandetta que está com Nicoletto tudo confirmo

---

a mando de D. Francisco de Almeida (*Crónica Anónima*, cap. 64; CASTANHEDA, II, iii; BARROS, I, viii, 6-7; GÓIS, II, ii; G. CORREIA, *ibidem* cap. ii, pp. 535-544). Havia uma feitoria em Moçambique, mas fortaleza só em 1507, três meses após a feitura desta carta, foi mandada uma armada a construí-la, sob o comando de Vasco Gomes de Abreu (CASTANHEDA, II, xliiii; BARROS, II, i, 6; G. CORREIA, I, cap. i, pp. 783-785). Os portugueses gozavam de facilidades comerciais em Melinde, mas apenas os reis de Quíloa e Zanzibar haviam prometido pagar páreas: o primeiro a Vasco da Gama em 1502 (*cf. supra* doc. IX, notas 12 & 13), o segundo a António de Saldanha em 1503, no montante de cem miticais de ouro e 30 carneiros (*Crónica Anónima*, cap. 33; CASTANHEDA, I, lxiiii; BARROS, I, vii, 4; GÓIS, I, lxxxi; G. CORREIA, I, cap. viii, p. 414). D. Francisco de Almeida atacou e saqueou Mombaça, mas a maior parte das fontes não refere que lhe tenha exigido páreas (*Crónica Anónima*, cap. 66; CASTANHEDA, II, iv-vii; GÓIS, II, iii; apenas G. CORREIA, cap. iii, pp. 544-561 refere um tributo de 10 000 xerafins de ouro). Além disso em 1503 os anciãos de Brava haviam prometido a António de Saldanha pagar, a título de avença para não serem pilhados, ou de tributo, 500 miticais ao ano (BARROS, I, vii, 4; GÓIS, I, lxxxi; 1000 miticais segundo G. CORREIA, I, cap. viii, p. 416).

[8] Trata-se de produtos de que o autor, conforme explica em seguida, encontrou amostras na terra firme fronteira à ilha de Moçambique. Se o sândalo a que o texto alude é amostra de planta local e não de produto trazido a Moçambique pelo comércio marítimo, deve tratar-se do chamado sândalo africano (*Excoecaria africana*, Muell. Arg., Euforbiáceas), nativo da África Oriental, e não do verdadeiro sândalo (sândalo-branco), nem do chamado sândalo-vermelho (*cf. infra*, apêndice, nota 58). Citrino ou citrina é um quartzo cristalino de cor amarelada, tido por pedra semi-preciosa. Sobre as cubebas *cf. supra* doc. X, nota 39; e sobre o ruibarbo, doc. II, nota 55. Ignoramos quem sejam o Pandetta e o Nicoletto por quem, se bem entendemos a frase, que é um tanto obscura, já o autor enviara amostras de certas plantas ainda verdes; regressavam certamente a Lisboa a bordo do mesmo navio que trouxe a presente carta, com toda a probabilidade a nau de mercadores da conserva de Tristão da Cunha que os cronistas designam geralmente por «a nau de Lagos» e Barros por *Santa Maria*, comandada à ida por André Dias, alcaide-pequeno de Lisboa, para onde em Moçambique foi baldeada a carga da *Frol de la Mar*, que sob o comando de João da Nova viera do Reino em 1505 com D. Francisco de Almeida, mas no regresso da Índia, em 1506, não conseguira dobrar o cabo da Boa Esperança e invernara em Zanzibar; o capitão de Quíloa, Pero Ferreira Fogaça despachara a *Frol de la Mar* para Moçambique em Dezembro de 1506, mandando nela para Portugal Lançarote Varela a quem confiou certos bens para el-Rei (*cf.* o mandado de Pero Ferreira Fogaça ao feitor Fernão Cotrim, Quíloa, 31.XII.1506, pub. in *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique*, vol. I, doc. 122, p. 782); mas em Moçambique Tristão da Cunha, que era compadre de João da Nova, rogou-lhe que ficasse com ele, e a carga da sua nau foi baldeada para a nau de Lagos, cujo capitão, Álvaro Fernandes de Sintra, falecera, e que, agora sob o comando de António de Saldanha (que segundo Gaspar Correia vinha do Reino a bordo da

como disse; e outras cousas mais que cada dia se mostram que eu traga, que não faço i dificuldade nenhuma salvo por serem as nossas secas e aquelas serem verdes faço i alguma dúvida. Pero mostrei-as a quem conhece algũa cousa; e me disse ser cousa que não custa i nada senão o trabalho e o perigo, que fui à terra firme há 4 dias e fiz 5 léguas buscando as ditas cousas, e delas achei: delas mando com esta a Lisboa, a Bartolomeu Marchione, uma amostra; e se a acharem ser verdadeira, como nós de cá não fazemos dúvida, que el-Rei me faça alguma mercê porquanto tudo se faz por seu proveito. E pois que aqui estamos a fazer estadia, farei por dar daqui alguma razão e por procurar achar algũa cousa nova; e depois quando estivermos na Índia em mui bo'hora, trabalharemos com toda nossa indústria por dar carga a esta nossa nau, que aqui vai a honra e o proveito de tudo.

Na Índia não poderemos estar antes que por todo Agosto; depois estaremos lá quatro meses pera aguardar a carga[9] e depois dous meses pera carregar, que esta viagem não pode ser de menos de 28 ou 30

---

nau capitaina), regressou assim a Lisboa sem ter ido à Índia (CASTANHEDA, II, xxxvi; BARROS, II, i, 2; G. CORREIA, I, p. 663). Esta ida de António de Saldanha a Moçambique, de facto assaz inconspícua, tem passado despercebida aos historiadores, que a não referem (nem mesmo o seu principal biógrafo, Alexandre LOBATO, *Da época e dos feitos de António de Saldanha*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1964); mas não pode ser posta em dúvida, pois possuímos o sumário das cartas de que a flotilha que comandava, cuja composição ignoramos, foi portadora (ANTT, *Gaveta XX*-4-15, pub. *in Cartas de Affonso de Albuquerque*, I, pp. 416-418 & II, pp. 391-398). João da Nova (que por António de Saldanha escreveu também a el-Rei), comandando a *Frol de la Mar*, acabou por se incorporar na flotilha de Albuquerque em substituição de Rui Soares, que deveria acompanhá-lo ao comando da nau de Pero Quaresma (que andava no trato de Sofala para Quíloa mas tardava a aparecer). A presente carta e as amostras que o autor remetia para Lisboa não podem ter sido trazidas pela nau de Vasco Gomes de Abreu que, tal como a de João da Nova, viera para a Índia com o vice-rei em 1505 e não conseguira no regresso, em 1506, dobrar o Cabo, pelo que invernara em Moçambique (CASTANHEDA, II, xxiii; carta de Pero Quaresma a el-Rei, Moçambique, 31.VIII.1506, pub. *in Documentos sobre os Portugueses em Moçambique*, I, doc. 86, p. 622); mas zarpara já para Portugal em Setembro, antes da chegada de Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque, como se deduz de uma carta de Pero Ferreira Fogaça a el-Rei (Quíloa, 22.XII.1506, pub. *in Documentos sobre os Portugueses em Moçambique*, I, doc. 116, p. 754 & ss.).

[9] A espera é causada pelo facto de a pimenta não estar normalmente madura para colher antes de Dezembro, ou melhor, a partir de Janeiro (*cf.* J. E. Mendes FERRÃO, *Especiarias – Cultura, Tecnologia, Comércio*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1993, p. 223 & ss.). O regime dos ventos obrigava contudo a chegar com o fim da monção de SW (Agosto a Outubro) e a partir com os começos da de NE (Dezembro ou Janeiro) para não dobrar o Cabo contra os ventos de Oeste no auge do inverno austral.

meses, que hoje faz 9 que saímos de Portugal[10]. E de hoje a um ano não seremos distantes da Índia. E depois, ao vir, seis ou 7 meses, sem contar o tempo pera correger a nau, assim que de mim não havereis carta até ao meu regresso a Lisboa. Tudo vos digo por vos dar aviso, pois tenho maneira de vos dar aviso, por ter a facilidade das naus achegadas aqui[11]. Das novas da Índia não vos digo mais, senão que lá contratam poucos outros mercadores cristãos e nós andamos com assaz de perigos, porque temos de fazer muita guerra a Calecut, e mais o castelo que se está a fazer no cabo de Talhafune. Tudo recomendamos a Deus altíssimo, que por sua graça e mercê nos queira encaminhar. Outras novas não vos direi senão o que vai diante.

Aos 16 dias de Novembro se partiu daqui o nosso capitão-mor com 10 velas para ir a descobrir ũa ilha de S. Lourenço que é 90 léguas distante daqui[12], porque ũa nau de nossa conserva tocou

---

[10] Portanto a 10 de Abril de 1506; mas a generalidade das fontes indica 5 ou 6 de Abril.

[11] Além da nau de João da Nova (*cf. supra* nota 8) devem ter chegado de Quíloa pelo menos a nau de Pero Quaresma, que viera do Reino em Setembro de 1505 em companhia da de Cid Barbudo, para explorar a costa oriental africana e tentar encontrar Francisco de Albuquerque (*cf. supra* doc. X, nota 27), e o navio de Gonçalo Vaz, que os cronistas não referem, ao que parece um zambuco destinado à navegação costeira (*cf.* a carta de Pero Ferreira Fogaça a el-Rei, Quíloa, 22.XII.1506, pub. in *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique*, I, doc. 116, p. 754 & ss.). O texto sugere que viera da Índia pelo menos um navio trazendo notícias frescas; tal impressão é confirmada quer pelo facto de constar do sumário das cartas trazidas para Lisboa por António de Saldanha (*cf. supra* nota 8) uma carta de D. Francisco de Almeida escrita na Índia a 27.XII.1506, quer por este afirmar aí que mandara para Sofala, a capitanear a fortaleza em substituição de Pero de Anhaia que falecera, Nuno Vaz Pereira, com uma nau carregada de roupas, e Francisco de Anhaia para recolher a fazenda de seu pai. Essa nau chegou a Quíloa antes de 11.I.1507, data em que começam a aparecer mandados de Nuno Vaz Pereira ao feitor Fernão Cotrim para lhe entregar diversas coisas a levar para Sofala (*Documentos sobre os Portugueses em Moçambique*, II, doc. 8 & ss., p. 30 & ss.); deve ter chegado a Sofala pouco antes de 25.II.1507, data em que Nuno Vaz Pereira, empossado já na capitania da praça, abria um inquérito ao comportamento de seu predecessor interino, Manuel Fernandes, do feitor Sancho Tavares e do escrivão Gil Eanes (pub. *ibidem*, doc. 45, p. 170 & ss.); não é impossível que tenha regressado ao Reino na conserva de António de Saldanha, tal como a nau em que veio a sobredita carta do vice-rei, que, uma vez que foi também portadora de uma carta de Lourenço de Brito datada de Janeiro de 1507 (sumariada no mesmo doc. que aquela), zarpou da Índia já nesse ano.

[12] *Cf. supra* doc. X, nota 28. Desse descobrimento dá conta a el-Rei Afonso de Albuquerque (carta cit. *ibidem* e outras sumariadas *in* ANTT, *Gaveta XX*-4-15, cit. *supra* nota 8; *cf. Crónica Anónima*, cap. 70-71; CASTANHEDA, II, xxxi; BARROS, II, i, 1; GÓIS, II, xxi; *Comentários*, I, viii-xi; G. CORREIA, I, cap. i, pp. 659--668). A distância de 90 léguas de Moçambique a Madagascar é um tanto

àquela costa e levou consigo dous negros pescadores daquele país[13]; os quais aqui reteve e com mostrar-lhes alguma cousa, se podia compreender aquilo que diziam. Depois o capitão geral de aquesta

exagerada: o cabo de S.to André dista apenas *c.* 65 léguas da ilha de Moçambique; Afonso de Albuquerque, conquanto também peque por excesso, computa mais modestamente a distância de Moçambique ao parcel de Santa Maria, que margina a ilha, em 70 léguas.

Segundo CASTANHEDA (II, xxi), a costa oriental de Madagascar fora em começos do ano anterior (1506) visitada pelas naus da carga que haviam seguido para a Índia em 1505 com a armada de D. Francisco de Almeida e regressavam ao Reino sob o comando de Fernão Soares, o primeiro na história a fazer a «viagem por fora de S. Lourenço», dobrando depois o Cabo a 8 de Março e chegando a Lisboa a 22 de Maio. Gaspar CORREIA (I, pp. 609 & 781) refere-se igualmente a esse facto, mas diz que Fernão Soares depois de costear S. Lourenço por fora não pôde dobrar o Cabo e arribou de novo à Índia.

[13] Trata-se da nau *São Jorge*, comandada pelo alferes-mor Rui Dias Pereira, que, como na sua carta explica Albuquerque, fundeou na costa oeste de Madagascar, no Porto de Santiago (na foz do rio Onilahy, hoje Baía de S.to Agostinho, 23° 30' S, 54° 2' E, *cf.* Humberto LEITÃO, *op. cit. supra* doc. X, nota 27, pp. 325 & 424); a festa de Santiago Maior é a 25 de Julho, o que parece um pouco cedo para que tenha sido ele a dar-lhe tal nome, sabendo-se que as outras naus apenas chegaram a Moçambique em Outubro; *a fortiori*, a festa de Santiago Menor, a 1 de Maio, é de excluir. Os *Comentários* situam a aterragem num lugar chamado Tanana, topónimo que se repete nas instruções de D. Manuel a Diogo Lopes de Sequeira para explorar a ilha (pub. in *Cartas de Afonso de Albuquerque*, II, p. 403 & ss., e in *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique*, II, doc. 60, p. 234 & ss.), onde lhe recomenda que surja aí. Castanheda, que Góis repete, diz que surgiu «na baía que se agora chama a Baía Fermosa», onde foram ao seu encontro numa almadia «dezoito mancebos remando, e estes baços», de que levou consigo a Moçambique os dois de que aqui se fala; não sabemos se Tanana, a Baía Formosa e o Porto de Santiago são uma e a mesma cousa, ou se a Baía Formosa é o lugar onde efectivamente surgiram e o Porto de Santiago a rada onde, como o nosso texto explica mais abaixo, os nativos os convidaram a fundear (ou vice-versa), sendo Tanana com toda a probabilidade o nome local de um dos dois ancoradouros; nas relações dos descobrimentos de 1613 e 1616 apenas reaparece como topónimo o Rio de Santiago, que é, como vimos, o Onilahy. Barros confunde-se situando a aterragem em Matatana (foz do rio Matatane ou Matitatana, na costa oriental da ilha, a 22° 26' S), que, conforme explica Castanheda, foi de facto visitada, mas pela nau *Judia*, comandada por João Gomes de Abreu, o único navio que durante a campanha de descobrimento dobrou a extremidade setentrional da ilha (a que Tristão da Cunha deu o nome de Cabo do Natal, por o ter atingido a 25 de Dezembro) e passou à costa leste.

Quanto aos dois «negros» que Rui Pereira trouxe para Moçambique, há que notar que no século XVI o termo «negro» tem uma acepção muito lata, servindo frequentemente para designar todos os povos que não são bem brancos, como os indianos, os malaios, etc. Trata-se na realidade de malgaxes; não é impossível que tivessem um tipo negróide, pois a população malgaxe, embora culturalmente muito mais asiática que africana, tem, sobretudo nas terras baixas da periferia da ilha, uma sensível percentagem de sangue africano.

frota houve um língua que os entendia[14] e achámos tudo o que se procurava com acenos, e eles voltam a replicar ao língua; de modo que por ser tamanha a riqueza o capitão geral Tristão da Cunha lhes mandou dar vestidos e que lhes fosse feita boa companhia. O que disseram estes dous negros da riqueza da ilha de S. Lourenço é

Castanheda, como vimos, descreve-os como «baços»; e a *Crónica Anónima* (cap. 70) diz, com mais precisão ainda, que eram «dous homens baços e terrentos». Para uma descrição mais pormenorizada do aspecto físico dos malgaxes *vide* a «Relação da jornada e descobrimento da ilha de S. Lourenço» do P.e Luís Mariano, S. J., (1613), pub. por Humberto LEITÃO (*op. cit. supra*, doc. X, nota 27, pp. 206-207). Não há em Madagascar vestígios arqueológicos de povoamento pré-histórico, mas é difícil precisar a época em que aí desembarcaram os primeiros povoadores austronésios; como à época em que os portugueses atingiram a ilha o ferro era já aí conhecido, mas não havia traços de influência hindu (a não ser alguns raros vocábulos de origem sanscrítica, que podem aí ter entrado por via do comércio), é-se levado a concluir que o povoamento, que aliás se deve ter escalonado em vagas sucessivas, teve lugar entre a introdução do ferro na Insulíndia, *c.* 500 a. C., e a sua indianização, a partir de *c.* 500 A. D. (*vide* P. VÉRIN, «Madagascar» in G. MOKHTAR (dir.), *Histoire Générale de l'Afrique, II: Afrique Ancienne*, UNESCO / NEA, Paris, 1980, reimp. 1989, pp. 751-777). À época da expedição de Tristão da Cunha os portugueses não haviam ainda atingido a Insulíndia; não admira por isso que não tivessem relacionado a aparência física, língua e costumes dos malgaxes com a dos malaios e povos afins. O relacionamento viria a ser feito mais tarde por João Baptista Lavanha (anotação a BARROS, IV, i, 12) e Diogo do COUTO (IV, iii, 1), que supõem Madagascar povoada a partir da Java, por Henrique Dias («Relação da Viagem e Naufrágio da Nau S. Paulo que foi para a Índia no anno de 1561 [...]» reproduzida por Bernardo Gomes de Brito, *História Trágico-Marítima*, Bibliotheca de Classicos Portuguezes de Mello d'Azevedo, Lisboa, 1904, vol. III, pp. 1-113) e pelo jesuíta P.e Luís Mariano que a dá como povoada a partir de Malaca (Humberto LEITÃO, *op. cit. supra*, doc. X, nota 27, p. 201). Também Pascoal BARRETO teve a intuição do parentesco entre malgaxes e timores, pois escreveu em 1645 no seu *Pequeno Tratado da Ilha de Timor*: «a gente desta ilha é muito tímida; não professam armas de fogo; é gente que nas armas, trajo e em tudo o mais são como os naturais da ilha de S. Lourenço» (*vide* Frazão de VASCONCELOS, «Dois inéditos seiscentistas sobre Timor», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano V, Lisboa, 1927, p. 76).

[14] Segundo a *Crónica Anónima* e Barros o intérprete era um moiro de Moçambique chamado Bogimá ou Bogimã; segundo os *Comentários* era natural de Quíloa mas residia em Moçambique. Tudo leva a crer que falaria o malgaxe, pois o suahíli, língua franca das franjas islamizadas da costa oriental africana (*cf. supra* doc. II, nota 6), que é uma língua bantu mesclada de árabe, só era entendido nos portos do extremo norte de Madagascar, onde havia uma forte minoria muçulmana. O malgaxe, a que os nossos autores seiscentistas chamam «língua buque» (do suahíli *bunki* ou *bukini*), é uma língua da família austronésica ou malaio-polinésica falada, com pequenas variações dialectais, em toda a ilha (*cf.* Luís MARIANO, *in* Humberto LEITÃO, *op. cit. supra*, doc. X, nota 27, p. 262: «a língua universal, que é a buque, como já dissemos, é tão conforme em toda a ilha que os naturais da ponta S se entendem com facilidade com os naturais da ponta N»). O idioma mais próximo do malgaxe parece ser o *maajan*,

que há i cravo para carregar toda esta frota e noz moscada assim mesmo, e maça de noz assim mesmo, e benjoim em grã quantidade[15]. Feito conselho com eles o capitão trouxe aqui consigo Tristão da Cunha, capitão geral desta frota; e me mandou chamar para

falado no SE de Bornéu. Embora o malgaxe apresente traços de influência bantu na fonética e no vocabulário, 94% do seu léxico é de origem austronésica. A unidade dessa extensa família, intuída por alguns dos nossos escritores quinhentistas e seiscentistas (*cf.* nota anterior), foi cientificamente estabelecida em começos do século XIX por Carlos Guilherme von Humboldt (1767-1835), irmão do célebre naturalista Alexandre von Humboldt. O seu domínio estende-se de Madagascar às ilhas de Hawai, e da Formosa à Nova Zelândia e à ilha de Páscoa – e é assim, em área, ainda que não em número de falantes, a família das línguas que antes da expansão europeia se difundiu por uma mais vasta área do globo. Essa área de difusão coincide quase exactamente com a da almadia com balanceiros (designada em português de Timor por *beiro*), susceptível de ser construída com uma tecnologia rudimentar, mas capaz de arrostar com o alto mar sem se virar – o que permitiu aos austronésios vindos da Insulíndia atingirem Madagascar, que os africanos, muito mais vizinhos, não haviam atingido. Não é clara a origem do elemento bantu na língua e na sociedade malgaxe; pode resultar de caldeamento com populações africanas algures na África Oriental ou nas ilhas de Comoro, onde os malgaxes podem ter estacionado antes de se estabelecerem na sua ilha, ou simplesmente da importação de escravos africanos, obtidos em razias feitas sobre a costa africana, do que há pelo menos um testemunho histórico (*vide* Raymond MAUNY «The Wakwak and the Indonesian invasion in East Africa in 945 A. D.» in *Studia*, n.° 15, Maio de 1965, pp. 7-16). O nome *Madeigascar*, introduzido por Marco POLO (cap. clxxxv / I, xxxiii), é provavelmente uma má transcrição de *Madgasi-bar* ou *Malgasi-bar*, «país dos malgaxes» (com o elemento árabe *barr*, «terra firme, continente», que aparece também em Zanzibar, Malabar, etc.); Castanheda e Góis conhecem-no, mas servem-se usualmente do nome português *S. Lourenço*.

[15] Há evidente exagero quanto às potencialidades comerciais de Madagascar. Na realidade o seu interesse residia sobretudo em dois produtos agrícolas evidentemente trazidos da Ásia pelos seus povoadores austronésios: o arroz (*Oryza sativa*, L., Gramíneas), importante para o abastecimento das armadas e presídios portugueses na costa oriental africana, e o gengibre (*cf. supra* doc. II, nota 53), interessante para o comércio de longo curso. Na sua carta de 6.II.1507 (*cf. supra* doc. X, nota 28) Albuquerque afirma que «não achamos nova de nenhũa especearia senão de gingivre que nos amostraram», aludindo mais adiante à abundância de mantimentos, tendo achado num lugar de mouros que saquearam «tanto arroz que vinte naos o não puderam carregar»; quanto a cravo, um homem a quem na ponta da ilha o mostraram «disse que i no mato havia muito dele», mas «o capitão-mor nom lhe deu muito crédito». Numa outra carta de que apenas subsiste um sumário (*cf. supra* nota 12) Albuquerque nota ainda que em S. Lourenço «o gengibre é muito mais grosso que o da Índia e que, segundo seu entender, deve ser este o que se chama mequim» (*i. e. makkî*, «de Meca», em árabe, reputado por alguns escritores medievais – mas não todos – melhor que o gengibre chamado beledi, *i. e.*, *baladî*, «nativo, indígena», *cf.* HEYD, *Histoire du Commerce du Levant*, cit. *supra* doc. I, nota 10, vol. II, pp. 619-623).

que eu o tocasse para saber a liga, e assim fiz, quer dizer prata, a qual achei a 8 léguas e 1/2, segundo minha estima[16]. E mais disseram os tais negros que da parte de lá navegam naus grandes como as nossas, com remos machos e os homens brancos como nós e que de 2 em 2 anos navegam lá 2 ou 3 naus grandes. E porém não se compreende quem possam ser senão naus de juncos em que aquelas gerações trazem à Índia o cravo a vender, e nunca se pôde

---

A ideia de que aí medrasse também o cravinho-da-índia (*Syzygium aromaticum*, (L.) Merr & Perry, ou *Eugenia caryophyllus*, L., fam. Mirtáceas) pode resultar simplesmente do mistério que durante muito tempo reinou quanto à sua exacta origem geográfica (*cf. supra* doc. II, notas 20 & 54). Pode resultar também, como sugere CASTANHEDA (II, xxx), de os dois nativos trazidos a Moçambique por João Gomes de Abreu terem exibido «ũas cousas redondas como bugalhos que cheiravam a cravo»; deve tratar-se das sementes de uma certa espécie do género *Cryptocarya*, da família das Lauráceas (antes classificada como *Ravensaria aromatica*, Sonn.), modernamente comercializada como «cravo-de-madagascar» ou «noz-moscada-de-madagascar» (congénere da *Cryptocarya moschata*, Nees & Mart., do Brasil, chamada «beribeba» ou «noz-moscada-do-brasil», com que na década de 1640 os portugueses topariam no Maranhão). Pode, enfim, tratar-se de cravinho autêntico, trazido da Insulíndia pelo comércio marítimo, como o próprio autor sugere mais abaixo (*cf. infra* nota 17). Quanto à noz-moscada (*Myristica fragrans*, Houtt., Miristicáceas, *cf. supra* doc. II, nota 49) e à maça ou macis, que é simplesmente o seu arilo, pode tratar-se de produto trazido da Insulíndia pelo comércio; ou então da mesma *Cryptocaria*, cujo sabor parece ser intermédio entre o do cravo e o da noz, ou de alguma miristicácea indígena de Madagascar, em cuja flora se acha uma espécie do género *Haematodendron* e seis do género *Mauloutchia*. Parece que existia em Madagascar, sobretudo na zona de Matatana, algum benjoim (*cf. supra* doc. II, nota 49), não sabemos se nativo se importado de Samatra (*cf.* Bakoli DOMENICHINI-RAMIARAMANANA, «Madagascar», *in* M. EL FASI & I. HRBEK, dir., *Histoire Générale de l'Afrique, III – L'Afrique du VII^e^ au XI^e^ siècle*, UNESCO / NEA, Paris, 1990, p. 727 & ss.). Barros (II, i, 1) afirma que Rui Pereira trouxera para Moçambique amostras de prata, cravo e gengibre; na ilha os descobridores souberam ao depois que na costa leste, em torno de Matatana, havia cravo, gengibre e prata (II, i, 2). Gaspar CORREIA (I, p. 662) diz que pelos nativos que trouxeram a Moçambique tiveram notícia de «gengivre e cravo quanto quizesse, e havia prata e cera». Brás de ALBUQUERQUE (I, ix-x), que quanto ao resto repete quase textualmente a carta do pai, afirma que Rui Pereira trouxe amostras de prata, cera e panos de algodão; e que havido o intérprete, lhe aludiram os dois nativos ainda a gengibre e cravo. Seja como for D. Manuel admitia ainda, no regimento que em 15.II.1508 deu a Diogo Lopes de Sequeira (*cf. supra* nota 13), a possibilidade de a armada deste obter aí carga suficiente de especiaria para poder sem mais tornar ao Reino; e passados meses referia ao arcebispo de Braga (carta cit. *supra*, doc. X, nota 27) que em S. Lourenço «se acha muito gengivre e se afirma que desta ilha sai todo o cravo».

[16] Esta frase, algo confusa, parece mostrar que, além das amostras trazidas de Madagascar, se achou também prata na terra firme de Moçambique.

saber onde nasce o cravo, senão que estes juncos o contratam e fazem tal negócio todo em seu mar[17].

Ora, parecendo isto ao nosso capitão mui grã cousa, como é, e não haver tempo para poder navegar para a Índia, com 10 velas (as mais pequenas, que a maior leva 300 tonéis) foi a descobrir esta ilha de S. Lourenço, que é 200 léguas distante[18] e se confirma ser verdadeiro tudo quanto os negros disseram. Esta é ũa cousa de muito mor riqueza que a Índia, e o tenho para mim por cousa certa que se hão de achar toda'las cousas que os ditos mouros notificaram, porque todos diziam como nascia e que o gengibre se semeava, e

[17] Nesta alusão aos juncos que frequentavam de dois em dois anos a contracosta de S. Lourenço poderá, quiçá, ver-se uma reminiscência das expedições de Cheng He (*cf. supra* doc. II, nota 32), que no entanto não parecem ter visitado a costa oriental da ilha, mas somente o canal de Moçambique. Parece, portanto, mais provável que se trate de juncos malaios *lato sensu*, *i. e.*, de navios do Arquipélago Asiático que continuassem a frequentar Madagascar. O povoamento da ilha pelos austronésios não foi obra de uma expedição isolada, mas de sucessivas vagas, vindas provavelmente na sequência de viagens de comércio. Há sinais da chegada, nos séculos XIII ou XIV, de uma última leva de povoadores, que colonizaram os planaltos do centro da ilha (onde se regista a percentagem mínima de gente de tipo negróide); a eles se deve nomeadamente a fundação do reino de Imerina, que no século XVII estabeleceria a capital em Antananarivo ou Tananarive e no século XVIII unificaria praticamente a ilha (*vide* Faranirana ESOAVELOMANDROSO, «Madagascar et les îles avoisinantes du XII[e] au XVI[e] siècle», in D. T. NIANE, dir., *Histoire Générale de l'Afrique – IV: L'Afrique du XII[e] au XVI[e] siècle*, UNESCO / NEA, Paris, 1985, p. 651 & ss.; Gabriel Ferrand, *Le K'ouen Louen et les anciennes navigations interocéaniques dans les Mers du Sud*, Paris, 1919). Não se sabe ao certo quando terminaram as relações comerciais directas entre a Insulíndia e Madagascar, mas não repugna admitir que em princípios do século XVI ainda de tempos a tempos aparecessem na ilha juncos provindos de Java ou de outras partes da Indonésia, trazendo, entre outras mercadorias, cravo e benjoim.

Esta informação sobre a vinda de juncos à costa oriental de Madagascar não se acha nas demais fontes que conhecemos, mas chegou, aparentemente, aos ouvidos de D. Manuel, que no regimento que deu a Diogo Lopes de Sequeira em 1508 (*cf. supra* nota 13) lhe recomenda: «saberêes se à dita terra de São Lourenço, assi nos portos onde esteverdes como em algũos outros, vem naos de fora que tragam mercadarias, e donde veem, e como se chamam as gentes que nelas vem, e se são mouros se gentios, e que mercadarias trazem, e se são suas naos que i veem grandes se pequenas, e de que feição são, e o tempo em que veem, e em quantos dias passam, donde veem à dita terra de São Lourenço, e como são vestidos, e se trazem armas, e se são homens brancos se pretos, e se quando veem pera a dita terra de São Lourenço fazem escápolas em outras ilhas, e se as fazem que mercadarias acham nelas, e se se tornam no ano em que veem ou esperam por outro tempo, e se veem cada ano se de certos em certos anos, e o modo em que navegam».

[18] O exagero na distância é aqui ainda maior que acima, *cf. supra* nota 12; quanto ao resto o relato do autor concorda com o das demais fontes.

o cravo, e uma árvore que dá a noz moscada semelhante ao benjoim e como a que dá uma árvore que está junto com a dita terra. E de tudo contava como nascia, que não pode ser senão verdade, porquanto lhes mostrámos pimenta e disseram lhes mostrássemos outra[19]; e direi que o que haviam em aquela terra que eles o conheciam; e o diziam, que esta era uma grande justificação. Muito mais diziam, que navegam lá naus grandes como as nossas. É gente branca como nós e vestidos, que não pode ser senão esta geração dos juncos.

E quando o capitão da nau da nossa conserva tomou estes dous negros foi desta maneira: que pelos tempos contrários teve de arribar a esta costa da terra firme; vieram dous zambucos com bem 30 homens para recebê-los, alegrando-se de sua vinda, e queriam meter as naus em um porto a três léguas de distância de onde estava surto. O capitão não se quis deles fiar e polo tempo contrário levantou a âncora e reteve os ditos dous negros e aos outros leixou e se fez à vela[20]. E isto não pode ser mais verosímil pois que sulcavam com as naus que de lá navegam.

Estas naus dos juncos e estes são os que sempre tiveram o cravo nas mãos e nunca se pôde saber donde nascia ele; e esta cousa se se descobre, poder-se-á haver Portugal senhor de toda aquesta parte da Índia, e os venezianos poderão tornar a fazer o seu ofício[21] e sobretudo que da parte de cá não fazem nunca conta de haver um grão de especiaria que se nós outros fazemos esta fortaleza no cabo de Talhafune[22] não pode passar depois um pássaro do estreito pera lá. E se este capitão mor descobre ora esta ilha e acha estas cousas serem verdadeiras, Portugal é a mais rica parte que

[19] Todo o parágrafo é confuso e não é impossível que o texto esteja corrompido. No que toca à pimenta, parece o autor querer dizer que mostraram aos dois malgaxes pimenta corrente da Índia (*Piper nigrum*, L., Piperáceas) e eles a não reconheceram, certamente por ser diferente das espécies silvestres que existem em Madagascar, como o *Piper borbonensis*, D.C., modernamente comercializado como «pimenta-rosa», o *P. pachyphyllum*, Baker, e o *P. pyrifolium*, Vahl.

[20] *Cf. supra* nota 13.

[21] *Cf. supra* doc. I & doc. III, nota 9.

[22] *Cf. supra* nota 4; na realidade construiu-se o pequeno forte em Socotorá, mas cedo se verificou que além de difícil de manter, devido a uma série de problemas logísticos, não garantia eficazmente o controlo do acesso ao Mar Vermelho e foi abandonado logo em 1511 (*cf.* José Pereira da COSTA, *Socotorá e o domínio português no Oriente*, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, série «Separatas», LXXXII, Junta de Investigações do Ultramar, Coimbra, 1973).

terá o mundo[23]. Deus deixe seguir tudo; e nos dê vitória contra estes mouros e nos acompanhe em tudo a salvamento, que se esta viagem se fizera por serviço de Deus, como é e se faz por ganhar, todos seremos bem-aventurados pela adversidade e perigos que passamos.

Esta nossa nau não vai a descobrir com o capitão mor porque corria grande risco, porque a nossa é nau grande e as águas são mui baixas e as costas bravas de modo que tivemos por conselho estar juntos com a nau capitânia de 600 tonéis, que naus grandes não são pera descobrir[24], mormente nós que temos a mercadoria e não esperamos senão tempo pera correr por essa costa, que o capitão mor mais adiante o espera, como em Melinde e em Peninde[25], se o tempo se endireita, e ali invernaremos. Deus nos mande depressa o bom!

[23] A opinião de Albuquerque (conforme explica na sua carta, que seu filho cita quase textualmente) era explorar a costa malgaxe por dentro e pelo sul, por onde ele próprio passara em 1504 e por onde viera Rui Pereira, aproveitando os levantes e a corrente de Moçambique; contornariam em seguida a ilha por fora, aproveitando os ponentes. Tristão da Cunha, porém, preferiu seguir o parecer dos pilotos, que se inclinavam mais para explorá-la pelo norte, dobrar a extremidade setentrional da ilha por onde passara Álvaro Teles, e explorá-la seguidamente pelo lado de fora, o que veio a revelar-se inviável e levou o capitão-mor a, depois de ter perdido três meses a lutar contra a corrente, suspender o descobrimento no cabo do Natal.

[24] Segundo CHÀ MASSER (*Relazione*, viaggio nono) uma das quatro naus de mercadores que seguia na conserva de Tristão da Cunha era de Sesto Fiorintino, e foi certamente nela que viajou o nosso autor; outra era de genoveses e as outras duas de mercadores portugueses. A capitaina era de 1200 *botte,* o que equivale a *c.* 400 tonéis; seguiam na armada 3 ou 4 naus de 700 a 800 *botte*, e as demais de 300 a 400, havendo uma de 250 (talvez a caravela que, segundo diversas fontes, acompanhava a nau de Lagos).

[25] Não sabemos que lugar designa o autor por Peninde; é possível que seja erro do copista.

XII

Carta de Afonso de Albuquerque

O nome Alfonso dal Borghetto foi identificado com o de Afonso de Albuquerque[a] e a carta registrada no Códice *Riccardiano* 1910 foi até recentemente a única versão conhecida deste texto de autoria do futuro governador da Índia. Em 1972 Ronald Bishop Smith publicou uma cópia do texto original português inclusa num códice datado de 1609 e conservado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra[b]. Há relativamente pouco tempo, no códice miscelâneo 11353 da Biblioteca Nacional de Lisboa, foi encontrada outra cópia em português da mesma carta, que foi publicada em leitura semi-diplomática, comentada, por Maria Clara Junqueiro e António Ribeiro Guerra[c]. Descontente por os dois autores do artigo não fazerem referência à sua publicação mais antiga e alegando que na edição de Junqueiro e Guerra havia erros de leitura, Bishop Smith republicou em brochura[d] o texto do manuscrito de Lisboa, que é uma cópia quinhentista sem dúvida mais próxima do original autógrafo perdido do que o manuscrito de Coimbra.

O texto em si e a existência da tradução italiana conservada no Códice *Riccardiano* levantam numerosíssimas questões, que tentaremos aqui analisar em grandes linhas.

Afonso de Albuquerque, partido de Portugal em 1506 com a frota de Tristão da Cunha, foi autonomamente ter à boca do Mar Roxo.

---

[a] A forma «Alfonso dal Borghetto» por Afonso de Albuquerque aparece também no documento XIV.

[b] Ronald Bishop SMITH, *Afonso de Albuquerque – being the Portuguese Text of an unpublished Letter of the Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra relating the Portuguese Conquest of Ormuz in 1507* [edição do autor], Bethesda, Maryland (E.U.A.), 1972.

[c] «Uma carta inédita de Afonso de Albuquerque», *Clio*, vol. 4 (1982), pp. 61-69.

[d] Ronald Bishop SMITH, *The Letter of Afonso de Albuquerque* in *Códice 11353 of the Biblioteca Nacional de Lisboa*. [Edição do autor], Lisboa, 1992.

Depois de ter chegado ao estreito de Ormuz, Afonso de Albuquerque conquistou as cidades de Calaiate, Curiate, Mascate, Soar, Orfacão e, finalmente, Ormuz. A redacção da carta coloca-se exactamente neste momento pois o capitão relata ao vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida, as vitórias obtidas até aquele momento e a decisão de continuar, de forma, poderíamos dizer, independente, aqueles empreendimentos, para os quais não pede a autorização do vice-rei, mas somente um genérico apoio em homens e meios materiais.

Já Brás de Albuquerque[e] alude à existência de uma carta dirigida por Afonso de Albuquerque, capitão-mor da costa da Arábia, a D. Francisco de Almeida, carta que, porém, não se encontrava na rica correspondência de Albuquerque. Como demonstraram os editores da versão portuguesa da carta inserida no códice 11353, o texto em questão poderia ser uma cópia do documento a que alude Brás de Albuquerque[f].

Vejamos agora qual é a relação que pode ser estabelecida entre a versão portuguesa e a italiana do Códice *Riccardiano*[g]. Apesar do exórdio divergente e de algumas leves alterações devidas, em grande parte, à obra do tradutor, os dois testemunhos revelam uma geral coincidência temática e formal. O autor da tradução, apesar de seguir progressivamente o desenvolvimento da acção, muda, de vez em quando, o sentido total ou parcial de algumas frases, conservando, porém, inalterada a essência geral do documento. A análise comparativa das duas versões revela que a concordância chega em numerosíssimos casos até à coincidência formal como é, por exemplo, a divisão em parágrafos. As divergências mais evidentes aparecem na grafia dos topónimos (Calayate = Chaldazar; Curiate = Choriate; Mazcate = Mazighat, etc.), na inserção de determinadas palavras que, evidentemente, o tradutor não conhece e que, por consequência, ou conserva numa forma italianizada (por exemplo, *argamassa* = *argamas*, que não existe em italiano), ou elimina, tentando porém conservar o sentido geral da frase. Outra intervenção do tradutor individualiza-se na simplificação de determinadas frases que não compreende na íntegra, ou na eliminação de referências demasiado

[e] *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*, 4.ª ed., revista por A. Baião, Coimbra, 1923, parte I, cap. XXXIX.

[f] «Uma carta [...]», cit., pp. 65-69.

[g] O texto italiano foi publicado em leitura semi-diplomática por Jean Aubin (AUBIN, pp. 137-144). Entre esta leitura e a nossa aparecem algumas divergências de interpretação, parte das quais são assinaladas nas notas explicativas que acompanham o texto italiano abaixo.

ligadas a uma realidade portuguesa que resultava incompreensível para o público italiano: por exemplo «cidade [...] que estava tão perto como Ribatejo de Lixboa», frase que em italiano produz uma expressão cujo sentido aparece bastante obscuro, «*ch'è presso a Ferano* (?) *nove miglia*»; ou ainda, «figos como os da Pedra d'Estrema», expressão que em italiano se transforma em «*ficchi molto buoni*».

Nesta breve apresentação fica por esclarecer mais uma questão: como chegou a carta, enviada de Ormuz para Índia, às mãos de Piero Vaglienti?

Uma primeira hipótese poderia ser a de que um dos numerosíssimos italianos residentes em Portugal pudesse ter obtido o texto desta carta de Afonso de Albuquerque na metrópole e que, em seguida, pudesse ter enviado para Itália ou uma cópia em português ou directamente uma tradução em italiano. Uma segunda hipótese, a meu ver, muito mais plausível, pois não existe nenhum elemento, directo ou indirecto, que comprove que o capitão das costas da Arábia tivesse enviado a carta escrita de Ormuz não só para o vice-rei da Índia mas também para Portugal, pode ser a de que a transmissão da carta se deva a um dos italianos, mercadores, agentes comerciais, ou simplesmente tripulantes, que navegavam nas frotas portuguesas no Oriente. Tratar-se-ia assim de um daqueles italianos que, por própria iniciativa ou por obrigação para com os representantes das grandes casas comerciais existentes em Portugal, aproveitavam as várias ocasiões que se lhes apresentavam para informar os próprios compatriotas sobre o decorrer da penetração portuguesa no Oriente. A este propósito parece esclarecedora a carta enviada de Moçambique por um italiano embarcado na frota de Tristão da Cunha, a mesma frota com que chegou à Índia também Afonso de Albuquerque[h]. Não temos nenhum elemento objectivo para podermos afirmar que esta carta foi transmitida para Portugal e depois para Florença pela mesma pessoa que escrevia de Moçambique, mas parece provável que uma operação semelhante tenha sido efectuada por um outro italiano que, ou era presente na frota de Albuquerque, ou se encontrava na corte de D. Francisco de Almeida. Todavia, pelo teor da carta, gratificante no que diz respeito à acção de Afonso de Albuquerque, parece como muito mais provável que o anónimo informador navegasse com a frota do futuro governador da Índia, participando, directa ou indirectamente, nos sucessos notificados nesta carta.

[h] *Cf.* o documento XI.

[fl. 125B]

Nota di una lettera di Portogallo, che scrive d'India Alfonso dal Borghetto, capitano dell'armata di mare de' re di Portogallo, la qual contiene come appresso. E prima la quale lettera era diretta al vice-re d'India, el quale si truova ta' luogo per la Sua Maestà.

Io arrivai nelle parti di Cholchotar in India. Partì colla mi armata per lo stretto d'Ormui e Idio mi dette tanta vittoria infra li nostri inimici, miracolosamente, e tante vettovaglie e confezione onorevole, che tutto parve più miracolo di Dio che di nostre forze. E non sono cose dipinte come si fanno ne' panni d'arazzo, né deziendio con simulazione, come molte volte si fanno, ma più per miracolo divino e volontà dell'altissimo Idio che per nessuno altro modo e colle lance in mano e li scudi al petto. E questo fu in terra
[fl. 125v] *ferma con molte gente a // piè e a cavallo e molte castella e ville e città molto forte e grandi, per nostro combattere e forza di nostre arme abbiamo prese di nostri inimici, dando battaglia a ciascuno di nostri inimici, dando battaglia a ciascuno de' detti luogi, a chi tre dì e a chi sei e a chi otto. Dove mi facevo forte pigliammo tutte le vettovaglie e altre cose che stavano in detti luoghi e tutte cose vive mandavo a filo di spada. E così venni guadagnando tutte queste castella, ville e fortezze de' regno d'Ormuz sino che arrivai alla detta gran città ch'è molto bella, nella quale el prefatto re mi stava aspettando con 200 galeoni e infinita gente e artiglieria e con 150 navi armate, infra le quali era una nave de' re di Ghambaia di circa 1600 botte e in essa 1000 uomini da guerra e simile co' altre navi infinita gente e artiglieri. Sursi colla mia nave appresso alla detta nave volendo trattare pace con loro, e massime per vedere*[i] *tanta gente della città in arme, adu-*
[B] *nata nel porto, il che / ci parve se Dio non ci aiutava miracolosamente perché noi non eravam' bastanti a tanto grande esercito e armata com'era quella. E subito mi circundonno co' galeoni e quando viddi questo, feci sparare l'ancora della nostra nave colli schifi armati e comandai che andassino a surgere colle loro navi e ancora della mia nave feci gittare e mettere un segno col segno della nave de' re di Chambazi. E così soprastetti fino*

[i] Jean AUBIN lê *prendere*, p. 137.

a mezzogiorno per aspettare alcuna risposta d'alcune parti che andavano attorno con meco, benché lo facessino per potersi meglio mettere a ordine. E quanto mi viddi così circundato dalla sua armata e non venendo risposta dalla città, brandendo le loro spade nelle loro mani con molte rottelle, targhe e arme, sonando trombette e tamburi, facendo molta festa con gran grida per ispaventarmi, me e li altri, grandemente, e questo era con dive[r]se
[fl. 126] *maniere, che volendo noi parlare in nostre navi l'uno co' l'altro // non ci intendavamo per il gran romore facevano. Vedendo questo, non volli più aspettare né soffrire suo spaventacchi, né credere che facevano, perché mi parve tempo di più non simulare, ma più presto venire alle mani. E tutti ci raccomandammo a Nostro Signore Gesù Cristo e allo apostolo Santo Iacopo di Galizia e morire come cavalieri. Giudicavamo la gente delle delle loro navi trentamila persone.*

Dipoi, passato tutto questo e visto tutto quanto di sopra è detto, e che non avamo altro rimedio che fare el fatto d'arme, misi mano io a cominciare prima avendo di già avvertito tutti e capitani delle mie navi di tutto quello avevo diterminato e tutto quello che ciascuno aveva a fare ne' loro entrare a scaramucciare nella battaglia colla detta armata. E visto tutta la nostra gente armata e ciascuno posti a' luoghi sua, ordinai che le nostre navi tirassino colle bombarde grosse; e così feciono. E primi colpi di dette bombarde grosse buttonno in fondo duo navi con molta gente armata e molto bene a ordine con molte galanterie, colle loro spade fornite d'argento e arme
[B] *molto lucente. Le / qual navi andonno del tutto al fondo, simile la maggior parte delle genti e resto di loro restonno di sopra [all'] acque*[1]*. Fu la battaglia tanto grande fra le suo navi e galeoni colle nostre navi, che ci avevano circundati e durò da mezzodì insino alla notte. E visto si faceva notte, feci segno alle navi e mi lasciai calare sopra alle nave de' re di Chanbazi. E fu la battaglia tanto grande fra queste duo navi che alla fine non si poterono mantenere e la gente erano in esse si gittorono tutti in mare e li altri capitani delle navi di mia compagnia combattenno tanto bene in qual giorno che ciascuna di esse navi disbarattono e misono in perdizione le navi e galeoni con qua' s'attacconno a combattere. E' re in persona s'appiccò a combattere. Choichatar, ch'era re e governator di questa terra perché e' re era un fanciullo di dodici anni che lui teneva in suo mano. E quello Choichatar era*[2] *i' uno galeone*[3]*; comincionno alle navi e a' galeoni a mettelli*[4]
[fl. 126v] *di sotto e disbarattalli; e le mie genti // parte tornonno e entronno nelle nos-*

[1] Riscadas as palavras *resto la bataglia*.
[2] *ere*.
[3] *chalrais*.
[4] *matallj*.

tre galee perché erano tante le loro gente che si gittavano in mare ch'era una cosa spaventosa. E con detti nostri schifi ammazzorono infinita gente nell'acqua e molti n'annegonno, per peso dell'arme che avevano in dosso, che, con verità, fu uomo de' nostri che quel dì ammazzò in mare 80 mori. E alcuna nave delle loro resotorno in terra e la gente de' nostri schifi v'entronno(i) *dentro per forza d'arme e gittandosi in mare annegavano e altri da colpi di lance erano morti da' nostri che andavano a ammazzalli insino in mare, di modo che ne scampò pochi. El galeone in che era el governatore de' regno, come fu presso a terra, la gente si gittava fuori del galeone lasciando molti fornimenti d'arme, spade fornite d'ariento e altre cose ricche che portavano alla guerra. In esso era molta gente onorata e scamponno el*[5] *Chonchaitar governatore miracolosamente.*

[B] *E / vinto che avemmo questa armata, seguimmo certi galeoni che si fuggivano per trovare terra ferma e pigliammo da trenta di essi e ammazzammo molta gente e in detti galeoni mettemmo fuoco e lasciamoli andare per mare ardendo, determinati di scendere in terra e quivi ardere tutta la riviera. E mettemmo fuoco a più di centotrenta navi ch'erano varate in terra a così le dette navi stavano nell'arzanà in terra. E io tornando dove era la mia nave, mandai a disarmare molte nave de' mori e fecivi mettere fuoco; e dispartite dalle nostre navi andavano per mare ardendo e 'l vento l'aiutò ritornare insin le nostre e non potendo meglio, per miglior partito, le fe' mettere in fondo.*

E in questo punto, quelli della città misono una bandiera sopra a una lancia in casa de' re e mandomi una almadia, cioè una barca grossa, con dua uomini de' primi della città. E andando io col battello facendo tirare le bombarde a' luoghi del porto della città, mettendo in terra la gente che stava in esso, con determinazione el medesimo giorno seguente d'entrare nella
[fl. 127] *città // colle mie poche gente che avevo, confidandomi nella grazia di Dio e nell'opera della nostra vittoria che me volsi fare pruova, posto non fussimo gente tanto forte per soddisfare a tale impresa, non mi volli però scordare el gran miracolo che Dio in quel luogo ha fatto, el qual fu visto per molte persone di noi altri. Cioè, che tre dì dopo 'l fatto d'arme venne a galla sopra all'acqua ben novecento mori, la maggior parte d'essi pieni di frecce fitte loro addosso e per le gambe, e nessuna persona de' nostri l'aveva tratte perché nelle nostre navi non erano frecce di nessuna sorta. E trovammo alla detta gente molti danari e spade fornite d'ariento e cielate fornite d'oro e d'argento e gioie e molta gente onorata, conti e gentili uomini. Durò questa pischeria delli nostri battelli otto giorni, di che molte delle nostre genti gua-*

(i) Jean AUBIN lê *veironno*, p. 139.
[5] *chi*.

dagnorono assai di molte cose che trovavano a' detti mori, e lascionno[6] *dieci o dodici navi per noi, se n'avessimo bisogno, e così, a ciascuna nave delle nostre, un galeone.*

Venuti che funno qui dua uomini a me, come di sopra v' ho detto, mi dissono ch' e' re si voleva mettere nelle mie mani e Choichatar, dipoi ch'io
[B] *avevo guadagnato / la città e ville del detto regno d'Ormuz, e ora Idio mi vuol dare la città e che io li volli pigliare piatosamente e dalli quello che io volessi, [e] andassi a governare e' regno per mano di chi io volessi. La risposta ch'io li feci è lunga a raccontare, lasciola per un'altra volta scriverò più lungamente e che io arò più spazio di fallo. Ditte le cose passate, e ora vò darvi avviso delle cose che a me pare e non so se verrà a mano de Sua Signoria. Solamente li domandai a detti, X de' principali della città, e per essere tutta la gente fuggita, non me ne mandonno che quattro e con loro cominciai a tratare accordo in questo modo: ch'io riceva la consegnazione di tutto 'l detto regno e pigli la baccheta e l' governo; e così fe' e dipoi l'ebbi, l'arrendè al medesimo re e simile rendè el governo a Choichatar, con questo inteso: che 'l detto re fusse re in nome de' re di Portogallo, nostro signore, questo governo tenesse insino a tanto ch' e' re nostro signore l'avviassi altro*
[fl. 127v] *modo e quello che fusse suo contentamento per consegnare // el detto regno e governo di quello, ogni volta che Suo Maestà lo comandassi e a chi per lui me lo richiedessi, o che sua procura li mostrassi. E obbrigai el detto re d'Ormuz che li paghi ogni anno quindicimila seraffi d'oro di trebuto, cioè in oro e argento e perle e questo a fare delle rendite de' regno e 'l sopra a più li restassi fusse per pagare le genti che guardano la detta città e regno. E all'ora di presente comandai che pagasse cinquemila d'essi seraffi per pagare el soldo delle genti delle navi e più, che ci dessimo casa per li fattori di questo serenissimo re, per li loro tratti e mercantie e le merca[n]tie che venissero di Portogallo fussino franche, che non pagassino dazio alcuno, salvo che di quello comprassino in detto luogo pagassino el diritto secondo el costume della terra. E [feci] molte altre dichiarazioni e appuntamenti di molta sustanza e consegnali el governo.*

Facemmo duo lettere di quanto di sopra si dice, che una di dette let-
[B] *tere è uno foglio grande di carta / e addoppiassi come fa uno libro; è molto bene lavorato di fuori, alla domaschina di rilievo, molto ornato e le lettere in esse scritte sono di rilievo, molto bene composte*[7]*, con tre suggelli di sotto, a uso di bolle, cioè, una de' re, l'altra del governatore, l'altra della comunità, cioè della città, e sono appiccate con tre piccole catene d'oro. E feciono fare una cassetta d'argento dove misono dette lettere col previlegio del tre-*

[6] *lascionno* = lasciammo.
[7] *chomposta*.

buto. Questa lettera è scritta in arabo e una altra se ne fece scrivere in lingua persiana, in un foglio di carta dipinto in azzurro oltremarino e lettere d'oro, e similemente in un'altra cassetta d'argento, è suggellata con detti suggelli nel modo della di sopra. E la lettera d'oro manderò a' re con tre ambasciadori con questi quindicimila seraffi del trebuto e alcune gioie e spero ancora mandalli uno navilio nel quale andranno detti ambasciadori, e carico di seta e corniuole, fattone paternostri di diverse maniere, e muschio e lacche e perle di diverse cose, con altre cose minute.

Non do conto a Vostra Signoria in che modo la città di Chaldazar
[fl. 128] *restò a ubbidienza de' re nostro // signore e dettonci tutta la vettovaglia avammo di bisogno sanza pagare nulla. E manco vi do conto della distruzione della città di Choriate, che si mantenne tre giorni contro a di noi e abbruciamola con quante nave n'avevano, e le battaglie che ebbi con detta città, e la misi a sacco e dipoi me ne andai dentro alla detta città. Neanche vi scrivo della città di Choar, come mi si dette insieme colla fortezza d'essa, la quale è tanto bene fatta e tanto forte, con tante torre come possi essere qualsivoglia altra città in Portogallo, con gente infinita a cavallo e a piè. Non restò nelle navi artiglieria grossa, che diterminai di mettella in terra al dare della battaglia e piglialla per forza d'arme. E non volsono aspettare la cirundassi e venne el governatore a mettersi nelle mie mani e consegnomi la fortezza. E mandai a pigliare la fortezza e misivi le bandiere de' re nostro signore in cima della fortezza per mano della nostra gente e co' nostri cancellieri. E così ne feci fare la scrittura e cose necessarie. Dipoi riconsegnai la fortezza al detto governatore e a suo gente. Per-*
[B] *ché erano gente soldata / de' re d'Ormuz, misi di trebuto alla città e alle gente ch'erano in essa che pagassino el soldo alli arcieri e gente di guerra che stavano nella fortezza per guardia. Simile li consegnai le bandiere de' re nostro signore e portò lì e contratti dell'ubbidienza della città e fortezza pel prefatto re nostro signore, fatte colle loro solennità.*

Non iscrivo a Vostra Signoria come combattei la città di Mazighato e per forza d'arme v'entrammo dentro per le mura e ammazzammo infinite gente e poi mi feci forte dentro alla detta città e contro alla lor volontà vi stetti dentro otto giorni, tanto ch'io caricai le navi di quello che miglior mi parve nella detta città. Simile abbruciai loro quante nave avevano e togliemmo loro molte bombarde grosse e ardemmo la villa a nostro piacere. E perché tutti questi luoghi e città hanno le case di pietra e calcina intonicate tanto bene quanto le nostre e molto forte.

Non iscrivo a Vostra Signoria della città di Chasuche[k]*. M'entravi per forza d'arme e ammazzammo di molta gente e mandai uno mio*

[k] Jean AUBIN lê *Horfachem*, p. 142.

[fl. 128v] *cugino, // Don Antonio, con cento uomini che siguitassino certe di quelle genti. E dipoi andai alla volta di detto mio cugino con tutti e capitani e colle nostre bandiere e gente. El detto mio cugino cominciò a scaramucciare con loro ch'erano molta gente a piè e a cavallo e quelli a cavallo mi ferinno*[8] *alcuna gente, tamen el mio cugino pigliò molte donne e fanciulli piccoli e molta roba che portavano con loro, e ammazzò e ferì molte persone e molti mori. E balestrieri ch'erano con detto mio cugino ammazzoron loro molti cavalli. E veduto questo, raunai tutta la nostra gente e fecimi forte nella città e stettivi tre dì, insino a tanto caricai le navi di quelle cose che meglio mi parve e feci trarre dell'acqua per le navi. E andammo alla volta di scilocco e levante, costa costa dentro al mare di Persia a' largo. E lasciai*[9] *la costa e arrivai al cavo di Mande e in questa medesima notte arrivai sopra all' isole d'Ormuz con questi capitani e cavalieri e gentili uomini e altre*

[B] *gente da bene, dove facemmo / molto valorosamente e avemmo vittoria contro a' re d'Ormuz in battaglia. E pigliai la città, la quale questo dì sta co'le mie bandiere e all'ubbidienza de' re di Portogallo, nostro signore e di cinque signori.*

In questo luogo feci correggere le nostre navi e fecile mostrare carena e trovalle tanto bene a ordine che pareva che del detto mese fussin partite di Portogallo. Truovommi vettovaglia per due anni per le navi e per dua altri anni per la fortezza di Chochodor. E spero di qui mandare per altri tre anni per la fortezza d'Ormuz, dove spero di mandare e lasciarvi dentro cento uomini a cavallo, e quali li pagherà la città.

Da questa città viene carovane di mercantia e traffichi del Tauris e traffichi di Choson e traffichi di tutte le città de' regno di Persia e portano infinite drogherie e molto muschio, riubarbaro e sette di più sorte e molte altre cose minute e alsì di diverse parte. E alsì viene a detta città traffichi d'altre città che si chiama llarion[(l)]*. Questa città è molto grande e di molta gente e di molte mercantie ricche ed è molto fornita di tutte le cose neces-*

[fl. 129] *sarie // e alsì di terra ferma ch'è presso a Ferano a nove miglia*[(m)]*, e viene ogni giorno alla detta città dugento o trecento barche cariche di vettovaglia e dell'altre barche con che portano acqua. Ed è molto bene governata e tutto vi si vende a peso. E hanno di molte frutte e così buone come in Portogallo, uve e pesche, ficchi molto buoni, noce, melagrani e perecotogne e mele di molte sorte, limoni e melarance come nel paese nostro. E di tutto questo hanno grande abbondanza: zucche, meloni, cocomeri e qualsivoglia altre*

---

[8] *sedino.*

[9] *elascaj elascaj.*

[(l)] Jean AUBIN lê *il Arion*, p. 142.

[(m)] Jean AUBIN lê *che per essa aferano a nove miglia*, p. 142.

ragioni di robe minute d'orto che si possi nomiare, in grande abbondanza. E alla città di grani è gran facenda di mercatantia per tutte le parte del mondo si truova in esse. E hanno l'acqua discosto dua o tre miglia lungo dalla città in luogo che si chiama Turbai, dove sono tre pozzi molto grandi e con molte acque – e andalli a vedere – e con ci[s]terne intorno alla città, i' nelle quali pigliono acqua abbastanza di quella che piove, tamen che per un tanto gran popolo non era abbastanza a quelli della città. E tutta l'acqua che quelli della città beono è di una isola ch'è sei miglia discosto da
[B] *Ormuz, che si chiama Chesorne. E in / questa isola creano di molti animali e bestiame di dive[r]se sorte e seminano in esse spelda, orzo, miglio e segala. Ed è molto grande isola e vi è uno palazzo de' re, che vi sta quando va a caccia. E uno altro porto sta nella terra ferma, presso a tre leghe, che si chiama Nebanda, dove viene tavole e acqua molto alla città. E molti porti è in terra ferma, dove viene legna e molte altre vettovaglie. E così, sta la città in grande abbondanza ed è nella città millecinquecento uomini a cavallo e molti altri cavalieri e assai mercatanti vi usano dell'India.*

Perché scrivo questa in fretta a Vostra Signoria, per esser la nave a ogni ora[n] *per dover partire e per mia occupazione nella fortezza ch'io fo fare, metto le cose u[l]time. Per la prima, pigli Vostra Signoria per fondamento che cominciai a [con]quistare e' regno d'Ormuz e la città di Ghabarat, e conquistai tutte le castella e ville e fortezze insino a tanto arrivai alla città d'Ormuz che, per grazia di Nostro Signore Gesù Cristo, la com-*
[fl. 129v] *batte' per mettella nelle nostre mani, come vi ho detto. // Perché l'opera del Nostro Signore Gesù e suoi miracoli non si dimentichino, scrivo a Vostra Signoria uno grande miracolo che intervenne nella detta città di Nazichat. Mandai tre bombardieri a tagliare le colonne della casa della moschea ch'era una molto gran casa con porta molto ornatamente in cime d'argamas*[o]*. E tagliate che han dette colonne, cadde la detta casa sopra a detti bombardieri con molte pietre e legnami e calcina e già li tenavamo tutti morti, che se vi fusse stato seimila uomini, tutti sarebbono morti alla gran ruina fece detta casa. E miracolosamente, tutti e detti tre bombardieri uscinno fuori di dette pietre e legnami rovinati sanza di persona, sani come prima, che tutti noialtri restammo spaventati, dando tutti grazia al Nostro Signore Gesù Cristo, visto tanto miracolo.*

Dipoi scrittovi, arrivò in questa città di terra ferma trenta cavalli che
[B] *venivano da Cirache per comandamento de' re di Cirache a / domandare 'l tributo a questo re d'Ormuz, che già avevano inteso come avammo preso e guadagnato questo regno. E 'l governatore della città m' lo dissono e subito*

---

[n] Jean AUBIN lê *ognera*. O comentário em «Uma carta [...]», cit., pp. 66-67.
[o] Trata-se da italianização da palavra portuguesa «argamassa».

feci mettere a ordine infinite pietre da bombarde grosse e passavolanti e altre artiglierie di nostre navi e infinite bocche di fuoco e fecile mostrare a' detti uomini da cavallo che venivano per detto tributo, facendoli intendere che quello era el trebuto che io volevo loro dare come capitano de' re Don Manovello di Portogallo e signore dell'India e del presente regno d'Ormuz. E che collo aiuto di Dio spero che fornita sia la fortezza che io li feci mostrare che fo fare in Ormuz, che io li andrei a trovare in suo paese e che io facevo conto d'avelli per forza d'arme e a divozione e servizio de' re di Portogallo nostro signore. E così li feci scrivere al governatore della città d'Ormuz per mia parte e che nolli desse altra risposta e che io li castigherei molto bene. E con questo se ne andonno a loro cammino molto mansueti di
[fl. 130] *questa terra. Sono certi che portano berrete // rosse e sono turchi di nazione ed è gente da cavallo che si levonno conquistando la terra e guadagnonno la città di Taures e di Chason e molte terre per la Persia, le quali li pagano trebuto. E portano intorno a quelle berretti certi panni lini alla turchesca in testa, come fanno e turchi e nel medesimo modo che hanno i turchi e a quella maniera combattono. Sono uomini di buona disposizione di corpo e bianchi come noialtri e dicono che non credono in Maometto, ma nella legge di Alei, genero di Maometto, el venerdì festa e guardalo bene.*

Carta que Afonso d'Albuquerque escreveo ao Vizo Rei Dom Francisco d'Almeida[1].

[Nota de uma nova carta de Portugal, que escreve da Índia Afonso d'Albuquerque, capitão da armada do mar del-Rei de Portugal, a qual contém como se lê abaixo; a qual carta é endereçada ao vice-rei da Índia, o qual se acha em tal lugar por Sua Majestade.][2]

Senhor:

Porque de toda'las cousas que fizer hei sempre de dar conta a Vossa Senhoria, far-me-há Deus mercê ir ter esta per esta via às mãos de Vossa Senhoria, porque as naos e a gente que tenho é tão pouca, que pera as cousas que Nosso Senhor por sua piedade quis meter debaixo de minha lança e obediência del Rei nosso Senhor eu não ousaria de ũo só homem afastar de mim, nem mandar navio pera por ele vo-lo fazer saber, senão pedir a Deus que esta lhe seja dada. E por que, senhor, saibaes o que me aconteceo depois de minha partida de Çacotorá, vo-lo escrevo aqui o mais em breve que posso[3].

---

[1] Visto terem sido encontradas duas cópias do texto original português (o que, pese a Bishop Smith, não significa que se tenha achado o manuscrito autógrafo!), não faz sentido darmos aqui uma tradução do texto italiano; o texto que apresentamos baseia-se fundamentalmente no manuscrito de Lisboa, de longe o melhor, a que apenas preferimos a lição do manuscrito de Coimbra, tardio e modernizante, quando a do de Lisboa não faz sentido. Regularizámos a ortografia, suprimindo as irregularidades gráficas desprovidas de valor fonético. Dispensamo-nos de registar em nota as pequenas divergências entre um e outro manuscrito, limitando-nos a anotar as diferenças significativas entre um e outro ou entre o texto português e a versão italiana.

[2] Este título é do compilador italiano; de ambos os manuscritos que contêm o texto original português consta apenas «Carta que Afonso de Albuquerque escreveo ao vizorrei Dom Francisco d'Almeida», que retomámos como título.

[3] Todo este parágrafo falta na versão italiana.

Parti de Çacotorá[4] com minha armada, via do estreito d'Ormuz[5]. Deu-nos Deus tanta vitória contra nossos imigos e tanto mantimento com feitos tão honrados e dinos de tanta memória, que parecem mais obra de Deus que de nossas forças[6]. Estas taes não estão pintadas em panos d'armar, nem são com dessimulações e galezias acabadas, mas com as armas no corpo e com as lanças nas mãos, e em terra firme de muita gente de cavalo e de pée e lugares e vilas muito fortes e grandes, per combates e força d'armas, entradas aos imigos, sostendo cada lugar, deles oito dias, deles sete e deles três, onde me fazia forte e recolhia todo'los mantimentos e cousas que dentro estavam, matando-lhe muita gente, trazendo toda cousa viva à espada[7]. E assi vim ganhando todo'las vilas e fortalezas do reino d'Ormuz, até chegar à grande e fremosa cidade d'Ormuz, onde me já estava esperando el rei com duzentos galeões e com muita gente e artelha-

[4] A ilha de Socotorá, em árabe Suqutrâ, (12° 19' – 12° 42' N, 53° 20' – 55° 2' E), ao largo da boca do Mar Roxo, no prolongamento do Corno de África; a primeira frase da versão italiana («Eu cheguei às partes de Colcotar, na Índia») é um arranjo canhestro do tradutor para dar início ao texto, de que suprimira o primeiro parágrafo. Sobre Socotorá no século XVI, vide Zoltán BIEDERMANN, «Nas Pegadas do Apóstolo: Socotorá nas fontes europeias dos séculos XVI e XVII» in *Anais de História de Além-Mar*, n.° 1, 2000, pp. 287-386, com abundante bibliografia.

[5] Pode comparar-se a narração de Albuquerque com a dos cronistas: [Brás] Afonso de ALBUQUERQUE, *Comentários*, p. I, cap. xviii-xxxviii; *Crónica Anónima*, cap. 75-79; CASTANHEDA, *História*, liv.° I, cap. liii-lxiiii; BARROS, *Ásia*, Década I, liv.° ii, cap. 1-4; Gaspar CORREIA, *Lendas da Índia*, tomo I, 3.° ano do Visorrei D. Francisco, cap. ii-vi, pp. 792-841; e ainda com uma outra carta de Albuquerque, esta a D. Manuel, Ormuz, 2.II.1508, pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, vol. 1, carta II, pp. 6-15.

[6] Albuquerque, fervoroso adepto da ideia imperial manuelina, que retomava o ideal de cruzada e comportava uma certa componente messiânica, insiste ao longo da carta no carácter miraculoso dos sucessos que lograra, demonstrativos da aprovação divina aos seus desígnios – aspectos a que devia ser pouco sensível o vice-rei, representante de uma facção muito mais pragmática, mais virada para o comércio que para cruzada. *Cf. supra* doc. III, nota 41 *in fine*.

[7] Inspirado por uma ideia de «cruzada radical» (*cf.* Luís Filipe F. R. THOMAZ, «Cruzada», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, publicado pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa sob a direcção de Carlos de Azevedo, 4 vols., Círculo de Leitores, Lisboa, 2000-2001, vol. II, pp. 31-38), Albuquerque escreveu então, como aqui de certo modo confessa, algumas das mais violentas páginas da história da presença portuguesa no Índico. A *Crónica Anónima*, que não partilha da mesma visão cruzadística e imperial (que ecoaria mais tarde em Barros e em Camões e, ainda que parcialmente laicizada, na historiografia moderna), insiste longamente (cap. 79) sobre os protestos dos homens de Albuquerque contra a crueldade a que o capitão-mor os obrigava, atribuindo-a a uma obsessão diabólica: «[...] e com isto feito se tornaram contra seu capitão, reprendendo-o do que fazia; e ele bem conhecia que errava, mas sua

ria e com cincoenta[8] naos armadas, ante as quaes estava ũa nao del rei de Cambaia[9] que seria d'oitocentos tonéis[10], com mil homens de peleja, e assi todo'las outras com muita gente e artelharia. Surgi junto com elas e querendo tratar pazes co'eles, vimos tanta gente na cidade e n'armada que no porto estava, que nos pareceo que se Deus ali não obrasse que nossas forças não abastariam pera tão grande carga. Cercaram-me logo ao redor com os galeões. Quando isto vi, mandei levar as âncoras às naos e com os batés armados mandei surgir as âncoras antr'eles; e a âncora de minha nao mandei lançar boia com boia da nao del rei de Cambaia; e assi aguardei até o mêo dia, por alguns recados mentirosos em que andavam comigo por se aparelharem milhor, quando me vi assi cercado e não vi outro nenhum recado, brandindo eles nas suas naos espadas e adargas e tocando seus anafins, atabales e trombetas, que era cousa d'espanto, e em tão grande maneira que querendo nós falar um com outro nos não ouvíamos.

Quando isto vi não quis mais esperar nem sofrer suas espantosas gritas, porque me pareceo tempo pera mais não dessimular, mas pera pôr nossos feitos nas mãos de Deus e do apóstolo Santiago[11]

---

danada condição e o diabo que usava do seu ofício lhe não davam lugar a que destas cousas fizesse pendença [...]». Antes de ser, por assim dizer, ridicularizada por Cervantes na figura anacrónica de D. Quixote, a ideia de cruzada, comparada ao *jihad* muçulmano, seria em meados de Quinhentos asperamente criticada por Frei Bartolomeu de LAS CASAS (1474-1566), que a propósito das instruções que, segundo João de Barros, D. Manuel dera a Pedro Álvares Cabral, comenta: «por manera que a porradas habían de recebir la fé aunque les pesase, como Mahoma introdujo en el mundo su secta» (*Historia de las Indias*, *cf. supra* doc. VIII, nota 13, I, clxxiii, p. 460).

[8] Assim se lê, por extenso, em ambas as cópias do texto português; as *150 navi* da versão italiana são portanto erro do copista ou do tradutor.

[9] Nome que no século XVI os portugueses davam ao Guzerate, que era desde 1404 um sultanado independente do de Delhi; na realidade a capital era Ahmadabad (23° 1' N, 72° 38' E), fundada em 1411 por Ahmad Xâh I; Cambaia (Khambhat, nos textos persas e árabes Kambâyet ou Kambâya, 22° 5' N, 72° 51' E), ao fundo do golfo a que deu o nome, eixo das comunicações do sultanado, era apenas um porto de comércio, embora dos mais importantes do reino (*cf.* Marco POLO, cap. clxxx ou III, xxviii). Na versão italiana, tão depressa Ghambaia como Chambazi.

[10] Notar-se-á que a tradução italiana faz a conversão de tonéis a *botte* multiplicando por 2 os tonéis; seria talvez mais correcto multiplicar por 3 (*cf. supra* doc. IV, nota 47 & doc. VI, nota 3, *in fine*).

[11] Santiago Maior, suposto estar tumulado em Compostela, padroeiro da reconquista peninsular. Os *Anais de Santa Cruz de Coimbra* situam a batalha de Ourique no dia da sua festa (25 de Julho), e a iconografia da época representa-o por vezes vestido do hábito da ordem de Santiago de Espada, combatendo os mouros sobre um cavalo branco (Santiago mata-mouros). Para não deixar margem a dúvidas a versão italiana precisa *Santo Iacopo di Galizia*.

e morrermos como cavaleiros, porque a gente da terra e a que na sua armada no mar estava, nós a fazíamos de trinta mil homens pera cima.

Quando vi que o remédio era pelejar, quis eu começar primeiro, espertando minhas mãos primeiro e avisando os capitães de minha detriminação e do que cada ũo havia de fazer. Tendo nossas naos mui altas e nossa gente toda armada e posta em seus lugares certos, mandei tirar as bombardas grossas a minha nao; e as nossas naos todas fizeram o mesmo. E a estes primeiros golpes das bombardas grossas, meteo o *Cirne*[12] duas naos no fundo com muita gente d'armas, gente mui luzida, com muitos traçados guarnecidos de prata e armas luzentes; e a mais da gente destas duas naos se afogou. Foi a peleja tam forte das suas com as nossas e com os seus galeões que me tinham cercado, que durou a peleja desde horas de gentar até sol posto.

Mandei alargar as amarras à minha nao e deixei-me vir sobre a nao grande del rei de Cambaia; e foi a peleja tão forte de ũa nao a outra que os pus em desbarato e se lançaram ao mar. Os outros capitães e naos de minha companhia pelejaram tam bem aquele dia, que cada ũo pôs em desbarato as naos e galeões com que se acharam a pelejar. Era em pessoa nesta batalha Cogeatar[13], que é rei e governador desta terra, porque o rei é um moço de doze anos que ele tem de sua mão. E o Cogeatar era em ũo galeão. Começaram-se as naos dos mouros e os seus galeões a pôr em desbarato. Saltámos nos nossos batés, porque era tanta a gente que se lançava das naos dos mouros ao mar, que era cousa d'espanto. Ali matámos deles infindos; e a outra carregada d'armas s'afogou.

Digo nisto a Vossa Senhoria verdade, que houve homem aquele dia que matou oitenta mouros no mar. Algũas naos ficaram ainda inteiras, que os nossos batés entraram per força d'armas; e lançando-se uns ao mar s'afogavam, e os outros às lançadas dos batés eram mortos. O galeão em que andava o governador do reino se lançou

[12] Segundo os cronistas o *Cirne* era a nau capitaina.

[13] *Geatar* neste passo do *ms.* de Lisboa, *Cogeatar* mais adiante e no de Coimbra, *Choichatar* na versão italiana. Como o prova a sua própria assinatura em duas cartas que em 1508 escreveu a Albuquerque, o alguazil ou regedor do reino de Ormuz chamava-se na realidade 'Aṭâ e não 'Aṭṭâr («droguista») como se tem escrito; *kh*^{w}*âjè* (de onde Coge ou Coja em português) é um mero prenome de cortesia, equivalente a «senhor» (*vide* Jean AUBIN «Cojeatar et Albuquerque» in *Le Latin et l'Astrolabe – Recherches sur le Portugal de la Renaissance son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. II, Centre Culturel Calouste Gulbenkian / Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, Paris & Lisboa, 2000, pp. 149-196).

ao mar perto da terra, leixando muitas agomias[14] garnecidas de prata e muitas espadas turquesas garnecidas também de prata, e outro despojo de gente honrada. Escapou o Cogeatar milagrosamente.

Vencida esta armada seguimos o alcance aos galeões que iam fugindo pera terra firme; e tomaríamos trinta deles, matando-lhe muita gente e pondo-lhe o fogo. Soltos os víamos ir por o mar, ardendo... Detriminei saltar em terra e pôr-lhe o fogo a todo o arravalde; e fi-lo assi; e pus-lhe o fogo a mais de cento e trinta naos que estavam varadas e assi todo o arravalde[15], e me tornei outra vez onde estavam as minhas naos; e mandei desamarrar muitas das naos dos mouros e lhes pus o fogo afastado das nossas naos, leixando-as ir ardendo pelo mar, onde as o vento queria levar. E outras que d'antre as nossas naos não pudemos desembaraçar mandei arrombar e meter no fundo. Nisto arvoraram ũa bandeira nas casas del-Rei e vêo a mim ũa almadia[16] com dous homens honrados da cidade, andando eu nos batés tirando às bombardadas ao longo da ribeira, derribando essa gente que parecia co'a artelharia, com detriminação de ao outro dia entrar a cidade co'essa pouca gente que tinha, confiando nas mercês de Deus e nas obras de nossa vitória que Ele quis fazer, não tendo nós gente nem forças pera tam grande feito acabar.

Não é pera esquecer o grande milagre que Nosso Senhor ali fez, visto por todos nós outros, que do dia que foi a peleja a três dias apareceram acima d'augua grande número de mouros mortos, que passariam de novecentos, e os mais deles traziam muitas frechas pregadas nos corpos, e frechadas pelos corpos e per pernas e braços, não trazendo eu comigo frecheiros nem frechas[17]. Neles se

[14] Termo assaz raro, que designa um «punhal recurvo usado pelos mouros» e por extensão uma «espécie de fouce». Atestado desde as *Viagens* de Cadamosto, corresponde ao castelhano *gumía*, e deriva-se como ele do árabe marroquino *kummîya* (provavelmente de *kumm*, «manga», por se usar escondido na manga da aljaravia ou do gibão). O copista do *ms.* de Coimbra, que provavelmente não conhecia o termo, evitou-o escrevendo «[...] deixando muitas guarnições de prata [...]»; o mesmo fez o tradutor italiano, que optou por uma perífrase [...] *lasciando molti fornimenti d'arme* [...]

[15] Desconhecendo aparentemente o termo, o tradutor italiano parece tê-lo tirado pelo sentido, traduzindo-o aqui por *riviera*, mais abaixo por *arzaná*, o que não corresponde exactamente ao sentido do vocábulo em português.

[16] Note-se como o tradutor italiano verteu o termo conservando o lusismo com uma pequena explicação: *una almadia, cioè una barca grossa* [...]

[17] O tema do milagre, que patefaz a aprovação divina à empresa, é muito comum na literatura das cruzadas (veja-se, *v. g.* a aparição de um exército enviado por Cristo em socorro dos cruzados que em 1098 sitiavam Antioquia, comandado por S. Jorge, S. Mercúrio e S. Demétrio, na *Histoire Anonyme de la*

achou muito ouro e traçados garnecidos de prata e jóias de gente honrada[18]. Durou esta pescaria, a que andava a nossa gente em batés, oito dias, em que algũas pessoas houveram muito proveito de cousas que acharam.

Deixei doze naos das milhores pera me delas aproveitar; e assi dei a cada nao das nossas seu galeão. Vindo aqueles dous homens a mim, como digo, me disseram que el-rei se queria concertar comigo e meter-se em minhas mãos; e que pois eu tinha ganhado as cidades e vilas do reino d'Ormuz, e agora Deus me quisera também dar a cidade, que me quisesse haver piadosamente com ele e dar-lhe o que quisesse. A reposta que lhe mandei é larga de contar; deixo-a pera quando meudamente escrever todos meus feitos a Vossa Senhoria[19]; agora vou treçando as cousas, porque não tenho certeza desta ir ter às mãos de Vossa Senhoria. Somente lhe pedi dez homens, os mais principaes da cidade; e por ser a gente toda fugida me não mandaram mais de quatro; e daqui comecei a tratar co'eles desta maneira:

I^re Croisade, pub. por L. Bréhier, Les Belles Lettres, Paris, 1924, p. 155; mais exemplos no contexto da expansão portuguesa, *in* L. F. THOMAZ, «L'idée impériale [...]» citado *supra* doc. III, nota 41 *in fine*, pp. 69-73). O presente prodígio é reportado brevemente por João de BARROS (II, ii, 3, *in fine*) que aventa que os mouros se tenham matado uns aos outros com as suas próprias frechas; foi certamente aí que bebeu Camões, que n'*Os Lusíadas* se lhe refere por duas vezes: em II, 49 alude-lhe brevemente:

Vereis de Ormuz o reino poderoso
Duas vezez tomado e sojugado.
Ali vereis o Mouro furioso
De suas mesmas setas traspassado;
Que quem vai contra os vossos claro veja
Que, se resiste, contra si peleja.

E em X, 40, narra-o assim:

Esta luz é do fogo e das luzentes
Armas com que Albuquerque irá amansando
De Ormuz os Pársеos, por seu mal valentes,
Que refusam o jugo honroso e brando.
Ali verão as setas estridentes
Reciprocar-se, a ponta no ar virando
Contra quem as tirou; que Deus peleja
Por quem estende a fé da Madre Igreja.

[18] Neste passo a versão italiana, assaz livre, amplifica ligeiramente o texto.

[19] Não se conhece mais nenhuma carta de Albuquerque a D. Francisco, mas podem ver-se mais pormenores nos cronistas.

Eu recebi a entrega que do reino me fizeram e tomei a posse dele e entreguei a governança do reino ao mesmo Cogeatar, e que o rei fosse rei em nome del-Rei de Portugal, e assi se nomeasse, e esta governança tevessem até el-Rei nosso Senhor ver se o havia assi por seu serviço; e não sendo disso contente, entreguem o reino e governança dele cada vez que lhe for requerido da parte d'el-Rei nosso Senhor, a quem seu poder trouver; e puz-lhe de trebuto em cada ũo ano quinze mil sarafins[20] d'ouro, prata e aljôfar, e isto das rendas do reino; e o al que ficar seja pera despeza e guarda da cidade e reino. E mais lhe mandei que me dessem logo cinco mil sarafins d'ouro pera pagamento do soldo desta gente; e mais, que dessem às suas custas casas à feitoria d'el-Rei; e as mercadorias que de Portugal viessem fossem francas [que não pagassem direito algum, salvo que do que comprassem no dito lugar pagassem o direito segundo o costume da terra][21]; com outras muitas decrarações e pontos de muita sustância; e lhe entreguei a governança do reino.

Fizeram duas cartas disto e deste assento e entrega do reino; ũa é feita em ouro de tamanho de ũa folha de papel, com ũas brochas abertas, as letras a boril, com três selos pendentes per cadêas d'ouro, a saber: ũo selo é del-Rei e outro do governador e o outro da grande e famosa cidade d'Ormuz; e todos três estão dependurados per cadêas d'ouro na carta. E a esta carta fizeram ũa caixa de

[20] O termo ocorre já no *Diário da viagem de Vasco da Gama* geralmente atribuído a Álvaro Velho. A forma corrente é *xerafim* ou *xarafim*, e o étimo é o árabe *axrafî*, abreviação de *dînâr axrafî*, «dinheiro de Axraf», que de facto começou por designar uma moeda de ouro do peso de 3,45 g, equivalente ao ducado veneziano (*cf. supra* doc. VIII, nota 11), cunhada no Egipto a partir de 1425-26 pelo sultão mameluco Al-Axraf Barsbây (r. 1422-1438), de onde o seu nome; (para mais pormenor *vide* Aḥmad DARRAG, *L'Égypte sous le règne de Barsbay*, cit. *supra* doc. III, nota 11, p. 96 & ss.; e Robert LOPEZ, Harry MISKIMIN & Abraham UDOVITH, «England to Egypt, 1350-1500: Long-term Trends and Long-distance Trade» *in* M. A. COOK, *Studies...*, cit. *supra* doc. IV, nota 15, p. 124 & ss.). No último quartel do séc. XV os emires da dinastia do Carneiro Branco (Aq-Qoyunlu) começaram a cunhar moedas idênticas no Irão, e essa prática foi continuada com intermitências pelos Çafávidas (1501-1736) (*vide* R. DARLEY-DORAN «Safawides – VI: Numismatique» in *Encyclopédie de l'Islam*, nouvelle édition, *s. v.*). O xerafim persa equivalia a 300 reais, e impôs-se na Índia Portuguesa como moeda de conta (também designada por *pardau de prata*, *pardau de tangas* ou *pardau de larins*) do valor de 5 tangas ou 300 reais (enquanto que o pardau de ouro era uma moeda efectiva do valor de 6 tangas ou 360 reais).

[21] Esta frase falta em ambos os manuscritos portugueses, o que parece mostrar que são cópia um do outro, ao passo que a versão italiana foi feita sobre um manuscrito diferente.

prata; esta é em letra arábega. E a outra é em pérsia e em papel, as letras d'ouro e os pontos azues, e vai metida em ũa caixa de prata asselada de três selos como a carta d'ouro tem.

Mandam a el-Rei três embaixadores com estes quinze mil sarafins de trebuto e algũas jóias outras; e assi espero mandar ũo navio com eles, carregado de sedas e alaquecas e aláquer e almísquere e aljôfar[22] e outras meudezas.

Quero contar a Vossa Senhoria a maneira de que Calaiate[23] ficou à obediência d'el-Rei nosso Senhor e nos deu toda'los mantimentos de graça, quantos eu quis. E não lhe conto da destruição da vila de Curiate[24] e como a desbaratei e venci; nem menos lhe'screvo da vila de Çoar[25], como se me deu, e a fortaleza dela, tam bem feita e tão forte e com tantas torres como pode ser ũa de Portugal, com muita gente de cavalo e de pée, não sofreo artelharia grossa, que detriminei combater e tomar per força d'armas; e não esperou o cerco, e se vêo o alcaide meter em minhas mãos e m'entregou a fortaleza. E mandei tomar posse dela e poer a bandeira d'el-Rei nosso Senhor em cima da torre de menage por gente nossa e escrivães que o assi assentaram; e tornei a entregar a fortaleza ao alcaide e gente dela. E porque era gente assoldada del-rei d'Ormuz lancei-lhe por trebuto à vila e moradores dela que paguem o soldo aos archeiros

[22] No *ms.* de Coimbra vem *alcatifas* em vez de *alaquecas*; a lição do *ms.* de Lisboa é confirmada pela tradução italiana (*corniuole*); *alaqueca* ou *laqueca* (do árabe *al-'aqîqa*, com idêntico significado) é, de facto, o mesmo que cornalina, nome que se dá a uma variedade translúcida, avermelhada ou alaranjada, de calcedónia (tipo de quartzo cripto-cristalino, no género da ágata); atribuíam-se-lhe propriedades medicinais, nomeadamente a de estancar o sangue, a que Garcia de Orta alude no seu *colóquio 44°*. No *ms.* de Coimbra falta a menção do lacre e na versão italiana vem missangas (*fattone paternostri*) em vez de lacre; sobre o lacre *cf. supra* doc. III, nota 3. Sobre o almíscar *cf. supra* doc. II, nota 49. Aljôfar (do árabe *al-jawhar,* «essência, substância, matéria, átomo, gema, jóia») são pérolas miudinhas (*cf.* Garcia de ORTA, *Col. 35.°*).

[23] Na versão italiana o nome vem estropiado em *Chaldazar*; trata-se de Qalhât, 22° 42' N, 59° 17' E, no sueste do Omão; foi desde meados do século XIII um importante porto de comércio e uma espécie de segunda capital do reino de Ormuz, de que dependia, mas em começos do século XV perdeu esse papel em favor de Mascate (sobre esta e as demais dependências de Ormuz na Península Arábica, *vide* Jean AUBIN «Le Royaume d'Ormuz au débat du XVI^e^ siècle», in *Le Latin et l'Astrolabe*, *cf. supra* nota 13).

[24] Na versão italiana *Choriate*, no *ms.* de Coimbra *Cuiate*; trata-se de Quriât, entre Calaiate e Mascate (23° 16' N, 58° 55' E).

[25] Na versão italiana *Choar*, no *ms.* de Coimbra *Quoar*; trata-se de Çuhâr ou Sohar, na costa meridional do golfo de Omão, entre Mascate e o estreito de Ormuz (24° 22' N, 56° 42' E).

e gente de soldo que guarda a fortaleza. E lhe entreguei a bandeira d'el-Rei nosso Senhor. E trago carta da obediência do lugar e fortaleza pera el-Rei nosso Senhor, assinada per eles.

Não escrevo a Vosssa Senhoria como combati a vila de Mazcate[26] e lhe entrei os muros e a vila per força d'armas, e matei muita gente e me fiz forte no lugar e o sustive oito dias até que carregámos as naos de tudo o que havia dentro no lugar, e lhe queimámos quantas naos tinha, e lhe tomámos muitas bombardas e armas; e queimámos a vila muito devagar, porque todos estes lugares tinham as casas de pedra e cal, e delas de pedra e barro acafeladas[27] com cal mui fremosas e mui fortes. E assi combati a vila de Gorfacão[28] e a entrei per força d'armas e lhe matei muita gente; e soltei meu sobrinho Dom António[29] com cem homens que lhe seguissem o alcance e eu fui nas costas dele com todo'los capitães, com nossa bandeira e gente em corpo. E meu sobrinho deu na gente que ia, que ia muita de cavalo e de pée; e os frecheiros de cavalo seus me feriram algũa gente. Todavia meu sobrinho lhe tomou algũas mulheres e moços e muito fato[30], e cativou e matou muitos mouros; e com os besteiros que levava lhe asseteou muitos cavalos. Recolhi então toda a gente e me fiz forte no lugar e ali estive três dias, até que carreguei todo o fato do lugar e dei águgua às naos. E dali volvi

[26] Na versão italiana *Mazighato*, no *ms.* de Coimbra *Snacate*; trata-se de Mascate (em árabe literário Masqâṭ, em inglês Muscat, 23° 28' N, 58° 36' E), actual capital do Omão.

[27] No *ms.* de Lisboa *acafaladas*, forma insólita a que preferimos a do *ms.* de Coimbra; o sentido é «caiadas, rebocadas, estucadas, cobertas com cafelo (primeira argamassa)», termo de origem obscura, certamente árabe, derivado ou raiz *kafara*, «cobrir, esconder», ou, como nos parece mais provável, da raiz *qafala*, que tem entre outros o sentido de «fechar, guardar». A versão italiana abrevia um tanto esta frase.

[28] No *ms.* de Lisboa *Gorfaçam*, no de Coimbra *Orfaçam*, em ambos os casos com uma cedilha analógica – grafia incorrecta que se tem perpetuado até aos nossos dias, ocorrendo inclusivamente no título do artigo correspondente no *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (*cf. supra* doc. I, nota 6)! Trata-se de Khurfakkân, na costa omanita (25° 12' N, 56° 20' E). Na versão italiana estropiado em *Chasuche*.

[29] D. António de Noronha, filho de D. Constança de Albuquerque, irmã do capitão-mor e mulher de D. Fernando de Noronha, bastardo de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa (1424-1542); fora capitão de Cochim de 1505 a 1508 e seria capitão de Goa em 1510, morrendo aí nesse ano. Na versão italiana passou de sobrinho de Albuquerque a primo (*cugino*).

[30] No século XVI este termo, de origem germânica, significa ainda genericamente «fazenda, bagagem, bens móveis» e não necessariamente «roupa» ou «rebanho de cabras», as duas únicas acepções em que continua a ser usual.

a costa a loeste, pera dentro, pera o mar de Pérsia[31]. E a noite que deixei a costa e o cabo de Macidem[32], essa noite vim ter sobre a ilha d'Ormuz, e assi ganhei o reino d'Ormuz com estes capitães cavaleiros e fidalgos e outra gente honrada, onde se fizeram honrados feitos; e venci el-rei d'Ormuz em batalha e lhe tomei a cidade que hoje está à minha ordenança e obediência d'el-Rei nosso Senhor e de Vossa Senhoria[33].

Aqui espalmei as naos e as pus em monte, e lhe achei tão bõos costados e tão sãos como quando parti de Portugal. Tenho mantimentos pera dous anos pera as naos e pera outros dous pera a fortaleza de Çacotorá[34], que lhe espero de mandar, e pera outros dous pera esta fortaleza que aqui faço em Hormuz[35], onde espero de deixar cem homens de cavalo mantidos à custa da mesma terra.

A esta cidade vem cáfila de Çumarcante[36] e cáfila de Tauris[37] e cáfila de Coxém[38] e cáfila de todo'las cidades do reino de Pérsia, que trazem muitas drogarias e muito almísquere, ruibarbo, seda e

---

[31] *I. e.*, passou o estreito de Ormuz e penetrou no Golfo Pérsico.

[32] Na versão italiana *cavo di Mande*, no *ms.* de Coimbra *cabo de Macandão*; trata-se do cabo Moçandão (Ra's Musandam), extremidade norte da península do Omão, a 26° 21' N, 56° 25' E, no prolongamento da cordilheira de Jabal Ḥajar, que fecha a sul o estreito de Ormuz. Camões cita-o n'*Os Lusíadas*, X, 102, identificando-o correctamente ao promontório Asabon ou Asaboro dos Antigos.

[33] Na versão italiana, por certo na sequela de qualquer lapso do copista, «[...] del rei de Portugal, nosso Senhor, e de cinco senhores», o que não faz sentido.

[34] *Cacotora* no *ms.* de Coimbra, *Chochodor* na versão italiana. Sobre a fortaleza portuguesa de Socotorá *vide* José Pereira da COSTA, *Socotorá e o domínio português no Oriente*, [Separatas do] Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, vol. LXXXII, Junta de Investigações do Ultramar, Coimbra, 1973.

[35] Em persa clássico o nome é *Hormoz* ou *Hormûz*, mas dialectalmente encontram-se as formas *Harmûz* e *Armûz*, que estão na origem das variantes portuguesas *Armuz*, *Aramuz* e mesmo *Agramuz*.

[36] No *ms.* de Coimbra *Cumarcante*; a versão italiana omite este topónimo; trata-se, evidentemente, de Samarcanda (Samarqand, 39° 40' N, 67° 5' E), célebre empório da Transoxiana, no actual Uzbequistão, que fora a capital do império de Tamerlão (Timur Beg, dito Timur Lang, «Timur o coxo», 1336-1405).

[37] Preferimos desta vez a lição da versão italiana, visto que *Cautiz* ou *Cautis* dos dois *ms.* portugueses não são identificáveis como topónimos; trata-se de Tauris ou Tabrîz (38° 5' N, 46° 18' E), capital do Azerbaijão iraniano, entre o lago de Urmia e o Mar Cáspio, capital do Irão durante largos períodos, em especial sob os Ilkhâns mongóis (1256-1336) e sob as dinastias turcomanas do Carneiro Negro (Qara Koyunlu, 1406-1467) e do Carneiro Branco (Aq Koyunlu, 1467-1501).

[38] *Compem* no *ms.* de Coimbra, *Choson* na versão italiana; trata-se sem dúvida de Kâxân, Kâshân, Qâshân ou Qâsân (33° 59' N, 51° 27' E), entre Qom e Isfaão, sobre o principal eixo de comunicações do Irão no sentido norte-sul.

muitas cousas outras divessas[39]; e assi vem a ela cáfila de Cirachei[40] e cáfila doutra cidade que se chama Lara[41].

Esta cidade é muito grande e de muita gente e de muitos mercadores ricos, cidade muito abastada de terra firme, que está tão perto como Ribatejo de Lixboa[42]. Vem cada dia a ela duzentas e trezentas tirradas[43] com mantimentos e outras muitas cousas, com que acarretam águgua. E é bem governada, e todo se vende por peso. Há nela toda'las fruitas de Portugal, tam boas, uvas, pêssegos e figos como os da Pedra de Estrema, que vem da terra firme, nozes, romãas, marmelos, maçãas camoesas, cidras, laranjas, limões, tudo isto em grande abastança, abóboras, melões, todas as cousas d'hortaliça, quantas se podem nomear, em grande abastança[44]. É lugar de grande

[39] Sobre o almíscar *cf. supra* doc. II, nota 49; sobre o ruibarbo, *ibidem*, nota 55; sobre a seda, *ibidem*, nota 22 & doc. VII, nota 10.

[40] No *ms.* de Coimbra *Cochim*, o que não faz sentido; a versão italiana omite; trata-se com toda a probabilidade de Xiraz (Shîrâz, 29° 36' N, 52° 32' E, a 1650 m de altitude) a capital do Fârs ou Pérsia *stricto sensu*.

[41] *Ilarion* na versão italiana; trata-se de Lâr, capital do Laristão (Lârestân) a SE de Xiraz (27° 40' N, 54° 15' E); a forma *Lara*, constante nos nossos escritores quinhentistas e seiscentistas, deve-se provavelmente a analogia com Lara, em Castela-a-Velha, junto a Burgos, outrora cidade importante, celebrizada na Idade Média pela *Lenda dos Sete Infantes de Lara,* que sobrevive ainda hoje no teatro popular de Trás-os-Montes.

[42] O tradutor italiano conhecia aparentemente a topografia da região de Lisboa, pois estima a distância de Lisboa ao Ribatejo (isto é, à zona de Alcochete e Aldeia Galega do Ribatejo, hoje Montijo) em nove milhas, cifra que se não acha no texto português, traduzindo assim livremente esta frase pouco compreensível para o leitor florentino; mas o resultado é uma frase não menos enigmática, pois não se sabe o que quer significar com *Ferano*.

[43] No *ms.* de Coimbra *carradas*; o tradutor italiano interpretou: *barche*. Trata-se de terradas (do árabe *tarrâda*), tipo de embarcação usado no Golfo Pérsico e no Mar Vermelho, sobre cujas características e dimensões os nossos autores divergem um tanto (*vide* DALGADO, *s. v.*; Humberto LEITÃO & Vicente LOPES, *s. v.*; e Henri GROSSET-GRANGE & Alain ROUAUD, *op. cit. supra* doc. II, nota 9, *s. v.* «navires anciens»).

[44] Nesta frase nota Albuquerque que na Pérsia, que tem um clima submediterrânico, se acham as mesmas frutas que em Portugal e não as frutas tropicais a que os portugueses se haviam habituado no Malabar. Não conseguimos contudo identificar a *Pedra de Estrema* a que alude: será erro do copista por *Pedra da Estremadura*, *i. e.*, o lugar da Pedra, sito na freguesia de S. Pedro da Cadeira, concelho de Torres Vedras, que de facto fica na Estremadura? O tradutor italiano deu um arranjo à frase, suprimindo a menção da Pedra de Estrema e subsituindo-a por «figos muito bons», a alusão genérica às «frutas de Portugal» por uma alusão às frutas do «nosso país», «tão boas como em Portugal» e as maçãs camoesas por «maçãs de várias sortes». Na enumeração dos citrinos suprimiu a menção das cidras (*Citrus medica,* L. Rutáceas), e na das cucurbitáceas

trato. Mercadorias de todas as partes do mundo se acharão nela. Há nela áugua doce ũa légua da cidade, em ũo lugar que se chama Terumbaque[45]: são três poços muito grandes e de muita áugua, e eu os vi indo lá ter. Tem cisternas ao redor da cidade em que tomam muita abastança d'áugua de chuiva. Mêa légua da cidade estão outros dous poços pequenos de muito pouca áugua; porém pera ũo tão grande povo não abastaria aos asnos da cidade. A áugua que a cidade bebe é de ũa ilha que está duas léguas d'Ormuz, que se chama Queixume[46]. Nesta ilha há criação de gado; semêam em ela trigo, cevada e milho. É maior que a ilha d'Ormuz. Tem el-rei nela ũas casas onde pousa quando lá vai à caça. Outro porto está na terra firme, três léguas da cidade, que se chama Nabande[47], donde vem também muita áugua. Há i outros muitos portos na terra firme de que vem lenha e outras muitas cousas de mantimentos que a cidade gasta, em grande abastança. Haverá na cidade cento cinquenta de cavalo e muitos outros cavalos que carregam pera as Índias.

---

acrescentou o *cocomero* – termo que no norte de Itália designa o pepino (*Cucumis sativus*, L.), mas no sul a melancia (*Citrullus lanatus* [Thunb] Mansfeld) – ao melão (*Cucumis melo*, L.) e à abóbora (*zucca*), no caso vertente certamente a abóbora-carneira (*Lagenaria siceraria* [Molina] Standley), originária do Velho Mundo, já que as abóboras do Novo Mundo, como a abóbora-menina (*Cucurbita maxima*, Duch.) e a abóbora-porqueira (*C. pepo*. L.) não podiam estar já difundidas.

[45] Preferimos desta vez a lição do *ms.* de Coimbra; o de Lisboa traz *Tuurubaça,* que parece ter sofrido contaminação com o termo luso-malaio *jurubaça*, «intérprete» (do malaio *juru-bahasa*, «perito em língua»), e a versão italiana *Turbai*. A forma corrente nos textos portugueses sobre Ormuz é *Turumbaque*, voz de interpretação incerta: pode corresponder a *toronj bâgh*, «jardim das toranjeiras», a *Tûrân-bagh*, «jardim d[el-rei] Turân [r. 1347-1377]» ou a *tolombak,* diminutivo de *tolomb*, «bomba [de água]» (vide J. AUBIN, *op. cit. supra* nota 23, p. 304).

[46] Seguimos também aqui a lição do *ms.* de Coimbra, a que mais se aproxima da forma persa do topónimo, Kexm; o de Lisboa tem *Quexerme* e a versão italiana *Chesorne;* a forma mais corrente em português é *Quêxome*. Sita umas 10 milhas a SW da de Ormuz é a maior ilha do Golfo Pérsico, com 110 km de comprido e 12 a 32 de largo; aproximadamente paralela à costa do Laristão, dista dela 3 a 12 milhas, consoante as partes.

[47] Desta vez preferimos a lição do *ms.* de Lisboa, que dá a forma corrente em português, ao passo que o de Coimbra tem *Nabude* e a versão italiana *Nebanda*; noutros textos portugueses ocorre a variante *Nabão*. Trata-se de Nâband, porto da terra firme, perto da actual Bandar 'Abbâs (26° 10' N, 56° 15' E), quase fronteiro a Ormuz, um dos dois ou três em que o tráfego caravaneiro se articulava com o marítimo; a não confundir com o cabo homónimo, sito dentro do Golfo Pérsico, muito mais a ocidente (27° 23' N, 52° 39' E), nem com a cidade, também homónima, que aí existe. Hoje é conhecido por Nayband e continua a ser conhecido pelas suas boas águas.

Escrevo esta depressa a Vossa Senhoria por estar a nao e homem pera partir[48] e por minha ocupação na fortaleza que estou fazendo. Ponho aqui as cousas derradeiras por primeiras. Tome Vossa Senhoria por fundamento que comecei a conquistar o reino d'Ormuz na cidade de Calaiate e lhe ganhei toda'las vilas e fortalezas até chegar à cidade d'Ormuz, onde Nosso Senhor pelejou por nós e no-la deu às mãos.

Por que as obras de Nosso Senhor e seus milagres não esqueçam, escrevo a Vossa Senhoria um grande milagre que nos aconteceo na vila de Nascate[49]: mandei a três bombardeiros cortar os estêos da casa da mezquita, que era ũa casa muito grande, com eirado em cima d'argamassa; cortados os estêos, deixou-se a casa vir toda sobre os bombardeiros, com muita madeira, muita pedra e terra. Houvemo-los todos por mortos; e mil homens, se mil[50] dentro estiveram. Prouve a Nosso Senhor que saíram vivos e sãos, sem nenhũa ferida nem pisadura, sem ninguém os escarvar debaixo da terra nem tirar nada de cima deles; mas assi em pée como estavam dentro na mesquita, assi saíram. Ficámos todos espantados e demos louvores a Nosso Senhor, conhecendo craramente o milagre.

Depois de ter esta escrita chegaram à terra firme trinta em cavalgaduras, que vem de Cirache[51] per mandado del-rei de Cirache[52], e vem pedir páreas ao rei d'Ormuz, sabendo já novas como o tinha ganhado, como mo disseram os governadores da cidade. Mandei logo fazer prestes pedras de bombardas grossas, pelouros de falcões grandes e pequenos e pelouros d'espingardas e setas, pelouros de fogo, e lhe mandei dizer que aquela era a moeda que se lavrava em

[48] Seguimos o *ms.* de Coimbra, já que a lição do de Lisboa («[...] por estar a nao em honor pera partir») não faz sentido; a versão italiana interpreta: [...] *a ogni ora per dover partir*, «[...] a todo o momento para dever partir».

[49] *Narcate* no *ms.* de Lisboa, *Nascate* no de Coimbra, que seguimos, *Nazichat* na versão italiana; mas trata-se certamente de Mascate. Quanto ao milagre, *cf. supra* notas 6 & 17.

[50] Na versão italiana «seis mil».

[51] Assim em ambos os *ms.* e na versão italiana; trata-se evidentemente de Xiraz (*cf. supra* nota 40); a bravata que Albuquerque narra em seguida, reportada também pelos cronistas, aparece representada pictoricamente em diversas obras de arte.

[52] Não havia propriamente um rei em Xiraz, que caíra em 1503 nas mãos do Xeque Ismael (Xâh Esmâ'îl, r. 1501-1524), fundador da dinastia Çafávida (*cf. infra*, nota 54), que residia geralmente em Tabriz, mas tão somente um governador que o representava.

Portugal pera pagar páreas[53] àqueles que as pediam aos lugares e senhorios del-Rei Dom Manuel, rei de Portugal e senhor das Índias e do reino d'Ormuz; que eu esperava com ajuda de Deus, acabada a fortaleza de Ormuz, de o ir buscar ou suas cidades e vilas e trazê--las todas per força d'armas à obediência e senhorio d'el-Rei nosso Senhor, e então se poderia ver comigo e receber as páreas que mandava pedir. E mandei aos regedores da cidade que outra reposta lhe não dessem, senão que os castigaria muito bem; e assi se partiram. Chamam-lhe os desta terra «os das carapuças vermelhas»[54], que é ũa gente, turcos de nação, gente de cavalo que se alevantou e vêo

[53] Atestado, na forma *párias*, em castelhano desde o *Cantar de Mio Cid* (1140) e em português desde a *Crónica Geral de Espanha* de 1344, este termo, que parece derivar de *par* (no sentido de «côngruo»), designava os tributos que os reinos de taifas pagavam desde o século XI aos reis cristãos de Leão, Castela e Aragão; embora algumas cidades da costa marroquina tenham pago tributo a Portugal desde a década de 1480, não nos consta que o termo, que conotava uma certa jurisdição imperial, tenha sido aí aplicado, apenas vindo a ser usado na Índia para os tributos pagos aos portugueses por soberanos muçulmanos como o de Quíloa. Curiosamente Albuquerque emprega acima *trebuto* para as páreas que exigiu do rei de Ormuz mas *páreas* aqui, para o que Ormuz pagava à Pérsia.

[54] As carapuças vermelhas, com doze pregas em honra dos doze imamos legítimos do xiismo duodecimano (*ithnâ-'axriyya*), eram um distintivo de certos grupos xiitas extremistas, conhecidos por *Qizil-Bâş* («cabeças vermelhas» em turco), de que faziam parte sete tribos turcomanas que apoiaram a tomada do poder pelos Çafávidas (*vide* R. M. SAVORY, art.° «Kïzïl-Bâsh» in *Encyclopédie de l'Islam*, vol. V, *s. v.*). Os Çafávidas (*çafawî*) eram uma confraria (*tarîqa*) de sufis (místicos muçulmanos) fundada em 1301 no Gîlân (costa SW do Mar Cáspio) por Çafi al-Dîn, de onde o seu nome; Çafi al-Dîn era sunita, de rito xafeíta, mas a ordem passou ao xiismo sob a conduta de Khʷâjè 'Alî (1391-1429), vindo a tomar um cariz político e a desenvolver uma intensa propaganda revolucionária contra o sultão Ya'qûb da dinastia do Carneiro Branco (*cf. supra* notas 20 & 37) e contra os turcos otomanos, sunitas como este. Finalmente, em 1499, em circunstâncias complexas não inteiramente claras, Esma'îl Abû-l Muẓaffar (1484--1524), o Xeque Ismael das crónicas portuguesas, um persa ligado por afinidade aos turcomanos, assumiu a chefia da confraria, reuniu partidários, marchou sobre Ardabil e derrotou as forças do Carneiro Branco, conquistando em seguida todo o Irão, em que instaurou o xiismo como religião oficial. A dinastia a que deu origem foi praticamente a primeira dinastia persa do Irão, dominado até aí por árabes, turcos, mongóis e turcomanos; mas se a administração política, financeira e judiciária foi entregue a persas letrados, o poder militar continuou em boa parte nas mãos dos turcomanos que haviam dado o seu apoio à fundação da dinastia, mas desprezavam os persas como *tâjîk*, *i. e.*, «não-turcos» – o que permaneceu um factor de instabilidade (*vide* Jean AUBIN, «L'avènement des Safavides reconsidéré», in *Moyen Orient et Océan Indien / Middle East and Indian Ocean – XVI^e – XIX^e s.*, n.° 5, Société d'Histoire de l'Orient, Paris, 1988, pp. 1-130; *cf.* J. T. P de BRUIJN, art.° «Ṣafawides» in *Encyclopédie de l'Islam*, vol. VIII, *s. v.*). Albuquerque parece aqui apenas sumariamente informado das circunstâncias

conquistando a terra e ganhou a cidade de Tauris[55] e de Caxem[56] e muita terra de Pérsia, que lhe paga trebuto. Trazem todos carapuças vermelhas, suas toucas mouriscas, e as carapuças sobejam por cima das toucas[57] ũo grande palmo em alto, vestidos como turcos, gente bem desposta, alvos como nós. Dizem que não crem em Mafamede senão em Ale, genro de Mafamede[58]. [À sexta-feira, festa; e guardam-na bem][59]. *Tem esta ceita apartada sobre si. Beijo as mãos a Vossa Senhoria*[60].

Afonso d'Albuquerque

---

do advento dos Çafávidas; mais tarde, vendo neles (como já Veneza vira em Uzun Ḥasan, *cf. supra* doc. III, nota 25) o melhor aliado contra os turcos (e contra os sunitas em geral), procurou a sua aliança mandando uma embaixada ao Xeque Ismael. É certamente por isso que Duarte BARBOSA (cap. 32-D) e Tomé PIRES (*Suma Oriental*, fl. 123 & ss.) dão grande relevo à história do seu advento, insistindo particularmente nas suas relações com os cristãos. Em contrapartida, parece que ninguém se deu conta de que os muçulmanos do Omão, que Albuquerque andara assolando antes de chegar a Ormuz, também não eram maioritariamente sunitas, mas ibaditas, seguidores da corrente mais moderada do *kharejismo*, que ao invés do xiismo professa a elegibilidade absoluta dos imamos (título que dá aos chefes das diversas comunidades muçulmanas locais) recusando o califado (*vide* T. LEWICKI, art.° «ibâḍiyya» e G. Levi della VIDA, art.° «Kharidjites» in *Encyclopédie de l'Islam,* s. v.).

[55] No *ms.* de Lisboa *Tamri*, no de Coimbra *Tanry*, na versão italiana *Taures*: Tabriz, *cf. supra* nota 37.

[56] Assim em ambos os *ms.* do texto português, *Chason* na versão italiana: Kâxân, *cf. supra* nota 38.

[57] *I. e.*, por cima dos turbantes enrolados em torno da sua base, *cf. supra* doc. VII, nota 10.

[58] Afirmação não perfeitamente exacta: os xiitas acreditam, evidentemente, em Mafamede e têm o mesmo Alcorão que os sunitas, embora se distingam deles pela particular veneração em que têm quer 'Alî (que consideram o único califa legítimo, reputando usurpadores todos os demais, incluindo os seus predecessores Abû Bakr, 'Umar e 'Uthmân) quer seus dois filhos, Ḥasan (que consideram o segundo *imâm* ou chefe legítimo da comunidade muçulmana) e, em especial, Ḥusayn (terceiro *imâm*) que veneram como mártir por ter sido morto e decapitado pelas tropas dos Omíadas na batalha de Karbalâ', em 10.X.680 (*vide* art.os «'Alî», «Ḥasan bin 'Alî bin Abî Ṭâlib», «Ḥusayn bin 'Alî bin Abî Ṭâlib», «shî'a» e «ithnâ-'ashriyya», in *Encyclopédie de l'Islam*, s. v., onde se achará mais bibliografia).

[59] Esta frase, que retrovertemos da versão italiana, não se acha nos *ms.* portugueses.

[60] Estas duas frases faltam na versão italiana.

XIII

Carta de um colaborador de Bartolomeu Marchionni a Piero Panciatichi

Trata-se do excerto de uma epístola enviada de Lisboa por um colaborador de Bartolomeo Marchionni. Não é possível estabelecer quem era o «jovem» ligado à casa comercial de Marchionni que escrevia para Florença, mas o destinatário, Piero Panciatichi, era exponente de uma rica e importante família de Pistóia que em seguida aos contrastes políticos locais se tinha transferido para Florença.

Já Francisco Leite de Faria notou que na frase inicial «*Arete inteso della nave dell'India suta presa da uno corsale biscaino, la quale cosa fu addì 18 novembro anno 1458*» se encontra um erro evidente pois «a nau da Índia, apresada por um corsário biscainho em 18 de Novembro do ano, que parece ser 1508, era decerto a de Job Queimado, que foi capturada pelo corsário biscainho Mondragón. Dom Manuel, em 14 de Dezembro de 1508, encarregou João Serrão de ir pela Galiza e alhures à procura desse corsário»[a].

A carta resulta assim escrita depois de 14 de Dezembro e, na ausência de notícias suplementares sobre o caso da nau de Job Queimado, o anónimo informador detém-se sobre as novidades relativas à Índia e sobretudo sobre a conquista de Ormuz. Ao italiano, provavelmente florentino, não escapa a importância estratégica de Ormuz e os reflexos que esta vitória de Afonso de Albuquerque vai ter sobre os equilíbrios políticos e económicos no Oriente e na Europa, e é por esta razão que não esconde o seu contentamento perante a perspectiva de Porto Pisano se transformar, graças à política lusa de expansão, numa «*Vinegia novella*». Interessante resulta também a lúcida análise do comércio oriental e a pormenorizada descrição dos principais produtos aí disponíveis e das mercadorias que os europeus poderiam, presumivelmente, trocar no Índico.

[a] FARIA, p. 294.

[fl. 130] ***Nota di una altra lettera [che] scrive il giovane di Bartolomeo Marchionni a Piero Panciatichi di Portogallo.***

Dove dice[1]*: «Arete inteso della nave dell'India suta presa da uno corsale biscaino, la quale cosa fu a dì 18 novembro anno 1458».*

Dove da notizia come e' re di Portogallo [ha mandato una nave] per andallo a trovare, la quale per ancora non n'è partita di qui. E per tal conto potete vedere che gente siamo, che ardiamo già come 'l fuoco. E per questa vi dico le nuove d'India, come un capitano di questo re, chiamato Alfonso
[B] *dal Borghetto, ha sottomesso el re di Rmuz / e fattolo tributario di questo re con XV mila seraffi l'anno d'oro. La qual città di Rmuz è nella costa di Persia, terra di gran tratto, dov'è gran somma di lacca e seta e corniuole. È di presso a Chanbaia a cento leghe, la qual città di Chanbaia è la prima e principale di tutta la Persia nella costa del mare d'India, dove si carica infinite sete stavai e alcicangi e leggi*[(b)]*, le quali sono quelle venivano di levante per le nostre galee, quando buscavano lacca e corniuole e altre cose ricche. E' re di questa Canbaia è moro, fatto da cinquanta anni in qua. El popolo di essa sono gentili, cioè idolatri la maggior parte. E infinite navi vi vanno oggi a caricare e discaricare e in queste terre di Rmuz e di Chanbaia si fa di molto grano e biade e sonvi vigne d'ogni sorte e frutte, cioè poponi, fichi e mele, pere, pesche e susine, come in questi nostri paesi. È la gente armata a cavallo quando vanno alla guerra. Nella qual città di Rmuz si pescano le perle, sicché vedete che terre può essere.*

El detto capitano edificò[2] *una fortezza di pietra e calcina con conse[n]timento de' re; e le case vi sono con palchi e finestre, e strade ordi-*
[fl. 130v] *nate al modo di qua, e giardini. // E per di qui a San Giovanni saranno*[3] *qui dua ambasciadori del sopradetto re di Ormuz. Il re di Chanbaia, stimava alsì lo detto capitano, fallo trebutario e farvi altra fortezza. Vedete che*

---

[1] *dice dice.*

[(b)] *leggi* – tipo de seda, bem conhecida em Itália, provavelmente originária de Lahidjan.

[2] *edifiche.*

[3] *faranno.*

cose maravigliose sono queste e davanti [c]he passino cinque anni, mia openione è, costoro si faranno signori del mare Rosso e le cose [che] andavano per esso mare le condurrà per questa via e si potrà dipos dire al soldano e viniziani si vadino a stare al sole. E se le cose di costà si posano ancora, col tempo Pixa diventerà una Vinegia novella, cioè Porto Pisano, per l'esser comodo a tutta Italia, perché un'oncia di spezie per quella via non n'ha più a capitare per quella via, né una oncia di seta per levante, che tutto col tempo [ha] a capitare in Portogallo e di lì in Porto Pisano, né per quelle parte a Domascho, né in Chonstantinopoli, che assai vi se ne conduceva di quei luoghi per terra. E in detto luogo di Rmuz e di Chanbaia si spaccia ogniuno cantaro quidicimila di pepe a ducati dodici el cantaro e nell'India dove se
[B] *ne v'è costa ducati dua e tre quarti el cantaro, el quale pepe / si consuma fra terra per la Persia.*

Paremi che queste nuove vi debbino bastare per una volta. El quale re di Rmuz è moro, el popolo la maggior parte moro e una parte gentili, cioè idolatri e la detta città di Rmuz è in isola appresso alla terra ferma a tre miglia ed è piccola isola. E scrive 'l detto capitano [che] manderebbe subito una nave carica di lacche e corniuole e di bongui, moscado e altre ricchezze, che là non è di bisogno crociati né ducati, salvo mercatantie e la principale è che più sia stimata rame, la quale è stimata assai e vi se ne sparerebbe gran somma.

Nota de uma outra carta que escreve o moço de Bartolomeu Marchionni a Pedro Panciatichi de Portugal.

Onde diz:

Tereis escutado da nau da Índia que foi tomada por um corsário biscainho[1] a qual cousa foi aos 18 dias de Novembro do ano de 1458[2]. Onde dá notícia como el-Rei de Portugal mandou uma nau para o ir a buscar, a qual por ora não é partida daqui. E por tal conta podereis ver que gente somos que ardemos já como fogo. E por esta vos digo as novas da Índia como um capitão deste rei, chamado Afonso del Borghetto submeteu a el-rei de Rmuz[3] e o fez tributário deste rei com 15 000 xerafins ao ano de ouro[4]. A qual cidade de Rmuz é na costa de Pérsia, terra de grão trato, onde há grande soma de lácar e seda e cornalina[5]. É junto com Cambaia a cem léguas; a qual cidade de Cambaia é a primeira e principal de toda a Pérsia na costa do mar da Índia[6], onde se carregam infinitas sedas, estravantes, alquequenje, seda de Laijan, as quais são as que nos

---

[1] Trata-se da nau de Job Queimado, da armada de Tristão da Cunha (*cf. supra*, doc. XI, nota 2), apresada por Mondragón no regresso da Índia (para mais detalhes e referências, *vide* José Pereira da COSTA, «A família Mondragão na sociedade madeirense do século XVI» in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira, 1986*, vol. II, Governo Regional da Madeira, Funchal, 1990, p. 1090 & ss.). Após uma tentativa baldada de João Serrão, a nau veio a ser recuperada por Duarte Pacheco Pereira, que numa batalha naval ao largo do Cabo Finisterra venceu e aprisionou Mondragón (GÓIS, I, xlii).

[2] Erro de copista por 1508, compreensível sobretudo se no original a data estava escrita em números romanos.

[3] Trata-se, evidentemente, da primeira submissão de Ormuz por Afonso de Albuquerque, relatada pelo próprio em carta a D. Francisco de Almeida que publicamos acima (*vide supra* doc. XII).

[4] *Cf. supra* doc. XII, nota 20.

[5] Sobre o lacre, *cf. supra* doc. III, nota 3; sobre a seda, doc. II, nota 22 & doc. VII, nota 10; sobre a cornalina ou alaqueca, doc. XII, nota 22.

[6] Na realidade Cambaia não fica na Pérsia mas na Índia (*cf. supra* doc. XII, nota 9); e dista de Ormuz umas 1000 e tal milhas marítimas, o que equivale a mais de 300 léguas portuguesas.

vinham do Levante pelas nossas galés, quando iam buscar lácar e cornalina e outras cousas ricas[7]. El-rei desta Cambaia é mouro, feito de há cinquenta anos para cá[8]. O povo dela são gentios, isto é, idólatras a maior parte. E infinitas naus i vão hoje a carregar e descarregar e em estas terras de Rmuz e de Cambaia se faz muito trigo e cereais e há i vinhas de toda a sorte e frutas, a saber, melões, figos e maçãs, peras, pêssegos e ameixas, como em aquestes nossos países[9]. E a gente é armada a cavalo quando vão à guerra; na qual cidade de Rmuz se pescam as pérolas[10], assim pois vêde que terra pode ser.

---

[7] Sobre os estravantes, *cf. supra* doc. VII, nota 10. Alquequenje é tradução conjectural do termo italiano desconhecido *alcicangi*; é o nome de uma planta da família das Solanáceas (*Physalis alkekengi*, L.), encontradiça na Europa meridional e central e na Ásia ocidental, cujas bagas também conhecidas por «cerejas-de-judeu» ou «tomate capucho» são utilizadas no tratamento da gota e das afecções reumáticas. Como, por um lado, não consta que o alquequenje constituísse um artigo de comércio digno de nota e, por outro, o termo aparece aqui intercalado entre os nomes de duas qualidades de seda, não é impossível que designe também ele um tipo de seda; seria então quiçá termo derivado do persa *cheken*, «bordado, espécie de brocado com flores e ouro», ou de *cheken-dûzî*, «obra de bordador (*chekendûz*), veste bordada», importado por intermédio do árabe, com aglutinação do artigo *al-*; o termo persa aparece anglicizado na forma *chicken*, com o significado de «bordado» (*vide* YULE, *Hobson-Jobson*, s. v.). Interpretámos por «sedas de Laijan» o termo *leggi*, que ocorre em textos italianos medievais para designar certo tipo de seda; Yule pensava que se tratasse de metátese de *ghelli*, que significaria «seda do Gîlân», *i. e.*, da costa SW do Mar Cáspio; preferimos a sugestão de HEYD (*Histoire du Commerce du Levant*, cit. *supra* doc. I, nota 10, vol. II, p. 671) que interpreta *sete leggi* como sedas de Lâhîjân (37° 8' N, 50° 11' E), que é aliás uma cidade do Gîlân.

[8] Os sultões do Guzerate descendiam, de facto, de um hindu, de casta rajpute, da linhagem solar (*sûryavãça*) dos *Tank*, que se fez mouro, Zafar Khân ou Muzaffar I (1391-1411) e foi pelo sultão de Delhi Fîrûz Xâh Tughlûq (1351--1388) nomeado governador do Guzerate, acabando por se proclamar sultão independente em 1404 (vide *Mirati Sikandari*, cit. *supra*, doc. III, nota 31, p. 1 & ss.; e FERISHTA, *op. cit. ibidem*, vol. IV, cap. iv, p. 1 & ss.); mas isso passou-se cerca de 120 e não 50 anos antes do presente documento.

[9] *Cf. supra* doc. II, nota 33 & doc. XII, nota 44. As culturas mediterrânicas referidas fazem-se sobretudo na Pérsia, em menor grau no Guzarate, que embora tenha um clima seco como o do Mediterrâneo recebe as chuvas na época mais quente do ano, o que para certas culturas não é adequado; sobretudo aí a abundância de «vinhas de toda a sorte» é duvidosa.

[10] As pérolas pescavam-se sobretudo no Golfo Pérsico, nos bancos da península de Catar (Qatar, *c.* 25° 25' N, 51° 5' E) e de Baarém (Bahrayn, *c.* 26° N, 50° 35' E), sendo as pérolas *qatarî* muito reputadas desde a Alta Idade Média; a pesca fazia-se em Julho e Agosto, escoando-se o produto no outono para Ormuz, que era o centro do comércio (*vide* J. AUBIN «Le Royaume d'Ormuz [...]», cit. *supra* doc. XII, nota 23, p. 307).

O dito capitão edificou uma fortaleza de pedra e cal com consentimento del-rei; e as casas são i com soalhos e janelas, e ruas ordenadas ao modo de cá e jardins. E daqui ao S. João estarão aqui dous embaixadores do sobredito rei de Ormuz. A el-rei de Cambaia estimava outrossim o dito capitão fazê-lo tributário e fazer i outra fortaleza[11]. Vede que cousas maravilhosas são estas; e antes que passem cinco anos minha opinião é que estes se farão senhores do Mar Roxo, e as cousas que andavam por esse mar as conduzirão por esta via e se poderá depois dizer ao Soldão e aos venezianos que se vão a pôr ao sol. E se as cousas dali se quedassem assim, com o tempo Pisa se tornará uma nova Veneza, ou seja Porto Pisano, por ser cómodo a toda a Itália, porque ũa onça de especiaria por aquela via não há mais de adergar por essa via, nem ũa onça de seda polo Levante, que tudo com o tempo há de adergar em Portugal e de lá em Porto Pisano, nem por aquela parte de Damasco, nem em Constantinopla, lugares de que muito se trazia aqui por terra[12]. E no dito lugar de Rmuz e de Cambaia se despacha cada ano 15 000 quintais de pimenta a 12 ducados o quintal, e na Índia, onde a há, custa ducados 2 $^{3}/_{4}$ o quintal, a qual pimenta se consome dentro na terra pola Pérsia[13].

Parece-me que, por ora, estas novas vos devam bastar. O qual rei de Rmuz é mouro, o povo a maior parte mouro e uma parte

---

[11] *Vide* Jean AUBIN, «Albuquerque et les négociations de Cambaye» in *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. II, pp. 197-250.

[12] *Cf. supra* doc. I, nota 4, doc. IV, nota 19 & doc. X, *in fine*.

[13] Sobre a importância do comércio de pimenta e outras especiarias em Ormuz e na Pérsia, *cf.* Luís Filipe THOMAZ, *A questão da pimenta* [...] cit. *supra*, doc. II, nota 51. O quantitativo global de pimenta consumido pela Pérsia aqui estimado, 15 000 quintais, corresponde exactamente a metade do que Vasco da Gama trouxe para o Reino em 1503, mas é superior à média da que na segunda metade do século XVI se escoava pelo Cabo, 10 000 a 12 000 quintais. Quanto aos preços podem comparar-se os aqui apresentados com os de outros documentos *(cf. supra* doc. II, nota 28; doc. VIII, nota 6; doc. X notas 41 & 44): em Ormuz, como se poderia esperar dada a menor distância, valia a pimenta um pouco menos que em Alexandria (15 a 17 ducados o quintal nos últimos anos do século XV, mas já 30 nos primeiros do XVI) e do que em Lisboa (22 a 30 cruzados o quintal); valia o mesmo que no Bengala, para onde ia do Malabar. No Malabar o preço de venda era ao tempo das primeiras viagens portuguesas *c.* 360 fanões o bar, o que corresponde a *c.* 3 $^{1}/_{3}$ cruzados o quintal; em 1503 Vasco da Gama acordou com o Samorim um preço 8 cruzados por bar, e em 1508 D. Francisco de Almeida previa um máximo de 1$015 rs. o quintal em Cochim, o que corresponde a *c.* 2 $^{2}/_{3}$ cruzados ou ducados; acabou por se fixar em 160 fanões o bar, ou seja 2,84 ducados, o que se aproxima muito do preço indicado aqui.

gentios[14], isto é, idólatras, e a dita cidade de Rmuz é uma ilha junto com a terra firme a três milhas e é pequena ilha. E escreve o dito capitão que mandaria logo uma nova carga de lácar e cornalina e de benjoim, noz-moscada e outras riquezas, que lá não é mister cruzados nem ducados, senão mercadoria, e a principal e que mais estimada seja é cobre, a qual é estimada assaz e aí se despacharia dela grã soma.

[14] Havia, de facto, uma importante colónia hindu em Ormuz, que exercia uma certa influência cultural, notória por exemplo na protecção dispensada às vacas e no uso de mascar bétele (*vide* J. AUBIN, *Le royaume d'Ormuz* [...], cit. *supra* doc. XII, nota 23, pp. 362-363).

XIV

Capítulos de uma carta de Portugal de 24 de Maio de 1513

O título escolhido pelo autor da antologia («*Copia di più capitoli di una lettera di Portogallo di 24 di maggio anno 1513*») indicaria tratar-se de uma selecção de «capítulos» de uma carta remetida de Lisboa no mês de Maio de 1513. A análise do documento revela, todavia, a existência de uma situação textual bem mais complexa, até agora passada inobservada: a última parte do texto revela-se como integração efectuada, muito provavelmente, pelo próprio antologista com base num testemunho diferente, de uma carta escrita no dia 2 de Junho do mesmo ano. A este propósito Vaglienti é muito claro pois declarando que «*e per lettere di 2 dì di giugno e detti Sernigi scrivono come appresso, come nella copia si dice* [...]»[a] atribui, genericamente, «aos Sernigi», pelo menos esta parte do documento. A leitura atenta revela todavia que também a parte inicial do texto pode ser atribuída «aos Sernigi», isto é, a alguém que trabalhava em Lisboa para a casa comercial aí implantada por Girolamo Sernigi, como se depreende das afirmações «*c'era una delle nostre* [navi] *di Melaccha, la maggiore, cioè la Trinità*» e «*in Chocin, dove restò nostro Dionigi* [Sernigi]».

É bem conhecido que este mercador participou directamente na expedição de Diogo Mendes de Vasconcelos e que os quatro navios por ele armados nesta frota[b] foram envolvidos nos ataques militares que Afonso de Albuquerque estava conduzindo em vários pontos do Índico. O confronto que se estabelece entre Afonso de

---

[a] Fl. 140.

[b] Cf. o testemunho explícito de Giovanni da Empoli: «*io fornì nelle 4 navi armate per Girolano Sernigi, di che era chapitan magior Diego Memdes di Vasco Gomçelos a lire et soldi, in tutte e quattro, chrociati settemila d'oro*». Testamento de Giovanni da Empoli feito em Lisboa em 4 de Abril de 1515; texto em SPALLANZANI, *Giovanni da Empoli*, p. 192.

Albuquerque, que tenta implantar uma estratégia política e militar a longo prazo, e os interesses comerciais imediatos dos mercadores conduz a incompreensões e actos de força cujos mecanismos ainda não foram completamente definidos[c]. Neste sentido o testemunho que agora se publica pode oferecer elementos preciosos, sobretudo se cotejados com as versões presentes nas crónicas portuguesas e noutras fontes manuscritas ou impressas[d] pois é evidente que a posição de quem escreve está, pelo menos parcialmente, condicionada pelos interesses pessoais. Todavia a atenção para os assuntos puramente mercantis, evidentes sobretudo na parte final do documento, não anula o valor informativo no que diz respeito a outros assuntos, já que se encontram notícias sobre o cerco de Malaca, sobre a posição dos chineses aí residentes, sobre o naufrágio da nau «*Frol de la Mar*» em que se encontrava Afonso de Albuquerque, sobre a política que o governador pretendia levar a cabo no Índico, etc.

---

[c] Sobre o assunto, além das versões oferecidas pelos cronistas cf. algumas análises de conjunto em Jean AUBIN, «Albuquerque et les négociations de Cambaye», in *Le Latin et L'Astrolabe*, cit. *supra* doc. V, nota 54, pp. 197-250; RADULET, *Girolamo Sernigi*; SPALLANZANI, *Giovanni da Empoli*, sobretudo pp. 33-50 e Sanjay SUBRAHMANYAM, «"Um Bom Homem de Tratar" Piero Strozzi, a Florentine in Portuguese Asia, 1510-1522», *Journal of European Economic History*, vol. XVI (3), 1987.

[d] Francisco Leite de Faria tinha salientado a propósito deste documento que «temos aqui trechos de outra interessante carta, escrita de Lisboa por um italiano sobre as primeiras naus vindas de Malaca, que Afonso de Albuquerque acabava de conquistar» e sublinhava a necessidade de relacionar este testemunho com outros dois, impressos em 1513 e 1514, relativos aos mesmos sucessos. FARIA, pp. 294-296.

[fl. 138v]

Copia di più capitoli di una lettera di Portogallo di 24 di maggio anno 1513.

E prima, sabato a dì XXI del presente, venne qui in porto una nave dell'India di questo serenissimo re, dell'altre, cinque ne restonno indietro, su le quali c'era una delle nostre di Melaccha, la maggiore, cioè la Trinità, del tutto carica, la quale partì dell'Acqua di Saldagna[1] *giorni 9 davanti a questa e a ogni ora può arrivare. El quale è partito di qua dal Cavo*[2] *di Buona Speranza della costa di Ghinea fuori di tutti i pericoli, che in quelli*
[B] *mari non fa fortuna, che*[3] *tutti li pericoli / sono dell'India sino al Cavo di Buona Speranza*[4] *e ne[ce]ssitano di buonissima voglia perché ogni giorno veggiano dispartisi duo navi l'una dall'altra e l'una arrivave qui in un mese o dua davanti l'altra dal Cavo di Buona Speranza in qua perché li pericoli sono di vari openioni: e chi piglia una volta e chi un'altra e li venti in uno luogo sono ponente e nell'altro levante. E li assicuratori possono fare conto d'avelli guadagnato la sicurtà di questa nave. E questi portoghesi a una voce dicono che viene molto ricca*[5]*, l'Altissimo la conduca salva!*

L'altre tre navi ne stanno in Malacha per mancamento di carico perché 'l capitano maggiore vuole dare la carica alle navi de' re e non fece quello aveva promesso e niente di manco lasciò buono ordine che carichino[6] *prima che nessuna dell'altre. E con esse restò Giovanni da Empoli per dare loro la carica e nel mese di gennaio stimo avevano a esser di ritorno nell'India, cioè in Chocin, dove restò nostro Dionigi aspettandole perché il capitano maggiore*
[fl. 139] *li aveva tornato la posizione // della sua nave e ha fattolo capitano desse. E quivi stranno tutta questa state per fare tirare le navi in terra e correggere el necessario e in fine di nov[embre] che viene sarà la loro partita per qua. L'Altissimo le conduca a salvamento. E posto che facciamo molto soldo, spe-*

---

[1] *della charada di saldagna* = Ágoa ou Angra de Saldanha.

[2] *cauro.*

[3] *chen.*

[4] Repetido *nella costa di Ghinea fuora di tutti e pericoli che in quelli mari non fa fortuna che tutti li pericoli sono dell'India insino al cavo di Buona Speranza.*

[5] *riche.*

[6] *neue.*

riamo in Dio che e' re l'abbia a pagare lui e simile 'l danno ricevuto per non l'avere lasciato caricare. Tutti dicono e' re esser ubbrigato a partire li danni e interessi. Venghino una volta a salvamento e dipoi faremo conto. Lionardo Nardi vienne con una di queste navi, che di tutto darà ragione.

Quando 'l capitano maggiore arrivò a Malaccha co' la frotta mandò a commettere a' re di Melaccha pace e concordia e che li lasciasse fare una fortezza quivi nella città, a suo volontà. E' re di Melaccha dava buone parole e non voleva consentire la fortezza per maniera che stetteno in questa pratica quindici giorni. E visto el capitano come lo tenevano in parole, sgombrarono la terra e facevano gente, e in fine determinò di fare la fortezza per forza e mise in terra 800 uomini bene armati, de' migliori della frotta
[B] *e 1200 ne restò nelle navi. Co' li quali 800 uomini comincionno a / mettere la terra a sacco e presono un ponte dove loro s'erano fatti forte e ammazzorono più di 1200. E visto e' re di Malaccha questo, fece accordo e lasciò fare la fortezza a volontà del capitano. El quale tolse tutte le pietre delle sepolture de' morti per fare detta fortezza, nella quale ha lasciato 400 uomini e ben forniti d'artiglieria. E a questo modo si vanno assignoreando di tutto 'l mondo, che Dio li prosperi di bene in meglio! Lo spoglio presono e portoghesi e grandi ricchezze come potete stimare d'oro e di gioie, che delle spezierie non ne facevano conto.*

Una nazione v'è uomini che si chiamano vicini, bianchi come noi, che stanno stanti in Melaccha, che sono mercatanti e vengono ogni anno 15 o venti navi a Melaccha di loro. Feciono tanta amicizia co' portoghesi che mandarono a offrire al capitano che lo verebbono aiutare se volesse. E lui li mandò a rispondere e ringraziare che non era necessario, ma che pregava loro ch'essi avessimo a porre in un certo luogo alto perché [l]i vedissino come e portoghesi combattevano in pigliare quel ponte. E così feciono, di che restorono molto meravigliati che co' 800 uomini vincessino tanta gente della terra, ch'erano più di 5000 que' della terra. E così passò questo negozio. //

[fl. 139v] *E tornando 'l capitano di Melaccha all'India, si perdè la sua nave in che lui veniva, di tonelli 400, carica di drogherie e di molte ricchezze, che valeva più di 600 mila ducati. Si ruppe la sarzia da una banda dell'albero, el quale subito cadde in sulla prua della e la mise in fondo, dove affogonno 20 uomini; li altri funno salvi dalle nostre ch'erano presso a quelle, la quale alsì salvò el capitano maggiore in su una tavola. Lo quale capitano aveva conseco 3 nave*[7] *di more che aveva preso in Melaccha, del tutto cariche di spezierie e drogherie. E le prese, in ciascuna misse XV uomini portoghesi e lasciovi stare dentro tutti li mori, li quali mori quando viddono la nave del capitano maggiore perduta, presono altro cammino e fuggironsi.*

[7] *diquesto.*

E una d'esse pose i cristiani in terra e l'altre li mandorono alla spada: e così seguì per cattiva diligenzia del capitano che doveva trarre fuori la maggior parte de' mori e mettervi dentro più cristiani, ma dicono che no' lo feciono parendo che li cristiani ruberebbono le gioie e cose sottili di dette navi.

El capitano maggiore stava nell'India presto per partire sino di dicembre pro[ssimo] che la sua armata, cioè XX nave co' 3000 uomini, per andare alla volta del mare Rosso, ma prima aveva andare a Chanbia, ch'è nella
[B] *costa / di Persia, per fare pace e concordia col detto re di Chambagi perché li aveva mandato uno ambasciadore nell'India a commettere detta pace, ch'è re moro e possente, posto che la maggior parte di suo popoli sono gentili. E, dipoi fatto questo, n'andare alla volta del mare Rosso per farsi incontro all'armata del soldano, essendo uscita fuori come aveva avuto notizia che no' la volle aspettare nell'India.*

E vengono per conto di pigliare Adem, ch'è una città di mori nello stretto di Meche in su uno isolotto e tiene un ponte che passa in sulla terra ferma e anco presso v'è nella quale terra ferma el detto re tiene assai città e assai gente a piè e a cavallo. E 'l più del tempo sta el detto re nella terra ferma. La quale città è molto presso alla bocca del mare Rosso e quivi discaricano tutte le navi de' mori che dall'India portano tutte le spezierie. Quivi scaricano e navili peccoli ch' entrano nel mare Rosso. E inoltre va con animo di fare una fortezza in su uno isolotto piccolo e, tenendo questa impresa, sarà facile cosa che non vada più spezieria al Chairo né in Alessandria, che farà gran cosa per questo serenissimo re questa nazione di uomini bianchi che si chiamano vicini: sono come alamanni, grandi di corpo e capelli lunghi e bene
[fl. 140] *vestiti; e in giorni // 30, cioè trenta, di viaggio vengono le loro navi a Melaccha ogni anno una volta, frotta ordinata, co' li quali v'è sempre un capitano principale, uomo onorato. Sono gentili di fede e tengono re assai possente e popolo assai e le loro navi caricano le principali cose, pepi in Zenerare, ch'è discoto da Melaccha, cioè di qua da Melaccha 80 leghe. E le loro navi sono di tonelli 200 insino a 500. Non so che mercanti è: si partono in là a Melacha, che ancora non s'è potuto intendere. Diravisi per le prime altre.*

El fattore di Melaccha di questo re scrive li sia mandato pezze XV di lucchesini di Firenze e 4 rasi d'oro, e 4 velluti buoni di tutti e colori e olande e altre tellerie e panni d'olande, bonetterie, coltelli, specchi di tutte sorte, mercanzie che pare segnali in quelli paesi sieno gente come di qua. E mia openione è che simile mercanti le debbino levare li detti vicini di loro paesi. E quando verrà le nostre navi, avendo altre nuove, vi si dirà.

E per lettere di 2 dì di giugno e detti Sernigi scrivono come appresso, come nella copia si dice: a giorni passati arrivò qui certe navi d'India di questo nostro serenissimo re, dipos piacque a Nostro Signore che giovedì
[B] *passato entrò qui la nostra / nave Trinità che viene di Melaccha, la quale*

è venuta ricchissima, come vedrete pel carico che in questa vi si manda. E se 'l capitano maggiore l'avesse lasciata caricare insieme co' l'altre tre che là restano, sarebbe valuta el doppio più. Iddio lo perdoni che ci ha fatto molto più danno che di quello si può scrivere. E l'altre restano, come si dice, in Melaccha per caricare, dove è restato Giovanni da Empoli per fattore. E a quest'ora le facciamo tornate di Melaccha e quivi reacconciasi e dipoi, a novembre che viene partiranno per di qua; nelle quali viene el nostro Dionigi che restava nell'India per dare ricapito a tutto, di modo che co' lo aiuto di Dio se ne spera bonissimo profitto, che Dio a loro tempo le conduca salve. Per ancora non è arrivato Lionardo Nardi, el quale si aspetta di giorno in giorno, dal quale saremo ragguagliati più largamente. Ed essendovi cose, da noi ve ne daremo avviso. Che Dio per tutto le conduca in salvo.

Appresso è 'l carico di detta nave. E prima la nave nomimata La Trinità, di porto di tonelli 210, è:

	Pepi	*c. 940*
	Noce moscade cantara	*c. 1167*
	Macis	*c. 200*
	Cannella	*c. 82*
	Gengiovo	*c. 174*
	Verzino	*c. 138*
	Lacche	*c. 100*
	Stagno fino	*c. 459 peso grande*
	Muschio papi	*p. 560 //*
[fl. 140v]	*Rebarbero rotoli*	*r° 36*

Quanto sono in suddetta nave [di] marinai:

Noce moscade	*c. 30*
Di muschio	*c. 15*
E più altre cose minute.	

Appresso 'l carico di una altra nave d' re e parte:

Pepe	*c. 4500*
Cannella	*c. 300*
Noce moscade	*c. 800*
Macis	*c. 110*
Gengiovi	*c. 675*
Sandali	*c. 60*
Rebarbero	*c. 3*
Bongui	*c. 14*
Seta mezzana e fine	*c. 18*
Stagno	*c. 200*

Cópia de mais capítulos de uma carta de Portugal de 24 de Maio de 1513.

Há pouco, sábado dia 21 do corrente, chegou da Índia a este porto ũa nau deste sereníssimo Rei e, das outras, cinco se ficaram atrás, entre as quais era ũa das nossas de Malaca, a maior, ou seja a *Trindade*, toda carregada, a qual partiu da Aguada de Saldanha 9 dias antes desta e a toda a hora pode chegar[1]. A qual é partida da

[1] A *Trindade* fazia parte da armada de quatro velas de Diogo Mendes de Vasconcelos, que, em circunstâncias paralelas às do envio de João da Nova à Índia em 1501, D. Manuel despachara a comerciar em Malaca, sem saber ainda do desaire aí sofrido por Diogo Lopes de Sequeira em 1509 (CASTANHEDA, III, xxxiv; BARROS, II, v, 8; G. CORREIA, I, pp. 120-121; GÓIS, III, x). A frota era armada por Girolamo Sernigi ou Jerónimo Cerniche (*cf.* M. SPALLANZANI, *Mercanti fiorentini* [...], cit. *supra* doc. VIII, nota 8, pp. 97-110) com quem D. Manuel preparara um contrato para a exploração do comércio de Malaca, quiçá em regime de meação (*vide* carta de Estêvão Vaz a el-Rei, Lisboa, 19.VII.1509, pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, vol. VI, p. 337); o feitor da *Trindade* era Leonardo Nardi (doc. pub. *ibidem*, vol. V, p. 196). Partida de Lisboa a 12.III.1510, chegou a armada de Diogo Mendes a Angediva em Agosto, vindo a encontrar-se no Cabo de Rama, um pouco mais ao norte, com a de Afonso de Albuquerque, que fora obrigado a evacuar Goa, de que se apossara meses antes. Albuquerque tentou dissuadir Mendes de Vasconcelos de seguir para Malaca, propondo-lhe que o ajudaria a conquistar a cidade se ele o ajudasse primeiro a reconquistar Goa, ao que ele anuiu; mas como Albuquerque desse mostras de querer empreender uma expedição ao Mar Roxo antes da de Malaca, Diogo Mendes insistiu em partir com as suas quatro velas sem esperar pelo governador. Um conselho reunido por este deu-lhe razão contra Diogo Mendes, que finalmente decidiu zarpar à sucapa, durante a noite, do rio Mandovi, onde fundeara defronte de Ribandar, para Malaca em companhia do Cerniche, que se dispunha a acompanhá-lo. Não conseguiu, porém, sair a barra do Mandovi; apanhado pelo governador, foi degredado para o Reino pela primeira armada, com Pero Quaresma que, ciente da manobra, o não denunciara; os mestres e pilotos das naus foram enforcados, enquanto Sernigi, condenado a ser degolado, viu a pena comutada pelo governador em degredo por ser estrangeiro (CASTANHEDA, III, xxxiv, xxxvii & xlviii-xlix; BARROS, V, viii & x; *Comentários*, II, xliii & xlvii, & III, x-xii; G. CORREIA, II, cap. xxi, p. 162 & ss.; GÓIS, III, x).

banda de cá do Cabo da Boa Esperança na costa de Guiné fora de todo o perigo, porquanto não há i temporais em aqueles mares, que todos os perigos são da Índia ao Cabo da Boa Esperança[2]; e é mister assaz de boa vontade pois a cada dia vemos apartarem-se duas naus ũa da outra e chegar ũa aqui um mês antes da outra do Cabo da Boa Esperança pera cá, pois são os perigos de diversa sorte, e tomam deles ũa volta e deles outra e os ventos são em um lugar ponentes e em outro levantes. E os seguradores podem fazer conta de ter ganho o seguro desta nau. E estes portugueses dizem a ũa voz que vem mui rica; que o Altíssimo a conduza a salvo!

Os quatro navios foram então incorporados na armada de Albuquerque, sendo o comando da *Trindade* entregue a Fernão Peres de Andrade e os dos demais navios a outros capitães da confiança de Albuquerque (carta do governador a el-Rei, Cochim, 1.IV.1512, pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque,* I, doc. ix, pp. 29-65; *vide* p. 60); participaram assim na conquista de Malaca em 1511, de onde largaram de regresso à Índia em Janeiro de 1512, vindo a *Trindade* sob o comando do ouvidor Pero de Alpoim. Chegaram a Cochim a 29.II.1512, tarde demais para tornarem ao Reino nesse mesmo ano, pelo que só tornaram no seguinte. Os demais navios da conserva que regressava em 1513 deviam pertencer às armadas de D. Garcia de Noronha e Jorge de Melo Pereira; a primeira partiu de Lisboa em 1511, mas apenas dois navios dos seus atingiram a Índia nesse ano, pois os outros quatro, tal como os de Tristão da Cunha em 1506, não dobraram o Cabo de St.° Agostinho e foram obrigados a arribar à Guiné, recomeçar a volta do mar e invernar em Moçambique, onde chegaram em Fevereiro de 1512; daí partiram para a Índia em conserva com a armada do ano seguinte, comandada por Jorge de Melo Pereira, chegando ambas, num total de onze velas, a Cochim em Setembro (CASTANHEDA, III, lxxi, lxxx & lxxxviii). A Aguada de Saldanha, hoje conhecida por Saldanha Bay, (33° 1' S, 17° 54' E), onde fizeram escala no regresso, fica na costa atlântica da África do Sul, a *c.* 70 milhas a noroeste da Cidade do Cabo; foi escalada em 1503 por António de Saldanha à ida para a Índia (CASTANHEDA, I, lxiv), de onde o seu nome; foi aí que no regresso da Índia em 1510 pereceu D. Francisco de Almeida, morto numa escaramuça com os hotentotes.

[2] Os tufões ou ciclones tropicais, frequentes sobretudo no hemisfério norte (22 por ano, em média), formam-se durante o verão, quando a água do mar está a mais de 26° ou 27° C – o que raramente acontece no hemisfério sul, quer no Atlântico (onde praticamente se não registam ciclones), quer no Índico (onde se formam de Outubro a Abril, na costa noroeste da Austrália, mas são raros, apenas um por ano, em média), pois a presença de grandes massas de água tempera o clima. No Atlântico registam-se, contudo, ciclones extra-tropicais, como o que fez naufragar quatro navios da armada de Cabral (*cf. supra* doc. VI, nota 3); à vinda da Índia havia ainda que arrostar com os ventos gerais de Oeste, frequentemente tempestuosos, sobretudo durante o inverno austral (*cf. supra* doc. IV, nota 30), que tornavam perigosa a costa do Natal até ao Cabo. Foi aí que a Carreira da Índia sofreu as maiores perdas.

As outras três naus ficaram em Malaca por falta de carregamento, porque o capitão-mor quer dar a carga às naus del-Rei e não fez o que prometera; e todavia deixou boa ordem que carreguem antes de nenhuma outra[3]. E com elas ficou Giovanni da Empoli pera lhes dar carga e no mês de Janeiro esperam estar de tornada à Índia, ou seja, a Cochim, onde ficou o nosso Dionísio à sua espera, pois o capitão-mor o tornara à sua posição na nau e o fizera capitão dela[4].

[3] É aqui particularmente claro o choque entre as concepções político-económicas de Afonso de Albuquerque, partidário de um estado forte e monopolizador, e os interesses dos mercadores privados, que só com Lopo Soares de Albergaria lograram uma desforra (*vide* Luís Filipe THOMAZ, «Diogo Pereira *o Malabar*» in *Mare Liberum – Revista de História dos Mares*, n.º 5, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1993, pp. 49-64; *cf.* Idem, *A questão da pimenta* [...], cit. *supra*, doc. II, nota 51, cap. «Vicissitudes do mercantilismo régio português», pp. 48-80).

[4] Refere-se a Dionigi Sernigi, Dionísio ou Dinis Cerniche, irmão de Jerónimo e, ao que parece, feitor geral da armada de Diogo Mendes. Os cronistas portugueses confundem-se todos acerca dos Sernigi, pois não mencionam senão a presença de um deles na armada: Castanheda (que, para mais, se engana trocando o nome de Jerónimo Cerniche com o de seu filho Aníbal, que foi para a Índia mas por 1530) não se refere a Dinis; Barros e Brás de Albuquerque, pelo contrário, só se referem a Dinis, ignorando Jerónimo, ao passo que Góis só menciona Jerónimo ignorando Dinis. Gaspar Correia começa por mencionar um personagem que designa por Diniz Cerniche, dando-o por capitão de um dos navios e feitor da armada de Diogo Mendes de Vasconcelos; mas a partir daí designa-o sempre por *mice* Vinete Cerniche, chamando-lhe ora capitão ora feitor. Como a 25.V.1511 Jerónimo Cerniche recebia de D. Manuel privilégio de cidadão de Lisboa, o que faz pensar que não estivesse então na Índia, pode pôr-se a hipótese de que ele fosse o armador da frota mas tivesse permanecido em Portugal, confiando ao irmão o comando da sua nau. Contra tal hipótese milita, todavia, o facto de Afonso de Albuquerque (carta de 1.IV.1512 cit. *supra*, nota 1) se queixar dele a el-Rei como fisicamente presente em Goa «[...] e Jerónimo Cerniche e Ferrão Corrêa desta volta e conselho eram em danar todo o feito, e desta maneira cuidavam todos que tomavam vingaça de mim; eu lhes perdoo, porque Nosso Senhor lhe amostrou bem suas culpas e seus erros e sua detreminação e mao conselho na minha ida que me levou a Malaca e cousas que lá socederam». Acresce que os cronistas afirmam que Albuquerque condenara Sernigi a desterro em S. Tomé, recambiando-o para o Reino pela primeira armada, e o presente documento atesta que Dinis Cerniche permaneceu na Índia, acompanhando Afonso de Albuquerque a Malaca, onde ficou à espera de carga para a sua nau. Noutros passos da mesma carta e em outras cartas Albuquerque refere-se ao capitão da armada de Diogo Mendes de Vasconcelos sempre apenas pelo apelido, chamando-lhe «o Cerniche». Da restante documentação publicada nas *Cartas de Afonso de Albuquerque* não se pode concluir grande cousa, pois embora apenas se achem referências a Jerónimo, e jamais a Dinis, é sobretudo na qualidade de armador e proprietário de navios que se lhe alude, o que não é incompatível com a sua permanência em Lisboa. De tudo isto seríamos levados a inferir uma hipótese alternativa: a de que tivessem ido ambos à Índia, sendo Jerónimo o capitão da nau

E aí estará todo este Verão por tirar a nau a terra e a correger do necessário; e no fim de Novembro que vem será sua partida pera cá. Que o Altíssimo a conduza a salvamento. E posto que fazemos grandes soldos, esperamos em Deus que el-Rei os haja de pagar, e assi mesmo o dano recebido polas não terem deixado carregar. Todos dizem que é el-Rei obrigado de pagar os danos mai'los juros. Uma vez que cheguem a salvamento então faremos as contas. Leonardo Nardi, que vem com ũa daquestas naus, de tudo dará razão[5].

Quando Afonso de Albuquerque chegou a Malaca com a armada mandou cometer a el-rei da terra paz e concórdia, e que lhe leixasse fazer fortaleza ali em a cidade a seu talante[6]. E el-rei de Malaca lhe dizia boas palavras mas não queria consentir na fortaleza, de modo que estiveram em essa prática quinze dias. E vendo o capitão como o tinham em vãs palavras, despejavam a terra e

---

e desempenhando seu irmão Dinis funções subalternas como as de feitor, como seria lógico nesse caso, visto ser onze anos mais novo. Veja-se a árvore genealógica da família *in* SPALLANZANI, *Mercanti Fiorentini* [...], p. 110.

[5] Sobre este personagem, *vide ibidem*, p. 47 & ss.; *cf. supra* doc. VIII, notas 1 & 8, e nota 1 ao presente documento.

[6] Sobre a chegada de Albuquerque a Malaca, suas tentativas de negociação com o sultão e subsequente ataque e conquista da cidade, *vide* as cartas de Albuquerque a el-Rei (Cochim, 1.IV.1512, cit. *supra*, nota 1, e Cochim, 20.VIII.1512, pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, I, x, pp. 65 & ss) e a Duarte Galvão (*ibidem*, I, cviii, p. 395 & ss.); CASTANHEDA, III, l-lxi; BARROS, II, vi, 2-7; GÓIS, III, xvii-xix; *Comentários*, III, xiv-xxxviii; G. CORREIA, II, p. 214 & ss.; e ainda uma carta de D. Manuel ao papa Leão X impressa em Roma em 1513, pub. em fac-símile com trad. portuguesa e notas por Nair de Nazaré de Castro SOARES, *Epístola do muito poderoso e invencível Manuel, rei de Portugal e dos Algarves, etc. das vitórias que obteve na Índia e em Malaca, ao Santo Padre, em Cristo, e Senhor nosso, Leão X, Pontífice Máximo*, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1979. Do lado malaio a narrativa mais completa e menos romanceada é a do *Sejarah Melayu* ou «Anais Malaios», crónica quinhentista do sultanado de Malaca (cap. xxxiv da versão pub. em 1896 por W. G. SHELLABEAR, 3.ª ed., 16.ª reimp., Penerbit Fajar Bakti, Petaling Jaya, Malásia, 1986, pp. 202-239; cap. xxiii da versão pub. por Sir Richard WINSTEDT in *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, vol. XVI, p. 3, 1938, e vertida em inglês por C. C. BROWN, *ibidem*, vol. XXV, pp. 2-3, 1952, p. 167 & ss.). Acha-se uma versão mais tardia e mais romanceada num *ms.* malaio pub. por Luís Filipe THOMAZ, «La prise de Malacca par les Portugais vue par les Malais (d'après le Ms. Raffles 32 de la Royal Asiatic Society)» in *Cultural Contact and Textual Interpretation, papers from the Fourth European Colloquium on Malay and Indonesian Studies*, ed. por C. D. Grijns & S. O. Robson, Koninklijk Instituut voor Taal-, Land- en Volkenkunde, Leiden, Foris Publications, Dordrecht, 1986, pp. 158 a 177; versão portuguesa do mesmo texto *in* «Os Frangues na Terra de Malaca», *A Abertura do Mundo – Estudos de História dos Descobrimentos Europeus em homenagem a Luís de Albuquerque*, ed. por Francisco Contente DOMINGUES e Luís Filipe BARRETO, vol. II,

aprestavam gente, ao fim determinou-se de fazer a fortaleza per força e pôs em terra 800 homens bem armados, dos melhores da frota, e 1200 deles ficaram nas naus. Com os quais 800 homens começaram de meter a terra a saque e tomaram uma ponte onde eles se haviam feito fortes e mataram mais de 1200[7]. E vendo isto el-rei de Malaca fez acordo e deixou fazer a fortaleza à vontade do capitão[8]. O qual filhou toda'las pedras das sepulturas dos mortos pera fazer a dita fortaleza, em a qual leixou 400 homens bem fornecidos de artilharia[9]. E deste modo se vão assenhoreando de todo

Ed. Presença, Lisboa, 1987, pp. 209 a 217. Uma terceira versão ainda, romanceada como a segunda, ocorre no *Hikayat Hang Tuah*, uma espécie de romance de cavalaria ou epopeia em prosa, datável da segunda metade do século XVI, mas, na sua forma actual, completada no XVII (*vide* Kassim AHMAD, *Hikayat Hang Tuah*, diselenggarakan dan diberikan pengenalan baru oleh..., Dewan Bahasa dan Pustaka, Kementerian Pendidikan Malaysia, Kuala Lumpur, 1993).

[7] As várias fontes portuguesas concordam em como Albuquerque empregou na conquista de Malaca *c.* 800 homens de guerra portugueses, a que há a juntar 200 a 300 lascarins malabares. Já a afirmação de que ficaram nas naus 1200 homens carece de fundamento e até de lógica; é possível que seja erro de copista por 120. O sultão defendeu-se, segundo o testemunho unânime das fontes, com *c.* 20 000 homens, dos quais apenas 4000 bem armados e treinados. O ataque à ponte que ligava ao núcleo central da cidade o bairro de Upé, onde residiam as principais colónias mercantis estrangeiras, foi de facto a chave da conquista da praça (*cf.* R. W. MCROBERTS, «An Examination of the Fall of Malacca in 1511» in *Journal of the Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society*, vol. LVII, part 1, 1984, pp. 26-39).

[8] Esta informação não é correcta: o sultão lutou enquanto pôde, retirando em seguida para o sertão, com toda a sua corte e com o seu tesouro montado sobre elefantes, refugiando-se no lugar de Bertão, sito, ao que parece, a montante de Malaca; daí se transferiu mais tarde para Muar, na foz de um rio sito a SE de Malaca, depois para o reino vassalo de Pão (Pahang, 3° 30' N, 103° 25' E, na costa oriental da Península Malaia) e finalmente para a ilha de Bintão (Bintang, 1° N, 104° 30' E, a SE de Singapura). Jamais pactuou com os portugueses, que acabaram por negociar com seu sobrinho e vassalo Raja Abdallah, rei de Campar em Samatra (Kampar, 0° 20' N, 101° 55' E) para vir governar a cidade sob a suserania portuguesa (*cf.* Luís Filipe THOMAZ, «Nina Chatu e o comércio português em Malaca» in *Memórias* do Centro de Estudos de Marinha, vol. V, Lisboa, 1974, republicado in *De Ceuta a Timor*, cf. *supra* doc. III, nota 2, pp. 487--512. Versão inglesa: *Nina Chatu and the Portuguese Trade in Malacca*, translated from the Portuguese by Fr. Manuel Pintado, with a foreword by A. Kalimuthu, Luso-Malaysian Books, Malaca, 1991).

[9] As várias fontes de que dispomos confirmam que para a construção da fortaleza foram utilizadas as lápides sepulcrais de um cemitério e a pedra da mesquita principal, que foi demolida. Quanto à guarnição deixada na praça, referem 300 homens de armas e mais uns 200 a bordo dos 15 navios que ficaram em Malaca para patrulhar o estreito e defender a praça, ou para partirem em missão a novos países que Albuquerque desejava contactar, como Maluco.

o mundo, que os faça Deus prosperar de bem a melhor! O espólio que tomaram os portugueses é grã riqueza, como o podeis estimar, de ouro e de jóias, que das especiarias não faziam conta[10].

Há i ũa nação de gente a que chamam lá os chins, brancos como nós, de que os há estantes em Malaca, que são mercadores, e vem cada ano 15 ou vinte naus das suas a Malaca. Fizeram tanta amizade com os portugueses que mandaram oferecer ao capitão que o queriam ajudar se o quisesse. E ele lhes mandou responder e agradecer, que não era necessário, mas lhes rogava que se fossem a pôr em certo ponto alto, por que vissem como os portugueses combatiam no tomar daquela ponte. E assim fizeram, do que ficaram mui maravilhados que com 800 homens vencessem a tanta gente da terra, que eram mais de 5000 os da terra. E assim se passou este negócio[11].

---

[10] CASTANHEDA (III, lx) calcula o quinto do despojo que coube a el-Rei (segundo um princípio que o direito peninsular herdou do direito alcorânico na época da Reconquista) em «passante de 200 000 cruzados»; BARROS (II, vi, 6) é mais modesto ficando-se pelos 50 000, ao passo que Gaspar Correia, com manifesto exagero como é seu costume, avalia o quinhão do governador em 400 000 cruzados, o de cada capitão em 30 000 a 40 000 cruzados e o de cada homem de armas em 3000 a 4000, o que corresponderia a um despojo total de mais de 10 milhões de cruzados. Com efeito, segundo o «regimento para a repartição das presas» incluso nas instruções dadas por el-Rei a D. Francisco de Almeida, (cit. *infra* doc. XV, nota 3), deduzido o quinto d'el-Rei, 53% do despojo eram para o armador do navio, dividindo-se os restantes 27% pela tripulação; o governador tinha direito a 25 vezes o quinhão individual de um homem de armas. Todas as fontes concordam em como as peças de artilharia abandonadas em Malaca pelo sultão andavam pelas 2000.

[11] Sobre o efectivo empenhado pelo sultão na defesa da sua capital, *cf. supra* nota 7. Sobre a comunidade chinesa de Malaca, *cf.* Luís Filipe THOMAZ, «Malaka et ses communautés marchandes au tournant du XVI^{e} siècle» in *Marchands et hommes d'affaires asiatiques dans l'Océan Indien et la Mer de Chine, 13^{e}-20^{e} siècles*, ed. por Denys LOMBARD & Jean AUBIN, Ed. de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1988, pp. 31 a 48; versão portuguesa in *De Ceuta a Timor*, cf. *supra* doc. III, nota 2, pp. 513-535. Já em 1509 os chins de Malaca haviam recebido muito bem a Diogo Lopes de Sequeira (*Crónica Anónima*, cap. 93; *cf.* o *Livro de Duarte Barbosa*, ed. M. A. Veiga e SOUSA, vol. II, apêndice xxiii, p. 459 & ss.). Também os quelins (nome por que eram conhecidos no mundo malaio os indianos do sul) se mostraram inclinados a colaborar com os portugueses; essa atitude de indianos e chineses parece confirmar o que inferimos de outros indícios, a saber, que a política do sultanado estava tomando um cariz muçulmano ortodoxo que desagradava a budistas e hindus (*cf.* Luís Filipe THOMAZ, «Nina Chatu [...]», cit. *supra*, nota 8; e ainda «The Indian Merchant Communities in Malacca under the Portuguese rule» in *Indo-Portuguese History: Old Issues, new Questions*, ed. por Teotónio R. d'SOUZA, Concept Publishing C^{y}, Nova Delhi, 1985, pp. 56 a 72; reproduzido in *Early Portuguese Malacca,* Macau, [1998]).

E tornando o capitão de Malaca à Índia se perdeu a nau em que vinha, de 400 tonéis, carregada de drogarias e de muitas riquezas, que valia mais de 600 mil ducados[12]. Rompeu-se-lhe a enxárcia de ũa das partes do mastro, o qual logo caiu sobre a proa da nau e a meteu ao fundo, donde se afogaram 20 homens; e os outros foram salvos pelas nossas que estavam perto dela, a qual outrossim salvou ao capitão-mor sobre ũa távoa. O qual capitão tinha consigo três naus de mouros que tomara em Malaca, abarrotadas de especiaria e drogarias. E as tomou e em cada uma pôs quinze homens portugueses e deixou i estar dentro a todo'los mouros, os quais mouros quando viram a nau do capitão-mor perdida, tomaram outro caminho e fugiram. E ũa delas pôs os cristãos em terra; e na outra os passaram à espada: e assim sucedeu por má diligência do capitão, que devia trazer fora a mor parte dos mouros e meter dentro mais cristãos, mas dizem que não no fez parecendo-lhe que os cristãos roubariam as jóias e cousas sutis das ditas naus[13].

O capitão-mor estava na Índia prestes pera partir antes de Dezembro próximo com sua armada, a saber, vinte naus com 3000 homens pera ir à volta do Mar Roxo, mas primeiro havia de ir a Cambaia que é na costa da Pérsia por fazer paz e concórdia com o dito rei de Cambaia, porquanto este lhe mandara embaixador à Índia a cometer a dita paz; o qual é rei mouro e poderoso, posto que a mor parte de seu povo sejam gentios[14]. E, feito isto, ir daí à volta do Mar Roxo por haver

[12] Era a velha *Frol de la Mar*, com que topámos diversas vezes desde a segunda viagem de Vasco da Gama em 1502 (*cf. supra* doc. IX, nota 14 & doc. XI, nota 8), onde era transportada boa parte do tesouro do sultão, de que Brás de Albuquerque dá um breve inventário (*Comentários*, III, xliii); Albuquerque, salvo com os seus pela *Trindade*, mandou mais tarde mergulhadores a tentar recuperar parte do tesouro, mas em vão. Sobre as circunstâncias do naufrágio, *vide* CASTANHEDA, III, lxxviii; BARROS, II, vii, 1; *Comentários,* III, xlii; G. CORREIA, II, xxii, pp. 268-270; GÓIS, III, xxvi.

[13] Tanto Albuquerque, nas suas cartas, como os cronistas referem este episódio, mas são concordes em falar de um único junco capturado em Malaca e levado para a Índia em vez de três. O autor deixa-se aparentemente confundir pelo número de três, que na realidade era o das naus da frota de Albuquerque que regressavam com ele à Índia: a *Frol de la Mar*, capitaneada por Albuquerque, a *Trindade*, por Pero de Alpoim, e a *Enxobregas*, por Jorge Nunes de Leão, ficando as outras quinze em Malaca. O junco onde vinham os 60 escravos jaus que se revoltaram era comandado por Simão Martins, que pereceu no motim; parece que dos treze portugueses e cinquenta malabares que seguiam a bordo apenas escaparam quatro.

[14] *Cf. supra*, doc. XIII, nota 11.

recontro com a armada do Soldão, sendo saída fora como houvera notícia, que não quer esperar na Índia[15].

E fazem conta de filhar Adém que é ũa cidade de mouros no estreito de Meca, em ũa ilhota, e tem ponte por onde passam à terra firme, ainda que perto é, em a qual terra firme o dito rei tem muita cópia de cidades e grande cópia de gente de pé e de cavalo. E o mais do tempo está o dito rei na terra firme. A qual cidade é muito perto da boca do Mar Roxo e aí descarregam toda'las naus de mouros que da Índia trazem toda'las especiarias. Aí descarregam os navios pequenos que entram no Mar Roxo[16]. E também vai com intenção de fazer fortaleza em um ilhéu pequeno; e com tal empresa será fácil cousa que não vá mais especiaria ao Cairo nem a Alexandria, o que muito importará a este sereníssimo rei[17]. Esta nação de homens brancos que se chamam chins são como alemães, grandes de corpo, de cabelos longos e bem vestidos; e em trinta dias de viagem vem as suas naus a Malaca cada ano ũa vez, frota ordenada em a qual há sempre um capitão principal, homem honrado. São gentios de sua fé e tem rei assaz poderoso e grande cópia de povo, e seus navios carregam das cousas principais, pimenta em Zenerare (?) distante de Malaca, ou seja, aquém de Malaca, 80 léguas[18]. E as suas

[15] Trata-se da segunda armada que o sultão do Cairo preparava para enviar à Índia, após o desaire da primeira, destroçada por D. Francisco de Almeida em 1509, na batalha naval de Diu (*cf.* Armando da Silva Saturnino MONTEIRO, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. I, 1139-1521, Liv.ª Sá da Costa Ed.ª, Lisboa, 1989, p. 177 & ss.). Devido a dificuldades várias, sobretudo à falta de madeira de construção nos portos do Mar Roxo, só veio a estar pronta mais tarde, em 1515 (*cf.* Jean-Louis BACQUÉ-GRAMMONT & Anne-KRELL, *Mamlouks, Ottomans et Portugais en Mer Rouge – L'affaire de Djedda en 1517*, Supplément aux Annales Islamologiques, cahier n.° 12, Institut Français d'Archéologie Orientale, Cairo, 1988). Como é sabido, Albuquerque não esperou por ela, penetrando no Mar Roxo em 1513. Sobre as façanhas e projectos de Albuquerque, *vide* Geneviève BOUCHON, *Afonso de Albuquerque, o Leão dos Mares da Ásia*, Quetzal Ed., Lisboa, 2000, que é a sua mais completa e actualizada biografia.

[16] Sobre Áden, *cf.* O. LÖFGREN, art.° «Adan», in *L'Encyclopédie de l'Islam*, s. v.; sobre os transbordos e baldeações a que estavam sujeitas as cargas destinadas ao Egipto, *cf. supra* doc. III, notas 9, 22 & 38, & doc. IV, notas 9 & 11-13.

[17] *Cf. supra* doc. XI, nota 6; a fortaleza de Socotorá, que se revelara inútil, fora desmantelada por ordem de Albuquerque (CASTANHEDA, III, xlviii; *Comentários*, II, vi; *cf. supra* doc. XI, nota 22), que pensava agora em construir uma dentro do Mar Roxo, provavelmente em Camarão (*cf. infra* apêndice, nota 32).

[18] O texto neste passo parece corrompido, dando a impressão que o escriba misturou o topónimo, aparentemente «Samatra», com outra palavra, talvez *zenzero*, «gengibre», talvez *generale*, «geral», (interpretando *pepi in generale*

naus são de 200 tonéis até 500[19]. Não sei que mercadores sejam; partem-se de lá pera Malaca, que ainda se não pôde entender. Dir-se-vos-á pola próxima.

O feitor del-Rei em Malaca escreve que se lhe mandem 15 peças de pano luquês de Florença e 4 brocados rasos de ouro e 4 veludos bons de todas as cores e holandas e outras lençarias e panos de Holanda, barretes, facas, espelhos de todas as sortes, mercadarias que pareçam pera aqueles países em que a gente seja como a de cá[20]. É minha opinião que semelhantes mercadorias as hajam de levar os ditos chins de seus países. E quando chegarem as nossas naus, havendo outras novas se vos dirá.

E por cartas do dia 2 de Junho os ditos Sernigi escrevem o que se segue, como na cópia se diz: nos dias passados chegaram aqui certas naus da Índia deste nosso sereníssimo rei, e despois prouve a Nosso Senhor que quinta-feira passada entrasse aqui a nossa nau *Trindade* que vem de Malaca, a qual chegou riquíssima, como vereis pola carga que por esta se vos manda. E se o capitão-mor a tivesse leixado carregar juntamente com as outras duas que lá ficam, valeria o dobro ou mais. Deus lhe perdoe, que nos tem feito muito mor dano que delo se pode escrever. E as outras ficam, como se disse, em Malaca pera carregar, em que ficou Giovanni da Empoli por feitor. E a esta hora as fazemos já tornadas de Malaca, e lá se corregem, e depois, em Novembro que vem, partirão pera cá; nas quais vem o nosso Dionísio, que permanecia na Índia pera dar destino a tudo, de modo que com a ajuda de Deus se espera daí mui bom proveito; que Deus a seu tempo as traga salvas[21].

«pimentas em geral») com *generale* pronunciado à veneziana; a distância aproximada a Malaca, a posição aquém desta e o facto de se tratar de um carregadouro de pimenta apontam para Pacém (5° 9' N, 97° 12' E), ao tempo o principal porto do norte de Samatra. Sobre a presença chinesa em Pacém *vide* Jorge Manuel dos Santos ALVES, *O Domínio do Norte de Samatra – A história dos sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, 1999, p. 77 & ss. Sobre o uso e significados do topónimo *Samatra*, *cf. infra* apêndice, nota 49.

[19] *Cf. infra* apêndice, nota 50; sobre os juncos malaios, *cf. supra* doc. II, nota 25.

[20] Quer o autor dizer mercadorias para «gente civilizada», para não repetir o erro de Vasco da Gama em 1498 (*cf. supra* doc. II, nota 11).

[21] *Cf. supra* nota 3; sobre Giovanni da Empoli, *cf.* SPALLANZANI, *op. cit. supra* doc. VIII, nota 7.

Segue-se a carga da dita nau. E primeiramente a nau *Trindade*, de 210 tonéis de arqueação[22].

Pimenta	quintais	940
Noz-moscada	»	1167
Maças	»	200
Canela	»	82
Gengibre	»	174
Brasil	»	138
Lacre	»	100
Estanho fino	q^s (peso grande)	459
Almíscar em papos	papos	560
Ruibarbo em rolos	rolos	36

Quanto vem na sobredita nau de marinheiros:

Noz-moscada	quintais	30
De almíscar	»	15
E mais outras cousas miúdas		

Segue-se a carga de ũa outra nau del-Rei e de partes:

Pimenta	quintais	4500
Canela	»	300
Noz-moscada	»	800
Maças	»	110
Gengibre	»	675
Sândalo	»	60
Ruibarbo	»	3
Benjoim	»	14
Sedas meãs e finas	»	28
Estanho	»	200[23]

[22] Notar-se-á a abundância inusitada de noz-moscada e maça, evidentemente obtidas em Malaca e, surpreendentemente, a ausência de cravo, que pela mesma razão seria suposto abundar. A relativa abundância de brasil (*cf. supra* doc. II, nota 19 & doc. VIII, nota 25) não espanta, sendo como é um produto indígena da região malaia, tal como a de sândalo, dada a vizinhança de Timor. Pode comparar-se a carga destas naus com a das três chegadas em Agosto seguinte e ainda com as que só regressaram em 1514, que Magalhães GODINHO (*op. cit. supra*, doc. III, nota 2, vol. II, p. 103) reproduz de Sanuto, em que se nota o mesmo insólito predomínio da noz-moscada e da maça (que nas três naus chegadas em Agosto de 1513 compunham mais de $^1/_3$ da carga).

[23] O estanho – de que a Malásia é ainda hoje o principal produtor mundial – provinha sobretudo do NW da Península Malaia, entre Malaca e Quedá (6° 7' N, 101° 23' E), zona a que os portugueses chamavam «as terras do estanho» ou «as terras das timas» (do malaio *timah*, «estanho»); dependentes do sultanado de Malaca eram governadas por mandalicas («governadores provinciais», do malaio *mendelika*, por sua vez do sânscrito *mâṇḍalika*, de *maṇḍala*, «círculo, região, província») designados pelo sultão.

XV

Relação de uma província novamente descoberta nas partes da Índia

O título, muito genérico, sugere apenas o assunto geral da relação e o facto de que se trata de um fragmento: «*nota di una nuova provincia nuovamente trovata per l'armata del serenissimo re di Portogallo nelle parte d'India*». Através da análise do texto é possível, porém, estabelecer que o trecho em causa faz parte de uma carta escrita por um italiano sobre uma expedição portuguesa a Sofala. Na forma actual do documento não aparece nem o nome do capitão da frota portuguesa que descobriu a província em causa, nem a data em que aquela expedição foi organizada. Esta situação, aparentemente anómala, pode ser atribuída aos interesses do autor da antologia, muito mais sensível ao assunto geral da relação do que aos pormenores. Com efeito, esta carta, centrada no «encontro» com o mítico Preste João e com o seu império cristão, tenta transmitir o maior número de informações sobre a situação política do império, sobre o acolhimento que o Preste João reservou aos portugueses e sobre a forma peculiar de religião que aí se praticava.

Se não considerarmos a viagem individual de Pero da Covilhã, o primeiro contacto com Sofala foi estabelecido por Sancho de Tovar, partido com a frota de Pedro Álvares Cabral. Todavia, só em 1505 Pero de Anhaia, nomeado primeiro capitão de Sofala, obtém do rei local a autorização para começar a edificar aí a primeira fortaleza portuguesa. É muito provável, portanto, que o excerto de relação copiado por Vaglienti seja escrito com base nas informações chegadas a Portugal através de alguém que tomou parte em esta expedição.

[fl. 82B] ***Appresso nota di una nuova provincia nuovamente trovata per l'armata del serenissimo re di Portogallo nelle parte d'India.***

E questo è un porto in sull'oceano, nominato Astu, el quale è sotto lo 'mperio e giuridizione del Presto Giovanni, el quale è cristiano, ma si battezzano col fuoco e rimangono segnati nelle loro gotte, e sono neri e parte bigi, uomini assai belli di stature.

E quando la nostra armata arrivò a esso porto que' di que' luogho ne
[fl. 82v] *denno notizia a loro // signore Prete Gianni, el quale era discoto la stanza sua da esso porto circa a una giornata. E come ebbe sentore che armata di cristiani erano nel suo territorio e porto, isso fatto, mandò a pregare el capitano dell'armata fusse contento andallo a visitare nella sua terra e che li farebbe onore. Dove el capitano, nello contentar, andovi accompagnato com X o 12 uomini. E quando giunse i' nella sua terra, nominata Zafale, la quale è grande quanto el Chairo, che gira novanta miglie, fè loro un grande onore e per maggior magnificenza se li fè incontro e fè mandare un bando per la terra che non fusse alcuno, di che stato o condizione si fusse, che per XV dì vi fosse far facenda alcune, sotto gran pena, salvo a fare onore a nuovi cristiani arrivatovi, per allegrezza di loro venuta: che mai più tal cosa s'era sentita che cristiani con loro navili o armata per que' mari fussino mai arrivati. E lui fè loro tutto quello onore come se fussino stati tutti re e signori e proticolli, che fussino contenti che quando solcavano que' mari dovessino falli moto in quel porto, che maggior grazia no' li potevano fare e che*
[B] *se la sua / Maestà volesse fare l'amprese di gittare giù la casa di Maometto ch'è alla Meche, che sarè co' lui a tutte sue forze a questo dovere fare. E come egli è a' confini col Soldano e che li dà l'anno trebuto la que' che lui è signore del Nillo e se li togliesse quell'acqua li sarè forzato el morirsi di fame rispetto que vi non piove mai e bagna le terre sue co' l'acque del Nillo e per questo maniera fa gran riccolte.*

E mostrò loro 'l corpo di San Tomasso apostolo nel quale hanno gran fede, e in che modo è [che] fanno el nuovo Presto lanni quando è signore, che lo pongono a sedere in s' una sedia e mettolli la corona del morto Prete lanni in mano. E quelli possono esser Prete lanni son sempre XII, e quali, a uno a uno, li hanno andare a basare la mano e quello al quale e' las-

ciata andare la corona in capo, resta Prete lanni per l'avvenire. E fanno un altro in suo luogo nel numero de' dodici, ch'è una bella cosa. E questo fanno perché dicono che come Cristo ebbe 12 apostoli, così loro tengono dodici che possono succedere lo 'mperio della signoria dopo la morte del morto loro
[fl. 83] *signore; e in altro modo non fanno el nome // del detto Prete lanni.*

In que' luogo è in vece del nostro pontefice Papa, imperò che prete consagrato niente, dimanco molte volte alla elezione del nostro pontefice ci ha mandato a dare l'ubbidienza e offire alla fede apostolica aiuto e favore quando volesse pigliare l'amprese contro a maomettisti e [...], contro al Soldano, suo trebutario.

E dicono questi portogallesi che sono buoni cristiani ma solo v'è che loro si battezzano col fuoco e noi coll'acqua mentre dimanco hanno tutte l'altre cirimonie come noi nel dire messa e confessione e comunione. E in gran riverenza hanno l'ordine di San Basilio e 'l convento v'è là, e fannone grande stima e quando vi capita de' frati dell'ordine di San Francesco li fanno loro grande onore e tengolli in grande stime e così ogni altra regola di cristiani e deziendio qualunque cristiano che di là capita, e in fine tutti li hanno in gran riverenza e fannone dimostrazione notificando che gli ha molti re e signori a lui trebutari, in modo ch'egli è un gran maestro e tiene gran signori e da tutti è molto temuto e riverito e ha di quelli suoi trebutari che sono maumettisti e più per forza che per altro modo stanno sotto sua balia e signoria, ma perché è potente di tesoro e di uomini, vi stanno per forza, a loro dispetto. /

[B] *E 'l paese è ameno e fruttifero, ma sonvi sterminati caldi in modo per la forza del sole tutti sono, la maggior parte, neri e non sono di molta altezza le loro persone, ma quello ti promettono puoi dire esser carta guarantiggiata, che sono molto veritieri.*

E sono a' confini del Soldano e della Persia e tengono la metà del mare Rosso dalla parte del mare oceano e a riscontro, dalla parte della terra ferma è del Soldano di Babilonia. E fra lui e 'l Soldano sono grandissime montagne dove lui ha fatto per forza di scarpello tagliare quelle montagne e, fra l'une tagliature e l'altre, ha fatto duo fortezze le qua' fa guardare da' suoi uomini e in mezzo a esse tagliature è una saracinesca che quando volesse torre l'acqua del Nillo al Soldano, lo può fare imperò che 'l Nillo corre resente e lungo queste montagne e, quando la saracinesca stesse serrata, corre per altre vie e fa capo e foce nell'oceano e così tre altri fiumi di che lui è signore, che è Ufrates, Gion e Sionne. E per questo conto 'l Soldano li dà trebuto di denari 80 mila l'anno e oltre di che non li farebbe i dispiacere.

Notícia de uma nova província novamente achada.

Segue-se a notícia de uma nova província novamente achada pela armada do Sereníssimo Rei de Portugal nas partes da Índia[1].

[1] Na realidade trata-se de um trecho de geografia mítica, que recapitula os principais temas das lendas medievais do ciclo do Preste João; pelo seu carácter livresco difere profundamente das demais cartas compendiadas no códice, aparentando-se sobretudo ao texto introdutório de Vaglienti (o «Elogio de D. Manuel», *vide supra* doc. I). Pode inquirir-se qual foi, na realidade, o descobrimento que forneceu pretexto a esta exibição de erudição medieval, mas a total ausência de referências concretas torna assaz difícil a resposta. O facto que mais quadraria com os acontecimentos aqui relatados seria o primeiro contacto efectivo dos portugueses com a Etiópia, desde o século XIV geralmente identificada ao reino do Preste João; esse contacto deu-se em 1520 no porto de Arquico, junto a Maçuá, quando o governador Diogo Lopes de Sequeira se encontrou com o Barnagais (*bahr nagax*, «rei do mar», título do governador etíope da faixa costeira da Eritreia); esse encontro está na origem de um opúsculo mandado imprimir por D. Manuel, aparentemente com o fito de grangear o apoio da opinião pública portuguesa para a sua política de cruzada, que tinha na aliança com a Etiópia a pedra angular (*vide* Henry THOMAS & Armando CORTESÃO, *Carta das Novas que vieram a El Rei nosso Senhor do Descobrimento do Preste João (Lisboa, 1521)*, Lisboa, 1938). A embaixada portuguesa chefiada por D. Rodrigo de Lima apenas veio a encontrar o negus abexim no mosteiro de Dabra Libanos, no Xoa, cerca de três anos mais tarde (*cf.* C. Conti ROSSINI, *Portogallo ed Etiopia*, estratto del volume *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo*, Reale Academia d'Italia, Roma, 1940; Elaine SANCEAU, *Em Demanda do Preste João*, Liv.ª Civilização, Porto, s/d; Jean DORESSE, *L'Empire du Prêtre-Jean*, vol. II, L'Éthiopie Médiévale, Plon, Paris, 1957; Jean AUBIN, «L'Ambassade du Prêtre Jean à D. Manuel» in *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. I, pp. 133-182; Idem, «Le Prêtre Jean devant la censure portugaise», *ibidem*, pp. 183-210). No entanto esta hipótese é de excluir, visto Vaglienti ter falecido em 1514, sete anos antes de chegarem à Europa as novas de tal encontro. A descida do capitão português a terra acompanhado de dez ou doze homens recorda o desembarque de Vasco da Gama em Calecut em 1498, e não é impossível que se trate simplesmente de uma versão mitificada do encontro do Gama com o Samorim, que, como vimos (*cf. supra* doc. II, nota 15), foi até 1501 tido por cristão. Como o único topónimo não mítico mencionado no texto é Sofala, pode ainda supor-se que o texto constitui um eco da expedição de Pero de Anhaia, em 1505, e de seu encontro com o rei local, com quem negociou a

E este é um porto sobre o oceano, chamado Astu[2], o qual é sob o império e jurisdição do Preste João[3], o qual é cristão, mas se

construção de uma fortaleza (*Crónica Anónima*, cap. 65; CASTANHEDA, II, xi; BARROS, I, ix, 6 & x, 1-3; GÓIS, II, ix-x; G. CORREIA, I, cap. v, pp. 570-578). Em reforço desta hipótese pode mencionar-se a associação entre Sofala, escápula do ouro do Monomotapa, e o Preste João, que encontrámos já na documentação referente à segunda viagem de Vasco da Gama (*cf. supra* doc. IX, nota 5), e que é comparável à associação medieval entre o Preste e o rei do Mali, outra região aurífera. A ideia de que o senhorio do Preste João se estenderia até muito a sul, quiçá até ao sertão de Sofala, permaneceu por muito tempo e reflecte-se na cartografia (*cf.* Vitorino Magalhães GODINHO, «As Índias, as Etiópias e o Nilo», *in* Joel SERRÃO, dir., *Dicionário de História de Portugal, s. v.*; A. Teixeira da MOTA, «A viagem de Bartolomeu Dias e as concepções geopolíticas de D. João II», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Outubro-Dezembro de 1958); é o que explica que tanto Pedro Álvares Cabral, em 1500, como o capitão de Quíloa Pero Ferreira Fogaça, em 1506, e Tristão da Cunha, em 1507, tenham tentado contactar o Preste despachando-lhe emissários a partir de Melinde. Uma derradeira hipótese é que o texto não reflicta um real desembarque português num dos portos tidos por pertencentes ao Preste João, mas simplesmente o entabulamento de relações diplomáticas graças à chegada a Goa do conhecido embaixador Mateus, em finais de 1512, trazendo uma carta da regente da Etiópia para D. Manuel (*cf. infra* nota 7); isso teria dado azo à descrição imaginária com que deparamos, baseada, à falta de melhor, nas tradições concernentes à Etiópia que corriam na Europa em finais da Idade Média.

[2] Este topónimo não corresponde a nenhum lugar conhecido nem faz parte da toponímia mítica da Idade Média. É possível que seja corruptela de Axum (14°N, 38° 43' E), a capital da Etiópia na Antiguidade, que continuou pelos séculos fora a ser como que a sua capital espiritual, onde os imperadores eram coroados.

[3] Sobre a identificação do Preste João com o negus, ou melhor, *negusa nagast*, «rei dos reis» ou imperador da Etiópia, *cf. supra* doc. I, nota 6. Alguns autores modernos pretendem que a figura do Preste João se tivesse originado, pelo menos em parte, a partir da do negus abexim; mas além de faltarem as provas documentais, sucede que o Império Etíope, isolado do resto do mundo cristão pelo Islão e refugiado nas montanhas do centro do país, atravessava na época em que a lenda começa a ter curso uma fase de grande apagamento político, o que explica que se não conheça nenhuma referência aos reinos cristãos da Núbia e da Etiópia nas literaturas ocidentais da Idade Média antes do suplemento de ARNOLDO DE LUBEQUE à *Chronica Slavorum* de HELMODO DE BOSOV, redigido entre 1209 e 1211 (*cf. supra* doc. X, nota 20).

A figura mitificada do Preste João não estava de início ligada à Etiópia, antes se gerou a partir de um vago conhecimento da existência de núcleos de cristãos no interior da Ásia, fruto da actividade missionária da igreja do Império Persa, de rito caldeu, com o siríaco por língua litúrgica, conhecida por «nestoriana» (*cf. supra* doc. X, nota 21). De facto, em parte instigada pelas suas autoridades civis, ansiosas por a verem independente da hierarquia religiosa do Império Romano, recusara logo nos concílios que celebrou no século V anatematizar Nestório, condenado pelo concílio ecuménico de Éfeso (431 A. D.). A sua expansão para a Ásia Central teve lugar na Alta Idade Média: se já havia um bispo em Merv (37° 30' N, 61° 65' E), no actual Turquemenistão em 424, a penetração

de missionários na Mongólia e na China data do pontificado de Jesuyab II de Gadal, 33.° *Kathólikos* (patriarca) do Oriente (628-645). Algumas tribos turco-mongóis como os Kerait, os Naiman e os Öngüt, tornaram-se assim cristãs (*cf.* J. LABOURT, *Le christianisme dans l'Empire Perse*, Paris, 1904; F. NAU, «L'expansion nestorienne en Asie», *Annales du Musée Guimet*, XL, 1913, pp. 193-388; e as obras cit. *supra*, doc. X, nota 21). Pelo contrário os Khitai – que no século X fundaram na Manchúria a dinastia Liao, que dominou a Mongólia e a China setentrional de 907 a 1124, sobrevivendo no Turquestão até 1201 ou 1211, de quem provém o nome de Cataio – eram oficialmente budistas. No entanto, devido a certos traços comuns (monaquismo, canto das horas canónicas, uso de sinos e de incenso nas cerimónias, etc.) a confusão entre cristãos e budistas é frequente. Para a ideia de que o Cataio era cristão devem ter contribuído outros factos, como o de Chingiz-Khân ou Gengiscão ter começado por ser vassalo do Ung Khân dos Kerait, que era cristão; o de seu segundo filho, Chaghatai, se ter, segundo Marco POLO (cap.° li), convertido ao cristianismo, enquanto que o terceiro, Ögödäi, tinha por chanceler um cristão uigur; o de seu bisneto Abaqa, *Il-khân* da Pérsia (1265-82), ter desposado Maria Paleóloga, filha do imperador bizantino Miguel VIII, e cunhado moeda com uma cruz no reverso e a legenda «Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo, um só Deus», prática que seu filho Arghun, *Il-khân* de 1284 a 1291, em parte continuou; etc.

É à vaga ideia de um Cataio cristão que remonta a lenda do Preste João, soberano temporal revestido do sacerdócio – de onde o seu título de *preste* (do grego *presbyter*, «sénior, ancião, presbítero», por intermédio do latim). Esse carácter é-lhe atribuído logo pelo primeiro texto que o menciona, a crónica de Otão, bispo de Freising na Baviera, tio de Frederico Barba-Roxa, que narra como em 1145 o bispo Hugo de Gabala, na Síria, noticiou à corte papal em Viterbo que «não há muitos anos um certo João, que habita no Extremo Oriente para lá da Pérsia e da Arménia, rei e sacerdote, cristão com sua gente, mas nestoriano» derrotou «os reis irmãos dos medos e dos persas, chamados Samiardos» e se preparava para em seguida marchar sobre Jerusalém, o que não pôde fazer por não ter conseguido atravessar o Tigre (*vide* Othonis Episcopi Frisingensis Leopoldi Pii Marchionis Austriæ filii *Chronicon sive rerum ab orbe condito ad sua usque tempora gestarum libri octo* [...], Basileia, 1569, liv.° VII, cap.° xxxiii, pp. 146-147). De facto o sultão seljúcida Sanjar e seu irmão Mahmûd haviam sido batidos em Setembro de 1141 junto a Samarcanda pelo chefe dos Qarâ-Khiṭâi («Khitai negros», nome por que as fontes muçulmanas designam o ramo dos Khitai que no século XII se estabeleceu no Turquestão), que, como vimos, eram budistas e não cristãos.

De qualquer forma, a figura do Preste João tornou-se imensamente popular na Europa ocidental quando *c.* 1165 começou a circular a pretensa carta que teria escrito ao imperador bizantino Manuel Comneno (r. 1143-1180), pintando de cores paradisíacas o seu reino recheado de maravilhas. Dessa carta, que satisfazia plenamente o gosto da Idade Média pelo maravilhoso, recenseou Friedrich Zamcke, em finais do século XIX, 93 versões manuscritas («Prester John's Letter to the Byzantine Emperor Emmanuel», reimp. *in* C. F. BECKINGHAM & B. HAMILTON, *op. cit. supra*, doc. I, nota 6, pp. 39-102); além da versão latina, que parece ser a original, de que existe uma cópia no *códice alcobacense n.° 380* da BNL (*cf.* Domingos MAURÍCIO, «A carta do Preste João das Índias e seu reflexo nos descobrimentos do infante D. Henrique», *Brotéria*, 71 [1960]; Idem, «Ainda a carta do Preste João das Índias», *ibidem*, 72 [1961]), há-as em numerosas línguas da Europa e até em hebraico; aparece ainda, em versão abreviada, no *Libro del Infante Don Pedro de Portugal*, de GÓMEZ DE SANTISTEBAN (*vide* Francis M. ROGERS, *Libro del Infante Don Pedro*

de Portugal, publicado segundo as mais antigas edições por..., sob o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1962), de que se conhecem 123 edições diferentes em castelhano e em português entre 1515 e 1918.

Foi após a invasão mongol de 1241, que atingiu a Silésia e a Hungria, que o Ocidente latino, empenhado nas cruzadas, decidiu entrar em contacto com o Império Mongol e aliar-se com ele contra os muçulmanos. O primeiro enviado foi um franciscano português, frei Lourenço de Portugal, que foi mais tarde feito bispo de Ceuta, mas de cuja viagem quase nada se sabe (*cf.* João de Deus RAMOS, *Frei Lourenço de Portugal, O.F.M., e a sua participação nas relações entre o Papado e o Oriente*, Macau, 1988). Os viajantes que se lhe seguiram (frei João de Piano del Carpine, em 1246-47, frei Guilherme de Rubruck, em 1253-55, frei João de Montecorvino, em 1291-92, Marco Polo, em 1270-1295, o Beato Odorico de Pordenone, c. 1290-1322) identificam o Preste João com um ou outro dos chefes mongóis cristãos com que contactaram ou de que tiveram notícia, não sem notarem por vezes, como faz Guilherme de RUBRUCK (*Itinerário*, XVII, 2) que no seu reino não existe nem um décimo das maravilhas que se dizia (os relatos destes viajantes podem ver-se, no original latino, *in* P.e Anastasius van den WYNGAERT, O.F.M. – *Sinica Franciscana, vol. I – Itinera et relationes Fratrum Minorum saeculi XIII et XIV*, Colégio de S. Boaventura, Quaracchi, Florença, 1929; em versão inglesa anotada, *in* Henry YULE, *Cathay and the way thither, being a collection of medieval notices of China*, translated and edited by [...], with a preliminary essay on the intercourse between China and the Western Nations previous to the discovery of the Cape Route, 2 vols., Hakluyt Society, Londres, 1866; nova edição, revista e aumentada por Henry CORDIER, 4 vols., ibidem, 1913-1916; reimp. Kraus Reprint, Liechtenstein, 1967; e em versão castelhana por Juan GIL, *En demanda del Gran Kan – Viajes a Mongolia en el siglo XIII*, Alianza Editorial, Madrid, 1993. A identificação do Preste João com Toghril, Ung Khân dos Kerait, suserano e sogro de Gengiscão, é a mais corrente (*cf. supra* doc. I, nota 6).

É porque entretanto se passara a identificar o Preste com o imperador da Etiópia, cujos domínios se supunha atingirem a ocidente o Atlântico, que o infante D. Henrique pôde ver nele o aliado por que anelava para a conquista do Norte de África. No século XV não foi aliás ele o único nem o primeiro a pensar contactar o negus abexim e aliar-se a ele contra o Islão: tentara-o em 1400 seu tio Henrique IV de Inglaterra (irmão de D. Filipa de Lencastre), e tanto o Duque de Berry como Afonso V de Aragão (r. 1416-1458), irmão de D. Leonor esposa del-rei D. Duarte, chegaram a trocar embaixadas com o negus Isaac (r. 1414-1429). A aliança com a Etiópia foi uma pedra angular da política de D. João II, que tentou atingi-la mandando subir o Senegal, o Níger e o Zaire, e a partir da Mina, para além de lhe enviar mensagens por Lucas Marcos, um monge etíope de visita a Portugal.

A demanda do Preste João era um dos objectivos de Vasco da Gama na sua primeira viagem, como se deduz de vários passos do seu *Diário*. Aparece como objectivo explícito nas instruções dadas em 1505 a D. Francisco de Almeida (Lisboa, 5.III.1505, pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, II, p. 272 & ss.); devido, contudo, à resistência passiva do vice-rei, que representava uma facção cortesã favorável ao comércio mas avessa à cruzada e à conquista, os projectos de aliança militar com a Etiópia (e com o império hindu de Vijayanagar ou Bisnaga) só começaram a concretizar-se sob o governo de Afonso de Albuquerque (1509-1515). Abandonados de novo por seu sucessor, Lopo Soares de Albergaria (1515-1518), foram retomados por Diogo Lopes de Sequeira (1518-1521), que logrou, enfim, despachar para a Etiópia uma embaixada; mas foram definitivamente abandonados à morte de D. Manuel (13.XII.1521).

baptizam com fogo[4] e ficam assinalados em suas gargantas, e são negros, e deles baços, homens assaz belos de estatura.

E quando a nossa armada chegou a esse porto nesse dia logo delo deram notícia a seu senhor o Preste João, o qual estava em sua pousada, distante daquele porto cerca de uma jornada. E como houve rumor de que armada de cristãos era chegada a seu território e porto, *ipso facto* mandou rogar o capitão da armada que hou-

[4] Era, de facto, voz corrente na Europa que os etíopes praticavam o «baptismo de fogo» em vez do normal baptismo de água; em tal opinião embarca nomeadamente Tomé PIRES que escreve (*Suma Oriental*, *fl.* 118v): «todos são de cabelo revolto, ferrados na testa em lugar de bautismo». Outros pensam que as marcas a fogo substituem as ordenações, como escreve *c.* 1341 LUDOLFO DE SUDHEIM na sua *Descrição da Terra Santa* (II, vi): «os índios comportam-se como os latinos; contudo não obedecem ao papa mas ao seu patriarca e aos seus bispos; e quando ordenam presbíteros imprimem o cautério da cruz nas suas frontes com um ferro em brasa até aos ossos da fronte» (LUDOLPHI DE SUDHEIM *De Itinere Terre Sancte et descriptionem Terre Sancte*, edidit G. A. Neumann, Paris, 1884, p. 65). A origem de tal confusão é o uso, comum na Etiópia, de marcas e tatuagens, sobretudo no nariz, representando quiçá por vezes uma cruz, o que foi tido por um substituto do baptismo. Tal opinião é refutada entre outros pelo franciscano Frei Gabriel que regressou em 1522 «del paese dil Presta Jani, de una cita chiamata Axon, dove sono tuti Christiani batizati con l'aqua come noi e non con il fuocho» (itinerário recolhido por Zorzi, pub. por O. G. S. CRAWFORD, *Ethiopian Itineraries,* circa *1400-1524, including those collected by Alessandro Zorzi at Venice in the years 1519-24*, Hakluyt Society / University Press, Cambridge, 1958, § 6, p. 138). Dois anos mais tarde um outro franciscano, Frei Tomás, explica mais detalhadamente as coisas: «quando os moços são pequenos, os baptizam com água e não com fogo, como [cá] dizem; mas aqueles sinais que têm no nariz e na fronte, os fazem com certas ervas pisadas que são como cautério; e isto fazem pera que tenham boa vista e lhe não anojem os calores; que vivendo muito tempo, até 150 anos, nunca por velhice perdem a vista e de óculos se não usa nunca em tal país» (*ibidem*, § 8, p. 170). Duarte BARBOSA apresenta as coisas de maneira semelhante: «são cristãos da ensinança do bem-aventurado apóstolo São Bartolameu, segundo dizem; seu batismo é em três maneiras, a saber, de sangue, de fogo e d'água: de sangue que são circuncidados; de fogo que são ferrados dele em três lugares (na testa e nas fontes); d'água que são batizados como nós» (cap. 23-A, §§ 10-11). O P.e Francisco ÁLVARES descreve em pormenor quer a cerimónia do baptismo quer, findo ele, a imposição dos sinais, que, como explica, é feita a frio e puramente ornamental, sem nada a ver com a religião cristã (*Verdadeira informação das terras do Preste João das Índias*, 3.ª ed., Agência Geral do Ultramar, Lisboa 1974; versão inglesa anotada por C. F. BECKINGHAM & G. W. B. HUNTINGFORD, *The Prester John of the Indies – A true Relation of the Lands of the Prester John, being the narrative of the Portuguese Embassy to Ethiopia in 1520 written by Father Francisco Alvares*, 2 vols., Hakluyt Society, Londres, 1961 [reimp. Kraus Reprint, Millwood, N. Y., 1975], cap. xxii).

vesse por bem i-lo a visitar em sua terra e que lhe faria honra. Donde o capitão, polo contentar, foi, acompanhado de dez ou 12 homens. E quando chegou à sua terra, chamada Sofala, a qual é tamanha quanto o Cairo[5], que são noventa milhas em redor, lhes fez grande honra e por maior magnificência lhes foi ao encontro, e mandou deitar bando pola terra que ninguém, de qualquer estado ou condição que fosse, não fosse ousado por espaço de quinze dias de fazer qualquer fazenda, sô grã pena, salvo fazer honra aos novos cristãos que eram chegados i, por alegria de sua vinda: que jamais tal cousa se ouvira, que cristãos com seus navios ou armada por aquele mar fossem algũa vez chegados. E fez-lhes toda aquela honra e protocolos, como se foram todos reis e senhores, para que quando sulcassem tais mares folgassem de fazer escala em aquele porto, que maior graça lhe não podiam fazer; e que se Sua Majestade[6] quisesse meter-se à empresa de deitar abaixo a casa de Mafoma que está em Meca, que seria com ele de todas suas forças pera tal obra fazer[7]. E como ele é comarcão com o Soldão, que lhe dá ao ano tributo por ser ele senhor do Nilo, e se lhe tolhesse aquela água lhe seria forçoso morrer de fome por respeito de nunca aí chover, e lhe banhar suas terras com as águas do Nilo, e per esta maneira faz grandes colheitas[8].

---

[5] *Cf. infra*, apêndice, nota 25.

[6] *Cf. supra* doc. I, nota 2.

[7] Este oferecimento veio de facto a ser feito *c.* 1512 pela rainha Helena (Elêni), viúva de Zar'a Ya'qob (1433-1468), regente da Etiópia na menoridade do negus Lebna Dengel ou David II (1508-1540) e protectora de Pero da Covilhã; a sua carta a D. Manuel foi por este publicada em apêndice à *Carta das Novas* (*cf. supra* nota 1), reproduzida por CASTANHEDA (III, xcviii) e GÓIS (III, lix), e traduzida em castelhano, italiano e latim (*vide* AUBIN, «L'ambassade [...]», cit. *supra* nota 1). Como notámos acima, não é impossível que o presente texto reflicta simplesmente a chegada da carta, inventando o resto.

[8] Esta «Lenda do Nilo» é provavelmente mais antiga que a do Preste João, em que só se incorporou depois de se ter generalizado a identificação do semimítico soberano com o imperador da Etiópia; liga-se, em última análise, ao mistério que durante milénios rodeou a origem do Nilo e das suas cheias, estranhamente coincidentes com o período mais seco do ano na bacia mediterrânica, mistério já longamente discutido por HERÓDOTO (*Histórias*, II, 10-35). Como é hoje bem sabido, o Nilo não nasce na Etiópia, embora daí receba dois dos seus principais afluentes, o Abbay ou Nilo Azul, que sai do lago Ṭanâ e drena a Etiópia meridional, e o Setit ou Takkaze, que drena a setentrional; juntos fornecem *c.* 84 % do caudal do Nilo. Não admira, portanto, que se tenha espalhado a ideia de que na Etiópia se podia limitar ou mesmo suspender o fluxo do rio.

Os soberanos etíopes agiam frequentemente como protectores dos cristãos do Egipto, ameaçando retaliar com violências sobre os muçulmanos dos seus domínios as avanias que os poderes públicos do Egipto faziam sofrer aos coptas (*cf.* J. CUOQ, *L'Islam en Éthiopie*, cit. *supra* doc. II, nota 45). Foram provavelmente os coptas que divulgaram o rumor de que estava nas mãos do Najâxî (versão árabe do título etiópico *negus*, «rei [da Etiópia]») cortar os fornecimentos de água ao Egipto; pelo menos a referência mais antiga que conhecemos a tal lenda ocorre nas páginas de um cronista copta, Jirjîs (Jorge) al-Makîn bin al-'Amîd (1205-1273), que reporta que, segundo as crónicas cristãs, em dias do patriarca copta Miguel (809-818 da era dos Mártires ou de Diocleciano, *i. e.* 1093-1102 A. D.) o Nilo desceu tanto que o califa fatímida Al-Mustançir bi-Llâh (1036-1094) o enviou em embaixada à Etiópia, carregado de presentes; o negus recebeu-o com todo o respeito e, tendo escutado ao que vinha, mandou cerrar o divertículo de modo a que a água corresse para o Egipto, após o que, numa só noite, o Nilo subiu três côvados (*adhru'*) e inundou os campos (*Ta'rîkh al-Muslimîn* [...], *i. e.*, *Historia Saracenica qua res gestae muslimorum* [...] *explicantur*, arabice olim exarata a Georgio Elmacino filii Abuljaseri Elamodi filii Abulmacaremi filii Abultibi, et latine reddita opere ac studio Thomae Erpenii, Lugduni Batavorum [=Leida], 1625, liv.° III, cap. viii). Os mouros nem sempre davam crédito a semelhantes histórias: reporta o cronista muçulmano Al-Maqrîzî (1364--1442) que «no ano 726 [da Hégira = 1325-1326 A. D.] o sultão [Al-Nâçir] Muhammad recebeu carta del-rei da Abissínia na qual este príncipe o intimava a reconstruir as igrejas destruídas pelos muçulmanos e a tratar os cristãos com maior respeito, ameaçando-o, em caso de recusa, de mandar demolir todas as mesquitas que encontrasse nos seus estados e interceptar o curso do Nilo; mas o sultão riu-se destas ameaças e despediu os enviados» (Et. QUATREMÈRE, *Mémoires géographiques et historiques sur l'Égypte et quelques contrées voisines*, recueillis et extraits des manuscripts coptes, arabes etc. de la Bibliothèque Impériale, 2 vols., Paris, 1811, vol. II, p. 275).

Certamente por intermédio dos peregrinos que iam à Terra Santa e visitavam o Levante, a história passou à Europa cristã, onde a achamos referida pelo menos desde 1335, no *Itinerário* de JACOB DE VERONA (cit. *supra,* doc. III, nota 22): «abaixo da dita escada [do Monte Calvário] há uma capela pequena que tem uma porta para a Praça do Sepulcro. E nela recitam e cantam e fazem o ofício caloiros nubianos, homens mui espirituais, que são etíopes negros, da gente do Preste João, que é um dos maiores príncipes do mundo [...]. Grande liberdade têm na terra do Soldão e dos sarracenos; os quais, como disse, sempre levam cruz na mão perante o Soldão e perante os sarracenos; e nenhum tributo pagam por toda a terra do Soldão e toda'las vezes que se abre o Sepulcro de Cristo entram sem dinheiro nem tributo. E esta é a razão: porque o Preste João, senhor da Núbia e da Etiópia tem em seu reino poder para tolher o rio Nilo [...]; e quem quer que recebesse o dito rio, aquela terra seria de todo inabitável, a saber, todo o Egipto, e semelhavelmente o Preste João é mais poderoso que o Soldão». A história reaparece *c.* 1401 no itinerário de Guillebert de LANNOY, que nota como não está no poder do Soldão controlar as águas do Nilo: «Je sçeus par vraye enqueste que le Soudan ne pourroit destourber le cruschon de ceste rivière du Nyl dessusdicte, mais que le Prestre Jehan bien le feroit et lui donneroit autre cours, s'il vouloit, mais il le laisse pour la grant quantité des Chrestiens qui habitent en Egypte, lesquels pour sa cause moroient de faim» (*Voyages et ambassades de Messire Guillebert*

de Lannoy, Chevalier de la Toison d'Or, Seigneur de Santes, Willerval, Tronchiennes, Beaumont et Wahegnies, 1399-1450, Mons, 1840, p. 88). A mesma história se repete em 1485-86 na pitoresca relação de viagem de Georges Lengherand, que pinta o Soldão, tremendo de medo de uma seca, a anuir a todas as exigências que lhe faziam os embaixadores do Preste (*vide* Marquis de GODEFROY MÉNILGLAISE, *Voyage de Georges Lengherand mayeur de Mons en Haynaut à Venise, Rome, Jérusalem, Mont Sinaï & le Kayre, 1485-1486*, avec introduction, notes, glossaire, etc., par le [...], Mons, 1861, p. 185 & ss.); reaparece ainda em 1512 no *Viaje a Oriente* de DIEGO DE MÉRIDA (transcrito por E. CERULLI, *Etiopi in Palestina*, cf. supra doc. III, nota 40, vol. II, p. 490 & ss.); e provavelmente em outros textos mais.

Tão a sério se tomava essa capacidade do Preste João para suspender o Nilo que em 1450 Afonso V de Aragão, empenhado num projecto de cruzada no Levante, escreveu ao negus Zar'a Ya'qob ou Constantino I (r. 1434-1468), rogando-lhe que cortasse o suprimento de água ao Egipto: «Preterea, perche collo adiutorio de Dio, lo piu presto che poterimo, semo per mandare in termino de mori cerca cento cinquanta fuste, fra nave e galee, per passare a la Casa Sancta de Hierusalem, ve pregamo vogliate essere sollicito in fare mancare le acque che corrono al Alcayre [...]» (carta de 18.IX.1450, pub. in *Monumenta Henricina*, vol. X, Coimbra, 1969, doc. 220, pp. 288-291; para mais pormenores, *vide* Francesco CERONE, «La politica orientale di Alfonso di Aragona», *in Archivio Storico per le Province Napolitane*, anno XXVII, Nápoles, 1902, pp. 1-93, 380-455, 555-634 & 774-852; anno XXVII, pp. 154-212).

É sabido como a ideia de desviar o Nilo do Egipto foi acarinhada por Afonso de Albuquerque, que em carta a Duarte Galvão, o grande ideólogo da cruzada manuelina, confessava: «Se El-Rei nosso Senhor dá maneira de oficiaes, esses que cortam as águas pelas serras da Madeira, que lancem no crecimento do Nilo per outro cabo que nom vá regar as terras do Cairo, em dous anos é desfeito o Cairo e a terra toda perdida» (carta s/d, pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, I, doc. cviii, p. 395 & ss.). Já em 1510, antes, portanto, da expedição de Albuquerque ao Mar Roxo, Gil Vicente antevia no seu *Auto da Fama:*

> [...] *perguntai*
> *ao Soldão como lhe vai,*
> *com todos seus poderios*
> *que contr'ele são seus rios* [...]

No século XVIII Bruce, embora dando à tradição uma interpretação racionalista, julgava ter achado as provas materiais de que *c.* 1200 o santo rei Lalibalâ teria dado início à empresa de suprimir as cheias do Nilo desviando para o oceano vários pequenos rios (*Voyage aux sources du Nil* [...] cit. *supra*, doc. IV, nota 19, vol. I, p. 479 & ss.).

Na literatura jesuítica portuguesa sobre a Etiópia acham-se numerosos dados sobre o Nilo; são sobretudo notáveis os do P.e Jerónimo LOBO (*Itinerário e outros escritos inéditos*, edição crítica pelo P.e M. Gonçalves da COSTA, com a colaboração do Prof. Charles F. BECKINGHAM e do Dr. Donald M. LOCKHART, Liv.a Civilização/Comp.a Editora do Minho, Barcelos, 1971, cap. 21-22, pp. 435-457; «Breve relação do Nilo», pp. 673-700, & «Da origem, corrente, crecimento e inundações do Rio Nilo e da causa porque sucedem nos tais meses», pp. 741-753).

E mostrou-lhes o corpo de S. Tomé Apóstolo[9], no qual hão grande fé, e de que modo é que fazem o novo Preste João quando é senhor, que o põem sentado em ũa cadeira e metem-lhe a coroa do falecido Preste João nas mãos. E os que podem ser Preste João são sempre doze, os quais, um a um, lhe hão de ir a beijar a mão, e aquele a quem deixa ir a coroa na cabeça fica Preste João pera o futuro. E põem outro em seu lugar no número dos doze, que é ũa bela cousa. E isto fazem porque dizem que assim como Cristo teve 12 apóstolos, assim eles têm doze que podem suceder no império da senhoria após a morte do morto seu senhor; e de outro modo não nomeiam o dito Preste João[10].

Naquelas partes está em vez do nosso pontífice o papa, pero que não é padre consagrado; ao menos que muitas vezes, à eleição

[9] A lenda de S. Tomé aparece ligada à do Preste João já na suposta carta que este teria escrito ao imperador bizantino Manuel Comneno (*cf. supra* nota 3), o que, paradoxalmente, sobreviveu à translação do Preste da Ásia Central para a Etiópia, certamente devido a, na esteira de Ptolomeu, se considerar a Etiópia parte integrante das Índias (sobre a lenda de S. Tomé, *vide* Luís Filipe THOMAZ, «A lenda de S. Tomé [...]», cit. *supra*, doc. II, nota 32). Já à chegada de Pedro Álvares Cabral, regressado da Índia, correra o boato de que os portugueses haviam visto o corpo de S. Tomé (*cf. supra*, doc. VI, nota 9), que na realidade foi sepulto em Meliapor, na costa do Coromandel, onde apenas *c.* 1517 iriam encontrar seu túmulo.

[10] Esta história faz parte do ciclo dos milagres póstumos de S. Tomé (*cf.* nota anterior), geralmente atribuídos ao seu braço, que tendo palpado o lado do Ressuscitado (João 20, 26-29) se teria, de certo modo, tornado incorruptível, permanecendo vivo para além da morte física do resto do corpo. O prodígio reportado aqui ocorre em termos quase idênticos no *Livro do Infante D. Pedro de Portugal* (*cf. supra*, nota 3), que no seu capítulo XIX explica «como eligen al preste Juan delas indias»: «allegan se todos los prestes de missa enla ciudad de Alues que es dicha edicia; & andan todos en procession en derredor del apostol: & aquel que le plaze a dios que sea preste: & senor de los otros: el apostol tiende el braço contra el y abre la mano. Y entonces lo toman todos los otros con gran solennidad & llegan lo a do esta el apostol. Y aquel que ha de ser preste besa la mano a santo Thomas & todos besan la suya del preste Juan. E assi queda señor toda via: & llaman le preste Juan & toma la cinta de santa Maria: la qual echó la señora quando la subieron los angeles alos cielos. & tomó la santo Thomas & ponen la en dos vergas de oro atrauessada por encima: e van fasta el altar de sancto Thomas cantando el euangelio de sant Juan: & desta manera es elegido preste fasta que fina». A existência de 12 grandes senhores vassalos do Preste é também mencionada no itinerário de Bertrandon de la Broquière, que no entanto não dá pormenores sobre a forma de eleição do Preste (*vide* Ch. SCHEFER, *Le Voyage d'Outremer de Bertrandon de la Broquière, premier écuyer, tranchant et conseiller de Philippe le Bon, Duc de Bourgogne*, publié et annoté par..., Recueil de Voyages et de Documents pour servir à l'Histoire de la Géographie depuis le XIII[e] jusque à la fin du XVI[e] siècle, vol. XII, Paris, 1892, p. 141 & ss.).

do nosso pontífice, mandou cá a dar obediência[11] e a oferecer à sé apostólica ajuda e favor pera quando quisesse tomar a empresa contra os maometanos e [...] contra o Soldão seu tributário.

E dizem estes portugueses que são bons cristãos, senão só que se baptizam com fogo e nós com água, e quanto ao resto têm toda'las outras cerimónias como nós no dizer missa, e confissão e comunhão. Em grande reverência têm a ordem de S. Basílio e há i seu convento e fazem dele grande estima[12]; e quando aderga irem frades da ordem de S. Francisco lhes fazem muita honra e têm-nos em

[11] Houve, de facto, nos séculos XIV e XV, diversas embaixadas etíopes quer a Avinhão e a Roma quer a outras cortes do Ocidente europeu, entre as quais a portuguesa. Parece que nem todas eram autênticas, pois vários monges etíopes em andanças pela Europa se apresentavam como embaixadores do Preste João para receberem hospitalidade e bons tratos. Veja-se uma resenha dos contactos entre a Etiópia medieval e a Europa *in* CERULLI, *Etiopi in Palestina*, cit. *sup.* doc. III, nota 40; *cf.* J. CUOQ, *L'Islam en Éthiopie*, cit. *supra*, doc. II, nota 45. Houve também um eclesiástico etíope que em 1441 acompanhou a delegação copta ao concílio de Florença, onde subscreveu um acto de submissão ao papa e de união com Roma (*vide* Fr. Teodosio Somigli di S. DETOLE, O.F.M., *Etiopia francescana nei documenti dei secoli XVII e XVIII*, tomo I, parte i, Quaracchi, 1928, introdução, cap. IV, p. XLV & ss.; *cf.* Joseph GILL, *Constance et Bâle-Florence*, Histoire des Conciles Œcuméniques, vol. 9, Éditions de l'Orante, Paris, 1965, pp. 265-268).

[12] S. Basílio Magno (330-379) escreveu, de facto, duas regras de vida monástica, conhecidas respectivamente por *Regulae fusius tractatae* e *Regulae brevius tractatae,* assaz estimadas entre os monges do Oriente cristão (sobretudo no de expressão bizantina), que no entanto nem formam uma «ordem» no sentido ocidental do vocábulo, nem seguem formalmente uma determinada «regra» com exclusão das outras, antes se conformando com a tradição dos Padres genericamente considerada, completada e interpretada pelos estatutos e costumes de cada mosteiro. Só nas igrejas ditas uniatas, *i. e.*, nas que aceitaram a união com Roma e, por assim dizer, se deixaram contaminar pelo juridismo que o catolicismo herdou do Império Romano, existem congregações basilianas no estrito sentido do termo. Na igreja etíope, como se poderia esperar de uma igreja dependente de Alexandria, é o antigo monaquismo egípcio que continua a constituir o modelo; e a regra mais estimada, mas nem por isso seguida à letra, é a de S. Pacómio (*c.* 290-346) fundador do primeiro cenóbio da Tebaida, de que existem duas versões; outras regras são de redacção local, embora atribuídas a figuras prestigiosas do monaquismo egípcio, como a chamada *Terceira Regra*, *a Regra de Santo Antão*, etc. (*vide* Enrico CERULLI, «Il monachesimo in Etiopia ed i suoi ordinamenti» in *Il Monachesimo Orientale – Atti del Convegno di studi Orientali che sul predetto tema si tenne a Roma, sotto la direzione del Pontificio Istituto Orientale, nei giorni 9, 10, 11, 12 e 13 Aprile 1958*, Orientalia Christiana Analecta, n.º 153, Pont. Institutum Orientalium Studiorum, Roma, 1958, pp. 259-278; *cf.* Kirsten STOFFREGEN-PEDERSEN, *Les Éthiopiens*, col. Fils d'Abraham, Éd. Brepols, Turnhout, 1990, pp. 161-162).

grande estima[13]; e assi mesmo toda outra regra de cristãos ou qualquer cristão que lá apareça, ao fim todos hão em grande reverência e fazem delo mostras, notificando que ele tem muitos reis e senhores a ele tributários, de modo que é um grande mestre e tem grande senhorio e de todos é mui temido e reverenciado; e dos seus tributários há-os que são maometanos e mais por força que por outro modo estão sob seu poder e senhorio, mas porque é poderoso de tesouro e homens o estão per força a seu despeito.

É o país ameno e frutífero, mas há i extremados calores de modo que com a força do sol são todos, ou a mor parte, negros; e não são suas pessoas de grande altura, mas o que te prometam podes dizer que é carta garantida, que são mui verdadeiros.

São comarcãos do Soldão e da Pérsia[14] e têm a metade do Mar Roxo da parte do Mar Oceano, e ao invés da parte da terra firme é do Soldão de Babilónia. E entre ele e o Soldão há grandíssimas montanhas, onde ele mandou por força de cinzel talhar aquelas montanhas, e entre um talho e outro tem feitas duas fortalezas, as quais faz guardar por homens seus; e no meio desses talhos está ũa comporta, de modo que quando quiser tolher a água do Nilo o pode bem fazer; empero que o Nilo corre rente ao longo destas montanhas, e quando a comporta estê cerrada corre per outras vias e faz cabo e foz no oceano[15], e assim mesmo três outros rios de que é

[13] Sobre a presença intermitente de franciscanos na Etiópia a partir da missão do Beato Alberto de Sartiano (1440-1443), *vide* P.e Girolamo GOLUBOVICH, O.F.M., *Biblioteca bio-bibliografica della Terra Santa e dell'Oriente francescano*, nova série, tomo VI, Quaracchi (Florença), 1929, p. 88 & ss.; *cf.* T. Somigli di S. DETOLE, O.F.M., *Etiopia francescana* [...], cit. *supra*, nota 11, introdução.

[14] Na realidade entre a Etiópia e os domínios do Soldão havia os reinos independentes da Núbia, ainda parcialmente cristãos *(cf. supra* doc. II, nota 31; e Ugo MONNERET DE VILLARD, *Storia della Nubia Cristiana*, Orientalia Christiana Analecta, n.° 118, Pont. Institutum Orientalium Studiorum, Roma, 1938, reimp. 1962); quanto à Pérsia, quem foi comarcão dela foi, evidentemente, o Preste João asiático, não o africano.

[15] O autor parece inspirar-se aqui na relação de viagem de Bertandron de la Broquière (*cf. supra*, nota 10), que por seu turno repete as informações que lhe transmitiu um napolitano, casado com uma etíope, que encontrou em Pera: «Et dist que la rivyère qui passe au Caire, que nous appelons le Nil, ilz l'appellent le Gyon [*cf.* nota seguinte]. Et dist qu'elle vient de celluy pays par entre deux montagnes et dist pour ce que l'on trouve en escript que elle vient de paradis terrestre, ensamble le Tygre et Euphrates que, saulve la grace de ceulx qui le dient, il est de là dont ilz viennent tous quatre. Toutes fois il dist que le Nil passe par d'entre ces deux montaignes et n'est qu'une petite rivyère et part d'une grande caverne. Et auprez du paissage le Prestre Jehan a fait faire deux grosses tours et une grosse chaisne de l'une à l'autre afin que nul ne voise dedans

senhor, que são o Eufrates, o Gion e o Sião[16]. E por esta conta o Soldão lhe dá tributo de 80 mil dinheiros ao ano, além de que nada faria a seu desprazer.

---

celle caverne [...]; et que s'il plaisoit au Prestre Jehan qu'il feroit bien aler la rivyère autre part. Mais il la laisse pour ce qu'il y a moult de Chrestiens demourans sur la dite rivyère du Nil».

[16] Nesta alusão está implicitamente contida a identificação do reino do Preste João com o Paraíso Terrestre, já que o Phisôn, o Gihôn, o Tigre e o Eufrates são, segundo a Bíblia (Gen 2, 10-14), os quatros rios do Paraíso. Como o Gihôn é aí dito contornar o país de Cux, *i. e.*, o NE da África, veio a ser identificado com o Nilo. Daí que, como vimos já (*vide supra* doc. III, nota 39), Jean de Joinville (1224-1317), conselheiro e biógrafo de S. Luís rei de França, suponha que as especiarias, frutos paradisíacos, não fossem colhidas das respectivas árvores, mas pescadas à rede no Nilo à saída do Paraíso. A mesma identificação ocorre, *v. g.*, no *Itinerário* de LUDOLFO DE SUDHEIM: «é, contudo, o Nilo o rio do Paraíso que é chamado Geon no Génesis, a cujas fontes ninguém poderia chegar. E o Soldão sempre o tenta, dando grandes recompensas a muitos que, tornando após três ou quatro anos, diziam ter vindo até umas pedras inacessíveis, de cujo cimo o rio caía com tal ímpeto que ninguém se podia mais aproximar. O lenho-aloés e o lenho de *sethim*, que são alvos e leves, imputrescíveis e incombustíveis, sobre os quais residem aves verdes que são chamadas psítacos ou papagaios, que com o lenho de *sethim* são apanhados pelos habitantes...» (*Descriptio Terre Sancte*, *cf. supra* nota 4, cap. vi, p. 42). [*xittim*, plural de *xittah* em hebraico, é o espinheiro-do-egipto, *Acacia seyal*, Del. ou *A. arabica*, Wild, Leguminosas, muitas vezes citado na Bíblia]. Da mesma origem paradisíaca está convicto Georges LENGHERAND, que observa: «Ceste rivière du Nil vient du Paradis Terrestre et croist trois mois l'an, qu'elle arrouze tout le pays d'Égipte, et dient aucuns que c'est naturellement, mais non est: ains est par la permission du Prestre Jehan qui seuffre et consent que chascun an le Soudan fache rompre certaines dicques et cauchées. Et par ce moyen fait entrer aucuns grans fleuves venant de Inde dedans le dit Nil, et sont les fleuves qui font la Mer Rouge et par ce moyen croist le dit Nil. Et aussy au boult de trois mois assavoir ledit Soudan est subgiet à ses despens faire refaire les dictes dicques et est necessaire, aultrement il noyeroit tout son pays» (*op. cit. supra* nota 8, p. 185).

No presente caso conclui-se, por exclusão de partes, que o Nilo é antes identificado ao Phisôn, que segundo o Génesis «contorna todo o país de Havila», que não se sabe onde fica.

APÊNDICE

Carta de Américo Vespúcio a Lourenço de Médicis

Optámos por não dar aqui a leitura paleográfica deste documento do Códice Vaglienti visto ter sido muito recentemente publicado em edição crítica por Ilaria Caraci[a], junto com as demais cartas de Vespúcio e abundante documentação referente ao autor. No entanto, já porque é uma fonte importante para a história da viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia, já porque tem até aqui sido usada e comentada mais por americanistas que por orientalistas, não queremos deixar de apresentar aqui uma versão portuguesa integral, feita sobre a leitura paleográfica de Ilaria Caraci, acompanhada das abundantes notas que, à semelhança dos demais documentos, merece.

---

[a] *Vide* Ilaria Luzzana CARACI, *Amerigo Vespucci* (*cf. supra* doc. VII, nota 5), vol. I, carta 2, pp. 281-287; ou *Scopritori e Viaggiatori del Cinquecento e del Seicento*, tomo I, *Il Cinquecento*, a cura di Ilaria Luzzana CARACI, testi e glossario a cura di Mario Pozzi, Riccardo Ricciardo Editore, Milão e Nápoles, s/d, pp. 247-268.

Cópia de uma carta escrita por Américo Vespúcio da ilha do Cabo Verde[1] e no Mar Oceano a Lourenço [filho] de Pedro Francisco de Médicis[2], *sub die* 4 de Junho de 1501.

Magnífico Amo[3] meu:

Aos oito de Maio foi a última que vos escrevi[4], estando em Lisboa prestes a partir-me pera esta presente viagem, que com a ajuda do Espírito Santo[5] tenho começada; e pensei que até meu retorno

[1] Esta informação do compilador é errónea: a carta foi escrita da angra de Bezeguiche, junto ao Cabo Verde, no continente africano (perto da actual Dakar), e não da ilha de Santiago, às vezes dita «ilha do Cabo Verde» por ser então a única habitada no arquipélago que do cabo fronteiro recebeu o nome.

[2] Não se trata do famoso mecenas e caudilho de Florença Lourenço, *o Magnífico* (Lorenzo di Piero), que falecera em 1492, mas de um primo seu em 3.º grau, Lorenzo di Piero Francesco de' Medici, da linhagem dita dos «Médicis Populares», apelativo que tomaram aquando da entrada de Carlos VIII de França em Itália. Deste ramo dos Médicis sairiam mais tarde os grãos-duques da Toscana, título tomado em 1569 por Cosme I, neto de João de Médicis, irmão do destinatário da missiva (*cf.* doc. I, nota 11).

[3] Vespúcio, que fora feitor dos Médicis em Florença, era nesta época empregado de Giannotto Berardi, por sua vez agente de Lourenço de Médicis em Sevilha (*cf.* VESPUCCI, *Cartas de Viaje*, introducción y notas de Luciano Formisano, *cf. supra* doc. VII, nota 5, p. 10).

[4] Esta carta não chegou até nós.

[5] As referências ao Espírito Santo e à sua graça são assaz frequentes nas cartas de Vespúcio, onde abundam também as alusões ao Paraíso Terrestre, que tende a identificar com a América do Sul. Parece portanto que, à semelhança de Colombo e de vários elementos do círculo de D. Manuel, Vespúcio estava influenciado pelas ideias messiânicas de Joaquim de Flora, centradas na ideia do Reino do Espírito Santo (*cf.* Jean DELUMEAU, *Une Histoire du Paradis,* 2 vols., Fayard, Paris, 1992-95; Alain MILHOU, *Colón y su mentalidad mesiánica en el ambiente franciscanista español*, Casa-Museo de Colón, Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid, 1983; e Luís Filipe F. R. THOMAZ, «L'idée impériale manuéline» in *La Découverte, le Portugal et l'Europe – Actes du Colloque*, ed. por Jean AUBIN, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1990, pp. 35 a 103).

não havia de vos escrever mais, mas parece que a sorte me tenha dado tempo oportuno pera vos poder escrever não só da longa terra mas do alto mar.

Tereis sabido, Lourenço, tanto pola minha como polas cartas de nossos florentinos de Lisboa, como fui chamado, estando eu em Sevilha, por el-Rei de Portugal[6]; e me rogou que me dispusesse a servi-lo em esta viagem; na qual me embarquei em Lisboa a treze do passado[7]. E tomámos nosso caminho pera o meio-dia e tanto navegámos que passámos à vista das Ilhas Afortunadas, que hoje se chamam de Canária, e passámo-las ao largo, tendo nossa navegação ao longo da costa de África. E tanto navegámos que chegámos aqui, a um cabo que se chama o Cabo Verde, que é princípio da província de Etiópia[8], e está no meridiano das Ilhas Afortunadas e tem de ladeza 14 graus da linha equinocial. Onde adregou acharmos surtas duas naos del-Rei de Portugal[9], que estavam de retorno das partes da Índia Oriental, que são aquelas mesmas que

[6] Vespúcio dá mais pormenores sobre este convite de D. Manuel na sua Carta a Soderini, datada de Lisboa, 4.IX.1504, impressa em Florença em 1505 ou 1506, cuja genuidade é, contudo, duvidosa, pelo menos no que toca à globalidade do texto na sua forma actual. Como não há documentação portuguesa sobre o assunto e Vespúcio se mostra nas suas cartas assaz gabarola, nem sequer é absolutamente seguro que tenha vindo a Portugal a convite de D. Manuel; pode ter vindo simplesmente em consequência de uma medida tomada pelos Reis Católicos em meados de 1500, proibindo os estrangeiros de participar na exploração do Novo Mundo (*cf.* Max Justo GUEDES, *O Descobrimento do Brasil [1500-1548], The Discovery of Brazil*, CTT Correios, Lisboa, 2000, pp. 40-41). Se de facto veio a chamado de D. Manuel é muito possível que a razão do convite tenha sido o facto de Vespúcio declarar ter encontrado um processo rigoroso para determinar as longitudes (*cf. infra*, nota 13), o que após o achamento do Brasil se tornava de importância capital para concretizar a delimitação prevista no tratado de Tordesilhas (*vide* Ilaria Luzzana CARACI, «Amerigo Vespucci e o Tratado de Tordesilhas» in *Ars Nautica – Limites do Mar e da Terra – Limits of the Land and Sea*, Actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e Hidrografia – Proceedings of the VIII International Reunion for the History of Nautical Science and Hydrography, Patrimonia, Cascais, 1998, p. 47 & ss.)

[7] Isto é, a 13.V.1501, conforme Vespúcio diz também na carta que escreveu a Lourenço de Médicis em 1502, após a expedição. Na carta a Soderini a data indicada é 10.V.1501, e no *Mundus Novus* 14.V.1501.

[8] A Etiópia em sentido etimológico (do grego αἰθῶ, «queimar» e ὤψ, «rosto»), *i. e.*, a Terra dos Negros, começava, efectivamente, por alturas do Cabo Verde e da foz do Senegal, já que daí para o norte era o Sahara, povoado de azenegues (ramo dos berberes) entremeados de alarves ou árabes.

[9] Vespúcio encontrou portanto em Bezeguiche a *Anunciada* e o navio de Diogo Dias, que aí aguardavam o resto da frota.

foram a Calecut faz ora quatorze meses, que foram treze navios, com os quaes eu tive grandíssimas práticas, não tanto acerca de sua viagem como da costa de terra que correram e das riquezas que acharam e do que trazem. De tudo em esta se fará brevemente menção a Vossa Magnificência; não por modo de cosmografia, pois não foi em essa frota cosmógrafo nem matemático algum[10], o que foi grande erro; mas dir-se-vos-á assim descosidamente como ma contaram, salvo que a corrigi eu um tanto com a *Cosmografia* de Tolemeu[11].

Aquesta frota del-Rei de Portugal partiu de Lisboa o ano de 1499 no mês de Abril[12]; e navegaram ao austro até as ilhas do Cabo Verde, que distam da linha equinocial cerca de 14 graus e fora de todo o meridiano pera ocidente, que podeis dizer que estão mais a ocidente que as ilhas de Canária seis graus, pouco mais ou menos:

---

[10] Esta informação não é perfeitamente exacta, pois havia a bordo da armada pelo menos uma pessoa versada em cosmografia, Mestre João (talvez João Faras, bacharel em artes e em medicina, físico e cirurgião de D. Manuel, tradutor em português do *De Situ Orbis* de Pompónio MELA) conhecido pela carta que de Porto Seguro escreveu a D. Manuel a 1.V.1500, em que explica como no hemisfério austral se pode determinar a latitude pelo Cruzeiro do Sul (GREENLEE, *op. cit.*, pp. 125-133).

[11] *Cf. supra* doc. III, nota 26; como é bem sabido Ptolomeu dá da Ásia oriental uma imagem assaz distorcida; pelo menos terá servido ao autor para não confundir o Golfo Pérsico com o Mar Vermelho, como fizera Jerónimo Sernigi (*cf. supra* doc. II, nota 14). Da *Geographia* de PTOLOMEU houvera já onze edições, de que a melhor parece ser a de Roma, 1490.

[12] Foi a 9 de Março de 1500 e não em Abril de 1499 que a frota de Pedro Álvares partiu de Lisboa; seguindo o «estilo florentino» ou «da Encarnação», que fazia começar o ano com a festa da Anunciação, em que se comemora a Encarnação de Cristo (25 de Março), a 9 de Março estar-se-ia, de facto, ainda em 1499; há que notar, contudo, que, a estar correcto o cálculo de Dionísio *o Exíguo* (que no século VI inventou a era de Cristo, datando o nascimento de Jesus do ano 754 da Fundação de Roma, ou de 284 anos antes do advento de Diocleciano), o «estilo florentino» conteria um erro, uma vez que a Encarnação se deu nove meses antes da Natividade e não três meses depois: o correcto seria o «estilo pisano», que contava os anos a partir de 25 de Março mas do ano anterior, andando assim um ano avançado em relação ao «estilo florentino». De qualquer modo se, como diz Vespúcio, a partida de Cabral se tivesse dado em Abril, estar-se-ia já em 1500, quer seguindo o «estilo da Natividade», que fazia começar o ano no Natal, quer seguindo o «da Encarnação» à maneira florentina (enquanto que pelo «estilo pisano» se estaria já em 1501). Este desfasamento das cronologias só terminaria em 1583 com a reforma gregoriana do calendário, que generalizou o começo do ano a 1 de Janeiro – como outrora se usara em Portugal, na vigência da era hispânica ou de César, e, na prática, mesmo na de Cristo, adoptada por D. João I em 1422.

que bem sabeis como Ptolomeu e a mor parte das escolas de cosmógrafos põem o fim do ocidente habitado nas Ilhas Afortunadas[13], as quaes têm de latitude com o astrolábio e o quadrante...; e eu o achei ser assim. A longitude é cousa mais difícil, que por poucos pode ser conhecida, salvo por quem muito vela e oulha a conjunção da lua com os planetas[14]. Por causa da dita longitude tenho eu perdido muitos sonos e abreviada dez anos minha vida; e tudo o tenho por bem dispendido, porque espero atingir a fama longos séculos, se tornar com saúde desta viagem; não mo repute Deus por soberba, que todo meu trabalho é encaminhado a seu santo serviço.

Ora torno ao meu propósito. Como digo, estes treze navios sobreditos navegaram em direcção ao meio-dia das ilhas do Cabo Verde, com o vento que se diz entre sul e sudoeste; e despois de haverem navegado em vinte jornadas cerca de 700 léguas (que cada légua são quatro milhas e meia[15]), pousaram em ũa terra onde acharam gente branca e nua, e é a mesma terra que eu descobri pera

---

[13] Desta concepção das Canárias como finisterra do mundo habitado resultava a prática de tomar o meridiano da ilha de Ferro como meridiano zero, o que permitia só ter longitudes orientais. O apartamento entre a longitude média do arquipélago de Cabo Verde e a das Canárias é de cerca de 7°.

[14] Na sua carta de 18.VII.1500 ao mesmo Lourenço de Médicis Vespúcio descreve em pormenor o processo que utilizava: «quanto à longitude, digo que para conhecê-la encontrei tanta dificuldade que tive grandíssimo trabalho em achar com segurança o caminho que havia percorrido pela via da longitude; e tanto trabalhei que por fim não encontrei melhor cousa que observar e velar de noute as oposições de um planeta com outro, e *maxime* o movimento da Lua com os outros planetas, porque o planeta da Lua é mais rápido em seu curso que nenhum outro; e comprovava-o com o *Almanaque* de João de Monte Régio, que foi composto segundo o meridiano da cidade de Ferrara, confrontando-o com os cálculos das *Tábuas* del-rei D. Afonso [X]. E ao cabo de muitas noutes que estive em observação, uma noute entre outras, estando a 23 dias de Agosto de 1499, que foi uma conjunção da Lua com Marte, a qual segundo o *Almanaque* devia produzir-se à meia noute ou meia hora depois, achei que ao aparecer da Lua em nosso horizonte, que foi uma hora e meia depois de posto o Sol, o planeta era passado à parte do oriente; digo que a Lua se achava mais oriental que Marte cerca de um grau e alguns minutos mais, e à meia noute se achava mais a oriente 15 graus e meio, pouco mais ou menos; de modo que feita a proporção, se 24 horas me valem 360 graus, quanto me valerão 5 horas e meia? encontro que me valem 82 graus e meio, e tão distante me achava em longitude do meridiano da cidade de Cádiz [...]». O processo é teoricamente correcto, mas a imperfeição dos processos de medida conduzia a erros assaz grosseiros, de modo que a maioria das longitudes calculadas por Vespúcio estão erradas.

[15] *Cf. supra* doc. II, nota 5.

el-Rei de Castela[16], salvo que é mais a oriente, da qual per outra minha via vos escrevi[17], onde dizem que tomaram todo o refresco.

E daí partiram e tomaram sua navegação em direcção ao oriente; e navegaram pelo vento de sueste tomando a quarta de leste. E quando estavam já ao largo da dita terra houveram tamanha tormenta de mar com o vento de sudoeste e tão tempestuoso que virou às avessas cinco das suas naos[18] e as submergiu no mar com toda a gente – Deus haja misericórdia de suas almas. E as outras oito naos[19] dizem que correram a mastro seco, isto é, sem vela 48 dias e 48 noutes[20] com grandíssima tormenta. E tanto correram que se acharam em sua navegação a barlavento do Cabo da Boa Esperança, que está debuxado na costa de Etiópia e está fora do trópico de Capricórnio dez graus da parte do meridião; digo que está de ladeza da linha equinocial pera o austro trinta e três graus[21];

[16] Vespúcio fizera pelo menos uma viagem à costa setentrional da América do Sul ao serviço de Castela, em 1499, integrado na expedição de Alonso de Hojeda e Juan de la Cosa; a expedição anterior, de que fala na carta a Soderini, em que teria descoberto antes de Colombo a Terra Firme da América Meridional, é muito possivelmente imaginária. A noção de que o Brasil era parte desse mesmo continente e não ilha ou arquipélago aparece aqui muito claramente afirmada, como o é também na carta do Crético à Senhoria de Veneza; pelo contrário nos documentos redigidos em Porto Seguro a 1 de Maio do ano anterior (cartas de Pero Vaz de Caminha e Mestre João) era dado como ilha ou talvez arquipélago; o Piloto Anónimo hesita, propendendo porém para a continentalidade da nova terra descoberta, dada a dimensão que aparentava. A explicação que se nos afigura mais lógica para tal evolução é que o navio de Gaspar de Lemos, mandado a Lisboa com a nova do achamento do Brasil, o tenha costeado de Porto Seguro para Norte, até à zona de Pernambuco ou Rio Grande do Norte, apercebendo-se da sua continentalidade; o Crético afirma que se julga «que esta terra é terra firme, porque viram mais de duas mil milhas de costa e não lhe encontraram fim». Nada indica, porém, que a tivessem explorado ou efectuado nela novos desembarques; daí a necessidade de uma expedição exploratória como aquela em que se integrou Vespúcio (*cf.* Max Justo GUEDES, «O Descobrimento do Brasil» in *História Naval Brasileira*, I vol., tomo I, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1975, p. 141 & ss.)

[17] Refere-se certamente à carta de 18.VI.1500, que se pode ler em qualquer das edições das cartas de Vespúcio citadas *supra*.

[18] Segundo a concordância das fontes fidedignas, apenas quatro; só seriam cinco contando com a que se perdera em Cabo Verde (*cf. supra* doc. VI, nota 3).

[19] Sete, porque há que descontar ainda o navio de Gaspar de Lemos que tornou a Lisboa com as novas do Brasil.

[20] Há sem dúvida exagero neste número: segundo o Piloto Anónimo (cap. lxvii) a tempestade, que começou a 24 de Maio, durou 20 dias.

[21] Vespúcio erra por menos de um grau, pois o Cabo fica a 34° 24' S, portanto 10° 53' a sul do Trópico de Capricórnio.

do que, feita a proporção do paralelo, acham que o dito cabo tem de longitude do ocidente habitado 62 graus, pouco mais ou menos; que se pode dizer que esteja no meridiano de Alexandria[22].

E daqui navegaram depois em direcção ao setentrião à quarta do nordeste, navegando de contínuo ao longo da costa, a qual quanto a mim é o princípio da Ásia e província de Arábia Feliz, e é terra do Preste João, porque aí houveram novas do Nilo, que lhes quedava a ocidente; o qual sabeis que parte a África da Ásia[23]. E nesta costa viram infinitas povorações e cidades, e em algũas

[22] Não se compreende qual é o meridiano que Vespúcio toma para origem das longitudes; o texto parece sugerir que corresponderia ao extremo ocidental conhecido do continente americano, por um critério idêntico ao que levara outrora a escolher o meridiano de Ferro (*cf. supra* nota 9). No «fragmento Ridolfi» Vespúcio diz ter atingido, nas suas primeiras navegações, ao serviço de Castela, um ponto que estaria a 8 horas (120°) a ocidente de Ferrara (11° 38' E de Greenwich) ou 150° a ocidente de Alexandria (29° 53' E) – o que, além de não ser equivalente, é, de qualquer modo, enorme exagero ou erro notório, visto que tal longitude corresponde em qualquer dos casos a um meridiano situado em pleno Pacífico, passando bem a oeste das ilhas Galápagos e cortando a costa da Califórnia.

Admitindo que Vespúcio conhecia a exacta situação do Cabo da Boa Esperança, para que este ficasse a 62° E, haveria que contar as longitudes de um meridiano a 43° 31' W de Greenwich, ou seja, passando um pouco a oeste do Rio de Janeiro e um pouco a leste de S. Luís do Maranhão. Esse meridiano não coincide de modo algum com o extremo ocidente do mundo habitado, tal como em 1501 era conhecido, mas antes aproximadamente com a raia de Tordesilhas, e é talvez a ela que, sem se exprimir convenientemente, quer aludir o autor. De facto, contando o grau de meridiano (ou do Equador, que é praticamente equivalente) a 18 léguas (*cf. supra* doc. II, nota 5), e tendo em conta que o grau de paralelo a uma latitude φ equivale ao produto do grau de equador por $\cos \varphi$, obtemos para o meridiano de Tordesilhas a longitude 46° 53' W, se, como parece lógico, se contarem as 370 léguas a partir da ilha de Santo Antão, a mais ocidental do arquipélago de Cabo Verde; contando-se do centro do arquipélago (16° N, 24°W) obter-se-iam 45° 23', e a partir da Boavista, a ilha mais oriental, 44° 5' W, o que em qualquer dos casos não anda longe dos 43° 31' W que se deduzem dos dados de Vespúcio.

É no entanto assaz duvidoso que Vespúcio conhecesse a exacta longitude do Cabo, pois, ao contrário do que afirma, este não está no meridiano de Alexandria, uma vez que fica a 18° 29' E, enquanto que Alexandria fica a 29° 53'.

[23] Tal era, de facto, a concepção dos Antigos; representa o ponto de vista dos gregos, que navegando apenas no Mediterrâneo viam no Nilo um acidente geográfico mais notório que o Mar Roxo; *cf.* Vitorino Magalhães GODINHO, «Indias, as Etiópias e o Nilo» *in* Joel SERRÃO, *Dicionário da História de Portugal*, dir. por [...], Iniciativas Editoriais, Lisboa (1971), *s. v.*

fizeram escala; e a primeira foi Zafale[24], a qual dizem ser cidade de tanta grandeza quanta o Cairo[25]; e tem mina de ouro; e dizem que pagam de tributo ao seu rei duzentos mil miticais de ouro ao ano, que vale cada mitical um castelhano de ouro ou quase[26]. E daí partiram e vieram a Mezibino onde dizem que há muito aloés e infinito lacre e muita panaria de seda, e é de tanta povoração quanta o Cairo[27]. E de Mezibini foram a Chilua e a Modaza[28],

[24] *I. e.*, Sofala. Como nem todos os topónimos dados por Vespúcio são identificáveis, preferimos manter a forma que ocorre no texto, explicando-a em nota quando a lográmos identificar; seguimos a leitura de Ilaria Caraci, muitas vezes divergente tanto da de Greenlee como da de Formisano. De qualquer modo a frota aterrou na costa oriental africana passada já Sofala, de que tiveram notícias por duas naus de mouros que apresaram, decidindo então não tornar atrás e deixar a visita a Sofala para o regresso (Piloto Anónimo, cap. lxviii).

[25] Exagero enorme e evidente: Sofala, embora importante economicamente devido ao ouro do Monomotapa que por aí se escoava, era, como no-la representam os desenhos e gravuras da época, um mero aglomerado de casas térreas dispersas entre arvoredos (*vide* Luís SILVEIRA, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, vol. II, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, s/d, estampas 409-420, pp. 259-263); o Cairo chegara em começos do século XIV a contar 50 açougues (*suq*) ou mercados com *c.* 60 lojas cada um, 11 pousadas para mercadores forasteiros (*funduq*),12 000 casas comerciais na sua artéria principal, 36 000 embarcações no Nilo, etc.; embora muito decadente após a grande crise dos séculos XIV-XV, era ainda uma das maiores cidades de toda a bacia do Mediterrâneo (*cf.* Aḥmad DARRAG, *L'Égypte sous de règne de Barsbay* [...], cit. *supra* doc. III, nota 11, p. 82 & ss.).

[26] Deve referir-se ao tributo pago por Sofala a Quíloa. Como o *mitical* de Sofala (*cf. supra* doc. IX, nota 6) pesava, segundo os dados fornecidos por António Nunes, 4,83 g (pois pesavam 47 $^1/_2$ meticais 1 marco), valendo 467 reais, era, de facto, *grosso modo* equivalente ao *castelhano* de ouro (*cf. supra* doc. VIII, nota 11) que correspondia a $^1/_{50}$ de marco e valia o mesmo que o ducado e que o cruzado.

[27] Moçambique, tal como Sofala, não se pode, evidentemente, comparar ao Cairo; segundo o Piloto Anónimo (cap. lxviii) era «ilha pequena [...] não muito povoada». Nem o aloés, nem o lacre (*cf. supra* doc. III, nota 3) nem as sedas são produção de Moçambique, mas é de admitir que ali chegassem graças ao comércio de árabes e guzerates. O aloés ou azevre mais apreciado no comércio era o aloés socotorino (*Aloe perryi*, Baker, da família das Liliáceas), provindo, como o nome indica, de Socotorá; é usado como purgante e anti-séptico, outrora também no embalsemamento de cadáveres e hoje na preparação de champôs (*cf.* Garcia de ORTA, *Col.* II, «do aloés»). Espécies vizinhas, como o aloés vulgar, aloés-dos-barbados ou erva-babosa (*A. vera* [L.] Burm.), espontânea no litoral alentejano e assaz cultivada alhures como planta ornamental, dão um produto de qualidade inferior.

[28] Com base nas informações que lhe forneceu Gaspar da Gama, Vespúcio começa aqui a enumerar sistematicamente os portos do Índico, por sectores: de Moçambique à boca do Mar Roxo, numa e noutra costa deste, no Golfo Pérsico e na costa da Índia. Muitos nomes, devido a má audição, deficiente notação ou erro dos copistas, são inidentificáveis; mas os que se deixam identificar

e de Modaza a Dimodaza e a Melindi, depois a Modadasco e a Camperaia e a Zendach, depois a Amaal, depois a Dabul e Albacaron; e todas estas cidades estão na costa do Mar Oceano e vão até ao estreito do Mar Roxo; o qual mar haveis de saber que não é roxo e é como este nosso, mas tem só nome de roxo[29]. E todas estas cidades são riquíssimas de ouro e de jóias e panarias e especiarias e drogarias, mas não de seu próprio nascimento, que lhe são trazidas com carretas da parte da Índia, como sabereis, que seria longa cousa repeti-lo.

De Albarono através do estreito do Mar Roxo se vão à Meca, aí onde foi ũa nao da dita frota que neste ponto é chegada aqui a este cabo[30].

---

apresentam-se, em geral, pela sua correcta ordem geográfica e revelam uma visão relativamente exacta das costas do Índico Ocidental, que supera em muito a transmitida pelas cartas de 1499 (*vide supra* doc. II, III, & IV). Para lá do Cabo Comorim, porém, como veremos, a imagem torna-se mais confusa. Há que notar, contudo, que ao contrário do que o autor parece sugerir, a maioria dos portos mencionados não foram visitados pela frota de Cabral, que apenas deles recolheu notícia.

Na presente secção de costa (África Oriental) são identificáveis apenas os seguintes topónimos:

Mezibini é Moçambique, 15° 10' S, 41° E, que a armada escalou a 20.VII.1500 (BARROS; GÓIS; segundo o Piloto Anónimo, cap. lxviii, a 20.VI.1500, o que é talvez gralha); segundo G. CORREIA (I, p. 158) foi aí que se reuniu a frota dispersa pela tempestade no Atlântico sul;

Chilua é Quíloa (Kilwa), 8° 57' S, 39° 37' E, que escalaram 6 dias depois; segundo o Piloto Anónimo (cap. lxviii) foi aí que se reuniu a frota;

Modaza é Mombaça, 4° 4' S, 39° 40' E, onde a armada passou ao largo, e *Dimodaza* é certamente erro de escriba por *da Modaza*, *i. e.*, «de Mombaça», repetido por inadvertência;

Melindi é Melinde (Malindi), 3° 12' S, 40° 8' E; a frota permaneceu aí de 2 a 7.VIII.1500 (Piloto Anónimo, cap. lxix);

Mododasco é Mogadoxo (Mogadiscio, Maqdishû), 2° 3' N, 45° 13' E, que a frota não escalou (Piloto Anónimo, cap. lxx).

[29] Ao contrário do que supõe Vespúcio, o nome de Mar Vermelho ou Mar Roxo (tradução do grego, Ερυθραῖα Θάλασσα), não lhe foi atribuído arbitrariamente, mas porque de facto parece por vezes avermelhado, devido à abundância de uma alga flutuante (*Trychodesmium erythraeum*, Ehrenb., da família das Esquizofídeas) que segrega um pigmento vermelho.

[30] Refere-se à nau de Diogo Dias (*cf. supra* doc. VI, nota 3), que chegou de facto à boca do Mar Roxo mas não penetrou nele, pelo que não atingiu Meca (que, como é bem sabido, não é porto de mar, mas cujo nome é por vezes dado, por metonímia, ao porto de Judá que a serve). *Mech*, com artigo ([...] *e' vano alla Mech* [...]), é necessariamente Meca. Se assim não fosse poder-se-ia admitir que o autor se referisse ao porto de Moca (Mokha ou al-Mukhâ, 13° 23' N, 43° 7' E, no sul do Iémen); mas também esse fica dentro das Portas do Estreito, e não foi, por conseguinte, visitado por Diogo Dias.

E até aqui é escrita a costa de Arábia Feliz[31]; e ora vos direi a costa do Mar Roxo pera a Índia, isto é, dentro no estreito desse mar.

À boca do estreito está um porto no Mar Roxo que se chama Hoden, com ũa grande cidade. Mais avante, em direcção ao setentrião, está um outro porto que se chama Camaram e Ansuva; depois um outro porto que se chama Odeinda; e de Odeinda a Lamoin e de Lamoin a Giuda[32]. Este porto de Giuda é junto com o monte Sinai que, como sabeis, é na Arábia Deserta, onde dizem que é escala de todo'los navios que vêm da Índia e da Meca; e neste porto dizem que descarregam toda'las especiarias e drogarias e jóias e tudo aquilo que põem aqui; despois vem as caravanas de camelos do Cairo e de Alexandria e o conduzem ali, que dizem que vão oitenta léguas pelo deserto da Arábia[33]. E dizem que neste Mar Roxo não navegam senão de dia por causa dos muitos escolhos e baixios que i há[34]; e muitas outras cousas me foram contadas deste mar, que por não ser prolixo se leixam.

Ora direi da costa do Mar Roxo da parte da África. À boca do estreito desse mar está Zoiche, que é senhor dela um mouro

---

[31] Aqui Vespúcio confunde-se, pois o que referiu até aqui é, na nomenclatura ptolomaica, Etiópia oriental ou *Ætiopia sub Ægypto* e não *Arabia Felix* (o sudoeste, montanhoso e pluvioso, da Península Arábica, contraposto à *Arabia Deserta*), pois essa só começa passado o estreito do Mar Roxo.

[32] Aparentemente Gaspar da Índia conhecia relativamente bem esta zona, pois forneceu a Vespúcio um número considerável de topónimos, em parte correspondentes a lugares secundários, todos identificáveis com relativa segurança:

Hoden é Áden ('Adan), 12° 58' N, 45° 1' E;

Camaram é a ilha de Camarão (Qamarân, 15° 17' N, 42° 32' E), fronteira à costa iemenita;

Ansuva parece corresponder a Antûfax ou Antûfash, pequena ilha vizinha;

Odeinda é Hodeida, 14° 40', 42° 57' E, um dos principais portos do Iémen;

Lamoin parece corresponder a Loheia (al-Luḥayya), 15° 50' N, 42° 30' E, outro porto do Iémen;

Giuda é Judá, 21° 38' N, 39° 17' E.

[33] *Cf. supra* doc. III, nota 38. Vespúcio parece confundir Judá com o Toro, pois na realidade Judá fica muito longe ainda do Monte Sinai; e há evidentemente distorção na informação de que aí fazem escala os navios provindos de Meca, já que Meca é uma cidade interior e Judá o porto que a serve. Quanto às 80 léguas de distância ao Egipto, é, como as 90 jornadas de Sernigi, uma informação incorrecta, mas desta vez por defeito: a distância de Judá a Suez por estrada é hoje de 1300 km, o que equivale a umas 210 léguas. Se é ao Toro que o autor se quer referir, a informação é menos incorrecta: o Toro dista hoje por estrada do Cairo 377 km, o que equivale a umas 60 léguas.

[34] *Cf. supra* doc. III, nota 22.

que se chama Agi d'Arabi; e diz que está a três jornadas junto ao porto de Judá; tem muito ouro, muitos alifantes e infinitos mantimentos[35].

De Zoaca a Darbarui: destes dous portos a Darboiam Azala é senhor o Preste João; e aí defronte está um porto que se denomina Tui, o qual é do Grão Soldão de Babilónia. Depois, de Tui a Edem e de Edem a Zeon. Isto é quanto pude haver do Mar Roxo; e louvo-me em quem melhor o sabe[36].

Resta-me agora o que ouvi da costa da Meca dentro do Mar Pérsico, que foi o seguinte[37]:

Partem-se de Meca e vão pola costa do mar té ũa cidade que se chama Ormuz, a qual é um porto à boca do Mar Pérsico; e depois de Ormus a Tuns e de Tuns a Tunas; depois a Capan, depois a Lecor, depois a Dua, depois a Torfsis, depois a Pares, depois a Scucan, depois a Tatar[38]. Todos estes portos, que são muito povorados, estão dentro na costa do Mar Pérsico; creio que serão muitos mais à minha vinda, que na verdade me refiro a estes que me contou um homem dino de fé, que se chamava Gaspar, que correra desde o Cairo a ũa província que se chama Molecca, a qual está situada na costa do Mar Índico (creio que seja a província que

[35] *Zoiche* parece corresponder a Zeila, 11° 20' N, 43° 30' E, na Somália, que de facto fica fora, mas não longe, das Portas do Estreito. Dista de Judá umas 600 e tal milhas, que mesmo com muito bom vento dificilmente se poderiam percorrer em três jornadas. Quanto ao nome do seu senhor, Agi d'Arabi, parece transcrever o árabe *ḥâjj* ou o persa *hâjī* («haji, *i. e.*, peregrino», título que tomam os mouros que fizeram a peregrinação a Meca) al-'Arabî, que não sabemos a quem possa corresponder; o principal potentado muçulmano da zona era ao tempo o sultão de 'Adal, Muḥammad bin Azhar al-Dîn, r. 1488-1518 (*cf. supra* doc. II, nota 45). O ouro, os elefantes e os infinitos mantimentos chegar-lhe-iam por via marítima ou terrestre do interior da África mais ao sul, pois a região em si é assaz estéril.

[36] Destes portos apenas é facilmente identificável *Tui*, que deve corresponder ao Toro (al-Ṭur), 28° 12' N, 33° 40' E (*cf. supra* doc. III, nota 9), que efectivamente pertencia ao Grão Soldão de Babilónia (*cf. supra* doc. I, nota 7). Zoaca pode corresponder a Dalaca (Dahlak, *c.* 16° N, 40° E) e Edem a Áden, acima dita *Hoden* (*cf. supra* nota 32).

[37] Vespúcio parece aqui confundir-se, colocando Meca sobre o Golfo Pérsico em vez de a situar sobre o Mar Roxo; a não ser que por «costa da Meca» designe, por sinédoque, a costa da Arábia em geral, que tem, de facto, uma fachada marítima sobre o Golfo Pérsico.

[38] Dos portos do Golfo Pérsico o único identificável com segurança é Ormuz. *Dua* poderia corresponder a Doha (Dawha), 25° 17' N, 51° 32' E, capital do Qatar, na margem sul do Golfo; mas não há sinais de que a cidade, a que apenas se conhecem referências no século XIX, existisse já nessa época. *Tatar* poderia corresponder a Tata, 24° 45' N, 68° E, mas fica no Cinde ou Sindh (delta do Indo) e não dentro do Golfo.

Tolemeu chama Gedrósica)[39]. Este Mar Pérsico dizem que é muito rico, mas em tudo se não há de crer, porende o deixo na pena a quem melhor lhe indague a verdade.

Agora me resta a dizer da costa que vai do estreito do Mar Pérsico pera o Mar Índico, segundo me contaram muitos que foram na dita armada e sobretudo o dito Gaspar, o qual sabia de muitas línguas e o nome de muitas províncias e cidades; como digo, é homem mui autêntico, porque fez duas vezes a fio a viagem de Portugal ao Mar Índico[40].

Da boca do Mar Pérsico se navega a ũa cidade que se chama Zabul, e de Zabul a Goga, e de Goga a Zedeuba e depois a Nui, depois a Bacanur, depois a Salur, depois a Mangalur, depois a Batecala, depois a Calnur, depois a Dremepetam, depois a Fandorana, depois a Ciacat, depois a Calicut (esta cidade é muito grande e foi a armada dos portugueses a repousar em ela); depois de Calicut a Belfur, depois a Scailat, depois a Remondi, depois a Paravrangari, depois a Tanui, depois a Propornat, depois a Cuninam, depois a Lonam, depois a Belingut, depois a Palur, depois a Glongolor, depois a Cochin, depois a Caincolon, depois a Teinquolon, depois a Cain, depois a Coroncaram, depois a Scomondel, depois a Nagaitan, depois a Delmatan, depois a Carepatan, depois a Conimat: até aqui navegou a frota de Portugal, a qual, se bem que não se conte da longitude e latitude da dita navegação, seria cousa impossível a quem não tenha muita prática de marinharia que a pudesse dar a entender[41]. E eu tenho esperança de nesta minha navegação rever

[39] Parece aludir a Malaca, que Gaspar da Gama conhecia, pois a cita na sua súmula geográfica da Índia, conservada em apêndice ao *Diário* de Vasco da Gama; mas não se situa de modo algum na Gedrósia, que era o nome greco-romano do Makran, ou seja, da zona costeira do Irão e do Baluchistão, entre o estreito de Ormuz e o Cinde.

[40] Em rigor fizera uma viagem da Índia a Portugal, com Vasco da Gama, e uma de ida e volta à Índia, com Cabral. Sobre a sua pessoa *cf. supra* doc. III, nota 1.

[41] Esta enumeração dos portos da Índia, de Dabul a Conimate, é a mais detalhada e correcta de todo o documento, pondo em relevo o bom conhecimento que Gaspar da Gama possuía da zona, mormente do Malabar; indirectamente prova a autenticidade da carta, pois só alguém que tivesse viajado na Índia como Gaspar poderia enumerar tantos lugares, alguns dos quais deveras secundários. Alguns topónimos parecem ser transcritos do árabe, com passagem de *p* a *f*. São identificáveis os seguintes:

Zabul é sem dúvida Dabul (Dabhul), 17° 35' N, 73° 9' E, na costa do Concão;

Goga deve ser Goa, e não Gogha no Guzerate, como se deduz do seu enquadramento entre localidades do Concão;

Zedeuba deve ser Angediva, 14° 46' N, 74° 7' E;

Bacanur é certamente a Bacanor de Duarte BARBOSA (cap. 36-F) e BARROS (I, iv, 11) e a Fâkanûr de Ibn Baṭṭûṭa, *i. e.*, Vakkanûr, pequeno porto do Canará hoje desaparecido, sito a 13° 28½. N, por vezes confundido com o vizinho porto de Barcelor;

Salur é certamente Barcelor (Basrûr), a 13° 55' N;

Mangalur é Mangalor, no Canará, 12° 50' N, 74° 51' E;

Bategala é a Baticalá dos portugueses (Bhatkal), 13° 57' N, 74° 30' E, no Canará, mas fica antes e não depois de Mangalor;

Calnur deve ser Cananor (Kannur), 11° 52' N, 75° 55' E, já no Malabar;

Dremepetam é Dharmapattinam, pequeno porto formado por uma pequena ilha, perto de Cananor, a 11° 47' N;

Fandorana é a Pandarane dos portugueses (Pantalâni), a Fandarina dos geógrafos árabes (Edrici, Rashid-ud-Din, Ibn Baṭṭûṭa, etc.) e a Flandrina do Beato Odorico de Pordenone, a 11° 26' N, 75° 40' E, um pouco ao norte de Calecut, onde Vasco da Gama ancorou;

Calicut é Calecut (Kôḻikôḍu), 11° 15' N, 75° 49' E;

Belfur é certamente Beypur ou Beypore, 11° 10' N, 75° 48' E, pequeno porto sito na foz de um rio ao sul de Calecut;

Paravrangari é Parappanangadi, a Papuranguri de CASTANHEDA (I, xvi), um pouco mais ao sul (11° 4' N, 75° 50' E);

Tanui é Tanur, a Tanor dos portugueses, 10° 58' N, 75° 51' E;

Propornat é sem dúvida Pappanadu, um pouco mais a sul;

Cuninam é aparentemente Kunjhinam, perto de Porcá (Porakkad, 9° 22' N, 76° 23' E);

Palur é Parur ou Palur, um pouco a sul de Paliporto (Pallipuram, 10° 10' N, 76° 11' E), na margem sul do Periyar, oposta a Cranganor;

Glongolor é certamente Cranganor (Koḍungalûr), 10° 12' N, 76° 12' E, onde carregou a caravela *São Pedro* de Pedro de Ataíde, trazendo daí consigo o P.e José de Cranganor;

Cochin é Cochim, 9° 58' N, 76° 17' E, escrito em parte à portuguesa (em italiano deveria ser *Cocin*), devendo notar-se que foi o extremo meridional atingido por Cabral, de modo que o que se diz dos lugares seguintes resulta meramente de informação oral;

Caincolon é Kayamkulam, a Calecoulão dos textos portugueses, 9° 11' N, 76° 30' E;

Teinquolon é certamente Coulão (Kollam, Quilon), 8° 54' N, 76° 37' E, que Cabral não visitou mas com que teve contactos diplomáticos, embora se não compreenda a origem e significado do primeiro elemento do topónimo;

Cain é certamente Cael (Kayal), na Costa da Pescaria, nome que se aplicava a três localidades vizinhas mas distintas, Kayalpattinam, 8° 34' N, 78° 10' E, Cael Velho ou Palayakayal, 8° 38' N, 78° 7' E, e Punicale ou Punnaikayal (Cael Novo), sito defronte, na margem oposta do rio;

Coroncaram parece ser Kilakkarai, a Calecare dos portugueses, 9° 14' N, 78° 50' E, no extremo setentrional da Costa da Pescaria;

Scomondel parece ser uma transcrição aproximada de Choromândel ou Coromandel (Colamaṇḍalam);

Nagaitan parece ser Negapatão (Nagappattinam), 10° 46' N, 79° 53' E, já no Choromandel;

Delmatan deve ser a Tremapatão dos portugueses, (Tirumalairayanpattinam), 10° 53' N, 79° 51' E, perto do antigo estabelecimento francês de Carical;

e correr grande parte do sobredito e descobrir muito mais; e à minha tornada darei de tudo boa conta e verdadeira relação[42]. O Espírito Santo vá comigo!

Este Gaspar que me contou as sobreditas cousas – e muitos cristãos o confirmaram porque foram em algũas delas – me disse ao depois que estivera dentro na terra da Índia num grande reino que se chama o reino de Parlicat[43], o qual é um grandíssimo reino e rico de ouro e de pérolas e de jóias e de pedras preciosas; e contou ter estado dentro na terra em Mailepur e em Giapatan e em Melata e em Tenaser e em Pego e em Scarnai e em Bengola e em Otezan e em Marcin[44]. E este Marghin diz que está junto do rio grande dito

---

Carepatan deve ser Kaverippattinam, no delta do Kaveri, um pouco ao norte de Tragambar ou Tranquebar (11° 2' N, 79° 52' E);

Conimat, na documentação portuguesa Conimate ou Cunhameira, é Kunimedu, a 12° 12' N, 79° 50' E, um pouco ao norte de Pondicherry; evidentemente que Pedro Álvares Cabral não chegou tão longe; Vespúcio confunde aparentemente o *terminus* da navegação cabralina com o da experiência pessoal de Gaspar da Índia – o que parece confirmar-se pelo facto de daí em diante ser maior a imprecisão geográfica.

[42] Este passo é curioso, pois parece deduzir-se dele que Vespúcio não tinha ainda a noção de que a América era um continente bem distinto da Ásia, como Duarte Pacheco PEREIRA afirmaria com vigor uns cinco anos mais tarde (*Esmeraldo*, I, ii); daí a esperança de topar com o golfo de Bengala ao explorar a costa brasileira. Esta impressão é confirmada pela carta de Vespúcio a Lourenço de Médicis de 18.VII.1500 em que afirma que na sua viagem de 1499 ao navegar para a zona das Guianas tinha intenção de dobrar o cabo Cattegara, que Ptolomeu colocava no extremo oriental do Grande Golfo (*Magnus Sinus*, aproximadamente correspondente ao golfo de Sião), que se situaria a *c.* 8° S, 175° E de Ferro; e pela carta a Soderini, em que afirma que na sua viagem de 1503 à costa do Brasil tinha a intenção de descobrir Malaca.

[43] *Parlicate* é certamente Paleacate ou Pulicat (Paliyavarkadu), 13° 27' N, 80° 15' E, mas não era sede de nenhum reino, já que fazia parte do de Vijayanagar ou Bisnaga; é a este que em boa parte correspondem os dados fornecidos, tal como a grande extensão, a riqueza em pedras preciosas, etc.

[44] A partir do Choromândel a topografia torna-se confusa e os topónimos enumerados, embora em boa parte identificáveis com lugares ou regiões em torno do golfo de Bengala, são apresentados fora da sua ordem geográfica; para mais, trata-se quase sempre de portos e não de «lugares dentro na terra» como o autor escreve. São mais ou menos identificáveis:

Mailepur é Meliapor (Mailapur), 13° 4' N, 80° 17' E, hoje subúrbio de Madrasta; só que não fica «pela terra a dentro», mas muito pelo contrário na própria praia do mar;

Giapatan é quiçá Vizagapatam (Vishâkhappattinam), 17° 40' N, 83° 23' E, no extremo norte do Andhra Pradesh; é pelo menos um porto do sul da Índia, já que nas línguas dravídicas *pattinam* significa «porto»;

Melata é certamente Malaca (Melaka), 2° 15' N, 102° 15' E;

Emparlicat; e este Emparlicat é cidade onde está o corpo de São Tomé Apóstolo e há i muitos cristãos[45]. E me disse que esteve em muitas ilhas, e sobretudo em ũa que chamam Zeilan, que dizem que mede em torno 300 léguas[46], e que o mar comera dela, e o rio, outras 400 léguas[47]. Disse-me que era riquíssima ilha de pedras preciosas e de pérolas e de especiarias de todo o género e de drogarias e outras riquezas, como sejam alifantes e grande cavalaria; de modo que estimo que essa seja a ilha Taprobana, segundo ele ma figura; e mais me disse que jamais ouviu nomear Taprobana em as taes partes, a qual, como sabeis, está defronte do rio Indo[48].

Item me disse que estivera em ũa outra ilha que se chama Scamatara[49], a qual é tamanha como Zeilan e bem comarcã; ensembra

---

Tanaser é Tanaçarim (Tenasserim), sita não longe da cidade actual (11° 59'N, 99° E), embora não exactamente no mesmo local;

Pego é Pegu, 17° 22' N, 96° 33' E;

Scarnai é por certo Xarnau ou Sornau, *i. e.*, Xahr-e-Now, «cidade nova», ou quiçá Xahr-e-Nâv, «cidade dos navios», nome persa do Sião ou da sua capital;

Bengola é o Bengala, nas bocas do Ganges;

Otezan parece ser Orissa, em sânscrito Odradeça, no nordeste da Índia peninsular;

Marchin parece ser transcrição aproximada do persa Mâchîn ou do árabe Ma'al-çîn, adaptação do sânscrito Mahâcîna, «Grande China», termo vago que ora designa a própria China ora o conjunto dos territórios do Sueste Asiático que reconheciam a sua suserania e lhe pagavam tributo (*cf.* Luís Filipe THOMAZ, «A Carta [...]», *cit. supra* doc. II, nota 15, *vide* nota 15, pp. 28-31).

[45] *Emparlicat* é certamente Paleacate ou Pulicat, a que aludimos mais acima, onde na realidade não existe nenhum grande rio, mas uma espécie de grande coilão (laguna, ria ou albufeira natural). Situa-se de facto relativamente perto (*c.* 5 léguas) de Meliapor onde fica o túmulo de S. Tomé (*cf.* Luís Filipe THOMAZ, «A lenda de S. Tomé [...]», *vide supra* doc. II, nota 32).

[46] Cifra ligeiramente exagerada: Ceilão tem de perímetro *c.* 900 milhas, o que, contando, como faz o autor, a légua a $4\frac{1}{2}$ milhas, equivale a *c.* 200 léguas.

[47] *Cf. supra* doc. III, nota 32; a lenda da erosão de Ceilão pelo mar, reportada por Marco POLO (cap. clxviii ou III, xiv) e repetida por Diogo do COUTO (VI, i, 7), deve ter-se gerado para justificar a discrepância entre as avantajadas dimensões que lhe atribui Ptolomeu e a sua mais modesta grandeza real; Marco Polo admite que teve outrora 3600 milhas, de que restariam hoje apenas 2400.

[48] *Cf. supra* doc. III, nota 32; é interessante notar como, à semelhança de D. Manuel na sua carta de 25.VIII.1499 ao Cardeal Protector, Vespúcio intui a identidade entre a Taprobana dos Antigos e Ceilão; equivoca-se contudo ao afirmar que a *Geographia* de Ptolomeu a situa defronte do Indo, pois situa-a defronte da Índia Cisgangética, entre a foz do Indo e a do Ganges.

[49] *Scamatara* é evidentemente Samatra, com que já Poggio Bracciolini, que c. 1445 redigiu em latim as memórias de viagem de Nicolo de' Conti, identificara a Taprobana: «[...] Taprobana que é chamada pelos nativos Sciamuthera [...]». O nome actual da ilha, que em malaio é Sumatera, deriva do sânscrito

é tão rica como ela, de modo que não sendo Zeilan a ilha Taprobana será Scamatara. Destas duas ilhas vêm à Pérsia e à Arábia infinitíssimas naos carregadas de todo o género de especiarias e drogarias e jóias preciosas. E dizem que viram grande cópia de navios daquelas partes, que são grandíssimos e de 40 mil a 50 mil quintais de porte[50], aos quaes chamam juncos; e têm os mastos das naos grandíssimos e em cada masto 3 ou 4 gáveas[51], e as velas são de junco[52]; não são fabricados com ferro, senão que são entrançados com cordas (parece que aquele mar não será tempestuoso)[53]; têm bombardas mas não são navios veleiros nem se metem muito ao

Samudra, que literalmente significa «oceano»; passou ao português certamente por via árabe; ocorre no Itinerário de Ibn Baṭṭûṭa na forma *Sumuthra*. Começou por se aplicar a um pequeno reino do extremo norte da ilha, o de Samudra-Pasai, a Pacém dos textos portugueses quinhentistas; nessa acepção está atestado desde Marco POLO (1298), que o transcreve por Samara (cap. clxv ou III, x), e ocorre ainda em 1502 no mais antigo mapa português da Ásia que se conhece, o chamado «planisfério de CANTINO» (*PMC*, I, 5). Aplicado ao conjunto da ilha ocorre, como vimos, incidentalmente em Bracciolini, reaparece numa legenda de um mapa atribuído a Jorge REINEL, de c. 1510 *(PMC*, I, 9), «a mui honrada e muito rica ilha de Çamátora», para se generalizar desde então (*cf.* Jorge Manuel dos Santos ALVES, *O Domínio do Norte de Samatra – A história dos sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, 1999).

[50] Estas cifras correspondem respectivamente a *c.* 2320 e 2900 toneladas métricas, e são aparentemente um tanto exgeradas. Sabe-se que os juncos utilizados nas célebres expedições de Cheng He (1405-1435) podiam carregar até 3000 ou 4000 *tan* de cereal cada um (equivalendo o *tan*, sob a dinastia Ming, a 107,37 litros), o que corresponde a 320 a 430 kl; sabe-se, contudo, da existência de juncos chineses com capacidade para 8000 a 9000 *tan* (*c.* 860 a 970 kl) – o que, mesmo assim, fica abaixo das cifras dadas por Vespúcio. *Cf.* Sung YING-HSING, *Chinese Technology in the seventeenth century, T'ien-Kung K'ai-Wu*, translated from the Chinese and annotated by E-tu Zen Sun & Shiou-Chuan Sun, The Pennsylvania State Univerity Press, University Park & Londres, 1966 [reimp. Dover Pub. Mineola, N. I., 1997], p. 186.

[51] Por *gáveas* (do latim *cavea*, «espaço fechado, gaiola», através do italiano *gabbia)* tanto se pode entender um cesto suspenso no mastro, para observação do mar, como a vela que lhe fica próxima, que é geralmente a segunda de baixo para cima, a seguir ao papafigos.

[52] Curiosa paronímia: Vespúcio parece relacionar o nome do *junco* (navio), que provém do malaio *jung* ou *jong* e, em formas como *zuncum*, *junkus*, etc., está atestado em baixo latim desde 1331 (*Itinerário* do Beato ODORICO DE PORDENONE), com o termo românico *junco* (planta), do latim *juncus*, como que sugerindo que os navios se chamam assim por terem velas de junco. As velas dos juncos são, de facto, normalmente feitas de esteira, as mais das vezes de bambu entrançado.

[53] *Cf. supra* doc. II, nota 26. Vespúcio parece ignorar a lenda do íman submarino.

mar, porque de contínuo navegam à vista de terra. Aconteceu que esta frota de Portugal, por fazer prazer à petição del-rei de Calicut apresou ũa nao que estava carregada de alifantes e de arroz e de mais de 300 homens; e a tomou ũa caravela de 70 tonéis; e ũa outra vez meteram ao fundo 12 naos[54]. Depois vieram a ũa ilha dita Arabuga e Maluca[55] e muitas outras ilhas do Mar Índico, que são daquelas que conta Tolemeu que estão em torno da ilha Taprobana, e todas são ricas.

A dita armada se torna daí a Portugal; e à volta, que restavam 8 naos[56], delas se perdeu uma carregada de muitas riquezas, que dizem que valia 100 mil ducados; e as cinco com os temporais se perderam da capitaina, das quaes hoje é chegada ũa aqui, como acima digo. Creio que as outras virão a salvamento; assim praza a Deus!

O que as ditas naos trazem é o seguinte: vêm carregadas de infinita canela, gengibre verde e seco e muita pimenta, e cravo, noz-moscada, maças, almíscar, algália, estoraque, benjoim, porcelanas,

[54] O apresamento da nau que transportava os elefantes, a pedido do Samorim, é registado por numerosas fontes quase todas reproduzidas por Greenlee, *op. cit.* (Piloto Anónimo, cap. lxxiii; carta de D. Manuel aos Reis Católicos; *Crónica Anónima*, cap. x; CASTANHEDA, I, xxxvii; BARROS, I, v, 6; G. CORREIA, I, p. 196 & ss.; GÓIS, I, lviii). A destruição das doze naus de mouros (dez queimadas em Calecut e duas bombardeadas pouco depois em Pandarane) teve lugar um pouco mais tarde, em represália pelo ataque à feitoria portuguesa em que, como é sabido, foram mortas cerca de 50 pessoas (Piloto Anónimo, cap. lxxvi; carta de D. Manuel; carta do Crético; carta de Affaitadi; CASTANHEDA, cap. xxxix; G. CORREIA, I, p. 206 & ss.; a *Crónica Anónima*, cap. xi, BARROS, I, v, 7, e GÓIS, I, lix, apenas referem o afundamento de naus à vista de Calecut, 15 segundo os dois primeiros, 10 segundo o último).

[55] Não logramos identificar a ilha que o autor designa por Arabuga. Maluca é sem dúvida Maluco; é, como notámos já (*cf. supra* doc. II, nota 54) a primeira referência nominal conhecida a Maluco nas literaturas da Europa. Contudo, a exacta localização das «ilhas do cravo», ou seja, do arquipélago de Maluco, não parece ter sido conhecida antes do estabelecimento dos portugueses em Malaca (1511); daí que nas instruções dadas por D. Manuel a Diogo Lopes de Sequeira (Almeirim, 13.II.1508; pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, t. II, p. 403 & ss.) pareça haver uma certa confusão entre a ilha de S. Lourenço, *i. e.*, Madagascar e as ilhas onde medraria o cravo, a noz-moscada, o benjoim, o gengibre, etc., ou pelo menos se admita implicitamente que se pudessem atingir a partir dali. Essa concepção concorda com a que em 1510 aparece figurada no mapa atribuído a Jorge REINEL (*PMC,* I, 9) a que aludimos já diversas vezes, que situa a origem do cravo numa ilha sita no meio do Índico e cortada pelo trópico de Capricórnio.

[56] Sobraram 7 e não 8 navios, pois além dos 5 que se perderam à ida (um em Cabo Verde, 4 no Atlântico Sul) há a descontar dos 13 iniciais o de Gaspar de Lemos, que tornou do Brasil a Lisboa. A nau que se perdeu à volta é a de Sancho de Tovar.

cássia, almécega, incenso, mirra, sândalos vermelhos e brancos, lenho-aloés, cânfora, âmbar cão, muito lacre, múmia, anil, tutia, ópio, aloés pático, fólio índico e muitas outras drogarias que seria cousa longa contá-las[57]. Das jóias não sei ao certo, salvo que vi mui-

[57] *Cf. supra* doc. VI, nota 11 & doc. VII, nota 2. Esta lista discrimina uma gama muito mais completa de mercadorias que as relações de Bartolomeu Marchionni, do Crético, de Affaitadi e de Chà Masser (*cf.* GREENLEE, *op. cit.*), provavelmente por incluir produtos de que apenas vieram amostras. Quase todos são facilmente identificáveis:

- canela, *cf. supra* doc. II, nota 52; *cf.* tb. Garcia de ORTA, *Col.* xv;
- gengibre, *cf. supra* doc. II, nota 53; *cf.* tb. Garcia de ORTA, *Col.* xxvi;
- pimenta, fruto do *Piper nigrum*, L. da família das Piperáceas; *cf.* Garcia de ORTA, *Col.* xlvi;
- cravo, flor seca do *Syzygium aromaticum*, (L.) Merr. & Perry, da família das Mirtáceas, *cf. supra* doc. II, nota 54; *cf.* tb. Garcia de ORTA, *Col.* xxv;
- noz-moscada, *cf. supra* doc. II, nota 49; *cf.* tb. Garcia de ORTA, *Col.* xxxii;
- maça ou macis, arilo da noz-moscada;
- almíscar, *cf. supra* doc. II, nota 49;
- algália designa geralmente um perfume semelhante ao almíscar, extraído de diversos animais da família dos Viverrídeos, em especial o gato-de-algália africano (*Viverra civetta*, Schreber), *cf.* P. de CENIVAL & Th. MONOD, *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentim Fernandes (1506-1507)*, Paris, 1938, nota 106, pp. 144-145; aqui deve tratar-se de perfume extraído de uma das espécies asiáticas do mesmo género, provavelmente a *Viverra zibetha*, L., encontradiça sobretudo no NE da Índia, que dá o melhor produto, ou a *V. civettina*, Blyth, vulgar no Malabar, Canará e regiões adjacentes;
- *istorac* é certamente transcrição do português estoraque, *cf. supra* doc. II, nota 49; em bom italiano o nome é *storace*;
- benjoim, *cf. supra* doc. II, nota 49; *cf.* tb. Garcia de ORTA, *Col.* ix;
- porcelanas;
- *cássia* pode designar duas coisas bem distintas: ou a canela mais grosseira (como a que é extraída do *Cinnamomum aromaticum*, Nees, fam. Lauráceas, dita cássia-lígnea ou canela-da-china), *cf. supra* doc. II, nota 52 e tb. Garcia de ORTA, *Col.* xv; ou a cássia-fístula ou canafístula, vagens da *Cassia fistula*, L., fam. Leguminosas ou de espécies congéneres, usadas como purgante, *cf.* Garcia de Orta, *Col.* xiv;
- almécega ou mastique é a resina do lentisco ou aroeira (*Pistacia lentiscus*, L. fam. Anacardiáceas) em especial da variedade dita «lentisco de Quios»; mas é uma espécie mediterrânica, que apenas em 1806 veio a ser introduzida pelos britânicos na Índia; deve por conseguinte tratar-se da resina da *P. atlantica*, Desf., espécie congénere que se dá das Canárias ao Baluchistão e ao Afganistão e produz (sobretudo a variedade chamada *cabulica* ou *mutica*, outrora classificada como espécie distinta) a goma conhecida por «mastique de Bombaim», por ser modernamente exportada por esse porto;
- incenso, nome genérico das resinas queimadas como perfume, designa as mais das vezes o olíbano, resina extraída de várias espécies de

Boswellia, em especial da *B. sacra*, Flueckiger, fam. Burseráceas, encontradiça na Arábia e na Somália; *cf.* Garcia de ORTA, *Col.* lv;
- mirra é a resina extraída de várias espécies de *Commiphora*, em especial a *C. myrrha* (Nees) Engl., também da família das Burseráceas e oriunda das mesmas regiões, outrora muito usada na mumificação de cadáveres; *cf.* Garcia de ORTA, *Col.* lv;
- sândalo vermelho é o *Pterocarpus santalinus*, L. fam. Leguminosas, abundante na Índia onde é conhecido pelo nome sânscrito de *raktacandana*, lit. «sândalo rutilante», inodoro mas usado para madeira, semelhante ao pau-brasil e ao pau-rosa, ou para extracção de um corante, *cf.* Garcia de ORTA, *Col.* xlix; admitem vários autores que seja a madeira que a Bíblia diz ter sido fornecida por Hiram, rei de Tiro, a Salomão para a construção do templo de Jerusalém (designada por *almuggim* em I Reis, 10, 11--12 e por *algummim* em II Cron 2, 8 & 9, 10-11), que nunca mais tornou a aparecer na Judeia (*cf.* F. Nigel HEPPER *Baker Encyclopedia of Biblic Plants*, Inter Varsity Press, Leicester / Baker Book House, Michigan, 1992, p. 158);
- sândalo branco é o verdadeiro sândalo aromático, *Santalum album*, L., fam. Santaláceas, dito em sânscrito *candana*, de onde o árabe *çandal* e o grego bizantino σάνταλον, pronunciado *sándalon*, étimo do nome português; já mencionado no *Périplo do Mar Eritreu* (*c.* séc. II), abunda sobretudo no sul da Carnática, em torno de Maiçur ou Mysore, e nas ilhas da Sonda, de Java a Timor, especialmente nesta ilha e na de Sumba; provavelmente é daí originário e foi daí que nos primeiros séculos da nossa era os indianos o trouxeram para a Carnática; *cf.* Garcia de ORTA, *Col.* xlix;
- lenho-aloés, calambac ou calambuco é botanicamente o mesmo que águila, o ἀγάλοχον dos Antigos, madeira da *Aquilaria malaccensis*, Lam., fam. Timeleáceas que medra desde a Índia à Malásia ou de espécies vizinhas da Península Indochinesa; a fragrância e consequentemente o valor da madeira depende da sua saturação em resina, cuja secreção parece ser provocada por um fungo, chegando a mais saturada a não flutuar na água, de onde o seu nome chinês de *ch'en hsiang*, lit. «arómato que se afunda» (*vide* I. H. BURKHILL, *A dictionary of the Economic Products of the Malay Peninsula*, 2 vols., Londres, 1935, *s. v.* «Aquilaria»); *cf.* Garcia de ORTA, *Col.* xxx;
- cânfora é uma goma extraída de duas plantas bem distintas: a *Dryobalanops aromatica*, Gaertn., fam. Dipterocarpáceas, grande árvore de frutos comestíveis de Samatra e Borneu, conhecida no Ocidente desde a Alta Idade Média; e o *Cinnamomum camphora*, (L.) J. Presl., fam. Lauráceas, pequena árvore da China afim das caneleiras (de menor teor em essência que é neste caso extraída por sublimação) que apenas em finais da Idade Média começa a aparecer no mercado, mas que sendo muito mais barata quase destrona a outra; *cf.* Garcia de ORTA, *Col.* xii;
- *âmbar cão* deve ser âmbar cinzento, *cf. supra* doc. II, nota 49; *cf.* tb. Garcia de ORTA, *Col.* iii;
- laca ou lacre, *cf. supra* doc. III, nota 3; *cf.* tb. Garcia de ORTA, *Col.* xxix;
- múmia (do árabe *mûmiyâ*, «petróleo, betume, alcatrão»), pode designar essa substância mineral, a que se atribuíam propriedades medicinais, ou então o próprio invólucro das múmias do Egipto, frequentemente pilhadas para extracção dos arómatos usados no embalsamamento, também considerados medicinais;

tos diamães e rubins e pérolas, entre as quaes vi um rubim de uma peça bruta de belíssima cor que pesava sete quilates e $^{1}/_{2}$[58]. Não me quero mais alargar porque os navios estão [de partida e o pouco tempo][59] não me leixa escrever; de Portugal escutareis as novas. Em concrusão, el-Rei de Portugal tem nas mãos um grandíssimo trato e grã riqueza; Deus a faça prosperar. Creio que as especiarias virão destas partes a Alexandria e a Itália, segundo a qualidade e preço; assim vai o mundo.

Crede-me, Lourenço, que o que tenho escrito até aqui é a verdade, e se não conferem as províncias e os reinos e os nomes das cidades com os escritores antigos é sinal que terão mudado, como vemos em nossa Europa, que por maravilha se ouve um nome antigo; e por mor clareza da verdade se achou presente um Gerardo Verde, irmão de Simão Verde de Cádis[60], o qual vem em minha companhia e se vos recomenda.

– anil é o mesmo que índigo, produto designado em bom italiano por *indaco*; obtém-se por fermentação das folhas de várias espécies do género *Indigofera*, L., da família das Leguminosas, em particular da *I. tinctoria*, L., vulgar na Índia e conhecida no Ocidente desde as campanhas de Alexandre, sem embargo de uma espécie africana, provavelmente a *I. arrecta*, Hochst. ex A. Rich., ter sido conhecida no antigo Egipto, onde aparece em roupagens de múmias *c.* 2000 A. C.; *cf.* Garcia de ORTA, *Col.* vii;

– tutia, óxido de zinco impuro que adere às chaminés dos fomos em que se calcinam certos minérios, usado em farmacopeia; *cf.* Garcia de ORTA, *Col.* lvi;

– ópio ou anfião é o suco das cápsulas da papoula-dormideira, *Papaver somniferum*, L., fam. Papaveráceas, espontânea nas regiões mediterrânicas, produzida em grandes quantidades na zona de Ádem e no Guzerate; *cf.* Garcia de ORTA, *Col.* xli;

– aloés «pático» é provavelmente erro de copista por aloés hepático, *i. e.*, bom para o fígado, que deve designar o aloés propriamente dito (*cf. supra* nota 27), talvez para distinguir do lenho-aloés;

– fólio índico é, como muito bem mostrou Garcia de ORTA (*Col.* xxiii), a folha de caneleira (*Cinnamomum spp.*), conhecida por malóbatro e muito apreciada na antiga Roma, como condimento ou em perfumaria.

[58] *Cf. supra* doc. II, nota 30 & doc. III, nota 6; o quilate (do árabe *qîrât*, por sua vez do grego κεράτιον, lit. «cornito, pequeno corno», nome dado às sementes de alfarroba outrora usadas para pesar ouro e pedras preciosas) variava de umas regiões para as outras, orçando pelos 0,2 g, valor hoje universalmente adoptado.

[59] Reconstituição conjectural de uma lacuna do manuscrito.

[60] Simone del Verde era um mercador florentino que se estabelecera por 1493 ou 1494 em Valladolid, transferindo-se entre 1499 e 1500 para Cádis; dele existem duas cartas sobre a segunda viagem de Colombo (Ilaria L. CARACI, *Scopritori* [...], I, pp. 119 & 268).

Esta viagem que ora faço vejo que é perigosa quanto à fraqueza deste nosso viver humano; sem embargo a faço com um ânimo franco pera servir a Deus e ao mundo; e se Deus for servido de mim me dará virtude, conquanto eu esteja aparelhado a toda a sua vontade, contanto que me dê o eterno repouso pera minha alma.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA
(Præter opera obiter citata)

1. Fontes citadas abreviadamente

ABREU, Lisuarte de

Livro de Lisuarte de Abreu. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992

ALBÉRICO de Trois-Fontaines

Chronica Alberici. Monumenta Germaniae Historica. Scriptorum, tomo XXIII. Hanover, 1874

ANTT

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

ARRIANO

ARRIAN – *Anabasis of Alexander* (books V-VII), *Indica*. With an English Translation by P. A. Brunt. Londres: Loeb Classical Library; Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1933 [reimp. 1996]

BARBOSA, Duarte

O Livro de Duarte Barbosa. Edição crítica e anotada. Prefácio, texto crítico e apêndice por Maria Augusta da Veiga e Sousa. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996-2000. 2 vols.; *vide* também *Collecção de Noticias* [...]

BARROS

BARROS, João de – *Ásia... dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. [Servimo-nos da] ed. de Hernâni Cidade e Manuel Múrias. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945-48. 4 vols. [citado por *década*, em romano maiúsculo, *livro*, em romano minúsculo, e *capítulo*, em algarismos]

BNL

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

Cartas de Affonso de Albuquerque

Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam. Pub. sob a direcção de Raymundo Antonio de Bulhão Pato [e Henrique

Lopes de Mendonça]. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1884-1935. 7 vols.

CASTANHEDA

CASTANHEDA, Fernão Lopes de – *História do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portugueses*. [Servimo-nos da] ed. de Pedro de Azevedo [e Laranjo Coelho]. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1924-33. 4 vols. [cit. por *livro*, em romano maiúsculo e *capítulo* em romano minúsculo]

CC

Corpo Cronológico. Colecção do ANTT. Citado por *parte-maço-documento*

CHÀ MASSER, Lunardo da

Vide PERAGALLO, Prospero

Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos Dominios Portuguezes. 2.ª ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias. 1867. T. 3

Comentários

ALBUQUERQUE, Afonso [Brás] de – *Comentários de Afonso de Albuquerque*. [Servimo-nos da] ed. de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973. 2 vols. [cit. por *livro* e *capítulo*]

CONTI, Nicolo de'

Vide MAJOR & MARCO POLO

CORREIA

CORREIA, Gaspar – *Lendas da Índia*. Pub. sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1858-66. 4 t. em 8 partes. [Reimp. parcial, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921-25]. [cit. por *tomo* e *página*]

COSME INDICOPLEUSTES

COSMAS INDICOPLEUSTÈS – *Topographie Chrétienne*. Intr., texte critique, illustration, trad. et notes par Wanda Wolska-Conus. Paris: Ed. du Cerf, 1968-1973. 3 vols. (Sources Chrétiennes; 141, 159 & 197)

Crónica Anónima

Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses. (Códice anónimo, Museu Britânico, Egerton 20,901). Introdução e notas de Luís de Albuquerque; leitura de Adélia Lobato. Pub. com o n.º 86 na série «Separatas» do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Junta de Investigações do Ultramar, Coimbra, 1974 [separata da *Revista de Ciências do Homem*. Universidade de Lourenço Marques. Série B. 5 (1974)]

Documentos sobre os Portugueses em Moçambique

Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central. Documents on the Portuguese in Mozambique and Central Africa. Lisboa: National Archives of Rhodesia and Nyassaland: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1989. 9 vols.

ESTRABÃO
The Geography of Strabo. With an English Translation by Horace Leonard Jones; based in part upon the unfinished Version of John Robert Sitlington Sterrett. London: Loeb Classical Library; Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1917 [reimp. 1989]

FELNER, Rodrigo José de Lima
Subsidios para a Historia da India Portugueza [...], contendo I. *O Livro dos Pesos, Medidas e Moedas* por António Nunes; II. *O Tombo da Índia* por Simão Botelho; III. *Lembranças das cousas da Índia em 1525*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1868

FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, Martín
«Colección de los Viajes y Descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV». In *Obras de Don*... Edición y estudio preliminar de D. Carlos Seco Serrano. Madrid: Atlas 1954-64. 3 vols. (Biblioteca de Autores Españoles; 75-77)

FICALHO, Conde de
Coloquios dos Simples e Drogas da Índia por Garcia de Orta. Edição publicada por deliberação da Academia Real das Sciencias de Lisboa, dirigida e annotada pelo [...]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891-1895. 2 vols. [reimp. anastática, 1987]

G. CORREIA
vide CORREIA

GÓIS
GOES, Damião de – *Chronica d'El-Rei D. Manuel*. [Servimo-nos da] ed. de Mello de Azevedo. Lisboa: Bibliotheca de Clássicos Portuguezes, 1909-1912. [cit. por *livro*, em romano maiúsculo e *capítulo* em romano minúsculo]

GREENLEE, William Brooks
A Viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia, pelos documentos e relações coevas. Introdução e notas de...; tradução de António Álvaro Dória. Porto: Liv.ª Civilização, s/d [*c.* 1951]

Historiens et Chroniqueurs du Moyen Âge – Robert de Clari, Villehardouin, Joinville, Froissart, Commynes. Édition établie et annotée par Albert Pauphilet; textes nouveaux commentés par Edmond Pognon. Paris: Ed. Gallimard, 1952 (Bibliothèque de la Pléiade)

HUNTINGFORD, G. W. B.
The Periplus of the Erythraean Sea by an unknown author [...]. Translated and edited by [...] Londres: Hakluyt Society, 1980

IBN BAṬṬÛṬA
Voyages. Traduction de l'arabe de C. Defremery et B. R. Sanguinetti (1858) introduction et notes de Stéphane Yerasimos. Paris: François Maspero, 1982

The Travels of [...], *A. D. 1325-1354*. Translated with revisions and notes from the Arabic; texte edited by C. Defrémery and B. R. Sanguinetti by H. A. R. Gibb. Londres: Hakluyt Society, 1958-94 [citamos pelos vol. e cap. da versão francesa, seguidos, entre parêntesis, do n.º do cap. da versão inglesa]

ISIDORO DE SEVILLA, San
Etimologias. Edición bilingüe: texto latino, versión española, notas y índices por José Oroz Reta & Manuel M. Marcos Casquero. Madrid: B.A.C., 1982--83, 2 vols.

JOÃO DE MARIGNOLLI, frei
Edição crítica do texto latino original in *Sinica Franciscana,* I, p. 515 & ss.; versão inglesa amplamente anotada in YULE, *Cathay and the Way thither*, III, p. 177 & ss.

JOÃO DE MONTECORVINO, frei
vide YULE & *Sinica Franciscana*

JOINVILLE
Vide *Historiens et Chroniqueurs du Moyen Âge*

JORDÃO DE SÉVERAC
Description des Merveilles d'une part de l'Asie par le P. Jordan ou Jourdain Catalani, natif de Severac [...]. Imprimé d'après un manuscrit du XIV^{e} siècle. Paris, 1839

MAJOR, R. H.
India in the Fifteenth Century, being a Collection of Narratives of Voyages to India. Londres: Hakluyt Society, 1857 [reimp. Delhi: Deep Publications, 1974]

MANRIQUE, Sebastião
Itinerário de... Edição prefaciada e organizada por Luís Silveira. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946. 2 vols.

MARCO POLO
Le Livre de Marco Polo, citoyen de Venise [...]. Rédigé en français sous sa dictée en 1298 par Rusticien de Pise, publiée [...] par M. G. Pauthier, Paris, 1865 [reimp. Slatkine Reprints, Genebra, 1978] (numeração seguida dos capítulos); versão inglesa anotada: *The Book of Ser Marco Polo, the Venetian, concerning the Kingdoms and Marvels of the East.* Translated and edited with notes by Colonel Sir Henry Yule. 3^{d} ed. revised [...] by Henri Cordier, 1903-1920, 3 vols. [reimp. 2 vols., Munshiram Manoharlal, Nova Delhi, 1993] (subdividido em livros e capítulos numerados dentro de cada livro); versão portuguesa abreviada: *Marco Paulo: o Livro de Marco Paulo – o Livro de Nicolao Veneto – Carta de Jeronimo de Santo Estevam*. Conforme a impressão de Valentim Fernandes feita em Lisboa em 1502, com três *fac-similes*. Introdução e notas por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1922 (subdividido em livros e capítulos)

NAVARRETE
vide FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, Martín

NUNES, António
Vide FELNER, Rodrigo José de Lima

ODORICO DE PORDENONE, O.F.M., beato
Edição crítica do texto latino original in *Sinica Franciscana*, I, p. 386 & ss.; versão inglesa amplamente anotado in YULE, *Cathay and the Way thither*, II, p. 2 & ss.

ORTA, Garcia de
vide FICALHO, Conde de

PAEZ, Simão Ferreira
As Famosas Armadas Portuguesas, 1496-1650. Rio de Janeiro: Ministerio da Marinha, 1937

PERAGALLO, Prospero
Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico, narrando-lhe as viagens portuguezas à Índia desde 1500 até 1505, reimpressa sobre o prototypo romano de 1505, vertida em linguagem e annotada por...; seguem em appendice a Relação analoga de Lunardo Chà Masser e dois documentos de Cantino e Pasqualigo. Lisboa: Memórias da Academia Real das Sciencias, 1ª classe, t. VI, p. II, 1892

PEREIRA, Duarte Pacheco
Esmeraldo de Situ Orbis, 3ª ed. Introdução e anotações históricas pelo Académico de Número Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1954

Périplo do Mar Eritreu
vide HUNTINGFORD, G. W. B.

PIRES, Tomé
vide *Suma Oriental*

PLÍNIO
PLINY – *Natural History*. With an English translation by H. Rackham. Londres: Loeb Classical Library; Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1938. 10 vols. [reimp. 1991]

PMC
Armando Cortesão; Avelino Teixeira da Mota. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa, 1960. 5 vols. [reimp. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987]

Pseudo-Carta de D. Manuel
Vide PERAGALLO, Prospero

RAMUSIO, Giovanni Battista
Navigazioni e Viaggi. [1.ª ed., Veneza, 1550-1559]. A cura di Marco Milanesi. Turim: Giulio Enaudi, 1988. Vol. 6

REGO
vide S. REGO

Relação anónima da viagem de Cabral
vide GREENLEE, William B.

Relação das Náos e Armadas da India com os successos dellas que se puderam saber. Para Noticia e instrucção dos curiozos e amantes da Historia da India (British Library, Códice Add. 20902). Leitura e anotações de Maria Hermínia Maldonado. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1985

S. REGO, *Documentação* [...]
REGO, António da Silva – *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1948--1958. 12 vols.

SANTARÉM, Visconde de
Atlas du Vicomte de Santarem. Édition fac-similée des cartes définitives, organisée et avec une préface par Martim de Albuquerque. Lisboa: Administração do Porto de Lisboa, 1989

SILVA REGO
vide S. REGO

Sinica Franciscana – vol. I: Itinera et Relationes Fratrum Minorum sæculi XIII et XIV. Collegit, ad fidem codicum redegit et adnotavit P. Anastasius van den Wyngaert, O.F.M. Florença: Quaracchi, 1929

SOUSA, Manuel de Faria e
Ásia Portuguesa. Tradução de Isabel F. A. P. de Matos e Maria Vitória G. S. Ferreira [e Manuel Busquets de Aguilar]. Porto: Liv[a] Civilização, s/d. 6 vols.

Suma Oriental
CORTESÃO, Armando – *The Suma Oriental of Tomé Pires, an account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca and India in 1512-1515 and The Book of Francisco Rodrigues, rutter of a voyage in the Red Sea, nautical rules, almanack and maps, written and drawn in the East before 1515*. Translated from the Portuguese MS in the Bibliothèque de la Chambre des Députés, Paris, and edited by [...]. Londres: Hakluyt Society, 1944 [reimp. Nendeln, Liechtenstein: Kraus Reprint Ltd, 1967]; ed. do texto português só, com a versão das notas da ed. de Londres mas sem índices: Armando CORTESÃO – *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Duarte Rodrigues*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1978. [cit. pelo fólios do *ms*. indicados à margem em ambas as edições]

ṬABARI
Les prophètes et les rois. De la Création à David [etc. até *L'Âge d'Or des Abassides*]. Extrait de la *Chronique* de..., traduite par Hermann Zotenberg. Paris: Sindbad, 1980. 6 vols.

TEIXEIRA, Pedro
Relaciones de..., del origen, descendencia y succession de los Reyes de Persia y de Harmuz, y de un viage hecho por el mismo autor dende la India Orien-

tal hasta Italia por tierra. Madrid: Miraguas Ediciones y Ediciones Polifemo, 1994 (Biblioteca de Viageros Hispánicos, 12)

TIBBETTS, G. R.
A Study of the Arabic Texts containing Material on South-East Asia. Leida: E. J. Brill; Londres: Royal Asiatic Society, 1979

WYNGAERT, P. Anastasius van den, O.F.M.
vide *Sinica Franciscana*

YULE, Henry
Cathay and the Way thither, being a Collection of Medieval Notices of China. Translated and edited by... New edition, revised thoroughout in the light of recent discoveries by Henri Cordier. Londres: Hakluyt Society, 1913--1916. 4 vols. [reimp. Nendeln, Liechtenstein: Kraus Reprint, 1967]

ZINADIM
História dos Portugueses no Malabar por..., manuscripto árabe do seculo XVI, publicado e traduzido por David Lopes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898

2. Dicionários e Enciclopédias

AZEVEDO, Carlos Moreira de
Dicionário de História Religiosa de Portugal. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, direcção de... Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. 4 vols.

BAILLY, M. A.
Dictionnaire Grec-Français. Rédigé avec le concours de M. E. Egger. 11.ª ed. Paris: Hachette, 1928

BALFOUR, Edward Green
The Cyclopædia of India and of Eastern and Southern Asia, Commercial, industrial and Scientific – Products of the Mineral, Vegetable and Animal Kingdoms, Useful Arts and Manufactures. 3.ª ed. Londres, 1885. 3 vols.

BLACKIE, W. G.
The Imperial Gazetteer, a general Dictionary of Geography, physical, political, statistical and descriptive [...]. Londres, 1876. 2 vols.

BLEIBERG, Germán
Diccionario de Historia de España. 2.ª reimp. Madrid: Alianza Editorial, 1986

BLOCH, Oscar; WARTBURG, Walter von
Dictionnaire Étymologique de la Langue Française. 6.ª ed. Paris: P.U.F., 1975

BÖHTLINGER, Otto; ROTH, Rudolph
Sanskrit-Wörterbuch. Herausgegeben von der Kaiserlichen Akademie der Wissenschafte, bearbeitet von... S. Petersburgo, 1855-75. 7 vols. [reimp. Delhi: Motilal Banarsidas, 2000]

BUCHWALD, Wolfgang; HOHLWEG, Armin; PRINZ, Otto
Dictionnaire des Auteurs Grecs et Latins de l'Antiquité et du Moyen Âge. Traduit et mis à jour par Jean Berger & Jacques Billen, Brepols, [Turnhout, 1991]

BURKILL, I. H.
A Dictionary of the Economic Products of the Malay Peninsula. Londres, 1935

BURROW, T.; EMENEAU, M. B.
A Dravidian Etymological Dictionary. 2.ª ed. Oxford: Clarendon Press, 1984

CHANTRAINE, Pierre
Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque – Histoire des Mots. Paris: Ed. Klincksiek, 1968-74. 3 vols.

CHERPILLOD
Dictionnaire Étymologique des Noms Géographiques. Paris: Masson, 1986

COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A.
Diccionario Crítico Etimológico Castellano y Hispánico. Madrid: Gredos, 1987-1991. 6 vols.

CORTELAZZO, Manlio; ZOLLI, Paolo
Dizionario etimologico della lingua italiana. Bolonha: Zanichelli, 1979-88. 5 vols. [reimp. 1991-92]

COSTAZ, S.; LOUIS, J.
Dictionnaire Syriaque-Français – Syriac-English Dictionary – Qâmûs Suriyânî-'Arabî. 2.ª ed. Beirute: Imprimerie Catholique, [1963]

DALGADO, D. G.
Flora de Goa e Savantvadi – Catálogo methódico das plantas medicinaes, alimentares e industriaes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898

DALGADO, Sebastião Rudolfo
Diccionario Komkanî-Portuguez. No alphabeto devenâgarî com a transliteração segundo o systema jonesiano. Bombaim, 1893 [reimp. Nova Delhi: Asian Educational Services, 1983]
Diccionario Portuguez-Komkanî. Lisboa, 1905 [reimp. Nova Delhi: Asian Educational Services, 1986]

Glossário Luso-Asiático. Lisboa, 1919-21. 2 vols. [reimp. Nova Delhi; Madrasta: Asian Educational Services, 1988]

DAUZAT, Albert
Dictionnaire Étymologique de la Langue Française. Paris: Larousse, 1938

DAVIDS, T. H. Rhys; STEDE, William
The Pali Text Society Pali-English Dictionary. Chipstead, Surrey: The Pali Text Society, 1925

DEVOTO, G.; OLI, G. C.
Dizionario della Lingua Italiana. 12.ª imp. Florença: Le Monnier, 1980

DHEILLY, J.
Dictionnaire Biblique. Tournai: Desclée, 1964

Diccionario de Geographia Universal. Por uma sociedade de homens de sciencia desenvolvido consideravelmente na parte que diz respeito a Portugal, Provincias Ultramarinas e Brazil. Lisboa, 1878-1887. 4 vols.

Dictionnaire Français de la Langue Chinoise. Préparé par l'Institut Ricci. Paris: Institut Ricci & Kuangchi Press, 1976

DOZY, Reinhart; ENGELMAN, W. H.
Glossaire des Mots Espagnols et Portugais dérivés de l'Arabe. 2.ª ed. Leida, 1869 [reimp. Beirute: Librairie du Liban, 1974]

DU CANGE
Glossarium Mediæ et Infimæ Latinitatis. [1.ª ed. Paris, 1678]. 5 vols. [reimp. da ed. de 1883-87]. Graz: Akademische Druck, 1954

ECHOLS, John M.; SHADILY, Hassan
An English-Indonesian Dictionary. Ithaca; Londres: Cornell University Press, 1975

An Indonesian-English Dictionary. 2.ª ed. Ithaca; Nova Iorque: Cornell University Press, 1963

EMENEAU, M. B.; BURROW, T.
Dravidian Borrowings from Indo-Aryan. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1962

Encyclopædia Britannica, A New Survey of Universal Knowledge. Londres; Chicago; Toronto: Encyclopædia Britannica Ltd, 1960-61. 24 vols.

Encyclopédie de l'Islam, nouvelle édition, établie avec le concours des principaux orientalistes par un comité de rédaction composé de H. A. R. Gibb, J. H. Kramers, È. Lévi-Provençal, J. Schacht [...]. Leida & Paris: E. J. Brill / G. Maisonneuve, 1960. 10 vols. publicados

ERNOUT, A.; MEILLET, A.
Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine – Histoire des Mots. 4.ª ed. Paris: Ed. Klinksieck, 1985

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda
Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2.ª ed. revista e aumentada, 15.ª imp. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986

FERREIRA, Manuel José
Magnum Lexicon Novissimum Latinum et Lusitanum. Ad plenissimam scriptorum latinorum interpretationem accomodatum ad normam præcipue magni

lexici latini et lusitani RR.PP. MM. Fr. Emmanuelis Pinii Cabralii & Josephi Antonii Ramalii opera et studio... Paris, 1833

FOWLER, H. W.; FOWLER, F. G.
The Concise Oxford Dictionary of current English. Edited by... 5.ª ed. Oxford: Clarendon Press, 1964 [reimp. 1975]

FRÉDÉRIC, Louis
Dictionnaire de la Civilisation Indienne. Paris: Robert Lafont, 1987

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa; Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia, [?-1960]. 40 vols.

GREIMAS, A. J.
Dictionnaire de l'Ancien Français, jusqu'au milieu du XIV^e siècle. Paris: Larousse, 1980

GROSSET-GRANGE, Henri
Glossaire nautique arabe ancien et moderne de l'Océan Indien (1975), texte établi par Alain Rouaud. Paris: Ed. du C.T.H.S., 1993

GUNDERT, H.
A Malayalam and English Dictionary. Londres; Basileia; Mangalore, 1872 [reimp. Nova Delhi; Madrasta: Asian Educational Services, 1992]

HEPPER, F. Nigel
Baker Encyclopedia of Biblic Plants. Leicester: Inter Varsity Press; Michigan: Baker Book House, 1992

Hobson-Jobson
vide YULE, Henry

HORNE, Elinor Clark
Javanese-English Dictionary. New Haven; Londres: Yale University Press, 1974

ISKANDAR, Teuku
Kamus Dewan [dicionário unilingue de malaio]. Kuala Lumpur: Dewan Bahasa dan Pustaka, 1970

KAZIMIRSKI, A. de Biberstein
Dictionnaire Arabe-Français, contenant toutes les racines de la langue arabe, leurs dérivés tant dans l'idiome vulgaire que dans l'idiome litéral, Paris, 1860. 2 vols. [reimp. Beirute: Librairie du Liban, s.d.]

LABROUSSE, Pierre
Dictionnaire Général Indonésien-Français. Paris: Association Archipel, 1984

LAGOA, Visconde de
Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina: I Parte. Ásia e Oceania. [única publicada]. Lisboa: Junta de Investigações Coloniais:

Junta das Missões Geográficas e de Investigações, 1940-1954, 3 vols. + 1 (corrigenda e adenda)

LEITÃO, Humberto; LOPES, Vicente
Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual, 2ª ed. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974

LE MAOUT, Emmanuel; DECAISNE, J.
Flore Élémentaire des Jardins et des Champs, accompagnée de clefs analytiques conduisant promptement à la détermination des familles et des genres, et d'un vocabulaire des termes techniques. Paris, [s.d.]

LESLAU, Wolf
Concise Dictionary of Ge'ez (Classical Ethiopic). Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1989

LEWIS, Charlton T.; SHORT, Charles
A Latin Dictionary. Founded on Andrew's edition of Freund's Latin Dictionary; revised, enlarged and in great part rewritten by... Oxford: Clarendon Press, 1879 [reimp. 1966]

LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert
A Greek English Lexicon. 8.ª ed. Oxford: Clarendon Press, 1897 [reimp. 1958]

MABBERLY, D. J.
The Plant Book – A portable dictionary of the vascular plants. 2.ª ed. Cambridge: University Press, 1997

MACHADO, José Pedro
Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados. 2.ª ed. S. Paulo: Ed. Confluência; Lisboa: Livros Horizonte, 1967

Grande Dicionário da Língua Portuguesa. Coordenação de... Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa: Amigos do Livro Ed., 1981-86. 13 vols.

Vocabulário Português de Origem Árabe. Lisboa: Notícias, [s.d.]

MATTUTAT, Weis
Dictionnaire Allemand-Français. Éd. par Dr. Heinrich Mattutat. Nouvelle éd., avec la collaboration d'une équipe d'universitaires français sous la dir. de Christian Nugue. Londres; Paris; Estugarda: Harrap's, 1981 [reimp. 1985]

MAYRSHOFER, Manfred
Kurzgefasstes etymologisches Wörtbuch des Altindischen – A Concise Etymological Sanskrit Dictionary. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1963. 3 vols.

MEA, Giuseppe
Dicionário de Italiano-Português. Porto: Porto Editora; Coimbra: Liv. Arnado; Lisboa: Emp. Lit. Fluminense, 1980

MOLESWORTH, J. T.; CANDY, T.
Marathi and English Dictionary. 2.ª ed., revised and enlarged. Bombaim, 1857 [reimp. Nova Delhi; Madrasta: Asian Educational Services, 1989]

MONIER-WILLIAMS, Monier
A Sanskrit-English Dictionary, etymologically and philologically arranged with special reference to cognate Indo-European Languages. Oxford: Clarendon Press, 1899 [reimp. 1979]

MORAES SILVA, António de
Diccionario da Lingua Portugueza, por... (natural do Rio de Janeiro). Nova ed. revista e melhorada. Rio de Janeiro; Lisboa, 1889

ONIONS, C. T., ed.
The Oxford Dictionary of English Etymology. Oxford: Clarendon Press, 1966 [reimp. 1995]

PAULUS, J.
Encyclopædie van Nederlandsch-Indië. Samengesteld door Mr. Dr. ... 2.ª ed. Haia; Leida, 1917

Philips' Handy Gazeteer of the World. Londres; Liverpool: George Philips & Son, 1945

PLATTS, John T.
A Dictionary of Urdû and Classical Hindî and English. 1884 [reimp. Nova Delhi: Munshiram Manoharlal Publishers, 2000]

QUICHERAT, L.; DAVELUY, A.
Dictionnaire Latin-Français. 31.ª ed. Paris, 1879

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA
Diccionario de la Lengua Española. 16.ª ed. Madrid, año de la victoria [1939]

Redhouse Yeni Türkçe – İngilizce Sözlük / New Redhouse Turkish – English Dictionary. Istambul: Redhouse Yayınevi, 1968

ROOM, Adrian
Dictionary of Coin Names. Londres; Routledge; Nova Iorque: Kegan Paul, 1987

SEABRA, Manuel de; DEVI, Vimala
Diccionari Català-Português. Barcelona: Enciclopèdia Catalana, 1989

SMITH, J. Payne (Mrs. Margoliouth)
A compendious Syriac Dictionary. Founded upon the *Thesaurus Syriacus* of R. Payne Smith, Oxford: Clarendon Press, 1903 [reimp. 1979]

STCHOUPAK, N.; NITTI, L.; RENOU, L.
Dictionnaire Sanskrit-Français. Paris: Adrien Maisonneuve, 1959

STEINGASS, F.
A comprehensive Persian-English Dictionary, including the Arabic Words and Phrases to be met with in Persian Literature. [reimp. Nova Delhi: Oriental Books Reprint Corporation, 1981]

VAN WELY; PRICK, F. P. H.
English-Dutch, Dutch-English Dictionary. 7.ª ed. Londres: Cassel, 1967

Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Lisboa: Ed. Verbo, [1963-76]. 18 vols.

WATT, George
A Dictionary of the Economic Products of India. Londres, 1889-90. 6 vols. [reimp. Nova Delhi: Cosmo Publications, 1972]

WEHR, Hans
A Dictionary of Modern Written Arabic. Edited by J. Milton Cowan. 3.ª ed. Nova Iorque: Spoken Languages Services, 1976

WOJOWASITO, Soewojo; MILLS, Roger F.
A Kawi Lexicon. Ann Arbor: University of Michigan, 1980

YULE, Henry; BURNELL, A. C.
Hobson-Lobson, a Glossary of colloquial Anglo-Indian Words and Phrases, and of kindered Terms, etymological, historical, geographical and discursive. New edition by William Crooke. Londres, 1886 [reimp. Calcutá; Allahabad; Bombaim; Delhi: Rupa, 1986].

ÍNDICE

ÍNDICE ANTROPONÍMICO, TOPONÍMICO E IDEOGRÁFICO

N.B.: O índice cobre tanto o prefácio, a introdução geral e as introduções aos diversos documentos como a versão portuguesa destes e o texto das notas; os números referem-se às páginas. Não se incluem no índice os assuntos referidos constantemente, tais como *Índia*, *Portugal*, *comércio*, etc., nem aqueles a que se faz apenas alusão marginal; não se incluem as múltiplas formas dos topónimos estropiados, por vezes inidentificáveis; não se incluem os nomes dos autores modernos citados em nota, nem os dos cronistas da época citados a cada passo, como Castanheda, Barros, Gaspar Correia, a *Crónica Anónima* do Museu Britânico, etc.; tão-pouco se incluem os títulos de obras de autoria certa, que se devem procurar pelo nome do autor. Os antropónimos vão em princípio alfabetados pelo primeiro nome, excepto quando nomeados no texto apenas pelo apelido; as plantas vão alfabetadas pelo seu nome vulgar; os topónimos pela sua forma mais corrente nas fontes portuguesas coevas; os topónimos de identificação discutível vão em itálico. No caso dos antropónimos, o número em tipo carregado indica que nessa página se dão dados biográficos ou bibliografia sobre a pessoa em questão; no caso de preços, pesos, medidas e quejandos, indica que se dão aí dados numéricos precisos; no de lugares, que se dão as suas coordenadas; no de plantas, que se identificam botanicamente; no de palavras raras ou exóticas que se explica o seu significado e etimologia. No caso dos topónimos, sempre que conveniente nos pareceu, damos entre parêntesis outras transcrições por que se poderão procurar nos mapas.

A

Abácidas: 109
Abaqa: 315
'Abdul Razak: 115
abexins: 166
abóboras: 279, **280**
Abraão Zacuto: 173
Abu Ḥanîfa: 74
Abulfeda: 135
Ácaba (Âqaba): 120, 135
açafroa: **89**
Açoka: 117
Açores: 103, 139
Acre: *vide* São João de Acre
Actos de Tomé: 69
açúcar: 89, 179

'Adal: 88, 110, 336
Ádem: 108, 109, 113, 120, 143, 306, 335, 336
Adil Khân: 166
Afonso, cardeal Dom: 223
Afonso IV, Dom: 179
Afonso V, Dom: 15, 180
Afonso V de Aragão: 122, 316, 320
Afonso X de Leão e Castela: 330
Afonso de Albuquerque: 9, 17-19, 184, 198, 203-204, 211-215, 217--220, 224, 226-230, 232, 243-244, 247-249, 251, 252, 255, 257-259, 269-270, 272, 277, 283, 285, 289, 293-294, 299-304, 306-307, 316, 320
África Negra: 72, 164
África Oriental: 43, 72, 77, 81, 191, 212, 226, 245, 248, 251
ágata: 276
agomias: **273**
água: 217, 230, 279
Aguada de Saldanha (Saldanha Bay): 216, 299, **300**
Aguada de São Brás (Mossel Bay): 17, 62, 215, 217, 229
aguadas: 277, 280
águila: *vide* lenho-aloés
Aḥbâr al-Çîn wa'l-Hind: 108, 117, 119
Aḥmad Ibn Mâjid: **66-67**, 91, 112, 245
Ahmad Xâh I: 271
Ahmadabad: **271**
Aires Gomes da Silva: 154
alácar: *vide* laca
alacre: *vide* laca
alambel: 112
alaqueca: **276**, 289-290, 292
Al-Axraf Barsbây: *vide* Barsbây, al-Axraf
Albérico de Trois-Fontaines: 45
Alberto de Sartiano, beato: 323
Albuquerque: *vide* Afonso de Albuquerque
Albuquerques, Afonso e Francisco: 17, 198
alcatifa: 104
alcavalas: 176
Al-Çawân, portela de: 135
Aldo Manuccio: 41
Alessandro Zorzi: 317
Alexandre (Carducci ?): 176
Alexandre VI: 91
Alexandre Magno: 68, 107, 117, 119, 197
Alexandria: 48-49, 78-79, 104, 109, 111, 120-121, 123, 136, 141, 174--175, 234, 245, 291, 306, 322, 332, 335, 345
alfândegas: 49, 78, **79**, 89, 111, 123, 178, 190, 192, 275
algália: 342, **343**
algodão: 85, 89, 165, 220, 252
'Âlî (califa): 109, 283
Alî Çelebî, Sidi: 66
alifantes: *vide* elefantes
aljôfar: 106, 275, **276**
almadia: 273
almadia com balanceiros: 251
Al-Maqrîzî: **319**
almécega ou mastique: **343**
almirante: *vide* Vasco da Gama
Almirante do Mar Oceano: *vide* Cristóvão Colombo
almíscar: 78, **89**, 195, 276, 278-279, **308**, 342, **343**
Al-Mustançir bi-Llâh: **319**
Al-Mutawakkil, califa abácida: 66
Al-Nâçir Muḥammad: 319
aloés: **333**, 343, 345
Alonso de Hojeda: 176, 178, 331
Al-Qâ'im: **46**
alquequenje: 289, **290**
Al-Qulzum: *vide* Clysma & Mar Roxo
Al-Qumr: 226
Álvaro, Dom (irmão do duque de Bragança): 173
Álvaro Fernandes de Sintra: 246
Álvaro Penteado, padre: 223

Álvaro Teles: 243, 255
Álvaro Vaz: 200, 212
Álvaro Velho: 11, 44
'Âlwa: 116
âmbar: **89-90**, 167, 343
âmbar cinzento: **344**
Ambre: 225
Ambrósio, Santo: 197
'Amda Syon I: **110**
ameixas: 290
amêndoas, amendoeiras: **91-92**
América, continente americano: *vide* Terra Firme da América
Américo Vespúcio: 9, 14, 19, 29-30, 52, 63, 91, 149, 154, 158, 164, 169, 170, 176, 180-181, 192, 198, 203, 325, 327-328, 330-333, 335--336, 339-341
Amerigo Vespucci: *vide* Américo Vespúcio
Amiano Marcelino: 117
'Amr: 46
anafins: 271
André Corsali: 121
André Dias: 246
André Gonçalves: 155
André Laguna: 68, 139
André Pires: 87
André Vesálio: 139
anfião: *vide* ópio
Angediva: 18, 86, 90, 103, 194, 218, 299, **338**
Ângelo Trevisano: 14, 158
Angra (da ilha Terceira): 104, 139--140, 142
Angra de Santa Helena: 217
Angra de São Brás: 142
Angra dos Vaqueiros: 216
Aníbal: 301
anil: 343, **345**
Antananarivo: 253
Antilhas: 16, 87, 176, 178, 181
Antioquia: 48
António, *o Cardúcio*: 175
António, feitor italiano: 174
António de Noronha, Dom: **277**
António de Saldanha: 211-213, 222, 229, 231, 244, 246-248, 300
António do Campo: 212-213, 218, 232
António Fernandes: 192-193
António Galvão: 118, 214
António Nunes: 77, 138, 191-192, 233, 333
António Salvago: 175
Antûfax (Antûfash): **335**
Anunciada, caravela: 149, 153-155, 157, 163, 214, 231, 328
apas: **82**
Apocalipse de S. João: 47
apostolado: 41
Aq Qoyunlu: *vide* Carneiro Branco, dinastia do
'Aqabat al-Ḥijâzîya: 135
árabe, língua: 276
árabes: 160, 282, 328
Arábia: 18, 74, 113, 117, 134, 244, 258-259, 341
Arábia Deserta: 335
Arábia Feliz: 332, 335
Aragão: 122
araras: 158
arcebispo de Braga: 226, 252
Archivio Gonzaga: 238
Ardabil: 282
Arguim, baixos de: 230
Arias Pérez: 176
Aristóbulo: 119
Aristóteles: 107
armada da conquista de Malaca: 234, 305
armada de António de Saldanha (1503-1504): 175, 211
armada de Diogo Mendes de Vasconcelos (1510-1512): 293, 299
armada de Dom Francisco de Almeida (1505-1510): 231-232, 234
armada de Dom Garcia de Noronha (1511-1513): 300

armada de João da Nova (1501-1502): 163, 169 & ss.
armada de Jorge de Melo Pereira (1512-1513): 300
armada de Lopo Soares de Albergaria (1504-1505): 231
armada de Pedro Álvares Cabral (1500-1501): 113, 140, 147 & ss., 173, 325-345
armada de Tristão da Cunha (1506-1507): 237 & ss.
armada de Vasco da Gama (1497-1499): 62 & ss.
armada de Vasco da Gama (1502-1503): 163, 174, 183 & ss.
armada do Estreito: 200, 211, 244
armada dos Albuquerques (1503-1504): 17, 175, 198, 203 & ss.
armada dos rumes: 306
armadas de guarda da costa: 189, 193, 200, 218, 231
armadores: *vide* D. Álvaro, Bartolomeu Marchionni, Catarina de Aguiar, Jerónimo Sernigi
Arnoldo de Lubeque: 221, 314
aromas: 224; *cf.* perfumes
Arquelau: 106
Arquico: 313
arrátel: **138**, **174-175**
Arriano: 86
arroba: **179**
arroz: 81, 82, 92, 251, 342
artilharia: 80, 198, 216, 270-273, 276, 277, 281, 303-304, 341
Ascensão, ilha da: 214
Ásia Central: 314, 321
Astarâbâd (Gurgân): **166**
Astu: 314
atabales: 271
Atanásio Nikitin: 115
Atlas Catalão: 118
Atlas Miller: 77
austronésios, línguas austronésicas: 18, 226, 250-251, 253
Avinhão: 322
Awfât: 110
Axum: 314
Aydhâb: 113
Ayla: 108, 135
Ayyuúbidas: 46
azeite: 89
azenegues: 328
azougue: 104

B

baar ou bahar: *vide* bar
Baarém (Bahrayn): **290**
Babilónia: *vide* Soldão de Babilónia, Cairo, Patriarca de Babilónia & Bagdad
Bacanor, Fakanûr: **338**
bacias de latão: 112
Bagdad, Baghdâd: 46
bahar ou baar: *vide* bar
Baharém: 105
Bahmânidas: 117
Bahr al-Qulzum: 113, 134
Baía Formosa: 249
Baixos de São Lázaro: 47, 212
Baixos de São Rafael: 63
balaches: **79**
bálsamo: 134
Baluchistão: 337
banana: **82**
Banda, Bandan, ilhas de: 91
baneanos: 71
bantus: 216, 251
baptismo: 133
«baptismo de fogo»: 317, 322
bar, baar ou bahar: 16, **77**, 138, 232, **233**
Bar Hebraeus: **45**
Barbaria: 133, 141
Barcelor (Basrûr): **338**
barcos cosidos: 76, 341
Bardesanes: 83
Bardi: 179
barinel: 51
Barnagais: **313**
Barren Islands: 228

barretes: 104, 307
Barsbây, al-Axraf, sultão mameluco: 75, 135-136, 143, **275**
Bartolomeu, São: 317
Bartolomeu de las Casas: *vide* Las Casas
Bartolomeu Dias: 65, 115, 154-155, 163, 165, 170, 215, 217
Bartolomeu Marchionni: 14-15, 19, 42, 44, 149, 153, 157-159, 173--174, 176, 204, 218, 238, 247, 285, 289, 343
Basílio, São: **322**
Bastião (companheiro de Colombo): 177
Baticalá (Bhatkal): **338**
Baudouin de Sebouro, romance de: 13
beduínos: 135
beiro: *vide* almadia com balanceiros
Beirute: 120-121, 123, 134, 136
Benares (Banaras, Varanasi): 75
Bengala: 79, 82, 83, 116, 166, 222, 291, 339, 340
benjoim: 78, **89-90**, 157-158, 174, 251-254, 292, **308**, 342, **343**
bens temporais: 221
Berâr: 117
bergantim: 232
Bermá: 79, 105
Bernardo Gomes de Brito: 250
Bérrio, navio: 62, 63, 139
Bertandon de la Broquière: 321, 323
Bertão: 303
bestas, besteiros: 178, 179, 277
bétele: 292
Beypur (Beypore): **338**
Bezeguiche: 154-155, 165, 243, 327, 328
Bijapor ou Bijapur: 75, 166
Bintão: 303
Birmânia: *vide* Bermá, *cf.* também Pegu
biscoito: 179
Bisnaga: 65, 75, 81, 85, 119, 143, 316, 339
Bizâncio, império Bizantino: 79
Bizidem: **120**, 134, 155
bloqueio ao Mar Roxo: *vide* corso
Boa Esperança: *vide* cabo da Boa Esperança
boca do Mar Roxo: *vide* estreito de Babelmandebe; *cf.* armada do Estreito
Bogimá ou Bogimã, mouro: 250
bombardas: *vide* artilharia
bombardeamentos: 155, 193, 195--196, 198, 272-273
Bons Sinais, rio dos: 63-64
Bornéu: 251
Bósforo: 68
bosquímanos: 216
botte: **143**, **155**
Bozorg filho de Xahriâr de Râmhormoz, nacodá: 12, 77, 106
braça: **158**
brâmanes: 83, **84**, 134, 197, 199, 221
Brás de Albuquerque: 211, 213, 220, 222, 224, 229-230, 243, 248-250, 252, 255, 258, 270, 305
Brás Sodré: 218
Brasil: 14, 74, 91, 147, 154-155, 158, 170, 180-181, 190, 215, 243, 328, 331, 339
brasil: *vide* pau-brasil
brasilete ou brasil-açu: **181**
Brava: **70**, 246
brocado: 75, 104, 307
Bruce, James: 137
budistas, budismo: 82-83, 304, 315
burguesia: 14, 16

C

Cá Masser: *vide* Lunardo de Chà Masser
Caaba: 45; *cf.* Meca
Cabo: *vide* cabo da Boa Esperança
Cabo, cidade do: 300
cabo Cattegara: 339
cabo Comorim: **115**, 334

cabo da Boa Esperança: 64, 123, 142, 145, 215, 217, 218, 226, 229, 243, 247, 249, 300, **331**, 332
cabo da Verga: **229**
cabo Darca (cabo Mirk ou Timiris): **230**
cabo das Correntes: **229**
cabo de Ambre: *vide* cabo do Natal
cabo de Rama: 299
cabo de Santo Agostinho: **243**, 300
cabo de Santo André: **226**, 228, 249
cabo do Monte: **243**
cabo do Natal (cabo de Ambre): **226**, 249, 255
cabo Finisterra: 289
cabo Moçandão: **278**
cabo Verde: 213, **327**, 328, 331, 342
Cabo Verde, arquipélago do: 63, 139, 154-155, 229-230, 329, 330, 332
Cabral: *vide* Pedro Álvares Cabral
Cadamosto: 273
Cádis: 177, 330, 345
Cael (Kayal): **338**
Çafávidas ou Safévidas: 114, 275, 281, **282**, 283
cafelo: 277
Çafi al-Dîn: **282**
cáfilas do ouro: 142
cafres: **64**, **70**, 115
caimais: 84
Cairo: 43, **46**, 48, 66, 75, 79-80, 103, 107, 111, 114, 120-121, 123-124, 134-137, 143, 306, 318, 320, 323, 333, 335
Calaari, deserto de: 216
Calaiate (Qalhât): 258, **276**, 281
calambuco ou calambac: *vide* lenho-aloés
calamite: *vide* magnetite
calçado: 178
calcedónia: **276**
Calcoen: 184, 189-197, 200
Calecare: **338**
Calecoulão (Kayamkulam): **219**, 338
Calecut (Kôḷikôdu): **65** & ss., **73**, 76 & ss., 96, 111-112, 115, 133, 156, 174, 184, 195-197, 199, 200, 212, 218, 225, 233, 248, **338**
calendário: 183, 189, 237, 243, 329
califado: 283
Calinde: 93, 122-123, 137, 141, 142
Calístenes, Pseudo-: vide *Romance de Alexandre*
calmarias equatoriais: 65, 114, 229-230
Camarão (Qamarân): 306, **335**
Camarena, Miguel Gual: 143
Cambaia: *vide* Guzerate
camisas: 82, 139
Camões: 63, 73, 216, 270, 274, 278
Campar (Kampar): **303**
cana de açúcar: 225, **226**
canal de Moçambique: 226, 244, 248, 253
Cananor (Kannur): 18, 86, 90, 115, 153, 156-158, 174, 194, 195-196, 198-200, 211, 218, 224-225, 232, **338**
Canará: 90, 92
Canárias, ilhas: 328-330
Cândia (Creta): 66, 80
canela: 73, 77, 78, 89, **90**, 93, 115, 140, 153, 157, 158, 163, 173, 174-175, 190, 197, 201, 211, 232, **233**, **234**, **308**, 342-343
cânfora: **233**, **234**, 343, **344**
cantara: *vide* quintais
Cantino, planisfério dito de: 69, 95, 109, 144, 191-194, 211, 214, 226-227, 341
capitão de Malaca: 305
Capitulações de Santa Fé: 177
carapuças vermelhas: 282, 283
caravanas: 107, 121, 134-135, 335
caravelas: 145, 193, 199, 231-232, 338
carbúnculos: **106**
Carlos VIII, rei de França: 49, 327

Carlos Guilherme von Humboldt: 251
Carmoboram: 226
Carnática: 344
carne: *vide* gado; *cf.* vegetarianismo
Carneiro Branco (Aq-Qoyunlu / Aq Koyunlu), dinastia do: 114, 275, 278, 282
Carneiro Negro (Qara-Qoyunlu / Kara Koyunlu), dinastia do: 114, 278
Carta que mandaram os Padres da Índia...: 71, 107, 154, 156, 212, 232
cartografia: 109, 118, 144-145, 234
casa: *vide* urbanismo
Casa de la Contratación de las Indias: 176
cássia: **343**
castas: *vide* brâmanes, naires, etc.; *in genere*: 82-86
Castela: 331
castelhano (moeda): **177**, 333
castelos: *vide* fortalezas
Cataio (*vide* também Grão-Cã do Cataio): 43, 81, 144, 315
Catar (Qaṭar): **290**
Catarina Dias de Aguiar: 212, 217-218, 231
Cáucaso: 245
cavalos: 277-278, 280, 282, 290, 306, 340
Caxan (Kaxan, Kàshân, Qâshân, Qâsân): **278**, 283
Caxemira: 83
Ceilão: 17, 19, 69, 74, 77, 79, 90, 93, 96, 105, 115, **117-118**, 122, 142-143, 165, 174, 197, 340
ceitil: **167**
cera: 252
cereais: 114, 290
Cervantes: 271
cetim: 75
cevada: 81
Chà Masser: *vide* Lunardo da Chà Masser
Chaghatai: 315
charão: **105**
Chaul: 47, 166
Cheng He: 80, **81**, 253, 341
Cheraman Perumal: 73, 115
Cheras: 73
Chesterfield, ilhota de: 228
China, chins: 75, 79-81, 89, 105, 107, 143-144, 294, 304, 306-307, 315
Chinacota: 81
Chingiz-Khân: *vide* Gengiscão
Chipre: 48
Chirina Mercar (Cherian Marakkar): 219
Cholas: 73
Choromândel, Choramândel ou Coromandel: 88, 92, 143, 157, 338-339
chumbo: 234
Ciano, Cesare: 143
Cícero: 119
ciclones: 300
Cid Barbudo: 226, 248
cidades: *vide* urbanismo
Cidadim: **88**
cidra e cidrão: 82, 139, **279**
Cinde (Sindh): 75, 336-337
Cirache ou Cirachei (Shîrâz): *vide* Xiraz
circassianos: 117
Cirne, nau: 272
citrino: **246**
Clemente Alexandrino: 197
clima: 225, 290
Clysma (Al-Qulzum): 108, 113
cobre: 104, 234, 292
Coccus lacca: 105
Cochim: 18, 156-157, 196-200, 212, 218-220, 277, 291, 293, 300-301, **338**
coco: **82**, **89**
Codex Bratislavensis: 189, 191-194, 197-198, 200
Cogeatar: 272-273, 275

Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas: 13, 17, 166, 190, 211
Colombo (cidade de Ceilão): 170
Colombo, Cristóvão: *vide* Cristóvão Colombo
Comentários: vide Brás de Albuquerque
comércio administrado: 196
cominhos: 136
Comoro, ilhas de (ou Comores): 225-226, 251
Compositiones ad tingenda musiva: 105
Concão: 166, 337
concílio geral de Constança: 122
concílio geral de Florença: 322
confeitos, conservas: 78, 89
Conimate ou Cunhameira (Kunimedu): **339**
Conrado Peutinger: 95, 191-194, 211
Constança de Albuquerque, Dona: 277
Constantino de Bragança, Dom: 119
Constantinopla: 48, 66, 68, 80, 114, 121, 291
contas: *vide* missangas
contas amarelas: 167
contas verdes: 112
continente americano: *vide* Terra Firme
contratos de descobrimento e exploração: 175, 180, 299
coptas: 319, 322
coral: 78, 89-90, 104
Corfacão: **277**
cornalina: *vide* alaqueca
Cornelis de Houtman: 145
Coromandel: *vide* Choramândel
correntes marinhas: 244-255
corsários: 285, 289
corso: 137, 194-195, 211, 244, 304, 333, 342
Cosme Indicopleustes: 117, 144, 197, 223
cosmógrafo: 329
Costa da Pescaria: 338
costa malgaxe: 255
costa suahíli: *vide* África Oriental
costumes da Índia: 220
cotonias: 112
Coulão (Kollam, Quilon): 17, 18, 46, 71, 157, 196-197, 219, **220**, 222, 224, 232-233, **338**
Coulete: **115**
côvado: **158**
Coxém: *vide* Caxan
Cranganor (Cranganur, Kodungallur): 17, 71, **115**, 197, **338**
cravo, cravo-de-cabeça, cravo-da-índia ou cravinho: 18, 73, 78, 89, 91, 136, 140, 163, 201, 211, 232, **233**, 251-254, 308, 342, 343
cravo-de-madagascar: **252**
cremação dos cadáveres: 118
Crético: *vide* Giovanni Camerino, *o Crético*
cristãos: 122, 222, 315, 317-318, 323-324
«cristãos» da Índia (=gentios): 67, 69, 73, 80, 88-89, 92, 113, 116, 118, 133, 143, 222-224
cristãos do Egipto: *vide* coptas
cristãos orientais: 16, 17, 44, 70, 71, 81, 117, 134, 191, 196-197, 314, 322, 340
cristãos-novos: 180
Cristóbal Guerra: 176
Cristóvão Colombo: 16, 43-44, 64, 87, 176-179, 181, 327, 345
Crónica Anónima: 193
cruzadas: 11, 16, 41, 44, 47-48, 138, 190, 270, 273, 316, 320
cruzado (moeda): 177, 191-192, 333
Cruzeiro do Sul: 329
Cuba, ilha de: 178
cubebas: **233**, 246
Çumarcante: vide Samarcanda
Cúria Múria (Khûryân Mûryân): 200, **218**
Curiate (Quriât): 258, **276**

D

Dabra Libanos: 313
Dabul (Dabhul): 194, **337**
Dalaca (Dahlak): **336**
damasco (tecido): 75
Damasco: 109, 120-121, 123, 134--136, 138, 155, 291
Darién: 176
Decão ou Daquém: 79, 116
Delhi, sultanado de: 71, 116, 271
densidade de população: 92, 222
deserto de areia: 80, 107, 120, 135--136
despojos: *vide* espólio & presas
Detti: 204
dharmaçâstras: **83**, 86, 119
Dharmapattinam: **338**
Diab: *vide* Madagascar
diamães ou diamantes: 106, 345
Diário do Piloto Anónimo [da viagem de Cabral]: *vide* Piloto Anónimo
Diário ou *Roteiro* atribuído a Álvaro Velho: 11, 52, 61 & ss., 103, 217, 222, 316, 337
Diego de Lepe: 176, 178
Diego de Mérida: 320
Diego Suarez, baía de: 225
Dinis Cerniche: 293, 301-302, 307
Diodoro Sículo: 46, 119, 197
Diogo Barbosa: 173
Diogo Cão: 115
Diogo Dias: 137, 154-155, 163, 165, 226-227, 328, 334
Diogo do Couto: 117, 340
Diogo Fernandes Correia: 200, 211, 225
Diogo Lopes de Sequeira: 249, 252--253, 299, 304, 313, 316, 342
Diogo Mendes de Vasconcelos: 293, 299, 301
Dionigi ou Dionísio Sernigi: *vide* Dinis Cerniche
Dionísio, *o Exíguo*: 329
Dioscórides de Anazarba: 68, 139
direitos alfandegários: *vide* alfândegas
Diu: 47, 78, 306
dobra: 177
Doha (Dawha): **336**
Domingos Paes: 81
Dongola: 116
drogas, drogarias: 158, 232, 278, 305, 334-335, 340-341
Duarte Barbosa: 9, 12, 68, 73, 84-86, 105, 107, 118, 121, 166, 200, 283, 304, 317, 338
Duarte Galvão: 69, 320
Duarte Pacheco Pereira: 42, 61, 62--63, 87, 144, 212, 229, 289, 339
ducado (moeda): 75, 177, 191, 333
duque de Berry: 316

E

East India Company: 145
Edessa: 321
Edrici: 338
Éfeso: 314
Egipto: 15, 46, 66, 88, 108, 120, 122--123, 133, 135, 143, 221, 224, 234, 306, 319, 320, 324, 335, 344--345
Eilat: 108
elefantes: 85, 110, 114, 336, 340, 342
Elogio de D. Manuel: 213, 234
El-Rei, nau: 163-164
embaixadores: 156-157, 276, 291
Ementa da Casa da Índia: 231
Enxobregas, nau: 305
Epifania: 133
Erasmo: 41
Eritreia: 110, 113
escarlata: 75, 85, 89, 104
escorbuto: 63, 144, 194
escravos: 70, 71, 112, 180, 305
escrita, sistemas de: 88
Esma'il Abû-l Muzaffar: *vide* Xeque Ismael
esmeraldas: 106

espadas: 179
Espanhola ou Hispaníola: *vide* Ilha Espanhola
especiarias: *vide* os nomes das diferentes espécies; *in genere*: 43, 44, 47, 64, 72-73, 76-77, 79-80, 90, 104, 114, 121, 134, 136, 138-142, 153, 156, 158, 163, 167, 173-174, 176, 178, 181, 195, 201, 211, 218, 224, 234, 245, 254, 291, 304-306, 334-335, 340-341
espelhos: 307
espinelas (*cf.* balaches): 91
Espírito Santo: 327, 339
Espírito Santo, estado do: 214
espólio: 304
estanco: *vide* monopólio
estanho: 75, 139, **308**
Estefanitas: 110
Estêvão da Gama, Dom: 113, 163, 189, 193, 194, 198
Estêvão Vaz: 299
estilo da Natividade, estilo florentino e estilo pisano: *vide* calendário
estojo peniano: 216, 217
estoraque: **89-90**, 342-343
Estrabão: 46, 83, 86, 117-119, 197, 245
Estrava (Asterâbâd): **166**
estravantes: 166, 289, 290
estreito de Babelmandebe: **68**, 120, 334-336
estreito de Meca: *vide* Mar Roxo & estreito de Babelmandebe
estreito de Ormuz: 68, 276, 278, 337
estreito de România: *vide* Bósforo
Etiópia, etíopes: 43, 45, 88, 110, 118, 122, 133, 245, 313, 316-323, **328**, 335
Eufrates, rio: 323, 324
Eustatianos: 110
expedições inglesas à Índia: 145
Expositio totius Mundi et Gentium: 107
Ezion-Geber: 108

F

facas: 307
fanão: **75**, **78**, 233
Faria e Sousa: 118
Fathu'l-lah 'Imâdu'l-Mulk: 117
Fatímidas: 46, 48, 109, 136, 319
fauna: 158, 165
feijão: 81
feitores, feitorias: 155-156, 196, 200, 218-219, 224, 275, 307, 342
Ferishta: 116-117, 290
Fernández de Oviedo: 177, 179, 181
Fernando, Dom, rei de Portugal (1367-1383): 63
Fernando V, rei de Aragão: *vide* Reis Católicos
Fernando Colombo ou Hernando Colón: 44, 177
Fernando de Noronha, Dom: 277
Fernão Corrêa: 301
Fernão Cotrim: 246, 248
Fernão de Loronha: 180-181
Fernão de Magalhães: 145
Fernão Dulmo: 87
Fernão Gomes: 180
Fernão Lopes: 63
Fernão Martins: 219
Fernão Martins, língua: 70
Fernão Martins, padre: 42-43
Fernão Martins de Almada: 213, 230
Fernão Pacheco: 173
Fernão Peres de Andrade: 300
Fernão Soares: 249
Fernão Veloso: 217
Fernão Vinet: 173
ferramentas: 178
Ferrara: 330, 332
figos: 259, 279, 290
Filipe de Bérgamo ou Foresti: 46
Fîrûz Xâh Tughlûq, sultão de Delhi: 290
Fish Bay: 217
Florença, florentinos: 15-16, 19, 35--36, 44, 48-49, 72, 104, 122-123,

125, 136, 138, 149, 169, 183, 198, 238, 259, 285, 307, 322, 327-328, 345
flotilha de Afonso de Albuquerque: 244
fólio índico: 343, **345**
Fondaco dei Tedeschi: 141
Formosa, ilha: 251
forragens: 113
fortalezas: 245-246, 248, 254, 276--278, 291, 302-303, 306, 309, 314, 323
Fracanzio ou Francanzano da Montalboddo: *vide* Montalboddo
fragmento Ridolfi: 180
Francesco...: *vide* também Francisco...
Francesco Carducci: 175
Francesco Corbinelli: *vide* Francisco Corvinel
Francesco Gonzaga, marquês: 238
Francesco la Salia: 173
Francesco Roselli: 115
Francis Drake: 145
franciscanos, franciscanismo: 82, 322-323
Francisco Álvares: 121, 317
Francisco Corvinel (Francesco Corbinelli): 17, 183-184, 191-192, 194, 201
Francisco de Albuquerque: 47, 86, 198, 211-213, 215, 218-220, 224--226, 232, 248
Francisco de Almeida, Dom: 9, 19, 47, 216-217, 231-232, 237, 244, 246, 248-249, 258-259, 269-270, 274, 289, 291, 300, 306, 316
Francisco de Anhaia: 248
Francisco de Giovanni Pucci: 49
Francisco de Novais: 173
Francisco de' Bardi: 179
Francisco Pipino, frei, *Crónica*: 12-13
frangues: 66
Frangues (Os) na terra de Malaca: 302
Frederico I, *o Barba-Roxa*: 221, 315
Frederico II: 49
Frol de la Mar, nau: 194, 198, 200, 246-247, 294, 305
frotas: 211, 293; *vide* também armadas
frutas: *vide* os nomes das diferentes espécies; *in genere*: 92, 113, 138, 279
fustão: 179

G

Gabriel, frei: 317
gado: 82, 92, 113, 138, 178, 217
galeões: 270-274
galés: 231, 232, 290
Ganges: 340
Garça, nau: 243
Garcia de Orta: 105-106, 117, 139, 276, 333, 343-345
Gaspar da Cruz, frei: 105
Gaspar da Gama: *vide* Gaspar da Índia
Gaspar da Índia: 12-14, 65, 71-72, 80, 103, 106, 111-112, 116, 119, 140, 156, 197, 212, 333-337, 339
Gaspar de Lemos: 154-155, 331, 342
Gaur: 222
gáveas: **341**
Geba, rio: **229**
Gedrósica: 337
gelvas: 77
gengibre: 18, 73, 77-78, 89, 90, 139, 158, 163, 173-174, 199, 201, 211, 226, 232, **233**, **234**, 251-253, **308**, 342-343
gengibre beledi: **251**
gengibre mequim: **251**
Gengiscão (Chingiz Khan): **45**, 315
Génova, genoveses: 49, 75, 79, 104, 121, 124, 140, 255
gentios: *vide* cafres & hindus, 221, 290, 292, 305-306
Georges Lengherand: 320, 324
Gerardo Verde: 345
gergelim ou sésamo: **89**

Gian Charducci: 176
Giannotto Berardi: 327
gibão: 179
Gibraltar: 137
Gil de Viterbo, frei: **41**
Gil Eanes: 248
Gil Vicente: 320
Gîlân: 290
Gion (ou Gihôn), rio do Paraíso: 323-324
Giovan Maria Angiolello: 114
Giovanni...: *vide* também João...
Giovanni Buonagrazia: 190, 195, 197, 217
Giovanni Buonguglielmi: 238
Giovanni Camerino, *o Crético*, ou Giovanni Matteo Cretico: 14, 155, 157, 158, 331, 342, 343
Giovanni da Empoli: 175-176, 203--204, 211-220, 222, 224-225, 227--230, 293, 301, 307
Giovanni Francesco de Affaitadi: 14, 154, 173, 175, 190, 212-213, 218, 220, 225, 228, 231-232, 342-343
Giovanni Sanotto: 178-179
Girolamo da Empoli: 211
Girolamo Sernigi: 13, 30, 51-52, 95, 125, 143, 149, 160, 176, 203-204, 293, 299, 301, 307, 329, 335
Goa: 17, 19, 65, 78, 83, 183, 277, 299, 337
gólfão, golfo da Meca: *vide* Mar Arábico
golfo de Ácaba: 108
golfo Pérsico: 68-69, 105, 109, 245, 278, 280, 290, 333, 336, 337
Gómez de Santisteban: 315, 321
Gonçalo Coelho: 180
Gonçalo Gil Barbosa: 200, 218
Gonçalo Vaz: 248
Gorfacão, Orfacão: *vide* Corfacão
grã: 85, 104, 179
granadas (pedras): **79**, 106
Grande Golfo (*Magnus Sinus*): 339
Grande Parcel de Madagascar: 228
Grão-Cã do Cataio: 43, 45-46
grão-de-zelim: **43**
Gregório de Tours, São: 111
Gualterroti & Frescobaldi: 176
Guardafui, Guardafum ou Talhafune, cabo de: 237, 243, **245**, 248
guarnições das armadas: 62, 63, 65, 303
Guido [filho] di messer Tomaso Detti: 30, 66, 67, 96, 125, 133, 157, 160
Guilherme Adam: 245
Guilherme de Lannoy: 319
Guilherme de Rubruck, frei: 316
guindes: **84**
Guiné: 112, 145, 164, 190
Gurgân (Asterâbâd): 166
Guzerate, guzerates: 71, 75, 81, **83**, 112, 116, 137, 165-166, 271, 272, 289-290, 305, 337

H

Hadramaut: 218
Hakluyt, Richard: 145
Harrar: 110
Ḥasan, imâm, neto de Mafoma: 109, 283
Ḥasânidas ou Hassânidas, xerifes: 109
Hausa: 110
Hawai: 251
Helena, rainha e regente da Etiópia: 314
Helmodo de Bosov: 221, 314
Henricus Martellus Germanus: 115
Henrique, Infante Dom: 43, 316
Henrique IV, de Inglaterra: 316
Henrique Dias: 250
Hernando Colón: *vide* Fernando Colombo
Heródoto: 83, 119, 338
Hethum, *o Arménio*: 45
Hikayat Hang Tuah: 303
himl: **174**

hindus: 17, 67, 69, 70, 82, 88, 134, 199, 220, 290, 304
Hípalo: 93
hípalos, ventos: *vide* monções
Histoire Anonyme de la I^re Croisade: 273
Hodeida: **335**
Hojeda: *vide* Alonso de Hojeda
holanda (tecido): 179, 307
holandeses: 145
homens de guerra: 303
hortaliças: 279
hotentotes: 17, 216, 217, 300
Hugo de Gabala, bispo: 315
Ḥusayn, emir: 47, 109, 283
Ḥusayn, imâm, neto de Mafoma: 109, 283

I

ibaditas: 283
Ibn al-Bayṭâr: 73, 138
Ibn al-Faqîh: 108
Ibn Baṭṭûṭa: 76, 109, 115, 117, 119, 135, 338, 341
Ibn Hauqal: 108, 135
Ibn Iyâs: 135
Ibn Jubayr: 77, 113, 134
Ibn Khurradâdhbih: 117
Ibn Mâjid: *vide* Aḥmad Ibn Mâjid
Ibn Riḍwan: 73
Ibn Taghrî Birdî, Abu'l-Mahasin: 75, 109, 135, 143
Icónio: 48
idólatras: 115, 119
Iémen: 66, 336
igrejas: 115, 134, 215, 219, 222
ilha da Conceição: 214
Ilha da Fé ou Ilha dos Brâmanes: 221
Ilha da Lua: 226
ilha de Ferro: 330, 332
ilha de João da Nova ou São Cristóvão: **228**
ilha de Moçambique: 249
ilha de Páscoa: 251
ilha de São Lourenço: *vide* Madagascar
ilha do cravo, ilhas das especiarias: 91
Ilha dos Ídolos: **229**
Ilha Espanhola: 178, 181
Il-Khâns da Pérsia: 45, 315
íman: *vide* magnetite
Imerina, reino de: 253
império, ideia de: 41, 270
incenso: 73, **343**
Índias: 177
índigo: *vide* anil
Indo, rio: 340
Indochina: *vide* Península Indochinesa
ingleses: 145
Inhambane: 229
Insulíndia: 18, 74, 87, 250, 253
inverno, invernagens: 92
Irão: 114, 139, 166, 245, 275, 337
Isaac, negus: **316**
Isabel I, rainha de Castela: *vide* Reis Católicos
isba: **87**
Isidoro de Sevilha (santo): 115
Itinerarium Portugallensium: 198

J

jaca: **82**
jacinto: 106
Jacob de Verona: 113, 144, 319
Jacomo Bonguglielmi: 238
Jacques de Vitry (arcebispo cruzado de Acre): 223
Jafa: 48, 49, **120**, 121, 123, 136
jainas, jainismo: 71, 82, 83
Jalungas ou Djalongués: 229
Jamaica: 176, 178
James Lancaster, Sir: 145
Janjira: **166**
Japão, 104
jarda: *vide* vara
jaus ou javaneses: 18, 305
Java: 90, 91, 250, 253, 344

Jean de Joinville: **324**
Jerónimo, São: 119
Jerónimo Cerniche: *vide* Girolamo Sernigi
Jerónimo Lobo: 320
Jerónimo Münzer: 44
Jerónimo Osório, Dom: 65
Jerusalém: 15, 48, 49, 103, 120, 122, 137, 315, 320
Jesuyab II (patriarca da Babilónia): **315**
jihad: 271
Jirjîs (Jorge) al-Makîn bin al-'Amîd: 319
João II, Dom: 15, 44, 62, 64, 87, 91, 123, 316
João XXII, papa: 46, 219
João Baptista Lavanha: 250
João d'Ypres: 13
João da Fonseca: 191, 192
João da Nova: 16, 147, 165, 170, 173, 193, 214, 234, 246-248, 299
João de Lisboa: 87
João de Mandeville: 13, 20, 46
João de Marignolli: **46**, 70, 76, 118, 219
João de Monte Régio: 330
João de Montecorvino, frei: 70, 219, 316
João de Piano del Carpine, frei: 316
João de Sá: 69, 104, 139
João de Trebizonda: 114
João Faras: 329
João Gomes de Abreu: 249, 252
João Gômez: 228
João Santo (Giovanni Sanotto?): 178
João Serrão: 193-194, 285, 289
Joaquim de Flora (ou de Fiore): 327
Job Queimado: 19, 243, 285, 289
John Mandeville: *vide* João de Mandeville
jóias: 79, 104-105, 274, 276, 304--305, 334-335, 339, 341, 343
Joinville: 45, 122
Jordão de Séverac: 46, 70, 90, 119, 122, 219
Jorge, cristão etíope: 122
Jorge de Melo Pereira: 300
Jorge Nunes de Leão: 305
Jorge Reinel (*cf.* Reinéis, cartógrafos): 87, 91, 341-342
José de Cranganor, padre: 80, 81, 157, 165, 212, 222, 338
Juan de la Cosa: 331
Juán de Velasques: 178
Judá, Jidá, Djidá ou Jeddah: 76, 77, 108-109, 113-114, **120**, 121, 135, 143, 334, **335**, 336
judeus: 103-104
Judia, nau: 249
jujubeira: **105**
Júlia ou *Julioa*, nau: 193-194
Júlio II: 137
Júlio Valério: 107,
juncos: 76, 143, 252-254, 305, 307, **341**
justiça: 89

K

Kaleb: 45
Kâlidâsa: 93
kamal: *vide* tavoletas da Índia
Karbalâ', batalha de: 283
Kârimî: 136
Kaverippattinam: **339**
Kerait (tribo mongol): 45, 315
Kerala ou Quêrala: *vide* Malabar
Khân Jahân: 117
kharejismo: 283
Khitai: 144, 315
Kitâb 'Ajâ'ib al-Hind, «Livro das Maravilhas da Índia»: *vide* Bozorg filho de Xahriâr de Râmhormoz
Konya: *vide* Icónio
Kottayam: 71
Kunfida: **121**
Kunjhinam: **338**
Kʷâjè 'Alî: **282**

L

Labaran da Roche: 228
laca, alacre, lácar ou lacre: 43, 73, 77-78, 91, 105, 140, 157, 174, 232-233, **234**, 289-290, 292, **308**, 343-344
Lacadivas: 225
lacticínios: 82
Lagos, nau de: 246, 255
Lâhîjân ou Laijan: 289, **290**
Lalibalâ: 320
Lançarote Varela: 246
Lancaster, sir James: *vide* James Lancaster, Sir
Laos: 105
lápis-lazúli: 106
Lara (Lâr): **279**
laranjas: 82, 138-139, 279
larim: 75
Laristão: 280
Las Casas, frei Bartolomeu de: 177--178, 181, 271
lascarins: 303
latão: 75, 80
latitudes, determinação das: 87, 230
Leão, *o Africano*: 121
Lebna Dengel (David II): **318**
Lefèvre d'Étaples: 41
légua: **63**, **86**, 153, 330
Leitoa, nau: 217
Leitoa Velha, nau: 243
lençaria: 179, 307
lenda do galo: 133
lenha: 280
lenho de *sethim*: **324**
lenho-aloés: 78, 324, 343, **344**
Leonardo da Empoli: 203
Leonardo Nardi: 299, 302
Leonel Coutinho: 243
Levante, rota do: 109, 112, 160, 175
Liao, dinastia: 144, 315
Lião: 238
libra: 138
Libro del conosçimiento de todos los reinos: 46
limões: 82, 138-139, 279
língua buque (bunki ou bukini): *vide* malgaxe
línguas bantus: 216, 251
linho: 66, 80, 86, 179, 220
Lisboa: 169, 173-175, 234
Lith: **121**
Livro das Viagens do Infante Dom Pedro: 46, 321
Livro de Duarte Barbosa: *vide* Duarte Barbosa
Livro de Lisuarte de Abreu: 61
Livro de Marco Polo: *vide* Marco Polo
Livro do assentamento de 1505 da Casa da Índia: 231
Loheia (al-Luḥayya): **335**
Londres: 104
longitudes: 230, 328, 330, 332
Lopo Soares de Albergaria: 231, 316
Lorenzo [filho] di Pier Francesco de' Medici: 30, 164, 180, 192, 325, **327**, 330, 339, 345
Lourenço de Almeida, Dom: 19, 47
Lourenço de Brito: 248
Lourenço de Médicis: *vide* Lorenzo [filho] di Pier Francesco de' Medici
Lourenço de Portugal, frei: 316
Lourenço Moreno: 200
Lucas Marcos: 316
Lucca: 104
Ludolfo de Sudheim: 317, 324
Ludovico de Varthema: 68, 121, 216
Lugares Santos do Islão: 66; *vide* ainda Medina e Meca
Luís Mariano, S.J., padre: 226, 250
Luís Pires: 154
Lunardo da Chà Masser, *Relações de...*: 15, 65, 103, 140, 155, 158, 173, 175, 180-181, 184, 189, 193--196, 200-201, 212-213, 231, 243, 245, 255, 323, 343
Lunardo Nardi: 170, 173, 176

M

Maabar: 116
maajan, idioma: 250
maça ou macis: 78, 91, 251-252, **308**, 342, **343**
maçãs: 279, 290
macharuim: *vide* nachenim
Mâchîn (Ma'al-çîn): **340**
Macidem (cabo de): *vide* cabo Moçandão
Macróbio: 115
Maçuá: 113
Madagascar: 17-18, 70, 154, 225-226, 228, 230, 244, 248-251, 253, 255, 342
Madeira: 175, 320
Madremaluco: 116-117
Mafoma ou Mafamede (profeta dos muçulmanos): 68, 212, 283, 318
magnetite, magnetismo: 76-77, 143, 341
Mahâbhârata: 119
Mahâcîna: 340
Mahal, ilha de: 70
mahâpâtakas: 199
Mahmûd Xâh: 117
Maḥmûd, caudilho seldjúcida: 315
Majestade (título): **42**, 269, 318
Makran: 337
Malabar: *passim*, *v. g.* 14-16, 69 & ss., 83, 85
Malaca: 18-19, 74-76, 78, 80, 250, 293-294, 299-308, 337, 339, 342
malagueta: **43**, 112
malaiala ou malaialam: 88
malaios: 18, 250, 253
Maldivas: 77, 87, 225, 245
malgaxe, língua: 250
Mali: 314
Malik Naib Niẓâmu'l-Mulk Bhairî: 117
Malimo Canaca: **66**; *cf.* piloto mouro de Vasco da Gama
malóbrato: **345**
Maluco: 91, 137, 303, 342
Mamelucos: 46-47, 109, 135, 137
Manankam: 73
Manchúria: 144, 315
mandalicas: **308**
Mandeville: *vide* João de Mandeville
mandioca: 178
Mandovi, rio: 299
Mangalor: 196, **338**
manilhas: 139
Maniolai, ilhas: 77
mann: **175**
mantimentos: 142, 177-178, 179, 180, 199, 270, 276, 278, 336
Mantova: *vide* Mântua
Mântua: 38, 238
Manuel, Dom, rei de Portugal: 11, 15-16, 32, 35, 41, 44, 47, 71, 122, 138, 140, 145, 153, 160, 190, 212, 226, 244-245, 249, 252-253, 282, 299, 313, 318, 327-329, 340, 342
Carta aos Reis Católicos (1501): 140, 154, 163
Cartas ao Cardeal Protector e aos Reis Católicos (1499): 64, 67, 71-72, 80, 82, 88, 92-93, 103, 118, 138-139, 340
outras cartas: 156, 158, 226, 302, 313, 318, 342
Manuel Commeno (imperador bizantino): 315, 321
Manuel Fernandes: 248
Manuscrito Alemão de Viena: 189, 192-194, 197-199
Manuscrito de Leutkirch: 212
Manuscrito Português de Viena: 189-200
Maomé (profeta dos muçulmanos): *vide* Mafoma
maometanos: *vide* mouros
mapa-múndi: 95, 115
mápulas («mouros da terra»): 73, 136
Mar Arábico: 65, 92, 194, 217, 225
mar arenoso: *vide* deserto de areia
Mar Cáspio: 166

Mar de Santa Maria: *vide* Praia de Santa Maria
Mar Negro: 245
Mar Roxo ou Mar Vermelho: 15, 43, 46-47, 66, 68-69, 72, 77, 79, 80, 103, 107, 109, 112-114, 120-123, 134-135, 144, 154, 166, 175, 200, 211-212, 244-245, 254, 257, 291, 299, 305-306, 320, 323-324, 332--333, **334**, 335-336
maravilhas da Índia: *vide mirabilia* e Bozorg filho de Xahriâr
Marchionni: 189
Marchionni, Bartolomeo: *vide* Bartolomeu Marchionni
marco: **167**, 191
Marco Paulo: *vide* Marco Polo
Marco Polo: 9, 12, 20, 43, 45, 70, 116, 118-119, 122, 197, 219, 251, 271, 315-316, 340-341
marés: 144
marfim: 89, 112
margaritas: 106
Maria Paleóloga: 315
marinheiros: *vide* guarnições das armadas
Marino Sanuto, *o Jovem*, *Diários de...*: 14, 15, 158-159, 174, 176, 212-213, 231-232, 308
Mariotto Carducci: 176
marmelos: 279
Marrocos (reino): 43, 79
Martabão: 105
Martín Fernández de Figueiroa: 231
marummakathayam: vide matrilinhagem
Mascate (Masqât): 258, 276, **277**, 281
Masser: *vide* Lunardo da Chà Masser
Matatana: **249**, 252
Mateus, embaixador: 314
Mateus de Bérgamo: 190-201
Matias, mercador: 219
matrilinhagem: **84**
Matteo Cini: 149
Mauro, Fra (mapa de): 70, 76, 91, 115, 118
Mâzandarân: 166
Meca (*cf.* Judá): 15, 68, 73, 77, 79, 107, 109, 120-121, 135, 137, 143, 195, 200, 212, 224, 318, 334, 335--336
Médicis: *vide* Lourenço de Médicis
Medina: 68, 108-109, 135, 212
Megástenes: 83, 86, 197
meio excelente (moeda): **177**
melancia: **280**
Meliapor (Mailapur): 70, 111, 157, 321, **339**, 340
Melinde (Malindi): 17, 63, **65**, 66, 69, 71-72, 92, 96, 112-113, 115, 118, 137, 141, 155, 164-165, 191, 193-194, 217-218, 243, 245-246, 255, 314, **334**
melões: 82, 138, 279, **280**, 290
Memórias das Armadas: 231
Mendo Trigoso: vide *Collecção de Noticias...*
mercadores: 73, 78, 136-137, 193, 196, 219, 224, 231, 238, 244, 248, 255, 259, 279, 294, 303-304, 307
mercantilismo régio: 301
Merv: **314**
mesquitas: 73, 281, 303, 319
Mestre João: 329, 331
metropolita dos cristãos de São Tomé: 197
Miguel, feitor italiano: 176-177
Miguel, patriarca copta: **319**
Miguel VIII, imperador bizantino: 315
milagres: 273, 281, 321
milha: **63**, **86**, 153
milho: 81-82
milho-maís: 178
Mina: *vide* São Jorge da Mina
Mina Nova: *vide* Sofala
Ming (dinastia chinesa, 1367-1644): 45

Mir Hocém: *vide* Ḥusayn, emir
mirabilia: 12, 103, 106, 111, 158, 165; *cf.* prodígios & milagres
Mirati Sikandari: 290
Miri, nau: 191, 195-196
miristicácea indígena de Madagascar: 252
Mirk ou Timiris (cabo): *vide* cabo Darca
mirra: 343, **344**
missangas: 276
missas: 215-216
mitical ou metical: **191**, 192, 333
Moca: 113, **334**
Moçambique: 17, 18, 64-65, 70, 88, 104, 136, 142, 164-165, 190-194, 199, 212, 216, 225, 227-229, 237--238, 243-244, 246-248, 250, 252, 300, 333, **334**
moeda: *vide* o nome das diversas unidades monetárias; *in genere:* 75, 179, 315
Mogadoxo: 63, **70**, 142, 154, **334**
Molucas: *vide* Maluco
Mombaça: 64, 65, 70-71, 137, 246, 333, **334**
Monçaide, 12, 65, 71-72, 85, 140
monções: 62, 67, 86, 92-93, 114, 144, 220, 229, 244, 247, 290, 300
Mondragón: 19, 285, 289
monges: 322
Mongólia, império mongol, mongóis: 45, 144, 282, 315, 316
Monomotapa: 64, 142, 191, 314, 333
monopólio: 43, 136, 301
Montalboddo, Fracanzio ou Francanzano da: 9, 52, 96, 119, 159, 198, 211
Monte de Eli: **115**, 194, 218, 226
Monte Sinai: 335
Montes dos Cardamomos: 71
mostarda: **89**
mouro de Tunes: *vide* Monçaide
mouros: 64-66, 73, 76, 78, 81, 86, 92, 103, 113, 115, 116, 122-124, 133, 136-137, 155-156, 192, 194--196, 199-200, 224, 227, 245, 250, 255, 272-273, 277, 290-291, 304--306, 316, 319, 322-323, 333, 342
Muar: 303
muçulmanos: *vide* mouros
Muḥammad al-Kharqânî: 66
Muḥammad bin Azhar al-Dîn, sultão de 'Adal: 336
Muḥammad bin... bin Sa'd al-Dîn: 88
múmia: 343, **344**
munḍu: 220
mungo: **81**
Muzaffar I, sultão do Guzerate: *vide* Zafar Khân

N

Nabande (Nâband): 280
nachenim: 81, **82**
Nagran, Najran: 45
Naiman, tribo turco-mongol: 315
naires: 83, 85, 156-157, 197
najâxî: 319
Nanquim: 81
Nápoles: 79
naufrágios: 63
naus (*in genere*): 62, 76, 110-111, 115, 134, 200-201, 226, 229, 246, 252, 254-255, 271-274, 277-278, 281, 289-290, 299, 304-305, 307, 328
naus sem pregadura: *vide* barcos cosidos
Navarrete, Fernández de: 176-181
navegação, métodos de (*cf.* armadas & viagens): 87, 164
Navegação do capitão Pedro Álvares Cabral: 119
naveta: 232
navios: *vide* os nomes dos diferentes tipos; *in genere*: 61-63, 76, 80, 113, 133, 143, 163, 189, 341
Nearco: 68
Negapatão: **338**

negros: 64, 141, 216, 249, 323
negus abexim: 313, **314**, 316, 319
nestorianos, nestorianismo, Nestório: 45, 81, 88, 115, 118, 212, 222-223, 314-315
Nicodemos, abade etíope: 122
Nicolau Coelho: 47, 63, 69, 136, 139, 163, 212
Nicolleto (mercador italiano): 246
Nicolo de' Conti: 70, 90, 115, 118-119, 122, 197, 223, 340
Níger, rio: 142
Nilo: 20, 43, 88, 114, 118, 133, 318-320, 323-324, 332-333
Nizamaluco: 116-117
Nosy Vao, ilha de: **228**
Nova Guiné: 226
Nova Zelândia: 251
Novo Mundo: 164, 328
nozes: 279
noz-moscada: 78, **89**, 91, 105, 140, 201, 251-252, 254, 292, **308**, 342, **343**
noz-moscada-de-madagascar: *vide* cravo-de-madagascar
Núbia: 116, 314, 319, 323
Nunes: *vide* António Nunes
Nuno Leitão da Cunha: 153, 163
Nuno Vaz Pereira: 248

O

óculos: 104, 317
odontotirano: 107
Odorico de Pordenone, beato: 70, 76-77, 118-119, 219, 223, 316, 338, 341
Oghurlu Muḥammad: 114
Ögödäi: 315
óleos: 89
olíbano: **343**
Omão: 276, 283
onça: **138**
Onesícrito: 117, 118
Öngüt (tribo turco-mongol): 315
Onilahy, rio: **249**
onomástica de cristãos orientais: 224
ópio: 343, **345**
Ordenações Manuelinas: 145
Orfacão: *vide* Corfacão
Orissa: 83, 340
Ormuz: 18-19, 77, 79, 81, 105, 258-259, 270, 274-276, 278, 280-283, 285, 289-290, 292, 336
Otão (bispo de Freising): 315
Otomanos: 46, 66, 114, 123, 282
Ourão (Oran): **112**
ouro: 64, 78, 89, 104, 112, 138-139, 142, 163-164, 175, 177, 178-179, 191-195, 246, 274-275, 289, 304, 314, 333-334, 336, 339

P

Pacém: 105, **307**, 341
Pacómio, São: 322
padres casados: 224
Paládio (bispo de Helenópolis): 77, 221
Paleacate: **339**, 340
Palur ou Parur: 115, 337, **338**
panaria, panos: *vide* o nome dos diversos tecidos; *in genere*: *vide* têxteis
Pandarane: **338**, 342
Pandetta, mercador italiano: 246
panos: *vide* têxteis
pão: 138, 178
Pão (Pahang): **303**
Paolo del Pozzo Toscanelli: 35, 42-44
papa de Roma: 88, 114
papagaios: 91, 158, 324
Pappanadu: 338
Paraíso Terrestre: 122, 323-324, 327
Parappanangadi: **338**
paraus: 199
parcel de Madagascar: 244
parcel de Santa Maria: 228, 249
pardau de ouro: **275**
pardexi («mouros da Meca»): 136

páreas: 193, 245-246, 275-276, 281, **282**, 289, 291, 324
Pária, golfo de: 181
Parmentier: 145
Parur: *vide* Palur
Pascoal Barreto: 250
Patane: 92
Pate: **217**, 226
Pater: 91, 105
Patriarca de Babilónia: 81, 88, 315
pau-brasil: 43, **73**, 77, 79, 180-181, 190, 201, 308
Paulo da Gama: 63, 71, 103, 139
paz: 41, 232
Pedir: 91
pedra calamita: *vide* magnetite
Pedra d'Estrema: 259, 279
Pedrarias Dávila: 180
pedras preciosas e semi-preciosas: *vide* os nomes das diferentes pedras; *in genere*: 43, 64, 79, 89, 92, 106, 139-141, 246, 339-340
Pedro, infante Dom: 13; cf *Livro das Viagens do Infante...*
Pedro Álvares Cabral: 13-16, 69, 80--81, 86-87, 91, 93, 113, 138, 147, 149-150, 153-154, 156-157, 159, 163, 190, 193, 196, 212, 214, 219, 222, 226, 271, 300, 309, 314, 321, 325, 329, 337-339
Pedro de Ailly: 115
Pedro de Anhaia: 231-232, 237, 245, 248, 309, 313
Pedro de Ataíde: 211-212, 228, 338
Pedro de Noronha, Dom: 277
Pedro Hispano: 106
Pedro Mártir de Angléria: 181
Pedro Panciatichi: 19, 285
Pegolotti, Francesco Balducci: 73, 79, 143
Pegu: 74, 79, 89, 92, 105, 197, **340**
peixes: 85, 217, 229
pelouros: 281
Pemba: 64
Peninde: 255
Península Indochinesa: 89-90
pepino: **280**
Per'Alonso Niño: 176
pêras: 290
perfumes: 224
Périplo do Mar Eritreu: 118, 144, 245, 344
Pernambuco: 331
Pero da Covilhã: 67, 309, 318
Pero de Alpoim: 300, 305
Pero de Ataíde: 165
Pero de Figueiró: 155
Pero de Mendonça: 192
Pero Ferreira Fogaça: 246-248, 314
Pero Quaresma: 247-248, 299
Pero Vaz da Veiga: 212, 215
Pero Vaz de Caminha: 15, 154, 158, 331
pérolas: 79, 105-106, 276, 290, **339**, 340, 345
persa, língua: 276
Pérsia: 45, 75, 114, 278-279, 283, 289-291, 305, 314-315, 323, 341
Pescaria, costa da: 105
peso: 16, 179
pessêgo: 279, 290
peste: 243
Peutinger: *vide* Conrado Peutinger
Phisôn, rio do Paraíso: 324
Pico de Adão: 122
Piero Pasqualigo: 173, 212-213, 231--232
Piero Rondinelli: 169
Piero Vaglienti: 9, 11-13, 19-20, 29--31, 35-36, 41-42, 134, 160, 203--204, 213, 238, 259, 293, 309, 313
Pietro d'Abano:13
Piloto Anónimo [da viagem de Cabral]: 13-14, 78, 147, 153-158, 164-165, 217, 233, 331, 333-334
piloto mouro de Vasco da Gama: 12-13, 65-67, 71-72, 80, 87, 95, 104, 116, 119, 164, 224-225, 342
pilotos: 103, 112, 141, 164, 227, 255, 299

pimenta: 73, 78-79, 89, 136, 139--140, 157-158, 163, 173-174, 190, 201, 211, 218-220, 232, **233-234**, 247, 254, **291**, 306, **308**, 342, **343**
pimenta-de-rabo: **43**, 233
pimenta-longa: 78
pimenta-rosa: **254**
pimpolo: **105**
Pinzón: *vide* VicenteYáñez Pinzón
Pipino: *vide* Francisco Pipino, frei
Pisa, pisanos: 35, 44, 48-49, 141, 291
Pistóia: 285
planisfério dito de Cantino: *vide* Cantino
plantas e sementes: 178
Plínio, *o Antigo*: 12, 75, 106, 110, 113, 117, 119, 158, 160, 165, 197
Poggio Bracciolini: 118, 340, 341
política de sigilo: 144
Polo, Marco: *vide* Marco Polo
Pompónio Mela: 83, 115, 118, 329
Ponane: 73
porcelanas: 342-343
Porto: 175
Porto de Santiago (Baía de Santo Agostinho): **249**
Porto Pisano: 15, 35-36, 44, 124-125, 141, 285, 291
Porto Seguro: 154, 329, 331
Praia de Santa Maria (Cidade da Praia): **230**
prata: 75, 78, 89, 104, 138, 139, 167, 195, 234, 252, 274-275
preços: **77-78**, 173-175, 178, 181, 196, **233-234**, **291**
presas: *vide* corso
presentes diplomáticos: 67
Preste João: 11, 15, 20, 44-46, 64, 67, 70, 88, 109-110, 116-118, 122, 191, 221, 309, 313-314, 316, 318, 319-324, 332, 336
Primeiros 14 documentos relativos à armada de Pedro Álvares Cabral: 153, 157, 167
Priuli, *Diários de...*: 14, 158-159, 232
privilégios bramânicos: 199
prodígios: 274, 321; *cf.* milagres & *mirabilia*
Propércio: 119
prosperidade da Índia: 222; *cf.* densidade de população
Pseudo-Calístenes: vide *Romance de Alexandre*
Pseudo-Carta de D. Manuel: 173, 189, 212, 220, 225, 231-232
Ptolomeu: 69, 77, 109, 115, 118, 144, 245, 321, 329-330, 337, 339--340, 342

Q

Qânsûh Ghawri: 135
Qarâ-Khiṭâi: 315
qinṭâr fulfulî: **174**
Qızıl-Bâṣ (Ḳïzïl Bàsh): 282
quartzo: 276
quatrim: **167**
Quedá: **308**
Queizume: *vide* Quêxome
quelins: 304
Quêrala ou Kerala: *vide* Malabar
Quêxome: **280**
Quilandi (Coulete): **115**
quilate: **345**
Quíloa (Ḳilwa): 17-18, 64, 70, 72, 142, 193-194, 212, 228, 243, 245--248, 250, 314, 333, **334**
quintal (peso): 138, **158**, 174, 232--233
quinto das presas: 195
Quios, ilha de: 175

R

raia de Tordesilhas: *vide* Tordesilhas, tratado de
rainha de Coulão: 197, 219
raiz de palma: 138
raiz-da-china: **138**
Raja Abdallah, rei de Campar: 303
rajputes: 116, 290

Râmâyaṇa: 12
Ramúsio (Giovanni Battista ou João Baptista): 9, 13, 52, 56, 104, 114, 116, 119, 121, 166, 184, 190, 203, 211, 214
raṭl (arrátel): **175**
Raxîd al-Dîn (Rashid-ud-Din): 76, 338
reféns: 198
regente da Etiópia: *vide* Helena, rainha
rei de Calecut: 197, 199
rei de Cambaia (ou do Guzerate): 291
rei de Castela: 331; *cf.* Reis Católicos
rei de Cochim: 197
rei de Ormuz: 275, 278, 281, 289, 291
rei de Quíloa: 191, 193
Reinéis, cartógrafos: 77
reino de Ormuz: 270, 275
Reis Católicos (Fernando V de Aragão e Isabel I de Castela): 16, 176-178, 212, 328
reis magos: 191
Relação das Armadas: 231
Relação das náos e armadas da Índia: 61
Relação do Piloto Anónimo [da viagem de Cabral]: *vide* Piloto Anónimo
Relação italiana anónima da viagem de António de Saldanha: 213
rendimento do Soldão ou Sultão do Cairo: 235
Repelim (Ẹdapalli), rio de: 219, **220**
Respublica Christiana: 47
Rhus verniciflua: 105
Ribandar: 299
Ribatejo: 259, 279
Ribeira Grande (Cabo Verde): **229**
Ribeira Nova (ou Mina Nova): *vide* Sofala
rinoceronte: 107
Rio de Nuno: **229**
Rio de Santiago: **249**
Rio dos Pescadores: 229
Rio Grande do Norte: 331
rito caldeu: 224
rito grego: 224
Robertsport: **243**
Rodrigo de Bastidas: 176
Rodrigo de Lima, Dom: 313
Roma: 322
Romance de Alexandre: 12, 106, 107
România: **68**, 120, 134; *cf.* Bósforo, Bizâncio e Constantinopla
romanos: 68
romãs: 279
Ronzone: 238
rosetas: 166-167
rota do Cabo: 245; *cf.* cabo da Boa Esperança
Roteiro de Álvaro Velho: vide *Diário...*
roteiros: 144
roupa: *vide* trajes & os nomes dos diversos tecidos; *in genere: vide* têxteis
Roxo, Mar: *vide* Mar Roxo
ruas: *vide* urbanismo
rubis ou rubins: **79**, 106, 345
Rudimentum Novitiorum: 115
Rufino de Aquileia: 77
Rui de Figueiredo: 190-191
Rui de Pina: 29-30
Rui Dias Pereira: 249
Rui Mendes de Brito: 189, 193-194
Rui Pereira: 228, 252, 254-255
Rui Soares: 247
ruibarbo: **91**
rumes: 47; *cf.* mouros & turcos
Rússia, russos: 80

S

sabão: 179
sacerdotes: 134; *cf.* brâmanes
safiras: **79**, 93, 106
Sahara: 328
Saladino (Çalah-ud-Dîn ibn Ayyub): **46**

Salomão: 191
Salomónidas: 45, 110
Salvino degli Amati: 104
sâmantan: 84
Samarcanda ou Çumarcante (Samarqand): **278**, 315
Samatra: 90-91, 105, 118, 243, 252, 306-307, 340
«Samiardos» (Sanjar, caudilho seldjúcida, e seu irmão): 315
Samorim de Calecut: 16, 47, 69, 72-73, 84, 90, 137, 140, 156-157, 195-196, 198-200, 219-220, 232, 291, 342
sancarrão (relíquia de Mafoma): 68
Sancho de Tovar: 153, 155, 163, 165, 309, 342
Sancho Tavares: 248
Sandai, ilhas de: 91
sândalo: 158, 246, **308**, 343-344
sândalo africano: **246**
sândalo branco: **344**
sândalo vermelho: **344**
Sanjar (sultão seljúcida): 315
Santa Maria, nau: 246
Santa Maria de Coulão, igreja de: 222
Santiago, apóstolo: 271
Santiago, ilha: 230, 327
Santiago de Compostela: 125, 133, 271
Santo António, nau: 183, 189-191
Santo Espírito, nau: 213, 225
Santo Sepulcro: 48, 319
São Cristóvão, nau: 218
São Domingos (ilha Espanhola): 177
São Gabriel, navio: 62-63, 139, 190-191
São Jerónimo, navio: 191
São João de Acre: 45, 48
São Jorge, nau: 249
São Jorge da Mina: 112, 142, 145
São Julião, nau: 194
São Lourenço: 227, 237, 243
São Pedro, caravela: 338
São Rafael, navio: 62, 63, 164
São Tomé, apóstolo: 70, 81, 197, 243, 301, **321**, 340
sapão: *vide* pau-brasil
sarame: 196
Sarandîb: **117**
sarmanes: 83
Sarnau: *vide* Xarnau
sarracenos: *vide* mouros
sati: 119
sé apostólica: 322
Sebastián de Ocampo: 178
Sebastião Manrique: 75
seda: 75, 85, 165, 276, 278-279, 289-291, **308**
sedas estravantes: *vide* estravantes
seguros: 300
Seicheles: 225
Sejarah Melayu: 302
Seladiva ou *Sieladiva*: 117
Seldjúcidas: 46
Selim II: **66**
sementes: 178
Senegal: 43, **229**, 230, 328
Sepulcro, praça do: 319
Sernigi: *vide* Girolamo Sernigi
serpentes: 114, 143
Serra do Malabar: *vide* Montes dos Cardamomos
sertão de Moçambique: 247
sésamo: *vide* gergelim
sestércio: 75
Sesto Fiorentino: 255
Setúbal: 175, 211 & ss., 234
Sevilha: 16, 79, 169, 176, 178-179, 327-328
Sião (*cf.* Xarnau): 79, 90, 324, 339-340
Sikandar (cronista guzerate): 116
Simão de Pina: 154-155
Simão Ferreira Paes: 62
Simão Francisco delli Holandi: 49
Simão Martins: 305
Simão Verde: *vide* Simone del Verde
Simone del Verde (mercador): 345

Sinai: 80, 107, 120, 135
Sinân Pâxâ: 66
Singros: 137
Siraf: 64
Síria: 48, 66, 120-121, 124, 135-137, 221
siromalabar, igreja: *vide* cristãos de S. Tomé
Soar (Çuhâr ou Sohar): 258, **276**
Socotorá (Suqutrâ): 18, 70, 244-245, 254, 269, **270**, **278**, 306, 333
Sofala: 11, 17-18, 64, 75, 112-113, 137, 140, 147, 154, 163-165, 175, 190-193, 200, 217, 231, 237, 245, 247-248, 309, 313-314, 318, 333
Soldão de Babilónia: 43, **46**, 47, 49, 88, 107, 109-111, 114, 119-120, 123, 134-137, 141, 163, 167, 174, 195, 235, 291, 302-303, 305-306, 318-319, 322-324, 336
soldo: 275-277, 302
Solino: 12, 106
Soria: *vide* Síria
Sornau: *vide* Xarnau
sporta: **174**
Springer: 231
Suahíli, costa: 142
suahíli, língua: **64**
Suez: 47, **108**, 113, 335
sufis: 282
sultanado de Malaca: 308
Sultão de Babilónia: *vide* Soldão
Sultão de Malaca: 302, 303, 304
Suma Oriental: *vide* Tomé Pires
Sumba: 344
sunitas: 46, 282, 283

T

Tabari: 122
Tabriz, Tauris: 48, 114, **278**, 281, 283
Tabûk: 135
tafetá: 75
taforeia: 229
tagar: **232**
tâjîk: **282**
tâmaras: 82, 136
Tamerlão: 114
tâmul, língua: 88
tan: **341**
Taná: 77
Tanaçarim (Tenasserim): **340**
Tanana: 249
Tananarive: *vide* Antananarivo
tanga: 75
Tânger: 109
Tanor: **338**
Taprobana: 77, 91, **117-118**, 165, 340-342
tarîqa safévida: 282; *cf.* Çafávida, dinastia
tártaro: **104**
Tata: **336**
tatuagens: 317
tavoletas da Índia ou *kamal*: 87
tecidos: *vide* o nome dos diversos tipos; *in genere*: *vide* têxteis
templos: 111, 115
temporais: 211, 215, 217, 225, 227, 229, 243, 254, 300, 331
Teodora, *despina* (princesa bizantina): 114
terçados: 272
Terdxan: 114
Terra de Santa Cruz ou Terra da Vera Cruz: *vide* Brasil
Terra Firme da América: 87, 164, 176, 178, 181, 331, 339
terradas: **279**
Tertuliano: 197
Terumbaque: *vide* Turumbaque
têxteis: 104, 112, 165-166, 179, 195, 248, 252, 307, 334
Thomas Cavendish: 145
Tibet: 89
Tigre, rio: 315, 323-324
Timapa, filho de Bhairu: 117
timas: **308**
Timor: 250, 344
tipos raciais: 138, 216

Toghril (Ung Khân dos Kerait): 45, 315-316
Tolemeu: *vide* Ptolomeu
Tomás, frei: 317
Tomé, São (apóstolo): 70, 81, 111, 157
Tomé Lopes: 121, 184, 189-200, 217
Tomé Pires: 12, 68, 73, 79, 86, 283, 317
tonel: **143**, 155, 255, 271, 307-308
tonelli: **143**
topázio: 106
Tordesilhas, tratado de: 328, 332
Toro (Al-Ṭûr): 108, 335, **336**
Toscanelli: *vide* Paolo del Pozzo Toscanelli
toucinho: 179
traçados: *vide* terçados
tráfego administrado: *vide* comércio administrado
trajes: 85-86, 139, 178, 216, 220, 250
tratados: 198, 220, 275, 277
Travancor: 85
Trebizonda: 114
Tremapatão: **338**
tributo: *vide* páreas
trigo: 80, 82, 92, 113, 290
Trindade, nau: 293, 299-300, 305, 307-308
Trindade cristã e hindu (Trimûrti): 72
Trinidad, ilha: 181, 214
Tristão da Cunha: 18, 214, 226, 228, 237-238, 243-244, 246-251, 255, 257, 259, 289, 300, 314
trombetas: 271
Tsaratanana: 225
tufões: 300
Ṭughril (sultão seldjúcida): 46
Tunes: 79
turcomanos: 282
turcos: 114, 137-138, 282-283
Turquestão: 144
Turumbaque ou Terumbaque: **280**
tutia: 343, **345**

U

Ung Khân dos Kerait: *vide* Toghril
unia: **43**
unicórnio: 107
urbanismo: 69, 72, 92, 107, 138, 193, 224, 291
uva: 279
Uzun Ḥasan: 114, 283

V

vacas: 292
vacas sagradas: 83, **84**
Vaglienti: *vide* Piero Vaglienti
Vaipim: 198, 219
Valentim Fernandes: 13, 223, 232
Valladolid: 345
vara (medida): **179**
Vasco da Gama: 11, 16-17, 30-31, 44, 52, 62 & ss., 139-140, 163--164, 183-184, 189-201, 212-213, 215, 217-220, 232, 246, 291, 307, 313-314, 316, 337-338
Vasco de Ataíde: 154-155
Vasco Gomes de Abreu: 246, 247
Vedas: 83
vegetarianismo: 82-84, 220-221
veludo: 104, 307
Veneza, venezianos: 15, 36, 42, 44, 46-48, 72, 75, 79, 104, 114, 121, 124-125, 137-138, 140-141, 149, 155, 158, 160, 163, 174, 198, 212, 238, 254, 283, 285, 291, 331
Venezuela: *vide* Terra Firme da América
veniaga: 139
ventos, *in genere: vide* monções & tempestades
ventos de oeste: 244, 247, 300
ventos hípalos (monções): 93
vermelhão: 234
Vermelho, Mar: *vide* Mar Roxo
Vespucci, Vespúcio: *vide* Américo Vespúcio

vestes, vestidos, vestimentas: *vide* trajes
viagem de Portugal à Índia: *vide* armadas; *in genere*: 86, 140
Viagens de Mandeville: 221
Viagio de India fato per 3 nave portogalese: 211
Vicente Sodré: 189, 191, 193-194, 200, 211-212, 218, 244
Vicente Yáñez Pinzón: 176, 181
Vijayanagar: *vide* Bisnaga
Villani, *Historia Florentina*: 12-13
Vinete Cerniche: 301
vinha, vinho: 66, 80, 89, 104, 178, 230, 290
vinho de palma: 84, 138
vitualhas: *vide* mantimentos
Vizagapatam: **339**
Volta, rio da: 142
Voyage dans les Deltas...: 222

W

wakwak: 251
Welser: 232

X

xafeíta, *madhhab* ou rito: 282
Xaianga: 229
xarafo: **80-81**
Xarnau, Sarnau (nome persa do Sião): **90**, 92, 340
Xeque Ismael (Xâh Esmâ'îl): **281**, 282-283
xerafim: 65, **75**, 177
xerifes de Medina e Meca: 109
Xiang-Mai: 105
xiismo, xiitas: 46, 114, 283
xiismo duodecimano: **282**
Xiraz: 64, **279**, 281
Xoa: 313

Y

Ya'qûb, sultão: 282
Yâqût: 118
Yekuno Amlak: 45
Yung Le: **81**

Z

Zafar Khân: 116, 290
Zambeze, Zambézia: 64-65
zambucos: 195-196, 198-200, 212, 224, 248, 254
Zananghe: 229
Zanzibar: 64, 166
Zanzura: **166**
Zar'a Yâ'qob: **110**, 318, 320
Zeila: 110, 335, **336**
Ziden: **121**
Zimbabué: 142
Zorzi de Fiandra: 114

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO 7

NOTA SOBRE A TRANSCRIÇÃO E PRONÚNCIA DAS PALAVRAS EXÓTICAS 23

INTRODUÇÃO 27

O CÓDICE RICCARDIANO 1910 DE FLORENÇA 33

I – Elogio do rei D. Manuel, escrito por Piero Vaglienti 35

II – Primeira carta de Girolamo Sernigi sobre a viagem de Vasco da Gama 51

III – A segunda carta de Girolamo Sernigi sobre a viagem de Vasco da Gama 95

IV – Carta de Guido di messer Tomaso Detti sobre a viagem de Vasco da Gama 125

V – Diário do Piloto Anónimo 147

VI – Cópia de uma carta escrita em 1501 por Bartolomeu Marchionni 149

VII – Carta sem título de Bartolomeu Marchionni 159

VIII – Carta de Piero Rondinelli de 1502 169

IX – Carta sem título de Francesco Corbinelli 183

X – Carta anónima de 16 de Setembro de 1504 203

XI – Carta de Moçambique sem nome de autor 237

XII – Carta de Afonso de Albuquerque 257

XIII – Carta de um colaborador de Bartolomeu Marchionni a Piero Panciatichi 285

XIV – Capítulos de uma carta de Portugal de 24 de Maio de 1513 293

XV – Relação de uma província novamente descoberta nas partes da Índia 309

APÊNDICE – Carta de Américo Vespúcio a Lourenço de Médicis 325

BIBLIOGRAFIA 347

ÍNDICE ANTROPONÍMICO, TOPONÍMICO E IDEOGRÁFICO 363